

Rute Isabel Fernandes Soares

**Verbos de Percepção Visual
em Português e Alemão:**
a semântica de *ver*, *olhar* e *sehen*

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
2007

Rute Isabel Fernandes Soares

**Verbos de Percepção Visual
em Português e Alemão:**
a semântica de *ver*, *olhar* e *sehen*

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
2007

Dissertação de Doutoramento em Línguas e Literaturas Modernas,
especialidade de Linguística Contrastiva,
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
sob a orientação do Professor Doutor Karl Heinz Delille e do Professor Doutor José Pinto de Lima

Agradecimentos

As minhas primeiras palavras de agradecimento são para o Professor Doutor José Pinto de Lima, que aceitou a tarefa de co-orientar este trabalho e de quem recebi preciosos ensinamentos, transmitidos sempre como propostas a solicitar a minha reflexão e como incentivos a um permanente repensar de vários aspectos do trabalho. O contributo valioso de muitas horas dedicadas à leitura, discussão e correcção de versões deste texto enriqueceu muito o trabalho agora apresentado. Não esqueço também a generosidade com que sempre fui recebida pela Professora Doutora Alcinda Pinheiro de Sousa e pela Inês Sousa Lima, quando me desloquei a sua casa para as muitas sessões de trabalho conjunto.

Ao Professor Doutor Karl Heinz Delille manifesto a minha gratidão pela forma como abriu caminho à minha actividade pedagógica, da qual foi orientador, bem como pela discrição com que, na qualidade de co-orientador, acompanhou a evolução deste trabalho, permitindo a escolha livre da orientação teórica assumida. Incentivou-me sempre a dar continuidade às tarefas que me propunha realizar, recordando-me com um bem-intencionado "Was macht die Arbeit?" a necessidade da sua conclusão em tempo útil.

Quero agradecer a todos os membros da Comissão Científica de Grupo, na pessoa dos seus Presidentes durante o período em que preparei a dissertação, o Professor Doutor Ludwig Scheidl, a Professora Doutora Maria Teresa Delgado Mingochó e o Professor Doutor António Sousa Ribeiro, o terem-me garantido, em circunstâncias institucionalmente adversas, as condições necessárias à conclusão do trabalho.

Um trabalho científico desta natureza beneficia, naturalmente, da inserção no contexto de um centro de investigação, sem a qual as aquisições bibliográficas e as necessárias deslocações para sessões de orientação ficariam aquém do desejável. Manifesto, pois, o meu reconhecimento ao CIEG (Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, Unidade de I & D financiada pela FCT), na pessoa das suas Coordenadoras Científicas, a Professora Doutora Maria Manuela Gouveia Delille e a Professora Doutora Maria Teresa Delgado Mingochó, por me ter proporcionado um vultuoso suporte científico-financeiro. Aos coordenadores do projecto de Linguística Contrastiva e Interdisciplinar, Professor Doutor Karl Heinz Delille, Professora Doutora Maria Francisca Athayde e Professora Doutora Adelaide Chichorro Ferreira, endereço, também, o meu reconhecimento pela forma como souberam proporcionar-me espaço para debate alargado de temas científicos. Agradeço à Professora Doutora Francisca Athayde a iniciação a uma área de saber fascinante, o começo de um caminho que nunca deixou de me surpreender, a exigência de um aperfeiçoamento permanente e todo o apoio prestado, quer ao longo da realização deste trabalho quer na minha actividade docente.

Aos colegas de Grupo devo a amizade de uma presença sempre encorajadora e solidária, sem a qual me teria sido difícil prosseguir este caminho, particularmente em contextos de maior instabilidade institucional. Endereço à Professora Doutora Fátima Gil e à Professora Doutora Judite Carecho um agradecimento muito especial pelo tempo de que prescindiram para me apoiar na parte final deste percurso.

Expresso igualmente o meu reconhecimento à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em particular ao Conselho Directivo, pelo apoio à reprodução do trabalho na sua versão final.

Queria manifestar aos amigos a minha profunda gratidão pelos momentos de boa disposição, pela presença incondicional nos maus momentos, e pela disponibilidade que sempre demonstraram, sem os quais muitas páginas teriam ficado por escrever. Para o Jorge e para a Paula aqui fica o bem-haja pelo caminho que juntos percorremos. À Paula Abreu um obrigado muito reconhecido pela disponibilidade constante. À Kuki e ao Raimundo agradeço os fins-de-semana de tios dedicados.

Aos meus sogros estou grata pela amizade e pela forma como se dispuseram a acolher os meus filhos.

Aos meus sobrinhos e cunhados devo a alegria de muitos momentos de sã convivência.

Ao meu irmão Vítor agradeço a preocupação discreta, o incentivo e a solicitude com que sempre recebeu os meus pedidos de ajuda.

À minha mãe fico a dever o amor e a dedicação que me trouxeram até aqui, a convicção permanente de que seria capaz de ultrapassar as dificuldades e o testemunho vivo do optimismo, da exigência e da firmeza de carácter.

Com o João percorri este caminho na certeza da presença em todos os momentos e na expectativa dos caminhos que ainda queremos trilhar.

Aos meus filhos, Luís e Carolina, que à sua maneira souberam motivar a mãe e desculpar as suas ausências, dedico este trabalho.

À memória do meu pai e do meu irmão Luís, que sempre me acompanharam.

Introdução geral	7
Objectivos	7
Estrutura da dissertação.....	9
Corpora utilizados e constituição do corpus	9
I. Fundamentos da Descrição Semântica	13
1.1 Alguns pressupostos acerca do significado e das línguas.....	13
1.2 O uso linguístico como actividade conjunta	16
1.2.1 Actividade conjunta e significado	17
1.2.2 Coordenação, convenção e significado.....	18
1.2.3 Coordenação não convencional e significado.....	23
1.3 O antimentalismo em semântica pragmática	31
1.4 Prática linguística, conceptualização e significado	34
1.5 Resumo	36
2. Extensão do Significado e Pluralidade de Sentidos	37
2.1 Algumas questões prévias	37
2.2 Modelos de Tratamento da Pluralidade de Sentidos.....	37
2.3 Critérios para a identificação de pluralidade de sentidos	45
2.3.1 Discreção e Antagonismo	45
2.3.2 Outros critérios para a identificação de pluralidade de sentidos	48
2.3.2.1 Critérios conceptuais para a distinção de sentidos?	48
2.3.2.2 O critério sintáctico	49

2.3.2.3 A informação proveniente de dados empíricos	53
2.3.2.4 O critério diacrónico	54
2.4 A explicação da extensão do significado	57
2.4.1 Protótipo e parencças-de-família.....	57
2.4.2 O conceito de cena	65
2.4.3 Cenas e Protótipos.....	70
2.4.4 Cenas, Protótipos e Implicaturas Conversacionais	73
2.4.5 Algumas conclusões sobre a descrição da pluralidade de sentidos	76
2.4.6 A metáfora e a metonímia como processos de extensão do significado	79
2.4.6.1 Metáfora.....	82
2.4.6.2 Metáfora e protótipo	84
2.4.6.3 Metáfora e parencças-de-família.....	85
2.4.6.4 Metáforas conceptuais	86
2.4.6.5 Metonímia	90
2.4.6.6 O processo metonímico e o conceito de cena	92
2.4.6.7 Combinação de Metáfora e Metonímia.....	92
2.4.7 Os princípios básicos da explicação da extensão do significado	93
3. Verbos de Percepção e Estudos Linguísticos.....	95
3.1 Os Verbos de Percepção	97
3.1.1 Delimitação.....	98
3.1.2 Estrutura.....	104
3.1.2.1 Várias propostas de classificação	106
3.1.2.1.1 Verbos perceptivos de experienciador e verbos perceptivos de estímulo	106
3.1.2.1.2 Verbos de experiência perceptiva e verbos de acção perceptiva.....	110
3.1.2.1.3 Três tipos de verbos de acção perceptiva.....	114
3.1.2.2 Nova proposta de classificação	115
3.2 Perspectivas de Abordagem dos Verbos Perceptivos	119
3.2.1 As relações entre sintaxe, léxico e semântica	119
3.2.1.1 A questão da complementação	121

3.2.1.1.1 Percepção directa /vs/ percepção indirecta e percepção física /vs/ percepção cognitiva	121
3.2.1.1.2 Os complementos dos verbos da visão em alemão	123
3.2.1.1.3 A complementação dos verbos da visão em português	134
3.2.1.1.4 Algumas conclusões	142
3.2.1.2 Polissemia e Sintaxe	147
3.2.2 Semântica.....	150
3.2.2.1 Semântica de Mundos Possíveis	150
3.2.2.2 Semântica Cognitiva.....	159
3.2.2.3 Semântica Histórica.....	171
3.2.3 A comparação entre línguas.....	177
3.2.3.1 Estudos contrastivos	178
3.2.3.2 Estudos tipológicos.....	180
3.2.4 Análise linguística do discurso	185

4. Descrição Semântica de ver, olhar e sehen 189

4.1 Nota Prévia..... 189

4.2 VER..... 190

4.2.1 A vê B – A Cena de ver..... 190

4.2.2 Descrição Semântica de ver 203

ver₁ (perceber através da vista) 203

ver₂ (ser espectador de)..... 223

ver₃ (ocorrer mentalmente) 226

ver₄ (encontrar(-se) (com))..... 231

ver₅ (observar; examinar; analisar) 233

ver₆ (procurar) 235

ver₇ (indagar; inquirir; investigar; informar-se sobre) 236

ver₈ (saber; ficar a saber)..... 238

ver₉ (ter em atenção; dirigir a atenção para; prestar atenção a) 242

ver₁₀ (diligenciar; ocupar-se de; tratar de).....	243
ver₁₁ (avaliar; interpretar).....	244
ver₁₂ (considerar; interpretar).....	248
ver₁₃ (encarar).....	253
ver₁₄ (passar a ter consciência; aperceber-se; compreender).....	254
ver₁₅	260
ver₁₆	270
4.2.3 A gramaticalização de ver	277
4.2.3.1 Ver com sujeito não humano	277
4.2.3.2 Ver como conjunção causal	285
4.2.3.3 Ver como marcador lexical de evidencialidade?	287
4.3 OLHAR	291
4.3.1 A olha para B – A Cena de olhar	291
4.3.2 Descrição Semântica de olhar	297
olhar₁ (dirigir a vista numa dada direcção).....	297
olhar₂ (atentar em).....	303
olhar₃ (ter uma atitude x em relação a).....	306
olhar₄ (considerar).....	308
olhar₅ (encarar).....	310
olhar₆ (ter em consideração; ter em conta).....	312
olhar₇ (cuidar de; ocupar-se de).....	313
olhar₈ (reparar; notar).....	315
olhar₉ (estar situado na direcção de; estar voltado para).....	317
4.3.3 Nota sobre o uso de olhar como partícula discursiva	319
4.4 SEHEN	328
4.4.1 A sieht B – A Cena de sehen	328

4.4.2 Descrição Semântica de <i>sehen</i>	339
sehen₁ (visuell wahrnehmen)	339
sehen₂ (blicken)	354
sehen₃ (sich ansehen; Zuschauer sein von)	359
sehen₄ (in den Sinn kommen)	362
sehen₅ (treffen)	366
sehen₆ (untersuchen; überprüfen; durchsehen)	368
sehen₇ (suchen)	369
sehen₈ (herausfinden)	370
sehen₉ (erfahren; wissen; zu wissen bekommen)	372
sehen₁₀ (sich kümmern um; sich einer Sache oder Person annehmen)	375
sehen₁₁ (achten auf; seine Aufmerksamkeit richten auf; zielen auf; im Auge haben)	376
sehen₁₂ (dafür sorgen, dass...; sich kümmern um)	378
sehen₁₃ (betrachten; einschätzen; beurteilen)	380
sehen₁₄ (halten für; betrachten)	385
sehen₁₅ (entgegensehen)	389
sehen₁₆ (sich bewusst werden; erkennen; verstehen)	391
sehen₁₇	395
sehen₁₈	401
sehen₁₉ (eine Lage in Richtung auf ... haben)	404

5. Os Sentidos de *sehen*, *ver* e *olhar* em Contraste407

sehen₁ / ver₁	407
sehen₂ / olhar₁	408
sehen₃ / ver₂	409
sehen₄ / ver₃	410
sehen₅ / ver₄	411
sehen₆ / ver₅	412
sehen₇ / ver₆	412
sehen₈ / ver₇	413
sehen₉ / ver₈	414
sehen₁₀ / olhar₇	414

sehen ₁₁ / ver ₉ / olhar ₂ / olhar ₆	415
sehen ₁₂ / ver ₁₀	418
sehen ₁₃ / ver ₁₁ / olhar ₃	418
sehen ₁₄ / ver ₁₂ / olhar ₄	420
sehen ₁₅ / ver ₁₃ / olhar ₅	421
sehen ₁₆ / ver ₁₄	422
sehen ₁₇ / ver ₁₅	423
sehen ₁₈ / ver ₁₆	423
sehen ₁₉ / olhar ₉	426
ø / olhar ₈	426

6. Conclusões e Perspectivas de Investigação Futura.....429

***Corpora*.....435**

Bibliografia.....435

1. Dicionários da Língua Portuguesa e da Língua Alemã.....435
2. Dicionários de Verbos, Dicionários de Linguística e Dicionários de Expressões Fixas436
3. Gramáticas da Língua Portuguesa e da Língua Alemã.....436
4. Bibliografia linguística437

Introdução geral

Objectivos

O presente trabalho tem como objectivos a descrição semântica dos verbos de percepção pt. *ver*, *olhar* e al. *sehen* e a sua contrastação. Trata-se de itens lexicais polissémicos que evidenciam uma semântica complexa, cuja descrição tem sido elaborada de modo apenas parcial por vários autores.¹ A escolha destes três verbos em particular decorre do facto de serem verbos nucleares no domínio dos verbos perceptivos e no subdomínio respeitante à modalidade da percepção visual:

The verbal semantic fields tend to be organized around one or at most a few **nuclear verbs** (Viberg 1993), which are dominant within their fields with respect to frequency of occurrence, the number of secondary senses and the range of constructions they can enter into. The nuclear verbs include the core component of the field but in addition contain some more specific components. They represent the most typical verbs within their fields rather than being direct exponents of the general meaning shared by all members of the field. Such exponents, when they exist, usually appear only in formal or specialized registers. For example, the nuclear perception verb is *see*, whereas *perceive* is more or less a technical term. (Viberg 1999: 93, sublinhado da minha responsabilidade)

As aproximações à semântica destes três verbos e dos seus equivalentes noutras línguas europeias, nomeadamente o francês e o inglês, têm sido fundamentalmente centradas na questão da complementação, a partir da qual os diversos autores retiram algumas conclusões sobre aspectos pontuais do significado; é o que sucede numa grande parte dos estudos que se ocupam da distinção entre percepção directa e indirecta apoiada na observação da complementação sob forma frásica (cf. 3.2.1 e respectivas subsecções).

¹ A parcialidade a que me refiro encontra-se não só no tratamento destes três verbos, mas também dos seus equivalentes noutras línguas. Vejam-se, a título de exemplo, as seguintes afirmações, "Gegenstand der Untersuchung sollen aber nur solche Ausdrücke sein, mit denen ein Sachverhalt bezeichnet wird, der durch seinen visuellen Charakter gekennzeichnet ist." (Schepping 1982: 56); "Unberücksichtigt bleiben alle weiteren Fälle, in denen die Semantik eines Verbs an eine besondere syntaktische Konstruktion geknüpft ist, (...)." (Harm 2000: 107); "I am only discussing the meanings of *see* that are closely related to physical perception." (Gisborne 2004: 4, nota 4).

Para além do elenco e descrição da pluralidade de sentidos dos itens em análise, procederei também a uma tentativa de explicação das respectivas ligações polissémicas, identificando, sempre que possível, a relação semântica entre sentidos e o princípio que preside ao aparecimento de cada novo sentido, do ponto de vista do linguista observador de contextos de uso, em sincronia. Trata-se, portanto, de explicar de que modo itens lexicais nucleares no campo da percepção visual adquirem significados em domínios semânticos tão diversos como os da acção/interacção humana (*Vou ver das chaves; O Pedro e a Joana vêem-se todos os dias ao fim da tarde*), da emissão de juízos, opiniões ou avaliações sobre um indivíduo ou estado de coisas (*Sie sehen das anders; Olho para a situação da empresa como oportunidade não como fatalidade*) e, ainda, em domínios epistémicos como a inferência, a busca e aquisição de conhecimento ou, ainda para além disso, como assumem a mera função genérica de referir um acontecer ou de relacionar acontecimentos no tempo e/ou no espaço (veja-se a função de *ver* e *sehen* nos seguintes exemplos: *O velho cine-teatro viu-se rodeado de arranha-céus; Das 20. Jahrhundert sah den Aufstieg und den Fall des Nationalsozialismus; O século XX viu nascer a Internet*).

A análise centrar-se-á no recenseamento exaustivo dos sentidos destes verbos, elaborado a partir da observação do uso dos mesmos em *corpora* de língua escrita e, pontualmente, também de língua falada (cf. secção sobre *corpora* utilizados e constituição do *corpus* para este estudo), sem rejeitar o recurso a exemplos construídos, quando isso se revela necessário à elucidação de aspectos particulares da semântica dos verbos analisados ou de questões de natureza teórica; no caso do alemão, os exemplos construídos foram submetidos à apreciação de falantes de alemão como língua materna.

No presente estudo não serão contempladas as expressões com *ver*, *olhar* e *sehen* que se situam no domínio da fraseologia (colocações e idiomatismos), visto que se trata de itens lexicais complexos, fixos ou semifixos, com características muito próprias, que ultrapassariam largamente os objectivos do estudo que me proponho realizar.

Estrutura da dissertação

A dissertação encontra-se organizada em seis capítulos, sendo o primeiro dedicado ao tema do significado como convenção e como produto de mecanismos de coordenação entre falantes que ultrapassam o domínio da convencionalidade, onde se encontram potenciais contributos para a criação de novos sentidos de um item lexical. No segundo capítulo, discuto algumas questões centrais em torno do tratamento da polissemia e das possibilidades de que o linguista dispõe para representar a pluralidade de sentidos e explicar o modo como esses sentidos se relacionam. O terceiro capítulo é dedicado à discussão dos principais caminhos que têm sido seguidos na investigação linguística sobre verbos de percepção, conferindo particular atenção a estudos sobre o alemão e o português.

No capítulo 4, procede-se à descrição semântica dos verbos em estudo, sendo a esta antecedida de uma nota prévia (4.1); as secções 4.2, 4.3 e 4.4 são dedicadas à descrição de *ver*, *olhar* e *sehen*, respectivamente, e ao tratamento de aspectos específicos decorrentes da própria descrição (cf. 4.2.3 e 4.3.3). O contraste dos sentidos dos três verbos é apresentado no capítulo 5, onde se explicitam as afinidades e divergências existentes entre *sehen*, *ver* e *olhar*, tomando como ponto de partida a descrição detalhada das suas variantes polissémicas efectuada no capítulo anterior.

No capítulo 6, apresento as conclusões do trabalho e pistas para uma investigação futura.

Corpora utilizados e constituição do corpus

No que diz respeito à língua portuguesa, foi usado como *corpus* principal o *corpus* CETEMPúblico (anotado v. 1.7) disponível para consulta em linha (cf. *Corpora*). Para o verbo *ver*, não foi possível, à data em que iniciei a constituição do *corpus*, obter as concordâncias a partir deste *corpus* (de maiores dimensões), devido ao elevado número de ocorrências do verbo, que levava o sistema a bloquear sistematicamente durante a procura, pelo que fui obrigada a realizá-la no *corpus* de menores dimensões *Primeiro Milhão do CETEMPúblico*, anotado e revisto para a

Floresta Sintáctica v. 3.3 (doravante PM-CT), onde obtive 892 ocorrências.² No caso de *olhar*, o número de ocorrências (134) no PM-CT era diminuto, incluindo ocorrências do verbo substantivado e, por esse motivo, recolhi no CETEMPúblico um total de 15000 ocorrências, das quais foram objecto de observação sistemática as primeiras 500, embora ocasionalmente tenha extraído alguns exemplos das restantes 14500, para colmatar falhas na exemplificação dos sentidos de *olhar*; os exemplos de *olhar* e de *ver*³ retirados do CETEMPúblico são identificados no texto com o respectivo código alfanumérico (Ext...). Utilizei, ainda, ocorrências de *ver* no *corpus* Parole (disponibilizado pelo CLUL – Centro de Linguística da Universidade de Lisboa),⁴ quando pretendi testar algumas hipóteses quanto aos sentidos do verbo e sempre que os exemplos deste *corpus* me pareceram mais elucidativos; estes são identificados no texto com a sigla PAR.

Recorri, também, ao *corpus* oral disponibilizado em linha pelo CLUL (cf. *Corpora*), um *corpus* parcial do CRPC (*Corpus de Referência do Português Contemporâneo*), visto que aos exemplos do CETEMPúblico faltava a dimensão contextual e discursiva, necessária à identificação das diferentes funções de *olhar* como partícula discursiva. Através do motor de busca Google, obtive, na rede, os exemplos da construção "ver de" com o sentido de 'procurar', em relação à qual havia uma lacuna no *corpus* e nos dicionários, sendo os exemplos devidamente identificados com o endereço do respectivo sítio.

Para obter ocorrências de *sehen*, foi usado o DWDS-Kerncorpus (doravante DWDS),⁵ disponível em linha (cf. *Corpora*), no qual efectuei pesquisas não só com o lema *sehen*, mas também usando outras possibilidades oferecidas pelo *corpus*, como as buscas de proximidade entre dois lemas separados por um número de palavras definido pelo consulente ou a possibilidade de restringir o período temporal a que respeitam as ocorrências, através dos filtros disponíveis para o efeito. No início da

² As ocorrências do lema *ver* apresentam alguns casos de homologia com formas do verbo *vir* e com o N *Verão*.

³ Alguns exemplos de *ver* foram retirados do CETEMPúblico através do sistema de busca de proximidade, por exemplo co-ocorrência de *ver* e *com*.

⁴ Sobre as características e dimensão deste *corpus*, cf. Bacelar do Nascimento et al. (1997). A listagem de 10433 concordâncias inclui muitos casos de homologia entre formas de *ver* e outras formas de palavra que não são formas do verbo *ver*.

⁵ Pontualmente pesquisei também no *corpus* do jornal *Die Zeit*, igualmente acessível no sítio do DWDS, sendo esses exemplos identificados como ZEIT-DWDS.

constituição do *corpus*, o resultado de qualquer pesquisa no DWDS estava sempre limitado a 500 ocorrências do lema procurado, entre as quais figuravam também os verbos derivados ou compostos de *sehen*, que se apresentam, quando conjugados, como formas verbais descontínuas, com a partícula separável ou o primeiro elemento da composição a delimitar à direita o *Mittelfeld* (campo médio da frase alemã). Este facto implicou a eliminação imediata de um grande número de concordâncias, tornando a pesquisa mais morosa e complexa. Cumpre-me, ainda, mencionar que o *corpus* e o acesso ao mesmo foram, entretanto, reformulados e apresentam, agora, restrições relacionadas com os direitos de autor; por esta razão, alguns dos exemplos inicialmente recolhidos já não estão acessíveis em linha.

Como complemento aos *corpora*, consultei diversos dicionários e gramáticas de língua alemã e portuguesa (cf. Bibliografia), de onde retirei exemplos devidamente identificados no texto. Nos casos em que recorri à minha própria competência, como atrás referi, os exemplos distinguem-se por não apresentarem qualquer menção da fonte.

I. Fundamentos da Descrição Semântica

O trabalho que me proponho realizar situa-se no âmbito da semântica lexical inspirada na obra tardia de Ludwig Wittgenstein, nomeadamente na senda das abordagens propostas em Lima (1989, 1999_a e 2000) e Keller (1995). De entre outros contributos teóricos que não podem considerar-se seguidores de Wittgenstein, mas que privilegiam as noções de linguagem e significado ligadas ao uso, saliento Clark (1996) e Croft (2000).⁶

1.1 Alguns pressupostos acerca do significado e das línguas

A filosofia wittgensteiniana da segunda fase, que inspirou uma corrente semântica que poderia designar-se de prática ou pragmática, concebe o significado como uso ou, mais precisamente, como o conjunto das regras que orientam o uso de uma palavra ou expressão e que se encontram no contexto de explicações do significado:

Man kann für eine *große* Klasse von Fällen der Benützung des Wortes »Bedeutung« – wenn auch nicht für *alle* Fälle seiner Benützung – dieses Wort so erklären: Die Bedeutung eines Wortes ist sein Gebrauch in der Sprache. (Wittgenstein 1971: §43)

»Die Bedeutung des Wortes ist das, was die Erklärung der Bedeutung erklärt.« D. h.: willst du den Gebrauch des Worts Bedeutung verstehen, so sieh nach, was man »Erklärung der Bedeutung« nennt. (Wittgenstein 1971: §560)⁷

⁶ A noção de linguagem como tipo de actividade conjunta (Clark 1996: 3 e Croft 2000: 87, adoptando a perspectiva de Clark), desde logo aponta para uma concepção de linguagem e de significado indissociável do uso. Croft (2000: cap. 4) apresenta uma teoria da linguagem e do significado no uso que servirão de fundamento à sua teoria evolucionista da mudança linguística que consitui o núcleo deste seu trabalho.

⁷ O comentário de Keller ao §43 não deixa dúvidas: " Was Wittgenstein unter *Bedeutung* versteht, soll die Basis des Verstehens sein und nicht dessen Ergebnis. Daraus folgt, daß mit dem Ausdruck Gebrauch nicht einzelne Gebrauchsinstanzen gemeint sein können, sondern nur die Gebrauchsweise in der Sprache, die Regel des Gebrauchs." (Keller 1995: 65, sublinhado da minha responsabilidade)

Esta "concepção prática do significado", como Lima (1989: 6) a designa, pressupõe o abandono da tese representacionista acerca do significado e da comunicação,⁸ defendida por Aristóteles e Frege, por exemplo, e a adopção de uma perspectiva instrumentalista wittgensteiniana (com a linguagem o falante dispõe de formas diversificadas de agir linguisticamente).⁹ Esta perspectiva levou alguns a entenderem a linguagem como exercício de influência de um falante sobre o seu ouvinte, no qual os sinais são instrumentos (cf. Keller 1995: 72), ou como meio para estabelecer ou reforçar a identidade e solidariedade dos grupos sociais, como defendem muitos teóricos do discurso.

O facto de a linguagem ser considerada como instrumento não nos deve levar a concluir, segundo Wittgenstein, que a sua finalidade última é a comunicação de pensamentos, porque estes não se podem separar da própria linguagem, ou a compreensão entre falantes (transmissão de informação que se acredita que os signos representam ou transmissão de imagens mentais), já que a compreensão não é pensável sem a linguagem e, portanto, uma coisa está contida na outra (cf. Lima 1989: 193-195). Veja-se, pois, o que diz o filósofo:

Woher die Bedeutung der Sprache? Kann man sagen: 'Ohne die Sprache könnten wir uns nicht miteinander verständigen?' Nein. Der Fall ist nicht dem analog: ohne das Telefon könnten wir nicht von Europa nach Amerika sprechen. Wohl aber kann man sagen: 'ohne den Mund könnten sich die Menschen nicht miteinander verständigen.' Der Begriff der Sprache dagegen *liegt* im Begriff der Verständigung. (Wittgenstein 1969: 193)

⁸ Para uma fundamentação da rejeição do representacionismo em Wittgenstein, cf. Lima (1989: 141-149).

⁹ O problema da comunicação é visto, nas teorias representacionistas, como problema do transporte de ideias de A para B, em que os signos funcionam como veículos ou contentores dessas ideias – o significado é aquilo que o sinal representa (um objecto, um pensamento, etc.); para Wittgenstein o significado de uma expressão é a função desempenhada por essa expressão no jogo comunicativo. Keller (1995: 73) afirma que é um erro considerar o representacionismo e o instrumentalismo como teorias alternativas; independentemente da sua maior ou menor adequação, elas respondem a perguntas diferentes. O problema não estará em questionar a relação da linguagem com o mundo, mas em absolutizar a função de representação como única função da linguagem.

O que a linguagem oferece aos seus utilizadores são, de acordo com Wittgenstein, diversas possibilidades de acção¹⁰ que se traduzem na participação em jogos de linguagem que, por sua vez, se enquadram num todo mais vasto que são as actividades desenvolvidas pelos membros de uma comunidade de falantes:

Das Wort »Sprachspiel« soll hier hervorheben, daß das Sprechen der Sprache ein Teil ist einer Tätigkeit, oder einer Lebensform.

Führe dir die Mannigfaltigkeit der Sprachspiele an diesen Beispielen, und anderen, vor Augen:

Befehlen, und nach Befehlen handeln–

Beschreiben eines Gegenstands nach dem Ansehen, oder nach Messungen–

Herstellen eines Gegenstands nach einer Beschreibung (Zeichnung) –

Berichten eines Hergangs–

Über den Hergang Vermutungen anstellen–

Eine Hypothese aufstellen und prüfen–

Darstellen der Ergebnisse eines Experiments durch Tabellen und Diagramme–

Eine Geschichte erfinden; und lesen–

Theater spielen–

Reigen singen–

Rätsel raten–

Einen Witz machen; erzählen–

Ein angewandtes Rechenexempel lösen–

Aus einer Sprache in die andere übersetzen–

Bitten, Danken, Fluchen, Grüßen, Beten. (Wittgenstein 1971: §23)

¹⁰ Estas possibilidades permitem, segundo Lima (1989: 192), atingir fins imediatos internos à própria linguagem (obter uma resposta ou a obediência a uma ordem), mas não há uma finalidade externa à própria linguagem que Wittgenstein tenha apontado como o seu fim último. Voltarei ainda a esta questão da *finalidade última* e da *finalidade imediata*, quando me referir à convenção como modo de resolução de um duplo problema de coordenação. De qualquer modo, a questão da finalidade liga-se directamente ao tópico das funções da linguagem e parece-me razoável a proposta conciliadora feita em Croft (2000: 88): "The apparent conflict in approaches to the function of language can be resolved by recognizing that communication with language is a means to carry out the interactional goals emphasized by Keller and others."

O autor afirma que, no fundo, a diferença está em se atribuir maior importância ao objectivo último (interacção social) ou ao meio usado para atingir qualquer outro objectivo, diria mais imediato, a comunicação através da linguagem.

1.2 O uso linguístico como actividade conjunta

A ideia acima exposta por Wittgenstein acerca da linguagem como parte de uma actividade, de uma forma de vida, articula-se com uma das ideias centrais em Clark (1996), retomada em Croft (2000), a saber, a afirmação expressa de que o uso da linguagem é um dos tipos de acções conjuntas ("joint actions") levadas a cabo no âmbito de uma comunidade (Clark 1996: 23, 29), sendo a linguagem uma parte constituinte de actividades conjuntas ("joint activities") – actividades nas quais desempenha uma função de coordenação das acções individuais:¹¹

(...) just as language use arises in joint activities, these are impossible without using language. Two or more people cannot carry out a joint activity without communicating, and that requires language use in its broadest sense. Yet whenever people use language, they are taking joint actions. Language use and joint activity are inseparable (...) we cannot understand one without the other. (Clark 1996: 29)

A acção conjunta é desenvolvida por um grupo de pelo menos duas pessoas que agem em coordenação e cujo resultado final é desejado por ambas, sendo que a concretização dos objectivos comuns depende da resolução de problemas de articulação das acções que a actividade conjunta na qual estão envolvidos pressupõe (Clark 1996: 59-60). Assim, um pianista e um violoncelista que executam juntos uma peça escrita para piano e violoncelo desenvolvem uma actividade conjunta em que o resultado final depende do facto de ambos desempenharem em coordenação os seus papéis individuais ("participatory actions") na acção que reconhecem empreender em conjunto. Quando duas pessoas conversam, também cada uma desempenha o seu papel de falante e ouvinte e os objectivos imediatos de qualquer acto de fala só serão cumpridos se o falante executar correctamente a cadeia fónica que constitui o enunciado, se o ouvinte lhe der atenção e descodificar correctamente o conteúdo da proposição e, posteriormente, responder agindo; os dois

¹¹ A perspectiva de Clark sobre a natureza da linguagem também é instrumentalista como a de Wittgenstein e Keller: "Language is rarely used as an end in itself. It is primarily an instrument for carrying out broader activities – buying goods, planning parties, playing games, gossiping, exchanging stories, entertaining and being entertained." (Clark 1996: 387)

desempenhos têm de ser coordenados¹² e o curso da conversa vai sendo definido pelos dois ao longo da mesma, porque as acções de um e outro são interdependentes, havendo um projecto inicial de um deles que pode ser aceite, recusado ou modificado no decurso da acção, podendo mesmo um deles retirar-se completamente do projecto inicial e mudar de assunto. Clark (1996: 387-388), aliás, considera que as características tradicionalmente apontadas como distintivas da linguagem são afinal propriedades de toda a actividade conjunta e que todas as actividades conjuntas, por sua vez, pressupõem o uso da linguagem em sentido lato.¹³

1.2.1 Actividade conjunta e significado

A ideia de actividade conjunta não se aplica apenas ao discurso enquanto actividade, mas ao próprio significado, como Croft (2000: 90) salienta. O conceito de *comunidade de falantes*, que permite uma ancoragem social das questões do significado, bem como os conceitos de *regra para o uso*, *explicação do significado* e *concordância* em Wittgenstein, são particularmente importantes para entendermos o significado como produto de acção conjunta.

O conceito de *comunidade de falantes* é especialmente relevante quando falamos de significado, sobretudo se aceitarmos abandonar, com Clark (1996) e com Croft (2000), a sua definição tradicional – grupo de indivíduos que têm em comum a mesma língua materna. De facto, os dados da sociolinguística moderna e os dados coligidos por Clark impõem uma definição de *comunidade de falantes* mais rigorosa, que tenha em conta que as comunidades se estabelecem em torno de vários domínios sociais de acção a que Clark (1996: 102) chamou "domínios de competência partilhada" ("shared expertise");¹⁴ seja essa competência de índole técnica ou não, aquilo que os membros de uma comunidade partilham e que os identifica como tal é

¹² Esta coordenação diz respeito aos conteúdos, aos processos utilizados e ao "timing". Este último aspecto da coordenação é particularmente relevante nas acções conjuntas que envolvem o uso da linguagem porque este requer coordenação contínua, visto que os tempos de cada acção em cada fase são extremamente importantes para a progressão da actividade conjunta (cf. Clark 1996: 91).

¹³ Clark (1996: 391-392) propõe que o conceito de linguagem no uso inclua a linguagem dita verbal e outras formas ditas não-verbais da linguagem por considerar que no dia-a-dia comunicativo a maioria das actividades conjuntas se servem de sinais compósitos, isto é, compostos por mecanismos de sinalização que ultrapassam o âmbito dos sinais meramente linguísticos. A determinação do significado dos enunciados não se reduz, nesta perspectiva, à determinação do significado dos signos linguísticos no contexto de enunciação, tendo em conta que o processo de sinalização em actividades conjuntas é mais complexo.

¹⁴ À parte da competência partilhada que é comum entre domínios Croft (2000: 93) chama "core expertise".

o que falta a outros grupos. A repartição de indivíduos pelos vários domínios sociais em que se inserem, tendo em conta variáveis como a idade, o sexo, a profissão, o local onde residem, etc., torna plausível a ideia de multilinguismo generalizado tal como Croft (2000: 91) a apresenta. Todos os indivíduos pertencentes à mesma sociedade (designação que Croft propõe para substituir a de comunidade de falantes) usam vários códigos, são multilingues, tendo em conta a sua inserção em múltiplos domínios, isto é, uma sociedade compõe-se de várias comunidades de falantes. Esta multiplicidade de códigos associados a domínios distintos de competência partilhada tem obviamente consequências para a definição de significado (os signos passam a ter um significado social em função do contexto de uso) e para a vida das palavras em geral,¹⁵ bem como para a maneira como usamos a linguagem – no quadro da sua actividade profissional, um agrónomo e um cirurgião não estão a fazer a mesma coisa quando usam a palavra *transplante*, nem se comportam linguisticamente de maneira idêntica perante um ouvinte que partilhe com eles o mesmo tipo de competência técnica ou perante a sua família.

Este multilinguismo coloca, de novo, a questão da coordenação. Tendo em conta a diversidade de códigos, a coordenação é necessária quer a nível das comunidades quer a nível da sociedade em que os falantes interagem como um todo, no pressuposto de que se assume que o uso linguístico é uma acção conjunta na qual a coordenação desempenha um papel essencial.

1.2.2 Coordenação, convenção e significado

A ideia de que o uso linguístico é a resolução de problemas de coordenação foi apresentada por Lewis (1969)¹⁶ e posteriormente recuperada por Clark (1996), no contexto mais alargado das acções conjuntas que podem ser perspectivadas como resolução de problemas de coordenação. A coordenação no uso linguístico diz respeito, segundo Clark, ao estabelecimento do significado:

¹⁵ É sabido que a multiplicidade de códigos que se sobrepõem numa sociedade, pelo facto de o mesmo falante os usar em contextos distintos, se traduz em variação linguística que pode vir a constituir mudança, dependendo dos mecanismos sociais que actuam na promoção e despromoção de variantes. Dito de uma maneira mais simples, é no uso que se estabelecem, violam ou alteram as convenções.

¹⁶ Uso a reedição de 2002 publicada em Oxford pela editora Blackwell, mas mantenho no corpo do texto a data da 1ª edição por ser essa que serve de ponto de referência cronológico para a história da definição de convenção. A definição de Croft (2000), que vou adoptar, retoma a de Lewis (1969) e a de Clark (1996).

In language use, a central problem is coordinating what speakers mean and what their addressees understand them to mean. (Clark 1996: 73)

Esta coordenação não acontece de modo automático, dada a impossibilidade de acesso directo às mentes dos falantes, e concretiza-se por meio de um conjunto de mecanismos ("coordination devices"), nomeadamente através do recurso à convenção.¹⁷ Como Lewis (1969) assinala, a convenção (em geral e não apenas linguística) resulta de um processo que reúne os contributos individuais de vários intervenientes, contributos esses que visam resolver um problema comum, sem que haja acordo prévio sobre a solução a adoptar. O sucesso da coordenação interpessoal assim conseguida acaba por se tornar património de todos, porque é encarado como fórmula para a resolução futura de problemas semelhantes, através do conjunto de expectativas que cada um cria acerca do modo como o outro vai agir (cada um age de determinada forma na expectativa de que o outro reaja de determinado modo). A convenção resulta, portanto, em última análise, da concordância sobre as estratégias a utilizar e ultrapassa o âmbito da acção meramente individual. Deste modo, torna-se clara a importância desta noção para a dilucidação do conceito de *significado como convenção*, isto é, uma comunidade de falantes é bem sucedida nas actividades conjuntas que pressupõem o uso da linguagem se tiver estabelecido um consenso supra-individual acerca do modo de resolver os problemas recorrentes de coordenação que a comunicação implica, criando um sistema próprio de sinalização ("signaling system", cf. Lewis 1969: IV, Clark 1996: 73-75 e Croft 2000: 98) e, com Wittgenstein, diria também o conjunto das regras de uso desses sinais, ou seja, o seu significado.

Em Wittgenstein as regras para o uso têm uma natureza social, expressam a concordância, o consenso, quanto às definições e quanto às práticas (juízos) dos falantes, que é condição para que o significado possa existir. O consenso é estabelecido na e pela comunidade de utilizadores, tornando-se parte integrante da

¹⁷ Oportunamente serão apresentados os outros mecanismos de coordenação não convencionais propostos por Lewis (1969), Clark (1996) e Croft (2000).

prática diária da compreensão através da linguagem, tanto que os falantes não têm necessidade de falar sobre ele, e passa a integrar também o conhecimento comum a todos os membros da comunidade ("common knowledge" para Lewis, "common ground" para Clark e Croft).¹⁸ Vejamos o que Wittgenstein diz a este respeito nas *Philosophische Untersuchungen*:

Es bricht kein Streit darüber aus (etwa zwischen Mathematikern), ob der Regel gemäß vorgegangen wurde oder nicht. Es kommt darüber z. B. nicht zu Tätlichkeiten. *Das gehört zu dem Gerüst, von welchem aus unsere Sprache wirkt* (z. B. eine Beschreibung gibt). (Wittgenstein 1971: § 240, itálico da minha responsabilidade)

Zur Verständigung durch die Sprache gehört nicht nur eine Übereinstimmung in den Definitionen, sondern (so seltsam dies klingen mag) eine Übereinstimmung in den Urteilen. (Wittgenstein 1971: § 242)

»So sagst du also, daß die Übereinstimmung der Menschen entscheide, was richtig und was falsch ist?« – Richtig und falsch ist, was Menschen sagen; und in der *Sprache* stimmen die Menschen überein. Dies ist keine Übereinstimmung der Meinungen, sondern der Lebensform. (Wittgenstein 1971: § 241)¹⁹

Os consensos que se expressam por regularidades de comportamento são consensos maioritários passíveis de não preverem todas as instâncias possíveis de uso e é isso mesmo que Wittgenstein afirma quando compara a regra a uma placa de sinalização:

¹⁸ O conceito de "common ground" (Clark 1996: 92 e ss.) ultrapassa largamente o de conhecimento das convenções linguísticas: "Two people's common ground is, in effect, the sum of their mutual, common, or joint knowledge, beliefs and suppositions." (Clark 1996: 93) Para o autor, esta noção é fundamental para a compreensão de todo o tipo de actividades conjuntas e das acções conjuntas que as constituem e, logicamente, também para qualquer teoria do uso linguístico que faça apelo à noção de contexto. O conceito subdivide-se em "communal common ground" (conhecimento partilhado por via da pertença a uma comunidade definida em termos funcionais) e "personal common ground" (constituído através das relações pessoais, p. ex. família e amigos, com base naquilo que dizemos uns aos outros e nas experiências partilhadas a partir da percepção conjunta – o que vemos, ouvimos, etc.). Uma das manifestações linguísticas óbvias do "common ground" é a existência de léxicos comunitários e léxicos pessoais (cf. Croft 2000: 94 e Clark 1996: 107 e 116).

¹⁹ Inverto a ordem dos parágrafos 241 e 242 para reiterar a ideia de que a concordância nas definições (explicações do significado) e a concordância nos juízos são no fundo concordâncias numa forma de vida, isto é, na prática, e não apenas concordâncias mentais.

Eine Regel steht da, wie ein Wegweiser. – Läßt er keinen Zweifel offen über den Weg, den ich zu gehen habe? (...) Und wenn statt eines Wegweisers eine geschlossene Kette von Wegweisern stünde, oder Kreidestriche auf dem Boden liefen, – gibt es für sie nur *eine* Deutung? – Also kann ich sagen, der Wegweiser läßt doch keinen Zweifel offen. Oder vielmehr: er läßt manchmal einen Zweifel offen, manchmal nicht. Und dies ist nun kein philosophischer Satz mehr, sondern ein Erfahrungssatz. (Wittgenstein 1971: §85)

Parece-me agora plausível aproximar a definição de convenção proposta em Croft (2000: 98) da noção wittgensteiniana de regra para o uso, tendo em conta o carácter social das regras e a sua articulação com a noção de concordância estabelecida na prática das comunidades linguísticas. Esta definição de convenção combina, com ligeiras adaptações de linguagem, aquela que é proposta por Lewis (1969: 78) com a adiantada por Clark (1996: 71), sendo que os comentários entre parêntesis pertencem a Croft, as linhas numeradas são retiradas de Clark e as linhas alfabetadas de Lewis:

1. a regularity in behavior (producing a string of sounds)
2. that is partly arbitrary
 - a. other regularities in behavior would be approximately equally preferable by almost everyone in the community
3. that is common ground in a community
4. as a coordination device
 - a. almost everyone in the community conforms to it
 - b. almost everyone expects almost everyone else to conform to it
 - c. almost everyone would prefer any additional member of the community to conform to it if almost everyone in the community already conforms to it
 - d. almost everyone would prefer any new member of the community to conform to another regularity if almost everyone in the community were already conforming to it
5. for a recurrent coordination problem (communicating a meaning). (Croft 2000: 98)

A definição de convenção permite, de facto, caracterizar com bastante rigor a linguagem no uso. As regularidades são regularidades de comportamento, não resultantes de acordo expresso, mas de acordo tácito, e das expectativas em relação ao comportamento regular dos outros membros da comunidade (aceitamos comportar-nos de acordo com a regra, na expectativa de que outros façam o mesmo e possamos assim resolver os nossos problemas de coordenação), parcialmente arbitrárias porque

a divergência das soluções escolhidas para resolver problemas de coordenação semelhantes é óbvia, basta que comparemos as diferenças de vocabulário²⁰ entre variedades como o português europeu e o português do Brasil (*urgência/pronto-socorro; chávena/xícara*), o inglês britânico e o inglês americano (*pavement/sidewalk*). Se quisermos transpor a fronteira de uma só língua, então teremos um leque de alternativas incomparavelmente mais amplo (*borboleta, Schmetterling, butterfly, papillon, farfalla, etc.*).

A possibilidade de existência de convenções em alternativa, bem como a da divergência de alguns membros da comunidade em relação à convenção também é deixada em aberto ao longo da definição, o que coloca a questão dos graus de convencionalidade, já prevista em Lewis (1969: 76-80); Croft (2000: 174-175) analisa essa questão propondo que os vários *almost* possam corresponder a proporções ou percentagens dos membros da comunidade, mas afirma que o espírito do parágrafo 4. da definição se resume do seguinte modo: qualquer solução/regularidade seria igualmente aceitável desde que a maioria dos membros da comunidade agissem em conformidade com ela, ou seja, a preferência vai no sentido de haver uma só convenção, não importa qual, e é por essa razão que considera, quando equaciona a questão da *propagação* de inovações (adopção de uma nova convenção linguística), que as convenções linguísticas resolvem simultaneamente dois problemas de coordenação²¹ – fixam um entendimento mútuo sobre o significado, mas também servem para estabelecer ou confirmar a identidade da comunidade, isto é, a adopção de uma só convenção, privilegiando uma variante em detrimento de outras, reforça a identidade da comunidade.

Voltando um pouco atrás à questão da finalidade do uso linguístico, diria que o entendimento das línguas como sistemas convencionais de sinalização permite identificar a sua finalidade imediata (resolução de problemas de coordenação respeitantes ao significado), residindo a sua finalidade última na resolução de um problema de coordenação social – a identificação dos falantes com uma ou mais comunidades, através da língua.²²

²⁰ O estabelecimento de convenções linguísticas não diz respeito apenas ao vocabulário, mas acontece para todos os domínios da língua (cf. Clark 1996: 75-77). Os exemplos que utilizei acima são de natureza lexical por serem mais imediatamente compreensíveis.

²¹ Cf. Croft (2000: 183).

²² Esta afirmação pode parecer contraditória, mas de facto se recordarmos que o conceito de *comunidade de falantes* é definido em termos de *domínio de competência partilhada*, verificamos que as necessidades de identificação do falante com a comunidade variam de acordo com o domínio em que este se insere e, portanto, não é de estranhar que cada grupo seja identificável por convenções próprias, garantindo-se, assim, a variação linguística na sociedade, sendo que há também elementos convencionais comuns a todas as comunidades, pelo menos nas sociedades monolíngues.

1.2.3 Coordenação não convencional e significado²³

Every use of language raises non-conventional coordination problems, which depend for their solution on joint salience, solvability, and sufficiency. (Clark 1996: 77)

Esta ideia de Clark, que Croft (2000: 99 e ss.) retoma, levanta a questão da necessidade de recorrer a mecanismos de coordenação não convencionais para resolver problemas de coordenação que ultrapassam o âmbito da convenção, ou seja, a convenção não chega para descrever a relação entre forma e significado no uso linguístico.

Não é difícil de compreender que tal se aplica obviamente a todas as primeiras instâncias de uso de uma palavra ou construção e ao processo de aquisição da linguagem. Se a noção de convenção tem a ver com a de prática concordante numa comunidade, nos novos usos essa prática concordante não existe como ponto de referência. No processo de aquisição o que está em causa é justamente que o aprendiz se torne um conhecedor/utilizador da convenção; sabemos que a aprendizagem da convenção não é prévia ao uso, mas acontece no confronto com instâncias de uso – o conjunto dos enunciados que constituem a envolvente comunicativa de quem aprende a sua língua materna.

O que os dois autores afirmam, no entanto, é que, de um modo geral, todo o uso linguístico, mesmo aquele que aparentemente é convencional, solicita a utilização de mais que um mecanismo de coordenação. Além da convenção, estão em causa o princípio e as premissas que a seguir se enumeram: *princípio de saliência no conjunto*²⁴ ("joint salience" – a melhor solução é a mais saliente do ponto de vista cognitivo ou perceptivo), *premissas da resolubilidade* ("solvability premises" – quem coloca o problema tem uma solução em mente e acredita que os participantes vão convergir nessa solução) e *premissa da suficiência* ("sufficiency premise" – presume-se que quem colocou o problema forneceu toda a informação necessária à resolução do mesmo que, juntamente com a informação disponível no "common ground", deverá permitir aos falantes a resolução dos seus problemas de coordenação).

²³ Em todo o ponto 1.2.3 seguirei muito de perto a argumentação e exemplificação de Clark e Croft.

²⁴ Trata-se de saliência no "common ground", tal como os participantes o definiram para a acção que se propõem desenvolver (cf. Clark 1996: 67). Sobre as premissas da resolubilidade e da suficiência, cf. Clark (1996: 68-69).

Lewis (1969), Clark (1996) e Croft (2000) são unânimes em considerar que há três mecanismos para resolver os problemas de coordenação não convencionais, a saber: acordo explícito, como acontece quando num discurso científico se esclarece que se vai usar um termo com dado significado diferente do convencional, o recurso a precedentes, como quando se fixa determinada designação para um objecto, de entre várias alternativas possíveis, para vigorar no decurso de uma conversa, e o ouvinte se sente vinculado pelo precedente a usar aquela designação e não outra, e ainda o recurso à saliência perceptiva, como quando se diz a alguém perante um conjunto de árvores *Põe-te ali ao pé daquela árvore*, eventualmente apontando, e o ouvinte escolhe a maior, a mais próxima ou mais invulgar, de acordo com aquilo que mais lhe salta à vista.

No fundo, estes três mecanismos não são senão instâncias de aplicação do princípio da saliência no conjunto, porque a coordenação por prévio acordo é a adopção de uma solução tornada mais saliente entre outras, assim como o recurso a precedentes, que permite o estabelecimento de analogias com situações anteriores, onde o problema de coordenação era semelhante, que logo impõem o precedente como a solução mais óbvia.

Vários tipos de problemas, no uso linguístico, solicitam coordenação por meios não convencionais: indexicalidade e referência, ambiguidade e contextualidade.

No uso de pronomes/determinantes demonstrativos, nomes próprios, anáfora nula, pronomes em forma anafórica e no emprego de referências definidas, a fixação da referência recorre necessariamente à coordenação por saliência no conjunto, como se mostra nos seguintes exemplos:²⁵

- (1) Senta-te naquela cadeira. [o significado convencional de *cadeira* não chega para fixar a referência]
- (2) Ler algumas páginas de Saramago já é, para a Maria, um esforço enorme. Imagine-se se forem 500 _____. É uma pena que isso aconteça, porque ele é o romancista português contemporâneo por excelência. [a referência é fixada mediante a saliência conjunta no discurso ou por saliência cognitiva]

²⁵ Exemplos inspirados em Croft (2000: 101).

A dilucidação de casos de ambiguidade também solicita coordenação não convencional, visto que se trata de casos em que a mesma regularidade de comportamento (a mesma expressão linguística) é usada para mais do que um problema de coordenação (significado):

(3) Não vamos deixá-la aqui sozinha no estado em que está.

(4) Descubri o tipo com os binóculos. [trata-se de decidir se *com os binóculos* é o atributo do SN complemento directo ou o instrumento da acção levada a cabo pelo sujeito]

As *construções contextuais* (cf. Clark 1996: 78-79) constituem mais um exemplo de coordenação não convencional no uso linguístico. É o que acontece com vários nomes compostos, verbos, nomes e adjectivos denominais, determinantes possessivos, verbos com significado muito genérico e pró-adjectivo *assim*, como nos exemplos que se seguem:

(5) Vou à sala da televisão. [é preciso conhecer a regra de formação de nomes compostos, mas também é necessário que a sala seja identificável como a assoalhada onde de entre vários objectos a televisão é o que se destaca e também o que a define por confronto com outras divisões da casa]

(6) She Houdini'd her way out of the clauset. [é preciso conhecer a biografia de Harry Houdini]

(7) O João é um chazista militante. [é preciso que os participantes conheçam o João suficientemente bem para poderem decidir que se trata de uma referência ao seu hábito de beber chá]

(8) O nosso director pedagógico é hitleriano. [é necessário saber o que caracterizou as políticas de Adolf Hitler]

(9) Vamos pelo meu caminho. [o referente de *meu* só é recuperável em contexto – pode ser o trajecto habitualmente seguido pelo falante, mas também pode ser o caminho situado em terrenos registados em seu nome, isto é, em sua posse]

(10) Rui Veloso está a trabalhar no seu novo disco. [trabalhar tem um significado geral, precisável de acordo com a actividade laboral do sujeito; sabendo que R. V. é músico, interpretamos *trabalhar* num dado sentido, se fôsse carpinteiro a interpretação seria outra]

(11) Ele tem um carro/uma casa assim. [o significado de *assim* é algo que só os parceiros na comunicação conhecem, ou porque está presente no contexto situacional ou porque é reconstituível a partir do contexto linguístico]

O domínio da modificação adjectival é também muito rico para ilustrar a dependência de contexto, senão vejamos o exemplo clássico de *lápiz vermelho* (lápiz que escreve vermelho/lápiz cujo exterior é vermelho, independentemente da cor com que escreve); atentemos também na determinação contextual do grau das propriedades expressas por certos adjectivos que modificam nomes (*livro grande* /vs/ *casa pequena* – cf. Croft 2000: 104).

Para além de todos estes casos, há um conjunto de factos que nos obriga a questionar a possibilidade de uma definição do significado²⁶ que não seja o significado no uso e que possa abranger todas as instâncias potenciais de uso:

– o mesmo problema de coordenação pode ser resolvido de maneiras diferentes, recorrendo a categorizações diversas e tal depende das características que os falantes escolhem valorizar (*devota/beata/rata de sacristia* podem servir para falar da mesma pessoa);

– as categorias disponíveis através dos meios convencionais, que se constituem através da identificação de tipos de situações recorrentes, nem sempre se adequam ao que se quer dizer, obrigando os falantes a um esforço de construção do significado por meios não convencionais;

– há casos em que a informação considerada periférica/contextual se torna central para a definição de um conceito, como demonstra a história de palavras como *bead*

²⁶ "Signal meaning" (significado fora do uso) por oposição a "speaker's meaning" (significado no uso) – cf. Clark 1996: 126-129.

(conta de um colar), proveniente de *bede* (oração), cujo significado se constitui a partir de uma característica do contexto em que a actividade de orar era exercida – na oração era usado um rosário constituído por contas (*rosary beads*);

– a maioria dos conceitos não se pode definir através de condições necessárias e suficientes, como acontece no caso de categorias definidas por recurso a protótipos (*Wasser*, por exemplo) ou nas categorias de pareenças-de-família (*Spiel*, por exemplo), que tipificam casos em que o conceito pode ser redefinido ('substância com a composição química H₂O') ou alargado no uso ('jogo de video'), o que inviabiliza o recurso a um significado estabelecido previamente por uma convenção que reúna todos os traços necessários à caracterização do conceito, como se procura demonstrar seguidamente, através da explicação e exemplificação dos conceitos de protótipo e *pareenças-de-família*.²⁷

O conceito de protótipo, tal como transparece dos escritos de Wittgenstein e Waismann,²⁸ decorre da possibilidade de dar exemplos para explicar o significado²⁹ dos termos cujo significado não é possível nem apropriado definir através de um conjunto de condições necessárias e suficientes. Os protótipos resultam, assim, da necessidade de coordenação entre falantes que os leva a estabelecer uma convenção

²⁷ Segue-se uma apresentação dos conceitos de *protótipo* e *pareenças-de-família*, que visa tornar clara a necessidade de recurso a mecanismos de coordenação não convencional, na ausência de definições por condições necessárias e suficientes. A apresentação inspira-se nas exposições de Lima (1989, 1999_a, 1999_b e 2000), nomeadamente no que respeita à concepção de *protótipo*, que é bem distinta daquela que vigora em semântica cognitiva, em que os protótipos são entidades mentais que servem para a constituição de categorias, ou seja, modelos em relação aos quais os falantes definem por comparação da proximidade/semelhança relativa a pertença ou não pertença de um elemento a uma dada categoria conceptual: "(...) the prototype can be understood as a schematic representation of the conceptual core of a category. On this approach, we would say, not that a particular entity is the prototype, but that it *instantiates* the prototype." (Taylor ²1995: 59)

"Entities are assigned membership in a category in virtue of their similarity to the prototype; the closer an entity to the prototype, the more central its status within the category. The notion of similarity thus underlies all categorization processes." (Taylor ²1995: 60)

²⁸ Em Wittgenstein não encontramos o termo *protótipo*, mas sim "Muster" (amostra), "Beispiel" (exemplo) ou "Paradigma" (paradigma); Friedrich Waismann (filósofo-sombra de Wittgenstein) também não usa habitualmente o termo, mas refere-o, pelo menos uma vez, nos seus *Principles of Linguistic Philosophy*, como se pode ver na citação incluída em Lima (1989: 263).

²⁹ Nem todas as explicações do significado recorrem a protótipos, como Lima (1999: 58) afirma e o seu trabalho de 1989 (cap. 7) é exemplar na descrição de vários tipos de explicação do significado que decorrem obviamente da necessidade de dar conta de diferentes tipos de palavra.

na prática linguística, sem acordo explícito prévio, recorrendo a exemplos cuja função é orientar a aplicação futura dos conceitos subjacentes a esses termos, como se pode observar, por exemplo, na terminologia antiga de medidas de capacidade, superfície agrária, comprimento e área (o *alqueire*, como medida de capacidade, toma como paradigma o conteúdo em cereais que pode estar contido num objecto construído para medida; o *alqueire*, como medida agrária, toma como paradigma a área de terreno que pode comportar um alqueire de sementeira; o *palm*, como medida de comprimento, tem como protótipo a distância que vai do polegar ao mindinho de um adulto com a mão aberta; a *braça* (quadrada), o *pé* (quadrado), etc.). Numa perspectiva pragmática, " (...) dizer que um objecto, uma amostra, ou um feixe de propriedades é um protótipo é olhar para estas coisas sob o ponto de vista da sua função social. (...) estes exemplos são a via mais segura para uma comunicação livre de mal-entendidos." (Lima 1999: 56-57, sublinhado da minha responsabilidade)

As propriedades que compõem o protótipo bem como os eventuais "exemplos/paradigmas" a que se recorre, aquando da explicação, são encarados como orientações para o uso, sendo que nessas propriedades/características se incluem dados linguísticos e dados enciclopédicos, sem que se faça, em princípio, qualquer distinção entre eles, o que está relacionado com um aspecto importante dos processos de mudança semântica – qualquer dessas características indistinta e individualmente é passível de ser alterada ou revista – e uma característica que é apenas importante por participar num conjunto de propriedades prototípicas pode tornar-se "absolutamente" importante, isto é, definidora do significado.³⁰ Neste caso, o significado deixa de ter carácter prototípico e passa a poder ser definido por condições necessárias e suficientes. Para além disso, as propriedades que constituem o protótipo têm um valor diferenciado no seu papel de orientadoras do uso, como acontece com a propriedade "líquido incolor" para *Wasser* (água) quando comparada com a propriedade "é usada em rituais baptismais." A história já demonstrou que a mudança linguística se opera, por vezes, por absolutização de uma dessas propriedades que passa a ter carácter definitório, relegando as outras para segundo plano, como aconteceu a determinada altura na história da palavra *Wasser*, em que a descoberta da composição química provocou uma mudança do protótipo, cujo

³⁰ Veja-se a distinção de Violi (2001) entre propriedades típicas e propriedades essenciais e a referência à mesma em 2.4.1.

reflexo se pode observar na menção destacada desta composição química nas definições de *Wasser* em dicionários ("substância com a composição química H_2O ").³¹

O conceito wittgensteiniano de *parecenças-de-família* encontra-se exaustivamente descrito em Lima (1989: 252-269) através da apresentação comentada de dois exemplos clássicos: *Spiel* (jogo) e *Nummer* (número).³²

As palavras que exprimem conceitos com uma estrutura do tipo *parecenças-de-família*, cuja explicação não é possível mediante o elenco de um conjunto de condições necessárias e suficientes, isto é, através de um conjunto de propriedades que permitam definir com rigor os limites da sua aplicação e, conseqüentemente, o conjunto de entidades que se situam dentro ou fora do âmbito de aplicação do conceito, são um lugar privilegiado para a observação da importância dos protótipos na descrição do significado.

Estas categorias linguísticas identificam-se, como já disse, pelo facto de não haver um conjunto de propriedades comuns a todos os membros da categoria ou, na eventualidade da existência de propriedades comuns, por estas serem insuficientes para o distinguir de outros conceitos.

Não obstante a ausência de um denominador semântico comum, a unidade interna da categoria reflecte-se no facto de haver uma só explicação do significado³³ da mesma, ainda que os vários elementos nela contidos apontem para realidades diversas (damas, xadrez, futebol, cabra-cega, roleta russa, etc., são jogos, mesmo sendo diferentes).

Essa unidade resulta da existência de relações em cadeia de tipo analógico entre os vários protótipos, relações essas que se processam na base da partilha de algumas propriedades com o protótipo antecedente³⁴ (ou com outros membros da categoria)

³¹ Para uma descrição detalhada da alteração do protótipo de *Wasser*, cf. Lima (2000: 144-145).

³² Sobre os dois tipos de *parecenças-de-família* representados por estas palavras, cf. Lima (1989: 264-265).

³³ Quando explicamos o significado de *jogo*, o que fazemos é enumerar um conjunto vasto e diversificado de exemplos (protótipos) e a essa enumeração juntamos um comentário: isto e coisas semelhantes são jogos.

³⁴ *Jogo* e *número* comportam-se de modo diverso. No caso de *jogo* não é possível identificar um elemento como o iniciador da cadeia de protótipos que constituem o conceito, sendo estes protótipos pontos de referência que se podem ordenar de várias maneiras, ao passo que em *número* a cadeia é claramente iniciada pelos números naturais, que constitui o protótipo para uma segunda categoria de números; esta, por sua vez, constitui o protótipo para uma terceira; e assim sucessivamente, estabelecendo-se uma cadeia ordenada de protótipos, "(...) sendo que cada categoria nova retém algumas propriedades da categoria mais velha de que provém, e apresenta adicionalmente outras novas." (Lima 1999_a: 56)

que são combinadas com outras propriedades não partilhadas e que conjuntamente podem constituir o protótipo com o qual se estabelece o elo seguinte da cadeia numa relação intransitiva de semelhança.³⁵ A intransitividade na semelhança pode compreender-se se pensarmos que, quando a relação de semelhança é transitiva, se pode dizer de uma cadeia de três elementos (três peças de tecido com padrões idênticos, por exemplo) que se o primeiro é semelhante ao segundo e o segundo semelhante ao terceiro, então o primeiro também é semelhante ao terceiro:

Familienähnlichkeit ist offenbar eine Relation der Ähnlichkeit, die nicht transitiv ist. Für "normale" [transitive] Ähnlichkeit gilt: Wenn A B ähnlich ist, und B C ähnlich ist, dann ist A auch C ähnlich. (Keller 1995: 89)

Para além destas duas características, as categorias de pareenças-de-família são, por definição, categorias abertas à aceitação de novos membros e é por isso que uma definição por condições necessárias e suficientes é completamente inadequada à sua explicação:

É característica, portanto, dos termos de «pareença de família» uma disponibilidade para alargarem, por similaridade, a sua extensão a novos casos. Deste modo, qualquer tentativa de explicação deles por condições necessárias e suficientes tem geralmente uma validade muito precária e – o que é mais grave – desvirtua a natureza do significado destes termos, por não reservar lugar para a ideia de que a regra para o seu uso tem de ser uma regra aberta, que admita a possibilidade de um alargamento da aplicação desses termos por *analogia*. (Lima 1989: 259)

Retomando o elenco dos elementos que fundamentam uma concepção de significado no uso, destaca-se, por último, o facto de o significado ser negociado entre falante e ouvinte no decurso da acção conjunta. Para Clark (e para Croft, no seguimento deste), o significado é uma construção conjunta ("joint construal" – cf. Clark 1996: 212 e ss.) que vai evoluindo à medida que a interacção comunicativa progride, como atestam os casos de "verified", "revised", "narrowed" e "elective construal", "corrected" e "undetected misconstrual", situações em que os

³⁵ Em Ross (1981: 96) pode encontrar-se a ideia de que a relação de analogia entre significados é simétrica, mas não transitiva: "(...) if A¹ is analogous to A², then A² is analogous in meaning to A¹. But analogy of meaning is not transitive: if A¹ is analogous to A² and A² is analogous to A³, then A¹ may or may not be analogous to A³, (...)."

intervenientes fixam um entendimento acerca do significado, por exemplo, aceitando a totalidade das intenções do falante ou, em alternativa, reformulando-as, reduzindo a uma só intenção um leque de várias, fazendo determinadas escolhas interpretativas, como nos *actos indirectos*, corrigindo mal-entendidos, etc. Não existe necessariamente um significado pré-feito na mente de um dos participantes que vai ser reconstituído com exactidão na mente do seu ouvinte.

Assumir uma concepção de significado no uso significa, portanto, aceitar que todo o significado é enciclopédico e que a sua construção é dinâmica, tendo como referência a convenção, a regra. A transgressão da regra e o surgimento de novas convenções decorrem da necessidade de utilizar outros mecanismos fomentadores da concordância na prática, quando as soluções convencionais se revelam insuficientes.

1.3 O antimentalismo em semântica pragmática

Como se pode depreender do acima exposto, uma teoria semântica baseada no uso dificilmente se coaduna com a visão mentalista do significado como *Vorstellung* (imagem/representação mental) que podemos encontrar em abordagens cognitivas.³⁶ As abordagens cognitivas, sejam elas a protagonizada por Ronald Langacker e outros ou, no contexto alemão, por Manfred Bierwisch ("*Zwei-Stufen-Semantik*"), são representacionistas, isto é, consideram que as palavras estão em vez de qualquer coisa (conceitos armazenados na mente que se identificam com o significado, na escola de Langacker, e formas semânticas no caso de Bierwisch, que considera a existência de uma forma semântica linguística e de uma estrutura conceptual independente da língua). Em qualquer dos casos, o significado aparece como representação mental, sendo as palavras remetidas para a condição de mediadores entre um significado mental resultante do processo de categorização e conceptualização e o mundo das

³⁶ Croft (2000), no entanto, demarca-se de Lewis (1969) e Clark (1996) ao propor uma versão psicológica do modelo de funcionamento dos sistemas convencionais de sinalização (cf. pp. 98-99) e também quando assume que se deve propor uma distinção entre "significado comunitário" e "significado individual" (cf. Croft 2000: 109).

A questão das representações mentais não é pacífica no âmbito da própria semântica cognitiva, como se pode verificar através da polémica suscitada acerca da representação mental das categorias polissémicas que se pode acompanhar pela leitura de vários artigos publicados na revista *Cognitive Linguistics*, a saber Croft (1998), Sandra (1998) e Tuggy (1999), onde se discute, entre outras questões, a da legitimidade de os linguistas poderem formular hipóteses sobre o "mental" a partir de dados linguísticos.

coisas que são objecto de conceptualização. A semântica apresenta-se, no contexto destas abordagens, como teoria da conceptualização, como teoria acerca da estrutura cognitiva onde, como afirma Keller (1995), a língua desempenha um papel secundário: "Von Sprache ist nur am Rande die Rede." (Keller 1995: 85-86)

Segundo Keller (1995), o *subjectivismo* de Langacker não pode ser o único contraponto possível aos defeitos do *objectivismo* de uma semântica de valores de verdade.³⁷ A alternativa encontra-se em perceber que "Die nicht-objektivistischen Aspekte der Bedeutung wie Subjektivität, Perspektivität oder Evaluativität sind nichts anderes als Gebrauchsregeln, bei denen Sprechereinstellungen, Sprecherperspektiven und Sprecherbewertungen Bedingungen für den regelkonformen Gebrauch der betreffenden Wörter darstellen." (Keller 1995: 84)

A circularidade na argumentação deste tipo de teorias também tem sido objecto de crítica. A ideia de que a tarefa da semântica é a de fornecer hipóteses sobre os conteúdos mentais a partir da observação do uso linguístico choca com a prática de muitos cognitivistas que, tendo partido da língua para colocar hipóteses sobre a estrutura cognitiva, utilizam depois essas hipóteses sobre o "mental" para justificar o que se passa na língua.³⁸ Esta objecção encontra-se não só em Engelberg (2000: 28-29), mas também em Keller (1995: 84-86):

³⁷ Aliás como Lima (1989) bem nota, quer os cognitivistas como Lakoff (veja-se Lakoff 1987: Prefácio e 157-184) quer os autores da semântica prática, a começar pelo seu mentor Wittgenstein, recusam a ideia de uma semântica objectivista, assente no pressuposto de que os conceitos/categorias possam ser sempre definidos à maneira clássica, isto é, em função de um conjunto de condições necessárias e suficientes ou de um conjunto de propriedades comuns aos elementos constituintes da categoria, expressas por traços semânticos binários que delimitam claramente o que pertence e o que fica fora do âmbito de um conceito/categoria, sendo que esses traços, recombinações das mais variadas formas, serviriam para a caracterização de qualquer categoria conceptual ou linguística.

³⁸ Senão veja-se, por exemplo, o que acontece com as chamadas *metáforas conceptuais* de Lakoff & Johnson (1980) e Lakoff & Turner (1989). As metáforas originalmente observadas na língua com grande recorrência e que acabam por se lexicalizar são consideradas *modelos cognitivos* que servem para explicar fenómenos linguísticos. Por exemplo: um conjunto de enunciados produzidos no contexto de uma discussão pode ser entendido recorrendo a um conjunto de metáforas que constituem o modelo cognitivo de discussão (cf. Ungerer & Schmid 1996: 122 e ss.) – "uma discussão é uma viagem", "uma discussão é uma batalha", "uma discussão é um contentor", "uma discussão é um edifício"; assim, parte-se de algum ponto para demonstrar qualquer coisa e chega-se a uma conclusão x, segue-se ou não o raciocínio do interlocutor, vai-se na direcção certa ou na direcção errada, atacam-se os pontos fracos da argumentação do interlocutor, ele defende-se e ganha ou sucumbe ao poder dos argumentos do interlocutor porque os seus eram superficiais ou vazios, um dos intervenientes ganha ou dão-se tréguas, quem ganha tinha argumentos mais sólidos e quem perde não construiu a sua argumentação em bases sólidas, etc. (cf. Lakoff & Johnson 1980: 4-5)

Aquilo que era linguístico passou a ser considerado conceptual e as metáforas são instrumentos (modelos cognitivos) para a conceptualização de noções abstractas, como a de discussão, a partir de experiências concretas (viagem, batalha, contentor e edifício) e daí advém a concepção de metáfora como modo de pensar (cf. *infra* 2.4.6.4).

Kognitivistisch konzipierte Semantiktheorien haben zwei prinzipielle und fundamentale Fehler: Sie sind zum einen repräsentationistisch mit all den daraus folgenden Problemen, und zum zweiten sind sie argumentativ zirkulär. Aus Beobachtungen sprachlicher Sachverhalte wird geschlossen auf das Vorhandensein korrespondierender kognitiver Strukturen, mit denen dann die beobachteten sprachlichen Sachverhalte "erklärt" werden. (Keller 1995: 84, sublinhado da minha responsabilidade)

Wenn die Quelle der Kenntnisse über die Struktur der Kognition ausschließlich die semantische Struktur der Sprache ist, dann ist es nicht zulässig, sie zur Begründung oder Erklärung der semantischen Struktur der Sprache zurückzubiegen. Kognitive Semantik "erklärt" Bekanntes mit Unbekanntem. (...) Die Argumentationsstruktur ist in ihren zentralen Punkten die der *petitio principii*. (Keller 1995: 86)

Independentemente das afinidades entre certos conceitos da semântica pragmática e os seus correspondentes em semântica cognitiva (cf. a propósito a exposição de Lima 1989: 10-14), como sejam o de "protótipo" e "paradigma", o de "cluster" e "uso compósito", o de "chaining" e "parecenças-de-família" e "analogia", etc., a grande diferença encontra-se na concepção de significado, uma mentalista e outra antimentalista.

Este antimentalismo não deve ser tomado como negação da existência de imagens/representações mentais. O que se quer contestar é que essas representações sejam o significado, como aliás se pode comprovar pelo próprio processo de aquisição da linguagem. Uma criança não aprende primeiro o conceito de 'mesa' para depois o designar através da palavra *mesa*;³⁹ o que ela aprende são as regras para a

³⁹ Só nas ciências acontece por vezes a inversão deste processo: a necessidade de encontrar uma designação/palavra para um nova categoria, mas como se sabe esses casos são uma minoria. Lima (2000: 142-146), debruçando-se sobre outro tipo de casos como o da palavra *Wasser*, aqueles em que uma palavra que já era usada no domínio comum passa a ter também, em determinado momento da sua vida, uma definição científica, nega que se possa assumir com H. Putnam que a palavra *Wasser* não tinha significado antes de os químicos terem definido a substância como H₂O, fazendo assim emergir o verdadeiro referente de *Wasser* que até então estaria adormecido, de acordo com a visão de Putnam. A prova de que ela já tinha significado, afirma Lima, é que os falantes a tinham utilizado até aí com perfeito sucesso comunicativo. O autor propõe uma análise do significado desta palavra que recorre à noção de protótipo enquanto conjunto das características que são enumeradas nas explicações do significado da palavra às quais se juntam os paradigmas (amostras concretas utilizadas como apoio da explicação), distanciando-se, também, da proposta feita por Keller (1995: 98) que vê em *Wasser* um conceito de limites indefinidos, isto é, um conceito definido por uma regra para o uso que assenta em características funcionais do objecto de referência. Lima considera que as características funcionais de *Wasser* podem até fazer parte da explicação do seu significado, mas não serão certamente as mais importantes, porque não se trata de uma palavra que designa objectos funcionais, como *cadeira* ou *chávena*, e se é verdade que a explicação de *Wasser* não se faz através de exemplares típicos (condição para a definição de conceito com estrutura prototípica em Keller e que Lima considera demasiado redutora), faz-se muitas vezes apontando para amostras da substância que acompanham a descrição das suas características.

utilização da palavra *mesa*. A primeira hipótese pressuporia que os conceitos tivessem uma existência prévia ao próprio uso linguístico, mas como não conseguimos falar deles, ter acesso a eles, sem a própria linguagem, incluindo a noção de significado, dificilmente se aceita essa hipótese. O que se quer dizer com antimentalismo é que a finalidade do agir linguístico não é evocar imagens mentais (como Lima 1989: 152 e ss. e Keller 1995: 59-60 exemplificam, quando um pedreiro diz ao servente *bloco*, *coluna*, *laje* ou *viga* não visa suscitar nele qualquer representação mental; do mesmo modo, quando nos pedem um sinónimo de determinada palavra, não comparamos representações mentais, mas realizamos uma tarefa linguística de substituição; por vezes, dizemos a alguém que compreendemos perfeitamente o que esse alguém disse, mas que temos alguma dificuldade em o imaginar):

Os critérios de compreensão têm a ver com as acções da pessoa cuja compreensão se quer testar e não com a sua capacidade de evocar imagens mentais. (Lima 1989: 154)

Selbst wenn wir zugestehen, daß wir beim Kommunizieren (bisweilen, stets oder bei einigen Sätzen oder Wörtern) Vorstellungen haben, so spielen sie für die Kommunikation nicht die Rolle, die ihnen die Vorstellungstheorie beimißt. Ob wir welche haben oder nicht, ist irrelevant für die Frage, was der Sprecher meint mit dem, was er sagt, und was der Hörer versteht. (...) Sie sind nicht Bestandteil des Spiels [des Kommunizierens]. (Keller 1995: 60)

1.4 Prática linguística, conceptualização e significado

Não deve depreender-se do facto de os conceitos serem entendidos como consequência lógica do uso linguístico uma defesa incondicional do relativismo linguístico. Se é verdade que com o uso das palavras se nos impõe uma determinada visão do mundo, no sentido de Wilhelm von Humboldt, porque a experiência linguística que leva à conceptualização e categorização é sempre realizada num contexto sociocultural determinado, também é verdade que os estudos sobre a categorização⁴⁰ (de Eleanor Rosch e seus seguidores) demonstraram que nem tudo acontece aleatoriamente, apesar das diferenças entre línguas; há aspectos da biologia e

⁴⁰ Para uma apresentação detalhada das questões da categorização veja-se Taylor (1995).

da forma como os seres humanos interagem com o mundo que podem justificar algumas semelhanças entre línguas:⁴¹

Dies schlägt sich in der Sprache und ihren Kategorisierungen ebenso nieder wie ihre kulturspezifischen Besonderheiten. (Keller 1995: 75)

Obwohl Begriffe nicht sprachunabhängig sind, ist es unangemessen, sie einfach mit Bedeutungen gleichzusetzen. Bedeutungen sind Gebrauchsregeln. Gebrauchsregeln erzeugen die Kategorien, nach denen wir unsere Welt klassifizieren, aber sie sind nicht mit ihnen identisch. (Keller 1995: 93)

Esta afirmação de Keller, que liga a categorização e a conceptualização à prática linguística, mas desliga o conceito de *significado* ("Bedeutung") do de *conceito* ("Begriff") resultante daquelas práticas, é polémica, porque não se compreende que *conceito* e *significado* sejam coisas diferentes, sendo a prática linguística regulada a responsável pela construção de categorias que constituem um conjunto de saberes resultantes da interacção linguística e sendo esses saberes necessariamente partilhados por uma comunidade de falantes que os usa com sucesso, na exacta medida em que a comunicação acontece. Se na prática demonstramos ter compreendido o significado de uma palavra ou frase quando agimos de acordo com a regra que orienta o seu uso, não há razão para pensarmos que *conceito*, entendido como aquilo que se demonstrou compreender, se possa desligar da noção de significado como regra que orienta o uso, não obstante a necessidade de reiterar que a conceptualização decorre do uso e não é uma realidade que lhe pré-exista. Quando obedecemos ou desobedecemos a uma ordem, agimos em conformidade com o conhecimento da regra que orienta o uso, isto é, a nossa acção decorre do conceito de ordem. Não me parece, de resto, aceitável a fundamentação desta necessidade de separar *conceito* e *significado* (Keller 1995: 94) ilustrada com o exemplo *Kopf* (cabeça). O autor considera que se trata de um conceito ("Begriff") de tipo fregeano, com limites bem definidos, porque pelo menos para a categoria dos vertebrados é possível dizer a que parte do corpo se aplica este conceito, mas afirma também que o significado ("Bedeutung") da palavra *Kopf* requer um tratamento diferenciado porque interage, no uso, com o de *Gesicht* (rosto), *Mund* (boca) e *Nase* (nariz), criando-se impossibilidades como a de dizer eu

⁴¹ É o que acontece com os termos básicos para a designação de cores e com as chamadas categorias de nível básico (cf. Taylor ²1995: 1-20 e 46-51).

tenho um bombom na cabeça em vez de eu tenho um bombom na boca; Keller considera também que a solução não passa por considerar *Kopf* uma palavra ambígua e acaba por defender que se trata de um caso de meronímia nos termos de Cruse (1986): "(...) ein Ausdruck, der sowohl als Holonym als auch als Meronym verwendet wird, immer im Sinne des Meronyms interpretiert wird, wenn diese Interpretation möglich ist. Das heißt, ein Ausdruck einer Meronomie wird tendenziell immer in der spezifischeren Lesart interpretiert." (Keller 1995: 97).

Na explicação do significado de *Kopf* já existe a ideia de que se trata de um todo composto de várias partes com diversas designações, só não se diz explicitamente, porque essa é uma regra semântica que funciona para muitas palavras com comportamento semelhante, que quando é possível usar uma designação mais específica, mais informativa, para uma das partes, não se recorre a uma designação que é concorrente com a do todo. De qualquer modo, não me parece que o caso de *Kopf* possa fundamentar uma separação entre significado e conceito.

1.5 Resumo

Neste capítulo apresentei algumas das ideias mais importantes na concepção wittgensteiniana de significado, nomeadamente as noções de significado como regra para o uso e de concordância na acção e nos juízos, e chamei a atenção para a sua relação com o conceito de convenção em Lewis (1969), Clark (1996) e Croft (2000), salientado o carácter social do significado enquanto convenção, por oposição ao individualismo patente numa abordagem mentalista do mesmo.

2. Extensão do Significado e Pluralidade de Sentidos

2.1 Algumas questões prévias

A perspectiva teórica escolhida para este trabalho privilegia um tratamento dos itens lexicais que dê conta das alterações do significado, pelo facto de ser uma abordagem do significado no uso, que já caracterizei como prática simultaneamente convencional e não convencional, e que entende a mudança linguística como expressão de um reajustamento da relação forma/função que resulta do comportamento inovador dos falantes no contexto das comunidades em que se inserem, sendo que esse comportamento decorre da necessidade de resolução de um duplo problema de coordenação ao qual os mecanismos de coordenação convencionais nem sempre dão resposta suficiente.

Uma questão fundamental em qualquer trabalho de semântica lexical é a da existência ou inexistência de múltiplos sentidos do mesmo elemento do léxico, podendo estes estar relacionados entre si ou não, isto é, aquilo que designamos por "significado de uma palavra" pode remeter para realidades mais ou menos distintas que, na tradição linguística, têm sido referidas como *monossemia*, *polissemia* e *homonímia*.⁴²

2.2 Modelos de Tratamento da Pluralidade de Sentidos⁴³

Não tendo a pretensão de reproduzir toda a informação disponível sobre a variação semântica lexical, procurarei apresentar algumas das propostas (de filiação teórica diversa) acerca da variação do significado em geral e sobre a identificação e

⁴² Opto deliberadamente por não incluir aqui, para já, os conceitos de ambiguidade e vaguidade, por terem merecido interpretações muito diversas na história da linguística, nomeadamente no que respeita à sua articulação com os conceitos de polissemia e homonímia. Para um estudo aprofundado destas questões terminológicas, cf. Silva (1999: cap.6 e 2006: cap. 1).

⁴³ Usarei, de um modo geral, esta designação pelo facto de nela se acomodarem tipos diversos de variação semântica lexical, a saber *polissemia*, *homonímia* e *modulação contextual*.

tratamento da polissemia, em particular. Não me parece, desde já, que se esgotem no âmbito de uma só teoria as possibilidades e os recursos necessários à compreensão e descrição deste fenómeno.⁴⁴

É conhecida a existência de vários modelos ou de várias posições acerca da pluralidade de sentidos de um item lexical, que vão desde a sua negação em abordagens como a de Ruhl (1989), passando pela sua negação parcial, como acontece na escola estruturalista de Coseriu (cf. Coseriu 1979) ou na reflexão de Kilgarriff (2003) sobre a desambiguação de sentidos em linguística computacional, até à sua maximização em semântica cognitiva, por exemplo com Lakoff (1987), Langacker (1990: 261-288), Geeraerts (1993_a) e Taylor (1995).

Coseriu e seus seguidores aceitam falar de *polivalência*, mas não de *polissemia*, porque neste paradigma, que pressupõe a distinção entre *sistema*, *norma* e *fala*, o significado é uno, constituindo as possibilidades de variação fenómenos que se situam no domínio da *norma*, nível intermédio entre *língua* e *fala*.⁴⁵ Como exemplo da defesa da posição coseriana, cite-se o artigo de Dietrich (1997) em que as variações funcionais que se observam no uso de uma forma linguística são atribuídas não a razões de ordem semântica, mas a razões de variação referencial que não está integrada no sistema (*língua*). Falar de vários significados, neste contexto, é cometer o erro de confundir sistema (onde o significado é só um) com uso (onde os referentes do mesmo signo podem ser múltiplos) e com normas orientadoras do uso que prevêm a possibilidade de alternância de referentes (*polivalência*).

Em semântica cognitiva, a maximização da polissemia surge como fruto da reacção ao chamado *princípio da regra ou lista*, característico de posições centrais do paradigma generativista, que em nome da formalização e do princípio da economia concebem o léxico como uma lista de itens homónimos, sempre que não é possível formular uma regra geral que permita, a partir de um significado geral, derivar todos os outros. A

⁴⁴ Aliás, vários trabalhos académicos recentes que recorrem intensivamente ao conceito de polissemia verbal são exemplo da combinação de perspectivas de filiação teórica diversa como a "linguística cognitiva" e o "léxico generativo" de Pustejovsky (1995): vejam-se Ibarretxe-Antuñano (1999) e Mendes (2001).

⁴⁵ Sobre a distinção entre *sistema*, *norma* e *fala* como possível desdobramento da dicotomia saussureana *langue/parole*, cf. Coseriu (1952: 13-85).

consequente evitação da ambiguidade, através de entradas separadas dadas no léxico a cada um dos sentidos de uma forma potencialmente ambígua, a ausência de relação entre sentidos da mesma forma e a não clarificação dos motivos que dão origem a essa relação desencadearam a reacção negativa de muitos autores da semântica cognitiva ao paradigma generativo bem como a paradigmas linguísticos anteriores, onde imperava uma concepção unitária do significado; a reacção cognitivista fundamenta-se no interesse pela categorização em função de protótipos, podendo daí resultar polissemia, e na definição deste modelo como privilegiando a observação do uso.⁴⁶

Pustejovsky (1995) pretende ser uma alternativa, no contexto generativista, aos léxicos constituídos por enumeração de sentidos ("sense enumeration lexicons") e define-se como proposta de tratamento formal da possibilidade de um item lexical assumir, em contexto, um número potencialmente ilimitado de sentidos. Para isso, propõe uma representação semântica em quatro níveis ("argument structure", "event structure", "qualia structure" e "lexical inheritance structure") articulada com um conjunto de mecanismos generativos ("coercion", "selective binding" e "co-composition").⁴⁷ Para o autor, o léxico generativo permite explicar e descrever a criatividade lexical, a relação lógica entre sentidos do mesmo item lexical, bem como o fenómeno de alternância sintáctica (várias formas de realização sintáctica para o mesmo sentido de uma palavra). Esta proposta não reúne o consenso dos generativistas, como se pode comprovar em Fodor & Lepore (1998). Em meu entender, o seu mérito reside na chamada de atenção para o facto de uma parte da polissemia verbal poder ser entendida como resultado da interacção da semântica dos argumentos com a semântica do verbo e o seu principal demérito na não contemplação de extensões do significado decorrentes de metáfora e metonímia, o que transforma o léxico generativo numa proposta parcial de tratamento da ambiguidade.

Neste resumo, impõe-se ainda uma referência a modelos pragmáticos de inspiração diversa em que a variação semântica do léxico é tratada como previsível em função de

⁴⁶ Para uma apresentação detalhada destas questões, veja-se Silva (2001: 147-148), onde se elencam e explicitam as principais motivações para uma abordagem polissémica dos itens lexicais do ponto de vista deste modelo. A este respeito vejam-se também Lakoff (1987) e Langacker (1987).

⁴⁷ Para uma apresentação detalhada da organização da informação lexical no léxico generativo, cf. Pustejovsky (1995: 61 e ss.).

um conjunto de regras de uso que visam dar conta das alterações do significado como fenómenos de alteração da referência através de princípios pragmáticos (Nunberg 1979)⁴⁸ ou que invocam princípios reguladores da interação comunicativa como as máximas conversacionais de Grice em versões modificadas ou não (por exemplo Levinson 1983, Sperber & Wilson 1986 e Keller 1995: 202 e ss.); estes modelos pressupõem uma distinção entre o significado de um signo como convenção existente a nível da língua e a interpretação da intenção comunicativa que preside à ocorrência de um signo num momento particular,⁴⁹ observando-se a pluralidade de sentidos nas diferentes intenções comunicativas que podem estar subjacentes aos enunciados. Levinson (1995 e 2000: 22 e ss.) propõe uma nova abordagem pragmática através da introdução de um terceiro nível na teoria do significado e da comunicação, por oposição aos tradicionais dois ("sentence-meaning" e "speaker-meaning"), por considerar que existe um nível intermédio ("utterance-type-meaning"), situado entre o nível do significado tal como deve ser descrito pela gramática e o do significado em contexto real com todas as particularidades das inferências que aí ocorrem. Esse nível intermédio daria conta de expectativas gerais sobre o uso normal da linguagem e explicaria fenómenos sistemáticos de inferência pragmática, entre os quais se contam as *implicaturas conversacionais generalizadas* de que se ocupa exhaustivamente em Levinson (2000).⁵⁰

De entre as propostas recentes para descrever e explicar a variação do significado em contexto, merece destaque a abordagem proposta em Cruse (2000), que se assume como eclética no que respeita às teorias semânticas, procurando abordagens diversas, escolhidas em função do contributo que estas possam dar para a melhor descrição dos

⁴⁸ Nunberg (1995) revê esta posição acerca do tratamento da polissemia sistemática e propõe o conceito de "meaning transfer" como substituto dos de "reference transfer" e "deferred reference" de 1979. Os casos de polissemia sistemática são explicados através do mecanismo de "predicate transfer", onde o autor integra mecanismos semânticos e as restrições pragmáticas sobre eles impostas.

⁴⁹ Keller (1995) designa esta diferença pelo par "Bedeutung" e "Sinn": "Mittels der Bedeutung der Zeichen versucht der Interpret, den Sinn ihrer Verwendung zu entschlüsseln. Gegenstand der Interpretation ist der geäußerte Satz mit seiner Bedeutung; Ziel der Interpretation ist der Sinn. Der Sinn einer Symbolokkurrenz ist die Kommunikationsintention, die der Sprecher mit der Verwendung des Symbols verfolgt. (...) Eine Symbolverwendung zu interpretieren, heißt somit **nicht**, zu versuchen, die Bedeutung des Symbols herauszufinden; es heißt vielmehr den Sinn dieser Symbolokkurrenz auf der Basis der Kenntnis der Bedeutung herauszufinden." (Keller 1995: 130)

⁵⁰ Esta perspectiva tripartida sobre o significado e a comunicação faz pensar na teoria de Coseriu, onde a norma representa o nível intermédio entre *sistema* e *fala*, onde encontramos o que é considerado normal/usual, tendo em conta a história de usos (*fala*) até ao momento.

problemas em apreço. Assim, o tratamento da variação do significado concilia uma proposta anterior do mesmo autor (Cruse 1986) com dados da semântica cognitiva e do léxico generativo de Pustejovsky.⁵¹ O autor mantém-se fiel a uma observação dos contextos de ocorrência das palavras para falar de relações lexicais,⁵² partindo do princípio de que o contexto pode seleccionar sentidos diferentes do mesmo item, induzir cambiantes de um sentido único que designa como *modulação contextual*, prevendo uma zona de transição (entre significado múltiplo polissémico e monossémico) onde se observam leituras distintas, mas não antagónicas do mesmo item lexical (*facetas*,⁵³ *perspectivas*, *subsentidos* e "*local senses on sense spectra*"). O contexto pode ainda provocar (a palavra original é "coerce") a necessidade de uma leitura alternativa não disponível, originando extensões metafóricas e metonímicas.

Uma grande parte dos conceitos expostos em Cruse (2000) já se encontram em Cruse (1986), mas o autor estabelece agora uma categoria de *polissemia não linear* onde inclui

⁵¹ O autor, em consonância com o que afirma (cf. Cruse 2000: X e 14) acerca da sua não adopção de uma teoria semântica particular e da intenção de combinar as perspectivas que melhor permitam descrever os problemas de que se ocupa, reinterpreta os "qualia roles" de Pustejovsky (1995) para explicar um tipo de pluralidade de sentidos que designa por "perspectives" (cf. Cruse 2000:117-118).

⁵² Esta prática insere-se na tradição de estudo empírico descritivo de que Lyons (1977) poderia considerar-se paradigmático.

⁵³ Para uma discussão crítica deste conceito, veja-se Kleiber (1997), que se reporta a Cruse (1996), artigo em que Cruse o propõe pela primeira vez. Kleiber apresenta vantagens e desvantagens da aplicação deste conceito, explorando o exemplo de *Cruse book* (livro) e contrastando-o com *romance*; Kleiber vê na multiplicação de facetas, decorrente da multiplicação de referentes em contexto (livro tem muito mais sentidos contextuais do que os de 'texto' e 'tomo' que servem de base à argumentação de Cruse), o principal problema da proposta de Cruse, o que o leva a afirmar a sua inutilidade. Kleiber propõe em alternativa o conceito de *metonímia integrada*, que mantém a ideia de conceito único e permite falar de *facetas* como partes do referente total ("iluminadas" em contexto pelo facto de alguns predicados só activarem uma zona do referente) e recorre ao conceito de *active zones* de Langacker (1984 e 1987) para explicar esta possibilidade de "iluminação parcial". O autor defende, assim, que a relação metonímica parte-todo no interior do conceito se torna possível pelo facto de as facetas constituírem características válidas e salientes para o todo (em *Paul pèse 100 kilos* e *Paul est intelligent* estão em causa *facetas* de *Paul*, mas isso não obriga, segundo Kleiber, à alteração do referente com a alteração do predicado, graças ao princípio de *saliência*):

"Une «partie» d'un référent singulier ou collectif permet, dans des conditions que nous préciserons tout de suite, une assertion sur le référent tout entier (dans sa globalité), grâce à ce que nous avons appelé le principe de la *métonymie intégrée*.

(31) *Certaines caractéristiques de certaines parties peuvent caractériser le tout.*

Ce qui autorise le passage de la partie au tout, c'est que les caractéristiques concernées soient d'une manière ou d'une autre également saillantes ou valides pour le tout. Autrement dit, qu'elles aient une répercussion sur le référent saisi dans sa globalité et que ce sont ces raisons qui font que c'est le référent global qui est choisi comme sujet et non seulement la partie vérifiant plus étroitement ou plus directement le prédicat." (Kleiber 1997: 228)

dados sobre as extensões do significado decorrentes de metáfora e metonímia que não eram mencionadas no estudo anterior e que merecem tratamento num capítulo à parte, onde integra e discute dados da semântica cognitiva, nomeadamente da teoria de Lakoff (1987 e 1990) sobre a metáfora, bem como as perspectivas de Haas (s.d._b), Black (1979) e Sperber & Wilson (1986).⁵⁴

A proposta de Cruse (2000)⁵⁵ assenta no princípio básico da possibilidade de distinção ou não distinção entre leituras ("readings") diversas da mesma palavra; a polissemia e a homonímia, por um lado, seriam exemplos de distinção e a monossema, por outro lado, tipificaria a impossibilidade de distinção de leituras alternativas.

Ao mencionar um conjunto de quatro testes para a distinção de leituras concorrentes, Cruse (2000: 106 e ss.) refuta a ideia de que se trata de testes para a determinação de ambiguidade e sublinha que eles permitem apenas avaliar a discreção entre leituras possíveis do mesmo item. Já no que concerne à ambiguidade, o autor afirma que só existe uma propriedade, o antagonismo (grau máximo de discreção), que permite determinar se estamos perante um item lexical ambíguo. Para poder dizer que uma palavra é ambígua é necessário que as várias leituras possíveis sejam não só discretas, mas antagónicas.⁵⁶

⁵⁴ Em Cruse (1986) a metáfora só era mencionada a propósito da delimitação de idiomatismos e a metonímia nem sequer merecia referência, como se pode facilmente comprovar pela observação do índice de matérias.

⁵⁵ Cruse distingue esta proposta da anterior (1986) que foi objecto de críticas, nomeadamente no que concerne à aplicabilidade dos testes para a detecção de ambiguidade. Em Cruse (1986: 54-62) encontramos um conjunto de três "testes indirectos" (*sinonímia* diferenciada para leituras da mesma forma em contextos de ocorrência diferentes, *opostos* distintos para leituras da mesma forma em contextos de ocorrência diferentes e *parónimos*, palavras derivadas da mesma raiz, diferentes para leituras da mesma forma em contextos de ocorrência diferentes) e de três "testes directos": *independência de contexto* (critério considerado conceptualmente importante, mas de difícil aplicação, segundo o autor), *independência na maximização* – as palavras ambíguas apresentam sentidos que são independentemente maximizáveis, como se pode verificar através dos testes de *autonomia* e dos *valores de verdade*) e *antagonismo* (impossibilidade de cruzamento de duas leituras alternativas na mesma frase, através de coordenação ou anáfora, sem produção de zeugma); dois dos testes são aqueles que agora apresenta como aplicáveis para aferir se duas leituras são ou não discretas (cf. adiante 2.3.1 - 1. valores de verdade independentes e 4. autonomia). Cruse (1986) considera problemática a utilização de testes indirectos por entender que as diferenças assim encontradas nem sempre correspondem a casos de ambiguidade, isto é, há outros factores que as podem explicar. Por outro lado, há casos de ambiguidade que os testes indirectos podem não detectar: por exemplo, quando o oposto a que se recorre também é ambíguo (águas superficiais/profundas /vs/ pensamentos superficiais/profundos). Também os chamados testes directos levantam alguns problemas de aplicação como o próprio autor reconhece, chegando a propor que se evitem determinados tipos de contexto (cf. Cruse 1986: 65).

⁵⁶ Para uma apresentação detalhada dos critérios para a determinação de discreção e antagonismo em Cruse (2000), cf. 2.3.1.

Polissemia e homonímia são casos de ambiguidade⁵⁷ e distinguem-se entre si através da noção de motivação:

Given that a word is ambiguous, it may be the case that there is an intelligible connection of some sort between the readings, or it may be seemingly arbitrary. (...) Where there is a connection between the senses, (...) we say that the word is **polysemous**, or manifests **polysemy**. (Cruse 2000: 109)

As duas noções aparecem contrastadas com base na existência ou inexistência de relação entre os vários sentidos,⁵⁸ embora o autor se apresse a reconhecer que a relação entre sentidos se apresenta como definível em graus diferenciados, não sendo possível estabelecer limites rígidos entre relacionado e não relacionado, havendo inclusivamente variação interindividual na avaliação, o que não o leva, no entanto, a concluir que a distinção entre polissemia e homonímia seja despicienda:

(...) this does not render the distinction between polysemy and homonymy useless, because there are many clear cases. (Cruse 2000: 109)

⁵⁷ Para além dos casos de ambiguidade lexical (polissemia e homonímia), o autor apresenta, ainda, alguns casos de ambiguidade de origem não lexical, como sejam a ambiguidade de base sintáctica, resultante da ordenação dos elementos na frase (*Mary saw the man with the telescope*) ou de alternância funcional (*Ship sails today*), e os casos de ambiguidade pragmática ou aberta (ilimitada), produto de alterações na referência mediante o contexto, questionando-se legitimamente sobre a existência real de ambiguidade nestes casos (em *The man entered the room* os referentes de *man* e *room* são ilimitadamente variáveis em função do contexto).

⁵⁸ Encontramos repetidamente em vários autores da linguística cognitiva esta insistência na relação entre significados como marca de polissemia (cf. Deane 1988: 327, Lakoff 1987: 107 e Taylor ²1995: 122): "Recent research suggests that a small set of basic conceptual structures relates senses by connecting them in people's shared knowledge of the world." (Deane 1988: 327)

Este argumento não é novo, embora assumo aqui o enfoque mentalista característico deste paradigma. Já Lyons (1977: 551-553) insiste nesta questão, sugerindo inclusivamente que este é provavelmente o único critério sincronicamente relevante para a distinção entre polissemia e homonímia, mas também reconhece as dificuldades em o aplicar, visto que a relação entre sentidos de uma palavra exhibe diferenças de grau e que os juízos dos falantes não são unânimes nessa matéria; o principal problema é a inexistência de um limite claro entre o que se considera relacionado e não relacionado, sendo que a análise componencial não parece contribuir para o estabelecimento desse limite.

Sobre esta proposta de Cruse (2000) diria que as suas principais qualidades são o manter-se fiel à observação dos dados (ocorrências em contexto), seguindo o espírito contextualista de Cruse (1986), e a explicação do fenómeno da extensão do significado como aplicação de princípios cognitivos, a metáfora e a metonímia, cuja influência no léxico se pode observar através da criação de novos sentidos não literais gerados por semelhança, no caso da metáfora, e por associação, no caso da metonímia.

Cruse (2000) mantém um aspecto problemático, que já se podia observar no texto de 1986, a saber, uma terminologia muito variada e sobretudo em grande parte da sua autoria, o que dificulta grandemente a tarefa do leitor, especialista ou não. Assim, só na definição de tipos de polissemia encontramos *polissemia linear* – auto-hiponímia, automeronímia, auto-superordenação, auto-holonímia – e *polissemia não linear* – metáfora, metonímia e miscelânea, mas a variedade terminológica, fruto de uma subclassificação muito detalhada, continua na classificação de casos intermédios (situados entre polissemia e modulação contextual) – *facetar, perspectivas, subsentidos e espectros de sentidos*).

Se contrastadas as propostas de Cruse (1986 e 2000), verifica-se que o autor procura resolver os problemas encontrados na aplicabilidade de critérios directos e indirectos para a detecção de ambiguidade, apoiando-se na tese de que existem vários graus de relação entre leituras alternativas da mesma palavra. Para isso, recorre à distinção entre discreção e antagonismo, aplicando quatro testes de aferição de leituras discretas, um dos quais é um teste indirecto cuja aplicação tinha recusado na versão anterior (nomeadamente o critério das relações de sentido independentes, ao qual farei referência na secção 2.3.1). Cruse (2000) verifica que, no que toca à discreção, nem todas as palavras conduzem ao mesmo resultado depois de aplicados os testes e, por isso, distingue quatro casos: *facetar, perspectivas, subsentidos e espectros de sentidos*, que não representam leituras antagónicas, nem podem considerar-se meros enriquecimentos ou empobrecimentos semânticos decorrentes do contexto (*modulação contextual*). O autor reserva o teste do zeugma para a aferição de antagonismo (ambiguidade) e coloca na relação ou ausência de relação entre leituras a distinção entre dois tipos de ambiguidade – polissemia e homonímia, respectivamente.

2.3 Critérios para a identificação de pluralidade de sentidos

2.3.1 Discreção e Antagonismo

Na delimitação e contagem de várias leituras da mesma palavra, podem tomar-se em consideração duas propriedades que distinguem leituras alternativas, a discreção e o antagonismo, que já se antecipou na secção anterior (cf. Cruse 2000: 106-108).

Estaremos perante leituras discretas se for possível separá-las umas das outras através de um conjunto de quatro testes aplicados com sucesso, a saber: identidade na referência anafórica, relações de sentido independentes, valores de verdade independentes e autonomia:⁵⁹

1. Identidade na referência anafórica

Partindo do facto de que *leve* pode significar, entre outras coisas, ‘com pouco peso’ e ‘de fácil digestão’, a frase que a seguir se transcreve mostra que, seja qual for o sentido escolhido, a interpretação de *leve* e da referência anafórica subsequente será sempre uma e só uma, i.e., ou a merenda do João e a do Zé têm peso reduzido ou o conteúdo dessas merendas é de fácil digestão.

(12) A merenda do João é leve e a do Zé também.⁶⁰

Não é possível obter, na frase seguinte, as duas leituras simultâneas:

(13) A merenda do Zé tem pouco peso e a do João digere-se facilmente.

A restrição a uma leitura única não se observa, pelo contrário, no seguinte caso:

(14) Ele é tio do António e também da Maria.

⁵⁹ Geeraerts (1993) fala de critérios (critérios linguísticos, critério lógico e critério aristotélico da definição) que foram sendo propostos como testes para a determinação de polissemia por oposição a vaguidade semântica (variação contextual de um mesmo significado) e Silva (1999: 613-616) retoma, em grande parte, essa explicação, bem como a ideia de que a aplicação desses testes conduz à obtenção de resultados contraditórios.

⁶⁰ Os exemplos que acompanham a apresentação da proposta de Cruse (2000) são, na sua maioria, adaptados dos exemplos fornecidos pelo autor.

Não se prova que tio tenha dois sentidos ('irmão do pai'/'irmão da mãe'), não obstante a possibilidade de haver quatro leituras diferentes para esta frase, se considerarmos que o António e a Maria são primos; as duas leituras de tio ('irmão do pai'/'irmão da mãe') não são, portanto, discretas.

2. Valores de verdade independentes

As leituras distintas da mesma palavra têm diferentes valores de verdade, isto é, é possível imaginar uma situação/contexto em que uma pergunta de *sim/não*⁶¹ contendo essa palavra possa obter resposta verdadeira, afirmativa e negativa, consoante o sentido em que tomarmos essa palavra:⁶²

(15) A merenda do João é leve?

Imaginando-se que a pergunta é feita a quem preparou e vai levar a merenda ao João, a resposta pode ser *sim* e *não*. O saco que a transporta pode estar pesadíssimo e o seu conteúdo ser de fácil digestão, ou, pelo contrário, o saco pode ser muito pouco pesado e o conteúdo ser de difícil digestão.

3. Relações de sentido independentes

O terceiro indicador de discreção tem a ver com o facto de as diferentes leituras se inserirem em paradigmas independentes de relações semânticas ("independent sets of sense relations"):

Pesado não serve para verificar a discreção das duas leituras de *leve* através de uma relação opositiva, porque o potencial oposto⁶³ também admite as duas leituras concorrentes ('com peso elevado' e 'de difícil de digestão'), mas no paradigma de *pesado* ('de difícil digestão'), encontramos *indigesto* que, obviamente, não se encontra no paradigma de *pesado* ('com peso elevado').

⁶¹ Mateus et al. (1989: 237) propõem a designação "**interrogativas globais** (totais, proposicionais ou de *sim/não*) afirmativas ou negativas." A designação no texto de Cruse é "Yes/No question."

⁶² Cruse (1986) chama-lhe "teste do *sim* e do *não*" e considera-o entre as formas de determinar se sentidos alternativos são independentemente maximizáveis.

⁶³ Cruse (2000: 167-175) distingue vários tipos de relação opositiva dos quais a antonímia (cf. p. 169) é um caso particular, por isso não deve estranhar-se o uso da designação *oposto* em vez da de *antónimo*.

Vejamos o exemplo de algumas relações estabelecidas com a palavra *renda*:

*renda*₁ ≠ *tricot* ≠ *bordado* (hipónimos de *lavors*)

fazer renda ≠ *tricotar* ≠ *bordar*

rendilheira

*renda*₂ (tipo de rendimento)

arrendar

rendeira(o)

4. Autonomia

O quarto indicador prende-se com a possibilidade de usar determinada forma num dos seus sentidos, sendo a outra interpretação negada ou excluída por anomalia ou outra razão do mesmo tipo, por exemplo:

(16) Prefiro cães a cadelas. [o sentido geral é excluído por anomalia semântica]

O sentido restrito (caninos do sexo masculino) tem autonomia.

(17) *Prefiro meninas a crianças. [a especificação do sexo como leitura alternativa de *criança* não tem autonomia]

O grau máximo de discreção entre leituras tem expressão no antagonismo que pode ser comprovado através do teste do zeugma.

5. Zeugma

A coordenação de leituras concorrentes na mesma frase produz, no caso das palavras ambíguas, uma sensação de estranheza decorrente da impossibilidade de obter uma leitura cruzada de dois sentidos alternativos do mesmo item, por exemplo:

(18) *O João viu o pôr-do-sol e que a Maria tinha toda a razão.

(19) ?A validade da carta de condução do João expirou e ele também.

Numa palavra ambígua polissémica ou entre palavras homónimas as leituras alternativas competem entre si e não há possibilidade de opção entre uma ou outra (interpretação aberta); o falante fez uma escolha e espera que o ouvinte seja capaz de a reconstituir, mediante as informações disponíveis no contexto (cf. Cruse 2000: 108).

2.3.2 Outros critérios para a identificação de pluralidade de sentidos

Para além dos critérios de discreção e antagonismo já explicitados, existe um conjunto de outros critérios para a identificação de itens lexicais polissemicos.

2.3.2.1 Critérios conceptuais para a distinção de sentidos?

A necessidade de recorrer a diferentes *domínios cognitivos* para explicar a maneira como se relacionam os vários sentidos de uma palavra (que nos reenvia imediatamente para a teoria da metáfora em linguística cognitiva – projecção de um *domínio-origem* num *domínio-alvo*), bem como à noção de reestruturação do mesmo domínio cognitivo, mediante a imposição de diferentes *esquemas imagéticos* que alteram o elemento perfilado, é aventada por Taylor (1995:100) como indício de polissemia:

If different uses of a lexical item require, for their explication, reference to two different domains, or two different sets of domains,⁶⁴ this is a strong indication that the lexical item in question is polysemous. (...) An item can still be polysemous even if its different meanings need to be characterized against the same domain. In such cases one and the same domain may be structured by means of alternative schemas.⁶⁵

⁶⁴ Sobre a noção de domínio cognitivo, cf. Langacker (1987: 147). Recorde-se também que Fillmore (2001) dissocia o tratamento da polissemia, relacionada com a ligação a diferentes "frames" (sobre esta noção, cf. *infra* 2.4.2), da caracterização dos vários significados individuais, estando esta questão relacionada com a metodologia e os objectivos do "FrameNet Project", que toma o "frame" como ponto de partida e não a palavra, o que tem como consequência lógica a separação de significados divididos pelos "frames" respectivos: "Since we proceed one frame at a time, rather than one word at a time, we do not begin by attacking the question of polysemy. (...) We find that by working in this "encoding" direction, where we ask ourselves which words are used by speakers for communicating within particular frames, we end up with reasons for "splitting" senses of words, compared with cases where a word-centered view might encourage someone to "lump" uses under single sense descriptions." (Fillmore 2001: 6-7)

O "FrameNet" é um projecto lexicográfico assente na *semântica de frames* de Fillmore e visa a construção de uma base de dados informática sobre palavras inglesas e os "frames" em que se inserem; contém exemplos atestados que mostram, através de frases autênticas, como são expressos, sob a forma de complementos e modificadores de cada item lexical, os elementos constituintes dos vários "frames" (para uma descrição mais detalhada do projecto, cf. <http://www.icsi.berkeley.edu/~framenet/book/book.html>).

⁶⁵ Taylor refere-se aqui aos conceitos de *esquemas imagéticos* e *transformações de esquemas imagéticos* de Lakoff (1987), cuja reinterpretação é proposta por Clausner & Croft (1999) nos seguintes termos: "In general, image schema transformations are construal operations on concepts. A shift of profile is also a construal operation, falling under the class of construals involving attention." (Clausner & Croft 1999: 24, sublinhado da minha responsabilidade)

Em *janela alta* e *edifício alto*, o domínio espaço vertical é comum, mas *janela alta* perfila a posição de determinada entidade no espaço vertical enquanto que, no caso de *edifício*, é a extensão em termos verticais que é perfilada. A mudança de perfil corresponde, em linguagem comum, à noção de mudança do elemento destacado, ou seja, a uma chamada de atenção para diferentes aspectos da mesma realidade.

No entanto, o autor não propõe que o recurso a estes mecanismos seja transformado em critério de delimitação de sentidos de uma palavra polissêmica, mas avança para a ideia de que a distinção entre polissemia e monossemia se resume à distinção entre ambiguidade e vaguidade, o que o leva a falar de três testes para a aferição de ambiguidade ("teste do sim e do não", "teste do zeugma" e "teste da identidade"), nos termos de Cruse (1986). Taylor refere também os problemas de aplicação dos testes, mas nunca os recusa abertamente, admitindo antes que esses problemas revelam a dificuldade de delimitação entre polissemia e monossemia e, por isso, propõe um tratamento das categorias polissêmicas que consiste em adaptar a ideia de encadeamento presente no conceito wittgensteiniano de *parencas-de-família* à compreensão e representação de categorias que se constituem como cadeia polissêmica de sentidos.⁶⁶

Não há, portanto, um critério conceptual/cognitivo para a distinção entre sentidos de uma palavra polissêmica e a referência cognitivista à existência de relações metafóricas ou metonímicas entre os sentidos das palavras polissêmicas não responde à questão da discreção; num contínuo semântico tem de haver lugar para a variação e para a discreção.

2.3.2.2 O critério sintáctico

Os verbos parecem implicar um maior grau de complexidade na tarefa de delimitação de sentidos e na conseqüente distinção entre casos de ambiguidade, casos de modulação contextual e outros intermédios, como propõe Cruse (2000).

Essa complexidade decorre das propriedades dos verbos, dos seus complementos e argumentos, que por si só constituem um contexto mais alargado que contribui para o estabelecimento do significado do predicado verbal. Também a possibilidade de um predicado verbal admitir alternâncias sintácticas⁶⁷ não pode desligar-se do seu

⁶⁶ Discutir-se-á ainda neste capítulo, secção 2.4.1, a posição semelhante de Violi (2001).

⁶⁷ Veja-se o número elevado de comunicações sobre alternância sintáctica anunciadas em Fauler et al. (org.) (2001).

significado, assim como a especificidade das construções sintácticas em que ocorre. Vejamos alguns exemplos dessa complexidade:⁶⁸

- (20) O João viu o pôr-do-sol. [‘perceber através do sentido da vista’ com N concreto na posição de CD (complemento directo)]
- (21) O João viu a aflição da Maria e tentou ajudá-la. [‘aperceber-se de’ com N abstracto na mesma posição]
- (22) A professora viu os trabalhos de casa. [‘ver com minúcia/corriger’ com forte influência do preenchimento lexical do CD]
- (23) A professora viu pelo tipo de erros que a aluna não tinha percebido bem a tarefa. [‘inferir a partir da percepção visual’ com CD sob a forma de completiva]
- (24) O médico viu aquele doente ontem à noite. [‘examinar’ com forte influência do preenchimento lexical do sujeito e do CD]
- (25) O João viu na agenda se podia ir ao cinema na quinta-feira à noite. [‘verificar’ com CD sob a forma de *seF*, construção típica dos verbos de inquirição]
- (26) O Sr. José vê o João como filho. [‘considerar’ relacionado com a existência de um predicativo do CD que ocorre com verbos epistémicos]
- (27) O João viu-se no cimo da Serra num instante. [‘aperceber-se de uma situação não controlada pelo próprio’ reforçado pelo uso de *se*-passivo]

A aplicação de testes como o de coordenação para a aferição do número de sentidos dos predicados verbais com pluralidade de sentidos é muito mais complexa do que

⁶⁸ Os exemplos que a seguir se apresentam não retratam de maneira exaustiva a pluralidade de significados de *ver*, nem as construções sintácticas possíveis para esse predicado, mas são uma amostra da complexidade sintáctico-semântica deste verbo de percepção.

no caso de outras categorias gramaticais, visto que é impossível considerar apenas o verbo na sua aplicação:

(28) *O João viu o pôr-do-sol e a aflição da Maria.

(29) *A professora viu os trabalhos de casa e que a aluna não tinha percebido bem a tarefa.

(30) *O João viu o pôr-do-sol e a professora fez o mesmo aos trabalhos de casa.

Silva (1999), ao reflectir sobre a influência da sintaxe nos diferentes sentidos do verbo *deixar*, exclui a possibilidade de as diferenças se basearem exclusivamente neste critério, mas não ignora o contributo diferenciado da semântica das diferentes construções sintácticas:

(...) deverá também entender-se que aqueles diferentes esquemas sintáctico-semânticos intervêm na diferenciação das variantes básicas de *deixar*, bem como no seu respectivo relacionamento, e que portanto as construções sintácticas aportam o seu próprio significado nas expressões que as usam. (Silva 1999: 650)

Fillmore (2001: 7) menciona um conjunto de razões (numeradas de 1 a 6), quase todas relacionadas com os verbos, que o levam, no contexto do projecto FrameNet, a separar significados:

I. diferenças no esquema valencial

(31) a. O João sai da escola às 13.00h. (complemento direcciona)⁶⁹

b. O João sai aos Domingos. (suplemento temporal)⁷⁰

c. O João sai ao pai. (complemento preposicional)

d. *O João sai da escola e ao pai.

e. *O João sai ao pai e aos Domingos.

f. *O João sai da escola e aos Domingos.

⁶⁹ A classificação de complementos segue as propostas da gramática valencial e dependencial, aplicada ao português, apresentadas em Busse & Vilela (1986).

⁷⁰ A classificação de suplementos segue as propostas da gramática valencial e dependencial, aplicada ao português, da autoria de Heringer & Lima (1987).

2. diferenças na nominalização

- (32) a. A saída do João é às 13.00h.
b. As saídas do João aos Domingos perturbam a rotina familiar.
c. *A saída do João ao pai.⁷¹

3. possibilidade de omissão de argumentos

- (33) a. O João já deu. ('contribuir')
b. O João deu o livro ao Zé. ('transferir a posse')

4. no caso dos nomes de evento [e no caso de *nominalização* do verbo], a diferença na selecção de verbo-suporte

- (34) a. O doente está em observação.
b. O professor fez uma observação pertinente.

5. pertença a diferentes séries contrastivas

sair/entrar – (31a); sair/ficar em casa – (31b); sair/não sair – (31c).

6. diferenças óbvias na tradução para termos equivalentes noutras línguas:⁷²

(Cf. a tradução das frases de 1.)

- (35) a. Johann kommt um 13.00 Uhr aus der Schule.
b. Johann geht jeden Sonntag aus.
c. Johann ist der Sohn seines Vaters.

Willems (1980, 1983_a e 1984-85), ao reflectir sobre a relação entre polissemia e classes lexicais, chama a atenção para o facto de ser necessário estabelecer uma tipologia das alterações do significado (no léxico verbal) e da sua regularidade em várias línguas e, paralelamente, observar as suas modalidades: (a) alterações decorrentes da adopção de uma construção sintáctica semanticamente muito condicionante (no limite, qualquer verbo pode transformar-se num verbo *dicendi* ou

⁷¹ O exemplo de Fillmore é *adherence* /vs/ *adhesion* para dois sentidos de *adhere*.

⁷² Este critério indirecto para a determinação de ambiguidade foi abandonado por muitos autores por ser considerado inconclusivo (cf. Lyons 1977: 404); este autor sublinha, no entanto, que ele pode ser indicativo de ambiguidades demonstráveis através de outros testes. Fillmore esclarece que se trata de um critério aplicado pelo facto de o FrameNet ser suporte de aplicações informáticas que incluem tradução assistida por computador.

num verbo de transferência de posse, desde que ocorra na estrutura típica destes – O João soprou-lhe ao ouvido que ... O patrão adiantou-lhe algum dinheiro por conta do vencimento desse mês), (b) alterações decorrentes da partilha de semas⁷³ e (c) alterações sem partilha de semas; para além das modalidades seria necessário atender à regularidade com que ocorrem essas transições e, ainda, às suas características lógicas (relação previsível ou não entre sentidos). A autora propõe também que a modalidade, a regularidade e as características lógicas das alterações semânticas sejam consideradas conjuntamente como critérios para uma melhor distinção entre os casos de homonímia, polissemia e monossema. Assim, as alterações muito produtivas induzidas pela sintaxe (de verbos do tipo *dizer* e *dar* – em que há prevalência do significado da construção sobre significado do verbo e que não são típicas de nenhuma classe de verbos em particular) seriam casos de monossema com alterações em contexto; os casos de homonímia constituiriam alterações cuja ocorrência é irregular, afectando um só verbo, sem partilha de semas; por último, os verdadeiros casos de polissemia seriam casos intermédios em termos de produtividade, com partilha de semas e em que os vários sentidos se relacionam de forma lógica. Esta conjugação de critérios teria ainda a vantagem de evitar a maximização da polissemia ou da homonímia (cf. Willems 1984-85: 179).

2.3.2.3 A informação proveniente de dados empíricos⁷⁴

Croft (1998:168-171)⁷⁵ considera fundamental o uso de dados empíricos de frequência em *corpora* linguísticos, de dados respeitantes à convencionalidade dos

⁷³ A análise sémica levanta problemas que vão desde a delimitação de semas componentes à definição do número de semas comuns considerado relevante para a distinção entre polissemia e homonímia e polissemia e monossema, mas proponho, com Mendes (2001), que se leia na partilha de semas a partilha de elementos de sentido.

⁷⁴ Para uma discussão clara e sucinta da questão dos dados em linguística, cf. Willems (1985, 1998 e 2000): "Les données linguistiques sont essentiellement de deux types: les données d'observation d'une part, les données d'introspection de l'autre. À cela on pourrait ajouter une troisième catégorie, celle des données «élicitées», qui prennent la forme de «tests langagiers» de toutes sortes, bien représentés dans la recherche psycholinguistique contemporaine." (Willems 1998: 81)

A argumentação de Willems, que subscrevo, vai sempre no sentido da defesa da complementaridade dos vários tipos de dados que permitem corrigir os defeitos de uma investigação baseada exclusivamente num dos vários tipos possíveis, com especial relevo para o enriquecimento que os dados provenientes de *corpora* trouxeram à investigação em linguística, por via do abandono da escolha de dados em função daquilo que uma dada teoria quer provar.

⁷⁵ As propostas aqui apresentadas por Croft não são originais e podem encontrar-se em vários autores da psicolinguística e da linguística de *corpora*, mas opto por as recolher neste artigo de Croft, onde se encontram agrupadas.

usos e de dados provenientes de estudos psicolinguísticos (tarefas de avaliação de proximidade semântica entre frases ou de agrupamento de frases por significados, avaliação de tempos de resposta ou ainda identificação de unidades linguísticas como existentes ou não na língua em análise) que possam atestar a distinção entre usos e/ou a sua relação.

A observação em *corpora* das diferenças na distribuição sintático-semântica do mesmo item lexical permite separar usos, excluindo, nesse caso, a hipótese monossémica (um significado geral acompanhado de variantes derivadas em contexto).

A frequência elevada de determinadas ocorrências revela o grau de convencionalidade de certos sentidos, excluindo, nesse caso, a hipótese derivacional (um significado e o conjunto de regras gramaticais ou pragmáticas para a derivação de outros a partir deste).⁷⁶

De acordo com o autor, só assim se pode evitar um recurso exclusivo à introspecção, com todos os problemas que tal acarreta.

2.3.2.4 O critério diacrónico

O uso deste critério tem sido proposto como modo de distinção entre polissemia e homonímia – a existência de relação etimológica entre significados associados a uma única forma fónica (significante, em termos saussureanos) comprovaria casos de polissemia e a ausência dessa relação serviria para definir casos de homonímia. O mesmo critério também tem sido sucessivamente posto em causa pelas dificuldades práticas na sua aplicação, que se prendem com a existência de lacunas na informação de carácter etimológico e com a percepção que os falantes e também os estudiosos de uma língua têm acerca da relação entre significados. A existência de uma relação comprovável em termos etimológicos pode já não ser perceptível para os falantes de uma língua em determinado momento da sua história, como acontece com a palavra inglesa *pupil* que tem dois sentidos (‘pupila’ e ‘aluno’) oriundos do mesmo étimo latino (*pupillus/pupilla*) ou, inversamente, significantes etimologicamente não relacionados podem convergir, num determinado momento da história de uma língua, na mesma forma fónica, em virtude de vários factores, eventualmente de mera natureza fonológica – quando duas formas não relacionadas etimologicamente convergem numa só, é frequente os falantes procurarem relações de significado entre

⁷⁶ Para Croft, a frequência elevada torna visível o enraizamento mental de certos usos, levando à exclusão da hipótese derivacional para explicar a pluralidade de sentidos de uma palavra; esta afirmação acerca dos dados de frequência como fundamento para a distinção entre sentidos na mente decorre da perspectiva cognitivista do autor.

os dois usos da forma, estabelecendo assim uma relação "etimológica" sem fundamento histórico (fenómeno designado por "etimologia popular") que pode encontrar-se, por exemplo, na palavra inglesa *ear*, à qual estão associados dois significados e duas origens historicamente distintas – ‘órgão auditivo’, relacionado etimologicamente com o alemão *Ohr* e o latim *auris* e ‘espiga’, relacionado etimologicamente com o alemão *Ähre* e o latim *acus, aceris*).⁷⁷

Para além das objecções práticas à aplicação do critério diacrónico, há uma objecção empírica à sua utilização. Quando se pretende decidir quantos e quais são os sentidos de uma palavra não pode ser o critério diacrónico a comandar essa decisão, porque nem todos os sentidos observáveis em termos históricos resultam da actuação de princípios cognitivos (metáfora e metonímia) através dos quais os falantes estabelecem relações entre sentidos em sincronia. O estudo histórico pode servir para mostrar quais os processos que estão na origem dos vários sentidos, isto é, de que maneira se criam alternativas/variantes em relação à convenção estabelecida (cf. *supra* a ideia de que todo o uso tem uma componente não convencional) e de que modo essas variantes sofrem um processo de selecção que resulta no estabelecimento de uma nova convenção (cf. Croft 2000), mas não é forçoso que todos os processos de génese de novos sentidos estejam presentes na sincronia. A abordagem diacrónica permite apenas estabelecer uma tipologia das ligações polissémicas (por metáfora, metonímia, etc.) e aprofundar a natureza dessas ligações.

A consciência da necessidade de separar os processos de génese de novos sentidos em termos históricos das relações estabelecidas sincronicamente entre os vários sentidos de uma palavra polissémica surge no confronto com casos estudados no domínio da gramaticalização, onde parece haver uma tendência para abandonar a explicação dos casos de gramaticalização apenas como casos de metáfora ou metonímia, por se ter compreendido que há uma história do uso dessas palavras ou construções em que o princípio de mudança é um princípio pragmático de "invited inference" ou metanálise (cf. Croft 2000: 133 e 156 e ss. – extensão gradual por pequenas alterações em que se integram dados do contexto no significado da

⁷⁷ Cf., a propósito, as seguintes afirmações de Lyons (1977: 552): "(...) some native speakers will claim to see a connexion between an ear of corn and the part of the body that is denoted by the noun 'ear', whereas other native speakers will deny that any such connexion exists."

palavra/construção), cujo resultado final dá, em sincronia, a impressão de metáfora ou metonímia, sendo que, em boa verdade, essa ligação metafórica ou metonímica, em sentido estrito,⁷⁸ nunca existiu na história da evolução dessas palavras ou construções. É o que acontece com *since* (de conector temporal a conector causal) e com a construção *be going to/ir + Infinitivo*⁷⁹ em que *go/ir* é auxiliar e não verbo pleno de movimento. Vejamos os exemplos das várias fases intermédias na evolução de verbo de movimento para auxiliar de futuro perifrástico:

- (36) a. Henry is going to town.
b. Are you going to the library?
c. No. I'm going to eat.
d. I am going to do my very best to make you happy.
e. The rain is going to come. (Heine, Claudi & Hünemeyer 1991: 70 apud Croft 2000: 161)

Podemos observar uma evolução de verbo pleno de movimento, em (36a) e (36b), para uma situação intermédia (36c) em que podemos ter movimento e a intenção (inferida) de realizar determinada acção (futura) ou, como em (36d), em que o movimento pode estar ausente e a ideia de intenção ser metanalisada como significado inerente da construção "be going to" e, finalmente, em (36e), o uso de "be going to" como auxiliar de futuro perifrástico aplicado num contexto em que o sujeito já não tem o traço humano.

Não quero com o que acabei de afirmar negar a importância dos dados históricos para um estudo sincrónico da pluralidade de sentidos; pode admitir-se a sua utilização, caso ajudem à compreensão de determinado fenómeno.

Depois de percorrido um conjunto de critérios/testes propostos para aferição de vários tipos de pluralidade de sentidos, impõe-se um comentário final. A aplicação de testes conduzirá necessariamente, conforme sublinhado por vários autores, à obtenção de resultados nem sempre perfeitamente coincidentes, mas importa dizer que esse facto não dispensa a sua aplicação. A identificação de pluralidade de

⁷⁸ Cf. *infra*, 2.4.6.6, o conceito de metonímia alargada.

⁷⁹ Para uma exposição detalhada do caso português, cf. Lima (2001: 119-145).

sentidos far-se-á conjugando os vários critérios, no pressuposto de que, para além dos casos duvidosos, haverá sempre também casos claros e que as eventuais incongruências serão reveladoras de graus distintos de proximidade ou afastamento dos vários sentidos de um item lexical:

On the one hand it is essential to employ more than one test when attempting to identify cases of polysemy or homonymy: (...). On the other hand it is clear, once an appropriate range of tests is employed, that our view of polysemy must be revised: **this must now be seen as a continuum characterized by various degrees of meaning relatedness and meaning difference.** (Cowie 1982: 53, negrito da minha responsabilidade)

Aos casos claros de polissemia e de homonímia juntar-se-ão necessariamente aqueles em que a aplicação do teste do zeugma não permitirá declarar que os sentidos em apreço são antagónicos, podendo estes recair numa zona de transição entre polissemia e modulação contextual nos termos de Cruse (2000).

2.4 A explicação da extensão do significado

A extensão do significado de um item lexical pode ser explicada como aplicação de quatro princípios distintos, a saber: o princípio do protótipo, o princípio da cena, o princípio da metáfora e o princípio da metonímia, dos quais me ocuparei em seguida.

2.4.1 Protótipo e parencas-de-família

A utilidade dos conceitos de protótipo e *parencas-de-família* para a explicação e representação do significado de itens lexicais, com especial ênfase para os itens com pluralidade de sentidos, pode ser explicitada a partir da discussão de alguns exemplos apresentados em Violi (2001).

Violi (2001: 133) considera, com base na comparação entre *bird*, *newspaper*, *fresco* e *vittello*, que o tratamento da polissemia deve ser separado da existência de protótipos, pelo facto de nos casos de polissemia haver um sentido básico, mas não uma instância central, na base da qual se efectuem juízos de semelhança, como acontece nas

categorias monossémicas (p. ex. *bird*), entendendo a autora que o modelo de parencas-de-família seria o adequado ao tratamento da polissemia, por permitir representar semelhanças parciais ou localizadas:

(...) the semantic treatment of polysemic terms should be kept distinct from the existence of prototypes; polysemy does not have a central instance, but rather a basic sense, and even if this has greater saliency – as happens with prototypes in monosemic terms – it does not constitute a central instance against which judgements of resemblance are measured.

The model which appears most adequate for dealing with polysemy is that of family resemblance, which only envisages partial or local resemblances. (Violi 2001: 133)

Newspaper e *bird* (Violi 2001: 125 e 132) são dois dos exemplos usados pela autora para excluir a ideia de protótipo central nas categorias polissémicas.⁸⁰ De acordo com a autora, *newspaper* é um caso de polissemia semântica genuína acompanhada de mudança de referente – isto é, cada um dos sentidos ("newspaper as object, sheets of paper containing current news", "newspaper as editorial body" e "newspaper as property", cf. Violi 2001: 91) tem um referente extralinguístico distinto – e *bird* configura um caso de polissemia analítica⁸¹ em que a unidade semântica se faz acompanhar da existência de referentes distintos, dos quais é possível nomear um ou mais exemplares prototípicos, *sparrow* e *eagle*, que detêm o maior número das propriedades associadas a *bird* (cf. Violi 2001: 119). No entender da autora, justifica-se, portanto, a representação de *newspaper* através de parencas-de-família, que pressupõe a não aceitação do facto de se tratar de uma coincidência de nomeação (cf. Violi: 2001: 91), ficando reservado para *bird* o modelo de protótipos, embora nos dois casos se verifique a ausência de condições necessárias e suficientes.

De facto, não há em *newspaper* uma instância central e um conjunto de instâncias mais ou menos periféricas em relação àquela, consoante o grau de semelhança ou

⁸⁰ "As far as the applicability of the prototype is concerned, the difference between *newspaper* and *bird* is fundamental. With a polysemic category, a single prototype is impossible, and at the most there will be different prototypes for each of the term's sense paths (or referents, as in the case of *newspaper*)." (Violi 2001: 132)

⁸¹ Violi (2001: 125) recupera a distinção entre polissemia genuína (ou semântica) e polissemia analítica, presente em Geeraerts (1989): "Only the latter [*bird*], according to Geeraerts, is an example of a prototypic lexical concept." (Violi 2001: 125)

dissemelhança que com ela mantém. *Newspaper* é uma categoria polissémica complexa, onde é visível, efectivamente, um encadeamento vasto de referentes e de sentidos dos quais se pode dizer que estão relacionados por parencas-de-família, à semelhança do que acontece nos exemplos wittgensteinianos de termos de parencas-de-família (cf. Wittgenstein 1971: §§65-71 e §§134-135, onde são referidos exemplos como *Nummer*, *Spiel*, *Sprache* e *Satz*), salvaguardada a ideia de que se perde aqui a noção de que as parencas-de-família wittgensteinianas pressupõem uma unidade conceptual que não se verifica neste caso. Na acepção wittgensteiniana do termo,⁸² parencas-de-família pressupõe o encadeamento de vários exemplares, não subsumíveis numa definição única, que se estabelece na base da existência de algo em comum entre elos contíguos, isto é, tendo em conta uma semelhança em sentido lato, o que pode levar a que na comparação entre exemplares distantes na cadeia possa não ser detectada qualquer semelhança. Assim, essa relação é visível entre um exemplar do jornal, tal como se compra nas bancas ("token"), e o jornal entendido como tipo ("type"), entre o jornal (= produto) e o jornal (= "fábrica"), entre o jornal (= "fábrica") e o jornal (= empresa), entre o jornal (= empresa) e o jornal (= pessoal que ali trabalha), entre a informação veiculada e o jornal (= redacção), etc.

O entendimento da noção de parencas-de-família em Violi (2001) aceita a possibilidade da existência de categorias/conceitos distintas(os), não subsumíveis no mesmo conceito, afastando-se do entendimento wittgensteiniano de termo de parencas-de-família como unidade conceptual com múltiplas manifestações.

O contexto de uso do termo *jornal* e o saber que os falantes de uma comunidade partilham acerca do que é um jornal permite-lhes usar e entender os vários sentidos da palavra, ainda que se possa discutir se se trata de um verdadeiro caso de polissemia ou de um caso intermédio entre polissemia e modulação contextual, segundo Cruse (2000).⁸³ Qualquer falante competente sabe que o objecto composto de folhas de

⁸² Cf. o que ficou dito na secção 1.2.3 e Soares (2003: 55-57), bem como a bibliografia aí referida, sobre o conceito wittgensteiniano de parencas-de-família.

⁸³ *Newspaper* é bastante semelhante aos casos identificados por Cruse (2000: 114-117) como *facetas*, por exemplo *book* e *bank*, em que a ausência de antagonismo entre leituras discretas do mesmo item lexical pode ser comprovada pela aplicação do teste de coordenação sem zeugma: *O jornal [= corpo editorial] reagiu, na edição de ontem [do jornal = publicação], à possibilidade de ser vendido [o jornal = empresa] ao Grupo Amorim.*

papel, que se encontra à venda nas bancas, pode servir para ler as notícias, que, por sua vez, foram preparadas por um corpo redactorial e editorial, isto é, pelo conjunto das pessoas que são responsáveis pelos conteúdos do jornal. Os falantes têm, também, consciência de que há uma qualquer entidade singular ou colectiva que detém a propriedade do jornal, assegura a sua gestão, incluindo o pagamento dos salários das pessoas que produzem os conteúdos, e recebe o produto económico da venda do mesmo, o que insere o jornal num contexto empresarial em que as próprias empresas são transaccionáveis, tal como o são os produtos que colocam no mercado, neste caso o jornal (= objecto). É, portanto, mediante este fundo comum de conhecimento adquirido pela experiência, incluindo também o uso da língua, que podemos entender uma prática linguística que associa sob a mesma designação referentes e sentidos distintos, mas relacionados no real pelo facto de serem aspectos contíguos na experiência dos falantes de uma língua.

Vitello (vitelo)⁸⁴ (Violi 2001: 133) é outro dos exemplos introduzidos por Violi na sua argumentação contra a existência de protótipos nas verdadeiras categorias polissémicas (aquelas que se apresentam como categorias de sentidos distintos e, eventualmente, também de referentes distintos) com a finalidade de ilustrar a identificação errónea, na perspectiva da autora, em semântica de protótipos, entre protótipo e sentido básico dos termos polissémicos,⁸⁵ ou seja, com o intuito de explicitar que o sentido básico de um termo polissémico não corresponde à instância considerada mais representativa. Há em *vitello*, segundo a autora, um sentido básico ('a cria da vaca') a partir do qual se explicam os outros dois como extensões metonímicas ('carne de vitela' e 'pele da vitela depois de curtida, que serve para fazer sapatos, carteiras, etc.'), sendo que a carne e a pele não são consideradas instâncias marginais em relação a uma que seria mais representativa, o animal, o sentido básico. Nos termos de Cruse (2000: 110-111), *vitello* seria um caso de polissemia linear, neste caso específico de *automeronímia*, em que é possível identificar um sentido geral por defeito, que é considerado como básico, e dois sentidos

⁸⁴ Em português a forma masculina refere-se a crias jovens dos dois sexos e é a forma feminina, a que designa crias do sexo feminino, que serve também para referir a carne, depois do abate, e a pele, depois de curtida, ao contrário do que acontece em italiano.

⁸⁵ "The reason for this identification is fairly obvious: both the basic sense of a polysemic term and the prototype understood as the central instance of a monosemic term possess a kind of psychological priority, a greater importance compared to other meanings." (Violi 2001: 132)

contextualmente mais restritos, que constituem especializações do sentido geral, denotando cada um uma subparte do todo designado pelo sentido mais geral;⁸⁶ a discreção e o antagonismo das várias leituras de *vitello* podem aferir-se através do teste do zeugma: ? *La mucca ha avuto un vitello e è tenero*; ? *La mucca ha avuto un vitello e di lui habiamo fato un portafoglio*; ? *Habiamo comprato un vitello e di lui habiamo fato fare un portafoglio*.⁸⁷

Tal como no caso de *newspaper*, a autora propõe uma representação através de parencas-de-família, de modo a dar conta de semelhanças localizadas e da ausência de uma instância central para a aferição dessas semelhanças, mas se se pode falar de sentidos relacionados com um sentido básico, não me parece que essa relação seja de semelhança, mas sim de contiguidade, o que aliás é perfeitamente consentâneo com o facto de a autora considerar que são extensões metonímicas; aliás, Violi diz que ‘carne’ e ‘pele’ são dois sentidos e duas partes de *vitello*. No entanto, não há aqui parencas-de-família, visto que não se observa neste caso o encadeamento vasto de exemplares que podem ser designados pela mesma palavra, nem a possibilidade de comparar elos distantes na cadeia. Existe uma relação entre sentidos que referem partes (contíguas) do mesmo todo utilizadas na confecção de alimentos ou artefactos, tal como se apresentam regularmente, na realidade e na prática linguística, aos falantes competentes de uma comunidade.

Se pedirmos a um falante que explique o significado deste termo, essa explicação incluirá naturalmente a referência ao animal como cria da vaca, cuja carne é usada para a alimentação e cuja pele pode ser usada, depois de devidamente curtida, para fazer sapatos, etc., isto é, a explicação inclui o conjunto de finalidades que estão associadas à criação do animal, que não sendo essenciais para definir *vitello*, são típicas do contexto regular da criação de bovinos, num determinado contexto cultural. A descrição alargada do significado revela que os falantes sabem usar adequadamente o termo *vitello*, realizando inferências correctas acerca do referente nos vários contextos

⁸⁶ Os dois sentidos derivados de *vitello* (= animal) não se referem simplesmente a partes do animal, mas pressupõem o manuseamento humano dessas partes, isto é, a confecção da carne em culinária ou o curtimento da pele, prévio à fabricação de sapatos e carteiras. A descrição do significado de *vitello* (= carne) e de *vitello* (= pele) passa pela sua identificação como partes do animal, mas deve contemplar também o uso dado a essas partes.

⁸⁷ Também no português a coordenação das várias leituras de *vitela* teria resultados semelhantes: ? *A vaca pariu uma vitela e é tenra*; ? *A vaca pariu uma vitela e dela mandámos fazer uma carteira*; ? *Comprámos uma vitela e dela mandámos fazer uma carteira*.

(la mucca ha avuto un vitello (a vaca pariu um vitelo), lo spezzatino di vitello è tenero (a vitela guisada é tenra), ho comprato un portafoglio di vitello (comprei uma carteira em vitela),⁸⁸ exactamente porque remete para a criação de bovinos como actividade humana à qual estão associadas finalidades específicas e culturalmente definidas, fazendo isto parte do conhecimento dos falantes, através da sua experiência.

Também no caso de *fresco* (*fresco*) Violi (2001: 126-128) sugere uma representação através de parencas-de-família, que se assume como contrária ao modelo de protótipo que Geeraerts (1989) propôs para *vers* (*fresco*). Partindo da proposta de Geeraerts (1989) e estabelecendo a correspondência entre o neerlandês *vers* e o inglês *fresh*, Violi identifica em Geeraerts a defesa de uma estrutura prototípica com uma instância central, resultante da intersecção de propriedades dos vários sentidos de *fresh* (*vers*), realizada quando modifica Ns como *fruit* ou *fish*; *fresh fruit* (fruta fresca) e *fresh fish* (peixe fresco) são, segundo Geeraerts (1989), instâncias do sentido prototípico de *fresh* – ‘recentemente produzidos e por isso em estado ideal’, que constitui a zona de intersecção entre o significado de *fresh* em *fresh news* (‘recentes’) e *fresh air* (num ‘estado ideal’ de pureza e não contaminação). De facto, parece existir, como Violi pretende, um encadeamento de sentidos resultante da partilha parcial de características entre três níveis de sentido ou isotopias (temporal, ‘novo, recente’, estado positivo, ‘em condições ideais, puro, não contaminado’ e temperatura,⁸⁹ ‘não quente’), que dariam conta de usos com sentidos parcialmente sobrepostos como *fresh news* (notícias frescas), *fresh fruit* (fruta fresca) e *fresh air* (ar fresco), não podendo identificar-se um sentido central prototípico que sirva para explicar todos os outros. Isto não quer, no entanto, dizer que se deva afirmar com Violi (2001) que o it. *fresco*, ao qual são aplicadas as reflexões acerca de *vers/fresh*, possa ser representado através do modelo de parencas-de-família,⁹⁰ uma vez que neste caso (como em *vitello*) não temos a cadeia extensa de exemplares que identificamos nas categorias apresentadas por Wittgenstein como exemplos de termos de parencas-de-família (cf. *supra*, nesta secção, as referências a *Spiel*, *Nummer*, *Sprache* e *Satz*).

⁸⁸ Os exemplos são de Violi (2001: 133).

⁸⁹ O italiano *fresco*, tal como o português, tem esta possibilidade de referência à temperatura, que parece estar ausente do neerlandês *vers*.

⁹⁰ "While *bird* refers to a referentially unitary class, *fresco* relates to three different and partially overlapping sense paths, with a structure that cannot be grasped by prototypic representation. There is no central sense that represents the best example from among the various sense paths, but rather partial overlaps along the lines of an A, AB, B, BC, C scheme." (Violi 2001: 130)

O que é estranho na proposta de Violi é o facto de se equiparar o encadeamento de sentidos observado em termos polissémicos, seja ele de que tipo e dimensão for, ao modelo de parencas-de-familia.⁹¹ Uma categoria/palavra polissémica pode evidenciar uma estrutura de parencas-de-familia se os sentidos (e os respectivos exemplares) que a constituem se apresentarem como encadeamento extenso, decorrente da relação entre sentidos contíguos, na ausência de um denominador semântico comum, como *newspaper*, mas parece abusivo aplicar a *fresco* e *vitello* a designação de termos de parencas-de-familia, apenas pelo facto de serem categorias de sentidos encadeados e parcialmente sobrepostos por semelhança localizada. A autora incorre aqui no erro de generalização do tratamento a conferir às categorias polissémicas, contrariando a afirmação amiúde repetida ao longo da obra de que não é possível tratar uniformemente todo o léxico, dada a heterogeneidade das categorias lexicais.⁹² Também os itens lexicais com pluralidade de sentidos⁹³ não escapam à diversidade observável no léxico em geral e por isso não devem ser tratados de maneira uniforme.

Quanto à exclusão do modelo de protótipos da representação das categorias com pluralidade de sentidos, essa foi uma questão deliberadamente deixada para o fim da discussão dos exemplos, dado que Violi redefine o conceito de protótipo, tal como ele mais interessa à semântica lexical, e propõe, na terceira parte do livro, uma aproximação entre protótipo e *cena*.⁹⁴

A redefinição do conceito de protótipo e a equacionação do seu contributo para a semântica passa, em Violi (2001), pela distinção entre dois tipos de prototipicidade; num dos casos o protótipo é uma categoria (por exemplo, o pardal ou a águia como protótipos de pássaro no reino dos seres vivos) e, num segundo caso, o protótipo é um exemplar que representa os valores médios de

⁹¹ Recorde-se que Violi considera as parencas-de-familia como princípio organizativo que substitui o protótipo na estruturação das categorias polissémicas (cf. Violi 2001: 128).

⁹² Veja-se especialmente o capítulo 10 de Violi (2001: 210 e ss.).

⁹³ Violi fala sempre de polissemia em relação aos três casos em apreço. Prefiro a designação "pluralidade de sentidos", por considerar que nem todos os casos são casos de antagonismo entre leituras concorrentes, embora discretas, e que, portanto, alguns deles estão num plano intermédio entre polissemia e modulação contextual, de acordo com os critérios de Cruse (2000).

⁹⁴ Sobre o conceito de *cena*, cf. secção 2.4.2.

uma dada categoria, na base dos quais distinguimos exemplares normais (por exemplo tigres prototípicos) de exemplares anómalos (por exemplo tigres albinos) através de um processo de inferência, intimamente ligado à ideia de regularidade. À prototipicidade do primeiro tipo Violi chama "prototipicidade categorial" e à do segundo tipo "tipicidade de significado":

It is necessary, then, to distinguish between two types of prototypicality: that of the eagle in relation to bird as a living being, and that of the average exemplar in relation to other similar exemplars. I propose to call the first *categorial prototypicality* and the second *typicality of meaning*. Typicality understood as a regularity of meaning on the basis of average values is a much more general and significant phenomenon than categorial prototypicality, which is found only in certain categories. (...) While categorial prototypicality may not directly enter into the representation of meaning, typicality constitutes a non-classical semantic treatment. I would say that it represents the sole valid alternative to NSC [necessary and sufficient conditions] models. (Violi 2001: 135, sublinhado da minha responsabilidade)

A maior importância da noção de tipicidade de significado, por oposição à de prototipicidade categorial, prende-se também, de acordo com a autora, com o facto de a prototipicidade categorial ser relevante apenas no plano cognitivo, enquanto a tipicidade de significado permite levar em conta, na representação semântica, dimensões não cognitivas/conceptuais, nomeadamente os aspectos intersubjectivos e culturais do significado:

Psychological literature has concentrated mostly on the study of categorial prototypicality, because this phenomenon is more important from the point of view of the structure of categories, and thus of conceptual organization and thought in general. Semantically, however, it is less important, not only because it is limited to certain classes of meaning but also because it is only pertinent on a cognitive plane. In fact, however much the representation of meanings rests on conceptual structure it is not reducible solely to a cognitive dimension at the expense of the intersubjective, cultural, and social aspects of meaning. (Violi 2001: 135)

A regularidade de significado, ligada à noção revista de protótipo, pressupõe a de comunidade de falantes, que no contexto das suas práticas estabelecem a competência semântica, o conjunto das interpretações convencionalmente associadas

a determinadas formas linguísticas,⁹⁵ que se presume partilhada entre os membros da comunidade e tem os seus alicerces nos contextos de aplicação dos termos, que são, em primeiro lugar, contextos da experiência quotidiana:

(...) the so-called context is almost always present in our experience in structured and regular forms, or rather, our experience itself develops through a regularity of situations that we then tend to identify with given contexts. (Violi 2001: 186)

A ideia de regularidade de significado como regularidade de contextos pode ser especificada através da expressão "standard context" (contexto "standard") que dá conta do carácter repetitivo de certas situações, às quais os significados linguísticos se referem, sendo a sua relativa estabilidade atribuível à regularidade dos contextos de referência que lhes estão subjacentes.⁹⁶ Neste sentido, qualquer termo está implicitamente indexado a um contexto "standard" de referência, de acordo com Violi (2001: 186), "(...) in the sense that its typical meaning is the representation of the regularity that emerges in the standard context."⁹⁷

2.4.2 O conceito de cena

A noção de contexto "standard" de referência, fundamental para a compreensão da regularidade do significado, é usada por Violi para referir a natureza esquemática do significado, equiparando-se os termos linguísticos a formas sintéticas, onde se condensam esquemas subjacentes de conteúdo complexo. A representação da

⁹⁵ Cf. Violi (2001: 160-161) sobre esta definição de competência semântica. A convencionalidade do significado é o garante da estabilidade no processo de inferência que está na base da significação e também da possibilidade de haver interpretações não convencionais associadas a determinada forma linguística, isto é, inferências mais fracas: "(...) items of knowledge connected by convention to linguistic forms give rise to stronger inferences, while knowledge that is not conventionally associated produces weaker inferences." Violi (2001: 161)

⁹⁶ "We can talk about *standard context* to allude to the regularity that characterizes the repetition of certain situations, on the basis of which we structure our expectations and to a great extent develop our capacity to predict and interpret reality. These standard contexts are precisely what linguistic meanings refer to, and their (relative, at least) stability is based on the underlying regularity of the contexts of reference. From this perspective, the usual opposition between the "word out of context" and the "word in context" ceases to be meaningful (...)." (Violi 2001: 186)

⁹⁷ Cf. Violi (2001: 183-188) para uma exemplificação de casos em que contextos especiais põem em evidência determinados aspectos do significado de uma palavra (ex. *book*, p. 184) e de casos em que a própria palavra impõe a construção de um contexto que permita a sua interpretação, na ausência de contexto "standard" (por exemplo, *chair* aplicada a uma pilha de livros ou a um cão S. Bernardo, pp. 186-187).

natureza esquemática do significado pode ser conseguida, na perspectiva da autora, através da família de conceitos *frame*, *esquema*, *cena*, *cenário*, *frame intertextual*, etc., vistos como teorias da estruturação conceptual, sistemática e organizada do conhecimento e, por isso, úteis para a representação semântica e para uma teoria do significado lexical (cf. Violi 2001: 188-189), que tem na semântica de *frames* de Fillmore (1975, 1977, 1982 e 1985) e Fillmore & Atkins (1992) a sua expressão primeira.

Uma das dificuldades que se colocam à apresentação deste tipo de abordagem semântica diz respeito à variação terminológica e conceptual presente em Fillmore, que espelha o facto de essa diversidade se encontrar já nos conceitos homónimos, usados em Inteligência Artificial (IA), que lhe serviram de base. Em Fillmore (1975), os conceitos de *cena* e *frame* aparecem separados, embora articulados:

(...) people associate certain scenes with certain linguistic frames. I use the word scene in a maximally general sense, including not only visual scenes but also familiar kinds of interpersonal transactions, standard scenarios defined by the culture, institutional structures, enactive experiences, body image, and, in general, any kind of coherent segment of human beliefs, actions, experiences or imaginings. I use the word frame for any system of linguistic choices – the easiest cases being collections of words, but also including choices of grammatical rules or linguistic categories – that can get associated with prototypical instances of scenes. (Fillmore 1975: 124)

Posteriormente, *frame* é apresentada como designação geral para um conjunto de conceitos a que se atribui a definição genérica de "cognitive structures" (cf. Fillmore & Atkins, 1992: 75), "unified frameworks of knowledge, or coherent schematizations of experience, for which the general word frame can be used" (Fillmore 1985: 223),⁹⁸ entendidas como pré-requisitos conceptuais para a compreensão do significado:

(...) a word's meaning can be understood only with reference to a structured background of experience, beliefs, or practices, constituting a kind of conceptual prerequisite for understanding

⁹⁸ Para uma história da utilização do conceito de *frame* em Fillmore, cf. Fillmore (1982: 112-119). Em Fillmore (1982: 111 e 1985: 223, nota 4) encontra-se um elenco dos termos propostos, em vários autores, para a designação das estruturas que podem ser classificadas como *frame* (*schema*, *script*, *scenario*, *ideational scaffolding*, *cognitive model*, *folk theory*, *global pattern*, *pseudo-text*, *experiential gestalt*), incluindo o próprio Fillmore, que o dá como homólogo do conceito de *cena* em Fillmore (1977).

the meaning. Speakers can be said to know the meaning of the word only by first understanding the background frames that motivate the concept that the word encodes. Within such an approach, words or word senses are not related to each other directly, word to word, but only by way of their links to common background frames and indications of the manner in which their meanings highlight particular elements of such frames. (Fillmore & Atkins, 1992: 76-77)

No entanto, se se substituir, na citação de Fillmore & Atkins (1992: 76-77), a palavra *frame* por *scene*, verifica-se que esta definição de *frame* é próxima da definição de *cena* em Fillmore (1975: 124), embora Violi (2001: 189) opte por manter uma distinção terminológica e conceptual entre o nível linguístico da análise, o nível do *frame*, entendido como instrumentário linguístico associado a determinada *cena* (cf. Fillmore, 1975: 124), e o nível conceptual subjacente, o da *cena*, cujo conhecimento constitui condição para a compreensão e uso da linguagem (cf. Violi 2001: 189).

Esta distinção não parece oferecer grandes vantagens do ponto de vista da descrição do significado lexical, enquanto tarefa do semanticista, visto que o termo *cena*, para além de ser mais transparente, também é central e suficiente para a explicação do significado lexical de palavras como *newspaper*. De facto, não é possível descrever o significado de *newspaper* sem descrever a *cena* associada à palavra *newspaper* ou parte dela, já que se trata de uma *cena* complexa na qual estão envolvidos, como se referiu acima, uma redacção, onde é escrito o jornal, a tipografia, onde ele é impresso, as relações entre a redacção e a tipografia, uma empresa de distribuição, locais de venda do jornal, a estrutura interna de pessoas com várias funções, os leitores/compradores, o jornal como caderno de papel, o jornal como empresa, como meio de comunicação, etc. Esta *cena* apresenta-se, portanto, como o nosso conhecimento do que é um jornal e é às várias partes que a constituem que também damos a designação de *jornal*, destacando com essa designação aspectos distintos da mesma *cena*. Assim, descrever uma *cena* ou uma parte pertinente da mesma é descrever grande parte do significado de *jornal*, visto que o significado de palavras como *jornal* é uma *cena* ou parte de uma *cena*. Sendo o significado uma convenção ou regra, no caso de certas palavras a referência a *cen*as constitui uma parte da regra para o uso das mesmas.

Encontramos repetidamente, em Fillmore e em Violi, a ideia de que a cena permite também esclarecer o significado do conjunto dos itens lexicais que a ela estão associados, como por exemplo o conjunto dos termos aplicáveis na cena da transacção comercial (cf. Fillmore 1982: 116) e o dos nomes para as relações de parentesco (cf. Fillmore 1985: 223),⁹⁹ ou explicar e entender os usos contextuais distintos de um termo como *breakfast* (pode falar-se de pequeno-almoço tomado depois de uma noite de trabalho, ou tomado depois de se ter acordado às 12.00h, ou ainda de pequeno-almoço com uma ementa nada típica em relação ao contexto cultural específico) como realizações parcelares do uso prototípico – "the use it has when the conditions of the background situation more or less exactly match the defining prototype" (Fillmore 1982: 119) –, isto é, usos que privilegiam aspectos distintos da mesma cena, o contexto "standard" de aplicação do termo *breakfast*.

A cena permite ainda explicar a pluralidade de usos de um item lexical como decorrente de sobreposição parcial de cenas,¹⁰⁰ como acontece com o uso metafórico de *bachelor*, aplicado a focas macho que não conseguem parceiro durante o período de acasalamento (Fillmore 1982: 125-126), e com o uso de *get* como sinónimo de *buy*,¹⁰¹ ou como referência a aspectos distintos mas contíguos na mesma cena alternativamente destacados da mesma, como em *newspaper* (quando se

⁹⁹ A possibilidade de explicar o significado de itens lexicais associados à mesma cena como conjunto estruturado em que o valor de cada um depende do valor dos restantes e se assume fundamentalmente como valor definido pela negativa, constitui, segundo Violi (2001: 191), uma das componentes do significado representáveis através dos conceitos de *cena* e *frame*, a componente contrastiva, definida não como relação entre lexemas num plano puramente intralinguístico, como na abordagem estruturalista do significado através de campos semânticos, mas como relação conceptual definida no âmbito da cena subjacente ao conjunto de lexemas a serem descritos. Schepping (1985: 188-189) destaca a importância destes conceitos, a que se refere genericamente como "esquemas conceptuais", para os estudos de linguística contrastiva: "Das konzeptuelle Schema als strukturelle lexikalische Einheit ist gewiß auch für sprachvergleichende Untersuchungen im Hinblick auf den Zusammenhang zwischen Lexikon und Kultur, wie auch für die Übersetzungstheorie und andere anwendungsorientierte Forschungsrichtungen von großer Bedeutung." A dimensão contrastiva/diferencial do significado articula-se em Violi (2001) com uma dimensão positiva, que se refere à possibilidade de definição do significado de um item lexical como regularidade de contexto, e ainda com a chamada dimensão narrativa, que vê os lexemas como condensados de esquemas narrativos conceptuais profundos (cf. Violi 2001: 191 e ss.).

¹⁰⁰ O termo usado em Fillmore (1982: 125) é "frame borrowing".

¹⁰¹ Violi (2001: 193-194) explica que a cena de *get* é uma cena de "transfer" (transferência) pura e simples, ao passo que *buy* faz parte da cena de "exchange" (transacção), sendo o uso sinónimo regular dos dois verbos em determinados contextos explicado como interpretação de *get* a partir da cena de *buy*: "(...) *get* is interpreted here against the background of the scene of the commercial sales event that underlies *buy* and thus activates that part of the frame present in *buy* but not in *get*, that is, the component of "exchange" instead of pure "transfer". The activation of this frame modifies the meaning of *get* and allows a synonymous substitution." (Violi 2001: 194)

refere ao objecto, destaca-se um produto específico da actividade jornalística, quando é referido o corpo redactorial/editorial é o conjunto das pessoas responsáveis pelos conteúdos que é evidenciado, como um dos elementos da fase de produção, e quando se refere a propriedade é a componente empresarial da cena que é posta em relevo); a plurissignificação pode ainda ser explicada como referência a partes contíguas do mesmo todo, encarado no contexto da sua existência real com as finalidades que lhe estão associadas, isto é, no contexto da cena evocada, como parece acontecer em vitello.

As várias ilustrações do potencial explicativo do conceito de *cena* podem ser resumidas, com Violi (2001: 240), à ideia de que a cena permite captar uma das características mais significativas do funcionamento das línguas, que tem a ver com o desfasamento ("distorting gap") entre realidade experienciada e as palavras que usamos para comunicar acerca da mesma; a relação entre as duas não pode ser caracterizada como correspondência biunívoca nem como "precise mirroring", o que tem como consequência a criação de processos de reajustamento localizado, entre os quais os processos de extensão por analogia são dos exemplos mais importantes; esta importância reside, para Violi, na possibilidade de aplicar a situações anómalas ou desviantes uma descrição que é válida para a situação típica.¹⁰² A autora não contempla aqui os processos metonímicos, que são igualmente explicáveis, a partir do conceito de cena, como extracções de partes de uma cena, como se pode ver no caso de *newspaper*, e cuja importância não me parece ser diminuta, quando comparados com os processos de extensão fundados em analogia, nomeadamente a metáfora.¹⁰³

Outra das vantagens da adopção do conceito de cena para a descrição do significado reside na possibilidade de representar e explicar a componente narrativa do significado lexical (cf. Violi 2001: 198 e ss.), entendida como "temporality within the semantics of many terms", que pode exemplificar-se com a sequência de eventos que constituem a cena da transacção comercial, mas também com sequências narrativas mais ou menos complexas que estão subjacentes a termos como *alimony* ou *ransom* (cf. Violi 2001: 199 sobre os dois exemplos de Fillmore). Esta ideia de que a cena pode ser entendida como o guião ("script") de uma sucessão de eventos,

¹⁰² Run é dado como exemplo deste fenómeno. A situação típica de run aplicada a seres humanos é usada como ponto de partida para o uso do termo aplicado à descrição do movimento de animais, através da analogia parcial estabelecida entre a forma de se movimentar de um ser humano e a de um animal para a qual se usa o mesmo termo.

¹⁰³ Talvez a autora dê maior importância à extensão analógica como ilustração do potencial explicativo de cena, porque é esse o exemplo mais recorrente na literatura sobre este tema.

permitindo contar ou reconstituir uma sequência narrativa, é central para o entendimento de textos. Nas palavras de Fillmore (1982: 130), os *scripts* são *frames* "whose elements are sequenced types of events" e tornam particularmente visível a capacidade de uma das partes do *frame* tornar presente o todo. Retomando o exemplo do autor (Fillmore 1982: 130), a nossa capacidade de interpretar o conjunto de frases *He pushed against the door. The room was empty* como coerente está relacionada com a possibilidade de reconstituirmos a cadeia provável da acção, que pressupõe a abertura da porta, olhar para dentro do quarto e ver algo. Os *scripts* têm, portanto, um potencial importante na comunicação:

The potential of scripts, and incidentally also frames, to ensure that the right inferences are made is especially important in face-to-face conversation. Here speakers often rely very much on the hearer's knowledge of a script when they leave out details or whole stages in their description of an event. (Ungerer & Schmid 1996: 216)

2.4.3 Cenas e Protótipos

Violi (2001: 191 e ss.) defende a proximidade entre *cena* e *protótipo*, tendo por referência a noção de protótipo como "tipicidade de significado" – "regularidade de significado baseada em valores médios" (cf. Violi 2001: 135). Assim, nas palavras da autora, tal como o protótipo de *chair* se refere à cadeira típica/mais comum (exemplar típico/"typical token") a cena pode ser vista como o contexto típico de uma dada acção – a cena activada por *write*, por exemplo, representa o contexto típico de aplicação do termo, um caso típico de *write* ("its typical case").¹⁰⁴

Esta aproximação parece natural, visto que ambos são entendidos como regularidade de contexto à qual está duplamente associado o significado:

The link between lexical meaning and scenario (or standard context) is twofold and presupposes two readings: the context or typical scene is the ground on which the conventionality of lexical meaning rests (in the direction context → word) and, conversely, each term activates the relative scene or context of reference (word → context). (Violi 2001: 192)

¹⁰⁴ O uso concorrente dos termos *protótipo* e *cena* deve atribuir-se ao facto de um ter sido utilizado sobretudo no âmbito dos estudos sobre a categorização e, por isso, primordialmente aplicado a objectos, dando origem a uma tradição de investigação em semântica que começou por ser sobretudo nominal, enquanto a *semântica de frames* de Fillmore teve início como semântica do verbo, na continuação da gramática de casos de inspiração valencial (cf. Violi 2001: 189 e 191-192).

Nas palavras da autora, "each term activates and refers to its own standard context of reference, whether that is the token of a typical referential entity (in the case of concrete objects) or a typical situation, understood as a dynamic action schema." Violi (2001: 192)

No entanto, podem colocar-se objecções à interpretação das cenas como protótipos, justamente tendo em mente casos como *newspaper*. A cena de *newspaper* não constitui ponto de referência central para a aferição de semelhanças e diferenças entre as várias acepções da palavra, já que a relação entre a cena e *newspaper*₁, *newspaper*₂, etc., é de tipo metonímico (de um todo com as suas partes) e, por isso, baseada na contiguidade, mas o maior óbice à classificação da cena como protótipo reside no facto de não se poder aplicar à totalidade da cena a designação *newspaper*, ao contrário do que acontece com o protótipo.

Em qualquer dos casos, o que é relevante é que a regularidade representada no protótipo e na cena constitui a base da actividade interpretativa e tem o estatuto de valor por defeito:

Interpretative activity, in fact, unfolds from the prototypical scenes, or standard contexts of reference, with which the lexical meanings are associated. Thus, unless there are explicitly contradictory textual markers, the semantic properties of the typical scene are implicitly activated each time a given term is uttered. They operate as values by default: in the absence of signs to the contrary, they are automatically considered valid. (Violi 2001: 203, sublinhado da minha responsabilidade)

A tarefa interpretativa que leva à descodificação do significado é um processo que tem por base os "valores por defeito" associados ao contexto "standard". O conceito de *valor por defeito*, oriundo da Inteligência Artificial e especialmente de uma sub-área da investigação em IA, que se ocupa da representação de padrões de raciocínio, pode ser definido como o conjunto dos valores assumidos como válidos num raciocínio lógico, desde que o sistema não forneça informações em contrário, podendo no entanto ser cancelados através de informação adicional.¹⁰⁵ A aplicação deste conceito em linguística tem sido relacionada com o processo de inferência como processo de

¹⁰⁵ Sobre o uso deste conceito aplicado à representação do léxico em IA, cf. Habel (1985: 464-466).

construção da significação, concretamente com a ideia de que, dos valores (propriedades/características) associados à representação semântica de um item lexical a partir do seu contexto "standard", nem todos têm o mesmo estatuto, do ponto de vista do tipo de inferência que possibilitam. Assim, quando se distingue entre propriedades típicas e propriedades essenciais na representação do significado de um item lexical, tem-se em conta que essenciais são aquelas que não podem ser eliminadas sem uma renegociação do significado, e que, por isso, produzem inferências fortes, enquanto as propriedades típicas fazem parte da representação como valores por defeito, normalmente assumidas como presentes, mas podendo ser canceladas, se for aduzida informação em contrário, o que significa que as inferências que tomam como ponto de partida valores por defeito têm carácter de probabilidade:¹⁰⁶

Although typical values are not homogenous and it is possible to distinguish between different forms of typicality according to the various lexical categories, they are all characterized by their erasability – typical properties are the set of default values of a frame or prototypical scene. Differentiating between typical properties and essential properties is therefore important from the point of view of comprehension, in that we can specify the components of a semantic frame that are operating as default values, that is, as a probable but not certain inferential base. (Violi 2001: 211)

Usando exemplos de Violi (2001: 210-211), tipicamente um restaurante tem mesas com toalhas, empregados de mesa, listas/menus e é um lugar onde se vai como o objectivo de tomar uma refeição, mas se o restaurante não tiver empregados, nem listas, será apenas um restaurante atípico; no entanto, se ali não se puder comer, já não se poderá falar de restaurante. Do mesmo modo, é possível dizer que a cor típica é um valor por defeito, uma propriedade típica na representação do significado de *limão* (amarelo), *baleia* (escura) ou *tigre* (amarelo listado), podendo, por isso, admitir-se o seu cancelamento, como em *tigres albinos* ou *limões verdes*; pelo contrário, propriedades como *fruto* (para limão), *mamífero* (para baleia) ou *felino* (para tigre)

¹⁰⁶ Cf. Violi (2001: 142-156), sobre a definição de propriedade essencial e propriedade típica e algumas das suas implicações e vantagens, Violi (2001: 160-161) sobre a inclusão de propriedades dos dois tipos na competência semântica, entendida como conjunto das interpretações convencionais, e a relação entre interpretação convencional e não convencional como relação entre inferência forte e fraca, e ainda Violi (2001: 210-211) acerca da relação entre os dois tipos de propriedade, o conceito de valor por defeito e o fenómeno de inferência.

são essenciais, não são canceláveis sem renegociação do significado. O mesmo pode ser dito das propriedades presentes numa cena como a de *pranzare* (almoçar), que tem como propriedade essencial aquela que lhe advém do facto de fazer parte da cena geral de comer, isto é, *pranzare* implica comer, mesmo que a intransitividade de *pranzare* não permita a expressão do objecto.¹⁰⁷

2.4.4 Cenas, Protótipos e Implicaturas Conversacionais

Nesta secção procurarei mostrar a pertinência da relação que pode ser estabelecida entre conceitos da semântica, como os de protótipo e cena, e conceitos desenvolvidos pela investigação na área da pragmática, como a noção de *implicatura conversacional*.

O protótipo pode definir-se, tendo em conta o exposto na secção anterior, como o conjunto das propriedades essenciais e típicas reveladas no contexto "standard" de referência, propriedades essas entendidas como cristalização de *implicaturas convencionais* (cf. Grice 1975: 44-45 e Levinson 1983: 127-131) e, sobretudo, de *implicaturas conversacionais generalizadas* (cf. Levinson 1983, 1995 e 2000), tendo em conta que o contexto de referência é o contexto "standard" de aplicação de um termo.

As *implicaturas conversacionais generalizadas*, encaradas como inferências pragmáticas que permitem dar conta da existência de interpretações preferenciais/por defeito associadas a determinados termos ou estruturas linguísticas – "utterance-type-meanings" (Levinson 2000: xiii e 11) –, parecem, pelo conjunto de características que as definem, estar na base da existência de propriedades típicas que integram os protótipos e as cenas, vistos como entidades capazes de orientar o uso e permitir vários tipos de interpretação, em função da presença, em maior ou menor número, de propriedades que fazem parte do conjunto tipicamente associado à cena ou ao protótipo, em usos contextuais que dão origem a interpretações distintas. Dito de outra forma, a origem pragmática das propriedades típicas e as suas características permitem explicar a maior ou menor variação no uso de determinados termos. Para

¹⁰⁷ Violi (2001) propõe como critério para a distinção entre propriedades essenciais e típicas, quer associadas a um protótipo quer associadas a cenas prototípicas, o chamado "but test", que é apresentado nas pp. 142-144 do capítulo 6, dedicado à questão da hierarquização das propriedades semânticas; veja-se a sua aplicação nos seguintes exemplos: *It is a tiger but it is an albino /vs/ * It is a tiger but it is not an animal; * I had lunch but did not eat* (Violi 2001: 211).

usar um exemplo de Levinson (2000: 45), é razoável presumir em relação a um enunciado como *The noise frightened off the birds* que *The birds flew away*; no entanto, esta implicatura pode ser cancelada se se disser que as aves eram pinguins ou avestruzes, que como é sabido não voam. Este tipo de implicaturas configuram, portanto, casos prototípicos de raciocínio por defeito ("default reasoning"), em que uma interpretação, não sendo convencional, é assumida como preferencial/normal, na ausência de informação em contrário, permanecendo sempre a hipótese de cancelamento da implicatura, se houver informação distinta, como é demonstrado no exemplo clássico de *some > 'not all'*:

- (37) a. *Assertion*: John ate some of the cookies. (Levinson 2000: 42)
b. *Default implicature*: 'John did not eat all of the cookies'. (*idem, ibidem*: 42)
c. *Cancellation of b*: John ate some of the cookies. In fact he ate all of them.
(*idem, ibidem*: 42)

A implicatura conversacional generalizada de que 'aves voam', por exemplo, constitui uma forte base pragmática para o facto de essa ser uma propriedade típica de *bird* (ave), sendo no entanto cancelável como demonstram os vários exemplares de *bird* que não voam e cuja pertença à categoria não é posta em causa por esse facto, sendo considerados casos mais afastados do protótipo. Recuperando o exemplo de Fillmore (1982: 118-119), *breakfast*, cuja cena pressupõe a prática cultural de três refeições diárias tomadas a horas do dia mais ou menos estabelecidas, sendo *breakfast* aquela que tipicamente é tomada no início do dia após um período de descanso e cuja ementa é culturalmente variável, tipifica um caso em que todas as propriedades da cena/contexto "standard" de aplicação do termo podem ser individualmente canceladas, não constituindo isso um óbice ao uso do termo e respectiva interpretação, o que significa que essas propriedades são típicas, isto é, canceláveis, mas no entanto entendidas como valores por defeito na interpretação de *breakfast* por via de implicatura conversacional generalizada. Na ausência de informação contrária, *pequeno-almoço* é interpretado como referindo uma refeição com todas as características típicas, que lhe estão associadas por defeito, como em *O João acordou e tomou o pequeno-almoço*. Pelo contrário, ocorrências como *O João acordou ao meio dia e comeu bacalhau com batatas ao pequeno-almoço* solicitarão sempre uma interpretação que toma como referência a cena, mas que reconhece o afastamento em relação à mesma, por cancelamento de

propriedades, sinalizado desde logo pela forma marcada do próprio enunciado, que impossibilita uma inferência para a interpretação por defeito. A esta questão se refere Levinson (2000) ao considerar, numa reformulação de três das máximas de Grice, um conjunto de três heurísticas do processo de inferência, que por sua vez fundamentam a tipologia de implicaturas conversacionais generalizadas proposta pelo autor. Cito apenas algumas afirmações em relação à segunda e terceira heurísticas, por serem aquelas que são mais relevantes para a relação entre a forma linguística dos enunciados (com as respectivas propriedades semânticas) e o tipo de interpretações possíveis em contexto:¹⁰⁸

“What is expressed simply is stereotypically exemplified” (...) one need not say what can be taken for granted. (...) “minimal specifications get maximally informative or stereotypical interpretations.” Brief and simple expressions thus encourage, by this heuristic, a tendency to select the best interpretation to the most stereotypical, most explanatory exemplification. (Levinson 2000: 37)

“What's said in an abnormal way isn't normal” (...) we have complementary interpretations: marked expressions pick up the complement of the stereotypical extensions that would have been suggested by the use of the corresponding unmarked forms, had they been used (...). (Levinson 2000: 38)

O carácter generalizado das implicaturas conversacionais só se evidencia verdadeiramente no momento da enunciação, visto que quando pensamos em *The dog chased away the birds*, podemos equacionar mentalmente a hipótese de as aves terem fugido a voar ou a correr, não havendo informação sobre o tipo de aves considerado. Só no acto da enunciação se torna presente a interpretação por defeito (cf. Levinson 2000: 54), visto que nenhuma frase enunciada após esta cancela a implicatura generalizada de que fugiram a voar. Esta questão leva-me, mais uma vez, a reforçar a ideia de que as propriedades típicas incluídas nos protótipos e nas cenas têm por base inferências pragmáticas por defeito, isto é, implicaturas conversacionais generalizadas.

¹⁰⁸ A primeira heurística “What isn't said, isn't” (Levinson 2000: 35-37) diz respeito às implicaturas entre pares de itens contrastantes do ponto de vista da alternativa mais saliente, por exemplo *some > not all*.

Tendo em conta a terceira heurística, será particularmente importante a verificação da forma dos enunciados como indício de potenciais afastamentos em relação ao protótipo ou à cena, como "ao meio dia" e "comeu bacalhau com batatas" no exemplo acima.

As implicaturas convencionais, descritas em Levinson (1983: 127 e ss.) através do contraste estabelecido com o que caracteriza as implicaturas conversacionais, denotam proximidade em relação à noção de propriedade essencial, tal como é encarada em Violi (2001):

"(...)conventional implicatures will be *non-cancellable* because they do not rely on defeasible assumptions about the nature of the context; they will be *detachable* because they depend on the particular linguistic items used (...); they will not be *calculated* using pragmatic principles and contextual knowledge, but rather given by convention (...)."
(Levinson 1983: 128, sublinhado da minha responsabilidade)

As implicaturas deste tipo podem equiparar-se a significado convencionalmente definido, mas não assente em valores de verdade, podendo ser exemplificadas através do utilização dos pronomes pessoais nas frases *Tu es le professeur /vs/ Vous êtes le professeur*, em que *vous*, usado para um ouvinte singular, indica convencionalmente a distância/superioridade social do ouvinte em relação ao falante (cf. Levinson 1983: 129).

2.4.5 Algumas conclusões sobre a descrição da pluralidade de sentidos

Regressando aos exemplos de Violi (2001) por mim discutidos, parece legítimo afirmar que os protótipos, entendidos como regularidade de contexto, não devem ser excluídos da representação de categorias com pluralidade de sentidos e que a presença de uma instância central em relação à qual se definem relações de semelhança só deve ser parcialmente mantida como condição para a identificação de prototipicidade. As cenas são instâncias centrais para a explicação do significado e orientação do uso, porque permitem explicar o emprego em contexto normal e, simultaneamente, compreender usos derivados ou menos típicos decorrentes da aplicação à mesma cena, ou conjunto complexo de cenas, de estratégias interpretativas distintas. O facto de a relação com a instância central ser definida exclusivamente em termos de semelhança não é aceitável, visto que o

comportamento de diversos itens na relação dos seus sentidos múltiplos com a(s) cena(s) que evocam não é uniforme; essa relação pode ser de semelhança parcial/associativa, como no caso de *bachelor* aplicado a focas macho sem parceiro no acasalamento ou a indivíduos casados que mantêm um estilo de vida próximo daquele que está previsto na cena de *bachelor*, mas não é certamente uma relação de semelhança em *newspaper* ou *vitello*, mas sim uma relação de contiguidade, decorrente da contiguidade dos elementos na cena e no real extralinguístico.

Fresco, por seu turno, e penso que outros modificadores como este, vê a sua plurissignificação explicada em função das cenas evocadas pelos Ns que modifica, seleccionando delas aspectos particulares, que no entanto podem ser parcialmente coincidentes entre cenas, permitindo a ligação entre sentidos, como acontece em *fruta fresca* (= recentemente colhida e em estado ideal), *notícias frescas* (= recentes/novas) *ar fresco* (= em estado ideal, não contaminado e frio¹⁰⁹) e *dia fresco* (= frio). Cada elo da cadeia de sentidos tem associada uma parte de uma cena (a do N modificado por *fresco*), que é parcialmente coincidente com parte da cena do elo seguinte da cadeia (a do novo N modificado por *fresco*) e, por isso, cada elo permite compreender o elo seguinte como preservação e afastamento de uma cena. Neste sentido, *jogo* e *fresco* não têm comportamentos substancialmente distintos, a não ser no facto de as propriedades partilhadas entre sentidos e cenas sobrepostas terem uma origem distinta, no caso de *jogo* são propriedades de vários tipos de *jogo*, cada um associado a um contexto "standard" (a cena do xadrez, do póquer, da cabra-cega, do jogo do galo, dos jogos de video, dos jogos de computador, etc.), e em *fresco* são propriedades das cenas dos Ns que *fresco* modifica (*fruta*, *notícias*, *ar*, *dia*, etc.).

A centralidade do protótipo e da cena deve ser entendida como centralidade para a compreensão/inferência; o que importa é o seu valor heurístico,¹¹⁰ isto é, a possibilidade de a partir deles explicar o maior número possível de usos de uma palavra, devendo, por isso, ser encarados como entidades semântico-pragmáticas

¹⁰⁹ O *ar fresco* é normalmente o ar puro e a uma temperatura inferior àquela que se encontra, por exemplo, em locais fechados com uma temperatura mais elevada, por ausência de renovação do ar, ou estereotipicamente o ar puro das montanhas, que habitualmente também é fresco no que respeita à temperatura.

¹¹⁰ "(...) the typical case becomes the hook, and point of departure, for possible inferences, an abductive tool onto which can be grafted an interpretative procedure." (Violi 2001: 240)

em duplo sentido, porque permitem descrever a convenção linguística associada a determinado item lexical, servem de referência a juízos de semanticidade em relação a usos mais ou menos convencionais, guiam a utilização e interpretação do termo em contexto e, ao mesmo tempo, têm sempre como referência a regularidade estabelecida no uso.

No que respeita aos itens lexicais com pluralidade de sentidos, nos casos em que é possível identificar um sentido básico, que permite explicar os restantes como derivados, este será aquele que reúne o maior número das características presentes no protótipo ou na cena, permitindo, por isso mesmo, explicar os restantes sentidos por modificação de propriedades, podendo verificar-se cancelamento, reorganização, selecção ou ainda adição de propriedades resultante da intersecção com outros protótipos ou cenas.

Os modelos para explicar a extensão do significado lexical não podem, no entanto, ser reduzidos ao de protótipo, pareenças-de-família e cena e muito menos se pode aceitar, como Violi propõe, que nos casos de polissemia se deva falar sempre de pareenças-de-família, sendo estas encaradas como qualquer encadeamento de sentidos.

Importa também distinguir alterações do significado que não acarretam mudança de categoria – as extensões a partir de um protótipo categorial (*ave*, por exemplo) e os casos de generalização e especialização (cf. *cão* e *vacas* analisados abaixo) – de extensões que dão origem a categorias distintas, como aquelas que se operam a partir de um significado típico/básico (protótipo como regularidade de significado), por exemplo em *vitello*₁, *vitello*₂ e *vitello*₃, ou de uma cena, como *jornal*₁, *jornal*₂, *jornal*₃, etc.

Os casos de generalização e especialização, considerados por Cruse (2000:110-111) entre os casos de polissemia linear,¹¹¹ constituem extensões sem alteração de categoria. Quando dizemos que em *Um campo cheio de vacas* a forma feminina (*vaca*) mais específica sofreu generalização, não estamos a dizer outra coisa senão que ela subiu na

¹¹¹ Sobre os conceitos de *generalização* e *especialização*, cf. Ullmann (⁵1987: 415 e ss. e 475 e ss.); sobre os conceitos vizinhos de *hiperonímia* e *auto-superordenação*, *hiponímia* e *auto-hiponímia*, *meronímia* e *automeronímia*, cf. Cruse (2000: 110-111 e 150-156).

hierarquia taxonómica ao lugar imediatamente contíguo em termos ascendentes para colmatar eventualmente a falta de um termo superordenado no léxico.¹¹²

Ao examinarmos exemplos como os que a seguir se transcrevem

(38) O cão é o melhor amigo do homem.

(39) Isto não é um cão é uma cadela.

percebemos que, na segunda frase, a leitura específica de *cão* é a única possível, deixando de designar o género canino para passar a designar apenas uma parte do género, e falamos de especialização. Neste caso, o termo superordenado desce na hierarquia taxonómica para uma categoria imediatamente subordinada.¹¹³

Os exemplos acima (*vacas* e *cão*) contrariam a hipótese de a generalização e a especialização serem processos metafóricos. Se eu chamo *vacas* a todos os bovinos e *cão* apenas aos machos do género canino, isso não acontece pela semelhança que eles têm com as vacas (fêmeas) ou com os cães em geral, mas pela contiguidade da parte com o todo, que se verifica no real e tem reflexos na própria taxonomia.

2.4.6 A metáfora e a metonímia como processos de extensão do significado

As noções de protótipo, cena e parencas-de-família, bem como os processos de generalização e especialização, não representam ainda a diversidade de possibilidades de explicação da extensão do significado. As extensões metafóricas e metonímicas, baseadas respectivamente em relações de semelhança e de contiguidade, produzem alteração das categorias, observável através da pertença a domínios distintos, como *perna* e *perna (da mesa)*, *braço* e *braço (de mar)*, etc.

A metáfora e a metonímia (entendida em sentido lato, como irei propor em 2.4.6.5 e 2.4.6.6) são os dois grandes processos de extensão do significado e devem ser entendidos como geração de variantes alternativas ao significado convencional de

¹¹² Cf. o conceito de *auto-superordenação* em Cruse (2000: 111).

¹¹³ Cf. o conceito de *auto-hiponímia* em Cruse (2000: 111).

uma palavra. Esta alteração do significado surge no uso, através da inserção das palavras em novos contextos distribucionais não previstos para o significado convencional e é também pelo uso frequente que as alternativas assim criadas são sujeitas a um processo de propagação (selecção)¹¹⁴ nas comunidades de falantes, cujo resultado final é a criação de novos usos convencionais, efectuando-se assim uma boa parte da mudança semântica lexical (cf. Croft 2000: 166 e ss.).

Os dois mecanismos são tradicionalmente distinguidos através do tipo de relação que se estabelece entre o uso convencional e o uso inovador. Considera-se, no caso da metáfora, que essa relação é de semelhança e que na metonímia está presente uma relação de contiguidade.¹¹⁵ Quando se fala de metáfora e metonímia propõe-se uma descrição da relação semântica entre dois ou mais sentidos da mesma palavra, mas dificilmente se pode afirmar que a descrição proposta corresponda ao que aconteceu quando, pela primeira vez, determinado falante usou essa palavra em sentido metafórico ou metonímico (falar das operações que decorreram na mente desse falante não faz qualquer sentido, a partir do momento em que o novo uso metafórico ou metonímico sofreu propagação e passou a integrar o leque dos sentidos convencionais da palavra). No entanto, se um sentido de uma palavra é metafórico, então, na génese desse sentido está uma conceptualização de uma coisa em termos de outra, sendo que – embora esta conceptualização deixe de se fazer quando o novo sentido se torna convencional – ela pode ser sempre recuperada por um falante que reflecta sobre o uso da palavra.

Quando se diz que os usos de tipo metafórico ou metonímico passam, quando frequentes, a integrar a convenção para o uso de uma palavra, o que se quer dizer é que o uso em novos contextos onde o sentido inicial está excluído não obriga o ouvinte a efectuar uma interpretação (um raciocínio) para compreender,

¹¹⁴ Os termos *selecção* e *propagação* são usados paralelamente em Croft (2000: 166, 173-174, p. ex.); veja-se, também, a definição de propagação: "The propagation of a linguistic variant is a selection process: one variant is selected over another one." (178) Não obstante, podem identificar-se momentos distintos no percurso evolutivo das línguas: a inovação linguística disponibiliza um leque de alternativas possíveis para a resolução do mesmo problema de coordenação (variantes), das quais algumas serão escolhidas (selecção), por darem melhor resposta aos problemas de coordenação dos falantes, e posteriormente aceites como novas convenções (propagação).

¹¹⁵ Nas secções 2.4.6.1 e 2.4.6.5, respeitantes à metáfora e à metonímia, tornar-se-á claro de que modo se estabelecem as relações de similaridade e de contiguidade que estão na base dos processos metafórico e metonímico, respectivamente.

reconstituindo a relação de semelhança ou de contiguidade, o sentido originado inicialmente por uma metáfora ou metonímia. Fala-se, então, de lexicalização para descrever o processo pelo qual estes usos se tornam convencionais. Keller (1995: 183-185) dá três exemplos que ilustram bem a lexicalização de metáforas e metonímias:¹¹⁶ *Fuchs* em *Fritz ist ein Fuchs* terá sido objecto de interpretação metafórica enquanto os falantes tiveram de recorrer a um saber com a seguinte configuração: a palavra serve para designar raposas e as raposas das fábulas são animais manhosos, estabelecendo-se assim a associação interpretativa que atribui manha a Fritz. A partir do momento em que, pelo uso continuado através de um saber comum e mútuo consolidado (i.e., cada falante sabe que os outros usam *Fuchs* para atribuir manha aos humanos), a necessidade de associação desapareceu, a leitura originalmente metafórica passou a integrar a regra para o uso da palavra, constituindo um dos seus significados (*Fuchs* serve para atribuir manha aos seres humanos), embora não se deva perder de vista o facto de a este sentido se atribuir, com justeza, a designação de "derivado por metáfora". Outro exemplo é *begreifen*, em que é possível reconhecer uma certa natureza imagética, mas onde já se perdeu a noção da metáfora que esteve na sua origem; a compreensão dos enunciados onde ocorre este verbo já não acontece por analogia entre 'agarrar com as mãos' (concreto) e 'compreender' (abstracto). *Lingua* (idioma) resulta de uma metonímia claramente lexicalizada. Há alguns dados que nos podem levar a concluir se o processo de lexicalização de sentidos metafóricos ou metonímicos está ou não completo: as metáforas lexicalizadas tornam-se muito recorrentes, como acontece com as metáforas do corpo (pernas da mesa, pernas da cadeira, pernas da cama, etc.). Keller (1995: 185) refere um outro sintoma da lexicalização (neste caso da metáfora) que consiste no facto de a partir de um sentido não-literal lexicalizado se poderem operar novas extensões metafóricas (ou metonímicas, acrescentaria).¹¹⁷

¹¹⁶ É verdade que a frequência dos casos de lexicalização é mais elevada para as extensões metafóricas do que para as extensões metonímicas. Esta diferença encontra justificação no facto de a interpretação das extensões metafóricas e metonímicas recorrer a mecanismos diversos. A relação associativa com base na semelhança torna-se rapidamente objecto de saber comum, ou seja, associações repetidas no uso perdem o carácter associativo e passam a ser regras (cf. *Fuchs*), ao passo que a interpretação de metonímias, na sua definição tradicional, pressupõe um saber acerca do mundo que não é senão um saber de tipo diferente daquele que consitui o conhecimento de uma regra e por isso a frequência de uso não influi grandemente na forma como se acede à interpretação das ocorrências metonímicas (cf. Keller 1995: 185-186).

¹¹⁷ Keller recorre de novo a *Fuchs*: de uma galinha matreira que finge estar morta todas as vezes que chega o dia do abate o dono poderia dizer *Dieses Huhn ist wirklich ein Fuchs* que é uma nova metáfora a partir da anterior metáfora lexicalizada (*Fuchs* serve para designar as pessoas manhosas) em que a galinha antropomorfizada recebe a mesma característica das pessoas de quem se diz que são "raposas velhas".

Também Cruse (2000: 201-202) reflecte sobre estas questões antes de iniciar o capítulo sobre extensões do significado e distingue entre *extensões naturalizadas* ("naturalized extensions" – aquelas em relação às quais os falantes já não têm a consciência de que provêm de um tropo), *extensões estabelecidas* ("established extensions" – que presumivelmente fazem parte do léxico mental mas que os falantes identificam como tropos) e *leituras pontuais* ("nonce readings" – geradas e interpretadas mediante estratégias de extensão do significado como a metáfora e a metonímia).

2.4.6.1 Metáfora

A criação de novos sentidos por processo metafórico decorre da relação estabelecida por semelhança entre um ou mais sentidos originais e o(s) seu(s) derivados. Como já afirmei, a alteração dos contextos de ocorrência nos usos metafóricos é essencial para desencadear o processo de estabelecimento das semelhanças que relacionam os dois sentidos; assim, o sentido metafórico apresenta contextos parcialmente coincidentes com os do uso literal (apenas aqueles que se adequam ao novo enquadramento da palavra), mas também novos contextos de ocorrência. Deste modo, a palavra polissêmica pode, pelo menos em teoria, ocorrer em três tipos de contexto:¹¹⁸ os contextos anteriores à extensão metafórica (mexer/esticar as pernas, ter as pernas a doer, ter pernas musculadas), os contextos comuns ao uso convencional e ao uso metafórico (pernas curtas ou compridas, fortes ou fracas, grossas ou finas, feias ou bonitas; pernas que suportam o peso do corpo ou do tampo; cortar/partir as pernas) e, ainda, os novos contextos em que só é possível a leitura metafórica (pernas de metal, de madeira, trabalhadas ou feitas por molde, envernizadas, polidas, etc.). A palavra transposta para novos contextos ganha, também, novos termos contrastantes (tampo, tábuas, etc.) e os antigos tornam-se obsoletos (pés, dedos, braços, mãos, cabeça, etc.).¹¹⁹

A diversidade distribucional de *pernas* exemplifica e reitera a importância que deve ser atribuída à distribuição, em toda a descrição semântica e na descrição de palavras com pluralidade de sentidos, em particular.

¹¹⁸ Traduzo e adapto o exemplo de Haas (s.d._b).

¹¹⁹ Nos termos de Cruse (2000), diríamos que *pernas* tem, nas duas leituras em apreço, co-merónimos diversos, que correspondem a partes do corpo, no sentido literal, e a partes da mesa, na extensão metafórica.

No processo de transposição para um novo contexto está muitas vezes envolvida uma teia de implicações já existentes no uso convencional, que são também elas próprias utilizadas como fontes de analogia na relação metafórica. Se pensarmos em casos como *O casamento é uma lotaria*, facilmente verificaremos que as implicações decorrentes do facto de a lotaria ser um jogo de azar do qual se desconhece à partida o desfecho (o número da sorte é encontrado por um processo que os participantes não controlam) são fundamentais para a semelhança encontrada entre a lotaria (jogo) e a sua leitura metafórica aplicada a *casamento*. Independentemente das diferenças que possam subsistir entre o casamento e a lotaria, há uma característica comum às duas realidades que as torna próximas: a implicação de que jogar na lotaria é aceitar que não se conhece antecipadamente o que vai acontecer.¹²⁰

Em qualquer dos casos, o estabelecimento de relações entre sentidos assenta sempre na detecção de semelhanças em função daquilo que é relevante no novo contexto de aplicação da palavra e é isso que acontece quando observamos que não há uma analogia perfeita entre o casamento e a lotaria e que, não obstante, os falantes, ao interpretarem a metáfora, distinguem entre as características da lotaria que são relevantes para a caracterização do casamento e aquelas que o não são: se é verdade que de ambos não conhecemos antecipadamente o desfecho, também é verdade que no casamento há alguma possibilidade de controlo dos participantes em relação aos acontecimentos futuros que está ausente no caso da lotaria e, no entanto, isso não é impeditivo da relação metafórica entre casamento e lotaria.

A ideia de que há um processo de selecção de propriedades ou características que está subjacente ao estabelecimento da relação de similaridade, levou, provavelmente, a que autores como Haas tivessem a necessidade de distinguir entre dois tipos de metáfora: por um lado, teríamos *metáforas selectivas* como as *pernas (da mesa)* e, por outro, *fog e mist* (usados como metáforas de morte num texto de Browning) a que Haas dá o nome de *metáforas criativas* que, segundo o autor, implicam uma transformação do significado total da palavra transposta em que nenhum dos elementos se perde, mas em que o seu peso relativo é alterado em função do novo contexto, isto é, há elementos que eram periféricos no significado da palavra em contextos usuais e que

¹²⁰ A mesma ideia de confronto com o desconhecido está presente, aliás, na metáfora *O casamento é uma carta fechada*.

agora se tornam centrais no sentido metafórico. A relação de semelhança não acontece, na perspectiva do autor, pela selecção de alguns contextos parcialmente coincidentes, como no caso das metáforas selectivas, mas por um reposicionamento de elementos comuns que resulta numa maior ênfase de uns em detrimento de outros.

O que está em causa, nos casos de *fog* e *mist* ou no caso de *noite*, usada também frequentemente como metáfora de morte, não parece ser uma ausência de selecção, mas sim a necessidade de distinguir entre metáforas que seleccionam propriedades bem delimitadas ('a função de suporte' e 'a forma' no caso de *as pernas da mesa*) de outras que evocam toda uma cena,¹²¹ embora sejam igualmente selectivas (como *fog*, *mist* ou *noite* para 'morte') – da *noite* seleccionam-se os aspectos desagradáveis ('frio', 'solidão', 'desorientação'), mas não um aspecto considerado positivo ('liberdade') que poderia servir para estabelecer o paralelo com a morte encarada como libertação e passagem para uma forma superior de existência, numa determinada visão religiosa e cultural da existência humana.

Os conceitos de *protótipo* e *parecenças-de-família*, na semântica prática de inspiração wittgensteiniana, dos quais já me ocupei, podem ajudar a compreender como e em que condições se processam as extensões metafóricas do significado.

2.4.6.2 Metáfora e protótipo

O protótipo funciona como ponto de referência para a compreensão das extensões metafóricas do significado das palavras cujo uso é descrito por recurso a protótipos¹²² e facilita a explicação das relações analógicas por semelhança, porque nem sempre as extensões decorrem a partir da mesma propriedade constitutiva do protótipo e nem sempre essa propriedade é aquela que tem maior peso, para além do facto de os conceitos assim definíveis terem uma estrutura flexível por natureza, o que possibilita um reordenamento das propriedades constituintes do protótipo de modo a alterar o seu peso relativo. A palavra *Mutter* (no sentido de *Stiefmutter* – 'madrasta') é

¹²¹ Veja-se, como exemplo de metáforas que evocam cenas na sua totalidade, o uso metafórico da palavra *fruto* que irei referir na secção 2.4.6.2, onde se analisa o contributo da noção de protótipo para a compreensão das extensões metafóricas.

¹²² Não deve depreender-se daqui que todas as palavras cujo significado pode ser explicado através de protótipos sejam palavras polissémicas; o que se quer mostrar é que a extensão metafórica do significado deste tipo de palavras se explica mais facilmente pelo facto de se recorrer ao protótipo.

exemplo de uma extensão metafórica convencionalizada que se operou a partir de um dos elementos do protótipo de Mutter (mãe biológica), sendo que a relação de semelhança é estabelecida entre o laço de parentesco com a pessoa que se pretende designar e uma das propriedades que, conjuntamente com outras, constituem o protótipo de Mutter (mãe biológica) – o facto de a mãe (biológica) prototípica ser a esposa do pai (biológico). Com a mesma palavra é possível exemplificar outras extensões por promoção e demissão de propriedades constituintes do protótipo, como acontece com a utilização de *mãe* no sentido de ‘mãe adoptiva’, etc.

Na extensão metafórica de termos definidos com recurso a protótipos observa-se, portanto, uma selecção de determinados aspectos do protótipo que se constituem como referências para o estabelecimento de analogias, muito embora se possa dizer que há casos em que a metáfora selecciona propriedades bem definidas do protótipo, como acontece em *pernas da mesa* (a função de suporte e a forma das pernas em sentido anatómico são as propriedades seleccionadas, de entre outras), havendo outras situações em que a metáfora evoca toda uma *cena* no seu conjunto, como em *colher os frutos do seu trabalho*: toda a cena à volta da colheita dos frutos é evocada – o trabalho prévio de plantar e cuidar da árvore, bem como os benefícios posteriores (alimentação, degustação). Mas também aqui há uma selecção: o fruto nas suas propriedades centrais (resultado de um processo vital de uma árvore; portador de sementes para nova árvore, etc.) não interessa à metáfora. Apenas as propriedades funcionais (sociais) interessam.

2.4.6.3 Metáfora e parencças-de-família

Não é difícil perceber a pertinência da aplicação do conceito de parencças-de-família na explicação de extensões do significado. Tendo em conta que os conceitos assim descritos são conjuntos abertos de paradigmas (protótipos) encadeados, as extensões operadas a partir de conceitos deste tipo terão como ponto de referência um dos elementos da cadeia de protótipos – quando dizemos que *O casamento é uma lotaria*, a semelhança é estabelecida com os jogos de azar; só uma parte dos elementos constituintes da categoria *jogo* (com as propriedades que os caracterizam) serve de ponto de referência para a extensão (há outros protótipos, como a *cabra-cega* ou o *jogo do galo*, que fazem parte da cadeia analógica que constitui a categoria *jogo*, mas que não permitem esclarecer o uso metafórico de *lotaria* enquanto *jogo* aplicado a *casamento*,

porque as suas propriedades não os incluem no conjunto dos jogos de azar). Por outro lado, o encadeamento que caracteriza os conceitos de parencas-de-familia tem sido utilizado também como imagem da estrutura de muitas categorias polissémicas, em que as extensões do significado acontecem em cadeia. Disso mesmo encontramos um exemplo em Taylor (²1995: 108-109), que acaba por adoptar o termo wittgensteiniano parencas-de-familia como metáfora para designar as categorias polissémicas como *climb*, que ele próprio analisa.¹²³

2.4.6.4 Metáforas conceptuais

Seria impensável dar por terminada a secção deste capítulo dedicada à metáfora sem uma referência às chamadas *metáforas conceptuais*, que constituem um núcleo forte da investigação que se tem feito sobre a metáfora no âmbito da linguística cognitiva. Não pretendo, no entanto, reproduzir aqui a quantidade de informação que este paradigma linguístico produziu acerca desta matéria.

É inegável o contributo de estudos como o de Lakoff & Johnson (1980), Lakoff (1987) e de muitos outros que lhes sucederam para o entendimento da metáfora como fenómeno recorrente na linguagem quotidiana e que obviamente ultrapassa o âmbito da literatura ou da estilística, embora, como se sabe, já houvesse estudos da metáfora fora do domínio dos estudos literários e estilísticos.

A inovação da abordagem proposta pelos autores da linguística cognitiva consiste, na sua perspectiva, em considerar a metáfora um modo de pensar e de conhecer:

Far from being merely a matter of words, metaphor is a matter of thought – all kinds of thought: thought about emotion, about society, about human character, about language, and about the nature of life and death. It is indispensable not only to our imagination but also to our reason. (Lakoff & Turner 1989: xi)

¹²³ Taylor esclarece em nota que se trata de uma adaptação do conceito wittgensteiniano originalmente aplicado a categorias monossémicas baseadas em protótipos e que as suas categorias baseadas em parencas-de-familia correspondem às *categorias radiais* de Lakoff (1987).

Sobre a possibilidade de aplicação do conceito a palavras polissémicas, veja-se em 2.4.1 a discussão dos exemplos de Violi (2001).

Esta conclusão surge a propósito da observação de um conjunto de dados linguísticos em que determinados tipos de extensão metafórica são extremamente recorrentes,¹²⁴ como por exemplo as que têm origem em partes do corpo (*cabeça de casal*, *pernas da mesa*, *braços da cadeira*, *(ser o) braço direito (de alguém)*, *(entrar com o) pé direito*, etc.) ou aquelas que tomam como ponto de partida a interação dos seres humanos com o mundo que os rodeia, traduzindo-se essa interação em experiências concretas (movimento, temperatura, distância, percepção visual, etc.), que são utilizadas na conceptualização de noções abstractas, com especial destaque para os chamados *esquemas imagéticos*:

Schemas that structure our bodily experience *preconceptually* have a basic logic. *Preconceptual* structural correlations in experience motivate metaphors that map that logic onto abstract domains. Thus, what has been called abstract reason has a bodily basis in our everyday physical functioning. It is this that allows us to base a theory of meaning and rationality on aspects of bodily functioning. (Lakoff 1987: 278)

Vejamos alguns exemplos inspirados em Cruse (2000: 207):

MAIS É EM CIMA; MENOS É EM BAIXO

(40) Os preços subiram assustadoramente.

(41) Os lucros desceram para níveis inaceitáveis.

O ‘esquema-imagético’ EM CIMA/EM BAIXO, bem como o ‘esquema-imagético’ CAMINHO, servem a conceptualização de variação de quantidade por extensão metafórica:

ESCALAS LINEARES SÃO CAMINHOS

(42) A criatividade do João está a milhas da do António.

(43) O João é de longe o melhor aluno da turma.

¹²⁴ Sobre a circularidade da argumentação a propósito de metáforas conceptuais, cf. *supra* 1.3, nota 38.

Resumindo, as metáforas são mecanismos facilitadores da conceptualização do abstracto através do concreto ou, como se afirma na citação *infra*, são formas de resolver problemas semelhantes para todos os seres humanos. Keller (1995: 229) dá como exemplo as imagens utilizadas em alemão, inglês e espanhol para descrever a sensação causada pelo piri-piri ao entrar em contacto com a língua, concluindo que, embora sejam três imagens distintas, elas correspondem a imagens de ferimentos no corpo – corte, queimadura e picada em (44) *Chili ist scharf und brennt, is hot and burns, es picante y pica* (Keller 1995: 229) – que ilustram a utilização universal das características corporais (naturais) dos seres humanos neste tipo de metáforas. Assim, se uma parte das metáforas recorrentes resultam da necessidade de utilizar mecanismos não convencionais que sirvam de uma maneira mais adequada as finalidades do uso linguístico, pela facilidade de interpretação decorrente da natureza imagética do próprio mecanismo metafórico – (45) *A selecção portuguesa perdeu a batalha da Coreia* – há um outro conjunto de metáforas (como as dos ferimentos para designar o sabor do piri-piri) que são motivadas pela natureza corpórea universal dos humanos:

Systematizität der Bilder erhöht die Interpretierbarkeit des metaphorischen Verfahrens. Es gibt jedoch auch systematische Zusammenhänge, die nicht motiviert sind durch das Bestreben des Sprechers, dem Adressaten die Arbeit zu erleichtern und sich selbst dadurch den kommunikativen Erfolg zu sichern. Gleichartige Probleme führen oft zu gleichartigen Lösungen. (Keller 1995: 229)

A teoria lakoffiana da metáfora assenta, precisamente, no carácter sistemático de muitas metáforas, com particular destaque para as chamadas "metáforas do corpo na mente", sublinhando a ideia de que a metáfora é um processo permanentemente operativo e a convicção de que não existem metáforas com função meramente decorativa.

De acordo com Cruse (2000: 208-209), cuja opinião partilho, essa operatividade permanente da metáfora e a inexistência de metáforas meramente decorativas constituem aspectos problemáticos desta teoria. Se se pode dizer que a metáfora existe enquanto mecanismo operativo na criação de novos significados no caso das metáforas recém-cunhadas, já o mesmo não se poderá dizer das metáforas conceptuais

que são um grande número dos casos apresentados por Lakoff e representam extensões semânticas naturalizadas ou estabelecidas, fazendo parte do conjunto de sentidos associados a um item lexical, tratando-se de escolher um entre outros e não de activar o mecanismo da metáfora. Assim, a metáfora pode conceber-se como mecanismo activo na origem das línguas, nas fases iniciais da aquisição da linguagem e na cunhagem de novos significados, perdendo esse carácter operativo ("construtivo", como diz Lakoff) a partir do momento em que essas extensões se naturalizam ou estabelecem por força do uso e da convenção.

Aliás, o que leva os cognitivistas a recusar a noção de metáfora morta é precisamente a convicção de que as metáforas lexicalizadas são as mais importantes, por se tornarem instrumentos inconscientes de estruturação do pensamento e do conhecimento aos quais temos acesso através da linguagem que usamos, como se afirma no seguinte excerto de reflexão acerca dos erros da teoria das metáforas mortas:

The mistake derives from a basic confusion: it assumes that those things in our cognition that are most alive and most active are those that are conscious. On the contrary, those that are most alive and most deeply entrenched, efficient, and powerful are those that are so automatic as to be unconscious and effortless. Our understanding of life as a journey is active and widespread, but effortless and unconscious. Part of the evidence that conventional metaphors exist as live aspects of cognition is their occurrence in novel poetic creations, (...). (Lakoff & Turner 1989: 129)

Pela mesma razão muitos cognitivistas vêem ligações metafóricas activas entre sentidos onde o falante vulgar não faz qualquer associação; por exemplo, quando dizemos *Ele foi-se*, não estamos a usar uma relação metafórica entre a vida e uma viagem, mas sim a seleccionar um dos significados possíveis do verbo *ir* nesta construção particular – ‘morrer/cessar de existir.’

Há ainda um outro aspecto importante que não parece estar presente na teoria cognitiva da metáfora e que tem a ver com o facto de a escolha do mecanismo metafórico não servir apenas o objectivo de facilitar a conceptualização do concreto a partir do abstracto, mas decorrer também de uma opção do falante por uma estratégia que lhe assegura resultados mais fiáveis, isto é, maior eficácia no atingir dos objectivos traçados para a actividade comunicativa, mesmo que isso implique maior esforço, porque, como vimos na primeira parte deste capítulo, embora haja uma tendência para a resolução de problemas de coordenação através do recurso a meios convencionais, nem sempre isso acontece, pelas razões já explicitadas.

2.4.6.5 Metonímia

Falar de extensões do significado é necessariamente também falar de metonímia e de processos metonímicos, englobando na noção de *contiguidade*, que habitualmente serve para definir a metonímia como fenómeno de relação entre significados, a metonímia em sentido normal como "*contiguidade dos referentes no mundo (aos quais se faz referência através do termo próprio para um deles)*" (Lima 2001: 123) e os processos metonímicos associados, por exemplo, ao fenómeno de *gramaticalização* onde se pode falar apenas de *contiguidade no discurso*.¹²⁵

Este processo de criação de pluralidade de sentidos tem também, muitas vezes, como corolário a lexicalização ou a gramaticalização, isto é, os sentidos criados por extensão metonímica acabam por constituir significados convencionais da palavra (cf. *supra*, nota 116).

A metonímia entendida em sentido normal é, como se sabe, responsável por um grande número dos casos da chamada polissemia regular, a que Cruse chama também sistemática (cf. Cruse 2000: 113), que se define pela sistematicidade de ocorrência de certo tipo de relações entre significados num número apreciável de itens lexicais.¹²⁶ Segundo Cruse, a relação metonímica é altamente sistemática, como atestam os exemplos: espécie de árvore/tipo de madeira que dela se extrai (carvalho, faia, cerejeira, noqueira), flor/planta (azálea, orquídea, hortênsia, jarro, tulipa, lírio, junquilha), animal/carne¹²⁷ (porco, vaca, coelho, peru, frango), compositor/música por ele composta (Gostas de Chopin?), comida/cliente que a encomendou (O cozido à portuguesa queixou-se da demora).¹²⁸

¹²⁵ Cf. Lima (1999_b e 2001) para uma explicação mais detalhada sobre estas duas noções de metonímia no contexto do processo de gramaticalização que deu origem a formas de futuro perifrástico com *go/ir*.

¹²⁶ Cruse (2000) fala também de polissemia sistemática (regular) no que respeita a casos de polissemia linear (polissemia decorrente de especialização ou generalização) como o de *cão*, uma categoria com subdivisão binária (*cão/cadela*), onde o termo superordenado ocupa o lugar vazio na subdivisão sem nome ou, inversamente, quando uma das subcategorias fornece o termo superordenado na sua ausência, como em *vaca* (cf. os conceitos de auto-hiponímia e auto-superordenação em Cruse 2000: 110-111).

¹²⁷ Conforme ficou dito na discussão de *vitello* (de Violi 2001), não se trata da carne apenas como parte do todo animal, mas da carne depois de abatida e devidamente manipulada, de modo a poder ser usada na culinária.

¹²⁸ Este caso pode ser frequente no contexto do restaurante, mas isso não lhe confere o estatuto de polissemia regular patente nos exemplos anteriores; do mesmo modo se comporta a seguinte ocorrência em que temos número da mesa/clientes que a ocupam: *A mesa 7 quer a conta*. Aliás, Nunberg, que é o autor do famoso exemplo *The ham sandwich is sitting at table 20* (Nunberg 1979: 149), chama a atenção em Nunberg (1995: 116-117) para o facto de *ham sandwich* não poder ser considerado polissémico (*sandes/pessoa que encomendou a sandes*), exactamente por haver dependência de um contexto muito particular.

Segue-se um conjunto de exemplos dos tipos recorrentes de metonímia retirados e adaptados de Cruse (2000: 212-213):

(i) o CONTENTOR pelo CONTEÚDO

(46) A panela está a ferver.

(ii) o POSSUIDOR pelo POSSUÍDO/ATRIBUTO¹²⁹

(47) Estou parado na fila para o parque de estacionamento.

(iii) a ENTIDADE REPRESENTADA pelo REPRESENTANTE

(48) O governo vai anunciar medidas de combate à evasão fiscal.

(49) A Inglaterra ganhou o Campeonato do Mundo em 1966.

(iv) o TODO pela PARTE

(50) Vou lavar o carro.

(51) Precisas de ir à casa de banho?

(v) a PARTE pelo TODO

(52) Hoje há muitas caras novas na sala.

(53) Quatro olhos vêem melhor do que dois.

(vi) o LOCAL pela INSTITUIÇÃO

(54) S. Bento ainda não se pronunciou.

(55) A Casa Branca já disse que não faz declarações sobre essa matéria.

É evidente que nem todos os sentidos criados contextualmente por relações metonímicas podem ser considerados extensões do significado, porque isso depende em grande medida do futuro que os utilizadores da língua lhes reservarem e da

¹²⁹ A relação inversa também é frequente: *Os capacetes-azuis foram enviados para a Bósnia.*

especificidade do mecanismo interpretativo que lhes subjaz, mas é inegável que a sua recorrência não permite que as ignoremos como responsáveis pela criação de pluralidade de sentidos.

2.4.6.6 O processo metonímico e o conceito de cena

O entendimento alargado da relação metonímica como relação de contiguidade, não apenas no real mas também no discurso, pode comprovar-se, tendo em conta o que já se disse sobre a utilidade do conceito de cena para a descrição de extensões do significado de determinados termos, através de casos como *newspaper*, em que a contiguidade dos elementos na cena explica a aplicação do termo a partes extraídas da mesma, estando os vários sentidos de *newspaper* relacionados metonimicamente como partes do mesmo todo, a cena. Pode, deste modo, falar-se de extensão a partir de uma cena como extensão metonímica em sentido lato. Vejam-se, a propósito, as afirmações de Geeraerts & Grondelaers (2002: 307 e 310-311) sobre metonímia e contiguidade, bem como sobre a *semântica de cenas e frames* ("scenes-and-frames-semantics") de Fillmore:

The concept of contiguity mentioned in the definition of metonymy should not be understood in a narrow sense as referring to spatial proximity only, but broadly as a general term for various associations in the spatial, temporal, or causal domain. (...) contiguity is a syntagmatic relationship that holds between entities in the same 'chunk of experience'. (Geeraerts & Grondelaers 2002: 307_a - 307_b)

(...) Fillmorean *frame semantics* is of a metonymical kind. (...) studying verbs like *buy* and *sell* by bringing buyers and sellers and goods and prices into the picture, equals studying the 'referential syntagmatics' of a lexical item: the way in which the referent of the item (in this case, a particular commercial transaction) occurs in reality in temporal and spatial and functional conjunction with other entities, locations, processes, activities, or whatever. Such co-occurrence of referents is precisely what is meant by contiguity as the basis of metonymy in the semasiological sense. (Geeraerts & Grondelaers 2002: 310_b - 311_a)

2.4.6.7 Combinação de Metáfora e Metonímia

O tratamento em secções diferenciadas do fenómeno da extensão metafórica e metonímica do significado pode fazer crer que se trata de processos independentes, quando na verdade as observações do uso nos mostram, frequentemente, que os dois

processos aparecem combinados, podendo falar-se de metonímias metafóricas, como em *Hohlkopf*, ou em metáforas metonímicas como na frase *O Zé e o Joaquim são os capacetes-azuis da empresa*. Casos há em que é difícil distinguir se a extensão começou por ser metafórica e só depois se tornou metonímica ou vice-versa; a combinação dos dois fenómenos é inegável em vários exemplos de mudança semântica, como se pode observar nos estudos sobre gramaticalização (cf. por exemplo Lima 1999_b e 2001).¹³⁰

A extensão metafórica ou metonímica é um recurso precioso no uso da linguagem, tal como o definimos no início do capítulo. Os objectivos sociais que a condicionam, enquanto actividade conjunta entre outras, obrigam os falantes a recorrer a mecanismos não convencionais de coordenação,¹³¹ se isso significar maior eficácia na consecução dos objectivos estabelecidos.

2.4.7 Os princípios básicos da explicação da extensão do significado

Tendo em conta o exposto no ponto 2.4 e suas secções, a explicação da extensão do significado pode ser feita a partir da análise dos princípios que estão na base dessa mesma extensão, de acordo com o que se revelar mais adequado à descrição dos itens lexicais em análise.

Assim, com base num protótipo categorial, um termo com o sentido s_1 passa a ter também o sentido s_2 ; contudo, sob o ponto de vista extensional, não há uma clivagem categorial: as categorias para que remetem s_1 e s_2 podem ser encaradas como estando na relação da subcategoria para a categoria, ou ambas podem ser subsumidas numa outra mais vasta. São casos de extensão por protótipo os casos de especialização e de generalização:

$cão_1 \longrightarrow cão_2 (\neq \text{cadela})$ – a categoria $cão_2$ é obtida a partir do protótipo $cão_1$ por enriquecimento das propriedades desse protótipo;
 $homem_1 \longrightarrow homem_2 (= \text{humanidade})$ – a categoria $homem_2$ é obtida do protótipo $homem_1$ por perda de propriedades desse protótipo.

¹³⁰ Cf., no contexto da reflexão sobre gramaticalização e subjectificação, a proposta de conciliação de posições tendencialmente metafóricas (Sweetser 1988) com posições tendencialmente metonímicas (Traugott 1988) em que Langacker (1998: 87-88) tenta demonstrar que as duas perspectivas não são assim tão discordantes daquela que ele próprio propõe neste artigo.

¹³¹ Sobre o conceito, cf. Clark (1996: 77 e ss.) e Croft (2000: 99 e ss.).

Contudo, se o princípio explicativo da extensão for o protótipo como "tipicidade de significado" (como pretende Violi 2001), há clivagem categorial, ou seja, as categorias para as quais remetem s_1 , s_2 e s_3 são extensionalmente distintas:

$vitela_1$ (= animal) \neq $vitela_2$ (= carne) \neq $vitela_3$ (= pele).

Do mesmo modo, se o princípio explicativo da extensão for a cena, as categorias para que remetem s_1 , s_2 , s_3 , etc. são categorias distintas entre si:

$jornal_1$ (= folhas) \neq $jornal_2$ (= redacção) \neq $jornal_3$ (= empresa) \neq $jornal_4$ (= jornalistas) \neq $jornal_5$ (= meio de comunicação), etc.

Os casos de extensão pelo princípio da metáfora e os casos de extensão pelo princípio metonímico são também casos de clivagem categorial, como as extensões explicáveis pelo princípio da cena:

$pernas_1$ (= membros do corpo humano) \neq $pernas_2$ (= partes da mesa);
 $língua_1$ (= parte do corpo) \neq $língua_2$ (= idioma).

As parencas-de-família são um efeito causado pela repetida aplicação destes quatro princípios de extensão do significado.

3. Verbos de Percepção e Estudos Linguísticos

O capítulo que agora se inicia apresenta uma síntese dos estudos linguísticos sobre o vocabulário da percepção, mais especificamente sobre verbos de percepção, com especial ênfase nos trabalhos mais recentes.¹³²

Não se trata aqui de enumerar um conjunto de estudos mais ou menos vasto e de fornecer uma descrição sumária de cada um, mas sim de perceber no conjunto da literatura compulsada quais as perspectivas que têm orientado a investigação sobre esta área do léxico e, assim, proceder ao elenco das questões consideradas relevantes para o estudo linguístico dos verbos de percepção, bem como das suas eventuais lacunas, de modo a situar o trabalho que me proponho realizar.

Muitos dos estudos consultados, pelo menos os de maior extensão, contêm um subcapítulo dedicado à apresentação de dados sobre a percepção como fenómeno físico e psicológico, por se considerar que estes podem ajudar a compreender particularidades do léxico verbal da percepção e a estabelecer um modelo da percepção que facilite a posterior análise linguística.¹³³

Não é minha intenção reproduzir aqui uma perspetivação interdisciplinar do fenómeno perceptivo e muito menos incorporar nela a componente filosófica que alguns autores também afluam, dada a abundante reflexão filosófica acerca deste fenómeno, mas valerá a pena ter em mente alguns dados de Hoffman (1998), que apresenta exaustivamente a tese de que tudo o que vemos resulta de um processo de construção controlado pela inteligência visual; a tese da construção é, aliás, generalizada, em Hoffman (1998: cap. 7), a todos os dados da percepção através dos sentidos:

Without exception, everything you see¹³⁴ you construct: color, shading, texture, motion, shape, visual objects, and entire visual scenes. (Hoffman 1998: 5)

¹³² Sobre os estudos sincrónicos mais antigos, cf. Schepping (1982: 35-55) e, para uma panorâmica dos estudos diacrónicos, veja-se Harm (2000: 108-120), no que respeita à língua alemã. Sobre o português, vejam-se neste capítulo as referências a Almeida (1986), Soares (1993) e Vilela (1994).

¹³³ Cf. Schepping (1982: 7-12), Almeida (1986: 13-46), Ibarretxe-Antuñano (1999: 134-146), Harm (2000: 88-89) e Viberg (2001: 1294 e 1306-1307).

¹³⁴ Segundo o autor, o que está em causa aqui é a visão em sentido fenomenológico, enquanto experiência visual, que ele distingue da visão relacional como interacção com objectos "reais" (cf. pp. 6 e 187).

I want to claim that, at a minimum, you also construct all that you hear, smell, taste, and feel. In short, I want to claim that all your sensations and perceptions are your constructions. (Hoffman 1998: 176)¹³⁵

O autor esclarece, no entanto, que o facto de as imagens na retina poderem ser interpretadas de múltiplas maneiras não nos impede de reconhecer e explicar a regularidade do comportamento das crianças na construção do universo visual, bem como os consensos visuais gerados entre adultos saudáveis.¹³⁶ Só mediante a existência desses consensos faz sentido falar do vocabulário da percepção, na medida em que é dele que nos servimos para comunicar acerca das experiências individuais que construímos, sendo que as regras de construção são comuns a todos os humanos.

A importância dada à inteligência visual, na sua articulação com outros domínios da inteligência, corrobora a ideia generalizada acerca do primado da visão em relação a outras modalidades sensoriais,¹³⁷ transmitida também pelos autores dos estudos linguísticos sobre verbos perceptivos (cf. *supra* nota 133 desta dissertação):

Visual intelligence occupies almost half of your brain's cortex. Normally it is intimately connected to your emotional intelligence and your rational intelligence. It constructs the

¹³⁵ O maior óbice à aceitação desta tese é, segundo Hoffman (1998: 176), a convicção generalizada de que há sentidos de contacto directo, como o tacto (e o gosto) e outros em que o contacto com os objectos não é directo, como a visão (o olfacto e a audição). Os casos clínicos de amputação com construção de sensações tácteis numa parte do membro amputado e os casos de agnosia táctil (impossibilidade de identificação de objectos através do tacto, devido a lesões cerebrais) demonstram que, de facto, mesmo quando se trata dos chamados sentidos directos/próximos, tudo o que percebemos resulta do processamento complexo da informação fornecida pelas várias modalidades sensoriais.

¹³⁶

"(...) innate rules, which grant visual mastery to the child by age one and lead to consensus in the visual constructions of all normal adults despite the infinite ambiguity of images, I call the rules of universal vision. (...) the rules of universal vision allow a child to acquire specific rules for constructing visual scenes. These specific rules are at work when the child, having learned to see, looks upon and understands specific visual scenes. These rules I call rules of visual processing. The innate rules of universal vision are part of the child's biology, and allow the child to acquire, through visual experiences that might vary from one culture to another, the rules of visual processing. The rules of visual processing, in turn, allow the visually competent child or adult to construct specific visual scenes by looking." (Hoffman 1998: 14-15)

¹³⁷ Na secção 3.2.3.2, *infra*, quando se proceder à apresentação da perspectiva tipológica no estudo destes verbos, serão mencionadas as consequências linguísticas desta predominância e a necessidade de a relativizarmos, especialmente no que respeita a certas extensões semânticas a partir dos verbos de percepção, tendo em conta a investigação antropológica, que tem salientado a variação intercultural do valor simbólico atribuído aos diferentes sentidos (cf. Evans & Wilkins 1998 e Viberg 2001).

elaborate visual realities in which you live and move and interact. It forwards these constructions to your emotional and rational intelligence, which use them as raw materials in further constructions. (Hoffman 1998: 202)

Salientaria, ainda de Hoffman (1998), uma afirmação, eventualmente polémica, acerca da relação entre a categorização linguística e o modo como opera a nossa inteligência visual, no que respeita à construção de objectos com base em partes (unidades visuais básicas que servem para a representação da forma e também para a emissão de juízos sobre a imagem e a semelhança):

If these parts are, as experiments now suggest, basic units of your visual description of shape, then you have good reason to make them basic units of your verbal description as well. The way you carve the world visually should affect how you carve it verbally. After all, for quick and clear communication you want units of discourse that match units of meaning used by you and your hearer. The way we carve up the world verbally is not arbitrary; it depends in part on how we carve it up visually. And the way we carve up the world visually is not arbitrary; it depends in part on fundamental principles of mathematics, such as transversality.

This match between words and parts has yet to receive systematic investigation. I predict interesting findings. (Hoffman 1998: 93, sublinhado da minha responsabilidade)

3.1 Os Verbos de Percepção

Os verbos de percepção constituem, com os verbos da cognição, o grupo mais alargado dos verbos mentais,¹³⁸ que descrevem processos psicológicos de tipo diverso experienciados por um indivíduo, mas não directamente observáveis por outrém; os verbos perceptivos integram o conjunto vasto das expressões linguísticas que se referem a fontes de informação (verbos de comunicação e verbos da cognição, por exemplo), bem como a modalidades sensoriais específicas (adjectivos de cor, gosto, etc).¹³⁹

¹³⁸ Esta classe inclui, segundo Croft (1993_b: 55), os verbos de percepção, da cognição e da emoção. Estes últimos são também designados "verbos psicológicos" (cf. p. ex. Mendes 2001 e Mateus et al. ⁵2003).

¹³⁹ Cf. Viberg (1999: 87-89) e Viberg (2001: 1295).

3.1.1 Delimitação

A delimitação do conjunto dos verbos de percepção, nomeadamente em relação a áreas vizinhas como a cognição, nem sempre é fácil, como se pode observar nos seguintes exemplos:

- (56) a. Fritz erkannte den Rechenfehler. (Harm 2000: 97)
b. O Zé reconheceu o erro de contas.
- (57) a. An der Stimme erkannte Fritz seinen alten Schulkameraden Hans.
(Harm 2000: 97)
b. O Zé reconheceu o João, seu antigo colega de escola, pela voz.
- (58) a. Es war so dunkel, daß Fritz nicht mehr erkennen konnte, was auf dem Tisch lag. (Harm 2000: 97)
b. Estava tão escuro, que o Zé já não conseguia distinguir/descortinar o que estava em cima da mesa.

Harm (2000: 97) admite a leitura de *erkennen* como verbo perceptivo apenas para a frase (58a), sendo que as duas primeiras ocorrências pressupõem operações cognitivas (cálculo e comparação do estímulo percebido com os dados armazenados na memória de longo prazo,¹⁴⁰ respectivamente). Quanto às traduções tentadas, verificamos que, na frase (58b), encontramos como traduções possíveis *distinguir* e *descortinar* que, curiosamente, são dois dos verbos eliminados em Almeida (1986: 81).¹⁴¹

¹⁴⁰ Parece-me exagerada esta ideia de eliminar ocorrências como (57a) e (57b), só porque há uma operação cognitiva que se efectua sobre os dados da percepção auditiva, mas que podia ser visual se o estímulo que leva à identificação fosse perceptível à vista. Muitos verbos cuja classificação não oferece dúvidas, como *ver*, têm esta característica de poder referir também operações cognitivas realizadas a partir de dados da percepção sensorial.

¹⁴¹ A razão da sua eliminação não é clara, porque o autor lista o conjunto de verbos eliminados e justifica essa supressão do seguinte modo: "Evitaram-se verbos com ocorrência praticamente nula, como *bispar* (...) ou porque depois de trabalhados se verificou possuírem uma componente intelectual acentuada [cálculo que seja este o motivo de exclusão dos dois verbos acima], ou porque não se tornou rentável em termos linguísticos a sua introdução: *distinguir*, *descortinar*, *visionar*, *visar*, *encarar*, *visitar*, *presenciar*, *mostrar*, *considerar*, *evidenciar*, *bispar*." (Almeida 1986: 81)

Na literatura consultada, é possível identificar duas tendências – uma minimalista e outra maximalista. Harm (2000) propõe, na senda de Hundsnurher (1976), uma definição estreita de verbo de percepção:

Als Wahrnehmungsverben können nur solche Verben gelten, die explizit machen, daß eine Wahrnehmungsmodalität aktiviert ist, mit anderen Worten nur solche Verben, für die ein definierendes semantisches Merkmal [+perzeptiv] angesetzt werden muß. (Harm 2000: 92)

Com base nesta definição, o autor elimina do campo da percepção verbos como *krähen*, *glänzen*, *rauchen* e as expressões *auf der Zunge beißen*, *hart sein*, por considerar que se referem a conteúdos da percepção, mas que estes são referidos como independentes do acto perceptivo (Harm 2000: 92). Também *scheinen* é considerado fora do grupo, por traduzir a perspectiva do falante quanto à probabilidade dos factos, ao contrário de *aussehen*.¹⁴²

(59) Fritz scheint heute gut gelaunt zu sein (Harm 2000: 98)

(60) Fritz sieht gut gelaunt aus (Harm 2000: 98).¹⁴³

Usoniene (1999:¹⁴⁴ 3) propõe uma definição alargada de "verbo de percepção visual" onde se inserem aqueles que são tradicionalmente considerados verbos de percepção, bem como os "verbos perceptivos de estímulo"¹⁴⁵ ("stimulus subject"),

¹⁴² Quer Schepping (1982: 61) quer Vliegen (1988: 120-121) excluem dos seus trabalhos um conjunto de verbos do mesmo tipo (*aussehen*, *riechen*, *schmecken*, *klingen*, *sich anhören*, *sich anfühlen*, e *scheinen*); no caso de Schepping, a exclusão é justificada com o facto de, para estes verbos e na óptica da autora, a percepção não ser uma implicação, mas antes uma pressuposição. Sobre este grupo ("verbos perceptivos de estímulo"), veja-se, abaixo, a secção 3.1.2.1.1.

¹⁴³ Schepping (1982: 60-61) propõe para *aussehen* na frase *Karl sieht müde aus* a seguinte estrutura profunda: "(...) aus dem, was ich gesehen habe oder noch sehe, schließe ich, das Karl vermutlich müde ist." Este tipo de enunciados não teria, portanto, carácter factual, mas sim de "Vermutung", sendo *Karl sieht müde aus* a forma reduzida de *Karl sieht so aus, als ob er müde wäre*. Esta posição é contrária à defendida em Harm (2000: 98) e que me parece mais razoável; o autor contrasta *aussehen* e *scheinen* precisamente considerando que com *aussehen*, ao contrário do que acontece com *scheinen*, se traduz "die Wahrnehmung eines zweifelsfrei gegebenen Sachverhalts", enquanto *scheinen*, esse sim, implica um juízo probabilístico acerca da verdade dos factos. Para além disso, o autor refere a diferença sintáctica entre ambos – com *scheinen* há "raising" e com *aussehen* não: *Es sieht aus, daß Fritz gut gelaunt ist* ≠ *Fritz sieht gut gelaunt aus* (Harm 2000: 98).

¹⁴⁴ Nesta e em referências subseqüentes, reporto-me às páginas do artigo disponível em linha.

¹⁴⁵ Ver propostas de classificação em 3.1.2.1.

nos quais inclui os verbos do tipo *seem* (al. *scheinen*, pt. *parecer*¹⁴⁶). Também Viberg (1999 e 2001) parece ter uma perspectiva lata da definição de verbo de percepção, quando considera que *be visible* e *show* ('make visible') ilustram uma dimensão causativa identificável no campo dos verbos perceptivos, o que parece indiciar a possível inclusão no campo de verbos como *mostrar*¹⁴⁷ (al. *zeigen*). Sjöström (1999: 69-71) apresenta uma visão ainda mais abrangente da percepção, considerando todo o léxico que se refere à percepção visual da luz enquanto estímulo da percepção, inclusive as expressões que dizem respeito à relação perceptiva (*see, look at, stare at*),¹⁴⁸ mas também o léxico relativo a propriedades do sujeito da percepção (*far-seeing, blind*), propriedades do objecto percebido (*visible, dark, light*) e causas externas da percepção (*illuminate, darken, dazzle*), porque o seu objectivo é estudar as extensões semânticas do vocabulário da visão no domínio cognitivo, não apresentando, todavia, uma definição de verbo de percepção.

Robering (1985), um estudo semântico sobre verbos da visão no alemão, é, de entre os autores alemães de estudos mais recentes, o que tem uma concepção menos estrita de verbo de percepção (a sua lista de verbos da visão tem 305 entradas¹⁴⁹). Tal deve-se, por um lado, ao facto de não admitir a análise semântica de itens lexicais isolados, optando por situá-los no contexto de situações de interacção comunicativa e, por outro, a uma concepção lata do fenómeno perceptivo que, na perspectiva do autor, contraria a ideia dominante de que a percepção é só uma forma de aquisição de conhecimento e que tem como consequência a eliminação, noutros estudos congéneres,¹⁵⁰ de todos os verbos dos quais não se pode dizer que referem actos perceptivos resultativos ou em cujo significado a aquisição de informação visual não é dominante:

Die visuelle Wahrnehmung ist für das Alltagsleben in vieler Hinsicht relevant, wobei der Aspekt der Erkenntnisgewinnung nur einer unter vielen ist. Die Verben der Klasse A können sich zumeist

¹⁴⁶ Sobre *scheinen* e *parecer*, cf. Lima (2004).

¹⁴⁷ Almeida (1986: 81-82) exclui este verbo com o argumento de que ele difere de ver apenas quanto à presença de um caso (o Agente).

¹⁴⁸ Os exemplos incluídos nos parêntesis não esgotam a lista de vocábulos que se podem incluir em cada categoria. Para uma listagem exhaustiva, cf. Sjöström (1999: 73-83).

¹⁴⁹ Nesta lista estão incluídas variantes dialectais, pelo menos aquelas sobre as quais o autor admite ter competência, enquanto falante nativo, sendo eliminadas as desconhecidas para o autor.

¹⁵⁰ Cf. nas pp. 132-145 a discussão acerca da eliminação ou inclusão de determinados verbos no conjunto dos verbos da visão, especialmente a fundamentação das críticas a outros autores. Parece-me injusta a afirmação de que os restantes estudiosos só consideraram verbos da visão aqueles em que a percepção é bem sucedida; isto poderá ser verdade para alguns casos, mas não se aplica a Schepping (1982), que de resto Robering praticamente não refere. Sobre as várias funções atribuíveis a actos perceptivos em contextos interactivos diversos, cf. pp. 138-139.

auf mehrere dieser Aspekte beziehen (genauer: Ein Sprecher kann sich mittels eines Elements je nach Situation auf unterschiedliche Aspekte der Wahrnehmung beziehen). Welcher Aspekt in einem konkreten Verwendungszusammenhang prononciert erscheint, hängt von der Beschaffenheit der Interaktion ab, in deren Zusammenhang das Wort geäußert wird, und läßt sich nicht vom Verb her voraussagen. (Robering 1985: 141-142)

Assim, partindo de uma concepção lata da percepção visual, Robering inclui na sua lista de verbos todos aqueles em que é possível detectar movimento dos olhos ("Einstellungsbewegung"¹⁵¹), movimento das pálpebras incluído, o que o leva a considerar *plinkern*, *blinzeln*, *anblinzeln*, *zublinzeln*, *zwinkern*, *anzwinkern*, *zuzwinkern*, *anblitzen* e *anfunkteln* como verbos de percepção visual, depois de ter argumentado longamente acerca da semelhança entre *zwinkern* e *blinzeln* e seus derivados com prefixo *an-/zu-* e os verbos *blicken* e *gucken* com os respectivos derivados prefixais, onde também é possível detectar o mesmo movimento. O passo seguinte é considerar que se os verbos do tipo *blicken* e *gucken* são considerados verbos da visão, também os do tipo *an-/zu- blinzeln/zwinkern* devem ser incluídos¹⁵² e que também *zwinkern* não deve ser deixado de fora, dada a importância do conceito de proximidade semântica no seu trabalho (cf. p. 114 e ss.). A argumentação que leva Robering a considerar *plinkern* e *blinzeln* (simples 'pestanejar por causa da luz excessiva ou do cansaço') como verbos da visão carece, em meu entender, de fundamentação. Já no que respeita aos restantes parece possível incluí-los, com outros¹⁵³ referidos em Schepping (1982: 62) e eliminados pela autora devido ao perfil do seu trabalho, num subconjunto a que podíamos chamar verbos de comunicação através do olhar/expressão facial e que ocuparia necessariamente uma posição periférica no campo dos verbos perceptivos. A meu

¹⁵¹ Cf. p. 135, em que o autor explicita esta ideia.

¹⁵² O autor chega a afirmar (p. 136) que os verbos *an-/zu- blinzeln* implicam percepção, porque tem de se ver aquele a quem se pisca o olho, e que *an-/zu- zwinkern* implicam localização da pessoa visada no espaço da visão, ao contrário do que acontece com os verbos do grupo *blicken/gucken* e que, por isso, os primeiros até teriam um comportamento mais próximo de *sehen*, o paradigma de verbo perceptivo da visão. Em meu entender, isto pode dizer-se de *blicken*, *gucken*, *schauen* e *sehen* usados intransitivamente, mas não dos derivados prefixais como *an-/zu- sehen/blicken/gucken/schauen*, que são verbos que implicam, ainda que não sejam resultativos, o sucesso da acção perceptiva, como Schepping (1982: 191 e ss.) demonstrou. Sobre a noção de resultativo, veja-se a secção 3.1.2.1.2.

¹⁵³ *Äugen*, *lügen*, *gaffen*, *glotzen*, *starren*, *stieren*, *angaffen*, *begaffen*, *anstarren* e alguns verbos franceses do mesmo tipo são os verbos elencados em Schepping (1982: 62), que sugere a sua inclusão, com *anlächeln* e *zuzwinkern*, no grupo de "Verben der Kommunikation vermittelt des Gesichtsausdrucks" (p. 64).

ver, no entanto, os verbos em questão podiam ser incluídos no grupo dos verbos de comunicação, com o sentido de ‘dizer alguma coisa a alguém através do olhar ou da expressão facial’, porque se há algo de "perceptivo" neste grupo de verbos é a percepção que o destinatário tem do piscar de olhos, do olhar brilhante ou fulminante (*anblitzen, anfunkeln*). Este é o mesmo tipo de percepção que está patente em *vociferar* e *gesticular*, a percepção do ponto de vista do destinatário acerca de algo que se lhe quer dizer, através de diferentes canais, usando sempre "body language". Para além destes, Robering inclui ainda os formados de verbos simples por prefixação ou por composição com advérbio, eliminando deste grupo apenas aqueles que têm significado composicional ou aqueles cuja existência é duvidosa e que parecem ter sido incluídos nos dicionários por analogia com formações semelhantes.¹⁵⁴

A questão da delimitação está muitas vezes relacionada com o facto de haver dúvidas em relação a verbos que estarão hipoteticamente em zonas de fronteira (p. ex. *reconhecer, distinguir, descortinar, erkennen, unterscheiden* ou *besichtigen* e *visiter*¹⁵⁵), até porque muitos dos verbos perceptivos têm pluralidade de sentidos, sendo por vezes impossível dizer qual o que deve considerar-se básico ou primeiro, o que torna difícil a sua inclusão/exclusão. Por outro lado, verbos como *bestaunen, admirar* e *contemplar* exemplificam casos em que a percepção se combina com outro tipo de acções, falando-se, assim, de "Teil- oder Begleithandlung" (cf. Harm 2000: 64-67): (61) *Sie bestaunten den Eiffelturm* (Harm 2000: 98).¹⁵⁶ Acresce ainda outro factor, que tem a ver com a especificidade da investigação que se quer levar a cabo. Assim, alguns autores eliminam verbos que podem referir percepções obtidas através de mais de uma modalidade sensorial ou todos aqueles que por serem polissémicos ultrapassam o

¹⁵⁴ Para uma apresentação detalhada das razões apontadas por Robering para a inclusão no corpus dos verbos dos grupos designados pelo próprio como "problemáticos", cf. pp. 132-163.

¹⁵⁵ "Die Lexeme *besichtigen* und mehr noch *visiter* stehen am Rande der Wortfelder. In ihrer Bedeutungsstruktur ist neben einer visuellen Komponente ein Moment der Fortbewegung enthalten." (Schepping 1982: 256)

¹⁵⁶ Robering (1985: 160) não exclui *bestaunen*, por considerar que a prefixação selecciona uma das possibilidades já existente em *staunen* – a comunicação acerca de experiências visuais (cf. p. 160), mas também usa o argumento da complexidade das acções (p. 162) para excluir um conjunto de verbos da linguagem especializada (*abvisieren, mikroskopieren, anpeilen* e *visieren*) e ainda *beschatten* e *beaufsichtigen*, afirmando que a percepção visual (através de instrumento de medida, nos casos de linguagem técnica) pode inclusivamente não estar presente nas situações em que a supervisão é efectuada por meios electrónicos.

âmbito da percepção física¹⁵⁷ numa das cinco modalidades específicas. De um modo geral, todos eliminam as expressões fixas e/ou idiomáticas, bem como os verbos que pertencem à linguagem técnica. Portanto, uma coisa é afirmar a não pertença de determinado verbo ao grupo dos verbos de percepção, outra é considerar que determinado item não se enquadra no grupo de verbos perceptivos que se pretende analisar.¹⁵⁸

Parece mais razoável admitir que no léxico, como na língua em geral, não há compartimentos estanques e que, portanto, há verbos que servem fundamentalmente a expressão da percepção por meio de uma das cinco modalidades¹⁵⁹ (esses constituirão o núcleo do campo), assim como há outros que podem referir mais do que uma modalidade e/ou que admitem leituras perceptivas fora do âmbito da percepção física sensorial (como por exemplo *erkennen*, *reconhecer*, *distinguir*) – (62) *Descobriu logo, pelo guarda-chuva, a presença do tio Mateus Dulmo, distinguiu os seus óculos e o seu cabelo branco abaixo do chapéu mole;* (63) *Também disse, é verdade, como era necessário aprender a distinguir um fado de uma sinfonia, um Picasso de um calendário;* (64) *Agora, no capitalismo, como vamos distinguir entre objectos úteis e inúteis?*¹⁶⁰ – ou ainda os que, tendo-se formado a partir de verbos perceptivos, sofreram evolução semântica tal, que os seus significados já (quase) não se relacionam com percepção (como *versehen*¹⁶¹ e *erhören*, por exemplo): (65) *Der Tischler hat diesen Schrank mit schönen Schnitzereien versehen;* (66) *Fritz versah*

¹⁵⁷ Mais à frente procurarei distinguir entre percepção física e percepção cognitiva; por agora, considera-se **física** aquela que recorre aos dados sensoriais fornecidos por uma das cinco modalidades perceptivas e **cognitiva** aquela que não depende do funcionamento dos cinco sentidos, mas que se apresenta como produto da capacidade intelectual para realizar inferências, etc.

¹⁵⁸ Schepping (1982: 56 e ss.) é um bom exemplo: "Mit den Verben *percevoir*, *distinguer*, *discerner* und *découvrir* werden Sachverhalte bezeichnet, die das Resultat einer mental verarbeiteten sinnlichen Wahrnehmung oder das eines kognitiven Prozesses sind. Es sind keine Verben des Visuellen." (p. 59) À autora interessam apenas os verbos de percepção visual física e desses analisa apenas os mais frequentes; Almeida (1986) faz o mesmo tipo de opções. Harm (2000) tipifica também um caso em que muitos verbos são eliminados por causa do âmbito do trabalho a realizar (a observação da mudança semântica nos verbos que constituem o núcleo do conjunto dos verbos perceptivos); para uma apresentação detalhada dos verbos eliminados do corpus de Harm e sua fundamentação morfossintáctica, veja-se Harm (2000: 103-107).

¹⁵⁹ *Ver*, *olhar*, *ouvir*, *escutar*, *soar*, *cheirar*, *apalpar*, *tocar*, *provar*, *sehen*, *blicken*, *gucken*, *schauen*, *beobachten*, *betrachten*, *hören*, *horchen*, *lauschen*, *riechen*, *tasten*, *fühlen nach*, *schmecken* e *kosten*, entre outros.

¹⁶⁰ Exemplos retirados do corpus disponibilizado, em linha, pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (disponível em <http://www.clul.ul.pt/>).

¹⁶¹ Robering (1985: 163) elimina um grupo de verbos, cujo significado dá entre parêntesis, como *beluschen* ('betrügen'), *emporstarren* ('aufgerichtet stehen, mit einer Spitze nach oben'), *entgegenblicken* ('erwarten') e *ersehen* ('bemerken'), com o argumento da secundarização da componente perceptiva no processo de evolução, mas mantém na sua lista *versehen*, que me parece um caso mais radical de afastamento semântico em relação ao significado perceptivo do verbo simples que lhe deu origem.

sich für die Reise mit Schecks und Devisen. Para além destas situações, há ainda verbos que, não sendo originalmente verbos perceptivos, têm uma acepção em que se equiparam a verbos de percepção (*detectar, descobrir e entdecken*, por exemplo).

A questão da definição de verbo de percepção e da delimitação do campo não se coloca, para já, no presente estudo, porque o ponto de partida são os verbos nucleares¹⁶² do campo da visão e a compreensão do seu comportamento, no que respeita à pluralidade de sentidos, nas duas línguas.

3.1.2 Estrutura

Do ponto de vista da estrutura do conjunto dos verbos de percepção, há que atender a uma componente que é específica desta área lexical ("field-dependent"¹⁶³) e que se traduz na repartição do léxico pelas cinco modalidades da percepção (os cinco sentidos¹⁶⁴ – visão, audição, tacto, gosto e olfacto), salvaguardando-se, no entanto, a existência de um ou mais verbos não específicos quanto à modalidade da percepção (al. *wahrnehmen*, pt. *sentir* e *percepcionar*,¹⁶⁵ fr. *percevoir*, ing. *perceive*) que funcionam como hiperónimos dos verbos de experiência perceptiva.¹⁶⁶

¹⁶² Sobre a noção de *verbo nuclear*, veja-se Viberg (1993).

¹⁶³ Esta designação é de Viberg (1983: 123-124, 1999: 90 e 2001: 1295_b-1296_a), que propõe uma estruturação do campo dos verbos perceptivos em função de factores internos (do campo) e factores externos ao campo, numa abordagem da organização do léxico que Viberg (1999: 90) caracteriza como componencial, podendo ser complementada com uma outra relacional, tendo em conta as relações de hiponímia, meronímia, sinonímia e antonímia.

¹⁶⁴ É sabido, no entanto, que a lista dos verbos de percepção repartidos pelas cinco modalidades não esgota todas as possibilidades do organismo humano no campo da percepção, i.e., há outras modalidades de percepção que não encontram expressão no léxico dos verbos perceptivos (cf. Harm 2000: 90 e Viberg 2001: 1296_a).

¹⁶⁵ Almeida (1986: 99) exclui *perceber* e *percepcionar* enquanto verbos não específicos capazes de abranger as cinco modalidades da percepção física, pelo facto de estes terem lexicalizada "uma componente intelectual bastante acentuada". A escolha de *sentir* como "arquilexema dos verbos de percepção física" (Almeida 1986:100) decorre, segundo o autor, da possibilidade de substituir verbos básicos das várias modalidades perceptivas por *sentir*, à excepção de *ver*, que não é substituível por *sentir* x, sendo esta diferença de comportamento justificável pela centralidade da visão no contexto das várias modalidades sensoriais. Esta centralidade terá produzido generalização do significado de *ver*, por frequência de uso, "(...) a ponto de excluir da sua própria significação o sentir, enquanto percepção pela vista (...)". (Almeida 1986: 100) Vilela (1994: 106-107) considera que *sentir* não abrange os processos visuais e auditivos da percepção física: "Trata-se da recepção de uma impressão física por intermédio dos sentidos (à excepção da vista e do ouvido), ou de uma percepção sensitiva difusa: *Eu senti os seus passos na escada*" (Vilela 1994: 107). Não se compreende facilmente que alguém possa sentir passos a não ser pelo som que estes emitem ao pisar dos degraus, mas independentemente das dúvidas que o exemplo possa suscitar, quanto ao carácter directo ou indirecto da percepção, é possível encontrar ocorrências como "sentir o som, o barulho, o ruído...", absolutamente paralelas às dos exemplos de Vilela para o uso de *sentir* como abrangendo outras modalidades da percepção física: "sentir a frescura/a tremura..." (cf. Vilela 1994: 106-107) e que aliás o próprio autor usa no exemplo com o número 17 (p.107): *Ele sentiu o ruído dos passos na escada*. Por outro lado, na exemplificação dos três verbos que analisa como verbos de percepção física, nas

A estrutura do campo depende ainda de factores que ultrapassam as componentes específicas do léxico da percepção ("field-independent"¹⁶⁷): a selecção de sujeito/tópico dá conta da distinção entre "experienter-based verbs" e "phenomenon-based verbs" (cf. 3.1.2.1.1), a relação causativa explica pares como *be visible* /vs/ *show* ('make visible'), e, por último, a diferença ao nível do aspecto lexical fundamenta, pelo menos em parte, a distinção entre *verbos de experiência perceptiva* e *verbos de acção perceptiva*.¹⁶⁸

Os verbos de percepção podem, ainda, ser divididos em subgrupos, de acordo com uma perspectiva relacional do léxico, tendo em conta as relações de hiponímia, meronímia, antonímia e sinonímia.¹⁶⁹

Due to their generality, such relations are very useful as organizing principles and provide a firm skeleton in the construction of a structured lexicon due to their relatively clear applicability. However, to continue the metaphor, the flesh and blood of the semantic system are provided by

modalidades de experiência perceptiva e acção perceptiva, o uso de *sentir* é dado através dos seguintes exemplos: *Eu senti os teus passos na escada durante a noite* e *Eu senti a tua inclinação por mim logo no nosso primeiro encontro*. Considerando que a ordenação dos exemplos de *sentir* é coerente com a adoptada para os casos anteriores (primeiro o verbo de experiência perceptiva e depois o verbo de acção perceptiva: *ver, olhar, ouvir, escutar*), não parece admissível que *Eu senti a tua inclinação por mim logo no nosso primeiro encontro* possa traduzir acção perceptiva; este exemplo devia ser incluído nos casos que Vilela considera como "sentido transposto": *Eu senti o perigo, Eu sentia que ela, no fundo, era humana* (cf. Vilela 1994: 107).

A razão que explica a impossibilidade de usar *sentir* como hiperónimo de *ver* está no próprio significado de *ver* que, prototipicamente, implica tomar conhecimento de um objecto percebido bem definido; quando se usa *sentir*, os elementos do conhecimento e da definição do objecto não estão claramente presentes (*Ele viu um homem por trás dos arbustos* /vs/ *Ele sentiu um homem por trás dos arbustos*). Na frase com *sentir* pode haver alguma dúvida sobre se de facto estaria um homem por trás dos arbustos, mas na frase com *ver*, pelo contrário, infere-se que é verdadeiro aquilo que a pessoa referida por *ele* percebe/sabe. *Ver* e *sentir* elegem como objectos elementos muito diferentes do ponto de vista da sua caracterização (*Eu senti os passos dele a subir a escada* /vs/ **Eu vi os passos dele a subir a escada*) e por isso *sentir* não pode funcionar como hiperónimo perfeito de *ver*, já que não comuta com este em todos os contextos (*Eu vi três homens a trabalhar* ≠ *Eu senti três homens a trabalhar*). Quanto a *percepcionar*, verbo geral para expressar experiência perceptiva, não específico quanto à modalidade, o problema parece residir na baixa frequência deste verbo.

¹⁶⁶ Para uma definição de verbo de experiência perceptiva, cf. 3.1.2.1.2.

¹⁶⁷ Ver acima a nota 163 sobre "field-dependent".

¹⁶⁸ Sobre esta distinção, cf. abaixo a secção 3.1.2.1.2.

¹⁶⁹ Viberg (1983: 126) e Almeida (1986: 98-100) representam esquematicamente as relações hierárquicas entre os verbos básicos do campo da percepção; Almeida, recorrendo ao conceito de arquilexema, define *sentir* como termo abrangente para o conjunto dos verbos de percepção física, excepto *ver*. Também Schepping (1982) usa frequentemente a noção de hipónimo para classificar a relação entre verbos da mesma subclasse. Já em Robering (1985) encontramos uma perspectiva diversa: o autor define subclasses de verbos da visão com base na noção de *quase-sinónimo*; estas acabam, no entanto, por ser rejeitadas com o argumento de que são demasiado rígidas, propondo o autor que se considere a direcção do olhar ("Blickeinstellung") como "denominador semântico comum" dos verbos da visão.

more substantial concepts based on our everyday understanding of biology, physics and psychology (...). (Viberg 1999: 90)

Encontramos nesta citação de Viberg uma proposta de abordagem semântica do léxico que não se encontra em Viberg (1983 e 2001¹⁷⁰). Para além de uma perspectiva componencial (componentes específicas e não específicas do campo) e da perspectiva relacional, vemos aqui introduzida uma componente cognitiva, que inclui na análise semântico-lexical os dados da experiência humana quotidiana, segundo a "hipótese da corporização" (os seres humanos, enquanto seres dotados de um corpo, participam de certas experiências e isso reflecte-se na elaboração de categorias cognitivas e, conseqüentemente, nas categorias linguísticas suas homólogas¹⁷¹); esta nova forma de abordagem, combinada com a perspectiva componencial e relacional, é aplicada ao caso estudado neste artigo (verbos de contacto físico em sueco) e a conclusão¹⁷² é inequívoca quanto às convicções do autor acerca da inclusão de uma vertente cognitiva na análise da organização semântica do léxico.¹⁷³

3.1.2.1 Várias propostas de classificação

3.1.2.1.1 Verbos perceptivos de experienciador e verbos perceptivos de estímulo

Tendo em conta que a percepção se caracteriza psicologicamente como relação entre um experienciador (sujeito da percepção) e um estímulo (objecto da percepção), vários autores têm proposto uma bipartição dos verbos de percepção em "experiencer-based" e "source/phenomenon-based" (Viberg

¹⁷⁰ Viberg (2001) é, na realidade, um texto anterior a este de 1999, como se pode comprovar pela referência ao facto de a versão definitiva ter sido entregue para publicação em 1997 (cf. p. 1308_a).

¹⁷¹ Sobre esta concepção da categorização, cf. p. ex. Lakoff (1987).

¹⁷²

"The meanings of verbs form a vast semantic network held together with general field-independent concepts. Semantic fields represent particularly densely knit and elaborated parts of the lexical semantic network, a kind of local maxima with many field-specific characteristics which must be mapped each on its own terms. The lexicon is richly structured but so intertwined with all aspects of human experience that a characterization in purely abstract terms will appear bloodless." (Viberg 1999: 127)

Veremos ainda, em 3.2.2.2, alguns exemplos de abordagens dos verbos perceptivos em semântica cognitiva: Sweetser (1990), Sabban (1994) e Ibarretxe-Antuñano (1999).

¹⁷³ Já vimos, no capítulo 1, que uma concepção wittgensteiniana do significado implica a inclusão de dados ditos enciclopédicos no significado, sem, no entanto, implicar uma concepção mentalista do mesmo.

1983: 125, 1999: 87 e 2001: 1295-1296) ou, no caso alemão, "subjektorientiert" e "objektorientiert" (Harm 2000: 91):¹⁷⁴

(67) Peter looked at me /vs/ Peter looked happy (to me). (Viberg 2001: 1296_a)

(68) Ich schmecke, daß die Suppe versalzen ist /vs/ Die Suppe schmeckt versalzen. (Harm 2000: 91)¹⁷⁵

Os verbos do primeiro grupo, a que chamarei verbos perceptivos de experienciador, elegeem como sujeito sintáctico um ser animado que tem determinada experiência mental (o experienciador) e os verbos do segundo grupo (verbos perceptivos de estímulo) têm na posição de sujeito sintáctico o estímulo da percepção, segundo Viberg (1983: 124 e 2001: 1296_a):

Subject/Topic-selection refers to the choice of grammatical subject among the semantic case roles associated with the verb. (...) Experiencer-based verbs take as their subject the Experiencer, i.e. the individual who experiences a mental process. Phenomenon-based verbs take the Phenomenon that gives rise to the mental experience as subject. (Viberg 2001: 1296a).

Para Harm (2000: 91), temos no primeiro grupo a expressão linguística da percepção como experiência do sujeito ("Versprachlichung der Wahrnehmung als Erfahrung des wahrnehmenden Subjekts") e, no segundo, a tradução linguística da percepção como propriedade do objecto percebido ("Versprachlichung der Wahrnehmung als Eigenschaft des wahrgenommenen Objekts").¹⁷⁶ Também em Croft (1993_b: 64-65) se encontra uma referência semelhante à possibilidade de expressão da relação

¹⁷⁴ Usoniene (1999: 1-2) também propõe uma classificação em binómios para as descrições possíveis da relação entre experienciador e estímulo, assente na noção de foco da atenção: "perceiver-oriented" (experienciador = foco) /vs/ "perceived-oriented" (estímulo = foco), desdobrando cada uma das categorias em duas subcategorias: "experiencer-subject" (**I** can see well) e "experiencer-object" (It seems/appears **to me** ...) /vs/ "stimulus-subject" (**The dog** looks/seems sad) e "stimulus-object" (I(can) see **the sea**). Esta autora aceita também a distinção de Croft (1993_b: 64-65) entre "experiencer-verbs" e "stimulus-verbs", dando exemplos (p. 212) dos verbos que em inglês e lituano fariam parte de cada uma das categorias.

¹⁷⁵ No domínio da audição, vejam-se os exemplos *I could hear that Peter was happy* /vs/ *Peter sounded happy (to me)* (Viberg 1999: 87), e como exemplos da distinção nas áreas do olfacto/tacto, atente-se nos seguintes trios de frases do português: *O João cheirou o pudim/O João sentiu o cheiro a café (no pudim)* /vs/ *O pudim cheira a café; O João apalpo o tronco do sobreiro/O João sentiu a rugosidade da cortiça* /vs/ *A cortiça tem um toque rugoso.*

¹⁷⁶ Harm (2000: 91) esclarece que "Subjekt" e "Objekt" são usados, neste caso, como conceitos da psicologia da percepção.

perceptiva em estruturas sintácticas distintas "experiencer subject" e "stimulus subject"; esta distinção aplica-se, segundo Croft, ao grupo dos verbos mentais estativos, que é o único dos quatro grupos de verbos mentais¹⁷⁷ onde se verifica variação intra e interlinguística na atribuição das funções sintácticas de sujeito e objecto aos argumentos dos verbos mentais com os papéis temáticos de experienciador e estímulo. Esta variação deve-se, de acordo com o autor, à bidireccionalidade da estrutura causal dos estados mentais: ficar na posse de um determinado estado mental ou alterar um estado mental envolve dois processos – o experienciador tem de dirigir a sua atenção para o estímulo e este (ou uma propriedade sua) faz com que o experienciador fique ou entre num determinado estado mental. Assim, os exemplos de Croft (1993_b: 65) abaixo transcritos demonstram, na sua perspectiva, que a possibilidade de escolha entre expressões idênticas do ponto de vista da interpretação, mas que variam na atribuição de sujeito, decorre da bidireccionalidade da cadeia causal dos estados mentais; a opção por uma expressão com sujeito = estímulo implica a atribuição da relação perceptiva a uma propriedade do estímulo, por exemplo a altura, e a escolha de uma outra expressão com sujeito = experienciador atribui a relação perceptiva a uma propriedade do experienciador, por exemplo à sua boa capacidade visual:

(69) This peak is visible for hundreds of miles. (Croft 1993_b: 65)

(70) ?I can see the peak for hundreds of miles. (Croft 1993_b: 65)

(71) John can see the peak from here, but my eyes aren't good enough. (Croft 1993_b: 65)

(72) ?This peak is visible to John from here, but my eyes aren't good enough. (Croft 1993_b: 65)

¹⁷⁷ Os verbos mentais (emoção, cognição e percepção) são classificados pelo autor em quatro tipos aspectuais diversos, com base na estrutura causal/aspectual dos eventos (entendidos como cadeias causais, em que o verbo constitui um segmento da cadeia): "verbos mentais causativos" (são processos com o estímulo em posição de sujeito, sendo o estímulo o iniciador da cadeia causal que leva o experienciador a entrar num determinado estado mental), "verbos mentais estativos" (com experienciador sujeito ou objecto), "verbos de actividade mental" (com experienciador sujeito, iniciador da cadeia causal em que se envolve numa actividade sobre a qual exerce vontade ou controlo), e "verbos mentais incoativos" (com experienciador sujeito, em empregos derivados de verbos mentais estativos, como nas interpretações inceptivas de verbos como *see*, *know*, *remember*, etc. ou de verbos mentais causativos, como no castelhano *aburrirse* e *enojarse*, derivados de *aburrir* e *enojar* causativos).

Esta tipologia aspectual de Croft (1993_b) está de acordo, no que respeita às classes de verbos perceptivos, com a proposta de Lehrer (1990), que será referida ainda neste subcapítulo.

Os verbos perceptivos de estímulo suscitaram grande atenção por parte dos estudiosos desta matéria, tendo levado à elaboração de uma teoria que dá conta do facto de o sujeito da percepção não estar presente, mas subjacente, e de no seu lugar "natural" se encontrar o objecto da percepção. Assim, Rogers (1971: 214 e 1972: 304-305), inspirado na regra "psych-movement" de Postal (1971),¹⁷⁸ criou para os verbos perceptivos onde se verificava, na sua óptica, esse movimento a designação "flip-perception verbs" ("flip-verbs"), que foram posteriormente rebaptizados com vários nomes: "copulative" (Viberg 1983), "verbs of state with the sense of 'produce the sensation'" (Palmer 1987), "stimulus subject" (Lehrer 1990) e "percept verbs" (Ibarretxe-Antuñano 1999).

Os verbos perceptivos de estímulo recebem também a designação de verbos de percepção "indirecta" ou "mediada" (cf. Usoniene 1999: 4-5), aproximando-se assim dos verbos do tipo *seem*, quando confrontados com os de experiência perceptiva do tipo *see*, ditos de percepção directa: *I saw a/the house. It looked/seemed shabby* (Usoniene 1999: 4). O carácter indirecto da percepção resulta, segundo Usoniene (1999), do facto de a característica qualitativa do estímulo, descrita por este tipo de verbos, decorrer de um processamento dos dados adquiridos durante um acto de percepção directa, sendo que nem sempre se torna claro qual a fonte sensorial (visão, audição, etc.) que levou o sujeito da percepção a ter determinada impressão, destacando-se a ideia de que há um trabalho mental que medeia entre a percepção directa de um estímulo, nem sempre especificado, e a impressão daí decorrente:

The source of evidence obtained that has led to the given impression might have reached the author via different paths or sources: from vision, deduction or even hearsay.¹⁷⁹ (Usoniene 1999: 5)

¹⁷⁸ A Gramática Gerativa Transformacional dos anos setenta, derivava a estrutura de superfície dos chamados "psych-movement verbs" a partir de uma estrutura profunda em que o sujeito de superfície aparecia como objecto directo profundo (deslocado pela regra transformacional para a posição de sujeito).

¹⁷⁹ O par de exemplos que se transcrevem de Usoniene (1999: 4), *The house I saw looked/seemed shabby /vs/ The case looks promising*, dá conta da possibilidade de a fonte de informação não ser necessariamente determinada. Como se pode ver em Usoniene (1999: 3 e ss.) e Usoniene (2001), a alternância entre percepção directa e indirecta pode observar-se no conjunto dos verbos de percepção, mas também individualmente no interior de um verbo, sendo responsável por algumas das extensões do significado dos verbos em causa. A observação cuidadosa da relação entre sintaxe e semântica contribui para a compreensão deste tipo de extensões do significado, sendo particularmente relevante o tipo de preenchimento da posição de complemento directo. Retomarei esta questão, quando me ocupar dos trabalhos sobre verbos perceptivos que privilegiam as questões da complementação.

3.1.2.1.2 Verbos de experiência perceptiva e verbos de acção perceptiva

A estrutura do conjunto dos verbos de percepção é, na grande maioria dos trabalhos compulsados, apresentada como estrutura tripartida. A repartição em três grupos considera o grupo dos verbos perceptivos de estímulo e mais dois, resultantes da subdivisão do grupo dos verbos perceptivos de experienciador que recorre às noções de *actividade* e *experiência*, podendo ser exemplificada pelos pares *olhar/ver*, *blicken/sehen*, *escutar/ouvir*, *horchen/hören*:

Activity refers to an unbounded process that is consciously controlled by a human agent, whereas *experience* refers to a state (or inchoative achievement) that is not controlled. (Viberg 1983: 123)

Assim, distingue-se entre verbos de experiência perceptiva¹⁸⁰ – "cognitive verbs" (Rogers 1971 e 1972), "Verben der visuellen Wahrnehmung"¹⁸¹ (Schepping 1982), "experience verbs" (Viberg 1983 e 2001¹⁸² e Ibarretxe-Antuñano 1999), "verbos de processo visual não intencional" (Almeida 1986), "private verbs with the sense of 'acquire the sensation'" (Palmer 1987), "stative with experiencer subject" (Lehrer 1990), "experientielle subjektorientierte Wahrnehmungsverben" (Harm 2000) – com um sujeito sintáctico com papel de experienciador¹⁸³ (a quem a percepção se impõe) e verbos de acção perceptiva – "active perception verbs" (Rogers 1971 e 1972 e Viberg 1983 e 2001), "Verben des visuellen Handelns" (Schepping 1982), "verbos

¹⁸⁰ Prefiro esta designação à de "verbos de percepção passiva", por oposição a "verbos de percepção activa", usadas em Soares (1993), dado que me parece exagerado o termo "passivo", quando há um processo psicológico em curso, mesmo que o sujeito da percepção não tenha possibilidade de o controlar:

"Vision is not merely a matter of passive perception, it is an intelligent process of active construction. What you see is, invariably, what your visual intelligence constructs. Just as scientists intelligently construct useful theories based on experimental evidence, so your visual system intelligently constructs useful visual worlds based on images at the eyes. The main difference is that the constructions of scientists are done consciously, but those of your visual intelligence are done, for the most part, unconsciously." (Hoffman 1998: xii)

Visto que toda a percepção é activa, também não faz sentido manter a designação "verbos de percepção activa" para designar um subgrupo dos verbos perceptivos.

¹⁸¹ A classificação de Schepping (1982) e a de Almeida (1986) referem-se apenas aos verbos de percepção visual que são o objecto destes trabalhos, não havendo indicações dos autores quanto à possibilidade de as mesmas serem extrapoladas para o conjunto dos verbos perceptivos.

¹⁸² A classificação de 1983 é reproduzida em Viberg (2001), apenas com a supressão da designação "copulativo" para os verbos perceptivos de estímulo ("phenomenon-based").

¹⁸³ Para uma caracterização de vários papéis semânticos/temáticos, nomeadamente daqueles que são relevantes para a caracterização dos argumentos realizados como sujeito de verbos perceptivos de experienciador (Experienciador e Agente/Causador), cf. Mateus et al. (2003: 187 e ss.) e Peres (1984: 118). Peres distingue acções na base da presença dos traços *intenção* e *controlo* no Causador (Peres 1984: 87), salvaguardando a possibilidade de haver causadores que não têm essas características e que, portanto, não podem ser considerados agentes.

de acção visual com percepção" (Almeida 1986), "verbs that are not non-progressive and have the sense of 'act to acquire the sensation'" (Palmer 1987), "active with experiencer subject" (Lehrer 1990), "activity verbs" (Ibarretxe-Antuñano 1999), "agentivische subjektorientierte Wahrnehmungsverben" (Harm 2000) – com um agente na posição de sujeito sintáctico. Esta distinção pode ser ilustrada pelos seguintes pares de frases e encontra-se documentada em vários estudos, desde os mais antigos aos mais recentes:

- (73) a. Der Privatdetektiv sah den Verdächtigen am Fenster stehen. (Harm 2000: 92)
b. Der Privatdetektiv beobachtete das Haus des Verdächtigen. (Harm 2000: 92)
- (74) a. O João viu a Maria.
b. O João olhou para a Maria.

Não obstante a variação terminológica das descrições, pode dizer-se que ela é feita com base no aspecto lexical e na agentividade. Assim, os verbos de acção perceptiva designam processos (cf. Viberg 2001: 1296b) não-resultativos, controlados por um agente que actua intencionalmente. A responsabilidade do sujeito e, conseqüentemente a sua classificação como agente pode ser aferida mediante a aplicação de testes linguísticos, referidos também em vários autores, nomeadamente a combinação com "adverbiais orientados para o agente" (Mateus et al. 2003: 188) como *intencionalmente*, *propositadamente*, *voluntariamente*, etc. e a adjunção de uma frase final:

- (75) a. *A Maria viu propositadamente o Pedro.
b. A Maria olhou propositadamente para o Pedro.
c. *A Maria viu o Pedro para lhe dizer que ia sair.
d. A Maria olhou para o Pedro para ver se ele ainda estava acordado.

Sublinharia ainda a possibilidade de distinção através de *persuadir X a + verbo perceptivo* ("persuade X to _", proposta de Viberg 2001: 1296_b):

- (76) a. *O João persuadiu a Maria a ver o Pedro.¹⁸⁴
b. O João persuadiu a Maria a olhar para o Pedro.

¹⁸⁴ Esta frase seria aceitável se *ver* estivesse considerado num sentido diverso do de 'percepção física básica através da visão', por exemplo, no sentido de 'visitar' ou 'encontrar-se com'.

Os verbos de experiência perceptiva, por outro lado, são, segundo Viberg (2001: 1296_b), "states" ou "inchoatives" cujo sujeito não controla o estado de coisas descrito pelo verbo e do qual não se pode dizer, portanto, que age intencionalmente, o que torna a sua classificação como agente impossível e sugere claramente o papel de experienciador como "entidade que se encontra numa situação ou que sofre um evento de carácter psíquico de que não é causadora" (cf. Peres 1984: 118). Para além da ausência de agentividade, é o resultado do acto perceptivo que identifica estes verbos, consequentemente designados de "resultativos",¹⁸⁵ por oposição aos verbos de acção, "não resultativos": (77) *O João olhou pelo buraco da fechadura, mas não viu nada.*

É claro que uma acção perceptiva pode ser bem sucedida, como em (78) *O João olhou pelo buraco da fechadura e viu que não havia ninguém na sala* ou em (79) *Fritz betastete den Schlüsselbund in seiner Tasche und fühlte, daß einige Schlüssel fehlten* (Harm 2000: 94), mas o resultado da acção perceptiva só pode ser dado através de verbos de experiência perceptiva, como *ver* e *fühlen* nos exemplos acima.¹⁸⁶ Aliás, Willems (1983_b: 158) compara *voir* e *regarder* sob diversos ângulos e um deles é precisamente o do sucesso ("réussite") da percepção, sendo que *voir* implica sempre o sucesso do acto perceptivo, ao passo que *regarder* é neutro no que concerne ao sucesso perceptivo, o que se reflecte na relação lógica diferenciada entre os dois verbos – *voir* implica *regarder*, mas o inverso não é verdadeiro: (80) *Il regarde mais il ne voit rien /v/ *Il voit mais il ne regarde rien* (Willems 1983_b: 158). O sucesso perceptivo é concebido como implicando um resultado, no sentido de Schepping (1982: 89):

Die Verben der visuellen Wahrnehmung betrachte ich als resultative Verben. Damit meine ich, daß mit diesen Verben Sachverhalte beschrieben werden, die zu einem bestimmten Zeitpunkt der Fall sind, und zwar zu dem, wo ein Experient die Wahrnehmung von "etwas" vollzogen hat, oder anders gesagt, wo ein Experient die mentale Verarbeitung eines Abbildes bzw. von aufeinanderfolgenden Abbildern in dessen bzw. deren Deutung als "etwas" erfolgreich abschließt.

¹⁸⁵ Para uma discussão e definição de "resultativo" em articulação com as de "achievement" e "non-achievement", veja-se Schepping (1982: 89 e ss.).

¹⁸⁶ Como veremos, *sehen* constitui um caso distinto, comportando-se ora como verbo de experiência ora como verbo de acção perceptiva.

Schepping (1982: 89 e ss.) dissocia, a meu ver bem, a noção de resultativo da noção de duração do estado de coisas descrito e centra a sua argumentação na existência de um processamento da informação óptica que conduz à obtenção de imagens visuais, sendo este processo acompanhado de uma componente interpretativa mais ou menos acentuada, como se pode ver nos exemplos da autora:

(81) Ich sah ihn weglaufen. (Schepping 1982: 90)

(82) Der Polizist sah, wie der Dieb über die Mauer sprang. (Schepping 1982: 90)

(83) Ich sehe gerade ein Fußballspiel. (Schepping 1982: 90)

(84) Fritz sieht ein Segelschiff. (Schepping 1982: 94)

(85) Ich sehe, daß du traurig bist. (Schepping 1982: 94)

A autora aceita para (85), ao contrário do que acontece com as anteriores, a existência de uma acção visual prévia (*ansehen*) a partir da qual se produz a constatação expressa na frase e admite, conseqüentemente, para os verbos de experiência perceptiva a possibilidade de estes referirem situações perceptivas com ou sem acção visual prévia ("achievement" ou "non-achievement"), equacionando ainda a sua relação com os "verbos de acção perceptiva conseguida"¹⁸⁷ como *betrachten* em (86) *Er betrachtete das Gemälde*. Neste caso, pode dizer-se que quem *betrachtet* também está a ver, mas não se sabe qual o resultado da acção, em termos de informação visual processada e, por isso, estes verbos, não obstante traduzirem uma acção perceptiva levada a cabo, não são resultativos como os verbos de experiência perceptiva.

A distinção entre verbos de experiência e verbos de acção perceptiva pode ainda ser encarada de um ponto de vista funcional:

From a functional point of view, both the experience and the activity are realized by clauses with non-prototypical transitivity. The subject of the experience is non-agentive (involuntary, out of

¹⁸⁷ Sobre este grupo, cf. em 3.1.2.1.3 a proposta de subdivisão dos verbos de acção de Schepping (1982) e Harm (2000).

control), whereas the activity describes a non-resultative event. Formally this is reflected in the case-marking system in many languages and/or in the use of adposition in combination with the object of the activity (*Look at the bird* etc.). (Viberg 2001: 1296b)

3.1.2.1.3 Três tipos de verbos de acção perceptiva

O grupo dos verbos alemães de acção perceptiva pode, segundo Harm (2000: 93), dividir-se em três subgrupos.¹⁸⁸ O primeiro é constituído pelos verbos que designam uma acção com objectivo perceptivo intencionado (*ausschauen nach*, *Ausschau halten nach*, *nachsehen*, *ob*, *die Augen aufhalten*, *ob*, *fühlen nach*, *nachfühlen*, *ob*): (87) *Fritz hielt Ausschau nach einen gelben VW-Käfer*, (88) *Fritz sah nach, ob das Fenster geschlossen war*, (89) *Fritz fühlte nach seinem Schlüssel, aber er war nicht in der Tasche* (Harm 2000: 93). O segundo subgrupo contém verbos com objecto perceptivo explícito, cuja interpretação por parte do

¹⁸⁸ Schepping (1982) propõe três grupos de verbos de acção visual que Harm parece ter adaptado para a generalidade dos verbos perceptivos; aliás, o terceiro subgrupo de Harm ("agentivische visuelle Verben") coincide com os "Verben des visuellen Handelns" de Schepping (*blicken*, *schauen*, *gucken* e *sehen* com complemento direccional). Para além deste, Schepping distingue "Verben des visuellen Handelns mit beabsichtigter Wahrnehmung" (*anschauen*, *nachsehen*, *nachgucken*, *Ausschau halten* e *ausschauen*) e ainda "Verben des visuellen Handelns mit vollzogener Wahrnehmung" (*anblicken*, *anschauen*, *ansetzen*, *angucken*, *sich ansehen/anschauen/angucken*, *besehen*, *beschauen*, *begucken*, *sich besehen/beschauen/begucken*, *zusehen*, *zuschauen*, *zugucken*, *nachsehen*, *entgegensehen*, *betrachten*, *beobachten*, *mustern* e *besichtigen*). Junta-se a estes três, para completar a classificação da autora, o grupo dos verbos de experienciador – "Verben der visuellen Wahrnehmung" (*sehen*, *wiedersehen*, *erblicken*, *erspähen* e *sichten*), sendo que a autora designa a totalidade dos verbos perceptivos da visão como "Verben des Visuellen". Não incluí na listagem, para não a tornar demasiado longa, os seus equivalentes franceses, já que se trata de um estudo contrastivo.

A classificação proposta em Almeida (1986: 47 e ss.) é claramente subsidiária da de Schepping, embora a autora alemã seja citada apenas duas vezes a propósito de questões pontuais da análise sintáctico-semântica dos verbos, que tem em Almeida enquadramento teórico diverso (gramática de valências e gramática de casos). A definição de três classes de verbos perceptivos e a respectiva descrição, incluindo a subdivisão do grupo dos verbos de acção em "verbos de acção visual com percepção + Intenção" (classe 2, p. 53 e ss.) e "verbos de acção visual com percepção + Intenção+ Intensidade" (classe 3, p. 60 e ss.) é em tudo semelhante à de Schepping, com uma pequena diferença que resulta da inclusão de *olhar* (sem intenção perceptiva explícita = "Verben des visuellen Handelns", classe 2 de Schepping) na classe dos "verbos de acção visual com percepção + Intenção" ("Verben des visuellen Handelns mit beabsichtigter Wahrnehmung", classe 3 de Schepping). A segmentação do subgrupo "verbos de acção visual com percepção + Intenção + Intensidade" ("Verben des visuellen Handelns mit vollzogener Wahrnehmung", classe 4 de Schepping) coincide, inclusivamente nos critérios que a orientam, com a que é proposta em Schepping (1982: 30), a saber, um grupo de verbos em que se pode detectar uma componente de intensidade da acção fortemente lexicalizada, um grupo que lexicaliza as componentes intensidade e modalidade e um grupo neutro quanto à lexicalização de intensidade e modalidade. A classe 1 de Almeida (1986) é a dos verbos de experienciador ("Verben der visuellen Wahrnehmung", classe 1 de Schepping) – "verbos de processo visual não intencional" (p. 47 e ss.), acerca da qual fica por esclarecer porque é que o autor adota a designação "processo", que parece contraditória em relação à caracterização semântico-aspectual da mesma.

Assim, temos em Schepping (1982) um total de quatro classes de verbos da visão contra três em Almeida (1986), pela razão acima explicitada.

sujeito, no entanto, não é conhecida; trata-se, portanto, de verbos não-resultativos no sentido de Schepping (1982), por exemplo *betrachten/beobachten* (observar), *betasten* (tocar): (90) Fritz *beobachtete* (*betrachtete*) *das geschlossene Fenster*, (91) Fritz *betastete den Schlüsselbund in seiner Tasche* (Harm 2000: 94). O terceiro subgrupo é composto por verbos de acção visual que podem servir para descrever uma actividade dos olhos (dirigir os olhos para determinado objecto)¹⁸⁹ sem a finalidade explícita de executar um acto de percepção (*gucken, blicken, schauen e sehen* com complemento direccional, bem como os derivados do tipo *hinübersehen, wegsehen, aufblicken*); a intenção da acção não é especificada e só o contexto permite decidir sobre a finalidade (perceptiva ou não) do movimento executado com o olhar:¹⁹⁰ (92) Fritz *schaut/sieht/guckt/blickt auf das Bild*, (93) Fritz *blickte schmachkend zu Sonja hinüber, aber sie gab ihm keinen Kuß* (Harm 2000: 94).¹⁹¹

A especificidade da visão em relação a outras modalidades da percepção, no contexto da fisiologia do corpo humano, explica melhor o comportamento deste tipo de verbos: a mobilidade dos olhos e da cabeça permite direccionar o olhar, o abrir e fechar das pálpebras permite activar e desactivar a visão, ao contrário do que acontece com a audição, como explica Vliegen (1988: 113).

3.1.2.2 Nova proposta de classificação

Quanto à minha proposta de classificação, ela aceita os princípios semântico-aspectuais norteadores das classificações de Schepping (1982), Viberg (1983 e 2001), Croft (1993_b) e Harm (2000). A terminologia usada procura evitar confusões entre as denominações sujeito e objecto entendidos como intervenientes na relação psicológica perceptiva ou aplicadas à designação de funções sintácticas; por isso prefiro a designação **verbos perceptivos de experienciador** à de verbos perceptivos de

¹⁸⁹ Schepping (1982: 26) refere a semelhança entre estes verbos e os verbos de movimento. Há um agente e um caminho, podendo este ser especificado como *em direcção a, tendo origem em, passando por ou como tendo um término*.

¹⁹⁰ Harm (2000: 95) contraria, a meu ver com razão, a pertinência das observações de Schepping (1982: 25) e Vliegen (1988: 111) acerca do facto de não haver percepção implicada nos estados de coisas descritos por estes verbos: "Dem ist entgegenzuhalten, daß bei jeder Bewegung der Augen unter normalen Umständen auch Wahrnehmungen gemacht werden, selbst wenn diese nicht das Ziel der Augenbewegung sind." Almeida (1986: 56) inclui *olhar* (sem intenção explícita) no grupo dos verbos de acção com percepção, por considerar que estando os olhos abertos haverá sempre percepção, ainda que difusa.

¹⁹¹ Schepping (1982: 26) chama a atenção para o facto de a intenção perceptiva poder ser detectada por implicatura (*Hans guckte in den Kochtopf*) ou explicitada através de completiva introduzida por *ob* (*Ich gucke, ob die Milch schon kocht*).

sujeito/orientados para o sujeito, bem como a de **verbos perceptivos de estímulo** à de verbos perceptivos de objecto/orientados para o objecto. Uso **verbos de acção perceptiva** e **verbos de experiência perceptiva** onde poderia usar verbos perceptivos de actividade/verbos perceptivos agentivos e verbos perceptivos de experienciador/verbos perceptivos experienciais, para manter claro que a categoria superordenada verbos perceptivos de experienciador, que se opõe à de verbos perceptivos de estímulo, engloba as situações em que o experienciador não exerce controlo e aquelas em que ele é apenas um experienciador potencial/eventual – iniciador da acção que não implica, mas também não exclui, a componente experiencial. Com as designações "experienciador" e "estímulo" sublinha-se a ocupação diferenciada da posição de sujeito sintáctico pelos dois elementos da relação perceptiva, definida em termos psicológicos, e com os termos "acção" e "experiência" marca-se a diferença entre dois grupos de verbos que é, pelo menos em parte, de natureza aspectual.

No quadro que a seguir apresento, procuro dar uma ideia de como se organizam os verbos representativos dos quinze significados básicos, tendo em conta as cinco modalidades perceptivas e a distinção de três grupos, assente na selecção de sujeito sintáctico, aspecto lexical e agentividade.

	Verbos de Experienciador		Verbos de Estímulo
	Ação	Experiência	
VISÃO	olhar sehen + Cdir/blicken ¹⁹²	ver sehen + AkkE ¹⁹³	(parecer) aussehen
AUDIÇÃO	escutar horchen	ouvir hören	soar klingen
TACTO	apalpar/tocar tasten	tocar/sentir fühlen	(ter um toque...) sich anfühlen
GOSTO	(provar) kosten	(sentir o sabor...) schmecken	saber a schmecken
OLFACTO	cheirar riechen an	(sentir o cheiro...) riechen	cheirar (a) riechen

No quadro é possível verificar que nem sempre existem verbos perceptivos simples disponíveis para todas as modalidades e tipos de percepção, já que nalguns casos os significados são expressos com recurso a verbos mais gerais como *provar* ou *parecer*, ou a perífrases como *sentir/ter + N* de percepção (*cheiro, sabor, toque*); há dois casos no alemão em que não há verbo perceptivo simples disponível, mas existem os derivados *aussehen* e *sich anfühlen*,¹⁹⁴ verbos perceptivos de estímulo da visão e do tacto. Nos exemplos seguintes não foram contempladas todas as alternativas de distribuição dos verbos para o mesmo sentido, o que não significa que elas não existam.¹⁹⁵

¹⁹² Embora *blicken* seja um bom exemplo de verbo de ação perceptiva, o seu estatuto em alemão é distinto do de *olhar* em português. Trata-se de um item lexical marcado do ponto de vista do registo de língua ("elevado"); *schauen* e *gucken*, sendo seus quase-sinónimos, apresentam-se, no entanto, como pertencentes a determinadas variantes diatópicas. Por isso, mantenho em alternativa *sehen + Cdir* (=complemento direccional).

¹⁹³ Abreviatura de "Akkusativergänzung" (complemento acusativo).

¹⁹⁴ Para um explicação histórica deste fenómeno, cf. Harm (2000).

¹⁹⁵ A consulta de dicionários/*corpora* facilmente colmatará esta lacuna; a exemplificação não é exaustiva porque o objectivo do trabalho não é comparar a expressão das várias modalidades perceptivas nas duas línguas.

- (94) a. O João olhou para a Maria (para ver se ela ainda estava acordada).
b. O João viu a Maria na escola.
c. A Maria parece cansada.
- (95) a. Von der Höhe des Turmes blickten wir auf die Stadt. (Schepping 1982: 169)
b. Fritz sah Maria im Schulhof.
c. Fritz sieht müde aus.
- (96) a. O João escutou a nona sinfonia do princípio até ao fim.
b. O João ouviu o ruído dos automóveis.
c. O coro soa particularmente melodioso.¹⁹⁶
- (97) a. Die Kinder horchen auf den Donner. (Vliegen 1988: 224)
b. Fritz hört Stimmen im Flur. (Vliegen 1988: 228)
c. Seine Stimme klingt ernst. (Duden)
- (98) a. A Maria apalpou o tecido (para sentir a sua textura).
b. A Maria sentiu uma pedra debaixo do pé.
c. O tecido tem um toque suave.
- (99) a. Ich tastete im Dunkeln nach dem Lichtschalter. (LGDaF)
b. Fritz fühlte den Stich eines Insekts.
c. Dieser Stoff fühlt sich rauh an. (LGDaF)
- (100) a. O João provou a carne (para ver se estava bem temperada).
b. O João sentiu o sabor a orégãos nas azeitonas.
c. O gelado sabe a morango.
- (101) a. Er hat den Braten gekostet.
b. Ich schmeckte den Wein in der Soße.
c. Das Essen schmeckt angebrannt. (Duden)

¹⁹⁶ É difícil encontrar ocorrências de *soar* (intransitivo) seguido de adjectivo, excepto as sequências lexicalizadas com advérbio *soar bem/mal*, sendo mais frequente *soar a/como*. Estas representam já, muitas vezes, extensões do significado de *soar* ('produzir um som'), como em *soar a falso/traição*, *soar como um suicídio*, etc.

- (102) a. O João cheirou as rosas (para ver se eram perfumadas).
b. O João sentiu o cheiro das rosas dentro de casa.
c. A roupa cheira a alfazema.
- (103) a. Er roch an der Rose (, um ihr Parfüm zu genießen).
b. Ich habe den Duft der Rosen gerochen.
c. Das Parfüm riecht stark.

3.2 Perspectivas de Abordagem dos Verbos Perceptivos

3.2.1 As relações entre sintaxe, léxico e semântica

Os verbos perceptivos, de modo especial os da visão, foram frequentemente estudados do ponto de vista da relação entre a proximidade lexical de verbos como *ver* e *olhar*, a diversidade semântico-aspectual, evidenciada, em parte, na classificação acima proposta (estes verbos podem referir situações dinâmicas ou estativas, com duração ou de carácter pontual), e a diversidade sintáctica que os caracteriza, nomeadamente no que respeita à complementação. Consoante o verbo em causa, os complementos podem assumir a forma de SNsimples, SP introduzido por preposição fixa (complemento preposicional), SP introduzido por preposição variável (complemento direccionado), SN seguido de "relativa de enquadramento perceptivo"/"Wahrnehmungsrahmen-wie-Konstruktion", relativa sem antecedente expresso, frase infinitiva,¹⁹⁷ "Verlaufs-wie-Satz",¹⁹⁸ frase interrogativa indirecta, frase completiva introduzida por *que/dass*, frase completiva introduzida por *se/ob* e SN seguido de predicativo = (*como/als* +) Adj/PP/N).

O papel do sujeito (experienciador/agente), a existência de percepção directa ou indirecta e a relação temporal entre o momento da percepção e o estado de coisas

¹⁹⁷ No português, a questão dos complementos de verbos da visão sob forma de infinitiva é mais complexa, pelo facto de poderem ocorrer Infinitivas em forma não flexionada ou flexionada (introduzidas ou não pela preposição *a*) como se pode ver em Soares (1993: 9-16) e na bibliografia citada. Sobre a especificidade de comportamento dos verbos perceptivos quanto às várias possibilidades de complementação infinitiva, veja-se Mateus et al. (2003: 640-651) e a bibliografia aí referida.

¹⁹⁸ Trata-se de uma construção típica da língua alemã que tem como equivalente mais próxima no português a infinitiva preposicionada.

percepcionado, constituem ainda questões que, na sua articulação com a sintaxe, requerem uma análise semântica muito complexa, à qual se juntam ainda outros factores como as características do objecto percepcionado e a especificidade de cada uma das modalidades sensoriais.

Schepping (1982),¹⁹⁹ Almeida (1986) e Soares (1993) são os estudos respeitantes ao alemão e ao português que, de forma mais sistemática e abrangente, exemplificam uma abordagem dos verbos perceptivos da visão do ponto de vista da relação entre sintaxe e semântica, embora persigam objectivos diversos – Schepping e Almeida estudam a sintaxe e a semântica dos verbos da visão enquanto verbos de percepção física, escolhendo para isso um conjunto de verbos considerado significativo, no caso de Schepping tendo em conta a frequência; em Soares, o estudo incide apenas sobre os verbos *ver* e *olhar*, os mais frequentes do campo da visão, porque o objectivo é estudar a polissemia destes verbos e sublinhar, com a reescrita das entradas dos mesmos num possível dicionário de língua portuguesa, a necessidade de integrar na prática lexicográfica, de forma sistemática e explícita, os dados da análise sintáctica e semântica. Em Schepping (1982) e Almeida (1986) há uma descrição semântica de cada classe de verbos,²⁰⁰ que toma em conta o número de argumentos e o papel semântico que cada um desempenha na situação perceptiva descrita pelo verbo, sendo que essa descrição é prévia à apresentação dos dados sintácticos considerados relevantes para corroborar a distinção entre subclasses semânticas de verbos da visão e entre verbos da mesma classe; no caso de Soares (1993), é a sintaxe que é encarada como reveladora de determinadas propriedades semânticas – parte-se de um inventário exaustivo das distribuições possíveis de *ver* e *olhar* nas ocorrências recolhidas em três dicionários, incluindo restrições de selecção e possibilidades de reformulação de determinadas construções, para depois se proceder a um

¹⁹⁹ Este trabalho é objecto de apresentação detalhada em Vliegen (1988: 105 e ss.), pelo que restrinjo as minhas observações à forma como aí se apresenta a relação entre a complementação de *sehen* e *voir*, a especificidade semântica de cada construção e os vários tipos de percepção.

²⁰⁰ Sobre as classes propostas pelos dois autores e sobre o carácter subsidiário da classificação de Almeida (1986) em relação à de Schepping (1982), veja-se 3.1.2.1.2, 3.1.2.1.3 e a nota 188. No caso de Almeida (1986), as reflexões sobre a relação entre sintaxe e semântica são apresentadas, sob a denominação "restrições de selecção", no final de cada subcapítulo respeitante a uma classe, após a análise valencial dos verbos, acompanhada da explicitação dos papéis semânticos de cada "actante", segundo a gramática de Fillmore.

agrupamento das várias construções possíveis para cada sentido dos dois verbos, assumindo as construções mais longas e mais complexas uma posição de destaque, por se considerar que essas têm, semanticamente, maior potencial distintivo, sendo o resultado desse agrupamento apresentado sob a forma de dois quadros-síntese (pp. 43-44), que sugerem já uma primeira estruturação do campo da percepção visual, a partir do valor semântico das várias construções.

Independentemente do ponto de partida nos vários estudos, a questão analisada mais de perto é a da diversidade de complementos que podem ocorrer com *ver*, *olhar*, *sehen*, etc., centrando-se a análise na relação que pode ser estabelecida entre a proximidade lexical dos verbos analisados, a divergência de comportamentos sintácticos e a distinção de vários tipos de percepção.²⁰¹

3.2.1.1 A questão da complementação

3.2.1.1.1 Percepção directa /vs/ percepção indirecta e percepção física /vs/ percepção cognitiva

O estudo das estruturas de complementação dos verbos da visão tem servido para legitimar a distinção entre dois tipos básicos de significado associados aos verbos perceptivos, que tem em conta a diferenciação entre actos perceptivos em que o estímulo é apresentado como directamente acedível ao experienciador, através de uma das cinco modalidades sensoriais, também dita percepção física, e actos perceptivos em que a percepção parece ser mediada. Em relação a estes últimos, é possível falar de uma actividade mental intermédia de processamento cognitivo de informação, obtida ou não através da percepção física, cujo resultado pode ser

²⁰¹ Sobre *ver* e *olhar*, entre outros, vejam-se Almeida (1986) e Soares (1993); sobre *sehen*, *voir*, *regarder* e outros (Schepping 1982). Do grande conjunto de análises aplicadas a outras línguas, mas realizadas também numa perspectiva sintáctico-semântica, com especial ênfase para a questão da complementação, destaco Willems (1983_b), sobre *voir* e *regarder*, e Usoniene (1999 e 2001) sobre *see*, *look* e *seem*. Uma abordagem generativa minimalista dos complementos de verbos de percepção que, no inglês, denotam percepção directa pode encontrar-se em Felser (1998). Os estudos de Willems, Felser e Usoniene não serão objecto de apresentação detalhada, já que não dizem directamente respeito às línguas que são objecto de análise no presente trabalho. Todavia, haverá referências a esses textos, sempre que do ponto de vista teórico elas se justifiquem.

Os verbos escolhidos são normalmente *ver* e *olhar* e os seus equivalentes noutras línguas, por se tratar de verbos muito frequentes e onde se pode observar a maior diversidade de formas de complementação, sendo estes, depois de estudados, tomados como paradigma para a compreensão de outros verbos perceptivos com comportamento sintáctico-semântico semelhante (verbos do tipo *ver* /vs/ verbos do tipo *olhar*). Nalguns casos, são incluídos os verbos perceptivos de estímulo, como em Usoniene (1999 e 2001).

encarado como avaliação, dedução ou constatação. Consequentemente, aos actos com estas características foi atribuída a designação de actos de percepção indirecta, cognitiva, mental ou intelectual, ou seja, "not dependent upon the functioning of the individual's physical senses" (Usoniene 2001:²⁰² 8). A observação dos complementos associados a esta distinção incidiu especialmente nos complementos sob forma frásica, considerando três vertentes paralelas: ²⁰³ referência temporal na frase principal²⁰⁴ e na subordinada, tipo e/ou características das entidades denotadas pelos complementos (quanto mais abstracta a entidade percebida, mais indirecta é a percepção) e diferenças formais, como o tipo de complementador e a sua presença/ausência.

Os estudos deste tipo têm conduzido a uma identificação das estruturas de complementação com verbo no infinitivo como estruturas típicas da percepção directa e das estruturas com verbo finito como veiculando percepção indirecta. Como veremos no final desta secção, é preciso relativizar um pouco esta homologia entre percepção directa e percepção física, por um lado, e percepção indirecta e percepção cognitiva, por outro; é necessário também aprofundar a relação que tem sido estabelecida entre estruturas marcadas (introduzidas por um complementador) e percepção indirecta/mental/cognitiva, e estruturas não marcadas (não introduzidas) e percepção directa/física:

It is generally accepted that the binary semantic opposition of direct vs. indirect perception is based on right-hand complementation and is parallel to 1st/2nd-order entities vs. 3rd-order entities that can roughly be seen as finding their linguistic expression in non-finite vs. finite forms of complement clauses, where the choice of the complementizer can be crucial for the interpretation of the clause in terms of denoting perceptually/mentally accessible phenomena. (Usoniene 2001: 5)

É com estas ideias em mente que vou apresentar, com algum detalhe, os dados da investigação realizada para o alemão e para o português no domínio da complementação dos verbos da visão.

²⁰² Reporto-me aqui e em posteriores referências às páginas do artigo disponível em linha.

²⁰³ Para uma apresentação mais detalhada destas três vertentes com referência a alguns dos autores que as protagonizaram, veja-se Usoniene (2001: 3-5).

²⁰⁴ A frase principal é referida, nalgumas gramáticas, como frase matriz; o conceito sublinha a existência de uma unidade menor no seu interior, designada frase subordinada ou encaixada, consoante as diferentes nomenclaturas gramaticais.

3.2.1.1.2 Os complementos dos verbos da visão em alemão

Schepping (1982: 97-132) persegue com a sua análise dos diferentes complementos de *sehen* e *voir*, sob forma frásica, um duplo objectivo: demonstrar que se trata de construções semanticamente diferenciadas e, portanto, não deriváveis transformacionalmente de uma mesma estrutura profunda, como autores seus antecessores pretendiam, e, por outro lado, contrastar as línguas alemã e francesa no que a essas mesmas estruturas de complementação diz respeito, comparando os casos em que o mesmo tipo de construção está presente nas duas línguas e avaliando outros em que determinado tipo de construção só está presente numa das línguas, tendo em conta a questão da equivalência semântica e dos problemas que esta levanta à tradução.

A construção infinitiva é apresentada como estrutura de percepção directa nas duas línguas, isto é, o conteúdo da infinitiva é interpretado como directamente percebido e, segundo a autora, isso explica a restrição da ocorrência de infinitivas depois de *sehen* e *voir* às situações de simultaneidade temporal entre o verbo da frase principal e o verbo da infinitiva: "Der Bedingung der Gleichzeitigkeit auf grammatischer Ebene entspricht die Bedingung der unmittelbaren Wahrnehmbarkeit auf semantischer Ebene" (p. 99).²⁰⁵ Quanto às restrições sintácticas que impendem sobre os verbos que podem ocorrer na infinitiva (impossíveis os verbos modais e a construção passiva, bem como *sein*, *haben*, *bleiben*, *être* e *avoir*), a autora afirma que a explicação reside no facto de os estados de coisas descritos na infinitiva serem interpretados pelo experienciador como "Ereignisse" (p. 99).²⁰⁶ No que respeita à impossibilidade de ocorrência de auxiliares aspectuais (*beginnen*, *aufhören* e *dabeisein*) na infinitiva, o que não acontece em francês, Schepping diz tratar-se de uma restrição

²⁰⁵ Cf. a argumentação idêntica de Almeida (1986: 171), a propósito da relação de simultaneidade temporal entre a principal e a subordinada como expressão de percepção directa: "A condição de simultaneidade, a nível gramatical, corresponde à condição da percepção imediata a nível semântico."

²⁰⁶ Felser (1998: 362) propõe uma correcção à hipótese tradicional sobre os verbos que ocorrem na infinitiva (e na participial, no caso do inglês): não basta dizer que são não-estativos, mas sim "(...)that the embedded predicate in direct perception constructions must be interpretable as describing an event or a non-permanent state". Esta hipótese recorre às noções de *predicado de fase* e *predicado de indivíduo* que servem para distinguir dois tipos de estados, em função de diferentes intervalos de tempo, podendo ser ilustradas através do contraste entre *ser* e *estar* (*estar rico/ser rico*). Assim, são admissíveis na infinitiva situações dinâmicas e estados temporários, mas não estados correspondentes a predicados de indivíduo: *Nós vimos o João fazer toda a espécie de tropelias*; *Nós vimos o João estar a dormir na aula de Filosofia*; **Nós vimos o João ser inteligente*.

Para uma apresentação sucinta desta distinção e sua diferenciação em relação às noções aspectuais de *estado faseável* e *estado não faseável*, cf. Mateus et al. (2003: 136).

puramente sintáctica, devida ao facto de estes verbos ocorrerem no infinitivo com *zu* e *sehen* co-ocorrer com verbos no infinitivo sem *zu*: (104) a. *?Peter sieht Paul anfangen zu arbeiten*; b. *Pierre voit Paul commencer à travailler* (Schepping 1982: 99).

A construção de que se ocupa em seguida, "Verlaufs-wie-Satzkonstruktion" – (105) a. *Anna sieht, wie Klaus ein Buch kauft*; b. *Klaus sah, wie sein Vater den Rasen zu mähen begann* (Schepping 1982: 101-102), não tem correspondente em francês e o seu estatuto é semelhante ao da infinitiva, sendo que se mantém a restrição de simultaneidade temporal entre a frase principal e a frase subordinada, bem como sobre os verbos que podem ocorrer na subordinada, distinguindo-se esta construção pelo facto de o estado de coisas directamente percebido ser entendido como estando em curso ("in seinem Verlauf", p. 101). As restrições à ocorrência de auxiliares aspectuais (*beginnen*, *aufhören*, etc.) e à construção passiva na subordinada não se verificam para esta construção. A autora exclui ainda a equivalência destas frases às subordinadas temporais com *als*: (106) a. *Peter sah, wie Klaus abfuhr* → b. **Peter sah, als Klaus abfuhr* (Schepping 1982: 104), contrariando, assim, Vater, defensor da homologia de funções entre uma e outra. As "Verlaufs-wie-Sätze" são complementos dos verbos perceptivos em causa, mas as subordinadas temporais com *als* não podem desempenhar essa função.

Ao contrário do que acontece com a "Verlaufs-wie-Satzkonstruktion", a "Wahrnehmungsrahmen-wie-Konstruktion" ("relative de cadre perceptif"),²⁰⁷ de que Schepping também se ocupa (p. 105 e ss.), não desempenha a função de complemento acusativo/complemento directo em frases com verbos

²⁰⁷ Schwarze (1974), Cadiot (1976) e Kleiber (1988) são estudos onde se examina, para o francês, a especificidade deste tipo de relativas cuja denominação varia de autor para autor; estas construções são, segundo os vários autores, distintas das tradicionais relativas apositivas e restritivas, quer do ponto de vista das restrições sintácticas que sobre elas impendem, quer do ponto de vista das relações que estabelecem com estruturas concorrentes como a completiva introduzida por *que*, a construção infinitiva, a frase participial gerundiva e a construção com *en train de*. Em Soares (1993: 17-19) pode encontrar-se uma apresentação-resumo das propriedades e restrições desta construção, segundo os autores acima referidos, com exemplos de aplicação ao português. Kleiber (1988), para além de ser uma boa síntese dos resultados obtidos em estudos anteriores, apresenta detalhadamente um conjunto de novas restrições de carácter temporo-aspectual ainda não abordadas na literatura. Farei algumas referências ao artigo de Kleiber, a propósito da reflexão de Schepping sobre estas estruturas, mas não o apresentarei detalhadamente, sobretudo no que concerne à delimitação desta construção em relação a construções afins.

perceptivos, mas co-ocorre com verbos perceptivos, numa estrutura com a seguinte ordenação de constituintes: SNsujeito + V perceptivo + SN complemento acusativo/directo + "Wahrnehmungsrahmen-wie-Konstruktion": (107) a. Peter sah Marie, wie sie ein Buch kaufte; b. Pierre vit Marie, qui achetait un livre (Schepping 1982: 105). A autora refere-se ao estado de coisas veiculado pela construção em causa como co-percepcionado ("mitwahrgenommen") no momento da percepção de um indivíduo ("Individuum im engeren Sinne"):

Mit der Wahrnehmungsrahmen-wie-Konstruktion bzw. der relative de cadre perceptif wird ein Sachverhalt bezeichnet, der zum Zeitpunkt der Wahrnehmung eines Individuums im engeren Sinne mitwahrgenommen wird. (Schepping 1982: 106, sublinhado no original)

Esta construção desempenha, segundo a autora, uma dupla função: situar temporalmente a percepção (esta processa-se ao mesmo tempo que o estado de coisas descrito na construção de enquadramento perceptivo e, por isso, também aqui se verifica a restrição de simultaneidade temporal) e fornecer informação nova acerca do indivíduo nomeado no complemento acusativo/complemento directo. Dito de outro modo, a construção (com *wie*/relativa) de enquadramento perceptivo²⁰⁸ tem função de rema, o que pode ser comprovado pela impossibilidade de o seu antecedente ser acompanhado de artigo indefinido, mantendo-se a equivalência em relação à frase em que o antecedente é definido:

(108) Ich sah den Mann, wie er über die Mauer kletterte → *Ich sah einen Mann, wie er über die Mauer kletterte.²⁰⁹ (Schepping 1982: 105 e 107)

Nas línguas românicas o antecedente destas relativas pode ser indefinido (109) *Viram um cavaleiro que se aproximava* (Aurélio: 1764_a), não podendo, no entanto, ter carácter genérico.²¹⁰ O complemento acusativo/complemento directo dos verbos

²⁰⁸ Proponho uma tradução que toma em conta que em alemão estas frases são "Nebensätze" introduzidas por *wie* e que nas línguas românicas, para as quais é possível verificar a sua existência, elas são relativas.

²⁰⁹ A interpretação da frase com antecedente indefinido seria a de uma relativa restritiva.

²¹⁰ Esta é, segundo Brito (1995), uma característica que aproxima estas construções das relativas de tipo apositivo: "Com as relativas apositivas têm em comum o terem como "antecedente" uma expressão definida (em geral um N próprio ou um pronome pessoal) (embora possa surgir um SN indefinido mas específico como é o caso de exemplos como (1c) [Vejo um avião que está a aterrar])." (Brito 1995: 28) A mesma autora refere, em nota a esta afirmação, que "Vejo o cão que gosta do dono só é gramatical como restritiva", retomando, assim, a afirmação de Cadiot (1976: 9) acerca da impossibilidade de estas construções conterem um SN com sentido genérico.

de percepção e o sujeito da construção de enquadramento perceptivo são co-referentes, quer em alemão quer em francês, sendo que o pronome relativo francês só pode ter a forma de sujeito (*qui*).²¹¹

Vale a pena reforçar e completar as ideias de Schepping acerca das funções deste tipo de construção com algumas das conclusões de Kleiber (1988). A simultaneidade temporal, referida como condição para a ocorrência de construções de enquadramento perceptivo, mas que também se verifica para as infinitivas, deve ser precisada, segundo o autor, com uma referência aos tempos pertinentes (o presente e o passado). A adequada equacionação do factor tempo explica a restrição à ocorrência de relativas deste tipo apenas nos casos em que, quer a percepção, quer o estado de coisas percebido decorram num mundo real, factual, contingente e não em mundos possíveis, potenciais ou contrafactuais (cf. Kleiber 1988: 91).²¹² Uma segunda restrição enunciada pelo autor diz respeito ao universo de crenças – "*univers de croyance*" que Robert Martin define como "*l'ensemble des propositions qu'au moment où il s'exprime le locuteur tient pour vraies*" (apud Kleiber 1988: 93) – e relaciona-se com a ideia transmitida em Schepping de que estas construções têm função de *rema* em relação a um *tema* anteriormente expresso.²¹³ As construções de enquadramento perceptivo devem, nas palavras de Kleiber, ser verdadeiras no universo de crenças do locutor/falante, mas não podem ainda estar presentes no universo de crenças do interlocutor/ouvinte,²¹⁴ o que se relaciona com a finalidade destes enunciados:

(...) le locuteur entend informer son interlocuteur de cette perception, entend la lui faire partager en la présentant comme une information nouvelle. Si l'interlocuteur perçoit lui-même déjà la scène ou connaît déjà le compte rendu de perception, le locuteur ne peut plus recourir à la phrase avec relative. (Kleiber 1988: 93)

²¹¹ Schepping (1982: 108, nota 1) assinala que o inventário exaustivo das condições de emprego das "relativas de enquadramento perceptivo", feito em Cadiot (1976), se aplica também ao alemão, embora não as apresente com detalhe.

²¹² Para uma enumeração das restrições sintácticas inventariadas por outros autores que podem ser explicadas através desta obrigatoriedade de "ancoragem" da percepção no mundo real, veja-se Kleiber (1988: 92-93).

²¹³ Cf. em Schepping (1982: 111-112) as afirmações da autora acerca do complemento acusativo/complemento directo como designando o indivíduo cuja percepção interessa, apenas na medida em que conduz a novas informações sobre esse mesmo indivíduo, que estão expressas na "*Wahrnehmungsrahmen-wie-Konstruktion*".

²¹⁴ Sobre o conjunto de restrições distribucionais que se explicam a partir desta dupla condição, veja-se Kleiber (1988: 93-96).

Esta ideia de que o falante quer fazer com que o ouvinte partilhe a experiência perceptiva que ele próprio está a viver é válida, obviamente, para os enunciados no presente, sendo que se devem, segundo Kleiber, fazer algumas distinções importantes no que respeita ao chamado efeito de imperfectividade que acompanha estas construções, consoante se trate de ocorrências no presente ou no passado.²¹⁵ As relativas de enquadramento perceptivo no presente são duplamente imperfectivas (a acção perceptiva no presente está em curso no momento da enunciação e, conseqüentemente, determina a escolha do presente, igualmente adequado à expressão de imperfectividade, para a relativa). Nas relativas de enquadramento perceptivo no passado, a situação não é a mesma – a percepção é dada como terminada, a não ser que também o verbo perceptivo esteja no imperfecto, e, portanto, não é o tempo do verbo perceptivo que determina a escolha do tempo verbal da relativa, sendo que o efeito de imperfectividade decorre apenas do verbo (no Imperfecto) que figura na relativa, obtendo-se um resultado diferente daquele que é conseguido com as relativas no presente.²¹⁶

Importa ainda apresentar uma última regra válida para as construções deste tipo (no presente e no passado), respeitante ao intervalo de referência necessariamente especificado ao qual estas relativas se reportam, e que determina a duração do acto perceptivo:

²¹⁵ Schepping só dá exemplos de construções de enquadramento perceptivo no passado. Parece-me, no entanto, relevante esta distinção proposta por Kleiber, dado que ela permite fazer algumas delimitações importantes em relação a construções afins como a frase subordinada infinitiva, que também ocorre com verbos de percepção (cf. Kleiber 1988: 100-103).

²¹⁶

"L'action de la relative à l'imparfait est présentée comme une situation temporelle «massive», comme un bloc inanalysable en sous-parties différentes, en succession d'instantants différents. D'où son utilisation, non pas tellement, cette fois-ci, pour faire partager la perception directe d'un déroulement, la progression d'un événement réellement en cours, mais plutôt pour marquer qu'un intervalle du passé, ponctuel ou étendu, où a lieu la perception, se trouve caractérisé globalement par l'événement perçu. Une RCP [relative de compte rendu de perception] à l'imparfait sert ainsi avant tout à des fins «textuelles»: elle décrit un moment donné d'un récit comme étant le lieu de la perception d'une action en cours." (Kleiber 1988: 104)

O facto de esta construção no passado se encontrar, no francês, sobretudo na linguagem literária é também referido por Schepping (p. 111), a propósito das questões de equivalência na tradução; a construção equivalente em alemão, pelo contrário, é sinalizada por Schepping como "normal bis umgangssprachlich". A definição da situação perceptiva como situada a partir do intervalo de tempo em que decorre o acontecimento percebido é coincidente com a de Schepping: "Der im Hauptsatz ausgedrückte Sachverhalt (...) findet innerhalb des Zeitraumes statt, in dem der in dem Nebensatz ausgedrückte Sachverhalt stattfindet." (Schepping 1982: 106; cf. também p. 110)

(...) une phrase avec RCP [relative de compte rendu de perception], au présent comme au passé, se rapporte à l'intervalle de référence qui détermine la durée de la perception selon la double condition de vérité 'pour cet intervalle et à tout moment de cet intervalle'. (Kleiber 1988: 109-110)

Esta regra explica porque é que frases como (110) ?Hier, je l'ai vu qui fumait são consideradas estranhas; hier corresponde a um intervalo englobante, não determinado, e esta frase implicaria verificar a situação perceptiva em todo o intervalo e a todo o momento do intervalo, o que, neste caso, é manifestamente impossível (cf. Kleiber 1988: 109).

Schepping termina o seu excuro sobre as construções de enquadramento perceptivo com uma delimitação em relação a outras construções.²¹⁷ As infinitivas não podem ser consideradas suas equivalentes, porque não têm as mesmas propriedades, já que nas construções de enquadramento perceptivo não é possível negar o verbo de percepção e, para além disso, nem todos os verbos admitem as duas construções. As subordinadas temporais com *als* não registam as restrições de co-referência entre o complemento acusativo da frase principal e o sujeito da frase subordinada, nem a impossibilidade de negar o verbo da frase principal, que se verificam para as construções de enquadramento perceptivo: (111) a. **Ich sehe ihn nicht, wie er ankommt* (Schepping 1982: 109); b. *Ich habe Fritz nicht gesehen, als ich auf dem Rummelplatz war* (Schepping 1982: 110). No que respeita à "Verlaufs-wie-Konstruktion", a autora constata ainda que, paralelamente ao que acontece com a construção infinitiva, nem todos os verbos que admitem "Wahrnehmungsrahmen-wie-Konstruktion" aceitam também "Verlaufs-wie-Konstruktion".

Por último, Schepping (1982: 114-116) analisa a relação entre as construções de enquadramento perceptivo e as construções com *bei* + infinitivo substantivado e a sua correspondente francesa com *en* + gerúndio, que se apresentam também como construções cuja ocorrência com o verbo *sehen/voir* depende da existência de um complemento acusativo/directo na frase com verbo perceptivo.²¹⁸ No entanto, mais

²¹⁷ Para uma delimitação, aplicada ao francês, em relação a construções afins (infinitiva, *en train de* e participial/gerundiva), tendo em conta aspectos temporo-aspectuais, cf. Kleiber (1988: 99-102).

²¹⁸ No que respeita à necessidade de um SN acusativo/complemento directo como antecedente destas construções, Schepping sinaliza a diferença de comportamento de *zuschauen*, *zusehen* e *zugucken*; estes verbos designam acções em que alguém segue com o olhar alguém dado como "Agens an einer Tätigkeit beteiligt" ou um estado de coisas em curso, ambos no momento da percepção e, podem, portanto, ocorrer com construções que designam acontecimentos/actividades reais em curso, sem exigência de um antecedente nominal acusativo, o que inclui "Verlaufs-wie-Satz", "bei + Nominalphrase = Geschehen/aktuelles Ereignis" não dependente de antecedente acusativo e "Wahrnehmungsrahmen-wie-Sätze": *Ich... schaute zu, wie der Barmann die übliche Olive ins kalte Glas wirft; Wir haben beim Pferderennen zugehört; Ich sah Peter zu, wie er Äpfel pflückte* (Schepping 1982: 212-214).

uma vez, conclui que estas não são equivalentes. O sujeito apagado da "bei-Konstruktion" é restrito a indivíduos com o papel de agente – (112) *Peter sah das Eis beim Schmelzen (Schepping 1982:115) – e, dependendo da posição que ocupa na frase, a "bei-Konstruktion" pode ser interpretada como referente à actividade desempenhada pelo objecto da percepção, pelo experienciador ou por ambos, como demonstra pelas três leituras possíveis (b., c. e d.) da frase ambígua (113) a. Peter sah Marie beim Schlittschuhlaufen; b. Als Peter gerade Schlittschuh lief, sah er Marie; c. Peter sah Marie, wie sie dabei war, Schlittschuh zu laufen; d. Peter sah Marie, als sie beide dabei waren, Schlittschuh zu laufen (Schepping 1982: 115). Com bei + infinitivo substantivado designa-se, nas palavras da autora, apenas uma actividade em curso que acontece em simultâneo com outro estado de coisas, mas não há entre sehen e bei + infinitivo uma relação obrigatória de co-percepção. A equivalência da "bei-Konstruktion" (en + gerúndio) a subordinadas introduzidas por als/lorsque temporais e a construções de enquadramento perceptivo pode verificar-se apenas em termos pragmáticos, consoante o contexto, mas a sua equivalência semântica está fora de questão (cf. Schepping 1982: 116).

As frases subordinadas completivas introduzidas por dass/que são apresentadas pela autora como estruturas de percepção indirecta que realizam o argumento "Erkenntnisobjekt" (cf. Schepping 1982: 21):

Sie bezeichnen eine aus einer unmittelbaren Wahrnehmung deduzierte Tatsachenerkenntnis. Wie bereits gesagt, referieren die Lexeme sehen und voir in Kombination mit daß- und que-Sätzen auf visuell-kognitive²¹⁹ Sachverhalte, das heißt auf das Resultat eines Verarbeitungsprozesses, in dem ein Experient ein wahrgenommenes Individuum als Indiz²²⁰ für einen bestehenden Sachverhalt interpretiert hat. Der Experient hat aus der Wahrnehmung eines Individuums mit Hilfe seines Weltwissens gefolgert, daß ein bestimmter Sachverhalt als Tatsache zu betrachten ist. (Schepping 1982: 117)

A autora refere que as restrições verificadas para as construções anteriormente analisadas não são válidas para as completivas introduzidas por dass/que e analisa

²¹⁹ Mais à frente veremos como a percepção representada em contextos de complementação com dass/que pode ser meramente cognitiva, sem que se possa falar de dedução a partir de uma percepção física. Schepping refere e exemplifica alguns desses casos como variantes polissémicas dos verbos por ela analisados nas suas acepções de percepção física e, para além da construção completiva com dass/que, referencia ainda outras estruturas em que esses verbos ocorrem com significado puramente cognitivo ("rein kognitiv").

²²⁰ O indício pode, como a autora também afirma, ser explicitado através de sintagma preposicional introduzido por an/a: Der Arzt sieht an den Narben, daß der Häftling gefoltert worden ist/Le médecin voit aux cicatrices que le détenu a été torturé (Schepping 1982: 118-119).

também o uso factivo de *sehen* e *voir*, nesta construção e nas interrogativas indirectas, que também são objecto de análise por parte da autora; as restantes construções até agora apresentadas são consideradas não-factivas. Para aferir a factividade do uso dos dois verbos com estas completivas, a autora usa um teste habitual, isto é, a possibilidade de negação do verbo factivo da principal com a manutenção da pressuposição da subordinada: (114) a. *Fritz sieht, daß Peter gefallen ist*; b. *Fritz sieht nicht, daß Peter gefallen ist* (Schepping 1982: 121). Schepping sublinha ainda que a estrutura "die Tatsache, daß"/"le fait que" (o facto de queF), proposta por alguns como estrutura profunda dos verbos factivos, não serve para explicar o funcionamento factivo de *sehen* e *voir* nesta construção, o que, contudo, não invalida a sua factividade entendida como reconhecida pelo experienciador; o estímulo não é um facto em sentido estrito, o que o experienciador vê não é o facto, mas algo que para si tem o estatuto de realmente existente (cf. Schepping 1982: 123).

As observações feitas sobre a especificidade semântica de cada uma das construções, combinadas com dados da sintaxe, permitem à autora negar as propostas transformacionalistas sobre a derivação das várias construções que ocorrem em frases com verbos perceptivos a partir de uma única estrutura profunda (cf. Schepping 1982: 124).

A última construção de complementação de *sehen* e *voir* que a autora analisa como expressão de percepção indirecta é a interrogativa indirecta²²¹ introduzida por *wie/comment/combien*,²²² dado que também nestes casos, como nas completivas introduzidas por *que/dass*, é possível falar de reconhecimento de um dado estado de coisas como verdadeiro para o experienciador, sendo que a esse reconhecimento se junta o de uma propriedade do estado de coisas em causa:²²³

²²¹ Como se verá na descrição semântica de *sehen*, nem todas as *w*-Sätze que a autora considera interrogativas indirectas serão por mim classificadas como tal. Nalguns casos, trata-se de relativas sem antecedente expresso/livres, como as próprias paráfrases de Schepping mostram. Recorde-se, a propósito, a distinção de Engel (1991: 248) entre "indefinite Nebensätze" e "Ausbausätze", as primeiras correspondentes a relativas sem antecedente expresso e as segundas, complemento de predicados que expressam dúvida ou colocam uma questão, correspondentes a interrogativas indirectas.

²²² *Wie* deve ser considerado como significando 'auf welche Weise', 'in welcher Weise' = *comment*, 'in welchem Grade' ou 'in welchem Maße' = *combien*, não havendo restrições à sua ocorrência com *sehen*, exceptuados os casos em que o estado de coisas referido não tem a propriedade "Art und Weise", como por exemplo "traurig sein" ou "Mut haben" (cf. Schepping 1982: 126-127).

²²³ A citação que se segue descreve o que é válido para toda a espécie de interrogativas indirectas, conforme afirmação da autora, e não só para as introduzidas por *wie/comment/combien*, dado que estas estão em relação paradigmática com as restantes, introduzidas por diferentes pronomes interrogativos (*wo, wohin, avec quoi, où, etc.*).

Sie beschreiben Sachverhalte der Art, daß ein Experient über die Erkenntnis, daß ein bestimmter Sachverhalt besteht, hinaus eine Eigenschaft dieses Sachverhalts erkennt, das heißt aus der Wahrnehmung von etwas auf die Art und Weise, in der der Sachverhalt stattfindet, auf das Ausmaß, in dem der Sachverhalt zutrifft, auf den Ort, an dem der Sachverhalt stattfindet, auf Eigenschaften derjenigen Individuen, die an dem Sachverhalt beteiligt sind, etc. schließt. (Schepping 1982: 128)

As frases introduzidas por *wie* são ambíguas, segundo a autora, quando o tempo verbal da frase subordinada e o da principal são coincidentes, o que leva a uma necessidade de desambiguação em contexto, nomeadamente através da prosódia: (115) *Er sah, wie sie zornig wurde* pode traduzir-se para francês por (116) *Il a vu comment elle s'est mise en colère* ou por (117) *Il l'a vue se mettre en colère* (Schepping 1982: 129).²²⁴

A autora procura ainda precisar a distinção entre as completivas com *dass/que* e as interrogativas indirectas que ocorrem com os verbos *sehen* e *voir* através da noção de que o objecto de reconhecimento, aquilo que o experienciador assume conhecer, está explícito, no caso das subordinadas com *dass*, e não é explicitado nas interrogativas indirectas, a não ser como propriedade não especificada do que se conhece.²²⁵

No que diz respeito aos verbos de acção visual ("Verben des visuellen Handelns"), não encontramos no trabalho de Schepping um subcapítulo dedicado exclusivamente às questões da complementação, sendo estas objecto de afirmações esparsas que acompanham a análise semântica de cada grupo de verbos.²²⁶ Para o primeiro subgrupo de verbos, aqueles que referem o direccionamento do olhar, encontramos apenas a menção (pp. 164-172) de que *sehen* e *regarder* são usados intransitivamente com este significado e que, à semelhança de outros verbos do mesmo grupo (*blicken*, *schauen* e *gucken*), têm um comportamento idêntico ao dos verbos de movimento:

²²⁴ O problema da necessidade de desambiguação de *wie* não seria diferente na tradução para português: *Ele viu-a a ficar enraivecida*, correspondente a uma interpretação como "Verlaufs-wie-Satz" e *Ele viu como ela ficou enraivecida*, correspondente à interpretação como interrogativa indirecta, na opinião da autora. Se a ordem das palavras na frase alemã fosse *Er sah, wie zornig sie wurde*, deixaríamos de ter ambiguidade interpretativa e sublinharíamos, na tradução, o aspecto "intensidade não especificada": *Ele viu quão enraivecida ela ficou*, *Ele viu como/quanto [= em que medida] ela ficou enraivecida*.

²²⁵ *Fritz sieht, daß Klaus das Badezimmer gestrichen hat* e *Fritz sieht, was Klaus getan hat* são os exemplos de Schepping (1982: 129) para ilustrar esta diferença.

²²⁶ Não apresentarei exaustivamente essas observações dispersas, mas procurarei evidenciar aquelas que referem estruturas ainda não recenseadas para a posição sintáctica de complemento acusativo/complemento directo.

caracterizam-se pelo facto de haver um agente e um caminho ("Weg"), onde decorre a acção perceptiva, podendo este ser especificado, em alemão e em francês, como ponto de partida, direcção, passagem ou término.²²⁷ Só pela observação dos exemplos do corpus pode o leitor inferir que estes verbos se combinam preferencialmente com complementos direccionais que realizam o argumento "caminho" (na terminologia da autora), isto é, expressões que se referem ao movimento direccionado dos olhos.

No grupo dos verbos de acção perceptiva com percepção intencionada ("Verben des visuellen Handelns mit beabsichtigter Wahrnehmung"), distinguem-se dois subgrupos. Sobre *nachsehen*, *nachgucken* e *nachschauen* não há qualquer afirmação explícita de carácter sintáctico a não ser a de que o lugar onde o agente exerce a actividade podia ter o estatuto de "lokaler Wahrnehmungsrahmen", ao qual seria atribuída função situativa semelhante à das "Wahrnehmungsrahmen-wie-Sätze", em frases como (118) *Paul guckt im Briefkasten nach, ob der Briefträger Post gebracht hat* (Schepping 1982: 184). Já de *Ausschau halten* e *ausschauen* se diz expressamente que ocorrem com sintagma preposicional introduzido por *nach* (complemento preposicional) ou com "ob-Satz", que realizam sintacticamente o que na descrição semântica a autora identifica como "intendiertes Erkenntnisobjekt" (Schepping 1982: 186).

Para o terceiro grupo de verbos (o mais numeroso), verbos de acção perceptiva com percepção conseguida ("Verben des visuellen Handelns mit vollzogener Wahrnehmung"),²²⁸ encontramos, para cada verbo, para além de uma descrição dos co-ocorrentes preferenciais, nomeadamente advérbios, e das restrições ao preenchimento do argumento objecto em função de traços semânticos, uma súmula das possibilidades de complementação frásica para cada subgrupo, onde a autora justifica o comportamento dos verbos, cruzando os dados da análise semântica grupo a grupo com a caracterização semântica das construções já feita para *sehen*.

A propósito de *ansehen* e *regarder*, menciona-se que estes podem ter significado puramente cognitivo na construção "jemanden oder etwas ansehen als" ("regarder

²²⁷ Para o verbo *aufsehen* e a locução francesa equivalente (*lever les yeux*) a situação é semelhante: o nível mais baixo do qual parte o movimento e o nível mais alto, onde este termina, podem, segundo a autora, ser especificados por sintagma preposicional introduzido por *von/de* e *zu/vers*, respectivamente.

²²⁸ Como já referi na secção dedicada às propostas de classificação de verbos perceptivos, a autora divide este grupo em três subclasses: verbos que lexicalizam intensidade, verbos que lexicalizam intensidade e modalidade e verbos neutros quanto à modalidade ou intensidade da acção perceptiva.

quelq'un, quelque chose comme") – (119) *Ich sehe ihn als geeigneten Kandidaten für diesen Posten an* (Schepping 1982: 201) – e que *ansehen*, contrariamente a *regarder*,²²⁹ admite também a construção "jemandem oder etwas ansehen, daß", onde é usado com obrigação de co-referência entre o complemento dativo e o sujeito da completiva (120) *Ich sah ihm an, daß er wieder getrunken hatte* (Schepping 1982: 201).

Também para *considérer* (aliás um verbo raramente usado como verbo da visão, como a própria afirma) a autora assinala a possibilidade de significado puramente cognitivo, novamente associado à construção *comme + SN/que + Frase*: (121) *Je le considère comme un homme très intelligent; Je considère que tu as eu raison d'ajourner ton voyage* (Schepping 1982: 226-227). *Observer* regista também ocorrências que a autora classifica como puramente cognitivas, designando uma constatação ("ein Feststellen"), e mais uma vez a construção sintáctica em causa é a completiva introduzida por *que* (no "Passé composé") – (122) *Nous avons observé que Monsieur Durand est parti en vacances* (Schepping 1982: 230).

Duas variantes polissémicas de *betrachten* são também assinaladas como casos de percepção cognitiva, em relação às quais a autora destaca, num caso, o preenchimento do SN complemento directo com uma expressão que se refere a algo que não pode ser percebido através da vista – (123) *Wenn man die Angelegenheit mal objektiv betrachtet (...)* – e, noutro caso, a construção com *als* seguido de N predicativo (124) *Paul betrachtet Peter als seinen Freund*, em que o verbo veicula "(...) eine subjektive Einschätzung, Bewertung eines Sachverhalts, die ein Individuum im engeren Sinne vorgenommen hat." (Schepping 1982: 237)

As variantes cognitivas de *beobachten* são também associadas à ocorrência com "dass-Satz" no "Perfekt": (125) a. *Der Polizist hat beobachtet, daß zwei junge bewaffnete Männer in die Sparkasse eingedrungen sind*; b. *Ich habe beobachtet, daß du fast in jedem Satz das Wort 'also' benutzt*, em relação às quais Shepping considera que a percepção é resultado do processamento cognitivo de algo seguido com muita atenção, mas não necessariamente percebido através da vista. Para este verbo, a autora considera ainda as ocorrências nas construções "etwas an jemandem beobachten" e "an

²²⁹ Cf. os exemplos de *regarder* nas duas estruturas: *Jean regarde son ami comme un bon médecin de campagne* e **Paul regarde que Marie est triste* (Schepping 1982: 196).

jemandem oder etwas beobachten, daß" como casos de percepção cognitiva, isto é, resultante do tratamento cognitivo de algo acompanhado através da percepção sensorial, como se pode ver nos exemplos que a seguir se transcrevem: (126) a. *Er behauptet, er habe den Krankheitsverlauf bei Maurin verfolgt und ganz sonderbare Erscheinungen an ihn beobachtet*; b. *Zum ersten mal beobachte ich an dir, daß du dich so erregen kannst* (Schepping 1982: 242).

3.2.1.1.3 A complementação dos verbos da visão em português

No que respeita ao português, a apresentação das questões da complementação dos verbos da visão, do ponto de vista da relação entre sintaxe e semântica, é feita em Almeida (1986),²³⁰ Soares (1993) e Vilela (1994).²³¹

Dado que o objectivo da presente secção é apresentar uma panorâmica das várias possibilidades de complementação dos verbos da visão, tal como a bibliografia as apresenta, do ponto de vista da relação entre sintaxe e semântica, concentrarei a apresentação nos resultados obtidos em Soares (1993), porque *ver* e *olhar* são os verbos que admitem maior diversidade de complementos e porque este trabalho contempla não só as estruturas de complementação que dizem respeito a estes verbos enquanto verbos de percepção física, mas também aquelas que podem ser associadas a outros sentidos dos mesmo verbos, como se pode ver nos quadros-síntese de Soares (1993: 43-44).

Para *ver*, no domínio da percepção física, identificam-se, em Soares (1993), dez distribuições sintácticas possíveis, das quais destaco a possibilidade de ocorrência em

²³⁰ Almeida (1986) não apresenta, no que à análise da complementação dos verbos da visão diz respeito, grande novidade em relação ao estudo de Schepping (1982) para o alemão, cujas conclusões acerca da semântica das construções completivas não raras vezes traduz, embora não o faça de uma forma explícita (cf. pp. 168 e ss. e 214 e ss.). A sua originalidade reside na aplicação do modelo valencial e da gramática de casos de Fillmore à análise de cada um dos verbos portugueses seleccionados num *corpus* constituído a partir de romances, o que à partida me parece um pouco redutor, mas o mesmo pode afirmar-se de Soares (1993), onde o *corpus* foi constituído a partir de dicionários. Pode dizer-se em relação a Almeida (1986) que a vertente sintáctica é mais acentuada, embora falte alguma sistematização dos dados obtidos na análise valencial que justifique a diferenciação de variantes em alguns verbos, como por exemplo *mirar*, para o qual o autor fornece oito descrições diferentes que designa simultaneamente como *mirar* 1, 2, e 3 (cf. p. 199 e e ss.), ou para os casos como o de *examinar*, onde agrupa na mesma descrição ocorrências como "examinar papelada" e "examinar um doente" (cf. pp. 207 e 208).

²³¹ Vilela (1994), um estudo que contrasta *ver*, *ouvir* e *sentir* com *sehen*, *hören* e *fühlen*, inventaria apenas de forma sumária a possibilidade de complementação com SN simples e com SN seguido de (como) Adj/particípio passado (PP), e as construções complexas *que* + F, *como* + F, mas concentra-se sobretudo na complementação sob forma de frase infinitiva não preposicionada, conhecida sob a designação de construção AcI (*accusativus cum Infinitivo*), referindo apenas brevemente a construção com infinitivo preposicionado.

quatro distribuições diferentes com frase subordinada infinitiva,²³² introduzida ou não por *a* e com infinitivo flexionado ou não flexionado:

- (127) a. Os pastores viram os nossos cavaleiros transporem o Sália. (Soares 1993: 11)²³³
b. Viu-o montar a cavalo, dar de rédeas, seguir vagaroso em uma nuvem de pó. (Soares 1993: 12)
c. Vi entrar um vulto de homem no jardim. (Soares 1993: 13)
d. Eu vi os meninos a ler(em) esse livro. (Soares 1993: 15)

Ainda no domínio da percepção física, encontramos referida a relativa de enquadramento perceptivo:²³⁴

- (128) (...) pôde ver o bando dos pequenos saqueadores que se dirigia ao pinhal, grazinando barulhentemente. (Soares 1993: 17)

²³² Apresenta-se no trabalho uma descrição das construções infinitivas conforme as propostas de Raposo (1981, 1987, 1989 e 1992), da qual não se dará aqui conta, visto que com isso se ultrapassariam largamente os objectivos deste subcapítulo. Mateus et al. (2003: 640 e ss.) oferecem uma boa síntese da complexidade exibida pelas várias construções infinitivas como complemento de verbos perceptivos. Não me parece aceitável a proposta de Vilela (1994: 109) que vê na construção de infinitivo preposicionado (infinitivo gerundivo na terminologia de Mateus et al. (2003)) o valor de "reporting meaning", apoiando-se em Palmer (1987: 189-190), que serviria para a distinguir da construção de infinitivo não preposicionado: *Eu vejo-o vir atrás de mim /vs/ Eu vejo-o a vir atrás de mim* (Vilela 1994: 109). Independentemente da complexidade sintáctica, o que parece estar aqui em causa é "(...)" que a interpretação tempo-aspectual do Infinitivo Gerundivo força a interpretação das frases como instâncias de percepção directa por parte do sujeito do verbo perceptivo. Assim, estas frases descrevem situações em que o objecto da percepção é simultaneamente a situação descrita pelo domínio encaixado e o sujeito do domínio encaixado." (Mateus et al. 2003: 645) Quanto à proposta de Vilela (1994: 113) sobre o infinitivo flexionado, também não me parece que se possa apontar a construção como responsável por uma mudança de significado "(...)" do domínio da percepção física para o dos verbos de entendimento (*intelligendi*), apontando para o futuro" que o autor exemplifica com *Eu vejo-os entenderem-se/Eu vejo eles entenderem-se*, senão veja-se o exemplo da mesma construção com infinitivo flexionado: *Eu vejo os miúdos comerem a sopa*.

²³³ Estes exemplos e os seguintes, salvo indicação contrária, são retirados de Soares (1993) onde se identifica para cada um a respectiva fonte bibliográfica. Não transcrevo aqui essa informação para não sobrecarregar o texto. No estudo em causa, só se recorreu a exemplos construídos, quando determinada estrutura nas suas várias distribuições não estava representada nos exemplos do *corpus*.

²³⁴ No trabalho de 1993, esta frase aparece ainda designada como *relativa atributiva*, segundo a designação tradicional da gramática francesa, mas uso aqui a designação uniforme já proposta como tradução de "Wahrnehmungsrahmen-wie-Satz" e "relative de cadre perceptif", usadas por Schepping (1982). Em Soares (1993: 17) refere-se o texto de Raposo (1989: 304), onde se afirma que estas construções existentes nas línguas românicas seriam as versões finitas da construção portuguesa com infinitivo preposicionado e que o autor exemplifica com ?? *Vi o Luís que saía de casa*, podendo deduzir-se que elas têm, em português, um estatuto marginal. Na tradição gramatical mais recente, encontramos menção a estas estruturas como *pseudo-relativas* que podem parafrasear ocorrências de verbos perceptivos com infinitivo preposicionado (flexionado ou não flexionado). Sobre este assunto, veja-se Mateus et al. (2003: 643) e a bibliografia aí citada, bem como a discussão de Brito (1995) na secção 4.2.2 desta dissertação.

A construção subordinada completiva introduzida por *que* pode encontrar-se também como exemplo de percepção física, embora indirecta.²³⁵

(129) Vejo que se aproxima um homem. (Soares 1993: 45)

Os complementos sob a forma de SN simples são também recenseados entre as possibilidades de complementação de *ver*, observadas as restrições ao seu preenchimento lexical, bem como a possibilidade de reformulação das construções transitivas em que ocorrem, procedimentos necessários à detecção de diferenças de significado. Assim, um SN complemento directo não restrito é considerado correspondente ao objecto de *ver* em sentido físico básico

(130) Vi sobre o balcão grossos volumes. (Soares 1993: 20)

(131) Agora faz quinze dias que não te vejo. (Soares 1993: 20)

podendo a estrutura ser reformulada com *-se reflexo*, com sujeito restrito a humanos,

(132) Quando se viu no espelho, recebeu perder o alento. (Soares 1993: 20)

prevendo-se também a possibilidade de ocorrência intransitiva

(133) Para que seus olhos não vejam, seus ouvidos não ouçam. (Soares 1993: 21)

²³⁵ Em Soares (1993: 50-51) distingue-se, com base na análise da semântica das construções fráscas que ocorrem como complementos de *ver* e *olhar*, entre percepção física directa, percepção física indirecta e percepção cognitiva/indirecta. Esta distinção contraria a oposição, observável em alguns autores, entre percepção física = percepção directa, por um lado, e percepção cognitiva = percepção indirecta, por outro. No trabalho de (1993) as ocorrências de *ver* com completivas introduzidas por *que* são sempre consideradas instâncias de percepção indirecta, decorrente do "aumento da distância relativa entre Vpv [verbo de percepção visual] e o objecto da percepção, (...), como parece demonstrar o carácter factivo do emprego da completiva com *ver*" (Soares 1993: 50), mas podem corresponder quer a instâncias de percepção física, quando o experienciador está na presença do objecto percebido através da visão, quer a instâncias de percepção cognitiva, em que o conteúdo da completiva não pode ser relacionado com qualquer acto de percepção física visual.

Na secção 3.2.1.1.4, retomarei esta questão da pertinência da separação entre percepção física e cognitiva, por um lado, e percepção directa e indirecta, por outro.

O SN pode ser restrito a pessoas e a construção reformulável com *-se recíproco* no sentido ‘encontrar-se com alguém’ – (134) *Viram-se e falaram-se* (Soares 1993: 20) – e o mesmo SN restrito, sem possibilidade de reformulação da construção, pode dar conta da acepção ‘visitar’ – (135) *Viajou para ver os parentes /vs/ *Viajaram para se verem* (Soares 1993: 20). Os exemplos de SNs muito restritos lexicalmente (*um filme, um livro, uma norma, a lição, um doente, etc.*) apresentam-se como reenviando para subacepções como ‘ser espectador de’, ‘ler’ ou mesmo ‘examinar’:

(136) *Ontem vimos um filme extraordinário* (Soares 1993: 22)

(137) *Ainda não vi a lição.* (Soares 1993: 22)

(138) *O director pretende ver as normas para a execução do trabalho.* (Soares 1993: 23)

(139) *Ir ver um doente.* (Soares 1993: 23)

No domínio dos complementos associados à percepção indirecta física ou cognitiva,²³⁶ destaca-se a completiva introduzida por *que*, acompanhada ou não de um sintagma preposicional (introduzido por *de*, *por* ou *em*) especificador dos indícios que levam a determinada conclusão, dedução ou constatação, sendo possível a reformulação com *-se impessoal/nominativo*):²³⁷

(140) *A afirmação não era verídica: todos o podiam ver do depoimento.* (Soares 1993: 23)

(141) a. *Vejo que está muito cansado.* (Soares 1993: 25)

b. *Vê-se que está muito cansado.* (Soares 1993: 25)

(142) *O cavaleiro não insistiu em o interrogar porque viu que seria inútil.*
(Soares 1993: 26)

²³⁶ Sobre esta distinção em Soares (1993), cf. a nota 235.

²³⁷ Este *-se* foi, por lapso, considerado *ergativo* no trabalho de 1993.

A construção com SN complemento directo abstracto e um sintagma preposicional introduzido por *em* é assinalada como podendo ter interpretação cognitiva, assim como a construção transitiva simples, igualmente com complemento directo abstracto:

(143) Grande fantasia, vê coisas incríveis nos mais simples acontecimentos.

(Soares 1993: 24)

(144) Ver o futuro nas cartas. (Soares 1993: 25)

(145) Quintanilha acompanhava os actos de Gonçalves; via a constância do seu trabalho, o zelo que ele punha nas demandas. (Soares 1993: 25)

Contemplam-se, ainda, a possibilidade de emprego absoluto e a reformulação com *estar*:

(146) Vês, vês? (Soares 1993: 26)

(147) Estás a ver? – Estou a ver! (Soares 1993: 26)

Ainda no domínio cognitivo, destacam-se uma construção com advérbio de negação e completiva de *que* no conjuntivo, bem como as interrogativas indirectas e as relativas:

(148) Não vejo que seja possível atribuir bolsas a todos os candidatos. (Soares 1993: 27)

(149) Ora vede quantas horas nos leva o sono, o comer, a ociosidade. (Soares 1993: 28)

(150) Então vede bem como repartis e sabeis o que encarregais a vossos súbditos.

(Soares 1993: 28)²³⁸

²³⁸ Em Soares (1993: 28) defende-se uma interpretação desta frase com *como* e ainda da frase *Agora vejamos como as repúblicas dementadas substituem no supremo ofício os homens que já não podem governar* como pronominais ou adverbiais relativas, de acordo com Casteleiro (1981: 106-107 e 188-189), em que se advoga a sua análise a partir de uma estrutura de base deste tipo: *quem* = a pessoa *que*, *quanto* = tudo o *que/tudo quanto*, *como* = o modo *como*, retirando-lhes, assim, o estatuto de completivas. Parece-me mais razoável admitir, nos termos de Eisenberg (1999: 310 e ss.) sobre a distinção entre relativas livres e interrogativas indirectas no alemão, que o mesmo constituinte de frase – introduzido por pronome/advérbio interrogativo, cuja forma é idêntica à de pronomes e advérbios relativos – pode ser interpretado como *interrogativa indirecta* ou como *relativa sem antecedente expreso/relativa livre* (em alemão "freier Relativsatz"), desde que o predicado admita complementos sob forma nominal e sob forma frásica; nesta situação temos, portanto, ambiguidade

As construções com predicativo do complemento directo (adjectivo, participio passado ou nome), introduzido ou não por *como*, são também objecto de análise:²³⁹

(151) Quando me aproximo, vejo-o distraído, com o espírito extraviado, sinto-me verdadeiramente infeliz. (Soares 1993: 30)

(152) Deitando os olhos pela praça viu-a deserta. (Soares 1993: 30)

(153) Não o vejo como inimigo. (Soares 1993: 29)

(154) Via a atitude do adversário como afronta à sua dignidade. (Soares 1993: 29)

(155) Toda a sua dor nascia de se ver vencido e desacreditado. (Soares 1993: 31)

(156) Ainda vinham longe as eleições e já o via deputado. (Soares 1993: 31)

(157) Os padrões viam a república perdida. (Soares 1993: 30)

sintáctica. O mesmo autor refere, ainda, o facto de não ser necessária a inclusão deste tipo de relativas no esquema valencial dos predicados, uma vez que estas podem substituir qualquer complemento nominal, inclusivamente no interior de complementos preposicionais (cf. Eisenberg 1999: 314). Afigura-se-me, pois, importante dissociar a classificação como relativa ou como interrogativa indirecta do estatuto sintáctico destes consituientes em frases com *ver*, *olhar* e *sehen*, nas quais desempenham sempre a função de complemento directo ou complemento acusativo; contrariamente, assim, o nexos estabelecido em Casteleiro (1981) entre a classificação como "subordinadas ou adverbias relativas" e a exclusão do estatuto de completivas. O facto de não haver antecedente expresso, no caso de interpretação como relativa, não retira às relativas deste tipo, formas frásicas finitas, o preenchimento de um lugar sintáctico. Sobre relativas livres, veja-se também Mateus et al. (2003: 675 e ss.).

²³⁹ Na dissertação de mestrado estas construções com predicativo do complemento directo são apresentadas como casos de percepção cognitiva. Julgo ser necessário repensar esta questão no que respeita aos casos em que o predicativo não é introduzido por *como*. Tendo em mente frases como *Deitando os olhos pela praça viu-a deserta* (p. 30), será pertinente verificar o preenchimento lexical do SN complemento directo e a natureza do próprio predicativo (são ou não entidades acedíveis através da visão?), no sentido de aferir se efectivamente deve falar-se de percepção cognitiva. A ideia de que as ocorrências de SN + predicativo do complemento directo sem *como* comutam com completivas introduzidas por *que* (cf. Soares 1993: 30) é insuficiente para justificar a sua inclusão taxativa no domínio da percepção cognitiva. Será necessário distinguir casos que se aproximam da constatação pela vista (151) e (152), casos em que o predicativo é um juízo do sujeito sobre o objecto (153), (154) e (155) e os casos em que ele incide sobre um estado de coisas virtual (desejado para o futuro) (156); os enunciados como (157) serão sempre ambíguos entre as leituras 'tomar consciência', 'considerar' e 'conceber em hipótese', pelo menos na ausência de um contexto mais alargado.

Ver como verbo de inquirição, com o sentido de ‘verificar,’ realiza-se sob forma de completiva introduzida por *se*:²⁴⁰

(158) Saí a *ver se* o encontrava. (Soares 1993: 32)

Referiu-se, ainda, *ver* como verbo de audição²⁴¹ com complemento directo lexicalmente restrito, sob a forma de infinitiva ou de SN:

(159) ...tenho visto dizer (e isso anda quente pro bairro) que no dia da Ressurreição... (Soares 1993: 31)

Registou-se também a ocorrência de *ver* como verbo de estado numa estrutura em que este é usado como verbo reflexo acompanhado de um complemento locativo (em SN/advérbio de lugar):

(160) Vendo-se no campo de batalha, sentiu-se forçado a lutar.²⁴² (Soares 1993: 33)

Quanto ao exemplo (161) *É (a Beira Alta) uma fértil província de lei, que vê a leste a Serra da Estrela* (p. 33), que ilustra uma possível acepção ‘estar voltado para’, não me parece que seja actualmente aceitável, pelo que devia ter sido eliminado do *corpus*.

A complementação de *olhar* é bastante menos diversificada, como se mostra no quadro-síntese de Soares (1993: 44). No domínio da percepção física, regista-se a possibilidade de um complemento direccional introduzido por preposição variável (*para*, *em* ou *contra*²⁴³): (162) *Ele ficou a olhar para ela, e ela para ele* (p. 33). Admite-se

²⁴⁰ Refira-se que a completiva introduzida por *se* é não-factiva, ao contrário do que acontece com a completiva introduzida por *que*.

²⁴¹ Para um estudo da sinestesia no vocabulário da percepção, cf. Holmér (1970) e Abraham (1998).

²⁴² A classificação de *ver(-se)* como verbo de estado não o torna equivalente a *estar* ou *encontrar-se(em)*, ao contrário do que se afirma no trabalho de 1993; o seu significado neste contexto é ‘tomar consciência de estar’ ou ‘reconhecer-se’.

²⁴³ As ocorrências com *em* e *contra*, incluídas no trabalho de 1993 por delas haver exemplos no *corpus* (cf. p. 34), causam estranheza, dado que se trata de exemplos de português do Brasil. Almeida (1986: 187-188) regista ainda *de*, *por* e *na direcção de* como possíveis marcadores do complemento direccional *A Senhora Li, que olhava de um para outro lado, entusiasmou-se; Meio agachado, numa grande curiosidade, olha por cima dos óculos até o carro desaparecer; Mal ousávamos olhar na direcção da mulher de trança grisalha. A acepção ‘estar voltado para’, com preposição a/para seguida de SN ou advérbio de lugar com sujeito restrito a "coisa", apresenta-se como sentido à parte: Uma janela que olha para o mar; Cidade que olha ao oriente; Os dentes do elefante olham para baixo* (ver outros exemplos em Soares 1993: 40). Sobre a explicação desta extensão, veja-se abaixo a secção 3.2.1.2.

também como expressão de percepção física a relativa de enquadramento perceptivo em (163) *Jorge olhou a mulher que se aproximava* (Soares 1993: 34), embora no corpus não haja qualquer exemplo e não seja possível substituí-la por uma infinitiva, ao contrário do que se observa para a mesma construção com *ver*. A construção transitiva, com complemento directo realizado por SN não restrito, é também uma possibilidade – (164) *Atirou o cigarro ao cinzeiro e ficou olhando a fumaça azulada que se evolava dele;*²⁴⁴ (165) *Jorge olhou-a com espanto e involuntária admiração* (Soares 1993: 34-35) –, sendo possível a reformulação com *-se recíproco*, se o sujeito e o complemento directo tiverem preenchimento humano: (166) *Os dois homens, perfilados em frente um do outro, olhavam-se em desafio.* (Soares 1993: 35)

A acepção de *olhar* no sentido de ‘observar’, com ou sem finalidade expressa, realiza-se também através de construção transitiva: (167) *Olhou o céu, procurando ver se choveria* (Soares 1993: 35).²⁴⁵ Registou-se, ainda, a possibilidade de emprego intransitivo – (168) *A irmã de Cecília olhava, mas sem ver.* (Soares 1993: 26)

No domínio cognitivo destacam-se a construção com predicativo do complemento directo introduzido por *como*²⁴⁶ – (169) *Olhou como criminoso a intenção do amigo.* (Soares 1993: 37) – e duas construções com complemento preposicionado, uma com o sentido de ‘tomar em conta’ (com preposição *a* seguida de nome abstracto ou relativa com *o que*) e outra com o significado de ‘cuidar’ (com preposição *por*): (170) a. *Não olhar a despesas*; b. *Mas devemos olhar ao que é geral*; (171) a. *A madrinha de Guiomar não lhe faltou naquele duro transe e olhou por elas, como entendia que era seu dever*; b. *Vinham à frente os carvoeiros, armados de piques e mosquetes para olhar pelas fogueiras.* (Soares 1993: 37-39) Os exemplos sem preposição

²⁴⁴ Este exemplo pertence, claramente, à variedade brasileira, o que se prende com o tipo de corpus usado no trabalho de 1993.

²⁴⁵ Para este significado de *olhar*, que ultrapassa já o âmbito do mero direccionamento dos olhos numa determinada direcção e que parece revelar uma certa intenção perceptiva, ainda que ela possa não estar expressa, a análise sintáctica parece pobre. Importava ter procedido a uma análise mais detalhada dos possíveis co-ocorrentes, advérbios e frases subordinadas finais, no sentido de especificar melhor a expressão sintáctica deste sentido do verbo. E talvez fosse também necessário usar alguns dos testes que Schepping (1982) propõe para a definição de intensidade da acção. Com um corpus de outro tipo, não constituído só a partir de dicionários, essa tarefa estaria facilitada pela maior diversidade das ocorrências a observar.

²⁴⁶ A alternativa sem *como*, igualmente registada, não devia ter sido integrada no corpus: *Não mais me olhes vencido, perseguido; olha-me vencedor formidoloso.* (Soares 1993: 37)

para a acepção ‘cuidar de’ parecem bastante menos usuais, pelo menos em português europeu: (172) *Comprometera-se a olhar as crianças naquela tarde.* (Soares 1993: 39) ²⁴⁷

As estruturas com verbo no modo Imperativo seguido de completiva no Indicativo ou de SN simples merecem destaque, dada a sua frequência no domínio cognitivo, exactamente porque a sua função é a de convocar a atenção do ouvinte para um estado de coisas que não é perceptível pela vista: (173) a. *Olhe que se está fazendo tarde;* b. *Olha que a corda, que há-de pendurar-te na forca, já está fiada e torcida;* c. *Olhe bem a situação em que fica.* (Soares 1993: 38)

A metodologia seguida no trabalho de 1993, uma abordagem sintáctica do significado de *ver* e *olhar*, revelou-se pouco satisfatória como descrição/explicação da polissemia destes verbos, por essa razão retomo agora o seu estudo com uma abordagem que privilegia a descrição semântica, procurando dar conta da complexidade dos sentidos e das relações entre eles estabelecidas.

3.2.1.1.4 Algumas conclusões

Procuro agora retirar algumas consequências dos resultados obtidos nos vários estudos apresentados, de modo a clarificar a questão colocada no início desta secção, e também presente em muitos trabalhos que abordam os verbos perceptivos na perspectiva sintáctico-semântica,²⁴⁸ a propósito das noções de *percepção directa* e *indirecta* e *percepção física* e *cognitiva*. No domínio da percepção directa, das estruturas sintácticas recenseadas como complementos dos verbos da visão podem destacar-se estruturas frásicas complexas que, independentemente da especificidade sintáctico-semântica evidenciada por cada uma, têm como característica comum o facto de apresentarem o objecto da percepção como estado de coisas dinâmico, obedecendo a uma relação de simultaneidade temporal com a frase que contém o verbo perceptivo, o que sugere a sua interpretação como estruturas adequadas à expressão de percepção directa ou imediata. Deve ainda sublinhar-se o facto de se tratar, no português e no o alemão, de construções infinitivas não introduzidas por complementadores, à excepção da

²⁴⁷ Os exemplos de ocorrências sem preposição foram retirados de dicionários brasileiros.

²⁴⁸ Cf., por exemplo, Willems (1983_b), Felser (1998) e Usoniene (1999 e 2001).

"Verlaufs-wie-Konstruktion".²⁴⁹ Quanto a esta, pode dizer-se que o facto de ser introduzida por *wie* não obsta à sua inclusão nas construções de percepção directa, tradicionalmente não introduzidas; de modo semelhante, o *a* do infinitivo preposicionado e a possibilidade de flexão no infinitivo português também não impedem a interpretação dos enunciados em que ocorrem como instâncias de percepção directa, dado que a preposição *a* tem uma função de carácter aspectual, conferindo-lhe valor próximo ao da construção participial gerundiva.²⁵⁰ Para além disso, pode invocar-se ainda para todas elas, como argumento em favor da sua classificação como estruturas de percepção directa, a possibilidade de interpretação não-factiva (cf. Schepping 1982: 122), reveladora da proximidade entre o estado de coisas descrito na frase subordinada e a percepção veiculada na principal: (174) *Nós não vimos os miúdos a comerem o gelado [podem ter comido ou não]*.

No caso da completiva introduzida por *que/dass*, construção com verbo finito marcada por um complementador, a interpretação é sempre a de percepção realizada indirectamente, o que pode ser reforçado pelo seu carácter factivo, revelador de maior autonomia/distância da subordinada em relação à frase principal; as completivas de *que/dass* veiculam pressuposições factivas que se mantêm independentemente de haver ou não percepção e, por isso, se fala de afastamento/percepção indirecta: (175) *Nós não vimos que os miúdos comeram o gelado [os miúdos comeram o gelado, ainda que nós não o tenhamos visto]*. Importa clarificar a propósito desta construção que o facto de se dizer que ela expressa sempre uma percepção de carácter indirecto, tal como outras construções introduzidas por complementadores (as interrogativas indirectas, as "*ob-Sätze*" e as completivas introduzidas por *se*), não quer dizer que essa percepção seja puramente cognitiva. Parece então necessário distinguir, como faz Willems (1983_b), entre percepção física, percepção directa, percepção indirecta ou mediada e percepção cognitiva ou mental. Os usos de *sehen* com "*dass-Satz*" que Schepping (1982) classifica como "*visuell-kognitiv*" são casos típicos em que percepção física e percepção directa não têm o

²⁴⁹ Não são mencionadas as construções de enquadramento perceptivo, caracterizadas pelos vários autores como referência situativa (temporo-aspectual) do acto perceptivo, pois não constituem complementos do verbo.

²⁵⁰ Sobre este assunto, cf. Mateus et al. (2003: 643-645).

mesmo significado – há uma percepção de carácter visual, físico, mas há uma interpretação dessa percepção, um raciocínio dedutivo a partir de um indício, especificado ou não:

(176) Der Arzt sieht an den Narben, daß der Häftling gefoltert worden ist.
(Schepping 1982: 118)

(177) Ich sehe, daß die Borussia gegen die Eintracht spielen. (Schepping 1982: 120)

Também em Schepping e Soares vimos referidos vários casos em que a mesma estrutura de percepção indirecta veicula conteúdos perceptivos puramente mentais ou cognitivos, sendo determinante para a sua interpretação como expressões de percepção cognitiva a aferição da participação ou não dos órgãos da visão no processo perceptivo e, segundo Schepping, o tempo verbal da completiva. O que se disse das subordinadas completivas com *que/dass* aplica-se também às completivas com *se/ob* e às interrogativas indirectas. Devem ser consideradas construções de percepção indirecta (marcada pelos respectivos complementadores), podendo esta ser física (a.) ou cognitiva/mental (b.):

(178) a. O Paulo foi ver se havia correio na caixa.
b. O Paulo ficou de ver se tinha disponibilidade para assumir novas responsabilidades.

(179) a. Ich gucke, ob die Milch schon kocht. (Schepping 1982: 27)
b. Ich muss mal gucken, ob deine Meinung mit der des Präsidenten übereinstimmt.

(180) a. Ich sehe, wie Peter auf dem Sofa sitzt. (nämlich, alle Viere von sich gestreckt) (Schepping 1982: 126)
b. Ich sehe, wie streng Maria erzogen worden ist.

As construções com predicativo do complemento directo introduzido por *como/als*, já exemplificadas, não parecem levantar problemas quanto à inclusão nas estruturas de percepção indirecta mental: "It is actually an evaluative judgement about the

individual (stimulus of perception) that presupposes some mental activity on the part of the Experiencer (...)." (Usoniene 2001: 8). Parece razoável admitir, com Usoniene (2001: 6 e ss.), que as estruturas marcadas introduzidas por *as (als/como)* são sempre estruturas de percepção indirecta/mental – "(...) AS has got a few functions: to introduce an evaluation (an element of subjectivity) and to bring about a kind of distance/remoteness between a speaker/experiencer and the phenomenon described." (Usoniene 2001: 9)

Já no que respeita à estrutura não marcada (sem *como/als*), assinalei, aquando da apresentação dos dados de Soares (1993), a necessidade de repensar a sua inclusão incondicional no domínio da percepção indirecta cognitiva, consideradas ocorrências do tipo *Deitando os olhos pela praça viu-a deserta* (Soares 1993: 30) ou *Viu as amarras desfeitas* (Vilela 1994: 115). No caso de predicativos não introduzidos é fundamental, segundo Usoniene (2001), verificar o preenchimento da posição de estímulo da percepção, ou seja, se o SN complemento directo é concreto, havendo percepção visual (física) imediata (designada pela autora como IPI), ou se é abstracto, constituindo-se a percepção como impressão directa de carácter mental (designada como DMI). Assim, os exemplos (152), (157), e (155) do corpus de Soares (1993), aqui repetidos como (181), (184) e (185), e os de Vilela (1994), seriam considerados, de acordo com terminologia proposta por Usoniene²⁵¹

– como percepção directa de um indivíduo (IPI):

(181) *Deitando os olhos pela praça viu-a deserta.* (Soares 1993: 30)

(182) *Vejo a Eva doente.* (Vilela 1994: 114-115)

(183) *Viu as amarras desfeitas.* (Vilela 1994: 114-115)

– ou como casos de impressão mental directa (DMI):

(184) *Toda a sua dor nascia de se ver vencido e desacreditado.* (Soares 1993: 31)

(185) *Os patrões viam a república perdida.* (Soares 1993: 30)

²⁵¹ As siglas utilizadas por Usoniene lêem-se do seguinte modo: IPI ("immediate perception of individuals"), IPSoA ("immediate perception of state of affairs"), DMI ("direct mental impression").

Mesmo em casos de complementação com infinitivas, consideradas estruturas típicas de percepção física directa de um estado de coisas (designada por Usoniene como IPSoA), podem identificar-se ocorrências de percepção cognitiva/mental, devido ao preenchimento da posição de sujeito da infinitiva com Ns abstractos:

(186) O governo viu a inflação (a) subir a níveis nunca antes registados.

Assim, na classificação proposta por Usoniene (2001), (186) seria exemplo de impressão mental directa (DMI): impressão mental, devido ao tipo de entidade nomeada no sujeito da infinitiva, directa, por não haver um complementador a introduzir o complemento; só os casos de sujeito da infinitiva = estímulo perceptível pela vista seriam classificados como percepção directa de um estado de coisas (IPSoA), como em (127a), (127b), (127c) e (127d).

Na perspectiva de Usoniene (2001), a percepção é indirecta ou directa, consoante há ou não a presença de um complementador, e visual ou mental, em função do estatuto da entidade que na estrutura sintáctica realiza o estímulo (física ou mentalmente acedível), verificando-se casos em que percepção directa e mental coincidem e sendo os casos com complementador sempre casos de percepção indirecta mental. Aplicando, com uma pequena nuance, a posição de Usoniene (2001) às construções de complementação frásica recenseadas pelos vários autores, conclui-se que as completivas finitas (as que são introduzidas por *dass/que*, *ob/se* e as interrogativas indirectas)²⁵² são estruturas de percepção indirecta física ou cognitiva;²⁵³ de entre as completivas não finitas é preciso distinguir as que têm sujeito concreto e representam casos de percepção directa física daquelas com sujeito abstracto associadas à percepção directa cognitiva. No domínio das estruturas nominais com predicativo do complemento directo, é necessário separar as complexas (com predicativo introduzido), que ocorrem sempre em casos de percepção indirecta cognitiva, das simples (não introduzidas por *als/como*) em relação às quais só a verificação do preenchimento do SN complemento directo permite decidir se se trata de percepção directa/física ou directa/mental.

²⁵² Exceptua-se a "Verlaufs-wie-Satz".

²⁵³ Se aceitarmos, como propus acima, que é importante verificar também se o conteúdo destas subordinadas inclui o contributo dos órgãos da visão no processo mental/cognitivo que lhes dá origem.

O estatuto diferenciado das estruturas de complementação acima referidas leva-me a refutar a ideia tradicionalmente defendida de que à complementação de tipo nominal e infinitivo está sempre associada percepção directa, entendida como sinónimo de percepção física, e de que às estruturas completivas finitas introduzidas está reservada a expressão de percepção indirecta identificada como percepção mental/cognitiva. Como vimos, há vários exemplos que põem em causa esta hipótese.²⁵⁴

Para salvaguardar possíveis confusões terminológicas, talvez fosse desejável manter a distinção entre *percepção directa* e *percepção indirecta* associada à questão formal da marcação de determinadas estruturas de complementação (conjunções, pronomes interrogativos e *como/als* no caso dos predicativos) e reservar as etiquetas *percepção física* e *percepção cognitiva/mental* para a especificação do conteúdo perceptivo como acedível através de uma das cinco modalidades sensoriais ou como apenas mentalmente acedível; a combinação das quatro designações permitiria dar conta de casos intermédios, nomeadamente daqueles em que há ainda percepção física explicitada sob a forma de indícios que dão origem a um trabalho de elaboração mental ou daqueles em que a ausência de marcação formal não se traduz em percepção física, mas que tipificam casos de percepção mental/cognitiva, como as infinitivas com sujeito abstracto ou os predicativos não introduzidos (por *como/als*) precedidos de N abstracto.

3.2.1.2 Polissemia e Sintaxe

Ainda no âmbito dos estudos que combinam sintaxe e semântica é possível distinguir um conjunto de trabalhos que têm como preocupação associar a diversidade de distribuições sintácticas à extensão semântica do significado dos verbos da visão.²⁵⁵ Nestes casos, a polissemia dos verbos é atribuída à sua inserção em construções sintácticas diversas, ao preenchimento lexical das posições sintácticas de objecto (estímulo) e sujeito da percepção e ainda a elementos co-ocorrentes na frase, como já se pôde antever nas secções anteriores.

²⁵⁴ Só em Willems (1983_b) e Usoniene (1999 e 2001) se contraria essa tendência geral da literatura sobre a complementação de verbos perceptivos.

²⁵⁵ Designadamente, Willems (1983_b), Soares (1993) e Usoniene (1999 e 2001). Schepping (1982) fá-lo apenas pontualmente para *sehen* e *regarder*, distinguindo o significado dos empregos transitivo e intransitivo destes verbos. De Willems (1983_b) e Usoniene (1999 e 2001) não me ocuparei mais do que até aqui, porque não são estudos aplicados nem ao português nem ao alemão.

Assim, temos em Soares (1993: III) uma descrição da polissemia de *ver* e *olhar*, onde se distingue entre polissemia interna, isto é, o conjunto de extensões semânticas²⁵⁶ dentro do domínio da percepção, e polissemia externa, o conjunto de extensões do significado destes verbos que os situam já fora do campo da percepção.

A polissemia interna de *ver* é apresentada como resultado de um conjunto de passagens semânticas:

– passagem da percepção física não agentiva²⁵⁷ a percepção agentiva, nos sentidos ‘encontrar’, ‘visitar’ e ‘examinar’, sendo estas justificadas com as restrições de selecção do complemento directo, bem como através da possibilidade de constituição das locuções *ir ver* e *vir ver* (Soares 1993: 53-54);

– passagem da percepção física directa a percepção física indirecta, justificada com o que acima se disse sobre a construção completiva em enunciados onde é possível reconstituir a presença de percepção visual como base para o raciocínio dedutivo (Soares 1993: 55);

– passagem de percepção física a percepção cognitiva, ligada à ocorrência das construções subordinadas finitas (*que*, relativas com *quem/como/quanto* e interrogativas indirectas), ao preenchimento do complemento directo através de N abstracto e à construção atributiva,²⁵⁸ considerando que *ver* adopta aqui o sentido da construção que é típica dos verbos de julgamento (Soares 1993: 55-56);

– passagem de percepção real/concreta a percepção imaginada/abstracta, assinalada como muito produtiva, mas sem justificação sintáctica, podendo ocorrer quando o verbo tem sentido físico ou cognitivo, e explicada pela possibilidade de representação mental através da memória ou da fantasia (Soares 1993: 56-57);

²⁵⁶ A designação adoptada no trabalho é "passagem semântica", que não me parece especialmente feliz do ponto de vista da familiaridade terminológica, mas foi a adoptada por influência de Willems (1980).

²⁵⁷ Recorde-se que o sujeito de *ver* físico não é agente, mas experienciador.

²⁵⁸ Esta é a designação adoptada no trabalho de 1993 para designar o constituinte frásico constituído por um SN complemento directo e o respectivo predicativo.

– passagem de percepção visual a percepção auditiva, decorrente das fortes restrições lexicais sobre o complemento directo e da combinação da audição com a visão em situações concretas de percepção (Soares 1993: 57-58).

A polissemia externa de *ver* é referida em Soares (1993: 58-60) como passagem de verbo de percepção a verbo de inquirição por imposição do semantismo da construção subordinada com *se*, considerada típica dos verbos de inquirição (verificação da verdade ou não verdade de uma hipótese) e também como passagem de verbo de percepção a verbo de estado, sendo esta associada, num dos casos, à construção reflexa e à selecção de um complemento de lugar (*ver-se* + Locativo); noutro caso é considerada a mudança da selecção do SN sujeito e do SN complemento directo ('estar voltado para') *É (a Beira Alta) uma fértil província de lei, que vê a leste a Serra da Estrela* (Soares 1993: 59), sinalizando-se a metáfora como explicação da passagem.²⁵⁹

Quanto a *olhar*, a estratégia adoptada é semelhante, sendo o número de passagens bastante menor:

– passagem da percepção física sem finalidade à percepção física com finalidade perceptiva explícita ou não, explicada pela restrição de SN complemento directo à classe das coisas²⁶⁰ e à explicitação de uma possível finalidade através de outros termos frásicos co-ocorrentes. Assinala-se também que pode haver aqui "(...)um primeiro movimento em direcção ao cognitivo (...) este emprego de *olhar* contém a ideia de tentativa de obter um conhecimento ou, pelo menos, de chegar a uma conclusão a partir da percepção." (Soares 1993: 60);

– passagem da percepção concreta à percepção cognitiva, onde se reúnem vários tipos de ocorrências, sendo as explicações respeitantes a cada tipo; assim, temos passagem justificada com preenchimento de SN complemento directo com nome abstracto, passagem decorrente de construção atributiva com ou sem *como* e, ainda, passagem induzida pela construção com complemento preposicional (*olhar a*), explicada como "(...) ter presente no espírito, tomar em conta algo que já é conhecido através de um processo prévio de percepção abstracta." (Soares 1993: 61)

²⁵⁹ Já assinalámos, em 3.2.1.1.3, a marginalidade desta ocorrência, aliás única no *corpus*.

²⁶⁰ Não me parece de todo aceitável esta restrição, uma vez que a intenção perceptiva pode obviamente incidir sobre pessoas.

A polissemia externa traduz-se nos usos de *olhar* como verbo factitivo de percepção, de acção e de estado (cf. Soares 1993: 62-64). A primeira passagem é justificada com a mudança de modo verbal (do Indicativo) para o Imperativo, seguido de completiva introduzida por *que* ou SN simples. A passagem da percepção à acção é fundamentada com a ocorrência de um complemento preposicional introduzido por *por* (*olhar por*) ou construção completiva no conjuntivo.²⁶¹ A última, passagem a verbo de estado, é explicada como metáfora a partir do sentido físico da percepção, apoiada no facto de o sujeito ser restrito a "coisa" e o segundo argumento ser realizado como complemento direccional ou SN designando um lugar em relação ao qual a posição do sujeito é definida.

Como se infere do acima exposto, em Soares (1993) apresentei a polissemia de *ver* e *olhar* como polissemia de base sintáctica, aceitando recorrer esporadicamente ao conceito de metáfora para explicar certas extensões; aponte, nas conclusões do trabalho, para um possível caminho a seguir – o estabelecimento de uma tipologia das extensões semânticas dos verbos de percepção visual em várias línguas, de modo a permitir a sua comparação e a tornar visível a estrutura do campo da percepção visual nas suas características fundamentais; num nível mais teórico, foi ainda aventada a possibilidade de "(...) elaboração de uma teoria geral das passagens semânticas no campo da percepção visual." (Soares 1993: 75)

Esse é o caminho seguido, embora de modos diversos, nos estudos de Sweetser (1990), Sabban (1994) e Ibarretxe-Antuñano (1999), de que me ocuparei ainda neste capítulo.

3.2.2 Semântica

3.2.2.1 Semântica de Mundos Possíveis

Robering (1985) é um estudo semântico de um grupo vasto de verbos da visão no alemão.²⁶² Este trabalho distingue-se claramente da tradição de investigação nesta área do léxico que anteriormente descrevi, na medida em que pressupõe uma abordagem

²⁶¹ Esta última não devia ter sido considerada, dado que é estranha para o falante actual: *O quanto deve o rei que bem governa/De olhar que os conselheiros ou privados/De consciência e virtude interna/E de sincero amor sejam dotados.* (Soares 1993: 63)

²⁶² Sobre a delimitação do *corpus* e a definição alargada de verbo perceptivo no que respeita a este estudo, cf. acima a secção 3.1.

dos verbos perceptivos em situações de interacção verbal (cf. p. 5), para as quais o autor desenvolve, no primeiro capítulo, um modelo formal que deve legitimar, do ponto de vista teórico, a incorporação de uma componente pragmática na descrição do significado e permitir uma descrição dos contextos de uso como situações encaradas na sua globalidade. Depois de demonstrar que o léxico da percepção ultrapassa largamente o conjunto dos verbos perceptivos e de referir o tipo de situações comunicativas diferenciadas em que estes podem assumir funções muito diversas, revelando a necessidade de se aceitar que o significado dos verbos perceptivos é situacional ("situationsgebunden", p. 9), o autor conclui:

Agesichts dieser Fakten scheint es aus Gründen der deskriptiven Adäquatheit angebracht, von Beginn an auf ein solches Beschreibungsmodell abzielen, das pragmatische und semantische Faktoren integriert. (Robering 1985: 9-10)

O autor anuncia a concepção teórica do trabalho como estruturalista, mas não no sentido de estruturalismo linguístico:

Die grundlegende Idee dieser Konzeption ist, daß sich eine empirische Theorie T (in erster Näherung) analysieren läßt als ein geordnetes Paar $\langle K, I \rangle$, wobei K der Kern und I die Klasse der *intendierten Anwendungen* von T ist. Durch den Kern wird eine abstrakte Struktur spezifiziert, so daß I eine Menge konkreter Strukturen ist, die durch Angabe von weiterer Komponenten so ergänzt werden können, daß sie M erfüllen. M heißt die Klasse der *Modelle* (von T). (Robering 1985: 10)

Assim, de acordo com o autor, a atribuição de significado aos lexemas é analisada como interacção de um esquema,²⁶³ que dá conta das interpretações possíveis de uma palavra, com as restantes coordenadas da interacção comunicativa, que permitem interpretações suplementares; os esquemas assumem o papel de mediadores entre a teoria da interacção verbal e a semântica lexical.²⁶⁴ A sua função

²⁶³ Este conceito não é definido senão indirectamente através das possibilidades da sua aplicação.

²⁶⁴ Com o conceito de esquema, Robering afirma resolver dois problemas clássicos em semântica lexical:

"Trotz der hervorragenden Stellung, die sie in Teilen der linguistischen Literatur einnehmen, spielen Mehrdeutigkeiten in wirklichen Interaktionen nur eine marginale Rolle. Ich führe dies darauf zurück, daß es Schemata gibt, die unter Verwendung von Kontextinformationen unbrauchbare Interpretationen ausschließen (...). Ein weiteres Problem der traditionellen Semantik liegt in der Behandlung von 'von der Normalität abweichender' Gebrauchsweisen, z. B. metaphorischen Gebrauchs. Ich nehme auch hier an, daß Schemata, die von bestimmten Kontextinformationen 'aktiviert' werden (...) unzulässige (d.h. hier 'wörtliche') Interpretationen ausschließen." (Robering 1985: 111-112)

de elemento de ligação é completada através de relações de proximidade semântica estabelecidas na articulação entre a semântica da palavra e a componente de interacção (cf. pp.112-114). Destas relações, o autor destaca a de semelhança associativa, "(...) wonach zwei Wörter a und b um so ähnlicher sind, je mehr sich die von ihnen ausgelösten Assoziationen gleichen. (Robering 1985: 114).

A partir desta ideia, o autor propõe uma definição de proximidade semântica que pressupõe a possibilidade de as palavras a e b consideradas próximas poderem comutar no mesmo contexto de interacção, sendo igualmente eficazes na consecução dos objectivos da interacção, ainda que não sejam consideradas absolutamente equivalentes:²⁶⁵ "Ich gehe davon aus, daß es keine strikt synonymen Wörter gibt." (Robering 1985: 114)

É o conceito de proximidade semântica que norteia a sua análise dos verbos alemães da visão, tendo como pressuposto a ideia de que as palavras de uma língua se organizam em unidades maiores – domínios,²⁶⁶ a fazer lembrar campos lexicais ("Wortfelder") como o próprio autor admite, onde cada palavra ocupa uma determinada área ("Gebiet")/subdomínio, podendo também ocupar subdomínios pertencentes a domínios distintos; as relações entre palavras reflectem-se directamente nas relações entre os vários subdomínios do mesmo domínio, obtendo-se assim uma estrutura correspondente ao padrão de sobreposição ("Überschneidungsmuster") de subdomínios; o domínio é concebido como espaço abstracto, definível do ponto de vista do conteúdo à maneira de "Wortfeld" (cf. p. 117) e os diferentes domínios do léxico podem ser relacionados entre si, tendo em conta que é possível a mesma palavra ocorrer em subdomínios de domínios distintos. O autor refere, ainda, que esta concepção pode aproximar-se da de "attribute spaces" de Carnap (cf. p. 118).

A semântica apresentada por Robering apresenta-se como abordagem indirecta do significado, entendida como exercício de abstracção de propriedades de um domínio do léxico, sendo esse exercício centrado nas intuições dos falantes acerca do que é possível no

²⁶⁵ Para uma descrição pormenorizada das condições que devem ser preenchidas pelo substituto e pelo enunciado resultante de substituição, cf. Robering (1985: 116-117).

²⁶⁶ O termo original é "'raumartige' Gebilde"; uso o termo domínio, mais comum, por facilidade de expressão no texto.

domínio da interação, considerando que os falantes são utilizadores competentes, mas, de um modo geral, incapazes de fazer análise semântica, vista como descodificação da organização interna de "Attributenräume" (cf. p. 118).

Depois de delimitar o conjunto de verbos a incluir no *corpus*,²⁶⁷ em função de um conjunto de critérios já explicitados em 3.1, *supra*, procede à sua classificação em dez níveis distintos (pp. 163-260), estabelecendo para cada um o elenco de parâmetros²⁶⁸ que o levaram a agrupar verbos em classes e subclasses, tendo em conta a noção de proximidade semântica. Como exemplo de subclassificação por proximidade dentro do mesmo nível, pode mencionar-se o que Robering afirma acerca do segundo nível da classificação: "(...) teilt die Elemente von A danach ein, ob sie den Standpunkt des Perzipienten als hier, als dort, oder aber gar nicht klassifizieren" (p. 165), obtendo-se assim três subclasses; o procedimento repete-se sucessivamente para cada uma das subclasses no nível seguinte da classificação.

A exposição nem sempre é fácil de seguir, tendo em conta o formalismo da linguagem utilizada na descrição e a quase ausência de exemplos concretos do uso dos verbos agrupados em subclasses, cuja enumeração raramente é exaustiva. Mas o mais surpreendente é que, após cem páginas dedicadas ao estabelecimento de classes, elas são consideradas como mero instrumento de valor heurístico quando confrontadas com o objectivo definido no início – a aferição/a mensurabilidade da proximidade semântica (cf. p. 262). Segundo Robering, a inoperância da classificação, tendo em conta o objectivo, reside na subjectividade, pois os critérios são definidos pelo autor, podendo ser contestados por outros falantes, e, por outro lado, no seu carácter artefactualista, decorrente da aplicação de esquemas lógicos em cada nível:

Jedes solche Schema erzeugt durch seine logische Eigenart Artefakte in der Gliederung der Grundmenge, d.h. es bilden sich im Erscheinungsbild der Klassifikation Strukturen heraus, die

²⁶⁷ O grupo dos verbos seleccionados aparece, no texto, designado com a letra A.

²⁶⁸ Nas pp. 182-185, encontramos tabelas com os critérios adoptados nos primeiros cinco níveis de classificação e as categorias consideradas pertinentes para o estabelecimento de um total de 59 subclasses, só nos primeiros cinco níveis, subclasses que são depois representadas através de uma estrutura em árvore, em que cada nó tem o número da subclasse correspondente. Para os restantes cinco níveis, o procedimento adoptado é idêntico, encontrando-se as tabelas de critérios e as árvores parciais que representam a segmentação hierarquizada do nível oito nas pp. 237-260.

nicht oder doch nur teilweise durch sachliche Gegebenheiten in der zu klassifizierenden Grundmenge bedingt sind, sondern die von der formalen Beschaffenheit des logischen Schemas der Klassifikation herrühren. (Robering 1985: 263)

Robering aponta, no entanto, como aspectos mais negativos da classificação obtida a rigidez das classes, que traçam fronteiras onde a continuidade é óbvia, a hierarquização da estrutura, por vezes inadequada aos factos empíricos, bem como a incapacidade de evitar que algumas relações estabelecidas entre as condições fundadoras de uma dada subclasse possam não ter contrapartida na estrutura do domínio em causa; acresce o facto de não terem sido considerados os empregos reais das várias palavras, mas apenas "Verwendungsfällklassen" (classes de tipos de uso) e, ainda, o não terem sido consideradas todas as formas de uso de um verbo.²⁶⁹

Depois de concluir da inoperância do estabelecimento de classes para a aferição de proximidade semântica, o autor considera a possibilidade de definir a relação de equivalência semântica, tendo em conta a necessidade de inclusão de dados pragmáticos apontada na primeira parte do trabalho, apoiando-se na "teoria do potencial ilocutório" de Alston (1964: 37-39):

Er definiert die Äquivalenzrelation mittels des Substitutionsbeziehung, um dann (Wort-) Bedeutungen mittels der Äquivalenzklassen dieser Relation zu erklären. Er geht davon aus, daß jedem Satz ein Bereich illokutionärer Akte zugeordnet ist, der Bereich der mit ihm vollziehbaren Akte, der sein Illokutionspotential ausmacht. Die angesprochene Äquivalenzrelation, die er mit "...means---" wiedergibt, besteht zwischen zwei Wörtern genau dann, wenn sie in vielen Sätzen substituierbar sind, ohne das Illokutionspotential beim Substitutionsprozeß zu verändern. (Robering 1985: 271)

Apresentada a proposta de Alston, o autor dedica-se à sua crítica, que fundamenta do seguinte modo (cf. pp. 271-272): o conceito de *frase* não é equivalente ao de *acto ilocutório*, pelo menos se se considerar que *frase* quer dizer 'frase completa' e, por outro lado, é ilusório considerar que se pode fazer corresponder uma frase a um conjunto

²⁶⁹ O conjunto das razões enumeradas pelo autor é mais vasto, mas apresento as que me parecem mais relevantes para a exclusão da classificação proposta; sobre estas razões e respectivos exemplos, cf. Robering (1985: 262-270).

fixo de actos; acresce ainda o facto de os recursos linguísticos poderem ser diferenciados em função dos objectivos perseguidos em cada acto e da sua eficácia relativa; portanto, o facto de serem substituíveis não quer dizer que seja indiferente a utilização de um ou outro recurso. Por último, os recursos linguísticos não devem ser considerados isoladamente, mas no contexto de unidades maiores que o autor designa como "interacções verbais", das quais se ocupou no primeiro capítulo. Por estas razões, Robering considera que a relação de equivalência semântica, tal como Alston a propõe, elimina as diferenças mínimas de significação ("minimale Bedeutungsunterschiede"), o que já o tinha levado a rejeitar a sua própria classificação como ponto de partida para a análise semântica, exactamente porque a rigidez das classes tinha esse mesmo efeito.²⁷⁰

Mesmo considerada a proximidade semântica como relação de quase-sinónmia, isto é, como equivalência entre recursos linguísticos diversos equiparáveis do ponto de vista da eficácia (na consecução dos objectivos de determinado acto linguístico), o autor considera que se mantêm alguns problemas, que o modelo por si proposto terá de resolver, e pronuncia-se sobre o modo como devem ser estabelecidas as hipóteses sobre quase-sinónimos:

Ich gehe ferner davon aus, daß zur Analyse tatsächlicher Interaktionsverläufe auch Quasi-Synonymie-Hypothesen notwendig sind, die das verbale Verhalten von Sprachteilnehmern in nicht tatsächlichen eingetretenen (vielleicht sogar in – aller Voraussicht nach – niemals eintretenden) Situationen betrifft, sondern ihr Verhalten in 'bloß denkbaren Situationen'. (Robering 1985: 276)

Na sequência desta afirmação, apresenta uma primeira expressão lógica, uma versão melhorada da proposta de Alston (cf. p. 276), que ainda não o satisfaz por produzir resultados contrários à intuição, como por exemplo a separação de verbos próximos como *gucken* e *heraufgucken*, chegando depois à seguinte proposta:

(...) zur Bestimmung der Quasi-Synonymie-Relation in A von einer Struktur <S, T> auszugehen, in der S eine Klasse von Äußerungsformen ist, die (a) in Interaktionen zur Realisierung

²⁷⁰ Cf. p. 270, onde o autor explica que são justamente essas diferenças que devem interessar ao semantista e que colocam problemas aos lexicógrafos.

elementarer sprachlicher Handlungen gebraucht werden können, (b) die ein Verb aus A als obersten Funktor enthalten oder aber aus einem (a) genügenden Ausdruck mit einem Verb aus A als oberstem Funktor durch eine Reihe von modifizierenden Operationen hervorgehen, wobei die dabei zulässigen Operationen genau die Elemente aus T sind. (Robering 1985: 279)

O conjunto T é o conjunto das transformações admissíveis de modo a limitar os casos de quase-sinonímia e é da sua constituição que o autor se ocupa em seguida, bem como da definição do conjunto de constantes que podem nivelar o défice de informação entre elementos do conjunto A, por forma a que possam ainda ser considerados quase-sinónimos (cf. pp. 279-300); depois de completada a determinação do conteúdo de T, a representação lógica de quase-sinonímia pode ser alterada de modo a incluir nos quase-sinónimos os elementos de A cujas diferenças na interacção possam ser niveladas através das possibilidades de complementação consideradas em T, sendo T equiparado a uma margem de tolerância (cf. p. 301). Os problemas práticos, no entanto, ainda subsistem, dado que é impossível testar o conjunto das interacções possíveis para todos os pares de A e, de qualquer modo, os resultados obtidos seriam sempre testados para um só falante, o que na óptica do autor não levanta grandes problemas, porque as diferenças entre falantes não serão assim tão relevantes e a aferição de quase-sinonímia será sempre uma tarefa que parte dos juízos individuais, podendo vir a ser validados estatisticamente.²⁷¹

Os dados obtidos, representados em matrizes, são depois analisados com vista a elencar as relações semânticas entre verbos da visão, mas Robering menciona apenas as que mais se evidenciam ("die 'ins Auge fallen'"),²⁷² deixando a restante análise para a aplicação de um formalismo desenvolvido por Brockhaus (destinado à análise de espaços de tolerância, na senda do processo de "Quasianalyse" de Carnap); assim, o autor aplica o algoritmo de Brockhaus, que lhe facilita a tarefa, dado o volume dos dados, e o resultado obtido são 623 classes (cf. p. 312), um número demasiado elevado para a determinação de quase-sinonímia e que o leva a desistir do objectivo

²⁷¹ Na página 305, apresenta-se o início da matriz de quase-sinónimos para o conjunto de verbos considerados.

²⁷² Em meu entender, as relações mencionadas pelo autor não devem ser classificadas como "as que saltam à vista", mas como aquelas que todo o estudioso da matéria conhece, por exemplo "In A gibt es eine Kerngruppe" (p. 305), "blicken und sehen sind einander entgegengesetzt" (p. 306) ou "Durch das Verbindungsglied sehen wird also A in das übergeordnete Feld der Perzeptionsverben eingebettet" (p. 306).

de construir uma relação de semelhança em termos numéricos: "(...) statt dessen ist die Frage zu behandeln, welche Ordnungsstrukturen man in A aufgrund der relation Q aufstellen kann." (Robering 1985: 319-320) No seguimento desta ideia, Robering tenta ainda uma forma alternativa (topológica) de representação, cujos resultados para um subgrupo de A são apresentados numa tabela convertida depois em grafo (cf. pp. 324-325) que, segundo o autor, oferece uma representação consentânea com a intuição sobre as relações de proximidade no subgrupo de verbos examinado e poderia vir a ser relacionada com propriedades semânticas relevantes, mas o método é considerado insuficiente noutros aspectos e Robering dá aqui por terminado o tratamento da relação de quase-sinonímia.

A segunda parte do trabalho de Robering centra-se na estrutura interna do significado dos elementos de A e ocupa-se também da questão da unidade semântica do grupo, partindo do princípio de que se há variação em diversas dimensões deve haver alguma unidade.²⁷³

Es muß so etwas wie einen 'Kernbegriff' geben, der allen Elementen von A zugrundeliegt und der von den einzelnen Elementen in verschiedene Richtungen mit verschiedener Intensität abgewandelt wird. (Robering 1985: 329)

Este núcleo semântico comum é definido como relação Per_v cuja expressão lógica, que não transcrevo, se lê do seguinte modo:

Dem Perzipienten P ist im Milieu m bei Einstellung seines Blicks in das Gebiet G das Ereignis e visuell präsent. (Robering 1985: 331)

Esta definição do núcleo semântico comum como direcção do olhar não tem nada de novo em relação ao que o autor já tinha dito no segundo capítulo, a não ser o facto de incluir aqui na relação perceptiva a componente "Milieu" como possível condicionante da percepção (o autor mantém a ideia de que a percepção visual não é sobretudo o seu resultado, mas aquilo que fazemos com os olhos).

²⁷³ A este propósito o autor recorda que os "attribute spaces" de Carnap são homogéneos do ponto de vista lógico.

Tendo em conta esta relação Per_v , a distribuição dos verbos no domínio da visão é caracterizada como uma ocupação de pontos, sendo que em cada ponto, correspondente à posição de cada verbo no domínio, é verificável esta relação de quatro lugares ("Perzipient", "Milieu", "Gebiet" e "Ereignis"). Mantendo aqui a analogia já verificada anteriormente com a noção de "Wortfeld" (campo lexical), a posição de cada verbo do conjunto A num determinado subdomínio recebe a designação de "Feldwert" cuja apreciação para o conjunto dos verbos pode levar ao reconhecimento de uma determinada estrutura imposta sobre o domínio em termos globais. Paralelamente a esta perspectiva global da estrutura do domínio, obtida através do mapa da sua ocupação, o autor propõe uma perspectivação localizada dos subdomínios, isto é, a análise dos respectivos núcleos, que terá como resultado a determinação do valor semântico próprio de cada verbo:

Die Eigenschaften, die bei einer lokalen Betrachtungsweise eines einem Verb aus A zugeordneten Gebiets ermittelt wurden, machen das aus, was ich den Eigenwert dieses Verbs nenne. (Robering 1985: 332)

A relação Per_v será em seguida objecto de clarificação quanto ao conteúdo das suas quatro componentes e completada por "verschärfende Zusatzbestimmungen", que deverão permitir encarar cada verbo como ponto específico num domínio, sendo este ponto caracterizado como especificação da relação Per_v (cf. p. 351). As sub-relações de Per_v obtidas por especificação servem para analisar as possibilidades de uso de cada verbo em contexto, encaradas como especificações do núcleo semântico Per_v ; assim, o significado de cada verbo será visto do seguinte modo:

(...) the meaning of a verb cannot be described by a 'single definition' (or the like) but may more adequately be looked upon as a 'region of points', where each point varies the 'kernel' to a specific degree into a certain 'semantic dimension'. (Robering 1985: "Abstract")²⁷⁴

Para concretizar esta teoria, o autor constrói um formalismo, o cálculo de eventos, conciliando dados da "semântica de mundos possíveis" e da "semântica situacional" (cf. pp. 351-373 e resumo). Este formalismo será depois aplicado à análise semântica

²⁷⁴ Opto por citar o resumo porque em nenhuma parte do texto se encontra tão sintética e claramente formulada a concepção de definição do significado, de acordo com o modelo formal proposto pelo autor.

de *sehen* em várias construções sintáticas,²⁷⁵ já que o uso de *sehen* não proposicional, isto é, com complementação sob forma não frásica é considerado não básico e passível de tratamento apenas no âmbito da semântica lexical (cf. p. 436). Na análise semântica de *sehen*, as afirmações sobre os vários tipos de complemento frásico são concordantes com as análises de outros autores expostas em 3.2.1.1.2 *supra*, por exemplo no que respeita à distinção entre complementos introduzidos por *dass* e complementos sob a forma de frases subordinadas infinitivas (cf. p. 403).

A proposta de tratamento formal que se apresenta no trabalho de Robering (1985) poderá ser vantajosa se se tiver em mente um tratamento automático dos enunciados, mas neste quadro formal a semântica dos verbos como *sehen* ficará sempre incompletamente tratada, já que se trata, fundamentalmente, de uma semântica da complementação sob forma frásica, que deixa de fora uma parte importante do significado de *sehen* ligada a estruturas de complementação nominal, bem como a plurissignificação dos verbos da visão, considerada contextualmente irrelevante, como se disse anteriormente. A abordagem unitária do significado dos verbos da visão apresentada por Robering, que considera possível o tratamento da variação do significado por meio de um formalismo capaz de derivar todas as interpretações em contextos possíveis, parece pouco adequada para dar conta da complexidade semântica destes verbos, tal como já nos foi dada ver nos subcapítulos anteriores; essa tarefa será sempre uma tarefa a realizar no âmbito da semântica lexical.

3.2.2.2 Semântica Cognitiva

Sweetser (1990) é um trabalho de menção obrigatória, porque serve de fundamento a muitas das investigações mais recentes sobre verbos perceptivos no âmbito da semântica cognitiva, e pela discussão que suscitou, quer do ponto de vista da abordagem do fenómeno da mudança semântica e da polissemia, quer do ponto de vista do carácter reivindicadamente universalista de algumas das suas teses.²⁷⁶

Sweetser (1990) tem no inglês a sua principal fonte de exemplificação, mas considera dados etimológicos e lexemas na sua forma actual, retirados quer do inglês quer de

²⁷⁵ "X sieht" é encarado como operador lógico-modal que tem como argumento a frase encaixada. Robering assume aqui, de acordo com palavras do próprio, uma posição intermédia entre a lógica modal e a teoria dos eventos. Para mais detalhes sobre esta questão, cf. p. 377, nota 1.

²⁷⁶ Cf., nesta secção, as objecções de Harm (2000) e Ibarretxe-Antuñano (1999) e, em 3.2.3.2, as limitações que podem ser invocadas, de uma perspectiva tipológica, segundo Evans & Wilkins (1998) e Viberg (2001).

outras línguas indo-europeias, que toma como exemplos da tese que quer demonstrar: há uma explicação única para os padrões de mudança semântica e para os padrões de polissemia nesta área do léxico; é o mesmo mecanismo que induz as mudanças observáveis nas relações entre os sentidos que os verbos perceptivos assumiram na sua evolução histórica e que explica a polissemia destas unidades lexicais em sincronia; o mecanismo de que Sweetser fala é a já famosa "Mind-as-Body Metaphor", proposta pela autora como explicação quer para a regularidade e para o carácter unidireccional da mudança semântica, quer para a polissemia deste conjunto de verbos:

The correlations are bidirectional and partial, but the mapping observed in semantic change and in synchronic metaphorical language is both unidirectional and more general than the correlations. Its unidirectionality alone would suggest the possibility that it is metaphorical in nature. (Sweetser 1990: 30)

A autora inventaria um conjunto de relações de natureza metafórica, que tomam como ponto de partida o vocabulário da visão, da audição, do gosto, do tacto e do olfacto e que obedecem todas ao mesmo princípio comum de expressão de conceitos abstractos, do domínio intelectual e emocional, a partir do vocabulário que designa experiências físicas concretas. Noutros termos, os verbos perceptivos constituem, segundo esta hipótese, um meio privilegiado para a expressão linguística de conteúdos mentais (cf. p. 31).

Assim, o domínio da visão liga-se primordialmente ao domínio do intelecto e da compreensão, justificando-se essa ligação privilegiada, segundo Sweetser, pela preponderância da visão em relação a outras modalidades perceptivas, como forma de aquisição de conhecimento com maior grau de objectividade e consensualidade, pelo facto de ser considerada um sentido distante, isto é, que não envolve contacto físico (cf. Sweetser 1999: 38 e ss.).²⁷⁷

Em casos particulares a visão liga-se também ao domínio do exercício de controlo, porque o acto de controlar contém, entre várias acções parciais possíveis, a de monitorização visual.

²⁷⁷ Sobre esta questão, confronte-se o que se disse na Introdução deste capítulo acerca da preponderância da visão no córtex cerebral, dos consensos visuais entre adultos saudáveis e particularmente do modo de interpretação dos dados perceptivos no senso comum.

Os verbos da audição, por sua vez, desenvolvem sentidos metafóricos relacionados com o acto de comunicação ('atenção', 'receptividade', 'obediência'), justificados pelo facto de esta modalidade perceptiva desempenhar um papel central na comunicação através da linguagem verbal (cf. Sweetser 1990: 41 e ss.).²⁷⁸

O sentido do gosto tem extensões metafóricas no domínio das preferências e gostos pessoais, pois é comumente variável entre indivíduos e, conseqüentemente, considerado subjectivo (cf. pp. 43-44).

O tacto é usado como metáfora para emoções de vários tipos (positivas e negativas), por ser considerado um sentido íntimo, pouco objectivo e, em geral, pouco adequado à aquisição de informação, dada a fraca aceitação social do acto de aquisição de informação pelo tacto, em muitos contextos; a diversidade de sentimentos que se podem exprimir usando vocabulário do tacto é justificada pela autora com a particularidade de as sensações tácteis, a par do que acontece com a percepção térmica, cinestésica²⁷⁹ ou da dor, serem indissociáveis das emoções que lhes estão associadas (cf. p.44).

O olfacto é, segundo Sweetser, o sentido mais pobre na extensão metafórica, mas mesmo assim o mau cheiro ("bad smell") pode ser usado, em inglês, como indicador de 'pessoa, situação ou comportamento desagradável' (p. 37).

A conclusão natural de Sweetser (1990) é a de que se trata de um conjunto de metáforas tão produtivas e tão sistematicamente observáveis no vocabulário de várias línguas que é inegável atribuir-lhes o estatuto de "metáforas conceptuais", de acordo com Lakoff & Johnson (1980):²⁸⁰

The vocabulary of physical perception thus shows systematic metaphorical connections with the vocabulary of internal self and internal sensations. These connections are not random correspondences, but highly motivated links between parallel or *analogous* areas of physical and internal sensation. Nor are the correspondences isolated (...) these are parts of a larger system

²⁷⁸ A autora sugere que a relação entre audição e atenção/obediência pode ter carácter universal (cf. p. 42).

²⁷⁹ Percepção do movimento (interno ou externo) do corpo.

²⁸⁰ Sobre a noção de "metáfora conceptual" e bibliografia relevante, confronte-se o que foi dito no capítulo 2 deste trabalho.

of the kind they [Lakoff & Johnson] would refer to as a conceptual metaphor. (That is, this metaphor involves our conceptualizing one whole area of experience in terms of another). The internal self is pervasively understood in terms of the bodily external self, and is hence described by means of vocabulary drawn (either synchronically or diachronically) from the physical domain. Some aspects of the instantiation of this metaphor may be fairly common crossculturally, if not universal – for example the connection between vision and knowledge – while others (...) may vary a good deal between cultures. (Sweetser 1990: 45)

As principais objecções à proposta de Sweetser, na perspectiva da semântica histórica, são apontadas, por exemplo em Harm (2000: 118-120). O autor começa por sublinhar que a ideia de que a mudança se processa do concreto para o abstracto faz parte dos dados adquiridos da semântica histórico-comparativa desde o século XIX. Por outro lado, Sweetser faz algumas afirmações sobre caminhos de mudança a partir de dados etimológicos que não são seguros, isto é, sobre casos onde há propostas divergentes no domínio da etimologia (cf. Harm 2000: 120). As restantes críticas feitas pelo autor são de carácter mais geral e têm a ver com uma questão metodológica – a afirmação de que o caminho da mudança é do concreto para o abstracto e a tese de que quer a mudança quer a polissemia destes verbos se explicam pela "Mind-as-Body Metaphor" precedem a apresentação dos dados linguísticos que deveriam levar a essa conclusão, conferindo-lhe um estatuto de mera ilustração (cf. Harm 2000: 119). Por último, Harm retoma a crítica que tem sido feita por muitos autores à proposta de Sweetser: não é possível querer explicar toda a mudança e toda a relação semântica através da metáfora – a autora fá-lo para os verbos perceptivos e para os outros casos estudados nos restantes capítulos de Sweetser (1990); a metonímia nem sequer é mencionada (Harm 2000: 119). Acrescentaria ainda que parece muito estranho o facto de Sweetser (1990) simplesmente ignorar o trabalho de Viberg (1983) sobre a tipologia dos verbos perceptivos, elaborado com dados de 53 línguas, ao qual devia ter atendido, quer no recenseamento dos significados quer nas afirmações sobre o universalismo de certas extensões.²⁸¹

²⁸¹ Cf. 3.2.3.2 adiante, onde se dá conta dos trabalhos de Viberg sobre verbos perceptivos, na área da tipologia.

Ainda no âmbito da semântica cognitiva situa-se Sabban (1994), um estudo contrastivo da polissemia dos verbos franceses *voir* e *entendre* e dos seus correspondentes semântico-etimológicos em espanhol (*ver*, *oír* e *entender*).²⁸² A análise dos verbos contempla também as estruturas de complementação ligadas à polissemia dos mesmos, mas o objectivo da autora é demonstrar que as regularidades observáveis no comportamento destes verbos, no que respeita à polissemia, podem ser explicadas no quadro da semântica cognitiva, nomeadamente através da teoria da metáfora de Lakoff & Johnson (1980) e da "Mind-as-Body Metaphor" (Sweetser 1990), no contexto mais geral da hipótese da corporização ("embodiment hypothesis") de Lakoff (1987).

Na introdução, a autora discute brevemente o conceito de polissemia enquanto regularidade de extensão semântica observável em línguas aparentadas e não aparentadas²⁸³ e menciona alguns dos estudos que foram feitos sobre os verbos franceses e espanhóis, sublinhando o facto de não tratarem a polissemia dos verbos ou de, fazendo-o, não conseguirem explicar as relações entre sentidos de forma convincente ou pura e simplesmente remeterem a polissemia para o domínio da variação na "parole".

A análise de Sabban é feita conjuntamente para os verbos das duas línguas, pelo facto de a autora considerar, *a priori*, que são muito semelhantes, sendo os verbos da visão analisados primeiro e os da audição depois.

Não apresentarei os detalhes da análise quanto aos significados propostos, bem como às explicações aventadas pela autora para as relações entre sentidos concretos²⁸⁴ e

²⁸² A menção deste estudo sobre o francês e o espanhol tem a ver com o facto de se tratar de um estudo contrastivo que se propõe descrever e explicar exhaustivamente a polissemia das unidades lexicais em causa, como também me proponho fazer; para além disso, as línguas contrastadas são próximas do português e o trabalho é elaborado em língua alemã, pelo que são propostas traduções e paráfrases de alguns exemplos e sentidos em alemão, o que foi por mim considerado heurísticamente relevante como estratégia de aproximação indirecta aos sentidos de *sehen*.

²⁸³ A descrição sumária do fenómeno da polissemia que Sabban aqui apresenta é consentânea com as teses defendidas em semântica cognitiva sobre este fenómeno; por isso, dispense-me de as reproduzir aqui, visto que já foram mencionadas no capítulo 2.

²⁸⁴ Mesmo no que respeita às relações entre os vários sentidos concretos de *ver* e *voir* por si inventariados, em maior número do que os apresentados em Sweetser, a explicação oferecida pela autora remete para a semântica cognitiva (cf., na p. 235, a referência explícita a "kognitiv-semantische Erklärungsmuster").

respectivas extensões abstractas ("übertragene Bedeutungen"), visto que a autora reproduz os dados apresentados em Sweetser (1990), de que já me ocupei nesta secção; no que concerne ao conjunto de significados recenseados, em maior número do que os elencados por Sweetser (1990), estes podem encontrar-se noutros autores e também em estudos já mencionados no presente capítulo, por exemplo Schepping (1982) e Willems (1983_b). É digna de nota a ausência dos sentidos mais gramaticalizados de *voir*, tanto mais que, à data da publicação deste artigo, já eram conhecidas as teses de Shyldkrot (1980, 1981, 1984 e 1987) sobre a auxiliarização de *voir*; a razão desta negligência prende-se, penso, com o facto de a autora se concentrar apenas numa explicação da polissemia, a que parte da aproximação metafórica entre sentidos concretos e abstractos, à maneira de Sweetser (1990).

A menção das estruturas de complementação, como exemplo da relação entre a sintaxe e semântica destes verbos, não apresenta novidade em relação ao que se disse em 3.2.1 (especialmente 3.2.1.1.4), isto é, também aqui as estruturas nominais e frásicas não finitas são consideradas expressão de percepção directa e as estruturas finitas (completivas de *que* e interrogativas indirectas), por sua vez, expressão de um estado de coisas como objecto de percepção onde os verbos assumem significado cognitivo, podendo explicar-se as diferenças verificadas, segundo a autora, através de uma hierarquização semântica das estruturas sintácticas (cf. Sabban 1994: 248). Ora esta simplificação contraria nalguns casos a análise apresentada, uma vez que o sentido e os subsentidos de *ver* e *voir* como 'sich vorstellen'/'vor dem geistigen Auge sehen' são apresentados como pertencentes ao domínio cognitivo/abstracto dos sentidos destes verbos, mas a complementação admitida é, nas palavras de Sabban (1994), nominal como na percepção concreta/visual e, num dos casos, interrogativa indirecta (cf. pp. 238-239); o mesmo acontece com o sentido 'eine bestimmte Ansicht, d.h. Auffassung haben von' sobre o qual se diz "tritt bei nominalen Ergänzungen wie *temps/vie/amitié zutage*" (Sabban 1994: 236), não havendo qualquer referência ao predicativo do complemento directo introduzido/não introduzido, embora a autora dê um exemplo de cada caso (cf. Sabban 1994: 236).

Pode dizer-se que este artigo de Sabban (1994) mais não faz do que ilustrar, com os verbos franceses e espanhóis analisados, as teses já conhecidas em semântica cognitiva acerca da polissemia dos verbos perceptivos, encarada como manifestação particular

de um fenómeno mais geral: a estruturação de categorias linguísticas e do seu significado como decorrentes da experiência dos indivíduos enquanto seres dotados de um corpo (hipótese da corporização), bem como de mecanismos gerais da cognição, nomeadamente da metáfora, neste caso particular da "Mind-as-Body Metaphor". Do paradigma cognitivo a autora retira, igualmente, a justificação da proximidade entre línguas (com génese comum ou não) através da constatação de padrões regulares da extensão do significado em determinadas áreas lexicais e da invocação de princípios cognitivos, universais por definição, legitimadores das relações estabelecidas entre o chamado significado prototípico e as suas extensões não prototípicas.

O trabalho de que a seguir me ocuparei, Ibarretxe-Antuñano (1999),²⁸⁵ desenvolve-se no quadro da semântica cognitiva, mas, como terei ocasião de demonstrar, revela algumas diferenças importantes em relação, por exemplo, a Sweetser (1990) e Sabban (1994); embora parta de uma comparação entre o inglês, o espanhol e o basco, o seu objectivo não é meramente contrastivo, como aliás se entrevê do subtítulo – *Polysemy and Metaphor in Perception Verbs: A Cross-Linguistic Study*. De facto, a autora não se limita a inventariar os significados prototípicos e não prototípicos dos verbos perceptivos centrais²⁸⁶ nas cinco modalidades da percepção, repartidos pelas três classes tradicionais,²⁸⁷ e a propor, como fazem Sweetser e Sabban, uma explicação para as extensões encontradas no quadro da metáfora conceptual "Mind-as-Body".²⁸⁸ O inventário de significados prototípicos e não prototípicos serve-lhe para constatar a forte polissemia dos verbos perceptivos nas três línguas em apreço e para confirmar que muitas das extensões semânticas são comuns às três línguas – não obstante o facto de o basco pertencer a uma família de línguas diferente –, mas o seu objectivo é verificar o que é que explica essas extensões na sua especificidade. Os dados etimológicos que colige no capítulo 3 permitem-lhe não só confirmar a tendência geral das extensões – do concreto para o abstracto, como Sweetser propôs –, mas

²⁸⁵ Agradeço à autora o ter-me facultado electronicamente o texto integral desta dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Edimburgo.

²⁸⁶ "I have selected only the most common, neutral, and prototypical perception verbs for English, as well as for Basque and Spanish (...), because they are free from any specific connotations about the way in which the perceptual act is being carried out." (Ibarretxe-Antuñano 1999: 48, nota 41).

²⁸⁷ Sobre as designações usadas pela autora, cf. acima 3.1.2.1.1 e 3.1.2.1.2.

²⁸⁸ Ibarretxe-Antuñano (1999) também faz o que acabei de descrever, mas isso corresponde apenas ao segundo capítulo (pp. 44-92). No primeiro capítulo (pp.16-43) apresenta o modelo teórico (linguística cognitiva), discute o estado da arte, no que respeita à polissemia, e apresenta a estrutura da tese.

também demonstrar que palavras não relacionadas etimologicamente podem veicular significados semelhantes, como se pode inferir da confrontação entre os dados etimológicos sobre o inglês e o espanhol (duas línguas indo-europeias) com a etimologia destes verbos em basco (uma língua não indo-europeia). A proximidade de significados em línguas não-aparentadas leva a autora a colocar a hipótese de as extensões observadas poderem, na sua maioria, ter carácter interlinguístico ("cross-linguistic").

Parece afinal que a autora aceita as propostas de Sweetser (1990), no que respeita à polissemia dos verbos perceptivos, bem como a sua explicação metafórica no quadro teórico da semântica cognitiva. No entanto, no capítulo 4, Ibarretxe-Antuñano dá conta das suas objecções nesta matéria:

(...) metaphor cannot entirely explain why some semantic changes do not shift towards a more abstract meaning, but remain physical. Metaphor also has difficulty in explaining the shifts of meaning which are caused by the different arguments in the sentence. (Ibarretxe-Antuñano 1999: 110)

A sua crítica a Sweetser²⁸⁹ decorre exactamente da inventariação dos sentidos dos verbos e não se resume só a constatar que nem todos os significados não prototípicos são significados do domínio do mental e, portanto, não explicáveis por metáfora conceptual – (187) *Just don't touch anything in my room* (p. 118) exemplifica um sentido ainda físico/concreto do verbo *touch* ('to affect'), derivado do sentido prototípico 'percepcionar pelo tacto'. Para além desta questão a autora afirma, igualmente, que o sentido do olfacto, considerado pobre por Sweetser (1990: 43), não tem extensões apenas no domínio das coisas, pessoas ou situações desagradáveis – 'to suspect', 'to guess', 'to investigate' e 'to trail something' são outros significados de verbos do olfacto que Sweetser não considera (cf. Ibarretxe-Antuñano 1999: 85, quadro 2.7), assim como não considera 'to visit' e 'to receive', entre outros, no domínio da visão.²⁹⁰ Ibarretxe-Antuñano exprime, ainda, a sua perplexidade em relação a Sweetser e à linguística cognitiva em geral:

Another point that remains unanswered in her analysis is **why certain source domains get mapped onto certain target domains**; the reasons why it is possible to say *Mary smelt*

²⁸⁹ Cf. pp. 117-121.

²⁹⁰ Também em português teríamos *Cheira-me que...* ou *A polícia andou por aí a cheirar*, etc.

the joke but not *Mary touched the joke*. In the Cognitive Linguistics model, the bodily basis of these verbs should be taken as the motivation for such semantic extensions, but this approach does not discuss **what it is exactly the bodily basis in the field of perception**. (Ibarretxe-Antuñano 1999: 118, negrito da minha responsabilidade)

Uma última questão colocada pela autora tem a ver com o tipo e a quantidade de informação do domínio-origem que é projectada no domínio-alvo.

A segunda parte do trabalho de Ibarretxe-Antuñano concentra-se na busca de soluções para o conjunto de quatro problemas fundamentais que ficam sem resposta no modelo cognitivo – a impossibilidade de explicar todas as extensões semânticas por metáfora, a impossibilidade de determinar o que se liga a quê e como (nas extensões semânticas) e a indeterminação da base física ("bodily basis") concreta que explica a regularidade de algumas extensões nos verbos da visão, bem como a impossibilidade de dar conta de sentidos criados por influência dos co-ocorrentes do verbo na frase, por exemplo em (188) *I told you to listen to your mother* ou (189) *John hardly touched the food* (p. 120).²⁹¹

O contributo dos co-ocorrentes na frase para a criação de polissemia será tratado no âmbito das propostas de Pustejovsky (1995),²⁹² que a autora basca discute ainda no capítulo 4.²⁹³ No que concerne à base física para as extensões do significado, Ibarretxe-Antuñano recorre à estratégia de elaboração de uma tipologia de propriedades específicas de cada uma das modalidades perceptivas.²⁹⁴ Esta base física deve permitir explicar quer as extensões no domínio físico quer as metafóricas, bem como dar conta de associações privilegiadas entre domínios-origem ("source domains") e domínios-alvo ("target domains") feitas na base de uma selecção da informação que será projectada no domínio-alvo. No capítulo 6, a autora explica como

²⁹¹ A autora salienta o papel determinante dos segmentos *your mother* e *hardly* para a polissemia de *listen* e *touch*, nestes contextos.

²⁹² Sobre o tratamento da polissemia neste modelo e suas limitações, cf. acima 2.2.

²⁹³ Sobre a utilização prática do Léxico Generativo de Pustejovsky no modelo de polissemia que a autora irá propor, cf. Ibarretxe-Antuñano (1999: cap. 7), de que ainda me ocuparei.

²⁹⁴ Cf. pp. 146-164, especialmente o quadro-síntese na p. 164. A autora sublinha que não se trata de traços semânticos, nem de formas de descrição do significado, mas de um conjunto de dados sobre cada modalidade da percepção extraídos de informação especializada (cf. pp. 134-146).

essas propriedades serão seleccionadas no significado decorrente de extensão, através de um mecanismo a que a chama "property selection", cuja aplicação é ilustrada com os verbos do tacto e do olfacto (cf. pp. 168 e ss.); por exemplo, do conjunto de nove propriedades que caracterizam o tacto, só três são seleccionadas na extensão do significado prototípico de *touch* para 'to affect physically' – (190) *Blackfly touched the flowers* – e, no caso do sentido 'to affect emotionally', em (191) *John touched me very deeply*, as propriedades seleccionadas são as mesmas, mas para além do processo de "property selection" observa-se cumulativamente o efeito da metáfora (cf. pp. 172-173).

Resta ainda explicar o contributo de possíveis co-ocorrentes na frase para a polissemia destes verbos; a autora distingue casos imprevisíveis de polissemia, aqueles em que o peso dos co-ocorrentes não é determinante, de casos de "argument-driven extension" que são previsíveis, bem como os de "verb-driven extensions", igualmente previsíveis, mas comandados pelo verbo na escolha dos seus argumentos. Para designar o peso diferenciado do conteúdo semântico dos elementos da frase no processo de extensão semântica, a autora propõe a noção de "gradable polysemy"²⁹⁵ (p. 197), que há-de funcionar como mecanismo regulador da polissemia, conjuntamente com aquilo a que chama "verb-property requirement"; este requisito decorrente das propriedades verbais permite explicar a possibilidade ou não de co-ocorrência de determinados elementos com certos verbos e, ao mesmo tempo, demonstrar que o preenchimento lexical desses elementos sublinha as características de cada processo perceptivo em causa; assim, (192) **John touched the joke* e (193) **John smelt the highest point in his career* (Ibarretxe-Antuñano 1999: 198), são exemplo da violação de "verb-property requirement":²⁹⁶

The properties that characterise these complements, their semantic content, seem to clash with some of the properties that characterised these verbs. (Ibarretxe-Antuñano 1999: 199)

²⁹⁵ No fundo, trata-se de três graus de composicionalidade na interacção entre os elementos da frase, do ponto de vista da criação de polissemia (cf. p. 203). O grau zero corresponde à ausência do contributo de co-ocorrentes (casos de polissemia imprevisível em verbos intrinsecamente polissémicos), o grau 1 diz respeito à polissemia gerada pela selecção de argumentos pelo verbo e o grau 3 identifica-se com a polissemia decorrente de elementos co-ocorrentes na frase.

²⁹⁶ Uma das propriedades do olfacto é <identification_{no}>, devido à dificuldade de identificação dos estímulos, e como o complemento de *smell* é uma entidade muito bem definida não pode ocorrer com *smell* porque viola as propriedades requeridas pelo verbo. A incompatibilidade combinatória de *joke* e *touch* explica-se de modo semelhante: o tacto tem a propriedade <contact_{yes}> e *joke* não preenche esse requisito.

Por outro lado, o mesmo requisito explica casos de "argument-driven extension", pelo facto de os co-ocorrentes sublinharem propriedades já existentes no significado do verbo, por exemplo em (189) *John hardly touched the food*: o traço <briefness_{yes}>, que já estava presente no conjunto de traços característicos do tacto, é reforçado pelo adjunto *hardly* e é esse reforço que produz a alteração do significado para 'partake of food' (pp. 200-201).

Polysemy then is constrained not only by the weight of the semantic content of each participating element in these extended meanings; but also by the specific choice of only those elements whose semantic content does not clash with the nature (properties) of the semantic field of perception. (Ibarretxe-Antuñano 1999: 202)

Ibarretxe-Antuñano refere ainda uma questão importante no modelo de polissemia que propõe para estes verbos e que tem a ver com a noção de que, se é possível dizer que as correspondências semânticas entre domínios têm estatuto interlinguístico, pelo menos no universo cultural ocidental a que pertencem as línguas examinadas (cf. p. 204), o mesmo não se pode dizer das formas que cada língua encontra para as expressar,²⁹⁷ isto é, os três graus de composicionalidade a que chamou "gradable polysemy" não são universais, as extensões que numa língua são "argument-driven", poderão noutra língua ser "verb-driven"; os casos de itens lexicais intrinsecamente polissémicos (casos de polissemia não previsível) são considerados uma minoria (p. 209).

Destes factos decorre, para a autora, uma implicação – é o domínio conceptual que é polissémico e não os verbos em si:

(...) I will consider that the verbs themselves are not polysemous, but that the conceptual domain of sense perception is polysemous. The different mappings presented in Chapter 2 are not to be taken as semantic extensions of the perception verbs themselves, but polysemous senses of the conceptual domain of sense perception. I will call the group of these extended meanings '**conceptual polysemy**'. (Ibarretxe-Antuñano 1999: 209)²⁹⁸

²⁹⁷ Esta ideia articula-se com a distinção de Talmy (1991) entre "verb-framed" e "satellite-framed languages", que a própria autora refere (cf. p. 190). A propósito desta distinção, cf. também Talmy (1999).

²⁹⁸ A ideia de que não são os verbos que são polissémicos, apoiada pelo argumento da diversidade de expressão do conteúdo semântico na comparação entre línguas, não me parece aceitável, desde logo porque a perspectiva do linguista não é necessariamente uma perspectiva interlinguística, ou seja, a apreciação do comportamento de determinados itens lexicais, em que se verifica a presença de vários significados associados a uma mesma forma fónica que mantêm entre si algum tipo de relação semântica, pode ser feita para uma só língua e, nesse contexto, tem sido estudada a polissemia de várias classes de palavras, sem necessidade de se recorrer à noção de polissemia conceptual, como faz Ibarretxe-Antuñano (1999). Independentemente de se poder deixar em aberto a ideia de "domínio conceptual polissémico", não faz sentido criar, com essa designação, uma confusão conceptual e terminológica numa área bastante consensual em linguística, sem que com isso se consigam progressos na compreensão da polissemia, em geral, e do comportamento das palavras polissémicas, em particular.

Para a autora, a polissemia conceptual é interlinguística, mas a "gradable polysemy" é específica de cada língua. A conjugação da metáfora com processos de selecção de propriedades permite explicar a polissemia do campo conceptual estudado, consideradas as restrições impostas pela base física/corpórea ("bodily basis") do campo sob investigação. Seria, no entanto, necessário atender ainda às restrições impostas à polissemia pela forma como cada língua organiza a expressão do conteúdo semântico, do ponto de vista da composicionalidade, visto que é a co-ocorrência que desencadeia, em maior ou menor grau, a activação da metáfora e dos processos de selecção (cf. p. 211).

Segundo a própria Ibarretxe-Antuñano, resta validar estes resultados para outras línguas e testar a exequibilidade deste modelo de polissemia noutras áreas do léxico, bem como uma possível aplicação à descrição da mudança semântica.

Eu diria que falta também testar o funcionamento do modelo nos verbos que a autora inicialmente eliminou e questionar a noção de "polissemia conceptual", a que já me referi em nota, visto que, como demonstrarei na secção dedicada aos estudos tipológicos, já há dados de outras línguas que permitem refutar um dos seus pressupostos: a universalidade das correspondências entre domínios conceptuais, motivada pela base física da conceptualização. A designação "polissemia conceptual" torna periféricos para a compreensão da polissemia dos verbos perceptivos os verbos que a própria autora classifica como "intrinsecamente polissémicos", visto que nestes casos a polissemia não é atribuível ao contexto ("argument-driven extensions") ou ao verbo ("verb-driven extensions"), que é o argumento usado pela autora para legitimar a ideia de que não são os verbos que são polissémicos; excluídas ficam também as extensões que são específicas de cada língua, o que a meu ver põe em causa, mais uma vez, a noção de polissemia conceptual, porque dificilmente se compreende que um domínio conceptual polissémico, no contexto do qual se estabelecem relações reivindicadamente universais com outros domínios, possa dar origem a manifestações particulares de polissemia em cada língua específica.

3.2.2.3 Semântica Histórica

Harm (2000) é uma abordagem histórica²⁹⁹ dos verbos de percepção no alemão, orientada para a detecção de regularidades na mudança e que, paralelamente, evidencia uma preocupação em adequar a linguagem utilizada na descrição da mudança semântica à especificidade do objecto de estudo.

O autor propõe-se estudar a regularidade da mudança semântica, enquanto mudança estabelecida, isto é, alteração da convenção,³⁰⁰ num conjunto de verbos de percepção bem delimitado,³⁰¹ tendo em mente que as regularidades observadas serão encaradas como "Generalisierungen auf niedrigem Niveau", isto é, válidas para um domínio conceptual delimitado, evitando o perigo de sobregeneralizações como as que o autor critica em Sweetser (1990), como por exemplo a de que toda a mudança progride do concreto para o abstracto. As regularidades observadas numa língua deveriam, segundo Harm, ser comprovadas por observações paralelas noutras línguas e só assim se poderiam formular hipóteses de carácter mais geral sobre a regularidade da mudança semântica; a tipologia da mudança semântica seria, na

²⁹⁹ Para um elenco e apresentação de outros estudos históricos respeitantes ao alemão, cf. Harm (2000: 108-119).

³⁰⁰ Cf. Harm (2000: 25, onde se explica que as inovações não serão contempladas se não se traduzirem em alterações da convenção, embora se reconheça a importância do uso linguístico inovador para a mudança semântica. Sobre o contributo da inovação para o estabelecimento de novas convenções, veja-se o que foi dito no capítulo 1 do presente trabalho, bem como a bibliografia relevante que aí se referiu.

³⁰¹ As limitações do *corpus* de Harm (2000) podem levar a questionar de algum modo a validade dos resultados obtidos; pelo menos em teoria, com um *corpus* mais vasto, os resultados não seriam os mesmos. O autor reconhece, nas conclusões finais, que os resultados deveriam ser comprovados num estudo mais vasto, mas, no fundo, os dados sobre o conjunto de verbos aqui analisados são encarados como "Nebenprodukt", porque o que realmente interessa ao autor é a análise dos mecanismos de mudança e a sua regularidade (p. 218). Excluídas do *corpus* são expressões lexicais complexas, por ex. *etwas nicht riechen können*, onde a mudança não se circunscreve a um só item, as relações entre um verbo simples e verbos seus derivados, por exemplo *hören* vs. *erhören*, *sehen* vs. *besehen*, *sehen* vs. *sichten* que devem, segundo o autor, ser tratadas em morfologia histórica, verbos derivados com partículas/prefixos que são também preposições, sendo invocada a polissemia das preposições e sua interacção com as bases de derivação como requerendo estudo à parte, com análise prévia do comportamento dos respectivos morfemas derivacionais, verbos com prefixo preposicional, que tipificam casos de homonímia decorrentes de poligénese morfológica (são novas formações prefixais concorrentes de outras já existentes na língua, que não constituem mudança semântica, por exemplo *aufschlagen* – a existência de um derivado não impediu a formação de outros com a mesma forma fónica), verbos com prefixo que não é preposição, mas que podem também ser formações homonímicas decorrentes de poligénese morfológica (*verhören*, *verschreiben*), excepto *firstân*, *fistantan* e *bitrahtôn* e seus continuadores em médio e novo-alto-alemão, mudanças de significado decorrentes da inserção em diferentes posições do paradigma verbal, porque não representam mudança semântica, p. ex.: (verbo de experiência) *Du siehst Hans* /vs/ *Sieh (auf) Hans* (verbo de acção), mudanças de significado ligadas a alterações da construção sintáctica e ainda casos em que a semântica do verbo está ligada a uma construção muito particular, por exemplo *jmd./etw. als etw. betrachten/sehen* ou *etw. in etw./jmd. sehen* (neste caso seria necessário analisar a polissemia de *in*) (cf. Harm 2000: 103-107).

óptica do autor, a última fase de um processo de descoberta de regularidades na mudança em domínios parciais do léxico (cf. pp. 43-45).

Neste estudo, é particularmente interessante a metalinguagem descritiva adoptada. Antes de apresentar a sua proposta,³⁰² o autor elenca três tipos de relação semântica relevantes para a descrição do relacionamento entre o significado de partida ("Ausgangsbedeutung") e o significado de chegada ("Zielbedeutung") – *similaridade*, *contiguidade* e *contraste*,³⁰³ mas afirma que as distinções que pretende fazer e que o levarão à observação de regularidades de nível intermédio na mudança semântica, exigem uma segmentação destas relações básicas em subtipos, de modo a caracterizar mais fielmente as alterações do significado e para que a sua caracterização também seja psicologicamente plausível (cf. p.47).³⁰⁴ A metalinguagem proposta, que Harm classifica como "stärkere Explizierung der traditionellen Beschreibungssprache" (Harm 2000:74) é, segundo o autor, adequada à descrição destes verbos, embora não exclua a possibilidade de aplicação a outros domínios do léxico.

Harm propõe uma linguagem para a descrição da mudança semântica que se assume como síntese das perspectivas lógico-retórica,³⁰⁵ tipificada pelas categorias descritivas

³⁰² Cf. pp. 62-74.

³⁰³ Segundo o autor incluem-se, tradicionalmente, nas relações de similaridade as relações metafóricas e as relações hierárquicas de inclusão; as relações de contiguidade são de tipo associativo, temporal, causal, espacial, parte-todo, contendor-conteúdo, etc, pressupondo contiguidade no real, e as relações de contraste dizem respeito aos conceitos em relação opositiva (cf. pp. 46-47).

³⁰⁴ Previamente ainda à explicitação da linguagem que vai adoptar, o autor percorre vários modelos psicolinguísticos da memória semântica (pp. 47-54), dos quais não retira consequências importantes para a terminologia a adoptar, e, para além destes, examina também vários modelos linguísticos de descrição das relações semânticas (pp. 54-61), nos quais destaca, pela negativa, a quase ausência do tratamento de relações de semelhança, atribuída ao facto de se considerar que possivelmente elas não estão armazenadas na memória, mas são activadas no uso, ignorando-se assim o papel que lhes é atribuído, por exemplo, na moderna teoria da metáfora; acresce ainda o facto de estas relações serem estabelecidas entre palavras (uma forma fónica e um conceito) e não serem, portanto, relações semânticas entre conceitos, que é o que lhe interessa analisar, visto que a forma ("Zeichenkörper") é "a mesma".

³⁰⁵ Segundo Harm, esta compara a intensão e a extensão antes e após a mudança, distinguindo três tipos de mudança semântica; no primeiro caso, o novo significado é mais abrangente extensionalmente e caracterizado por um número menor de traços semânticos ("Bedeutungserweiterung"), no segundo é extensionalmente mais reduzido e especificado por maior número de traços semânticos ("Bedeutungsverengung") e, no terceiro caso, o novo significado não se distingue do anterior nem quanto à extensão nem quanto aos traços semânticos ("Bedeutungsübertragung/Bedeutungsverschiebung"). O autor refere ainda modelos mistos em que "Bedeutungserweiterung" e "Bedeutungsverengung" representam relações de superordenação e subordenação e nos quais "Bedeutungsübertragung" e "Bedeutungsverschiebung" são designações englobantes para metáfora e metonímia, às quais se juntam, nestes modelos, os conceitos de "Bedeutungsverbesserung", "Bedeutungsverschlechterung" e "Elipse" (cf. pp. 71-72).

Bedeutungserweiterung, *Bedeutungsverengung*, *Bedeutungsverschiebung* ou *Bedeutungsübertragung*, e psicológica, onde se dá relevo a padrões associativos psicologicamente distintos e, conseqüentemente, se distingue entre relações de similaridade e relações de contigüidade, a que correspondem as categorias descritivas *metáfora* e *metonímia*, respectivamente.³⁰⁶ A dupla vertente da linguagem a utilizar na descrição é explicitada nos seguintes termos:

Die vollständige Charakterisierung eines semantischen Wandels muß (...) neben einem Beziehungsindikator, der die dem Wandel zugrunde liegenden konzeptuellen Relationen zum Gegenstand hat, als weitere Komponente eine Beschreibung des Prozesses enthalten, der bei der Neuordnung von Zeichenkörper und Bedeutung wirksam ist. Dieser hat die Verwendung des Zeichenkörpers und somit den sprachlichen Aspekt des Wandels zum Gegenstand (demgegenüber gibt der Beziehungsindikator die konzeptuelle, 'enzyklopädische' Grundlage der neuartigen Zeichenverwendung wieder). (Harm 2000: 62)

Assim, o autor usa uma sintaxe, do tipo que a seguir se ilustra, no que chama "semantischer Relator" – a descrição completa de uma mudança semântica:³⁰⁷

<PROZESSINDIKATOR, BEZIEHUNGSINDIKATOR (B₁, B₂)>

Os "Prozeßindikatoren" correspondem aproximadamente às categorias lógicas de *Bedeutungserweiterung*, *Bedeutungsverengung*, *Bedeutungsverschiebung* ou *Bedeutungsübertragung* e os "Beziehungsindikatoren" às categorias psicológicas respeitantes às relações semânticas no processo de mudança.

Os indicadores de relação semântica ("Beziehungsindikatoren") considerados são os seguintes (cf. pp. 64-67):

TEILHANDLUNG (x, y) lê-se "x é TEILHANDLUNG de y" e é utilizado quando o conceito y envolve o conceito x, isto é, x pode ser entendido como parte da acção y, como acontece com a evolução do lat. *manducare* 'kauen' > fr. *manger* 'essen'. A acção 'essen' é conceptualizada como complexo de várias acções parciais das quais 'kauen' faz parte, podendo ser considerada TEILHANDLUNG de 'essen' (pp. 64-65).

³⁰⁶ Cf. p. 72.

³⁰⁷ Na listagem de indicadores de relação semântica e de processo activo na extensão abaixo apresentados, uso as definições e exemplos do autor e mantenho o formato de letra usado por Harm para assinalar os indicadores.

BEGLEITHANDLUNG (x, y) é usado quando a paráfrase do conceito y por meio das suas acções parciais não inclui o conceito x, estando, no entanto, as acções x e y normalmente relacionadas uma com a outra, como acontece na evolução mhd. *hoeren, uf hoeren* ‘aufhorchen’ > mhd. *hoeren*, mhd., nhd. *uf hoeren, auf hören* ‘ablassen von’. A paráfrase do significado de partida ‘aufhorchen’ não inclui ‘ablassen von’ e, por isso, esta não pode ser considerada acção parcial de ‘aufhorchen’, mas BEGLEITHANDLUNG – acção que pode co-ocorrer com aquela em determinado contexto. A distinção entre os dois tipos de relação nem sempre é fácil:

Die Entscheidung, ob TEILHANDLUNG oder BEGLEITHANDLUNG anzusetzen ist, ist allerdings im Einzelfall nicht immer leicht zu treffen, da beide Beziehungsindikatoren verwandt sind, und zwar insofern, als beide unterschiedliche Arten einer Teil-Ganzes-Relation darstellen: TEILHANDLUNG gilt für die Teilaspekte, die konstitutiv sind für ein Ganzes, während BEGLEITHANDLUNG die nichtkonstitutiven Teilaspekte eines Ganzen meint. (Harm 2000: 65)

VORAUSSETZUNG (x, y): x é encarada como VORAUSSETZUNG de y, quando x torna y possível, isto é, sem x y não é possível.³⁰⁸ Para a evolução ahd. *firstân, fistantan* ‘(eine Äußerung) verstehen’ > mhd. *verstân, fnhd. verstehen* ‘(eine Äußerung) hören’ isto significa que a compreensão de um enunciado pressupõe a sua audição. A audição e a compreensão são fases sequenciais de um processo (cf. p. 65).

ERFOLGREICHER ABSCHLUSS DER HANDLUNG (x, y) designa o sucesso x de uma acção deliberada y, levada a cabo com determinado objectivo, por exemplo ‘wahrnehmen’ ou ‘erkennen’ como resultado da acção ‘prüfen’, observável na evolução mhd. *prüeven* ‘prüfen’ > mhd. *prüeven* ‘wahrnehmen’ (cf. p. 65).

ALLGEMEINERE HANDLUNG/SPEZIFISCHERE HANDLUNG (x, y) usa-se para os casos de superordenação e subordinação, correspondendo ao par hiperónimo/hipónimo (cf. p. 66).

ANALOGIE (x, y) – descreve a relação metafórica,³⁰⁹ por exemplo entre ‘greifen, fassen’ e ‘auffassen’ (intelectual), como na polissemia do lat. *capere* ‘ergreifen, nehmen; verstehen’ (cf. p. 66).

³⁰⁸ O autor chama a atenção para o facto de *pressuposição* ser entendida aqui em sentido comum e não em sentido lógico.

³⁰⁹ O autor refere a relação de analogia como servindo primordialmente a conceptualização do abstracto a partir do concreto.

STÄRKERE/SCHWÄCHERE AUSPRÄGUNG (x, y) ou POSITIVE/NEGATIVE AUSPRÄGUNG (x, y) servem para descrever a relação entre significados que representam graus diferentes numa escala, ou seja, conceitos relativos a propriedades que podem ser expressos por adjectivos ou verbos; por exemplo, na evolução ahd. *stincan* 'Geruch von sich geben' > mhd. *stinken* 'unangenehmen Geruch von sich geben' temos NEGATIVE AUSPRÄGUNG, ao passo que na evolução da forma grega antiga com o significado de 'dunkel' para a que em grego moderno significa 'schwarz', temos STÄRKSTE AUSPRÄGUNG ou SKALENENDPUNKT (cf. pp. 66-67).

Recorrendo à ideia de que o que se altera quando um significante adquire novo significado é o seu "Bedeutungsumfang" ou "foco" ("Ausschnitt des Wissens über die Welt" ao qual se refere o signo), o autor propõe os seguintes indicadores do processo pelo qual se opera o reajuste da relação significante/significado (cf. pp. 67-71):

FOKUSSIERUNG – focalização de determinado aspecto do significado de partida – *Zooming-in*: a forma antiga de *fahren*, por exemplo, significava apenas 'sich fortbewegen' e passou a significar 'sich mithilfe eines Gefährts fortbewegen'; *behold* 'blicken auf' resulta de focalização de uma acção parcial contida nos significados 'behüten, bewachen' da sua forma antiga – uma das partes do exercício de vigilância é dirigir o olhar para aquilo que se quer vigiar ou proteger.

ENTFOKUSSIERUNG – aumento do domínio de aplicação do significado de partida – *Zooming-out*: a forma antiga de *erfahren*, por exemplo, significava 'auf Reisen kennenlernen' e passou a significar apenas 'kennenlernen'.

Como o próprio autor afirma, estes dois processos descrevem não só relações hierárquicas de *Bedeutungserweiterung* e *Bedeutungsverengung*, mas também relações metonímicas no interior do mesmo cenário de acção; no fundo, é todo o tipo de relações parte/todo que pode ser descrito como "Fokussierung" e "Entfokussierung", com uma vantagem em relação à designação de metonímia – especifica-se o resultado que a relação metonímica produz como aumento ou diminuição do âmbito da significação da palavra (cf. p. 73).

FOKUSWECHSEL – para os casos de relações analógicas, onde não se pode dizer se aumentou ou diminuiu o âmbito da significação e também para os casos de relações conversas.

FOKUSVERSCHIEBUNG – a forma antiga de *stinken* significava apenas exalar um odor, só depois passou a incluir valoração intersubjectiva.

Das conclusões do estudo empreendido por Harm destaco o facto de os verbos da visão serem apontados pelo autor como aqueles que mais frequentemente estão envolvidos em processos de mudança semântica e de os verbos das outras modalidades, bem como os de modalidade não específica, constituírem normalmente pontos de chegada na evolução (cf. pp. 219-220).

Harm especifica os significados de chegada na evolução dos verbos da visão como situáveis no domínio da "interacção social" (com os significados 'Folge leisten, bedienen' e 'jmd. treffen'), "actividade intelectual" ('erkennen', 'verstehen', 'prüfen' e 'untersuchen'), das "sensações subjectivas" ('erleben'), da "orientação no espaço" ('eine Lage haben in Richtung auf') e da "percepção não específica quanto à modalidade" ('wahrnehmen (visuell und auditiv)'); o significado 'warten auf', segundo o autor, não pode ser afectado a um campo lexical específico. Harm constata, conseqüentemente, que os dados da investigação não confirmam a tese de Sweetser (1990) de que os verbos da visão desenvolvem significados apenas na área da actividade mental (cf. p. 220), afirmação com a qual me identifico plenamente. Nos capítulos dedicados à descrição semântica e à contrastação de *ver*, *olhar* e *sehen*, terei oportunidade de sublinhar a pertinência das conclusões de Harm, quanto aos domínios em que se inserem os sentidos dos verbos que me proponho estudar.

Do ponto de vista das relações semânticas entre significados de partida e de chegada, o autor destaca a predominância dos indicadores de relações de contiguidade (*Begleithandlung*, *Begleitvorgang*, *Teilhandlung*, *Voraussetzung*, *erfolgreicher Abschluss der Handlung*) sobre as relações de similaridade (*analoge Handlung*, *analoge Erscheinung*, etc., excluídas as relações hierárquicas). De entre os indicadores de processo, *Fokussierung* e *Entfokussierung* são os mais frequentes, sendo a maioria dos casos associados às relações de contiguidade acima referidas,³¹⁰ o que leva o autor à seguinte conclusão:

³¹⁰ Harm especifica a contabilização dos restantes casos de combinação dos indicadores de processo com os respectivos indicadores de relação, mas não me parece indispensável a sua enumeração aqui, visto que o objectivo é destacar as relações predominantes.

Die auf Similaritätsbeziehungen beruhenden metaphorischen Prozesse spielen bei semantischem Wandel von Wahrnehmungsverben nicht die entscheidende Rolle, die ihnen im allgemeinen zugesprochen wird. Wichtiger für die Herausbildung von Polysemie sind auf Kontiguitätsrelationen beruhende Prozesse, wie sie hier mit FOKUSSIERUNG und ENTFOKUSSIERUNG von TEILHANDLUNGEN, BEGLEITHANDLUNGEN, VORAUSSETZUNGEN und ERFOLGREICHER ABSCHLUSS DER HANDLUNG beschrieben wurden – in der rhetorischen Klassifikation semantischen Wandels also 'Metonymien'. (Harm 2000: 221)

Estas metonímias evidenciam uma propriedade importante, já observada noutros domínios do léxico, o que faz supor que possam ter um estatuto mais geral enquanto regularidades na mudança – a relação metonímica estabelece-se predominantemente no sentido parte > todo (cf. pp. 220-221). Para justificar esta dominância da direcção tomada pela relação metonímica, o autor apoia-se na convicção expressa em Wilkins (1996) de que as partes de um todo são indexicalmente claras, isto é, são bons indícios do todo a que pertencem, enquanto o todo constituído de várias partes pode reenviar para qualquer uma, sendo, por isso, ambíguo do ponto de vista da indexicalidade (cf. p. 222).

3.2.3 A comparação entre línguas

A distinção que aqui se fará entre estudos de linguística contrastiva e estudos de tipologia linguística, dois ramos da linguística comparativa sincrónica, apoia-se em Kortmann (1999: 119-126). De acordo com Kortmann (1999: 125), a linguística contrastiva na sua vertente mais recente (a partir dos anos oitenta) revela uma orientação de carácter tipológico, abandonando, assim, a contrastação de línguas com preocupações exclusivamente pedagógicas, centrada na detecção e classificação de processos de interferência com o objectivo de explicar e prevenir os erros em aquisição de L₂. Os modernos estudos contrastivos procuram estabelecer relações entre as diferenças estruturais observadas nas línguas em contraste e explicá-las, tendo como ponto de referência o funcionamento específico dos sistemas linguísticos em apreço e procurando, ainda, prever até que ponto as diferenças e as semelhanças observadas nas línguas contrastadas poderão ser comprovadas pela observação de fenómenos semelhantes em línguas aparentadas com aquelas (cf. Kortmann 1999: 25).

3.2.3.1 Estudos contrastivos

Schepping (1982), situa-se numa posição intermédia entre o velho e o novo conceito de estudo contrastivo. A contrastação dos verbos da visão em francês e alemão é apresentada pela autora como oportunidade de, pelo confronto de uma parte do léxico, se ficarem a conhecer melhor as duas línguas do ponto de vista da sua estrutura, sublinhando que, no caso por ela analisado, as situações de equivalência semântica entre o francês e o alemão constituem a excepção e não a regra, o que na sua óptica torna mais interessante e relevante o estudo dos verbos da visão, já que o conhecimento das diferenças é fundamental para o tradutor, por exemplo. Pelo contrário, apontar semelhanças dispensa, em seu entender, pormenores de análise, uma vez que, na aquisição de L₂, a tarefa de quem aprende está facilitada pelo conhecimento da própria língua materna. A investigação contrastiva tem, ainda, em Schepping (1982), o objectivo de comprovar a eficácia de um modelo teórico ("Mehrsprachengrammatikmodell") do ponto de vista da sua adequação descritiva para esta área do léxico.³¹¹ A questão da equivalência semântica relacionada com a da equivalência na tradução ocupa um lugar central na contrastação das duas línguas, sendo que as hipóteses colocadas na análise semântica dos vários subgrupos de verbos alemães e seus correspondentes franceses são sempre encaradas na perspectiva da tradução (o que se pode perder e o que se pode ganhar, considerada a especificidade semântica dos verbos contrastados, consoante as opções tomadas pelo tradutor); no final de cada subsecção dedicada a um grupo, há sempre uma comparação do grupo de verbos analisados, tendo em conta a sua ocorrência num *corpus* de tradução, e as descrições semânticas anteriormente realizadas servem para distinguir relações de tradução de carácter meramente prático de relações de equivalência semântica ou ainda semântico-pragmática na tradução.³¹²

Em Santos (1998) encontramos um estudo contrastivo (do português e do inglês) baseado num *corpus* de tradução, em que foram observados todos os pares de tradução onde ocorrem os verbos estudados: *ver, ouvir, sentir, see, hear, feel, smell, watch* e *listen*. Trata-se do desenvolvimento de uma parte da dissertação de doutoramento da autora (Santos 1996), dedicada à questão do tempo e do aspecto verbal nas duas línguas.

³¹¹ Cf. pp. 2-5, onde a autora explicita as ideias acima resumidas. O conteúdo semântico-sintáctico do trabalho já foi por mim apresentado em secções anteriores deste capítulo.

³¹² Cf. Schepping (1982: 75-77), sobre as questões da tradução no seu trabalho.

O objecto de estudo é a tradução destes verbos, em tempos do passado, com ênfase em questões de aspecto verbal; a autora observa, por exemplo, a relação entre a tradução do Imperfeito português para *could* + verbo perceptivo e a tradução de formas de Pretérito Perfeito por "simple past", chegando à seguinte conclusão: "if the Portuguese sentence describes a perception situation under difficult conditions, the English translation emphasizes difficulty by employing *could*." (Santos 1998: 327) No sentido inverso, a autora analisa a tradução de verbo perceptivo no passado (auxiliado ou não com *could*) como caso de necessidade de escolha, por parte do tradutor, entre Pretérito Imperfeito e Pretérito Perfeito, dependendo do contexto (cf. p. 333); a opção do tradutor, em qualquer dos casos, é apresentada como incapaz de manter a vaguidade da forma inglesa original, interpretável como "inception of perception" ou "inception of the ability to perceive", como procura demonstrar com os exemplos abaixo transcritos:

(18) He *could* see the outline of the watcher, but the sleeping men were below his vision.

Via o perfil da sentinela, mas não os dois homens adormecidos.

Lit.: He saw the sentinel's profile, but not the two men asleep.

(22) In a few moments Kino *could* see them clustered in the haze

Dentro de momentos, Kino *distinguiu-os* imersos no nevoeiro

Lit.: In a few moments, Kinos distinguished them immersed in the haze (Santos 1998: 329)

(37) and he raised the blade and looked at it and *saw* a little line of blood on the steel.

Levantou a lâmina e *viu* no aço um delgado fio de sangue.

Lit.: He raised the blade and saw a thin line of blood

(38) But Kino had grown tight and hard. He *felt* the creeping of fate

Mas Kino estava inflexível e duro. *Sentia* o peso do destino

Lit.: But Kino was inflexible and hard. He could feel the weight of destiny (Santos 1998: 333)

A análise de vários pares de tradução evidencia características distintas das línguas contrastadas – o inglês privilegia a questão das condições e do resultado da percepção, enquanto o português distingue entre enunciados com leituras habituais e semelfactivas, e entre estados e as suas interpretações inceptivas. A autora conclui, assim, que uma parte da "dinâmica" das línguas de partida é irrelevante para a tradução, uma vez que a língua de chegada não se baseia no mesmo tipo de distinções, e que uma parte da "dinâmica" do texto de chegada se deve à estrutura da língua de chegada, acrescida da interpretação requerida pelos textos ao tradutor (cf. Santos 1998: 336).

Uma outra observação interessante, a partir da análise efectuada, diz respeito a contrastes aspectuais, como os que existem na expressão da posição do corpo humano, entre *vi-o (estar) sentado* (posição percebida como estado, que não permite infinitivo preposicionado **vi-o a estar sentado*) e *I saw him sitting/sit there all the afternoon* (posição percebida como actividade) (cf. p. 339); a autora sublinha com este exemplo a diferença de categorização linguística num domínio básico da experiência humana (posições do corpo humano), chamando a atenção para o perigo de certas generalizações sobre categorias universais (cf. Santos 1998: 338-339).

Santos (1998) conclui que, embora as experiências perceptivas sejam semelhantes, a sua tradução linguística pode ser muito diferente, do ponto de vista do tipo de complementos (dos verbos perceptivos) e da informação por eles co-especificada, como procura demonstrar nos quadros 5 e 6 (p. 340).

3.2.3.2 Estudos tipológicos

Os estudos tipológicos dos verbos de percepção são particularmente importantes para ajudar a compreender algumas características desta área lexical aventadas em trabalhos linguísticos não tipológicos, nomeadamente a estrutura do campo, as diferentes classes de verbos perceptivos,³¹³ e ainda a reivindicada universalidade dos padrões de polissemia mencionada em vários estudos.

O trabalho inaugural nesta vertente do estudo linguístico de verbos perceptivos (Viberg 1983) foi feito com dados de 53 línguas diferentes e dava já conta de uma estruturação tipologicamente uniforme do campo da percepção,³¹⁴ bem como de padrões distintos para a lexicalização dos quinze significados básicos dos verbos perceptivos nas várias línguas. Tendo em conta que Viberg (2001) dá uma visão mais alargada desta questão e inclui dados de estudos entretanto realizados (por outros autores) sobre línguas não contempladas em Viberg (1983), será do trabalho mais recente que me ocuparei nesta secção, com o propósito de dele retirar o que é pertinente para confirmar ou infirmar algumas teses defendidas noutra tipo de estudos, não pretendendo reproduzir aqui o pormenor descritivo respeitante, por exemplo, ao comportamento diverso das línguas observadas, do ponto de vista da lexicalização dos quinze significados básicos dos verbos de percepção.

³¹³ Cf. 3.1.2.1.1 e 3.1.2.1.2, onde discuti as propostas de classificação de verbos perceptivos em três tipos – verbos de estímulo, verbos de acção perceptiva e verbos de experiência perceptiva – aplicadas aos significados básicos das cinco modalidades da percepção.

³¹⁴ Cf. em 3.1 as referências às propostas de Viberg (1983 e 2001) sobre o modo de encarar a estrutura do campo.

A primeira constatação óbvia do estudo de Viberg (2001) diz respeito à grande variação entre línguas quanto ao número de verbos perceptivos básicos; não obstante essa diversidade de comportamento, os padrões de lexicalização são fortemente restritos, como Viberg afirma (cf. p. 1297_a), podendo essas restrições ser apresentadas, como fez em 1983, numa hierarquia dos padrões de realização lexical das noções semânticas básicas da percepção física. Esta hierarquia tem, como o próprio afirma, características próximas das presentes na hierarquia de Berlin & Kay (1969) sobre os termos básicos da designação de cor, sendo que a distinção entre modalidades perceptivas marcadas e modalidades perceptivas não-marcadas é essencial ao seu estabelecimento; os critérios que usa para a distinguir entre marcado e não-marcado são retomados de Croft (1990: 91-92).³¹⁵ A hierarquia das cinco modalidades básicas da percepção tem a seguinte apresentação, progredindo, da esquerda para a direita, das menos marcadas para as mais marcadas:

TOUCH
SIGHT > HEARING > TASTE
SMELL

Esta hierarquia permite também, segundo o autor, restringir os padrões de polissemia:

A verb whose prototypical meaning is related to a certain modality can extend its meaning to cover more marked modalities, but the opposite is not possible. (Viberg 2001: 1297_b)

Da longa ilustração das várias possibilidades de realização desta hierarquia em línguas diversas retenho apenas algumas afirmações importantes no que concerne às relações entre modalidades. Para além do que já era conhecido do estudo anterior – a extensão semântica realiza-se das modalidades menos marcadas para as mais marcadas e por isso os verbos da visão e da audição podem sofrer extensão para as restantes modalidades, sendo, todavia, algumas extensões mais frequentes do que outras. A audição, por exemplo, só sofre extensão para o olfacto, em várias línguas, mas pode

³¹⁵ Estes critérios distribuem-se por três categorias gerais: estrutura (número de morfemas que expressam os valores marcados e não marcados), comportamento (flexão, número de contextos sintácticos de ocorrência e número de tipos de línguas em que ocorrem os valores marcados e não marcados) e frequência (frequência textual em cada língua e frequência na comparação entre línguas – número de línguas em que os valores marcados e não-marcados são encontrados). "The unmarked value has a smaller number of morphemes used to express the value and a greater inflectional range, grammatical and cross-linguistic distribution and textual and cross-linguistic frequency, than the marked value." (Croft 1990: 92)

ter extensão para o gosto e o tacto, se também tiver extensão para o olfacto; a visão só sofre extensão para o olfacto se tiver extensões para outras modalidades (cf. p. 1301_b: quadro 93.6, sobre a relação semântica entre modalidades).

A observação de diversas línguas permite-lhe, ainda, contrariar alguns dados tidos como adquiridos na investigação acerca dos verbos perceptivos:

(...) there are languages in which no sense modality is clearly realized as a simple perception verb. (...) the existence of such languages clearly shows that there is no absolute universal such as: All languages have a verb of perception meaning 'see'. (Viberg 2001: 1302_a)

De um modo geral, as línguas têm um verbo *ver*, mas há, por exemplo, línguas que têm um verbo genérico para toda a actividade mental e que formam verbos complexos para as várias modalidades perceptivas, recorrendo para isso a outros verbos combinados com partículas, etc.; estes casos têm, segundo o autor, paralelo em expressões frequentes nas línguas europeias; poder-se-ia dar como exemplo o pt. *deitar o olho a*, *dar uma olhadela/cheiradela*, *pôr os olhos em*, etc.

Do ponto de vista da frequência, que é um critério importante para a definição de verbo nuclear (cf. Viberg 1993), o verbo que significa 'ver' é o mais frequente entre os verbos perceptivos, mesmo nas línguas que têm um número apreciável de verbos de percepção, encontrando-se também entre os vinte verbos mais frequentes em termos absolutos, nas 11 línguas estudadas em Viberg (1993).

O autor refere ainda a variedade de complementação como característica dos verbos perceptivos menos marcados, nomeadamente *ver*, e a tipologia funcional dos complementos, estabelecida em Dik & Hengeveld (1991), que salienta a variação de tipos de construção sintáctica e dos complementadores usados: "Immediate perception of individual" (*I saw your brother last night*), "Immediate perception of state of affairs" (*I saw him walk down the street*), "Mental perception of propositional content" (*I saw that Mary had been crying*) e "Reception of propositional content" (*I heard from John/saw in the newspaper that Peter had been fighting*).³¹⁶ Já vimos, aquando da discussão de Usoniene (2001), que esta tipologia necessita de algumas correcções.³¹⁷

³¹⁶ Os exemplos são de Viberg (2001: 1305_a).

³¹⁷ Cf. acima 3.2.1.1.4.

A posição dominante da visão na hierarquia pode, segundo o autor, ser confirmada também com dados da psicologia e da neurociência (cf., nesta dissertação, o início do capítulo 3), bem como com dados sobre a aquisição da linguagem³¹⁸ – os verbos da visão são os primeiros a serem adquiridos e o seu carácter não-marcado pôde ser comprovado com o estudo de um caso muito conhecido (uma criança cega usou também os verbos da visão antes de quaisquer outros para descrever as suas experiências de exploração táctil).

Os casos de gramaticalização de ‘see’³¹⁹ são raros quando comparados com o número de casos registados para outros verbos nucleares, mas, não obstante, são os únicos observáveis no campo da percepção, o que, mais uma vez, atesta a preponderância de ‘see’/‘ver’ dentro do campo. Do mesmo modo, ‘see’/‘ver’ e os verbos da visão ocupam uma posição destacada na hierarquia de fiabilidade, que está subjacente ao uso de verbos perceptivos e de marcadores de evidencialidade: a maior fiabilidade é a atribuída à participação, isto é, aos casos em que o próprio participou ou que pôde comprovar com a totalidade dos sentidos; segue-se a percepção directa pelos cinco sentidos, sendo a visão considerada mais fiável do que a audição (as restantes modalidades ocupam o último lugar); no terceiro nível descendente da hierarquia de fiabilidade, encontramos, segundo o esquema proposto em Viberg (2001: 1306, quadro 93.8), a percepção indirecta, isto é, aquilo que se infere a partir de dados sensoriais e, no último nível, o que se julga saber a partir do que se ouviu de terceiros.

Viberg (2001) sinaliza a tendência dos verbos da visão para desenvolverem significados no domínio da cognição e refere Sweetser (1990) como proposta de explicação metafórica desta relação, aplicada às línguas indo-europeias. O autor acrescenta a seguinte explicação : "The extension seems to be based on inference (what you have seen you know) and semantic bleaching (neutralization of the sense modality and the source of knowledge in general)." (Viberg 2001: 1304_b) Viberg salvaguarda, no entanto, a diferença do caso australiano³²⁰ estudado exaustivamente em Evans & Wilkins (1998):³²¹ a audição, modalidade mais marcada do que a visão

³¹⁸ Cf., na p. 1305_b, os autores referidos como fontes de dados sobre a posição dominante dos verbos da visão na aquisição da linguagem.

³¹⁹ Viberg refere o emprego de ‘see’ (= verbos que significam ‘see’/‘ver’) como marcador morfológico de evidencialidade, como verbo copulativo e o uso do verbo em construções onde significa ‘try’, este último considerado quase-universal (cf. p. 1305_a).

³²⁰ Cf. pp. 1298_a e 1304_b.

³²¹ Como já se disse anteriormente, Viberg (2001) foi entregue para publicação em 1997, o que justifica a não menção de Evans & Wilkins (1998), mas no final do texto (Viberg 2001: 1308_a), onde se encontra essa explicação, vemos justamente mencionado o facto de Evans & Wilkins terem publicado, em 2000, um artigo "muito interessante" sobre verbos de percepção nas línguas australianas.

mesmo nas línguas australianas, é, segundo Viberg, a modalidade onde se verificam nestas línguas as extensões para o domínio cognitivo.³²² Viberg (2001: 1304_b) sublinha, assim, que a extensão de ‘ver’ para o domínio cognitivo, proposta em Sweetser (1990), não é universal,³²³ embora se encontre também em línguas não indo-europeias, e refere a importância do valor simbólico diverso culturalmente atribuído aos vários sentidos, que foi estudado por antropólogos como Constance Classen.³²⁴ Na conclusão (p. 1307_b), o autor afirma que a diversidade de comportamento entre línguas no que respeita à expressão linguística de experiências cognitivas básicas, como ‘saber’, ‘pensar’, ‘esquecer’ ou ‘recordar’, pode explicar-se pela variação entre culturas no que concerne aos modelos adoptados para o estabelecimento de analogia com o funcionamento da mente,³²⁵ realidade que se traduz no facto de se tomarem como ponto de partida várias partes do corpo ou diferentes modalidades sensoriais com as respectivas consequências na lexicalização.

O já referido estudo de Evans & Wilkins (1998) é uma análise comparativa das línguas australianas que testa as teses universalistas de Viberg (1983) e de Sweetser (1990) acerca dos padrões de polissemia e das extensões semânticas de verbos perceptivos (polissemia "intra-field" e "trans-field", nas palavras dos autores).³²⁶ Na análise da polissemia, os autores prestam especial atenção aos contextos de uso que podem favorecer, por inferência, novas interpretações de determinado verbo, aquilo a que os autores chamam "bridging contexts", onde a mudança se inicia, antes da lexicalização (cf. p. 5).

Os resultados obtidos na comparação entre línguas australianas confirmam, com pequenas diferenças, a hierarquia de modalidades sensoriais proposta por Viberg (1983) e os padrões de polissemia interna ("cross-sensory") dela decorrentes (cf. p. 26). Já no que respeita às teses de Sweetser (1990) relativamente aos verbos da audição e às extensões para o domínio cognitivo, os dados da investigação apontam em sentido diverso. Os verbos da audição não têm extensões apenas no domínio do entendimento comunicativo (‘compreender’, ‘obedecer’), mas também no domínio

³²² Para uma exposição e explicação detalhada deste facto, cf. Evans & Wilkins (1998).

³²³ Aliás, Viberg menciona também o facto de haver línguas onde a extensão pode tomar como ponto de partida os verbos do gosto, nomeadamente lat. *sapere* e esp. *saber* (cf. p. 1304_b).

³²⁴ Cf. Classen (1993).

³²⁵ Na cultura aborígine australiana, é o ouvido a sede da inteligência e do saber.

³²⁶ As noções de polissemia dentro e fora do campo podem aproximar-se das de polissemia interna e externa, respectivamente, tal como foram usadas em Willems (1980) e Soares (1993).

cognitivo ('conhecer', 'saber' e 'recordar'), onde Sweetser as consideraria inesperadas (cf. Sweetser 1990: 43 e Evans & Wilkins 1998: 36-37 e 41). Para além disso, 'ver' não admite, nas línguas australianas, quaisquer extensões no domínio cognitivo, perdendo assim o estatuto de categoria universal para a expressão de experiências cognitivas como 'conhecer', 'saber' e 'recordar'.

Esta "novidade australianas" pode ser explicada como influência de factores culturais que Evans & Wilkins (1998: 48-54) elencam a partir de vários trabalhos de carácter etnográfico.

A dupla vertente da polissemia dos verbos de percepção é caracterizada pelos autores do seguinte modo:

The trans-field mapping of perception to cognition, it seems, is much more plastic and amenable to different cultural interpretations than the intrafield [sic] extensions of perception verbs. We have demonstrated that **the same domain can have its 'universal' and 'relativistic' sides; a foot in nature and a foot in culture.**

(Evans & Wilkins 1998: 54, negrito da minha responsabilidade)

Deste modo, torna-se claro o que disse no início desta secção. Os estudos de carácter tipológico contribuem para confirmar ou relativizar a validade de certas teses, como acontece com as de Sweetser a propósito de verbos com o significado de 'ver' e 'ouvir', mas também com a de Ibarretxe-Antuñano (1999: 209-210) acerca do valor interlinguístico da polissemia conceptual, embora a autora ressalve tratar-se de casos em que se pressupõe que o "background" cultural é semelhante. De facto, torna-se aqui bastante evidente que não se pode querer justificar todos os factos através da "hipótese da corporização" e que, se há áreas do léxico que parecem estruturadas de acordo com princípios gerais decorrentes da própria condição dos seres humanos enquanto seres dotados de um corpo, a especificidade e diversidade culturais não deixam de ter um papel decisivo noutros casos.

3.2.4 Análise linguística do discurso

Wilss (2000) ocupa-se da análise de *sehen* como exemplo da criação de rotinas discursivas no âmbito de uma comunidade de falantes; o autor procede à sua observação num *corpus* por si coligido em jornais, com particular ênfase para os títulos.

Wilss refere a indeterminação semântica ("semantische »Schlechtbestimmtheit«") de *sehen* como razão para o alargamento do seu espectro de utilização (cf. p. 30-31), nomeadamente nos domínios da argumentação, da expressão de opiniões, de sentimentos ou de perspectiva. Este aumento dos usos de *sehen* deve-se, também, a seu ver, à simplicidade das estruturas sintácticas com *sehen*, que constitui alternativa eficaz a outras formas de expressão nos mesmos domínios com outros verbos/expressões seguidas de "dass-Satz", senão vejam-se os seguintes exemplos:

- (194) a. ÖTV **sieht** Forderungen im Verteilungsrahmen. (Wilss 2000: 27)
b. Die ÖTV **vertritt die Auffassung, dass** ihre Forderungen im Verteilungsrahmen bleiben. (Wilss 2000: 30)
- (195) a. Studie **sieht** steigenden Finanzbedarf. (Wilss 2000: 27)
b. Die Studie **kommt zu dem Ergebnis, dass** der Finanzbedarf steigen wird. (Wilss 2000: 30)
- (196) a. Audi **sieht** sich gut im Rennen. (Wilss 2000: 28)
b. Audi **glaubt, dass** es gut im Rennen liegt. (Wilss 2000: 30)
- (197) a. Gysi **sieht** sich durch Gauck-Behörde entlastet. (Wilss 2000: 29)
b. Gysi **glaubt, dass** er durch die Gauck-Behörde entlastet worden ist. (Wilss 2000: 30)

Na opinião do autor, a simplicidade das estruturas, a par da garantia de um funcionamento sem mal-entendidos, reduzem o trabalho de produção e interpretação por parte de falantes e ouvintes, que escolhem, consciente ou inconscientemente, protótipos linguísticos que não lhes exijam muito esforço. O resultado é a grande produtividade deste tipo de estruturas com *sehen*, que o autor atesta com exemplos de séries de frases formadas mediante três padrões frásicos distintos (cf. pp. 33-34):

- (198) Schröder sieht keine Chance für Zusammenarbeit mit der FDP. (Wilss 2000: 34)
- (199) Der Vorstandsvorsitzende der Mainzer Sparkasse sieht sich als Opfer. (Wilss 2000: 34)
- (200) Forscher sieht männliche Zeugungsfähigkeit bedroht. (Wilss 2000: 34)

As três séries de exemplos construídos segundo os padrões acima apontam para estados de coisas típicos da época actual, que o autor interpreta como a) estratégias de atenuação, b) tematização da tensão indivíduo/sociedade (indivíduo como vítima de anomalias sociais) e c) tradução de experiências da chamada "sociedade do risco" ("Risikogesellschaft").

No resumo final, *sehen* é considerado um caso paradigmático do recurso a rotinas discursivas:

Fraglos ist die produktive und die rezeptive Beherrschung von Satzbaumustern, in deren Zentrum ein so vielfältig verwendbares Verbum wie *sehen* steht, ein wichtiger Baustein in der Entwicklung von Formulierungstechniken, deren besondere Eigenschaft darin besteht, dass sie nach dem Baukastenprinzip eine geordnete und damit multiplizierbare Sprachpraxis ermöglichen, welche in ganz entscheidender Weise darüber befindet, ob ein Sprachbenutzer sein Handwerk versteht oder nicht. (Wilss 2000:35, sublinhado da minha responsabilidade)

A abordagem das estruturas acima apresentadas como usos de *sehen* no domínio da expressão de opinião, perspectiva, etc. é uma proposta original, nos estudos que conheço sobre a língua alemã. Como veremos na descrição semântica de *sehen*, a minha análise do significado de *sehen* nestes contextos não é muito divergente da do autor, embora não esteja centrada em questões de análise do discurso. No entanto, discordo de Wilss em relação à paráfrase proposta em (197b); teremos oportunidade de constatar que o uso de *sehen* nestes contextos não tem a ver com expressão de opinião, mas deve ser entendido como uso apassivante no contexto do percurso de gramaticalização de *sehen*.

4. Descrição Semântica de *ver*, *olhar* e *sehen*

4.1 Nota Prévia

Como ponto de partida para a descrição semântica de *ver*, *olhar* e *sehen*, temos aquilo a que chamei as cenas destes verbos. Trata-se da explicitação dos principais participantes semânticos envolvidos e das relações que entre eles se estabelecem, bem como do contexto em que essas relações têm lugar.

A descrição das cenas apresenta-se como instrumento heurístico para a explicação da pluralidade de sentidos assumidos por estes itens lexicais. Muitos dos sentidos de *ver*, *olhar* e *sehen* são resultado de reforço e/ou enriquecimento de aspectos parciais das respectivas cenas, que delas são extraídos metonimicamente, como veremos caso a caso para cada um dos sentidos onde se verifica essa extracção metonímica:

We recognize scenes or situations and the functions of various participants in these scenes and situations. We foreground or bring into perspective some possibly quite small portion of such a scene. (Fillmore 1977: 80)

A descrição semântica de cada verbo está organizada em sentidos e, quando adequado, em subsentidos, identificados por índices numéricos e alfanuméricos, respectivamente. Apresenta-se, sempre que possível, uma paráfrase para cada sentido. No caso de sentidos que se encontram em processo de gramaticalização, nem sempre é possível fornecer uma paráfrase reveladora do uso em causa.

Os verbos são categorias eminentemente relacionais cuja semântica só pode ser explicitada através da referência aos seus argumentos;³²⁷ por esse motivo, para cada sentido de um verbo, é apresentado, entre parêntesis rectos, um esquema em que os caracteres maiúsculos A, B e C representam os argumentos e a sua relação na

³²⁷ Para a descrição semântica efectuada não é pertinente a distinção entre argumentos de primeiro nível e de outros níveis (também ditos secundários), pelo que considerarei como argumentos aquilo que outros considerariam partes de construções de um primeiro nível; por exemplo, em frases como *O Zé vê o Carlos como um amigo*, o predicativo do complemento directo foi considerado argumento na representação esquemática [A vê B como C].

construção sob a qual o verbo se apresenta. Este esquema é depois reutilizado com o(s) verbo(s)/expressões que constituem possíveis paráfrases de *ver*, *olhar* e *sehen*, em cada um dos sentidos. Na descrição são contemplados não só os participantes semânticos e a sua caracterização, mas também as possibilidades de realização sintáctica dos mesmos, sendo assinalada, sempre que possível, a hipótese de ocorrência na passiva, distinguindo-se entre passivas de *ser/estar* e passivas de *-se*, visto que nalguns casos a impossibilidade de ocorrência na passiva com manutenção do mesmo sentido é uma marca sintáctica desse mesmo sentido.

Quando existem várias construções sintácticas associadas ao mesmo sentido, estas encontram-se numeradas e os exemplos são agrupados por variante sintáctica.

Nos exemplos, sublinho o participante B, pela importância que tem na detecção do sentido em causa e, por uma questão de clareza, C, quando existente, aparece em itálico. Os restantes destacados a negro são da minha responsabilidade e têm a função de chamar a atenção para aspectos particulares dos usos em análise.

4.2 VER

4.2.1 A vê B – A Cena de *ver*

A cena de *ver* pressupõe a existência de um **A** (o falante em (201)), sujeito da percepção, indivíduo pertencente à classe dos seres animados, habitualmente humano, dotado da possibilidade de, em condições normais, perceber através do sentido da vista e de um **B**, o objecto da percepção visual.

(201) Eu vi um homem.

A é um experienciador,³²⁸ entendido como sede da experiência perceptiva que se traduz na formação de imagens a que **A** tem acesso na sua consciência e que são tomadas como uma representação do real. *Ver* pressupõe o contacto visual de **A** com **B**, situado no seu campo de visão e a uma certa distância, de modo a que a imagem

³²⁸ Experienciador corresponde a "Wahrnehmungsträger" no inventário de papéis semânticos de Helbig & Buscha (1991: 559-563 e 634-637).

não seja desfocada. A distância limite a que **B** se pode encontrar em relação a **A** é definida pela possibilidade de este, olhando numa determinada direcção, obter uma imagem de **B**, o que acrescenta à sua condição de experienciador também a de controlador da direcção dos olhos enquanto órgãos de percepção:

(202) Fui à janela, **olhei** para a rua e **vi** um homem.³²⁹

B define-se como objecto de percepção visual³³⁰ por parte de **A** e constitui-se como objecto a partir de um estímulo visual recebido por **A**.³³¹ **A** tem controlo sobre os olhos, uma vez que pode dirigi-los numa determinada direcção para procurar ver, mas também pode bloquear a informação visual, afastando-se de **B**, fechando os olhos ou desviando-os de **B**, o que faz com que **B** fique fora do seu campo de visão

(203) Afastei-me da janela e **deixei de ver** o homem.

O controlo de **A** é exercido não sobre **B**, mas sobre a direcção do olhar. A frase (204) implica que **A** olhou intencionalmente numa dada direcção, mas não implica, contudo, o sucesso perceptivo:

(204) Eu tentei/procurei ver o homem.

A procura consciente de **B** pode ser bem sucedida ou não, como se mostra nos exemplos seguintes:

(205) Eu **tentei/procurei ver** o homem, mas **não consegui**.

(206) Eu **tentei/procurei ver** o homem e **consegui**.

³²⁹ A possibilidade de **A** direccionar os olhos para o objecto **B** não encontra, no entanto, expressão lexical através de *ver*, mas sim através de *olhar*, como em (202).

³³⁰ Objecto de percepção corresponde a "Wahrnehmungsgegenstand" em Helbig & Buscha (¹³1991: 559-563 e 634-637).

³³¹ O sujeito da percepção visual recebe um conjunto de estímulos que deliberadamente procurou ou que, de algum modo, atingiram a sua retina, sendo estes processados por meio de um sistema complexo a que se dá, em neurociência, a designação genérica de "inteligência visual". O processamento complexo da informação visual, entendido modernamente como "construção" (cf. Hoffman 1998), é passível de ser influenciado, do ponto de vista da qualidade, por mecanismos cognitivos como a atenção e a memória e pelo contexto em que se processa a aquisição da informação visual, podendo traduzir-se em insucesso, em condições extremas de má visibilidade, ou num sucesso parcial ou total.

Quando se diz **A** vê **B**, a expressão **B** nomeia o objecto de percepção visual. A nomeação pode, no entanto, assumir várias formas:

– **B** é uma expressão categorizadora, por exemplo,

(207) A Joana viu um homem.

(208) A Joana viu um polícia.

(209) A Joana viu uma coisa.

Ao dizer **A** vê **B**, o falante nomeia o objecto da percepção como pertencendo a uma categoria que pode ser muito geral (*uma coisa*), de um nível básico (*um homem*) ou de um nível mais específico (*um polícia*);

– **B** é uma expressão identificadora; as expressões identificadoras podem ser simultaneamente categorizadoras, ou então puramente identificadoras. Estão no primeiro caso as expressões singulares definidas, como em

(210) A Joana viu o vencedor da maratona olímpica de 2004.

(211) A Joana viu o homem que nos abriu a porta agora mesmo.

Incluem-se no segundo caso os nomes próprios ("designadores rígidos" sem conteúdo descritivo):

(212) A Joana viu Jorge Sampaio.

Como o ver **B** envolve quase sempre uma categorização do objecto da percepção, podemos dizer que **B** designa um objecto "sob uma dada descrição", usado o termo "descrição" em sentido lato. Só nos casos em que **B** é uma expressão puramente identificadora é que não podemos falar nem em categorização nem em descrição, mas simplesmente em nomeação. Apesar disso, o nome próprio está sempre associado a descrições (*Jorge Sampaio foi Presidente da República Portuguesa*).

Assim sendo, pode dizer-se que em **A vê B**, **B** designa o objecto da percepção sob uma dada descrição e é, portanto, lícito, perguntar quem subscreve a descrição, isto é, quem é o/a autor/a da descrição. Quando se diz **A vê B**, a descrição **B** pode ser da autoria do falante ou da autoria de **A**; no caso normal, trata-se da autoria de **A** partilhada pelo falante, mas em casos não prototípicos pode haver divergência quanto à descrição, como veremos em (221) - (223).

Como **B** designa um objecto sob uma dada descrição, ocupemo-nos agora da questão dos tipos de objectos associados a diferentes descrições.³³² Assim, podemos ter um objecto simples³³³ como em (201), mas também:

(213) Eu vi um funcionário dos Serviços de Higiene.

A expressão "um funcionário dos Serviços de Higiene" remete para um objecto categorizado mediante características perceptíveis através da vista (o uniforme, a vassoura, etc.) e também com base no conhecimento de **A** sobre o mundo, sendo este objecto de ver mais complexo do que um *homem*.

(214) Eu vi o irmão do João.

Neste exemplo, **B** é reconhecido por **A** como "o irmão do João" e esse reconhecimento assenta numa categorização do que **A** vê,³³⁴ como em (213), mas esta não se opera exclusivamente, tomando como base os sinais exteriores perceptíveis. **A** ver **B** como "o irmão do João" depende, sobretudo, do conhecimento de que **A** dispõe sobre o mundo (família e graus de parentesco) e sobre o João e os membros da sua família. **B** é dado como um objecto que reflecte o conhecimento que está à disposição de **A**.

(215) Eu vi o mais detestável representante dessa seita.

³³² Tal como na teoria dos actos de fala um enunciado pode ser descrito como realizando diferentes intenções comunicativas, também em **B** podemos confrontar-nos com níveis distintos de descrição do objecto de percepção.

³³³ Quando digo "objecto simples" tenho em mente um objecto que pertence a uma categoria simples, no sentido de "acessível ao conhecimento e à compreensão", o que não quer dizer que um *homem* não designe um objecto mais complexo do que um *ponto* ou a *cor azul*, que não são típicos objectos de ver. Pode dizer-se que mesmo quando o objecto de ver, concreto e percepcionável, pertence a uma categoria simples é sempre um objecto estruturalmente complexo.

³³⁴ A percepção visual de um indivíduo do sexo masculino é pressuposta, mas **B** não é assim descrito.

O objecto de *ver* em (215), à semelhança do que acontece em (214), é objecto dado como "representante dessa seita", mas é também avaliado por **A** como "o mais detestável". **A** exprime a sua opinião em relação ao objecto identificado: "o mais detestável representante dessa seita". **B** é, pois, um objecto categorizado, identificado e avaliado por **A**.

Nos exemplos (216), (217), (218), (219) e (220), o objecto simples ("um homem") é agora apresentado como fazendo parte de um estado de coisas:

(216) Eu vi um homem que saía da loja.

(217) Eu vi um homem sair da loja.

(218) Eu vi um homem a sair da loja.

(219) Eu vi sair um homem da loja.

(220) Eu vi que um homem saía da loja.

Em (216) temos uma estrutura em que o objecto e o estado de coisas em que se insere são co-percepcionados por **A**, sendo que *saía da loja* a informação relevante do ponto de vista da inserção do objecto (*um homem*) nesse estado de coisas, isto é, estamos perante uma relativa de enquadramento perceptivo.³³⁵ Em (217), (218), (219) e (220) o objecto de percepção é um estado de coisas, caracterizado como [+ dinâmico], um evento³³⁶ do qual participa *um homem*, sendo o estado de coisas referido apresentado como um acontecimento na sua globalidade (cf. (217) e (219) ou como estando em curso (cf. (218) e (220)), distinções estas que se reflectem na

³³⁵ Cf. em 3, secção 3.2.1.1.2, a discussão sobre este tipo de relativas, a propósito da "Wahrnehmungsrahmen-wie-Konstruktion" e da sua equivalente em francês comparadas em Schepping (1982) e, na mesma secção, a resenha de Kleiber (1988), da minha autoria. Cf. também, para o português, Brito (1995) e a descrição semântica de *ver* (*ver*₁), onde se faz referência a Brito (1995) e às questões levantadas por este estudo.

³³⁶ Uso o termo *evento* para estado de coisas [+ dinâmico], contrastando com *estado* – estado de coisas [- dinâmico] como fazem Mateus et al. (2003: 134); Peres (1984: 86) propõe *predicados de evento* para os predicados com o traço [+ mutacional] e *predicados de situação* para os que têm o traço [- mutacional].

própria sintaxe.³³⁷ Em (216), (217), (218) e (219) é "um homem" que está em relevo ("foreground") e o estado de coisas fica em fundo ("background"). Em (220) o que se realça na descrição do objecto de ver é o estado de coisas.

B, enquanto objecto categorizado e/ou avaliado, faz sobressair o estatuto de **A** como portador epistémico,³³⁸ isto é, as instâncias de ver exemplificadas em (201) e (213) - (220) são casos em que **A** categoriza **B** de acordo com o conhecimento que detém: em (201) e (213) inserindo o objecto, mediante sinais visualmente perceptíveis, numa categoria (homem/funcionário dos serviços de higiene), em (214) categorizando-o fundamentalmente com base nos seus conhecimentos (com a informação visual relegada para segundo plano), em (215) categorizando e emitindo uma opinião e, por último, em (216) - (220), destacando a inserção de um indivíduo num estado de coisas determinado; neste caso, indivíduo e estado de coisas constituem, ainda que diferenciadamente, o objecto da percepção. O estatuto de **A** como portador epistémico manifesta-se ainda na escolha da forma como o estado de coisas é descrito (\pm dinâmico, em curso e \pm factual).

O objecto de ver apresenta-se, portanto, como extremamente variado e complexo, dependendo dos conhecimentos de **A** e das categorizações que **A** faz a partir do que percebe, e é legítimo afirmar que os objectos de ver se encontram, por vezes, numa relação de geração de tipo simples³³⁹ – ver um homem pode implicar, num

³³⁷ A utilização de infinitivas dos tipos AcI (Acusativo com Infinitivo), como em (217), e União de Orações, como em (219), contrasta com o uso da infinitiva preposicionada, em (218), que tem comportamento distinto do ponto de vista aspectual. Sobre os vários tipos de infinitiva que ocorrem com ver, cf. a descrição semântica de ver (ver_1), na secção 4.2.2. A completiva de que (220) marca a factividade do evento percebido, podendo negar-se o verbo perceptivo que ocorre na frase principal com manutenção da pressuposição factiva referida na frase encaixada (*Eu não vi que um homem saía da loja*), não sendo possível obter o mesmo resultado com a negação do verbo perceptivo em (217), (218) e (219).

³³⁸ "Erkenntnisträger" na lista de papéis semânticos de Helbig & Buscha (¹³1991: 559-563 e 634-637).

³³⁹ Cf. em Goldman (1970: 26-27) a noção de *geração simples*, no contexto de uma teoria da acção humana em que o mesmo acto pode subsumir várias acções geradas umas pelas outras de modo diverso (*geração causal*, *geração convencional*, *geração simples* e *geração aumentativa*). No caso da geração simples entre acções, **A** pode estar relacionada com uma acção **A'** num determinado contexto: "In simple generation the existence of certain circumstances, conjoined with the performance of A, ensures that the agent has performed A'. (...) simple generation could be schematized as "A and C jointly imply A' ". Retomando alguns exemplos do autor, A afirmar P em determinadas circunstâncias pode implicar $A' = A$ contradizer algo que anteriormente afirmou, ou A chegar depois da meia-noite pode, num certo contexto, implicar $A' = A$ faltar ao prometido.

determinado contexto, *ver um funcionário dos Serviços de Higiene/ver o irmão do João* ou ainda *ver o mais detestável representante dessa seita*, etc. Não significa isto que haja um objecto mais básico a partir do qual são derivados outros, mas que o mesmo objecto pode ser dado sob várias descrições.³⁴⁰ Normalmente, assume-se que há coincidência na descrição do objecto por parte do sujeito do enunciado e do falante, sendo marcados textualmente os casos em que esta coincidência não se verifica:

(221) Ele viu um mosquito na sopa. [descrição indexável ao falante que pode ser subscrita pelo sujeito do enunciado]

(222) O miúdo foi à janela e ainda viu o ladrão a dobrar a esquina, mas pensou que era o vizinho do 3º andar. [descrição indexável ao falante que o sujeito do enunciado não subscrive]

(223) Olinda «viu» Nossa Senhora no lugar da Cova da Cruz. (PM - CT) [descrição indexável ao sujeito do enunciado não subscrita pelo falante, que também não subscrive a classificação do estado de coisas em (223) como *ver*]

A não é apenas a sede da experiência perceptiva visual e quem pode controlar a direcção do olhar, mas é também aquele que reconhece a presença de **B**, categoriza e/ou emite opiniões ou passa a ter conhecimento de algo que não sabia antes.

B, enquanto objecto de conhecimento,³⁴¹ é um objecto afectado, na medida em que a sua existência é mediada pela apropriação de **A**. **B**, objecto de conhecimento, é um verdadeiro objecto, porque a sua natureza é modificada por **A**, ou seja, o que ficamos a saber sobre **B** é-nos dado a saber e é construído por **A**, independentemente da sua real natureza.

³⁴⁰ A ideia de o mesmo objecto, o objecto de percepção, poder ser apresentado *sob várias descrições* inspira-se na afirmação de G. E. M. Anscombe, referida em Goldman (1970: 1), sobre a possibilidade de descrição diversa de uma acção, considerando que nela pode haver várias acções que constituem uma só da qual são dadas diferentes descrições: "... a single action can have many descriptions, e.g. "sawing a plank", "sawing oak", "sawing one of Smith's planks", "making a great deal of sawdust", and so on and so on..." (Anscombe *apud* Goldman, 1970: 1).

³⁴¹ "Erkenntnisgegenstand" em Helbig & Buscha (¹³1991: 559-563 e 634-637).

A (portador epistémico) tem, em relação à informação coligida através da visão, a atitude de quem crê que aquilo que viu é real. A, pelo facto de ter visto, julga saber.³⁴²

- a) que existe um homem
- b) que esse homem é funcionário dos Serviços de Higiene
- c) que esse homem é o irmão do João
- d) que esse homem é membro de uma seita
- e) que ele é o mais detestável dos seus membros
- f) que esse homem saía da loja.

O saber de A acerca de B surge, no nosso contexto cultural, como efeito da própria experiência perceptiva, que constitui a primeira de várias etapas que podem levar ao conhecimento – recolher dados através da visão ('ver') > aperceber-se mentalmente de algo, incluindo a elaboração mental sobre os conteúdos da percepção visual e saberes de que já se dispunha ('analisar' e/ou 'avaliar' o que se viu, 'inferir' algo a partir do que se viu, 'compreender' aquilo que se viu) > armazenar na memória o produto da elaboração mental sobre conteúdos diversos, de modo a que este esteja disponível (seja sob a forma de opinião acerca do que se viu, seja como crença no que se viu ou, ainda, como saber decorrente da informação visual processada, que pode ser comunicado a outrem):³⁴³

(224) Penso que o Benfica tem muitos talentos, tem belíssimos jogadores, mas **penso** também que o FC Porto, pelo que vi na quarta-feira, é mais agressivo sobre a bola do que o Benfica. (PM-CT)

(225) Que aquelas imagens são estranhas, lá isso são. **Dava para ver** até um olho, meio aberto meio fechado, e umas bolhinhas de ar, o que prova que, seja o que for, respira com pulmões, e portanto não é peixe. (PAR)

(226) (...) o **conhecimento** do espaço de batalha, em tempo oportuno, o que significa **ver** tudo o que é relevante para o cumprimento da missão, se possível sem ser visto, **compreender** o que se vê, e **fazer chegar esse conhecimento** a quem dele precisa, na altura própria. (PAR)

³⁴² Cf. exemplos (201) e (213) - (220).

³⁴³ Pelo contrário, a ausência de contacto visual de A com determinada realidade B parece implicar que A desconhece B: *As boas consciências dos cidadãos respeitáveis estavam tranquilas. Não sabiam, nunca tinham visto nada, nunca tinham ido ao Casal [Ventoso] (...).* (PAR)

Num enquadramento sociocultural que atribui grande importância e objectividade aos dados fornecidos pela visão, 'ver' e 'saber' são experiências contíguas para os indivíduos que o integram, como mostra a expressão *Vi com os meus próprios olhos*, com a qual se invoca o facto de se ter visto algo como condição necessária e suficiente para aduzir que se sabe algo. 'Ver' implica geralmente 'saber' ou pelo menos 'acreditar que se sabe',³⁴⁴ a menos que haja razões para cancelar essa implicação,³⁴⁵ por exemplo se surgirem novos dados (evidência de carácter distinto) que levem **A** a questionar a sua percepção de **B** e o que julga saber acerca de **B**.

Em síntese, a interpretação por defeito da sequência **A vê B** decorre da noção de que **A** olhou numa determinada direcção com o propósito de ver **B**³⁴⁶ e de que esse propósito foi conseguido, como em (201); ver é interpretado como pressupondo olhar para algum objecto e como 'conseguir ver' esse objecto.

A e **B** são entidades contíguas, embora não necessariamente de uma forma absoluta, isto é, ver serve para descrever situações em que **A** vê, por exemplo, ao longe, pelo buraco da fechadura, ao microscópio, através de uma câmara oculta ou do telescópio, no nevoeiro, etc.

Quando se diz **A vê/viu B**, diz-se que **B** dispõe, através da percepção visual e dos seus conhecimentos, de elementos que lhe permitem descrever **B** de uma das formas

³⁴⁴ 'Ver' surge frequentemente como o elemento decisivo para se poder 'acreditar' em algo: *É um submundo que a própria Jennifer Toth diz, no início do livro, não ter acreditado existir até ter descido e visto com os seus olhos. "O quê? As toupeiras? Ninguém vive debaixo da terra! Isso são só histórias", começou por lhe responder o sargento Bryan Henry, (...). (PAR)*

³⁴⁵ Sobre a importância das chamadas "folk theories" ou "ICMs" ("idealized cognitive models") como modelos populares de interpretação da realidade e a sua relevância para o entendimento do significado, cf. Lakoff (1987: 71-74) e Sweetser (1987), ambos a propósito da palavra lie (mentira). Popularmente, uma boa definição de mentira é "(alguém fazer uma) afirmação falsa", embora "(ter uma) falsa crença" ou "(ter) intenção de enganar" sejam consideradas condições mais relevantes do que a falsidade factual para a aferição de bons exemplos de mentira, uma vez que "(alguém fazer uma) afirmação falsa" pode dever-se a falta de conhecimento e não propriamente à intenção de enganar. A resolução desta contradição aparente encontra-se na análise da lógica interna do modelo popular de mentira (cf. a versão deste modelo em Lakoff (1987: 72), revista e simplificada a partir de Sweetser (1987)): "(...) falsity is the most informative of the conditions in the idealized model, since falsity entails both intent to deceive and lack of belief. It is thus falsity that is the defining characteristic of a lie." (Lakoff 1987: 73)

Assim, também ver **B** é tomado popularmente como implicando saber que **B** existe e é verdadeiro, independentemente do que a lógica nos diz sobre a possibilidade de questionar a existência ou a veracidade de **B**.

³⁴⁶ Prova de que a interpretação por defeito é esta, são os casos em que contextualmente é necessário sinalizar o cancelamento desta "implicatura conversacional generalizada": **Sem querer** vi-o roubar uma maçã.

possíveis, por exemplo classificando-o como homem ou mulher (cf. (201)), do ponto de vista da sua actividade profissional, das suas relações de parentesco ou do seu envolvimento num estado de coisas visualmente perceptível (cf. (213), (214), (216), (217), (218), (219) e (220)), ou ainda lhe permitem emitir juízos ou opiniões sobre **B** (cf. (215)). *Ver* não é nunca dissociável de um certo tipo de conhecimento, mesmo quando se trata de um objecto simples como em (201).

O que **A** vê pode apresentar-se, ainda, como o suporte necessário para sustentar a verdade de uma proposição (P):

(227) Vi que o homem estava ferido

– *vi* sugere que o falante teve, nalgum momento anterior ao da enunciação, indícios para poder afirmar que P, podendo tratar-se de indícios de carácter visual ou de outro tipo, por exemplo a dificuldade em falar ao telefone com a central do INEM, os gritos de um condutor encarcerado se o carro estiver muito danificado ou inacessível, etc.

No entanto, o falante pode tornar explícita a fonte que o levou a concluir que P, de tal modo que o ouvinte interpreta P como uma inferência forte na base de indícios/vestigios que foram visualmente perceptíveis para **A**:

(228) Vi **pelo sangue na cara do homem** que ele estava ferido.

(229) Vi **pela cara dela** que lhe tinha feito mal.

Em (228) e (229), o falante afirma que P, apoiando a sua afirmação com a explicitação do indício que o levou a concluir que P. *Vi* introduz uma conclusão, mas não sugere que há evidência para essa conclusão, porque ela já está expressa no próprio enunciado *pelo sangue na cara do homem, pela cara dela*, ao contrário do que acontece em (227). Nestes dois casos, o sujeito avalia a evidência disponível como permitindo-lhe concluir que P.

Ao invés, quando *ver* é usado no Presente do Indicativo e na 1ª pessoa do singular, como em (230) e (231), sendo a predicação central o conteúdo da completiva (*tu estás ferido* e *tu compraste uns sapatos novos*, respectivamente),

(230) Vejo que estás ferido

(231) Vejo que compraste uns sapatos novos

vejo sinaliza que o falante tem evidência visual directa – sapatos brilhantes/sangue, escoriações, etc. – para afirmar que P, mas esta evidência não está expressa no enunciado, como em (228) e (229), sendo sugerida por *vejo*. No caso de (231), o falante dispõe também de evidência indirecta que lhe advém do conhecimento que tem sobre o ouvinte – sabe que não é provável que alguém lhe tenha dado os sapatos ou que ele os tenha roubado, o que lhe permite inferir que os comprou.

Podemos, portanto, falar de um uso evidencial³⁴⁷ de *ver* em (230) e (231) e de um uso epistémico em (227), (228) e (229). Aliás, *ver* não pode, em (230) e (231), ser parafraseado por ‘ficar a saber’ que é uma paráfrase possível de (227), (228) e (229).

Os usos evidenciais e epistémicos de *ver*³⁴⁸ não devem, no entanto, ser considerados como parte da cena de *ver*, mas antes naturais extensões do seu uso básico.

³⁴⁷ Falo apenas de uso evidencial de *ver*, já que no português não existem marcadores gramaticalizados de evidencialidade, ao contrário do que acontece noutras línguas. Sobre o conceito de evidencialidade expressa através de marcadores gramaticais, veja-se, por exemplo, a seguinte passagem de De Haan (2005): "Evidentiality is traditionally divided in two main categories: *direct* evidentiality, which shows that the speaker has directly witnessed the action, and *indirect* evidentiality, which shows that the speaker has no direct evidence for his/her statement, but has other sources for making the statement. Typical direct evidential categories are *visual* and *auditory* evidence, stating that the speaker has respectively seen and heard the action. Indirect evidentials can be *inferentials*, which mean that the speaker has inferred the action from available evidence, and *quotatives* (also referred to in the literature as *reportative* or *hearsay* evidentiality), which states that the speaker knows about the event from being told by another person. (De Haan, 2005: 1-2 da versão em linha)

³⁴⁸ Cf., a propósito desta distinção, De Haan (2001_a) e De Haan (2005), que distingue também entre "modalidade epistémica" e "evidencialidade como categoria deíctica": "A speaker will use an indirect evidential to state that the action takes/took place outside the speaker's deictic sphere, whereas the use of a direct evidential shows that the action takes or took place within that deictic sphere. (...) Evidentiality asserts the evidence, while epistemic modality evaluates the evidence." (De Haan 2005: 2-3 da versão em linha, sublinhado da minha responsabilidade) Também Gisborne (2004_b) refere De Haan (2001_a) e recupera a seguinte distinção de Palmer (2001): "According to Palmer (2001) epistemic and evidential modality constitute two kinds of propositional modality. In the case of epistemic modality, speakers judge of the factual status of a proposition. With evidential modality, speakers indicate source for factual status of proposition." (Gisborne, 2004_b: 3, sublinhado da minha responsabilidade).

Acerca da possível gramaticalização de *ver* como evidencial, cf. 4.2.3.3 desta dissertação.

B pode, ainda, suscitar uma resposta avaliativa e emocional por parte de **A**

(232) Vi uma grande injustiça e **virei costas**, porque já não estava disposto a ver mais nada.

B pode ser informação já conhecida, que **A** facilmente reconhece, por exemplo (233) *José Lopes garante ser o mesmo que vira durante a manhã e que estava a fazer uma chamada através de um telemóvel* (PM-CT), mas pode ser também informação nova (234) **Nunca** vi uma coisa assim!, de tal maneira nova que o enunciado traduz não só a incapacidade de **A** integrar **B** no conhecimento de que já dispõe, mas a própria resposta emocional a essa incapacidade.

A considera que aquilo que vê é verdadeiro por defeito,³⁴⁹ como se pode constatar pela expressão (235) *Vi com estes dois que a terra há-de comer com a qual se destaca a importância da evidência recolhida directamente pela visão*,³⁵⁰ chegando **A** mesmo a questionar uma informação factual em face daquilo que vê (236), o que não exclui a possibilidade de vir a rever ou alterar a sua convicção, mediante novos dados ou quando confrontado com opinião distinta de outrem (237):³⁵¹

³⁴⁹ Esta convicção decorre do facto de haver grande número de consensos visuais entre indivíduos adultos saudáveis (devidos às regras universais, inatas, que permitem a aquisição de regras de construção de imagens visuais no contexto de experiências visuais culturalmente distintas (cf. Hoffman 1998: 14-15 e 74) – a chamada arquitectura da visão) o que reforça a ideia popular de que ver é um acto racional, no qual a emoção não desempenha qualquer papel. Ao contrário, muitos investigadores em neurociência (cf., por exemplo, Damásio (1995 e 2000) e Hoffman (1998)) sublinham repetidamente a ideia de que ver é indissociável de um certo conteúdo emocional, isto é, de que qualquer estímulo visual tem sempre uma ressonância afectiva, como se pode comprovar pela actividade da amígdala (região cerebral que, quando afectada bilateralmente, leva a respostas emocionais inadequadas perante determinados estímulos visuais) ou pelo famoso síndrome de Capgras, que se caracteriza aparentemente pela ligação deficiente entre a inteligência visual e a inteligência emocional, devido a lesão cerebral, e que leva indivíduos com uma visão "normal" a reagirem inesperadamente perante familiares seus, quando os vêem, dizendo que se trata de pessoas que se fazem passar pelos verdadeiros familiares, ou seja impostores, sendo este comportamento atribuído à impossibilidade de articular adequadamente as duas inteligências, de modo a que a componente visual seja ligada a respectiva componente afectiva.

³⁵⁰ A ideia de que afirmar que se viu algo dispensa **A** de fornecer provas sobre o conhecimento desse algo está patente em enunciados como o seguinte, onde o falante contrasta viu e teve informação, separando claramente os objectos de conhecimento e sublinhando com viu que **teve directa informação sobre** e não **foi informado por outrem**: *Após o termo dos combates, ao testemunhar o que pessoalmente viu nas principais batalhas da Restauração e do que teve informação, não se esqueceu de fazer justiça (...).* (PAR)

³⁵¹ Esta possibilidade resulta, em última análise, do facto de a visão acontecer sempre como actividade em contexto, isto é, o contexto em que se recebe o estímulo é fundamental para determinar o que vemos, ou seja, a categorização que fazemos, senão recorde-se a influência da fonte de luz e/ou da cor do fundo na percepção da cor de figuras que se encontrem projectadas contra esse fundo ou da distância a que o sujeito se encontra em relação ao objecto: *Quando a Expo' 98 abrir as suas portas, o painel, intitulado Azulejo dos Oceanos, estará à vista de todos os visitantes,*

(236) Quando chegou ao fim, disse que não fazia a escritura, porque **o comprador é um homem no bilhete de identidade, mas na sua frente via uma mulher**. (PM-CT)

(237) Agora que me dizes vejo que não é um lobo, mas um cão vadio.

No entanto, a convicção generalizada de **A** é a de que aquilo que vê é fiável, de tal maneira que *ver* surge frequentemente associado a actividades que podem ser consideradas como exercícios de vigilância, pesquisa ou observação, de carácter especializado ou não, eventualmente realizadas através de meios técnicos que permitem ver à distância ou em pormenor.

Em jeito de conclusão, *ver* implica a recepção de estímulos que podem produzir uma alteração dos estados de consciência do experienciador, efeito da informação adquirida (evidência) e da sua fidedignidade "por defeito", mas é também uma experiência que depende, em última análise, de um movimento do sujeito (experienciador, agente e portador epistémico) ou do seu olhar em direcção ao objecto:

(238) **Aproximei-me e vi que o grupo se deslocava, parando junto de outro leito**. (PM-CT)

tendo leituras diferentes conforme a distância a que é observado. De longe, apercebe-se o conjunto; de perto, ver-se-á manchas de cor formadas por azulejos decorados com motivos geométricos. (PAR) A atenção menor ou maior que damos a determinados estímulos presentes no mesmo contexto condiciona também a informação visual processada. A experiência frequentemente referida de passar por alguém na rua e não ver essa pessoa, ou de olhar para determinado ponto à procura de qualquer coisa e não a conseguir ver, não obstante o facto de ela ali se encontrar, ou ainda a incapacidade de referir/reproduzir com rigor um pormenor de uma imagem que julgávamos ter muito bem definida em termos mentais, como a cor do topo do arco-íris, demonstram a importância da atenção e, ao mesmo tempo, a variabilidade do grau de definição das imagens visuais, entre indivíduos. (Devo este último exemplo a uma comunicação de Miguel Castelo-Branco, neurobiólogo da visão do IBILI – Instituto Biomédico de Investigação da Luz e Imagem, apresentada ao colóquio interdisciplinar "A Visão na Ciência e na Arte", que decorreu no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, a 4 de Março de 2004).

4.2.2 Descrição Semântica de *ver*

ver₁ (perceber através da vista) – [A **vê** B] = [A **percebe** B através da vista]

Indivíduo pertencente à classe dos seres animados, apercebe-se, através do sentido da vista, de B, que preenche os requisitos para poder ser percebido através da visão (cf. a cena de *ver*).

B pode realizar-se através de:

- um SN que tem como núcleo um N com ou sem extensões – complementos e modificadores (cf. Mateus et al. ⁵2003: 365)³⁵² – eventualmente acompanhado de determinante e/ou quantificador (SN = N sem extensões/SN = N + extensões);
- um N estado de coisas (Nedc);
- uma frase relativa semilivre com *o que* (FRel *o que*);
- uma frase relativa introduzida por *(o modo) como* (FRel*como*),
- um N seguido por relativa de enquadramento perceptivo (FRelPerc);

³⁵² Para uma descrição exaustiva da estrutura lexical e funcional do SN, cf. Mateus et al. (⁵2003: 328-370), de onde retiro a distinção entre complementos e modificadores de N, bem como alguns dos exemplos abaixo utilizados para a sua ilustração. Nos complementos de N incluem-se, segundo as autoras, os argumentos dos Ns que são predicados semânticos (*a invasão de Timor-Leste* [Tema] *pela Indonésia* [Agente]) e os elementos que, não estando associados a um predicado semântico, "(...) não só ocupam posições de complemento como têm em comum com os argumentos nominais o restringirem o conceito designado pelo nome; daí a designação tradicional de "complementos determinativos". (p. 330) Estes mantêm com o N que complementam relações de dependência forte, atestáveis pelos elos semânticos que com ele estabelecem e pelas limitações impostas à sua deslocação na frase (cf., por ex. pp. 338-343): *a discussão sobre propinas na faculdade*, *a perna da mesa* [parte-todo], *a fotografia da rapariga* [Agente, Tema ou Possuidor], *o pai do Zé* [relação de parentesco], *tecido de fibra* [Matéria]. Os complementos são, portanto, subcategorizações dos Ns núcleo de sintagma, ao passo que os modificadores não são argumentos internos do N, não devendo, por isso, "estar previstos nas entradas lexicais dos nomes com os quais se podem combinar" (p. 339) – cf. o estatuto distinto dos SP *sobre propinas* (complemento) e *na faculdade* (modificador) no exemplo *A discussão sobre propinas na faculdade foi acalorada* (p. 339). Os modificadores restritivos têm carácter de adjuntos e "limitam o domínio de referência da expressão nominal" (p. 366) (*a discussão sobre propinas na faculdade*, *uma rapariga bonita*, *tecido de fibra para reposteiro*, *o chapéu que estava no armário*); os modificadores apositivos, por sua vez, "constituem um comentário avaliativo do locutor sobre uma entidade denotada pela expressão nominal" (p. 366) – *O João, todo contente*, e *o António, que faz anos amanhã*, *partiram para os EUA*. Pode questionar-se o uso feito pelas autoras do termo "avaliativo" em relação ao modificador apositivo em enunciados como *o António, que faz anos amanhã*, *regressou do estrangeiro* (p. 368); de facto, parece-me mais ajustado falar de comentários do falante com carácter parentético e não atribuir a designação de avaliativo a todos os modificadores de tipo apositivo.

- uma frase infinitiva (FInf);
- uma frase completiva de *que* no indicativo (QueFInd).

Quando B é realizado como SN cujo núcleo é um N ou um N com extensão, este pertence a uma das seguintes categorias lexicais, sendo restrito ao conjunto dos Ns que nomeiam entidades ou estados de coisas percepcionáveis através da vista: Ns animados humanos ou não humanos, Ns não animados, Ns comuns ou próprios, Ns contáveis e Ns não-contáveis (também ditos massivos).

Assim, podemos observar constituições diversas do SN complemento de ver às quais estão associados diversos tipos de objecto de percepção:³⁵³

1. Um núcleo nominal sem extensões que pode ser preenchido por Ns de natureza lexical distinta, desde que designem apenas entidades ou estados de coisas visualmente percepcionáveis:

(239) Mal saí da estação vi o carro/um jornalista/água/o João/o Tejo/um assalto.

Os Ns sem extensões podem servir para nomear uma entidade simples ou estados de coisas,³⁵⁴ como por exemplo *assalto* – "alguém assaltar alguém/alguma coisa".

2. Um núcleo nominal com extensões de natureza restritiva e/ou apositiva:

- (240) a. Mal saí da estação vi o carro verde
 b. (...) um carro para alugar
 c. (...) o carro que estava estacionado em cima do passeio
 d. (...) um jornalista desportivo da TSF
 e. (...) água fétida
 f. (...) o João, todo contente pelo apuramento de Portugal para a Final
 g. (...) o Tejo com os cacilheiros todos atracados
 h. (...) um assalto à agência do BES no Campo das Cebolas.

³⁵³ Sobre os tipos semânticos de objecto de percepção que ocorrem com *ver*₁, cf. abaixo exemplos (244) e seguintes.

³⁵⁴ Peres (1984: 68) define sucintamente estado de coisas como "as parcelas de um mundo designadas pelas proposições". Tomando esta definição como referência e partindo do princípio de que de uma proposição se pode dizer se é verdadeira ou falsa, incluirei sob a designação "estado de coisas" não apenas os objectos de *ver* que são realizados por constituintes em forma frásica, mas também os constituintes de frase (do tipo SN com ou sem extensões) que podem ser lidos como expressões de um conteúdo proposicional, como acontece com o N *assalto*.

Os complementos e modificadores de N que aumentam a extensão do núcleo nominal, dentro de um certo limite, têm, no entanto, potencialidades diversas:

– restringindo o conceito de base, referir o objecto concreto de *ver*, como portador de determinadas características (*carro verde*, *água fétida*, *um carro para alugar*, *um jornalista desportivo*, *um jornalista desportivo da TSF*);

– tornar mais complexo o objecto de *ver*, contribuindo para a transmissão de um conteúdo comparável a uma proposição:

(241) O João estava contente pelo apuramento de Portugal para a Final.

(242) No Tejo havia cacilheiros e estavam todos atacadados.

(243) Alguém assaltava a agência do BES no Campo das Cebolas.

Quanto ao objecto de percepção, o participante **B**, este pode ser:

a) objecto simples (N sem extensões)

(244) Ao princípio, quando vi ali o carro, sempre pensei que fosse o engenheiro que vinha vistoriar a obra. (PM-CT)

(245) «Pode ser que seja desta que eles vão embora», atirava um dos moradores sempre que via um jornalista. (PM-CT)

Este objecto de *ver* admite passiva de *ser* e passiva de *-se*:

(246) O carro foi visto naquele local.

(247) A noite começa a cair e por todo o lado se vêem sombras. (PM-CT)

b) objecto restrito (N + extensão)

(248) Tenho 84 anos e nunca vi um fogo destes nas redondezas, comentava, aflito, Manuel António Barros, um habitante de Bornes. (PM-CT)

(249) Nunca se tinha visto nada assim em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa. (PM-CT)

(250) (...) você passa de automóvel pela paragem do autocarro e vê uma bicha de pessoas sujas de lama. Só pára se vir alguém conhecido? (PM-CT)

Em (250) podemos observar que algumas extensões de N têm comportamento atributivo como em bicha de pessoas, mas que outras se comportam como predicativos, isto é, são reconduzíveis a uma proposição – as pessoas estavam sujas de lama – como as que encontramos predominantemente nos exemplos seguintes:

(251) Vi o cadáver de uma mulher com o seu filho no ventre. (PM-CT)

(252) Protegida pelas correntes anti-estacionamento selvagem, todos os dias suspirava de alívio por ainda ver a ilha no seu sítio, com as fronteiras bem definidas (...). (PM-CT)

(253) E a primeira coisa que viu, mal se meteu num táxi, rumo à Baixa, foi homens de metralhadora e tanques na rua. (PM-CT)

(254) Testemunhas citadas pela Reuter garantem ter visto na tarde de ontem a bandeira da república croata hasteada na torre de controlo do aeródromo, situado nas proximidades do porto de Zadar, costa do Adriático. (PM-CT)

Este objecto de *ver* admite passiva de *ser* e passiva de *-se*:

(255) Foi visto o cadáver de uma mulher com o filho no ventre.

(256) Vê-se uma bicha de pessoas sujas de lama à espera do autocarro.

O carácter predicativo das extensões de N, por exemplo em (252) e (253), revela-as como proposições incipientes, explicitáveis através de um verbo copulativo (Vcop) – *A ilha estava no seu sítio e tinha as fronteiras bem definidas/Na rua estavam tanques e homens de metralhadora* –, que apontam para a possibilidade de *ver* ser acompanhado de um

objecto que é um indivíduo (N), ao qual está associado um estado de coisas expresso por uma proposição (frase que se segue a N), como em c).

c) objecto = um indivíduo num estado de coisas – justaposição (SN = N [\pm aimado] não genérico + relativa de enquadramento perceptivo)

(257) (...) pôde ver o bando dos pequenos saqueadores que se dirigia ao pinhal, grazinando barulhentemente. (MOR, XI, 611_a)

(258) Viu um cavaleiro que se aproximava. (AUR, 1764_a)

(259) Vejo o João que se aproxima. (Brito 1995: 25)³⁵⁵

(260) Vejo o avião que está a aterrar. (Brito 1995: 25)³⁵⁶

O estatuto deste tipo de objecto de *ver* é discutido, para o português, em Brito (1995), que salienta os aspectos em que estes constituintes frásicos, a seu *ver* pseudo-relativas, se aproximam e aqueles em que se distanciam de outras construções relativas ditas canónicas (restritivas e apositivas), bem como das construções infinitivas, com ênfase para a de infinitivo preposicionado. Segundo a autora, as pseudo-relativas têm em comum com as relativas restritivas "o não serem um comentário parentético acerca da expressão nominal e, por conseguinte, por não terem qualquer demarcador fónico entre o SN e a oração iniciada por *que*" (Brito 1995: 28), distinguindo-se daquelas "por não constituírem nenhuma forma de restrição ou de determinação sobre a expressão nominal antecedente." (*idem, ibidem*)

No que respeita à sua relação com as apositivas, ambas partilham o terem um antecedente não genérico, uma expressão definida ou indefinida, mas específica. No entanto, as pseudo-relativas não dispõem de "um demarcador fónico a separá-las da expressão nominal", não são "parafraseáveis por uma coordenação de frases" e "não

³⁵⁵ Os exemplos retirados de Brito (1995) são contextualizados como respostas à pergunta *O que é que vêes?* Os sublinhados nestes exemplos são da minha responsabilidade.

³⁵⁶ Este enunciado não deve ser interpretado restritivamente e "só poderia ter o valor restritivo (...), se o contexto linguístico ou extralinguístico condicionasse uma interpretação contrastiva, típica das relativas restritivas" (Brito 1995: 28), como Brito observa em relação ao exemplo de Kleiber (1987) *Je vois la mère qui pleure.*

admitem a inserção de advérbios frásicos" sem com isso se transformarem em apositivas (cf. Brito 1995: 28-29); vejam-se os exemplos:

(261) Vejo o avião que está a aterrar ≠ Vejo o avião e o avião aproxima-se. (Brito 1995: 29)

(262) Vejo o teu filho, que, **felizmente**, está a comer. (Brito 1995: 29)

Considerados os dois tipos de relativas canónicas, estas construções apresentam, ao contrário daquelas, a particularidade de *que* poder desempenhar apenas a função de sujeito e de este ser o único morfema admitido, o que contrasta com o facto de as relativas canónicas admitirem "um leque variado de morfemas e sintagmas relativos" (Brito 1995: 29), considerando Brito (1995) que a coordenação deste tipo de constituintes com relativas restritivas ou apositivas produz resultados pouco aceitáveis:

(263) ?? Vejo o teu filho que está a chorar e que é muito amoroso. (Brito 1995: 30)

Com base nos argumentos acima aduzidos, Brito (1995: 30) considera estes constituintes frásicos como pseudo-relativas, ocupando-se ainda das afinidades sintácticas e semânticas entre estas e as construções infinitivas e gerundivas, concluindo que as pseudo-relativas são "a expressão de uma percepção directa de um individual num determinado evento (...)." (Brito 1995: 33)

De acordo com a autora, existem restrições de carácter temporal e aspectual sobre o verbo que ocorre nas pseudo-relativas, dada a necessária concordância do tempo da frase pseudo-relativa com o tempo da frase matriz: "se o tempo da oração matriz é o Presente, o tempo da oração de *que* é o Presente ou o Pretérito Perfeito mas não o Imperfeito [ou o Futuro], porque o que se pretende descrever é um processo que se realizou (num tempo imediatamente anterior ao da enunciação), ou que está a realizar-se (simultaneamente ao tempo da enunciação) ou que começou a ser realizado (expresso por uma forma "progressiva")." (Brito 1995: 33-34)

(264) Vejo um avião que **está a aterrar**. (Brito 1995: 34)

(265) Vejo um avião que **aterrou/acabou de aterrar**. (Brito 1995: 34)

(266) * Vejo um avião que aterrava. (Brito 1995: 34)

(267) * Vejo um avião que aterrará. (Brito 1995: 34)

Quando o tempo da frase matriz é o passado (expresso pelo Pretérito Perfeito), o enunciado passa a ser um relato de percepção (cf. (257) e (258)); por isso o tempo da frase encaixada pode ser um tempo do passado, apresentado como realizado (Pretérito Perfeito) ou como estando a realizar-se (Imperfeito, preferencialmente numa forma progressiva):

(268) Vi um avião que aterrou. (Brito 1995: 34)

(269) Vi um avião que estava a aterrar. (Brito 1995: 34)

Brito (1995) chama ainda a atenção para um aspecto abordado por vários autores que se ocuparam deste tipo de relativas, a saber, as restrições de carácter semântico que impendem sobre o tipo de predicado que nelas pode ocorrer. Tal como acontece com as construções infinitivas e gerundivas, estes são tipicamente "predicados de fase"³⁵⁷ (cf. Brito 1995: 35).

A autora salienta ainda a existência de restrições à ocorrência de certos verbos modais – por exemplo *poder* e *dever* (*querer* pode ocorrer em pseudo-relativas) –, concluindo que nem as relativas canónicas (restritivas e apositivas) nem as completivas de *que* registam esta ou as outras limitações – aspectuais e temporais, referentes aos predicados que nelas podem ocorrer –, o que na sua opinião constitui mais um argumento para distinguir as pseudo-relativas das relativas canónicas e completivas de *que*.

Do ponto de vista da análise da estrutura do constituinte frásico em causa, Brito defende que se trata de um constituinte nominal (SN) em que o N e a pseudo-relativa nele encaixada constituem um todo, por ser deslocável ou isolável por inteiro, o que mais uma vez aproxima esta construção das infinitivas, em particular

³⁵⁷ Em inglês "stage level predicates" por oposição a "individual level predicates" e, na terminologia portuguesa de Mateus et al. (2003: 381), "predicados de fase" (eventos e estados temporários, transitórios, episódicos) e "predicados de indivíduo" (estados/propriedades inerentes, permanentes).

das infinitivas preposicionadas que também exprimem, como a pseudo-relativa, "um processo durativo". No que concerne ao estatuto do objecto de *ver*, a autora recusa para as pseudo-relativas e para as gerundivas e infinitivas a possibilidade de atribuição de um duplo papel temático (Acontecimento e Objecto) proposta por outros autores,³⁵⁸ reafirmando que "nas pseudorelativas [sic], o objecto dos Vs em questão é um individual percebido num dado evento." (Brito 1995: 40) No entanto, precisa esta afirmação, quando aceita que, "por outro lado, o SN, ou melhor, o N é o núcleo da construção; daí que, do ponto de vista interpretativo, tanto é verdade que o SN é o objecto da percepção, como é objecto da percepção o SN num dado evento." (Brito 1995: 46)

Ainda a propósito das semelhanças entre pseudo-relativas e infinitivas, a autora sublinha as diferenças que devem ser observadas no comportamento de ambas no que respeita ao movimento de constituintes para uma posição exterior e à cliticização de SN – a pseudo-relativa não permite a extracção (cf. (270)) e o sujeito da infinitiva cliticiza em acusativo junto do predicado da frase matriz (cf. (272) e (273)), enquanto o antecedente da relativa não admite cliticização (cf. (274)):

(270) *O livro que eu vi a Maria que lia [] é o "Evangelho Segundo Jesus Cristo". (Brito 1995: 45)

(271) O livro que eu vi a Maria ler/a ler é o "Evangelho Segundo Jesus Cristo". (Brito 1995: 45)

(272) Vi-o chorar. (Brito 1995: 45)

358

"(...) parece preferível adoptar a ideia de Burzio e Rizzi (...) de que os Vs perceptivos quando são seguidos quer de um SN (como simples Vs transitivos) quer de um SN seguido de uma oração reduzida (seja ela pseudorelativa [sic], infinitiva ou gerundiva) têm um e um só papel temático interno a atribuir, o papel de "Tema individual" (no pressuposto de que quer uma expressão nominal quer um Evento são semanticamente individuais." (Brito 1995: 41)

Opinião diferente é a de Monachini et al. (1994: 48): "(...) we can see that the former construction [infinitive clause] refers to the perception of a whole process; when using the latter construction [pseudorelative clause], instead, it seems that the speaker wants to emphasize the perception of an Object performing or undergoing a certain process/event."

(273) Vi-o a chorar. (Brito 1995: 45)

(274) *Vi-o que está a chorar. (Brito 1995: 45)

Sem prejuízo da caracterização que Brito faz das chamadas pseudo-relativas, merece ser questionada esta designação. Sendo certo que estas relativas não contribuem para definir univocamente a entidade referida através do seu antecedente, ao invés do que acontece com as relativas restritivas como (275)

(275) O rapaz **que jogava à bola** perguntou-me as horas,

não parece existir entre relativas apositivas e relativas de enquadramento perceptivo uma distinção tão radical que justifique a designação "pseudo-relativa".

Se podemos utilizar uma relativa apositiva com função de comentário, demarcada relativamente ao seu antecedente por pausa ou vírgula, quer este seja uma entidade perfeitamente identificável e unívoca (cf. (276)), quer se trate de uma entidade não perfeitamente identificável (cf. (277 e (278)))

(276) Cavaco Silva, **que ontem tomou posse como Presidente da República**, entrou no avião sem fazer qualquer comentário

(277) Uns rapazes, **que eu nunca tinha visto**, entraram na loja

(278) Um rapaz **que jogava à bola** perguntou-me as horas,

não parece existir grande diferença entre as apositivas com antecedente indefinido e não identificável, (277) e (278), e a relativa de enquadramento perceptivo (279)

(279) Vi um rapaz que jogava à bola,

em que a intenção do falante não é definir um dado rapaz, mas falar de um tema ("um rapaz") ao qual acrescenta informação nova – rema ("que jogava à bola") – que não difere muito do comentário em (277) *Uns rapazes, que eu nunca tinha visto*, ... e (278) *Um*

rapaz **que jogava à bola** perguntou-me as horas a não ser por não haver vírgula ou pausa entre o antecedente e a relativa e pelo facto de o conteúdo da relativa (279) se reportar a um objecto de percepção num dado contexto.

O facto de não existir, nas relativas de enquadramento perceptivo, vírgula/pausa entre o antecedente (tema) e o comentário (rema) deve-se à forte unidade existente entre ambos, justamente por representarem um indivíduo num estado de coisas, constituindo ambos o objecto de percepção. E é, a meu ver, o facto de serem objectos de percepção que justifica a diferença de comportamento destas relativas em relação às relativas canónicas e as torna próximas das infinitivas e gerundivas, nomeadamente no que respeita à caracterização temporo-aspectual dos predicados que nelas ocorrem.

d) objecto = um indivíduo num estado de coisas – integração (FRel o que/FRel (o modo) como.../FInf Preposicionada/FInf AcI/FInf Flexionada)

Este objecto de *ver* distingue-se do tipo anterior (indivíduo e estado de coisas justaposto) pelo facto de o indivíduo ainda reconhecível como participante de um estado de coisas exibir um forte grau de integração no estado de coisas, o que torna impossível a sua dissociação.

1. Relativas de *como* e *o que*³⁵⁹

No caso das relativas, o antecedente pode reconstituir-se, mas a possibilidade de este se encontrar ausente ou reduzido a uma expressão mínima, revela o grau de integração do indivíduo no estado de coisas.

Como [= o modo como] tem, em enunciados deste tipo, a função de relativo que retoma um estado de coisas.

(280) Joe Sumares viu como tudo começou, porque tudo começou mesmo ao lado do seu Wynberg Hiper Meat. (PM-CT)

³⁵⁹ Sobre as particularidades das "relativas sem antecedente expresso"/"relativas livres" e "relativas semilivres", veja-se Mateus et al. (2003: 675-685) e a bibliografia aí referida. Vejam-se também a nota 238, em 3.2.1.1.3, e a nota 486, na secção 4.4.2, a propósito do estatuto das relativas sem antecedente expresso e semilivres como complementos verbais e da sua relação com interrogativas indirectas introduzidas por morfemas idênticos.

No exemplo seguinte, o *que* relativo retoma, um estado de coisas não especificado referido pelo antecedente demonstrativo *o* que é comutável com o demonstrativo *aquilo*.³⁶⁰

(281) Quando vejo o que se passa na Bósnia, pergunto-me o que se passaria se a Europa existisse. (PM-CT)

2. Infinitiva preposicionada:³⁶¹

(282) Levantou-se e foi até à janela, viu fumo e labaredas, a sair da Rua do Carmo, tão próximas que julgou «que era o fim». (PM-CT)

(283) Ficava apavorado quando, no metro, via as pessoas a tocar guitarra e a pedir esmola. (PM-CT)

(284) Mas teve a compensação de ver, ao lado do seu homólogo, (...), os primeiros veículos não oficiais a atravessarem a nova ponte. (PM-CT)

³⁶⁰ Para uma discussão do estatuto de *o que* nas "relativas semilivres", com antecedente "apenas parcialmente nulo", cf. Mateus et al. (⁵2003: 681-683). Cunha & Cintra (1984: 343 e 347) referem a possibilidade de *o* antecedente do relativo ser "o sentido de uma expressão ou oração anterior" resumido através do demonstrativo *o* ou da palavra *coisa* que antecede o relativo. Os exemplos acima não correspondem exactamente aos casos referidos por Cunha e Cintra, pelo facto de *o* conteúdo proposicional resumido não se encontrar expresso na mesma frase, mas aplica-se-lhes a ideia genérica de *o que* relativo poder retomar um conteúdo proposicional, um estado de coisas anteriormente mencionado.

³⁶¹ Segundo Mateus et al. (⁵2003: 643-644), esta construção, denominada de "Infinitivo Gerundivo" (IG), tem as seguintes propriedades: "a) o infinitivo flexionado e não flexionado encontram-se em variação livre; b) a sequência à direita do verbo perceptivo forma um único constituinte (...); c) não pode ocorrer material lexical entre *a* e a forma infinitiva (...); d) não pode ocorrer o auxiliar perfectivo *ter* no domínio infinitivo (...); e) a presença de negação frásica do domínio infinitivo induz resultados muito marginais (...); f) os clíticos associados à posição de sujeito do domínio encaixado ocorrem na forma acusativa adjacentes ao verbo perceptivo, mas os clíticos complemento não podem sofrer *Subida de Clítico* (...)." As autoras assinalam, ainda, o carácter particular desta construção, no que respeita a questões de índole temporal e aspectual que sustentam a interpretação destes enunciados como "instâncias de percepção directa por parte do sujeito do verbo perceptivo" (*idem*: 645): "(...)o domínio infinitivo é um domínio de Tempo Dependente, sendo exigido que exista sobreposição entre (...) a percepção da situação descrita no domínio encaixado e a situação descrita neste. Esta propriedade, associadamente ao facto de a sequência preposição-infinitivo não poder ser interrompida (...), sugere que a preposição *a* funciona nesta construção como um núcleo oracional de natureza aspectual, ou seja o complexo *a*-infinitivo tem traços aspectuais idênticos aos do gerúndio." (Mateus et al. ⁵2003: 644-645)

3. Construção **AcI** (*Accusativus cum Infinitivo*) – "Marcação de Caso Excepcional" (ECM):³⁶²

(285) Chorei quando ouvi o hino e vi a bandeira subir no mastro. (PM-CT)

(286) (...) os efeitos perversos da desertificação, que deixa os destinos da aldeia entregues aos velhos agricultores, estes sujeitos aos caprichos da natureza e vendo, de ano para ano, o fogo destruir a paisagem que os rodeia. (PM-CT)

(287) Por entre as torres de dois mausoléus, vemos uma enorme massa negra avançar no céu. (PM-CT)

Nos exemplos seguintes, o sujeito da infinitiva é clítico e ocorre antes de *ver*, não sendo neste caso duvidosa a sua inclusão sob a construção AcI, visto que o verbo da infinitiva é transitivo:³⁶³

(288) Quando o viram pôr uma perna de fora das barreiras de protecção da ponte eles ainda tentaram agarrá-lo, mas já não conseguiram, explicou a GNR. (PM-CT)

(289) Era sobre aquela cama que eu o via calçar-se, pôr os suspensórios, ajeitar a gravata. (PM-CT)

Excepcionalmente encontra-se atestada no *corpus* uma realização do CD clítico em dativo, que segundo o dicionário de Francisco Fernandes (³⁵1987) se encontra em variação livre com a realização em acusativo, quando *ver* se combina com o infinitivo de verbos

³⁶² Mateus et al. (⁵2003: 642) designam esta construção de "Infinitivo com Sujeito Acusativo" ou "Marcação de Caso Excepcional" (ECM = "exceptional case marking") e referem a maior autonomia sintáctica desta construção, quando comparada com a de Infinitivo Preposicionado (cf. exemplos (282), (283) e (284)) ou a construção União de Orações (cf. exemplos exemplos (294) e (295), em e)2.), mencionando como propriedades relevantes a obrigatoriedade de a forma infinitiva ser uma forma não flexionada, o facto de o sujeito da completiva ter forma acusativa e a ordem de palavras no interior da completiva ser SVX. Digna de nota, segundo as autoras, é ainda a frequência desta construção no português e a ausência de "restrições sobre o número de argumentos do verbo encaixado."

³⁶³ Se assim não fosse, seria admissível a hipótese de constituírem realizações da construção União de Orações (cf., *infra*, exemplos (294) e (295)), apenas possível com Vs intransitivos ou inacusativos. Os enunciados com verbo da infinitiva intransitivo ou inacusativo (mono-argumental) e sujeito da infinitiva clítico podem ser formas anafóricas das equivalentes com sujeito pleno, quer estas sejam infinitivas AcI ou de União de Orações, uma vez que nos dois casos o sujeito da infinitiva pronominaliza, em acusativo, junto do verbo perceptivo: *E foi também naquela cama que eu o vi morrer*. [...que eu vi o João morrer (AcI)/que eu vi morrer o João (União de Orações)]

transitivos, havendo para a ligação com verbos intransitivos a obrigatoriedade de o sujeito do verbo encaixado, quando clítico, ocorrer em acusativo:

- (290) Lutou como lhe vemos poucas vezes [fazer] e ainda teve nos pés uma boa oportunidade de golo, (...). (PM-CT)
[Vemos-lhe poucas vezes fazer isso (isso = lutar assim)]

4. Construção de **infinitivo flexionado** (não preposicionada):³⁶⁴

- (291) Batistuta viu ainda dois remates seus baterem nos postes da baliza contrária. (PM-CT)
- (292) Entre os intermináveis brindes, contaram como viram, ainda crianças, os pais e avós combaterem os alemães. (PAR)

e) objecto = estado de coisas (Nedc/Construção União de Orações = estado de coisas dinâmico/QueF = estado de coisas ± dinâmico pressuposto como facto)

A integração do indivíduo no estado de coisas não permite já falar de justaposição, nem mesmo de integração, como em **c)** e **d)**; fusão seria o termo apropriado.

1. Nedc:

- (293) O desânimo e a desilusão da juventude timorense, que tinha alimentado a esperança de ver a chegada dos deputados portugueses, (...). (PM-CT)

³⁶⁴ Esta construção é considerada, de entre as construções completivas não finitas admitidas por verbos perceptivos, como a que denota maior grau de autonomia, sendo as duas anteriores consideradas defectivas, pelo baixo grau de autonomia evidenciado (sobre os critérios usados para a aferição da defectividade /vs/ autonomia sintáctica destas construções, cf. Mateus et al. (2003: 641)). As autoras salientam que a ocorrência de infinitivo flexionado se encontra restrita aos casos em que a completiva não finita tem Tempo Independente: "(...) há completivas cujas especificações temporais são independentes do tempo da frase superior, ou seja, que constituem um domínio semanticamente temporalizado; pelo contrário, existem completivas cujas especificações temporais são dependentes das da frase superior, pelo que não formam um domínio semanticamente temporalizado. (...) só em completivas não finitas com Tempo Independente pode ocorrer infinitivo flexionado." (Mateus et al. 2003: 626).

2. Construção **UO** – "União de Orações".³⁶⁵

Optei por integrar esta construção infinitiva nas realizações dos objectos de *ver* que são estados de coisas, pois o sujeito da infinitiva não é já identificável como um indivíduo num estado de coisas, como acontecia nas infinitivas anteriormente apresentadas. A reorganização de constituintes própria da *união de orações* evidencia a "diluição" desse indivíduo no estado de coisas objecto de *ver*.

(294) «Ver nascer o [dia]» na 24 de Julho e ver chegar a polícia no Bairro Alto (...) (PM-CT)

(295) As populações viram passar as caravanas de blindados e carros de assalto, repletos de soldados de capacetes de ferro e camuflados impecáveis, pela estrada de terra e buracos que ziguezagueia perigosamente ao longo da montanha e leva a Guadalupe Tupeyac. (Ext 1022668 (pol, 95a))

Não obstante o facto de "*ver* + *V*" se estar a transformar num predicado complexo, nesta construção, ainda é possível reconhecer, nos exemplos acima, um complemento de *ver* que é consituído pelo verbo que com *ver* forma o predicado complexo e os restantes constituintes frásicos que se encontram à sua direita, por exemplo *nascer o [dia]*» na 24 de Julho e *chegar a polícia* no Bairro Alto.

³⁶⁵ Este tipo de construção infinitiva caracteriza-se pela falta de autonomia sintáctica, decorrente do facto de o verbo perceptivo da frase principal formar com o infinitivo da subordinada um predicado complexo, obrigando a uma reorganização dos respectivos argumentos, comportando-se a frase no seu todo como uma só frase e ocorrendo o sujeito da subordinada como complemento directo do predicado complexo formado pela união de orações (cf. Mateus et al. 2003: 648 e ss.). A possibilidade de esta construção ocorrer com verbos perceptivos encontra-se, no entanto, "(...) restringida a contextos em que o verbo do domínio encaixado é intransitivo ou inacusativo (...). Assim, quando o verbo do domínio encaixado é transitivo ou ditransitivo, utiliza-se a construção *Marcação de Caso Excepcional* ou a de infinitivo flexionado (...)." (Mateus et al. 2003: 650-651)

3. Construção **completiva introduzida por que com V no Indicativo**:³⁶⁶

(296) Aproximei-me e vi que o grupo se deslocava, parando junto de outro leito. (PM-CT)

(297) Hoje, quando passeio em Berlim, vejo que o muro não está lá, mas sinto que ele ainda existe. (Ext 374618 (clt, 95a))

(298) Cerca de 45 minutos depois regressámos e vimos que o barco tinha desaparecido. (PM-CT)

O exemplo (238) aqui repetido como (296), quando contrastado com uma formulação alternativa do complemento directo como infinitiva preposicionada (Aproximei-me e vi o grupo a deslocar-se, parando junto de outro leito) ou como infinitiva AcI (Aproximei-me e vi o grupo deslocar-se, parando junto de outro leito), mostra que, quando o complemento tem a forma de "QueF", a percepção de B tem um carácter menos imediato.³⁶⁷ Na frase com infinitivo preposicionado o experienciador presencia a cena da fuga em curso e na frase com "infinitiva não preposicionada" AcI assiste a um acontecimento; em ambos os casos, destaca-se, o objecto *o grupo* em relação ao estado de coisas em que este se insere, ficando o estado de coisas em fundo. A frase com *que*, por sua vez, exprime uma "pressuposição factiva"³⁶⁸ e marca a independência do estado de coisas percebido em relação ao acto

³⁶⁶ Observar-se-á em ver_8 e ver_{14} que há outros contextos de uso de *ver* com completiva de *que* a demonstrar a pertinência das afirmações de Willems e Defrancq (2000: 11) sobre os sentidos de *voir* com completiva de *que*. Os autores observam que os exemplos de *voir* com *queF* como expressão de percepção directa/simultânea de um facto ou evento, como os que agora se apresentam, são raros relativamente a outros em que *voir* com a mesma estrutura exprime uma percepção de carácter indirecto (dedução a partir de indícios – *voir* tem, neste caso, um sentido próximo de *constater*) ou ainda percepção puramente cognitiva (*voir* no sentido de *comprendre* – aquisição de saber a partir de uma reflexão). Os mesmos autores fazem notar que os três sentidos de *voir* seguido de completiva de *que* no Indicativo são bastante próximos e podem, por vezes, confundir-se.

³⁶⁷ Sobre esta questão, cf. Willems (1983_b): "La construction complétive semble impliquer un éloignement par rapport à l'activité perçue, éloignement exclu dans le cas d'un emploi infinitif ou relatif. (...) Dans l'opposition entre emploi infinitif ou relatif et emploi complétif, le critère pertinent, plus que l'opposition entre perception physique et perception cognitive, semble être celui de la distance relative entre le Vpv et l'object perçu: alors que l'emploi infinitif ou relatif implique un lien étroit entre les deux actions (lien spatial, temporel, etc.), ce lien est peu étroit dans le cas d'un emploi complétif." (Willems 1983_b: 155)

³⁶⁸ Cf. Levinson (1983: 179 e ss.).

perceptivo, patente na possibilidade de negação do verbo de percepção, mantendo-se inalterada a pressuposição.³⁶⁹

f) objecto = estado de coisas avaliado moral, esteticamente, etc. (N com ou sem extensão)

Os objectos de *ver* que a seguir se apresentam têm em relação a outros casos de objectos de *ver* que também contêm uma avaliação³⁷⁰ a particularidade de apresentarem um grau mais elevado de abstracção, sendo que o N/SN complemento condensa a designação do objecto de percepção e a sua avaliação:

(299) Da primeira vez que estive em Los Angeles, vi a verdadeira miséria.³⁷¹ (PM-CT)

(300) Confirmaram sempre ter visto agressões violentas, praticadas sobre negros, e às vezes mesmo em frente aos seus olhos. (PAR)

Este objecto de *ver* admite passiva de *ser* e passiva de *-se*:

(301) Em Los Angeles foram vistas agressões violentas sobre negros.

(302) Em Los Angeles viram-se agressões violentas sobre negros.

A análise da complementação de *ver* revela a complexidade e diversidade que pode revestir B (o objecto da percepção) e o próprio acto de perceber através da vista. Os exemplos agrupados nas alíneas de a) a f) atestam isso mesmo, pondo em evidência a

³⁶⁹

"(...) en emploi complétif le verbe voir est généralement factif, alors qu'en emploi infinitif la lecture non factive est possible: (28) a. Jean voit que Paul mange ce plat
b. Jean ne voit pas que Paul mange ce plat
(29) a. Jean vois Paul manger ce plat
b. Jean ne voit pas Paul manger ce plat.

Alors que dans (28b.) la négation n'affecte en rien la réalité du fait énoncé dans la subordonnée (Paul mange ce plat reste vrai), dans (29b.) la subordonnée peut être affectée par la négation (Je ne vois pas Paul manger ce plat —> Paul ne mange pas ce plat)." (Willems 1983_b: 154)

³⁷⁰ Cf., por exemplo, Já não te via assim bem disposto há que tempos! (PAR); Por outro lado, fez pena ver o senhor Emídio Rangel tão cheio de «charme» naquele blá, blá, sem o mínimo sinal de incomodidade, de nojo, de desprezo, por tão execrável convidado. (PM-CT)

³⁷¹ Proponho a classificação de *a verdadeira miséria* como estado de coisas com base na leitura 'casos que são de verdadeira miséria'.

natureza distinta dos objectos de *ver*, tal como estão descritos na cena prototípica. Nos exemplos em **a)** sobressai o objecto de *ver* como entidade simples, em **b)** aparece já a possibilidade de este ser mais restrito pelos complementos/modificadores de N, **c)** revela o objecto de *ver* como mais complexo – um indivíduo num estado de coisas justaposto, expresso pelas frases que se seguem a N, **d)** mostra já um objecto perfeitamente integrado num estado de coisas presenciado pelo experienciador; **e)** destaca da cena a possibilidade de B ser um estado de coisas dinâmico e simultâneo ao momento da percepção, do qual participam vários elementos, podendo este ser dado como facto, como em **e)3**. Em **f)**, o estado de coisas é já objecto de avaliação por parte do sujeito da percepção, como mostra o tipo de Ns que ocorrem como complemento de *ver*, Ns esses que cumulativamente nomeiam e avaliam o objecto de percepção. Os casos **e)3** e **f)** revelam a vertente epistémica da cena de *ver*, quer na apresentação de um estado de coisas como facto, como em **e)3**, quer na formulação de um juízo de valor de A em relação ao estado de coisas observado, como em **f)**.

Confrontados com esta diversidade, poderíamos ser levados a afirmar que *ver*₁ selecciona ora um ora outro tipo de objecto. No entanto, parece mais razoável aceitar, com Brito (1995)³⁷² e Labelle (1996), que existe alguma unidade nessa diversidade, apesar dos diferentes objectos frásicos e não frásicos que podem ocorrer com *ver/voir*:

(...) il faut admettre que le type de complément sémantique qui est sélectionné par un verbe de perception comme *voir* est plus général que les types Proposition, Evènement, Action ou Objet. Il doit donc s'agir d'un OBJET DE PERCEPTION. (Labelle 1996: 26)³⁷³

Observar-se-ão, seguidamente, ocorrências de *ver*₁, reveladoras de aspectos particulares da cena de *ver* que ultrapassam a questão da complementação, bem como alguns usos metafóricos que podem ser explicados a partir de *ver*₁ e, ainda, a possibilidade de interpretação modal de alguns casos de *ver*₁.

³⁷² Recorde-se a citação de Brito (1995: 41) *supra*, em que a autora defende a atribuição de um só papel temático por estes Vs.

³⁷³ Reporto-me à p. do artigo disponível em linha.

A percepção de B pode ser mais ou menos fácil, consoante a luz, a distância a que se encontra de A, a existência de nevoeiro ou de poeira, o ângulo de visão de A, etc., podendo este explicitar as causas da dificuldade ou impossibilidade de ver B:

(303) Estava tão longe que **mal** o víamos. (PM-CT)

(304) O que acontece (...) é que quando está nevoeiro vemos o mundo **com menos contraste**. (PM-CT)

O experienciador (A) pode não estar expresso, ocupando, nesse caso, B (objecto da percepção) a posição de sujeito sintáctico, como se pode observar no exemplo (305):

(305) De repente, surge o mar. Vê-se **distintamente** o estreito de Ormuz. (PAR)

A existência de possíveis obstáculos e a posição de A em relação ao objecto são factores que podem impedir a visão de B na totalidade, mas não o reconhecimento de B como todo, tomada como referência a parte visível, como acontece em

(306) Quando a visitei, via-se, por baixo do roupão, a camisa de noite muito suja.

Como nesta passiva de -se, em que o objecto de percepção ganha relevo nas suas características, por se encontrar em função de sujeito, também na passiva seguinte é explorada metaforicamente a ideia de que B é perceptível para A, desde que A tenha a capacidade de reconstituir o que não é perceptível, tomada como referência uma parte, à semelhança do que faz o experienciador de ver₁, no exemplo anterior

(307) (...) por trás da bonomia de circunstância está-se sempre a ver o nosso turvo olho posto no lucro. (PM-CT)

No emprego metafórico (307) temos A (portador epistémico) e B (objecto de conhecimento) nos papéis de experienciador e objecto de percepção, respectivamente.

B pode ser visto *de/ao longe*, *de/ao perto* ou *de cima/baixo* etc., desde que a distância permita a A a sua detecção, o que acentua um aspecto da cena

prototípica de *ver*, nomeadamente o facto de A e B se encontrarem próximos, mas não em termos absolutos, podendo A alcançar B com o olhar, a partir de e/ou até uma certa distância:³⁷⁴

(308) O dirigível, primeiro, o avião, depois, permitem ao homem não só viajar como «ver o mundo de cima». (PM-CT)

(309) (...) visto **de baixo**, parece que o parque foi presenteado com uma erecção permanente (...). (PAR)

(310) À cerimónia assistiu muita gente que, para além da manifestação de fé, quis ver **de perto** os famosos tapetes de flores. (PAR)

(311) Só que depois fui ao supermercado e, quando estava na fila para pagar, vi-o ao longe no passeio com a mochila às costas. (PAR)

(312) Como todos os recintos desportivos quando estão vazios, fica mais feio. Mas a fealdade neste caso (...) só existe quando vemos **de longe**. (PAR)

"Ver de longe" e "ver de cima" podem ser usados metaforicamente para referir a distância de A em relação a determinada realidade:

³⁷⁴O exemplo seguinte, de carácter único e já antigo – *Conheceis a Beira Alta? É uma fértil província, portuguesa de lei, que vê, a leste, a serra da Estrela com as suas neves; a oeste, o Caramulo com a sua tristeza; ao sul, o Buçaco de gloriosa memória e de mística tradição* (A Silva Gaio (1868), Mário, <http://web.ipn.pt/literatura/sgaio.htm#mario>) – dá conta da possibilidade de utilizar a localização relativa do experienciador em relação ao objecto, como forma de referir a situação de um lugar, usando como referência os lugares vizinhos que dele se podem ver. O efeito de localização do lugar que figura na posição de sujeito sintáctico parece resultar de um processo metonímico em que se toma o lugar₁ (a partir do qual um potencial experienciador pode situar-se por referência aos lugares_{2, 3 e 4}) pelo experienciador: *A Beira Alta* [lugar₁] *tem uma localização tal que, a leste, vê-se a A Serra da Estrela* [lugar₂], *a oeste o Caramulo e a sul o Buçaco*. Os objectos de *ver*, neste enunciado, funcionam como coordenadas para a localização do lugar que preenche a posição de experienciador, podendo parafrasear-se este uso de *ver* com 'confinar com'. Aliás, o exemplo de Silva Gaio só é verdadeiramente perceptível para quem pegar no mapa de Portugal e tentar localizar a Beira Alta a partir das coordenadas fornecidas pelos objectos e suplementos locativos de *ver*. Procurando um exemplo mais simples: num jogo de adivinhação, se alguém disser a outrem que conheça bem a sua casa *Vejo à direita a cozinha, à esquerda a sala de estar e à minha frente a sala de jantar* e lhe perguntar *Onde estou?* A resposta só poderá ser uma em função das coordenadas dadas. A metonímia decorre, portanto, da extracção de um dos aspectos da cena de *ver*, o facto de haver um sujeito A que se encontra num dado lugar, podendo este ser definido a partir do que A consegue ver.

(313) (...) esses erros são mais fáceis de cometer para quem vê as coisas de cima e de longe e, sobretudo, para quem toma decisões com dinheiro dos outros. (PAR)

(314) Só vistas **de longe** as suas empresas parecem ameaçadoras. (PAR)

Esta metáfora pode explicar-se a partir de uma cena que prevê a capacidade de focagem de imagens a partir de e até um certo limite e que pressupõe que, ultrapassado esse limite, a focagem do objecto é impossível, sendo negado o acesso ao mesmo através da percepção visual. A metáfora selecciona, portanto, da cena de ver, o aspecto da distância em relação ao objecto, na sua articulação com a impossibilidade de o sujeito da percepção ficar na posse de uma imagem nítida e exacta do mesmo, transpondo-a para o domínio genérico da distanciação em relação a determinado estado de coisas.

Ver₁ é observável, também, em uso intransitivo, com complemento directo não explícito

(315) Os comerciantes dizem que não há dinheiro e que a maior parte dos que entram nos estabelecimentos é só para ver ou fazer perguntas. (PM-CT)

(316) Para lá mandaram técnicos, contramestres, operários, que viram. (PM-CT)

e com advérbios ou locuções adverbiais, a negro nos exemplos abaixo, com que se reforça, por um lado, a ideia de que ver é uma faculdade ou possibilidade³⁷⁵ e, por outro lado, de que esta pode estar condicionada, por razões físicas ou pelo contexto, ou mesmo ausente, em caso de cegueira, e eventualmente vir a ser recuperada:

(317) Vejo muito **mal**, mas ainda consigo enfiar a agulha.

(318) Depois disso, deixou de ver **de um dos olhos**, e de poder usar o braço direito. (Ext 168383 (nd, 91b))

³⁷⁵ Sobre as possibilidades de interpretação modal de verbos perceptivos e a sua dependência ou independência de contextos de uso intransitivo com advérbios, veja-se, na descrição semântica de *sehen* (*sehen*₁), a apresentação dos exemplos (836) – (844) de Schepping (1982).

(319) Em Outubro, sem que nada tivesse feito, começou a ver **do olho direito**.
(Ext 1165195 (soc, 92a))

(320) O livro depois mudou (...) continha uma criança cega que não admitia **não** ver e inventava (...). (PM-CT)

(321) (...) conta (...) o único invisual português que tem um cão-guia treinado.
«É mais difícil para quem **já** viu, mas...» (...). (PAR)

"Ver ao longe" e "ver mais alto", em emprego intransitivo, são usados metaforicamente para traduzir a capacidade de antevisão de A ou ainda a agudeza da sua percepção em relação a um B que não é perceptível através da vista, que o colocam em vantagem em relação a outro potencial A:

(322) A segurança é a antecipação a todos os níveis para ver, **ao longe**, e ser-se capaz de tudo prever – um mal-estar, uma sacanice dos outros. (PM-CT)

(323) E que o mundo de hoje não exige em menor grau que o exigido nos oito séculos que Portugal já conta. O Brasil, qual albatroz, vê **mais alto** e vai mais longe. (PAR)

ver ₂ (ser espectador de) – [A vê B] = [A é espectador de B]
--

Nesta acepção de *ver*, B é um espectáculo – designado pelo seu nome (nome de um filme, de uma peça, etc.) ou por uma expressão nominal (*um filme*)³⁷⁶ –, um meio de transmissão de um espectáculo (por exemplo *televisão*) ou uma actividade considerada como espectáculo (*uma exibição de capoeira*).³⁷⁷ A dirige para ele a sua atenção, durante um determinado espaço de tempo, em princípio o tempo que dura B.³⁷⁸ A, humano,

³⁷⁶ A expressão nominal pode reduzir-se ao termo espectáculo, acompanhado ou não de extensões: Três centenas e meia de pessoas a ver, ouvir e aplaudir *o espectáculo montado pela Associação Timorense LafaeK*. (PM-CT)

³⁷⁷ Existe, no entanto, a possibilidade de B ser um humano encarado como aquele cujo desempenho é objecto de apreciação.

³⁷⁸ O tempo dedicado por A a B é muitas vezes coincidente com o tempo que B dura. No entanto, salvaguarda-se a hipótese de A deixar de dar atenção a B, antes do seu término, por exemplo quando B não corresponde às expectativas de A (A abandonar uma sala de cinema por considerar um filme de má qualidade, deixando este de desempenhar a sua função de entretenimento e objecto de fruição).

espectador e potencial fruidor de B, aplica deliberadamente a B o sentido da vista, com a intenção de entretenimento.

B tem realização como N simples ou com extensão e ainda N deverbal ou frase infinitiva. Os Ns que realizam B podem ser Ns comuns (*peça de teatro, filme, etc.*) ou próprios («*A Ópera do Malandro*»), Ns contáveis (*um filme inesgotável*) ou Ns usados como massivos (*muito teatro/cinema, um bocado da peça/do filme*).

(324) Nos últimos meses ainda conseguiu escapar-se e ver «Eu,=Feuerbach», pelo Cendrev, em Évora, e «A Ópera do Malandro», pelo Seiva Trupe, no Porto. (PM-CT)

(325) Podemos beber um copo, jogar gamão, damas, snooker, ver televisão, etc. (PM-CT)

(326) À noite ficava a ver as manifestações, os debates, os comícios, no pequeno ecrã de televisão. (PM-CT)

(327) E poderia continuar a desfiar memórias, mais ou menos pormenorizadas, do prazer de ter visto e revisto um filme inesgotável (...). (PM-CT)

(328) – Ao futebol – Bom, só para ver o Benfica! (PM-CT)

(329) Escutar velhas histórias no Cantinho dos Avós, ver uma exibição de capoeira no Artivários ou beber um copo no Arraial Saloio são algumas das opções oferecidas pelas festas do concelho de Loures. (PM-CT)

Ver₂ admite passiva de *ser* e passiva de *-se*:

(330) Foi grande o cuidado posto na transcrição do filme para vídeo, (...) garantia de que o filme será visto na íntegra sem montagem. (PM-CT)

(331) A primeira salva de palmas de uma noite de festa como há muito não se via em Alvalade foi para Sá Pinto. (PM-CT)

São usos de *ver* incluíveis em *ver*₂, embora menos centrais do que os acima ilustrados, os casos em que uma pessoa vê uma cidade/um monumento/um museu/uma exposição... ou o desempenho de uma figura do espectáculo (actor, músico, cantor,

futebolista, etc.). A mantém-se, nestes contextos, espectador e fruitor potencial e B objecto experienciado, mas também fruído:

- (332) Se tiver um percurso em que, para se ir ver um mosteiro muito bonito, tem de se andar vinte quilómetros e tiver (...), opto pela segunda alternativa. (PM-CT)
- (333) Tudo para arranjam dinheiro para irem a Verona ver a terra de Romeu e Julieta. (PM-CT)
- (334) O leiloeiro começava por referir os quatro dias de exposição, nos quais os interessados puderam ver os objectos e as pinturas, da noite. (PM-CT)
- (335) Ocasão para ver 22 modelos antigos e oito recentes de motos BMW. (PM-CT)
- (336) O fim de semana passado foi a vez de Nova Iorque, que viu Bono & Ca. rodeados por um muro digital, luzes, o M do McDonalds, azeitonas e imagens de Marilyn, James Dean ou Bowie. (PM-CT)
- (337) Sabemos que os riscos de perder a bola são maiores, mas até agora temos tido êxito e, ao mesmo tempo, oferecemos espectáculo a quem nos vê; (...) (PM-CT)
- (338) Para ver os novos fenómenos, as cidades inglesas onde o Arsenal ia jogar mobilizavam-se. (PM-CT)

Um evento afim do espectáculo é a cerimónia ou o acto oficial nos exemplos abaixo, que têm em comum com 'ver um espectáculo' a particularidade de o objecto de percepção ter sido preparado com a finalidade de ser visto, de ter impacto social e ocupar um espaço de tempo determinado. O facto de a cerimónia ou o acto oficial não serem considerados como potenciais objectos de fruição e entretenimento explica a menor proximidade destes em relação aos usos centrais de ver₂:

- (339) As pessoas que viram o discurso de demissão do Presidente Nixon puderam observar que ele não estava bem. (PM-CT)
- (340) No 10 de Junho, ele viu o Primeiro Ministro a discursar na Assembleia da República.

Ver₂ decorre de um acréscimo de traços em relação a ver₁, nomeadamente a atenção deliberadamente dedicada ao objecto da percepção, durante um espaço de tempo determinado, pelo facto de este ser potencialmente destinado ao entretenimento e à fruição e, ainda, por se encontrar disponível para ser visto. Isto é, o objecto de ver₂ é frequentemente um objecto exposto por iniciativa de alguém ou cujo carácter público, como nos casos de locais de interesse turístico ou de cerimónias oficiais, é sublinhado pela informação sobre ele disponível/publicidade, levando os potenciais espectadores a dedicarem-lhe atenção.

<p>ver₃ (ocorrer mentalmente) – [A vê B (como C)] = [a A ocorre mentalmente B]</p>

B é um objecto virtual, cuja presença na mente pode ser classificada como recordação, imaginação, hipótese, previsão ou visão às quais estão associadas imagens e conteúdos mentais. B poder ser uma entidade simples ou um estado de coisas.

ver_{3a} (recordar) – A evoca a imagem de um objecto B anteriormente percebido. A recordação (B) sujeita A a uma certa disciplina, é um objecto mentalmente controlado por A, de modo a que corresponda o mais fielmente possível ao passado. Os enunciados em que *ver* tem o significado ‘recordar’ caracterizam-se pela presença dos advérbios de tempo *ainda* ou de léxico específico, como por exemplo *imagens de um passado não muito distante*.

B é um estado de coisas e realiza-se sintacticamente como SN (= N + extensões) ou FInf preposicionada:

(341) Mesmo longe de casa ainda via o pai na cadeira de baloiço. (HOUAISS: 3683a)

(342) E eis que começo a ouvir o sotaque e a ver as imagens de um passado não muito distante. (PM-CT)

(343) Depois de tantos anos ainda via a mãe à janela a fazer renda.

ver_{3b} (imaginar) – A forma uma imagem de B que tem liberdade para imaginar, não estando sujeito à disciplina que caracteriza a recordação em **ver_{3a}**. B é um estado de coisas projectado/desejado para o futuro, ao qual podem estar associadas imagens.

O advérbio de tempo *já* é uma marca dos enunciados em que *ver* tem o significado ‘imaginar’.

B é uma entidade num estado de coisas e realiza-se através de SN (N + extensões), infinitiva AcI e de frase interrogativa.

(344) (...) o social-democrata Marco António Silva vê já a pequena freguesia transformar-se em importante atracção turística. (PAR)

B pode ser seguido de C, predicativo do CD não introduzido:

(345) Roussel, que já se via administrador do império Onassis, teve porém a grande surpresa de ver aparecer um segundo testamento de Cristina. (PM-CT)

O exemplo seguinte constitui uma interpelação ao ouvinte para que imagine um estado de coisas hipotético ou evocado pelo falante:

(346) Já viu o que é uma pedra de um metro de largura e 70 centímetros de altura cair por cima de uma pessoa? (PM-CT)

ver_{3c} (conceber) – A coloca mentalmente uma hipótese B. B é uma ideia formada na mente de A, uma entidade abstracta ou um estado de coisas sobre cuja eventualidade A se pronuncia.

B é realizado por SN (N + extensões) ou completiva de *que* no conjuntivo (QueFConj):³⁷⁹

(347) Não estou a ver [vejo] que, para emitir uma opinião, nós tivéssemos de informar previamente o ministro, afirmou. (PM-CT)

³⁷⁹ Sobre o emprego de *ver* com completiva no conjuntivo, veja-se o que dizem Willems & Defrancq (2000: 11) sobre a estrutura congénere com *voir*: "(...) *voir* exprime un fait ou un événement fictif que le sujet envisage et sur l'éventualité duquel il se prononce. Cet emploi peut être glosé par *imaginer* ou *envisager*. *Voir* est presque toujours employé dans un sens négatif, accompagné d'une négation ou de *mal* et suivi du subjonctif (...)."

(348) Não vejo outra justificação, afirmou. (PM-CT)

(349) Nada de bom, «não vejo outra forma de proteger a sociedade civil se não se colocar a arguida fora dessa sociedade civil». (PM-CT)

B pode ser seguido de C, um predicativo introduzido por *como* que enquadra, em hipótese, B numa categoria ou no conjunto dos portadores de uma qualidade – [A vê B como C]:

(350) DN – Está disponível para participar nas eleições para os órgãos regionais?
FR – Não me vejo *como candidato*. Agora estou empenhado na câmara. Há muitas coisas que gostaria de ver feitas e concretizar, mas que ainda não foram iniciadas. (PAR)

ver_{3d} (prever; antever) – Na mente de A surgem estados de coisas como tendo ocorrido e, a partir dos quais A infere outros estados de coisas, também mentais, que A pensa virem a tornar-se reais num tempo futuro. É verosímil a hipótese de ligação de **ver_{3d}** às outras acepções imagéticas de **ver₃**, considerando o que sabemos sobre a maneira como efectuamos previsões, por vezes ligadas a imagens (resultantes de algo percebido através da vista) sobre as quais realizamos operações mentais como as de antevisão ou previsão. Muitas vezes é a informação anteriormente adquirida, também por meio da visão, que leva um A a prever determinado B.

(351) Levando em conta o isolamento internacional do Iraque, qual a posição do regime e quais são as hipóteses de sobrevivência que vê para ele? (Ext 97394 (pol, 91b))

(352) Se a vida não nos correr bem, é natural que atiremos as culpas para o Euro. Pessoalmente, não vejo consequências nefastas para os consumidores por causa do Euro e até o acho essencial para uma Europa aberta. (PAR)

ver_{3e} (ter a visão de) – B apresenta-se a A humano como objecto percebido através da vista, como em *ver₁*, tornando-se claro apenas pelo contexto frásico que B não é um objecto de percepção (que se apresenta aos olhos de A como objecto de percepção visual), mas um objecto do domínio virtual, uma visão.³⁸⁰ B é concebido por A como uma realidade presente.

B é uma entidade simples ou um estado de coisas com as realizações sintácticas de *ver₁*.

Os exemplos em que *ver* significa ‘ter a visão de’ exibem léxico muito marcado que não deixa dúvidas quanto à interpretação de *ver* em contexto (cf. *infra* (353) e (354)).

Quando A, visionário, é distinto do falante, o estatuto de visionário daquele torna-se mais claro, como em (353), em que as aspas colocadas em viú sugerem que, para o autor do enunciado, Olinda é uma visionária/vidente³⁸¹ e, portanto, não equiparável ao A experienciador de *ver₁*, tal como este se apresenta no exemplo em discurso directo – (354).

(353) Olinda nasceu em 1993 [sic³⁸²] no Chão das Maias, filha de pais muito humildes e, aos 14 anos, «viu» Nossa Senhora no lugar da Cova da Cruz – a que se seguiu a observação de vários acontecimentos estranhos, alguns deles «testemunhados» pelas pessoas que em cada dia 14 compartilhavam da peregrinação ao local. (PM-CT)

³⁸⁰ Por vezes, é apenas o contexto mais vasto e não a realização lexical de B que permite a distinção entre A = experienciador e A = visionário, como em *Tenho tido um sonho esquisito ultimamente, todo o sonho há alguém que diz tem cuidado contigo, sei que é uma mulher mas não consigo ver a cara, aparece a mão, com unhas muito grandes.* (PM-CT) Repare-se que apenas a palavra *sonho* induz a interpretação deste exemplo como um caso de ‘ter a visão de’; eliminado o segmento inicial e tomando *vê-se* por quase-sinónimo de *aparece*, teríamos uma ocorrência de *ver₁*, em que a percepção de uma parte permite a A experienciador a reconstituição do todo, a ponto de lhe permitir afirmar o que sabe: (...) *sei que é uma mulher mas não consigo ver a cara, aparece [vê-se] a mão, com unhas muito grandes.*

³⁸¹ A inserção de aspas sinaliza que, para o autor da frase, *viu* não é uma instância de *ver* em sentido primeiro, tal como o encontramos em *ver₁*, mas que se trata de um uso de *ver* característico do vidente do qual o escrevente se distancia, como aliás também acontece com *testemunharam*, no mesmo exemplo. Com as aspas o autor do enunciado sinaliza que está a citar os experienciadores e salvaguarda a sua posição de não envolvimento no estado de coisas relatado, podendo «viu» e «testemunharam» parafrasear-se com *diz que viu* e *dizem ter testemunhado*, respectivamente.

³⁸² A data de nascimento deverá ser 1933/34, dado que o Registo de Aparições Marianas em Portugal – disponível em <http://www.apovni.org/modules.php?name=News&file=print&sid=118> (acesso em 21/6/06) – contempla duas datas para aparições no Chão das Maias: 1947 e 1948.

(354) «Assisti ao Senhor dos Passos a andar numa nuvem, vi anjinhos no Céu e vi a queda de flores muito brilhantes que chegavam aos ombros das pessoas e depois desapareciam, sem nunca chegarem ao chão», diz – sublinhando que, por essa altura, a jovem Olinda era apedrejada na rua pelas crianças da escola. (PM-CT)

Apenas no subsentido ‘prever’ me parece aceitável a passiva (apenas a de *-se*).³⁸³

(355) Ou pelo menos, para já, porque não lhe dar incumbências de estudar alternativas operacionais (de efeitos de curto prazo) ao sistema de rega actualmente previsto (para o qual se vê grandes dificuldades de suporte financeiro, na actual conjuntura), (...)? (PM-CT)

Os cinco subsentidos de *ver*₃ têm em comum o facto de B ser um objecto virtual mentalmente manipulado. De A em 3_b, 3_c, 3_d e 3_e pode dizer-se que é um visionário e, no caso específico de 3_e que é um vidente, mas o mesmo não pode dizer-se para 3_a, em que A é aquele que recorda, isto é, que é sujeito à disciplina das imagens armazenadas que lhe vêm à mente. Do objecto B recordado, em 3_a, pode ainda afirmar-se que é mais concreto do que os objectos imaginados, concebidos, previstos ou que são visões.

À cena de *ver* vêm juntar-se traços característicos da cena de *ocorrer* (mentalmente) que implica a manipulação mental de imagens, eventualmente armazenadas na memória ou criadas pela mente, que, ao contrário do que acontece em *ver* prototípico, não são imagens resultantes do processamento de um estímulo externo, fisicamente presente, mas de um objecto virtual, interno ao sujeito da percepção, cuja presença é desencadeada internamente por mecanismos cognitivos como a memória visual ou afectiva e a capacidade de elaborar mentalmente hipóteses, a partir do conhecimento de que se dispõe.

³⁸³ Cf. as observações de Mateus et. Al. (2003: 532-533) sobre a ambiguidade das construções de *-se* na terceira pessoa do singular: "são sistematicamente ambíguas entre uma interpretação de passiva de *-se* e de frase activa com *-se* nominativo (...)".

ver₄ (encontrar(-se) (com)) – [A vê B] = A **encontra(-se) (com)** B.

A e B, ambos pertencentes à classe dos seres humanos, encontram-se.³⁸⁴ Quer o encontro seja casual quer não, ambos desempenham o papel de agente, experienciador e objecto de percepção, porque ambos vêem e são vistos, cumprimentam-se, conversam um com o outro, etc. Trata-se, no fundo, de um caso de interacção, em que ‘ver’ é apenas uma parte da acção. Encontrar(-se com) alguém significa relacionar-se com ele.

B realiza-se como N próprio/comum, pronome pessoal (forma de CD) ou pronome reflexo.

- (356) Na altura da separação, lembram-se as raparigas, estiveram um mês sem vê-lo. Apesar de adorarem o pai (...). (PAR)
- (357) Susana Higuchi reclama que Fujimori a deixe voltar ao palácio, pois quer falar com ele e ver os filhos. (PM-CT)
- (358) Ainda nos vimos algumas vezes. Telefonei-lhe mas acabámos por perder o contacto. (PAR)
- (359) O que se seguiu foi um jantar de fundadoras da IF, onde voltei a encontrar pessoas que já não via há muito e que, quase todas, fazem coisas interessantes (...). (PM-CT)
- (360) O Pedro Melo tinha levado o meu pai, a Emília e as crianças para me verem. Mal nos tínhamos abraçado... a vigilância foi-nos avisar: estão a vir camiões com tropas da UDT! Mandei a todos dispersar. (PAR)
- (361) «Autorize então a CVI, representantes da Comunidade Europeia, dos EUA, da Austrália, e um representante do secretário-geral da ONU a ver Xanana e a ouvir o que ele tem para dizer», propôs o dirigente timorense, (...). (PM-CT)

³⁸⁴ O encontro poderá ser casual, como quando se encontra alguém (não intencionalmente) na rua, ou previamente apazado. Quando B se encontra em situação de reclusão, num estabelecimento hospitalar ou prisional, por exemplo, este encontro configura uma visita em que A toma a iniciativa de se deslocar para que o encontro seja possível. Em qualquer dos casos, A vê B refere sempre uma situação de compresença e de interacção de A e B, salvaguardados os contextos excepcionais em que B se encontra impedido de interagir com A, que são devidamente assinalados: *Vi-o, mas ele não podia falar*. No entanto, os exemplos com construção -se recíproca não podem ser lidos como exemplos de ‘visitar’: *A Maria viu o João no hospital*. (= ‘visitou’/‘encontrou’) /vs/ *A Maria e o João viram-se no hospital*. (= ‘encontraram-se’ /* ‘visitaram-se’).

É impossível a passiva com manutenção do sentido ‘encontrar-se’.

Este sentido de *ver*, que permite referir a interacção social (cf. Harm 2000: 146-148), decorre da relação metonímica entre a presença visual de alguém perante alguém e o conjunto mais alargado de práticas de relação social que fazem parte de *encontrar-se*. *Encontrar-se*, enquanto cena, é um acto que envolve normalmente:

- a) A e B *vêem-se* (estão face a face);
- b) A e B conheciam-se previamente;
- c) A e B interagem verbalmente/comunicam, etc.

Quando se usa *ver* neste sentido, o que se faz é proceder metonimicamente, tomando o traço a) "ver-se" pelo todo *encontrar(-se)*. Por isso, *ver* permite transmitir a ideia de ‘encontrar(-se) (com) alguém’, embora traços centrais do conceito de ‘encontrar’, por exemplo falar com a(s) pessoa(s), estejam ausentes da cena de *ver*. Esta sofre um acréscimo de traços, por via da sobreposição com a cena de *encontrar*, deixando de designar apenas uma das componentes da acção ("Teilhandlung") – ‘ver alguém’ – para passar a designar a interacção social entre indivíduos (‘encontrar(-se)'), que constitui, ela própria, uma acção complexa de que ‘ver’ é apenas uma parte.³⁸⁵

A autonomia deste sentido em relação a *ver*₁ pode testar-se através da aceitabilidade da seguinte frase:

- (362) Ele tem um amigo que é invisual, mas perdeu o contacto com ele e penso que já não se *vêem* há anos.

Uma vez que um dos participantes não vê, só é possível a leitura de *ver* como ‘encontrar’.

³⁸⁵ Cf., em 3.2.2.3, a referência aos conceitos de "Teilhandlung" e "Begleithandlung" e à exemplificação dos mesmos em Harm (2000). Estes conceitos são usados, nesta dissertação, nas condições definidas em Harm (2000: 64-65): "Der Indikator TEILHANDLUNG (x, y) – lies: "x ist Teilhandlung von Y" – wird angesetzt, wenn ein durch ein Verb bezeichnetes Handlungskonzept y typischerweise ein weiteres Konzept x involviert, so daß x als TEIL der Handlung y verstanden werden kann. (...) (es liegt, anders formuliert, ein Fall von Paronymie vor). Von einer BEGLEITHANDLUNG soll dann die Rede sein, wenn in einer Paraphrase des Handlungskonzepts y mittels seiner konstituierenden TEILHANDLUNGEN das Handlungskonzept x nicht enthalten ist, die Handlungen x und y aber typischerweise in Verbindung miteinander auftreten." O autor refere ainda a dificuldade de distinção entre estes dois conceitos em casos particulares, tendo em conta a sua proximidade e o facto de se tratar de expressões distintas da relação parte/todo. (cf. Harm: 2000: 65)

ver₅ (observar; examinar; analisar) – [A **vê** B] = [A **observa/examina/analisa** B]

A observa cuidadosamente B, uma entidade ou estado de coisas concretos. A é um agente que concentra deliberada e demoradamente em B a vista, a atenção e as suas capacidades intelectuais, para verificar o estado de B.

B realiza-se através de SN que tem como núcleo um N com ou sem extensões.

(363) Depois de vermos o estado do carro, damos-te uma resposta.

(364) No seu raid ao Porto, o ministro foi ainda ver as condições de trabalho do posto da GNR da Senhora da Hora.³⁸⁶ (PAR)

(365) Ele viu a situação e resolveu que não havia nada a fazer.

(366) Sobre isso, só tomarei posição quando vir as contas. (PAR)

Por vezes, como nos exemplos seguintes, A é uma entidade a quem se reconhece competência especializada para observar B:

(367) Em seguida, um painel de especialistas viu meticulosamente todos os modelos. As bicicletas de 18 velocidades foram consideradas de qualidade inferior. (PAR)

(368) Tivemos consultores espanhóis que, quando tomaram conhecimento desse projecto, nos disseram que era o melhor projecto de conteúdos de qualquer pavilhão temático que tinham visto nos últimos anos. (PM-CT)

(369) Este bom médico vê agora muitos homens que tiveram experiências semelhantes. Ele sabe que são experiências reais. (PAR)

³⁸⁶ O N composto *condições de trabalho*, embora abstracto, remete para um estado de coisas observável pela apreciação de um conjunto de objectos concretos que podem ser examinados por A, por exemplo, as instalações, equipamento, material e viaturas ao dispor dos militares do posto.

(370) A vossa mãe trabalha fora de casa; dá aulas todas as tardes na escola, tem muitas vezes testes para ver, cansa-se imenso e não se justifica que tenha de fazer tudo sozinha. (PAR)

Ver é parafraseável, em (370), por *ler atentamente* ou mesmo *corrigir* (testes), sendo *corrigir* uma consequência da leitura atenta e da detecção de eventuais falhas, mas não é forçoso que a acção *ver testes* inclua sempre a acção de os *corrigir*, embora seja frequente que assim aconteça. Por isso, a expressão *ver + testes, exames, trabalhos de casa, etc.* é frequentemente associada à ideia de ‘correção’, já que *corrigir*, na terminologia de Harm (2000), é uma "Begleithandlung" de *ver* (*testes, exames, trabalhos de casa*). *Ver* no sentido de ‘corrigir’ é um uso derivado de *ver* com o sentido de ‘examinar’/‘ler atentamente’ que parece ganhar autonomia em contextos muito específicos.

Já no exemplo seguinte não me parece aceitável a leitura ‘corrigir’, tendo em conta o conteúdo da relativa apositiva *que como docente universitário de Engenharia me interessam sobremaneira*; aqui trata-se de ‘examinar’/‘percorrer atentamente com a vista’ os enunciados dos pontos das disciplinas que são objecto de exame para acesso a cursos de Engenharia e que nessa medida interessam ao falante na qualidade de docente do ensino superior na área em questão:

(371) Só agora tive oportunidade de ver os pontos de Matemática e Física, que como docente universitário de Engenharia me interessam sobremaneira. (PM-CT)

Ver₅ admite a passiva com *ser* e a passiva adjectival (de *estar*):

(372) (...) só nas urgências de pediatria são vistas anualmente nove mil crianças, com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos, de Loures. (PAR)

(373) As contas estão vistas, já posso tomar posição sobre isso.

Em ver₅, juntam-se às propriedades ver₁, para além da concentração deliberada da atenção no objecto, comum a outros casos de *ver*, o carácter pormenorizado da observação e, nalguns casos, a competência específica do sujeito e/ou a autoridade, que lhe é publicamente reconhecida, para efectuar essa mesma tarefa, bem como a

eventualidade de A recorrer a mecanismos complementares da observação visual, como nos casos em que *ver* refere o exame médico.

ver₆ (procurar) – [A vê (de) B (para C)] = [A procura B (para C)]

ver_{6a} – [A **vê de** B]³⁸⁷ A efectua as diligências necessárias para encontrar um B [+concreto; ± animado]. B apresenta-se como objecto procurado, que A sabe que existe e que tem características definidas.

(374) Vou ver do livro numa Livraria... fiquei curiosa Thanks pela dica.

(<http://ruvasa.blogspot.com/2006/12/782-o-sculo-chins.html>)

(375) (...) oh mãe onde é que vossemecê vai, oh mãe deixe isso, oh mãe eu faço, oh mãe, oh mãe. Eu vou ver do vosso pai.

(<http://ascronicasminhas.blogspot.com/>)

(376) Vi muitos tordos ontem, e houve pessoal a fazer grandes molhadas. Eu lá me safei com uma perdizinha mas domingo próximo vou ver dos tordos!

(<http://www.alvorada-pt.com/forum/viewtopic.php?t=1293&postdays=0&postorder=asc&start=60&sid=93f143e80efb0f1b0cfded525eec1888>)

(377) Quando vou ver dos ovos, reparo que só tenho três...Bom, siga, meto menos farinha, deve ficar bom na mesma!

(<http://cheirosepaladares.blogspot.com/2007/03/bolo-de-chocolate-no-microondas.html>)

ver_{6b} – [A **vê B para** C] A efectua as diligências necessárias para encontrar um B [+concreto; ± animado], tal que este seja adequado para um determinado destinatário. A tem uma ideia prévia ou um modelo de B, o objecto procurado, e C é o destinatário de B.

³⁸⁷ A construção [A *vê de* B] com o sentido ‘procurar’ não se encontra atestada no corpus nem nos dicionários consultados, pelo que tive de recorrer à busca na rede, onde encontrei, aliás, referência a essa falha lexicográfica na resposta (nº 19876) a uma consulente do sítio <http://ciberduvidas.sapo.pt/>.

(378) Vou ver um livro bom para ti. (HOUAISS: 3683a)

(379) Ficou de ver uma arma para os filhos. (HOUAISS: 3683a)

A acção complexa 'procurar' traduz-se na realização de acções parciais que podem incluir a selecção de um objecto entre vários mediante apreciação, eventualmente envolvendo o sentido da vista. Pode dizer-se, então, que da cena de ver se destaca a aquisição de informação através da visão e que se juntam à cena os traços prototípicos de procurar, nomeadamente a ideia de que o objecto de procurar tem de ser identificado entre vários possíveis. No caso de ver_{6b}, a opção por um objecto em detrimento de outro está frequentemente associada à relação entre as suas características e o destino que lhe será dado (função a desempenhar/destinatário). Ver pode, assim, descrever situações em que 'ver' integra um conjunto de procedimentos ("Teilhandlungen"), da iniciativa de A, realizados em ordem à detecção da existência de um B (destinado a C).

ver ₇ (indagar; inquirir; investigar; informar-se sobre) – [A vê B] = [A indaga/inquire/investiga/informa-se sobre B]

A, agente e portador epistémico, faz um esforço consciente/toma uma iniciativa em ordem ao conhecimento de B.

A investiga um determinado assunto, com o intuito de adquirir conhecimento que lhe permita clarificar dúvidas prévias ao momento da percepção. Após o processo de investigação, A fica a saber algo que não sabia antes (*como /o que /quem é queF*) ou verifica a (não)validade de uma hipótese anteriormente colocada (*seF ou nãoF*). A acção de 'indagar' dá lugar a uma operação cognitiva de apreciação da informação recolhida, que permitirá a A chegar a uma conclusão sobre B. A controla o processo de recolha de informação/conhecimento; a consecução do objectivo (chegar a uma conclusão sobre B) depende da capacidade de A se ocupar física e mentalmente de B, aferindo o valor positivo ou negativo da proposição introduzida por *se* ou respondendo à questão colocada na interrogativa indirecta.

B é realizado através de complemento preposicional introduzido por *de* (SPde + N abstracto), completiva finita introduzida por *se* ou interrogativa indirecta:

1. ver + de + N abstracto

(380) Muitas vezes há que ir visitar os ciclistas vítimas de queda, ver da sua evolução, avaliar a condição deles. (Ext 1204612 (des, 93b))

(381) Outro administrador dos SMAS, Viegas Palma (PSD), admitiu que «haverá uma falta de rigor» na apresentação da tarifa já em Janeiro, (...), mas os serviços «estão a ver da legalidade» da medida. (Ext 579617 (soc, 96a))

2. ver + seF

(382) De vez em quando, aí de três em três meses, vou à Sociedade Portuguesa de Autores ver se está lá alguma coisa... (PM-CT)

(383) Mas a melhor forma de observar este longínquo planeta consiste em fotografar a região celeste em questão em noites diferentes e ver se alguma estrela mudou de posição de uma noite para a outra. (PM-CT)

(384) O carro... só irá ver se tem arranjo no fim dos cânticos desta missa, acompanhados a guitarras por jovens. (PM-CT)

(385) Trata-se de ver se é possível nesse mundo rural não pensar só no cultivo da terra, mas juntar-lhe turismo rural, turismo de habitação, defesa do património histórico, artesanato, pequeno comércio, microempresas. (PM-CT)

3. ver + FInterrIndirecta

(386) É a única oportunidade que temos de ver como são as entranhas da terra para lá da coroa de cimento. (PM-CT)

(387) Antes de abrir, vi quem estava à porta.

(388) Lá vai Dolores Faísca ver o que se passa à porta do Nacofino. (PM-CT)

- (389) Por agora estamos ainda a ver o que vai ser feito, e não creio que neste momento seja possível ter uma avaliação correcta. (PM-CT)
- (390) Hoje, pretendem vender os bens e não conseguem por não possuírem licença de habitabilidade. O presidente comprometeu-se a ver o que é possível fazer, mas Armando Pimentel não foi muito animador, pois o relatório dos bombeiros não satisfaz em quase nada. (PAR)
- (391) Mas na prática, o que se pretende é «ver como é que se podem [sic] acabar com as diferenças de concessão de bolsas nas várias instituições», sem se cair num regime rígido que provoque maiores injustiças. (PM-CT)

À cena de *ver* juntam-se traços característicos da cena de *indagar*, que implica genericamente a recolha de dados e a sua apreciação com o objectivo de clarificar dúvidas ou testar hipóteses, podendo os dados ser obtidos através da visão e/ou por meios distintos. A relação metonímica entre ‘indagar’ e ‘ver’ ("Teilhandlung" que faz parte do complexo de acção ‘indagar’) permite que *ver* sirva para referir um conjunto de acções, a que chamamos *indagar*. Reforça-se, assim, um aspecto da cena de *ver*: a possibilidade de aquisição de conhecimento por meio da actividade perceptiva, que é um dos aspectos de *indagar*; no entanto, o sujeito de *indagar* é um agente, como o sujeito de *ver*₆, ao contrário do sujeito de *ver*₁ e de *ver*₈.

ver ₈ (saber; ficar a saber) – [A vê B] = [A sabe/ fica a saber B]
--

A, portador epistémico, descobre B, sem que para isso tenha de tomar qualquer iniciativa, embora se encontre envolvido na aquisição de saber como parte interessada. B é uma descoberta epistémica casual ou uma dedução a partir de indícios que A não procurou.

B, objecto de conhecimento, é um conteúdo mental construído através do processamento de dados da visão ou de outras fontes de informação de que A dispõe. É o resultado de um processo de inferência e não um conhecimento dependente da iniciativa de A como em *ver*₇; distingue-se também de *ver*_{14a} em que B é um estado

de coisas reconhecido, dado à partida como objecto passível de tomada de consciência que não envolve percepção visual.

B é realizado como SN (= N + extensões), FRel *o que*, FRel (*o modo*) *como*, QueF, completiva finita introduzida por *se* (SeF), interrogativa indirecta ou ainda como frase principal (que contém uma proposição):

(392) Então talvez seja a altura de veres aquilo de que és capaz, se de facto tentares, para descobrirmos quais são ao certo as tuas potencialidades. (PM-CT)

(393) Porque o investidor alemão começa sempre por pequenos investimentos, gosta de ver como corre o negócio, e só depois, se correr bem, reinveste os lucros conseguidos. (PM-CT)

A presença de SP introduzido por *através de*, *por* ou *em* (+ N = meio de comunicação – televisão, jornal, etc./meio de recolha de dados – inquérito, investigação, etc.) ou de um SN que refere uma fonte de informação sinalizam a base informativa sobre a qual se processa a inferência, da qual decorre, para A, B (cf. abaixo a negrito):

(394) E viu então **pela cara de Constantino** que tinha feito mal, mas muito mal, pois marido e mulher agora só partilhavam uma filha, um barracão e um ódio horrível, azedo e mútuo. (PM-CT)

(395) Eu vi **na televisão** que se pode bloquear estradas, sim senhor. (PM-CT)

Ver₈ admite a passiva de -se:

(396) **Nas páginas desta obra**, da qual se fez uma edição especial de cinco mil exemplares, vê-se, **através das correcções e emendas, com setas**, como trabalhava Garcia Lorca. (PAR)

Os exemplos seguintes mostram como se transita facilmente do domínio da inferência a partir de dados da visão (evidência visual) para uma conclusão que tem em conta os dados de que A dispõe, podendo estes considerar-se evidência

(visual ou não visual) utilizada para sustentar a legitimidade de uma proposição (aquilo que A ficou a saber):

(397) Quando os **resultados das eleições** começaram a ser **divulgados**, Bossi viu imediatamente que a coligação de centro-esquerda, Oliveira, conseguira a maioria no Senado e contaria com o apoio da Refundação Comunista na Câmara dos Deputados. (PM-CT)

(398) **Na minha última investigação com crianças**, vi que até aos dez anos os dois sexos são iguais. (PM-CT)

A expressão **como se vê/viu** por/(através) de/quando funciona, frequentemente, como marcador discursivo da evidência aduzida para corroborar a verdade de uma proposição:

(399) O PS adere espontaneamente à temática, **como se viu** há dias, **quando** um dirigente socialista denunciou os números do «clientelismo laranja» nas várias estruturas da administração pública. (PM-CT)

(400) Depois, as sete «Baby Bells» que, **como se pode ver** dos seus volumes de vendas, de bebés só têm o nome. (Ext 150658 (nd, 91b))

(401) Aliás, nem sequer de forma eficiente, **como se viu através da** fidelização do público em torno de um «prime-time» com telejornal e telenovela da TV Globo, que a SIC depois aproveitaria com óbvias consequências nas audiências... (PM-CT)

As ocorrências com futuro simples,³⁸⁸ a *ver + se* e as perífrases verbais com *ir/ ficar a aguardar para* e *restar + ver* infinitivo relegam a descoberta de B para um momento posterior ao da enunciação:

(402) Veremos até onde chegará a influência tentacular dos políticos. (PAR)

³⁸⁸ Monachini et al. (1994: 45), ao discutirem significados de *vedere* associados a determinadas formas flexionadas, chamam a atenção para o seguinte: "(...) the 1st person plural of the Simple Future (...) is to be interpreted (...) as an expression used for postponing an evaluation, an answer, etc. Other persons of the same tense, and in particular the 3rd singular, often used with impersonal *si*, may have the same interpretation, but this does not happen so often as it does in the case of the 1st person plural."

- (403) Veremos quem, sem demagogia nem espírito de caça às bruxas (...), será capaz de fazer desta luta indispensável um trunfo eleitoral. (PM-CT)
- (404) Uma pessoa continua, mais um ano, mais dois anos, a ver se acontece alguma coisa. (PM-CT)
- (405) Vamos ver se tenho condições para regressar.³⁸⁹ (PM-CT)
- (406) Público & Privado registou a justificação de Manuel Monteiro e fica a aguardar para ver se este gesto irá ser repetido por outros políticos, ou se se trata apenas de uma atitude simpática do líder dos centristas. (PM-CT)
- (407) Resta ver como será desta vez. (PM-CT)

O conhecimento relegado para um momento posterior está, também, presente nos exemplos seguintes:

- (408) E, quando se vir o que é a programação de espectáculos durante a exposição, veremos como é exuberante, mesmo esmagador. (PM-CT)
- (409) Talvez não se vejam já os reflexos da situação, mas mais para a frente receio que as coisas se compliquem. (PM-CT)

Ver₈, ao contrário de ver₇ ('indagar'), apresenta a aquisição de conhecimento como eventual e não intencionada por A, sendo, nessa medida, mais próximo de ver₁ em que A experienciador pode ver o que quer e o que não quer, desde que tenha os olhos abertos.

A possibilidade de chamar *ver a saber/ficar a saber* decorre do facto de estes constituírem, frequentemente, o final de um processo que começou com *ver* algo. É mais uma vez a extensão metonímica do significado que está na origem deste sentido de *ver*.

³⁸⁹ Admite-se, neste caso, uma interpretação ambígua, entre 'indagar' e 'ficar a saber'.

ver, (ter em atenção; dirigir a atenção para; prestar atenção a) – [A **vê** B] = [A **tem em atenção/dirige a atenção para/presta atenção a** B]

A é convidado a dirigir a sua atenção para B³⁹⁰ ou o falante afirma sobre A que este concentra a sua atenção quase exclusivamente em B.

B é uma entidade abstracta ou um estado de coisas.³⁹¹

a) B é uma fonte de informação que A deve ter em atenção, segundo o falante:

(410) Mas se quer números, veja as «abomináveis percentagens» da sondagem sobre racismo publicada quarta-feira passada neste mesmo jornal. (PM-CT)

(411) Pode ser que o leitor ainda se questione por que deve acreditar num Poder superior a si mesmo. Pensamos que há boas razões para isso. Vejamos algumas: (PAR)

(412) O actor e realizador norte-americano Clint Eastwood, 63 anos, presidente do júri do Festival de Cannes (ver p. 28), defendeu ontem a entrada de uma maior variedade de filmes estrangeiros no mercado dos Estados Unidos. (PM-CT)

b) B é o objecto central da atenção de A, na perspectiva do falante:

(413) Só vêem as festas e os azulejos fora das casas. (PM-CT)

(414) Desde que ganhou o Totoloto só vê o dinheiro.

(415) Há muitas pessoas interessantes, mas a Maria só vê o Zé.

³⁹⁰ Monachini et al. (1994: 45) referem-se a "specific shades of meaning (...) found in connection with certain linguistic forms" e destacam, entre outras, as numerosas ocorrências no Imperativo, usadas com o sentido de 'confrontar', 'tomar em consideração', 'examinar'.

³⁹¹ Mesmo quando o preenchimento de B remete para uma entidade concreta (*o Zé* ou *o dinheiro*), B é sempre encarado de um ponto de vista abstracto, porque o que se enfatiza é a atenção de A a B.

Ver₉ tem em comum com ver₅, ver₆, ver₇, ver₈ e ver₁₀ a atenção dedicada ao objecto de percepção. No entanto, esta aparece aqui como a) convocada ou b) constatada pelo falante.

ver₁₀ (diligenciar; ocupar-se de; tratar de) – [A vê B] = [A ocupa-se de B]

A atenção dirigida para um objectivo, já presente noutras acepções de *ver*, e a acção concreta (a necessidade de fazer), muitas vezes suscitada pelo estado de coisas com que A se confronta, já observada na cena de *ver*, conjugam-se em ordem à consecução de um objectivo que depende em larga medida da acção realizada por A.

1. ver + de + Nconcreto – A, agente, ocupa-se de ou age, no sentido de se verificar um estado de coisas que tem a ver com B; *de*N nomeia o objecto da finalidade que A procura atingir com a sua acção:

B realiza-se como complemento preposicional introduzido por *de* (SP*de* + N concreto):

(416) Como a organização não é das melhores, o melhor é, logo que entre, ir ver dos bilhetes para estas duas representações. (PM-CT) [...tratar de obter os bilhetes...]

(417) Vim ver da alimentação para o Bobi. (Ext 1421344 (des, 98a)) [...tratar da alimentação para...]

2. ver + seF – A, agente, ocupa-se de, ou age, no sentido de que o estado de coisas nomeado na frase introduzida por *se* venha a verificar-se; *seF* nomeia a finalidade da ocupação de A:

(418) Passei a manhã a ver se tirava a mancha da toalha. (Houaiss: 3683a) [Passei a manhã ocupado e a finalidade da minha ocupação foi tirar a mancha da toalha]

(419) Levei um ano e meio a ver se conseguia financiamento para a exposição.

(420) Vá para casa e veja se não faz mais disparates. (Ext 92748 (soc, 91b))

Ver₁₀ constitui um sentido derivado de ver₇ por extensão da busca epistémica como finalidade. Da busca epistémica que em ver₇ aparece, frequentemente, acompanhada de uma ocupação – (421) *Muitas vezes há que **ir visitar os ciclistas vítimas de queda**, ver da sua evolução, avaliar a condição deles.* (Ext 1204612 (des, 93b)); (422) *De vez em quando, aí de três em três meses, **vou à Sociedade Portuguesa de Autores** ver se está lá alguma coisa...* (PM-CT) – retém-se em ver₁₀ apenas a finalidade prosseguida através de um agir e a componente epistémica fica apagada.

Ver₁₀, ver₆ e ver₇, apresentam-se como sentidos relacionados pela componente "acção de A orientada para uma finalidade", que é comum aos três. No caso de ver₆, A usa a vista para encontrar B (concreto) não presente; em ver₇, A age para encontrar uma resposta desconhecida/obter conhecimento e, em ver₁₀, para atingir um objectivo (*obter bilhetes, conseguir financiamento*, etc.). Temos, portanto, uma progressão da "busca de um objecto concreto" (ver₆) para a "busca epistémica de um objecto abstracto" (ver₇) e, por último, para a "consecução de um objectivo" (ver₁₀), mantendo-se neste percurso um elemento comum – a finalidade ligada à acção de A.

Os sentidos de *ver* ‘examinar’, ‘procurar’, ‘indagar’, ‘saber’, ‘dirigir a atenção para’ e ‘ocupar-se de’ têm em comum a atenção dedicada ao objecto, que começa por ser um objecto fisicamente percepcionável em ver₅ e ver₆ e que deixa de o ser em ver₇, ver₈, ver₉, e ver₁₀, tornando-se mais abstracto. Paralelamente, a própria natureza do objecto sofre alteração: de objecto examinado ou procurado e que, portanto, está presente, passa a objecto virtual que é dado como descoberta epistémica intencionada, decorrente da actividade psíquica e/ou visual (em ver₇), descoberta epistémica não intencionada (em ver₈), informação a ter em conta ou centro da atenção de A, na óptica do falante (em ver₉) ou objectivo a atingir (em ver₁₀).

<p>ver₁₁ (avaliar; interpretar) – [A vê B C] = [A avalia B C]</p>

A, humano, portador epistémico, considera B (abstracto) e o falante avalia o modo como A considera B. *Ver* liga um sujeito A a um objecto B considerado por A e é acompanhado por um complemento modal (*bem, mal, de forma...*, *de uma perspectiva...*, etc.) que representa a avaliação que o falante faz de como A considera B.

O complemento modal é anaforizável por *assim* e interrogável por *como?*/*de que modo?*/*de que maneira?*, mas não predica o complemento directo de *ver*.

(423) O árbitro teve um erro ridículo ao assinalar uma grande penalidade em que viu mal [a jogada]. (Ext 1506827 (des, 98a))

(424) Só que o técnico do Paraguai viu bem a coisa, antes do intervalo colocou Caniza no lugar de Morales e fechou o corredor aos búlgaros (...). (Ext 843873 (des, 98a))

(425) Vi bem/mal o problema/a questão e tomei a decisão certa/errada.

(426) O júri premiou a minha capacidade de inventar e de ver o mundo de forma ampla, aí incluída a visão que tenho das Américas. (PM-CT)

(427) (...) de que modo pensa que a sua obra se pode relacionar com essa conjuntura?
R. – É difícil falar de uma coisa quando estamos no meio dela. Quer dizer, não vemos as coisas objectivamente; ainda estamos a viver a situação. (PAR)

Ver₁₁ admite passiva de *ser* e passiva de *-se*:

(428) (...) existem problemas demográficos reais, apesar de frequentemente serem vistos a partir de uma perspectiva errada e de se proporem soluções depravadas para os resolver (...). (PM-CT)

(429) Quanto mais a distância no tempo aumenta, mais a data [o 25 de Abril] que ontem celebrámos se vê com maior nitidez. Permitindo-nos, assim, uma visão afectiva do País. E desapaixonada de nós mesmos. (PAR)

Este uso de *ver* pode, ainda, ser expresso através de segmentos frásicos com características sintácticas e semântico-pragmáticas distintas das observadas nos exemplos anteriores. Trata-se de segmentos frásicos que não se encontram ao nível dos termos frásicos, não dependem do predicado nem o modificam, resistem à interrogação com *como*, à anaforização com *assim* e à negação, podendo ser classificados

como advérbios de frase.³⁹² Estes segmentos parentéticos (constituídos por participio passado de *ver* + SP/gerúndio de *ver* + Adv) têm, segundo Helbig & Buscha (¹³1991: 669), que se debruçam sobre casos semelhantes do alemão, um comportamento próximo das "Modalwörter" (partículas modais), que do ponto de vista semântico-pragmático podem classificar-se como operadores que traduzem o posicionamento subjectivo do falante em relação ao conteúdo asserido, funcionando, portanto, como comentários do falante em relação ao conteúdo da frase em que estão encaixados. Trata-se de construções participiais e gerundivas condicionais, que expressam as condições em que A tem/pode ter uma determinada opinião sobre B, não sendo esta expressa através de *ver*, mas da frase principal, na qual estas sequências com *ver* se encontram inseridas:

- (430) Os melhoramentos que se conseguiram até hoje foram já espectaculares. **Vistos a longo prazo** [se forem vistos a longo prazo], única forma correcta de os considerar, alguns números impressionantes mostram bem os extraordinários ganhos. (PAR)
- (431) E fica-se a saber que, **visto de Belém** [se for visto a partir de Belém], o estado da Nação não é excitante. (PM-CT)
- (432) O actor fez, há um ano, na mesma sala um "Artaud, Retrato Feroz" que, **vista à distância** [se for vista à distância], preparava para esta lição sobre a linguagem da loucura. (PAR)
- (433) **Visto de fora** [se for visto de fora], o financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais é um escândalo. (PAR)
- (434) **Visto [sic] desta perspectiva** [se for vista desta perspectiva], a prudência de atitudes pessoais em relação ao dia de "sexta-feira, 13", até pode ser tida em conta como uma advertência do senso [comum] (...). (PAR)

³⁹² Veja-se, em Mateus et al. (⁵2003: 430-432), um conjunto de testes para a identificação de advérbios de frase e a seguinte definição, decorrente da aplicação dos refridos testes: "modificam toda a proposição, não sendo argumentos verbais nem adjuntos a SV. (...) Do ponto de vista estrutural, parecem ocupar uma posição de adjunção a F." (p.431 - texto e nota 122)

(435) **Visto [sic] de um país rico** [se for vista de um país rico], a situação de uma sociedade nos primórdios do seu desenvolvimento é paupérrima. (PAR)

(436) É uma convenção igual às outras (a situação absurda em que Beckett coloca Winnie, por exemplo, é uma convenção cénica, **vendo bem** [se for bem vista]). (PM-CT)

(437) **Vendo bem** [se se vir bem], não perdoa o que quer que seja. (PM-CT)

A expressão fixa *Não estar a ver bem (algo)* pode servir para o falante se questionar a si mesmo sobre a adequação da avaliação feita ou para comunicar ao seu ouvinte a convicção de que a avaliação daquele é inadequada.

Este sentido de *ver* está relacionado com ver_5 , uma vez que ver_5 e ver_{11} representam duas fases sucessivas do mesmo processo – primeiro ‘observa-se’ ou ‘examina-se’ algo e depois adopta-se um ponto de vista, ‘interpreta-se’/‘avalia-se’ esse algo – isto é, a formulação de um juízo sobre um objecto pode ser vista como consequência lógica da acção ‘observar’/‘examinar’.³⁹³ O objecto concreto da atenção de A em ver_5 (*modelos, projecto, contas, condições de trabalho, homens (= doentes), testes, etc.*) continua a receber a atenção de A em ver_{11} , mas é agora um estado de coisas ou uma entidade de índole abstracta (*mundo, coisas, problema(s), etc.*). A, que era alguém com capacidade para observar/examinar, é, em ver_{11} , qualquer humano dotado da capacidade de avaliar. A noção de objecto de percepção como objecto avaliado vem, aliás, já da própria cena de *ver* e mantém-se, quer em ver_5 quer em ver_{11} . O tempo dedicado à observação não é tão relevante aqui como em ver_5 ; *ver bem* ou *mal um problema* ou *ver o mundo de forma ampla* não têm a exigência de duração e minúcia das acções ‘observar’/‘examinar’.

³⁹³ É possível pensar que uma terceira fase do processo que começa com ‘observar’/‘examinar’ e continua com ‘interpretar’/‘avaliar’ é a fase de ‘corrigir’ em usos como *ver testes, fichas, exames, enunciados, textos, etc.* Isto é, da observação do objecto concreto percorrido atentamente com o olhar (‘ler atentamente’) decorre a sua interpretação e possível correcção, que, como sinalizei em ver_5 , é um uso a ganhar autonomia, embora em contextos específicos.

Em ver_{11} expressa-se o juízo do falante sobre a expressão $A \text{ vê } B$, ao passo que ver_{12} é dedicado à expressão de uma opinião de A sobre B, que é formulada através de um predicativo do complemento directo.

Ver_{11} não é parafraseável por *considerar* + predicativo (cf. (438b)), ao contrário do que acontece em ver_{12} (cf. (439b)), mas é parafraseável por 'avaliar'/'interpretar' (cf. (438c)):

- (438) a. Ele vê bem o problema.
b. *Ele **considera o problema bem**
c. Ele **avalia/interpreta bem o problema**
d. Está **bem, o modo como vê o problema**.³⁹⁴

- (439) a. Ele vê a política interna como prioritária.
b. Ele **considera a política interna prioritária**
c. Ele **interpreta a política interna como prioritária**
d. *É **prioritária, a maneira como vê a política interna**.

O estatuto de C, na frase, e a relação entre C e o complemento directo é distinta em ver_{11} e ver_{12} , como se pode observar acima pelo confronto de (438a-d) com (439a-d). Apenas em ver_{11} C tem comportamento de complemento modal, e só em ver_{12} se verifica a possibilidade de paráfrase com *considerar* e a presença de um predicativo do CD. A relação entre ver_{11} e ver_{12} voltará ainda a ser tratada, após a descrição de ver_{12} .

ver_{12} (considerar; interpretar) – [A vê B como C; A vê em B C; A vê B C]

A, indivíduo/grupo, pertencente à classe dos seres humanos com capacidade de ajuizar, interpreta conscientemente B (humano ou estado de coisas) como membro

³⁹⁴ Para sublinhar o estatuto de C como complemento modal, distinguindo-o de C predicativo, adapta-se ao português a paráfrase com "wie-Satz", proposta em Helbig & Buscha (¹³1991: 501-502), para distinção entre advérbios modais ("modale Adverbien") e partículas modais ("Modalwörter"); na paráfrase, o advérbio modal é extraído com Vcop (em alemão *sein* e em português *ser/estar*) e segue-se-lhe uma frase subordinada com "wie" (pt. *o modo/a maneira como*) + V + complemento(s) que expressa o conteúdo proposicional da frase ("der propositionale Gehalt des Satzes").

de uma classe ou como sendo de um tipo determinado ou ainda como portador de uma qualidade/propriedade – C. A predica C de B.

1. [A vê B como C]

B designa uma entidade (humana ou não humana) ou um estado de coisas com a função sintáctica de complemento directo e C desempenha a função de complemento predicativo, normalmente realizado como N, SN/Adj introduzido por *como*, permitindo interrogação com *como* – **Como vê A B? – A vê B como C.**

(440) O Iemen é a civilização mais antiga da Península Arábica, facto que os iemenitas gostam de salientar em conversa com os seus primos da Arábia Saudita, a quem vêem *como beduínos novos ricos*. (PM-CT)

(441) A empresa não vê, no entanto, como boa a possibilidade de um traçado alternativo aos já propostos, de modo a que a auto-estrada contorne a serra do Caldeirão e outros pontos sensíveis. (PM-CT)

(442) Não os vejo *como coisas separadas*. (PM-CT)

(443) E esse é o modo como eu vejo a música: *uma herança contínua*. (PM-CT)

Quando C se realiza como adverbial indefinido do tipo *assim, deste modo, desta forma, etc.*, este constitui forma anafórica de um predicativo normalmente já explicitado:

(444) (...) [defensor dos] *fracos e protector das viúvas e órfãos*, ou um promulgador do dharma, não são mera demagogia. Era exactamente *desta forma* que o governante era visto, e se via a si próprio (...). (PAR)

Nos casos em que a avaliação (C) de A acerca de B não é asserida mas interrogada, pensar ou achar são possíveis paráfrases de *ver*, que não sendo as melhores na maioria dos contextos, se revelam como alternativas no exemplo seguinte, sendo a interrogativa *como/de que maneira vê A B ?* substituível por *o que é que A pensa/acha de B?*:

(445) De que maneira viu o recente Campeonato do Mundo de futebol? (PM-CT)

A construção [A vê B como C] admite passiva com ser:

(446) Este acto vergonhoso dos primeiros comunistas é, no entanto, visto por alguns dos recém-convertidos ao capitalismo *como fonte de lucro.* (PM-CT)

(447) Esta série foi transmitida em Portugal, pela RTP, com o título Sim, Senhor Ministro, e ainda hoje é vista *como uma obra de referência na forma de fazer sátira política.* (PM-CT)

2. [A vê em B C]

B designa uma entidade ou um estado de coisas encarados como sede de uma classe, propriedade ou tipo – sede de aplicação da predicação C – e é realizado sintacticamente como SP introduzido por *em*, eventualmente sob forma frásica.

Com B realizado como preposicional, C não é introduzido por preposição, permitindo interrogação com *o que* – **O que vê A em B? – A vê em B C.** O complemento directo (C) mantém, no entanto, a função semântica de predicativo da entidade *em B*, senão confrontem-se as formulações *O João vê o Zé como um pai* /vs/ *O João vê no Zé um pai*:

(448) Um porta-voz do chanceler Helmut Kohl afirmou que Bona via na carta *mais uma oferta de cooperação do que um aviso.* (PM-CT)

(449) Há quem veja na música tradicional *uma das músicas do futuro.* (PM-CT)

(450) E disseram-nos que o mesmo era um verdadeiro guru do sistema, conselheiro dos ministros da Justiça, que viam nele *o arauto da sapiência.* (PM-CT)

É possível a passiva de *-se* [*em B vê-se C*]:

(451) Pois não se poderia ver também, nesta recuperação da «mulher fatal» como tema de um género, *a mesma reacção inconsciente do homem perante a afirmação do desejo feminino que vem pôr em causa toda uma série de ideias em que se apoia a sociedade patriarcal?* (PM-CT)

O argumento **em B**, entendido como estado de coisas (= eventualidade/hipótese), pode realizar-se através de *aí*, usado anaforicamente como pronome demonstrativo:³⁹⁵

(452) Se o agente actua à revelia das suas chefias, tal determina uma infracção disciplinar, mas não deve, sem mais, ver-se aí um crime. (PAR) [não deve ver-se nisso (na hipótese de o agente actuar à revelia das suas chefias) um crime]

3. [Avê B C]

C não introduzido realiza-se como Adj, ou como PP/SP usados como predicativos do CD, permitindo, como em 1., a interrogação com *como* – **Como vê A B?**

A vê B C é semanticamente muito próximo de *A vê B como C*, com predicativo do CD não introduzido; no entanto, não é possível usar as duas estruturas indistintamente com todas as classes de predicativos; só as formas com comportamento adjectival podem ocorrer não introduzidas:

(453) Os analistas não vêem a economia dos Estados Unidos tão boa como seria desejável, mas continuam a apontar o dólar como a melhor aposta para os investidores face à recessão das restantes economias. (PM-CT)

(454) Pensava que era um país mais pobre do que o vejo actualmente. (PM-CT)

(455) O Diário Económico viu o sector têxtil nacional condenado à extinção, devido à concorrência chinesa e à incapacidade de resposta dos empresários.

(456) O João vê a Maria em vantagem no concurso para chefe de divisão. [O João considera que a Maria está em vantagem no concurso para chefe de divisão]

Quando A e B são co-referentes, as ocorrências de *ver* apresentam-se como auto-avaliações do estado em que A se encontra; o estado que A predica de si próprio encontra-se realizado como frase reduzida de *Vcop* + predicativo:

³⁹⁵ Este uso de *aí* revela uma certa gramaticalização, pois já não é o Adv de lugar que está em causa.

(457) Juntamente com o marido, tem conseguido promover uma ginástica financeira para que a comida não falte em casa. Há meses em que nos vemos aflitos e desesperados, comenta. (PAR)

(458) Mas o negócio terminou em litígio e fracassou por completo. O processo foi acompanhado de muito rancor e controvérsia. Com amargura e desencorajado, ele viu-se desacreditado e praticamente falido, num sítio desconhecido. (PAR)

No exemplo seguinte, *ver* não é parafraseável por *considerar*, mas por *achar/interpretar*, na interrogativa— *o que é que A acha de B?/como é que A interpreta B?*, — e por *achar*, na resposta:

(459) P. — Como adepto portista, como é que vê a passagem de António Oliveira de seleccionador nacional para treinador do FC Porto? R. — Vejo bem, muito bem, é uma pessoa com grande capacidade, (...). (PAR)

Repare-se que o predicativo *bem* não se refere ao acto interpretativo, mas a B interpretado — *a passagem de António Oliveira de seleccionador nacional para treinador do FC Porto*.

Ver_{12} resulta de uma selecção de traços da cena de *ver*, já presente em ver_{11} , nomeadamente o facto de o objecto prototípico de *ver* poder ser avaliado por parte do experienciador. Neste sentido, ver_{12} é interpretável como extensão de ver_{11} , isto é, como especificação da avaliação presente em ver_{11} , especificação essa conseguida através do predicativo C — o juízo de A (portador epistémico) acerca de B (portador de propriedade/qualidade, membro de uma classe). ‘Considerar’/‘interpretar’ poderia ser a terceira fase de um processo que começa com ‘examinar’/‘observar’ (perceptivo), passa por ‘avaliar’ (visual-cognitivo) e termina na formulação de uma opinião acerca do objecto: O mecânico viu [examinou] o carro. Depois de **ver bem** [avaliar] os problemas, viu [considerou] a reparação como (uma) missão impossível.

Ver_{12} , como ver_{11} , comporta-se como verbo judicativo, mas no caso de ver_{12} o juízo, expresso sob a forma de predicativo do CD, é sobre B. Pelo contrário, em ver_{11} , o que está em causa não é a consideração tecida sobre B, mas sobre a expressão *A vê B*, sendo esta consideração formulada através de um complemento modal que representa a avaliação que o falante faz de como A considera B.

ver₁₃ (encarar) – [A **vê** B **com** C] = [A **encara** B **com** C]

A, ser humano intelectual, é portador de um estado psicológico, devido ao impacto psicológico (negativo ou positivo) do estado de coisas B. A não exerce qualquer controlo sobre B, podendo equiparar-se o significado das sequências *ver com C*³⁹⁶ ao significado de *estar/ficar + Adj "psicológico"* – possíveis paráfrases de *ver* dadas entre parêntesis rectos no corpo dos exemplos abaixo:

(460) **Víamos com profundo cepticismo [estávamos cépticos em relação a] este mundo de pessoas sempre em guerra, de sistemas teológicos em conflito e de calamidades inexplicáveis.** (PAR)

Ver comporta-se, nestas sequências, como verbo-suporte,³⁹⁷ estando a predicação centrada no N que a ele se liga através da preposição *com* e cujo referente é um sentimento, uma emoção ou um estado mental.

B é tipicamente o causador³⁹⁸ do estado em que A se encontra,³⁹⁹ enquanto psicologicamente afectado, como se observa em (461b), onde se reconstitui o causador, na função de sujeito de um verbo psicológico com experienciador na posição de CD:⁴⁰⁰

(461) a. Embora a economia da Coreia do Sul tenha crescido cerca de nove por cento no ano passado, são muitos os cidadãos que **vêm com preocupação [estão preocupados com] o défice comercial do seu país, que é de 8,8 mil milhões de dólares (cerca de 1250 milhões de contos).** (PM-CT)
b. O défice comercial do seu país...**preocupa** muitos cidadãos.

³⁹⁶ Enumero algumas das que pude encontrar nos corpora utilizados: *ver com cepticismo, ver com (alguma) preocupação, ver com angústia, ver com desconfiança, ver com esperança, ver com (alguma) apreensão, ver com tristeza e ver com alegria.*

³⁹⁷ Sobre verbo-suporte e construções com verbo-suporte preposicionadas em português e alemão, cf. Athayde (2000 e 2001) e a bibliografia aí referida.

³⁹⁸ Distingo causador de agente, como Peres (1984: 87): "(...) preferiria reservar o conceito de acção para os estados-de-coisas desencadeados por uma entidade com o traço [+ controlador] ou, porventura, [+ intencional]. (...) não utilizarei a designação de Agente para o argumento correspondente à entidade que desencadeia o estado-de-coisas. Em vez dela utilizarei a de Causador (C), que, a meu ver, define melhor a função semântica em questão (...)."

³⁹⁹ Trata-se de um estado psicológico resultativo, decorrente de uma mudança de estado traduzida por verbos intrinsecamente psicológicos como *preocupar*, como assinala Mendes (2001: 64 e 72) ao ocupar-se das diferenças aspectuais decorrentes de alternâncias de uso de predicados psicológicos na construção transitiva e nas correspondentes passivas adjectivais com *estar* e *ficar*.

⁴⁰⁰ Sobre as particularidades sintáctico-semânticas dos predicados psicológicos, cf. Mendes (2001).

Por vezes, é possível a reformulação com *causar* + N psicológico:

- (462) a. O médico [Albino Aroso] **vê** "**com alguma apreensão**" [**está apreensivo** em relação a] o desenrolar dos acontecimentos, sobretudo porque a "questão central" continua à margem das discussões e "não há nenhum estudo (...). (PAR)
b. O desenrolar dos acontecimentos **causa-lhe apreensão**.

A sequência com C pode ser extraída:

- (463) "Foi **com tristeza** que [**fiquei triste** quando] te vi deixar o futebol devido a uma lesão porque ainda terias muitas jogadas para fazer e golos para marcar", atirou o "Bi-Bota", (...). (PAR) [Ver-te deixar o futebol... **entristeceu-me**]

Ver₁₃ apresenta-se como sentido derivado de ver₁₂, em que *ver*, destituído de valor semântico rico, não tem qualquer carácter de verbo perceptivo, nem mesmo de verbo judicativo/de opinião: o sujeito de *ver* 'está perante' um estado de coisas, numa atitude passiva de sujeito de afectação emocional que mantém apenas a condição de "ser intelectual". O facto de *ver* estar aqui como verbo-suporte de uma predicação centrada no N psicológico que a ele se liga evidencia a tendência para a gramaticalização ligada a certos sentidos de *ver*, de que me ocuparei em secção própria.

ver₁₄ (passar a ter consciência; aperceber-se; compreender) – [A **vê** B] = [A **passa a ter consciência de** B]

Por meio de operações cognitivas, A humano (portador epistémico) torna-se consciente de um estado de coisas B (objecto de conhecimento), não perceptível através de nenhuma das cinco modalidades perceptivas.⁴⁰¹

⁴⁰¹ Esta definição toma como referência Harm (2000: 143): "Unabhängig davon, ob man im Einzelfall 'erkennen' oder 'verstehen' ansetzt, kann die Zielbedeutung angegeben werden mit 'Klarheit über einen Sachverhalt gewinnen' oder expliziter 'sich über kognitive Operationen eines nicht sinnlich wahrnehmbaren Sachverhalts bewußt werden'. Das Bewußtwerden über kognitive Operationen eröffnet zugleich den umfassendsten und objektivsten Zugang zu einem Sachverhalt, der dem menschlichen Erkenntnissubjekt möglich ist."

B apresenta-se como aquisição epistémica resultante de compreensão ou do reconhecimento de determinadas características do objecto.

Nalguns casos, a paráfrase mais adequada é *compreender*, noutros *aperceber-se* ou *tomar consciência*, tendo em conta as diferenças que podem existir no processo pelo qual A se torna consciente de B. Há casos em que qualquer uma das paráfrases parece adequada, isto é, em que se verifica uma certa ambiguidade entre as leituras ‘compreender’ e ‘aperceber-se’/‘tomar consciência’:

- (464) a. Dias Ferreira **viu** que, no Sporting, ainda há muito quem desconfie dele. (PM-CT)
b. Dias Ferreira **apercebeu-se/tomou consciência de** que, no Sporting, há muito quem desconfie dele.
c. Dias Ferreira **compreendeu** que, no Sporting, há muito quem desconfie dele.

Uma vez que A pode tornar-se consciente do estado de coisas B através do reconhecimento das suas características (‘ver’ = ‘aperceber-se’/‘tomar consciência’) ou integrando harmoniosamente B como objecto percebido no conjunto dos seus conhecimentos (‘ver’ = ‘compreender’), optei por não considerar dois significados inteiramente distintos, mas duas leituras englobadas na mesma acepção de *ver*. Em *ver*_{14a} encontraremos os enunciados que admitem paráfrase com *aperceber-se/tomar consciência* e em *ver*_{14b} apenas aqueles que admitem *compreender* como paráfrase, embora saibamos que há casos ambíguos como (464a).

Gisborne (2004), um artigo dedicado à polissemia de *see*,⁴⁰² ocupa-se desta questão e distingue três sentidos proposicionais⁴⁰³ do verbo, tendo em conta questões de "Aktionsart", a comparação com outros verbos, como *understand* e *realize* e, ainda, a relação com o sentido de *see*, enquanto verbo de percepção visual (equivalente a *ver*₁).

⁴⁰² Gisborne (2004) delimita apenas cinco sentidos de *see*, porque considera somente os usos próximos de *see* como verbo de percepção física, eliminando à partida todos os outros (cf. Gisborne 2004: 4, nota 4).

⁴⁰³ Um dos critérios considerados relevantes pelo autor para a análise da polissemia de *see* é a distinção de restrições de selecção; os dois primeiros sentidos de *see* em Gisborne (2004) têm como segundo argumento "things or events" e os sentidos ‘understand’, ‘realize’ e ‘evidential’ seleccionam tipicamente proposições, embora o autor admita que outras "entidades de terceira ordem" ("third-order entities", conceito de Lyons 1977 usado pelo autor) possam preencher essa posição, considerando, no entanto, que se trata já de usos fixos ou semifixos de *see*: *I see a way out/the picture/the difficulty/a problem* (Gisborne 2004: 16).

Assim, o sentido ‘understand’ é definido como aquele que partilha com *understand* a "Aktionsart" estado e a factividade do complemento introduzido por *that* (QueF). O sentido ‘realize’, uma versão incoativa de ‘understand’ como *realize* (‘começar a compreender’), corresponde, para o autor, a usos de *see* que destacam "the inceptive phase of understanding" (Gisborne 2004: 18), isto é, a casos de mudança de estado – "an inchoative event whose second argument is an instance of ‘understand’." (Gisborne 2004: 20) O autor não destaca este aspecto, mas o ‘começar a compreender’ (‘realize’) é sinalizado por suplementos temporais, nos seus exemplos *suddenly*.

Os sentidos ‘understand’ e ‘realize’ dispensam a referência a qualquer modalidade perceptiva, ao contrário do uso ‘understand on the basis of visual experience’ (‘inferir’/‘concluir’). Gisborne classifica este uso como "the evidential meaning", que é um estado, como ‘understand’, mas contém um elemento de percepção física, a par da percepção cognitiva, e permite a inserção de preposições direccionais (*Jane saw that Peter had crossed the road safely through the window*) que não ocorrem, segundo o autor, nas frases em que o sentido de *see* é apenas ‘understand’:⁴⁰⁴ "The evidential use of *SEE* conflates physical perception with a meaning that is inherited from ‘understand’." (Gisborne 2004: 20) O autor refere que os usos evidenciais podem ser parafraseados com *understand* e, ao mesmo tempo, enfatiza a componente visual envolvida no processo de compreensão, socorrendo-se dos seguintes exemplos: *I saw in the paper that the government was on the ropes.* (Gisborne 2004: 16); *I understand from what I read in the paper that the government is on the ropes.* (Gisborne 2004: 17)⁴⁰⁵

Gisborne faz uma tentativa de classificação dos usos proposicionais de *see* e da polissemia de *see*⁴⁰⁶ que me parece pouco rigorosa, desde logo por definir um dos sentidos a partir de um fenómeno de "Aktionsart" que é sugerido por um suplemento temporal (*suddenly*); também propõe um critério formal (possibilidade de inserção de preposições direccionais) para a distinção dos usos evidenciais (visual-cognitivos) de *see* que não funciona num dos seus exemplos (*in the paper*).

⁴⁰⁴ Curiosamente, este critério não se aplica a outro exemplo de uso de *see*, classificado pelo mesmo autor como evidencial, que não permite a inserção de SP direccional: *Jane saw in the paper that the government was on the ropes* (Gisborne 2004: 16).

⁴⁰⁵ Ficou claro, na cena de *ver*, que estes usos "visual-cognitivos" de *ver* não são usos evidenciais, ao contrário daqueles em que *ver* concentra em si a sugestão de que o falante está em condições de produzir evidência para uma proposição P.

⁴⁰⁶ Recorde-se que a descrição se limita a cinco sentidos próximos de *see* em sentido físico.

Distinguir, em consonância com a proposta de Gisborne, entre um *see* ‘understand’ e um *see* ‘realize’ apenas na base da incoatividade é dificilmente aceitável – também em português ‘aperceber-se’ de algo não significa só ‘começar a compreender’ esse algo e pode mesmo não ter nada a ver com a compreensão. ‘Tomar consciência de’ não tem que ser o mesmo que ‘compreender’ ou ‘começar a compreender’, porque a questão do compreender (ganhar controlo cognitivo sobre um estado de coisas abstracto) nem sempre acompanha a tomada de consciência de A em relação a B. Por isso, *compreender* é dado como possível paráfrase para os casos de *ver*_{14b}, ainda que alguns casos de *ver*_{14a} pudessem também aceitar essa práfrase.

É igualmente problemática a identificação do uso "evidencial" de *see* pelo critério da possibilidade de adjunção de SP direccional. Falta em Gisborne (2004) uma distinção entre usos realmente evidenciais (cf. a cena de *ver* e 4.4.3, nesta dissertação) e outros usos de *see* que não têm carácter evidencial, mas em que se explicita um indício ou uma fonte (evidência visual ou outra) como suporte para um saber, como acontece nos exemplos de *ver*₈ aqui repetidos: (394) E viu [ficou a saber] então **pela cara de Constantino que tinha feito mal, mas muito mal**, pois marido e mulher agora só partilhavam uma filha, um barracão e um ódio horrível, azedo e mútuo. (PM-CT) e (397) Quando os **resultados das eleições** começaram a ser divulgados, Bossi viu [ficou a saber] imediatamente que a coligação de centro-esquerda, Oliveira, conseguira a maioria no Senado e contaria com o apoio da Refundação Comunista na Câmara dos Deputados. (PM-CT) Pergunta-se em relação a (397) se a evidência (= divulgação dos resultados eleitorais) não pode ser de carácter visual, como uma notícia de jornal (nos exemplos de Gisborne), sem que no entanto *ver* tenha aqui qualquer marca de evidencialidade.

***ver*_{14a}** (aperceber-se; tomar consciência) – [A **vê** B] = [A **apercebe-se/toma consciência de** B]

B, objecto de conhecimento, é um estado de coisas abstracto, cuja existência é dada como adquirida/asserida, e que é de algum modo independente da própria percepção. Cabe a A, portador epistémico, distinguir os seus traços característicos.

B realiza-se como SN (= N abstracto com ou sem extensões), QueF, FInterrIndir, FRel como, FRel o que ou frase assertiva não introduzida:

- (465) (...) Humberto Delgado estava possuído de «um desejo de deitar o regime a baixo» que o impedia de ver «a realidade de Portugal» (...). (PM-CT)
- (466) Era imprescindível que os clientes vissem as vantagens e validassem tecnicamente o produto. (PAR)
- (467) No dia 1 de Maio, que era feriado, quando viu o estado em que deixara as duas infelizes, foi ao frigorífico, tirou um pacote e encheu um copo de leite. (PM-CT)
- (468) Só quem viu o que havia e vê o que se vem passando há um ano, a união entre as pessoas, pode compreender a extensão das mudanças. (PM-CT)
- (469) A maior parte delas necessita de ver a doença em toda a sua dimensão de morte. (PM-CT)

Há, no corpus, numerosos exemplos deste uso do verbo na forma negativa, sinalizando-se a incapacidade/impossibilidade de A se aperceber de B – B é imperceptível para A.⁴⁰⁷

- (470) Não vejo aspectos negativos. (PM-CT)
- (471) Até agora não vejo qualquer sinal de mudança da parte de Portugal. (PM-CT)
- (472) Mas as autoridades nacionais não viram grande receptividade e decidiram afastar essa hipótese (...). (PM-CT)
- (473) E não se vê acção séria de combate a estas chagas. (PM-CT) [não tem sido possível alguém aperceber-se da existência de]

⁴⁰⁷ Alguns destes exemplos podem ser encarados como usos de *não (se) ver* que seriam "understatements" para 'não existe', formas mitigadas de dizer 'não existe', utilizando o falante a estratégia de se colocar no papel de quem pode ter cometido um erro de observação/apreciação. Uma coisa é afirmar a inexistência, outra é sugerir-la como possibilidade a confirmar, mediante uma eventual/putativa falha do observador, aproveitando por analogia a ideia popular de que só se pode ver com os olhos aquilo que existe, implicando-se que o que não se pode ver ('não é perceptível') não existe, como no exemplo *Mas a personalidade competitiva e a força goleadora dos homens de Alvalade já garantiu à equipa a tranquilidade e a aura de respeito que há muito não se viam* ['não eram perceptíveis'/'não existiam'] por aquelas bandas, enquanto na Luz a tremideira faz lei e ninguém arrisca prognósticos. (PM-CT)

(474) «Não se tem visto uma estratégia de serviço público», no que diz respeito à produção e à caracterização da TV 2. (PM-CT)

ver_{14b} (compreender) – [A **vê** B] = [A **compreende** B]

A portador epistémico alcança B com a inteligência. A realiza um raciocínio que lhe permite integrar harmoniosamente B nos seus conteúdos de consciência, não apenas como um objecto apercebido, mas como objecto percebido.

B realiza-se como SN (= N abstracto com ou sem extensões), QueF, FRel (o modo) como e interrogativa indirecta:

(475) Com a Apple e a Compaq a recorrer à Inventec e a H-P à Twinhead para a produção dos respectivos portáteis, é fácil ver porque é que os americanos estão a conseguir bater o Japão (...). (Ext 1517708 (clt-soc, 95a))

(476) Ainda fisicamente debilitado e sóbrio apenas há alguns meses, viu bem que a sua situação era perigosa. (PAR)

(477) Eles já viram que não têm hipóteses de ganhar nos contra-relógios ou na montanha e então apostam tudo nas vitórias ao «sprint». (PM-CT)

(478) «Não vejo porque é que o pessoal aqui é tão pessimista quanto ao negócio com acções." (Ext 925362 (eco, 93a))

(479) E o fascínio menor desta exposição não é, decerto, o de [uma pessoa] ver como o tempo reflectiu essa noção de ordem que Lineu quis que a sua obra traduzisse. (PM-CT)

(480) «Temos um terço da RCTS, declarámos logo na primeira Assembleia Geral que não queríamos nunca assumir a presidência, por isso não vejo como é que a nossa posição pode ser dominante.» (PM-CT)

(481) Estás a ver como esse «coice» novecentista destoa? (PM-CT)

Este sentido de *ver*, que coloca o verbo no campo da cognição, surge (à semelhança do que propõe Harm (2000: 144) sobre *sehen*) por analogia entre a visão e a cognição do ponto de vista da fiabilidade da evidência directa⁴⁰⁸ recolhida através da visão, sendo esta considerada mais objectiva do que a que se pode obter através de outras fontes. Este facto facilita a conceptualização do conhecimento como visão.

Harm (2000: 144) apresenta este sentido como manifestação da "Mind-as-Body-Metaphor" de Sweetser (1990), atribuindo à conceptualização da cognição como visão carácter universal, o que, como já sabemos, é questionável a partir do estudo de Evans & Wilkins (1998), que apresentei no capítulo 3, secção 3.2.3.2.

A cena prototípica de *ver*, aliás, constitui ela própria um bom ponto de partida para esta analogia, já que as instâncias de *ver* físico referem, frequentemente, o que o experienciador julga/crê saber através da percepção e também evidenciam o estatuto do experienciador como portador epistémico, capaz de reconhecer, categorizar ou avaliar. Portanto, 'aperceber-se de' e 'compreender' estão associados, desde logo, à cena de *ver*, uma vez que nenhum acto de *ver* físico é indissociável do conhecimento possuído pelo experienciador, acrescido do conhecimento potencialmente adquirido por via do processamento da informação visual.

ver₁₅ – [A vê B (C)]

Ver₁₅ distingue-se de ver₁, de ver₁₂ e de ver₁₄ pelo facto de B não ser um mero objecto de percepção visual/intelectual ou objecto avaliado, mas antes um objecto com o qual A se confronta. Ver₁₅ apresenta como características específicas A estar envolvido no objecto e a ausência da necessidade de presença física desse objecto perante A.

⁴⁰⁸ Harm (2000: 143-144) questiona, a meu ver bem, que a base da analogia entre visão e cognição seja a tarefa de selecção e focalização subjacente à percepção visual. Segundo o autor, do ponto de vista do senso comum, não há essa consciência da selecção de estímulos na visão, sendo esta habitualmente entendida como experiência passiva e não como actividade, o que deixa de fora a possibilidade de termos uma escolha/selecção (agentiva) na base da analogia.

A, humano portador de uma vivência que o próprio não controla,⁴⁰⁹ é contemporâneo de um estado de coisas no qual se encontra envolvido e que pode revestir vários aspectos, sendo mais ou menos positivo, e ainda real ou hipotético, presente, passado ou futuro.

A é uma entidade afectada por um estado de coisas e, nesta medida, é ainda um experienciador, no sentido de Peres (1984: 118): "entidade que se encontra numa situação, ou que sofre um evento de carácter psíquico de que não é causadora".⁴¹⁰

O estado de coisas em que está envolvido é, frequentemente, malefactivo⁴¹¹ para A, existindo sempre um agente responsável ou uma causa sugerida para esse estado de coisas, ainda que estes nem sempre sejam reconstituíveis ou expressos.

O estado de coisas pode ser [+ dinâmico] – realizado por vários tipos de infinitiva – ou [- dinâmico] – realizado por frase participial reduzida que veicula um estado resultante de um acontecimento ou ainda por frase reduzida de Vcop + SP/N predicativo.

As ocorrências com *ver* no Futuro, com ou sem verbo modal *poder*, são casos em que B é uma eventualidade cuja (não) concretização afecta A (cf., por exemplo, (486) e (491a)).

1. [A **vê** B] – A **vê** + FInf

O envolvimento de A no estado de coisas que o afecta, encontra-se, por vezes, sinalizado através de clítico (forma de CI) ou de pronome possessivo co-referentes de A (cf. abaixo a negrito). Nos estados de coisas veiculados por verbos de dois e de três lugares (ditos transitivos ou bitransitivos) o causador do estado de coisas está sempre pressuposto, mesmo quando não expresso.

⁴⁰⁹ Observam-se algumas ocorrências cujos sujeitos remetem, por metonímia, para colectivos humanos aos quais se pode associar, ainda que de modo indirecto, o papel de experienciadores passivos de uma vivência determinada; trata-se de entidades desportivas, associativas, religiosas, judiciais ou políticas e topónimos: *o Setúbal, a direcção (do clube), a Igreja ortodoxa russa, o Ministério Público, a Câmara Municipal, a Hungria*, etc., nos exemplos abaixo.

⁴¹⁰ Entram portanto na categoria de experienciadores os sujeitos de experiências sensoriais (como *ver*₁), mas também de experiências psíquicas como *recear*, etc.

⁴¹¹ Observe-se, a título exemplificativo, que das 2133 ocorrências de *viu-se* no CETEMPúblico, 574 são com *obrigado/a*, 169 com *forçado/a*, 87 com *confrontado/a*, 37 com *privado/a*, 27 com *impedido/a*, 26 com *a braços com*, 25 com *afastado/a*, 20 com *e desejou-se*, 16 com *constrangido*, 16 com *em dificuldade(s)*, 12 com *complelido/a*, 4 com *impelido/a*, 5 com *em apuros*, 4 com *em palpos de aranha*, 2 com *em maus lençóis*.

B realiza-se como FInf (Infinitvo Flexionado, AcI, União de Orações e Infinitiva passiva).

- (482) Mas viu, pela segunda vez, magistrados judiciais da primeira e da segunda instância aplicarem-lhe a mais pesada das medidas de coacção. (PM-CT)
- (483) Strauss (...) viu o seu teste acusar positivo após um estágio de preparação para Barcelona, realizado em Março último em Magdebourg. (PM-CT)
- (484) (...) «está decapitada» uma direcção em que o presidente vê os seus dois vice-presidentes adjuntos, a segunda e a terceira figura da hierarquia do clube, demitirem-se (...). (PM-CT)
- (485) Mas também não deixará de ser incómodo para Pequim ver alguns dos seus «homens de confiança» perderem em eleições directas, para depois os incluir na equipa de transição. (PM-CT)
- (486) A Igreja ortodoxa russa, fruto do seu apoio desde a primeira hora a Boris Ieltsin, poderá ver a sua influência crescer de forma inesperada. (PM-CT)
- (487) Com o negócio fechado, a Câmara Municipal vê cair por terra o velho sonho de ali instalar a Universidade Católica. (PM-CT)
- (488) (...) António Ribeiro, viu também ser-lhe anulada a irradiação que lhe havia sido aplicada pelo Conselho de Disciplina, (...). (PM-CT)
- (489) Aos 30 anos foi nomeado ministro sem pasta e, pouco depois, viu ser-lhe entregue o ministério dos Desportos e Juventude. (PM-CT)
- (490) Vencida pela segunda vez, tal como a Alemanha, a Hungria vê ser-lhe retirada uma parte do seu território (...). (PM-CT)

O estado de coisas B pode apresentar-se como um acontecer (cf. (491a) e (492a)) ou como o resultado de um acontecer (cf. (491b) e (492b)):

- (491) a. Valente de Oliveira (...) visitou ontem o concelho de Mourão para (...) estudar formas de compensar os habitantes que verão a sua terra transformar-se num dos maiores lagos artificiais da Europa. (PM-CT)
 b. Valente de Oliveira visitou ontem o concelho de Mourão para estudar formas de compensar os habitantes que verão a sua terra transformada num dos maiores lagos artificiais da Europa.
- (492) a. O facto de nos últimos tempos o Conselho de Disciplina ter visto serem revistas várias das suas decisões pelo Conselho de Justiça não se deve, segundo Miguel Abreu, a qualquer contencioso entre os dois órgãos. (PM-CT)
 b. O facto de nos últimos tempos o Conselho de Disciplina ter visto revistas várias das suas decisões pelo Conselho de Justiça não se deve, segundo Miguel Abreu, a qualquer contencioso entre os dois órgãos.

A possibilidade de apresentar o estado de coisas que afecta A como resultado de um acontecimento encontra expressão na estrutura com participio resultativo ("resultative participle")⁴¹² de que me ocuparei em seguida.

2. [A vê B C] – A vê B + PP

O estado de coisas é descrito por frase participial reduzida onde se encontram B, o complemento directo de *ver*, e C, um predicativo do complemento directo:

- (493) a. No que se refere ao Oura Hotel, Cabrita Neto chegou a ver penhorado o seu ordenado de governador civil, devido a problemas na gestão desta unidade hoteleira, situada em Albufeira. (PM-CT)
 b. O seu ordenado foi penhorado.

⁴¹² Haspelmath (1994: 159) propõe a designação "resultative participles" para os PP de verbos transitivos e inacusativos e discorre sobre a sua utilidade para a caracterização da entidade referida pelo N que modificam: "Both past passive participles (as in *the abused child*) and past unaccusative participles (as in *the wilted dandelion*) characterize their head by expressing a state that results from a previous event. The fact that they express a state has to do with the fact that they are adjectives. (...) It becomes useful to characterize a thing by means of a resulting state only if the previous event affected or changed the thing somehow. *The child in the abused child* is affected by the transitive action whose patient it is, and *the dandelion in the wilted dandelion* is affected by the process whose single participant it is (...)." (sublinhado da minha responsabilidade)

A função predicativa do PP, nos exemplos de *ver*, torna-se clara com a noção de que estes participios resultativos têm função adjectival: o PP predica de B a afectação resultante de um evento em que B participou – no contexto de frases reduzidas a entidade afectada integra o sujeito da frase passiva que lhe deu origem; veja-se, por exemplo, a seguinte frase passiva *A detenção de Manuel António foi confirmada por...*, que dá origem à frase reduzida no exemplo (496).

O estado de coisas que afecta A é o resultado de um acontecimento, reconstituído com verbo auxiliar *ser* (cf. (493b), enquanto nos exemplos em 1. tínhamos o próprio acontecimento a afectar A.

- (494) Imelda Marcos, que já viu abertas contra si 14 acções judiciais por fraude fiscal, corrupção e enriquecimento ilícito, voltou há dois meses do exílio e candidatou-se esta semana à presidência. (PM-CT)
- (495) Delma Banks viu a sua execução adiada para o dia 30 de Maio. (PM-CT)
- (496) Acusado de falsificação de documentos, Manuel António viu a detenção confirmada por um juiz de instrução, que não atendeu ao facto de o jovem ter menos de 16 anos, em função do passaporte angolano de que era portador. (PM-CT)
- (497) O Setúbal também viu um golo anulado, aos 82', por pé em riste de Chiquinho. (PM-CT)
- (498) Este acórdão representou um duro golpe para o Ministério Público que viu enfraquecidos os indícios que o levaram a acusar Lourenço de tráfico de droga agravado e, anteontem, sofreu novo revés quando a juíza não validou a detenção do médico. (PM-CT)
- (499) As famílias ali residentes (...) verão o interior das suas residências modernizado, com a instalação de casas de banho e cozinhas devidamente equipadas. (PM-CT)
- (500) O principal problema é mesmo o colocado pelos trabalhadores e sindicatos e baseia-se na «incerteza» quanto à carreira profissional dos cerca de 1200 funcionários da autarquia que vão agora ver o seu estatuto alterado. (PM-CT)

Em muitos casos de ver₁₅, no entanto, B realiza-se como *-se*, co-referente de A:

3. [A *vê* B C] – A *vê-se* + PP

- (501) Os estudantes angolanos também confirmaram ao Público que jovens conterrâneas, bem como de outros países lusófonos, se vêm obrigadas a prostituir-se para arranjar meios de subsistência. (PM-CT)

(502) A paragem para o prolongamento acabou por ser fatal para os visitantes que, logo aos 94', se viram batidos por um golo de cabeça de Chiquinho (...). (PM-CT)

Quando reformulada, na activa, a frase participial, é identificável na posição de sujeito o causador do estado de coisas malefactivo para A, embora este, muitas vezes, já se encontre expresso ou sugerido na frase com *ver*:

(503) a. É viver da **miséria**», responde Lídia Gomes Aires, uma habitante de Ermelo com 32 anos de idade, que tem quatro filhos menores e se viu obrigada a deixar, há dois anos atrás, uma filha de 12 anos [e a] emigrar para o Luxemburgo sozinha. (PM-CT)
b. A miséria **obrigou** L. G. A. a deixar, há dois anos atrás, uma filha de 12 anos e a emigrar para o Luxemburgo sozinha.

Ao comparar os casos de *ver*_{15.1, 2 e 3} acima apresentados com casos de *ver*_{12.3}, onde B também é seguido de um predicativo C, verifica-se que as ocorrências de *ver*₁₅ têm um carácter apassivante,⁴¹³ que lhes advém do facto de *ver* co-ocorrer com participio passado e, em grande parte dos casos, com *-se*. Mesmo nos exemplos em que não há pronome reflexo, mantém-se o sentido passivo, decorrente da referência a A no complemento directo (cf. em (495) o possessivo *sua*). Senão vejamos os exemplos que abaixo repetimos, por comodidade, bem como as paráfrases agora propostas:

(455) O Diário Económico viu o sector têxtil nacional condenado à extinção, devido à concorrência chinesa e à incapacidade de resposta dos empresários.

(455') O Diário Económico **considerou** o sector têxtil nacional condenado à extinção, devido à concorrência chinesa e à incapacidade de resposta dos empresários.

(495) Delma Banks viu a sua execução adiada para o dia 30 de Maio. (PM-CT)

(495') Delma Banks viu a sua execução **ser adiada** para o dia 30 de Maio.

⁴¹³ No francês existe a possibilidade de auxiliarização de *voir* em construções com *se voir* + VInf e *se voir* + PP. Sobre a possibilidade de formação destas passivas e sua relação com a passiva de *être* (variação estilística e/ou distribuição complementar), cf. os excelentes artigos de Bat-Zeev Shyldkrot (1981, 1984 e 1987) e, pontualmente, Labelle (1995) e (2003).

(503) É viver da **miséria**», responde Lídia Gomes Aires, uma habitante de Ermelo com 32 anos de idade, que tem quatro filhos menores e se viu *obrigada a deixar, há dois anos atrás, uma filha de 12 anos [e a] emigrar para o Luxemburgo sozinha.* (PM-CT)

(503') Lídia G. A. **foi obrigada** a deixar, há dois anos atrás, uma filha de 12 anos e a emigrar para o Luxemburgo sozinha.

A encontra-se, em ver_{15} , como "presenciador" passivo de um estado de coisas e ver já não tem a dimensão judicativa forte de $ver_{12.3}$, patente em (455), parafraseável por *considerar*. Os dois exemplos de ver_{15} , (495) e (503), pelo contrário, têm outro tipo de paráfrase, o que revela que A não tem aqui o estatuto de ajuizador.

A estrutura *ver-se* + PP parece ser preferida a *ser* + PP quando o estado de coisas encaixado não tem agente humano (cf. acima (503b)), como acontece com grande número de ocorrências de *ver-se obrigado/a* sem agente, mas com causador expresso ou reconstituível, constituindo estas o maior número de ocorrências de *ver-se* + PP.

A formulação com *ver-se*, quando comparada com a passiva de *ser*, coloca em relevo a afectação do experienciador atribuída a uma causa/agente externos, mesmo quando estes não se encontram expressos. A passiva de *ser* evidencia o processo, independentemente dos efeitos que este tem no participante a que se refere o CD na frase activa, ainda que se mantenha nos dois casos a ausência de controlo do sujeito de *ser* + PP ou *ver-se* + PP sobre o estado de coisas que o afecta:

(504) No regresso das cabinas, os locais fantasiaram e viram-se surpreendidos por um adversário que não virou cara à luta e reduziu a diferença (...).⁴¹⁴ (PM-CT)

(505) Só que (...) os irlandeses marcaram o golo do empate, por Cascarino, e asseguraram o segundo lugar, atrás da Roménia, que no entanto se viu impedida de terminar a campanha só com vitórias. (PM-CT)

⁴¹⁴ "Por SN" não é agente mas causador – o sujeito de *surpreender* desencadeia a mudança de estado que se verifica para o experienciador, que fica surpreso. Sobre o papel de causador atribuído ao argumento sujeito de predicados psicológicos com CD experienciador, como *surpreender*, cf. Mendes (2001).

- (506) A equipa portuguesa, que se viu privada de um dos seus melhores jogadores, Luís Matias, por lesão, conquistou a medalha de prata pela quarta vez em cinco edições da prova. (PM-CT)
- (507) Foi com indignação que o Conselho de Administração do Jardim Zoológico se viu confrontado com os artigos publicados nesse jornal em 13-11-91, na secção Economia, assinados por Cristina Ferreira e JMF. (PM-CT)
- (508) O desafio é de tal forma gigantesco que a Comissão Europeia se viu forçada a criar uma unidade especial nos seus serviços com várias dezenas de funcionários qualificados para gerir o processo. (PM-CT)

Este uso de *ver*, nas suas várias realizações sintáticas, apresenta-se como derivado de ver_1 , por um processo de dessemantização ("semantic bleaching"). Começa este processo pela perda da componente visual associada à percepção no papel do experienciador de ver_1 , afectado por um estímulo visual, mantendo-se o sujeito de ver_{15} como sede de uma experiência que nada tem a ver com percepção visual. Também se perdeu a dimensão judicativa/avaliativa do sujeito de ver_1 , que ainda encontramos no caso de ver_{12} . O experienciador é claramente secundarizado em relação ao estado de coisas que experiencia e o elemento mais relevante passa a ser um estado de coisas do ponto de vista das consequências que tem para o sujeito, que mantém do papel de experienciador a condição de psicologicamente afectado, estando cada vez mais em relevo aquilo que produz essa afectação.

O uso de *ver* em perífrases com os verbos volitivos/optativos *esperar*, *gostar*, *querer*, *pretender*, *preferir*, *aceitar*, *estimar*, e também o uso de *ver* em frases dependentes dos Ns hipótese, desejo e objectivo (entre outros), nos exemplos seguintes, apresentam o objecto de *ver* como vivência eventual (in)desejada.

O verbo que com *ver* constitui perífrase ou o N que rege a frase com *ver* acentuam a ideia de que os potenciais experienciadores se concebem a si próprios ou são vistos por outrem como indivíduos que (não) querem ser contemporâneos de um determinado estado de coisas, num momento distinto do momento da enunciação, e que não exercem controlo sobre o (in)cumprimento dessa vontade/opção, etc., à

semelhança do que acontece com o sujeito de ver_{15} nos casos anteriormente apreciados. Também aqui encontramos um potencial presenciador passivo de um estado de coisas:

- (509) Em fase de apreciação estão as candidaturas de Sintra e do mosteiro da Batalha, que uma fonte do Centro Unesco de Lisboa **estima ver** «apreciadas a curto prazo». (PM-CT)
- (510) (...) os atrasos até agora verificados na aplicação do Protocolo de Lusaca continuam a ser uma fonte de grave preocupação para todos os que gostariam de ver os angolanos viver realmente em paz, sem quaisquer constrangi-mentos. (PM-CT)
- (511) (...) uma política que nos seus principais eixos não se afasta daqueles que constituíram a matriz política que os portugueses quiseram ver derrotada». (PM-CT)
- (512) O ainda presidente, vai levar o assunto à discussão neste congresso e **gostaria de ver** as suas posições «tomadas em devida conta». (PM-CT)
- (513) Uma ligação que os sérvios também pretendem ver garantida. (PM-CT)
- (514) Os subchefes da PSP (...) **querem ver** aprovadas alterações à forma como se processa a sua progressão na carreira. (PM-CT)
- (515) **Não queria ver** o seu nome ligado a uma gestão altamente duvidosa (...). (PM-CT)
- (516) (...) Montalbán (...) **não aceita ver** Adolfo Suárez, ministro franquista do Movimento, chefiando o Governo democrático da Transição. (PM-CT)
- (517) Na maioria são estrangeiros ilegais à espera de serem recambiados e/ou candidatos a asilo que, sem **hipóteses** de verem os seus pedidos reconhecidos, aproveitam assim para conquistar um pedacinho de Ocidente cobiçado. (PM-CT)

(518) (...) os dirigentes do Sporting, que já anunciaram ir fazer uma exposição à Liga com o **objectivo** de ver «punido severamente» o árbitro de Coimbra e os «responsáveis pela arbitragem». (PM-CT)

(519) Morrissey rematou o recado, publicado no semanário «New Musical Express», exprimindo o **desejo** de ver Rogan morto num acidente de auto-estrada. (PM-CT)

Bat-Zeev Shyldkrot (1984) considera ocorrências semelhantes às que se encontram registadas acima como exemplos de uma das formas de auxiliarização de *voir*. Segundo a autora, uma das funções das construções com *voir*, destituído de qualquer significado perceptivo, seguido de infinitiva ou de particípio passado, é evitar que duas frases introduzidas por *que* ocorram no mesmo enunciado. As estruturas com *voir* são apresentadas como alternativas impostas por restrições gramaticais, no caso de construções comparativas, ou como opções estilísticas alternando com outras possibilidades de introduzir numa frase um conteúdo proposicional encaixado, nomeadamente a subordinação com completiva de *que*, a subordinação infinitiva ou a nominalização (substituição por um SN correspondente). Ilustra-se, em seguida, a proposta da autora com alguns exemplos do português:

- (520) a. Mas a viúva também frisou **que** gostaria de ver terminados os combates (...). (PM-CT)
b. Mas a viúva também frisou **que** gostaria **que** os combates **terminassem**.

Repare-se que nas construções comparativas não é possível ter duas completivas de *que* (521d), uma para cada termo da comparação, mas uma delas ou ambas pode(m) ser substituída(s) por *ver* + FInf (cf. (521a) e (521c)) ou por uma perífrase com verbo auxiliar (cf. (521a) e (521b)):

- (521) a. Tal como os grandes senhores tradicionais que preferem **ver desmoronar** consigo a sua obra a **deixá-la subverter** nas mãos de outrem (...). (PM-CT)
b. Tal como os grandes senhores tradicionais que preferem **que** a sua obra **desmorone** consigo a **deixá-la subverter** nas mãos de outrem.
c. Tal como os grandes senhores tradicionais que preferem **que** a sua obra **desmorone** consigo a **vê-la subverter** nas mãos de outrem.
d. *Tal como os grandes senhores tradicionais que preferem **que** a sua obra **desmorone** consigo a **que seja subvertida** nas mãos de outrem.

Um dos contextos em que se evita estilisticamente a repetição de *que* é após um *que* relativo (522c), utilizando *ver* + SN (522a) ou *ver* + FInf (522b) como alternativas a uma QueF:

- (522) a. Mário Soares, **que** queria **ver** Cavaco **na corrida** a Belém, vê a sombra de Ramalho Eanes mais próxima do palácio. (PM-CT)
- b. Mário Soares, **que** queria **ver** Cavaco **concorrer** a Belém, vê a sombra de Ramalho Eanes mais próxima do palácio.
- c. Mário Soares, **que** queria **que** Cavaco **concorresse** a Belém, vê a sombra de Ramalho Eanes mais próxima do palácio.

A possibilidade de substituição da completiva de *que* por *ver* + FInf/PP/SN não é sempre uma escolha do falante; depende, frequentemente, de restrições sintáticas ou lexicais – o significado do verbo da frase principal e as possibilidades de complementação frásica por ele admitidas (cf. Bat-Zeev Shyldkrot 1984: 212-213).

Em causa está o uso de uma estratégia que evita o encaixe de uma completiva de *que* no interior de uma frase relativa, ela própria de carácter encaixado e eminentemente parentético. O recurso a *ver* permite a inserção de conteúdo encaixado numa frase subordinada, mantendo a simplicidade estrutural de uma só frase subordinada.

O uso de *ver* como estratégia de subordinação implícita (subordinação dentro da subordinação sem recurso a conjunções) revela mais uma das tendências de *ver* para a gramaticalização.

ver ₁₆ – [A vê B (C)]
--

O sujeito de *ver*₁₅ – caracterizado pela passividade que lhe advém do facto de não controlar o estado de coisas que o afecta, sendo este da responsabilidade de um agente ou causador externo – é alargado a entidades não humanas – o sujeito de *ver*₁₆ indica um fragmento temporal ou um local ou ainda uma marca comercial/modalidade desportiva, um edifício/filme/canal televisivo, entre outros. B é um estado de coisas de que A faz parte/em que A é mencionado.

As condições que favorecem a ocorrência de sujeitos não humanos, incapazes de experienciar, estão presentes já em ver_{15} – a inexistência de qualquer vestígio de percepção visual e o grande protagonismo do estado de coisas que se liga a *ver*, muitas vezes constituindo um predicado complexo.⁴¹⁵ A característica de ausência de controlo sobre B, já existente nas frases com experienciador humano e o protagonismo de B, enquanto acontecimento, bem como a crescente ausência de afectação, que caracterizam ver_{16} , revelam um processo de gramaticalização em curso.

Prossegue, assim, a dessemantização em relação a ver_1 de que já se falou em ver_{15} . Ver_{16} representa o passo seguinte desse "semantic bleaching" – o experienciador humano deixa de estar presente e no seu lugar temos uma entidade relacionada com um acontecer que a envolve e que apenas nalguns casos a afecta. O último passo desta progressiva perda de conteúdo semântico de *ver* é, portanto, a ausência de sujeito humano experienciador e, em última instância, a ausência de afectação.

B realiza-se como FInf, SN (com núcleo = N deverbal), ou como *-se* (co-referente de A) acompanhado de C (predicativo = PP resultativo proveniente de frase participial reduzida, como em $ver_{15.3}$).

- (523) a. (...) **várias actividades desenvolvidas nas regiões fronteiriças** viram-se **ameaçadas**. Com o objectivo de criar alternativas às **actividades afectadas** directamente com a supressão das fronteiras internas da Comunidade Europeia (...). (PAR)
- b. ...aconteceu que várias actividades desenvolvidas nas regiões fronteiriças ficaram ameaçadas.

- (524) Alguma expectativa em torno dos indicadores económicos referentes aos Estados Unidos (...) não foi suficiente para dar um rumo **ao dólar, que** (...) se viu **confinado** com cotações bastante apertadas e com um volume de negócios pouco expressivo. (PM-CT)

⁴¹⁵ Nestes predicados, como *viu-se obrigado*, *viu-se forçado*, etc., o centro da predicação está no verbo da frase reduzida e não em *ver*; como já vimos, ali se condensa o evento que produz a afectação de A. É digno de nota o facto de em 500 das 540 ocorrências de *viu-se + obrigado*, no CETEMPúblico, não haver qualquer outro item lexical entre *ver* e o PP.

- (525) Situada junto à Estrada Nacional 10, ao lado do jardim-parque de Alverca, **a fábrica da Protasa viu-se**, nos últimos 20 anos, totalmente **envolvida pela cidade**. (PAR)
- (526) Também **o cinema canadiano se viu multipremiado** neste Fantasporto, com o galardão da realização para Robert Tinnell, por "Frankenstein and Me" (...). (PAR) [aconteceu o cinema canadiano ser multipremiado neste Fantasporto]
- (527) O «efeito Óscares» aí está, a dominar a exibição cinematográfica, reforçado por todos os comentários mediáticos, ainda mais insistentes este ano pela surpresa de «**O Silêncio dos Inocentes**», **que se vê regressado às salas**. (PM-CT) [aconteceu o «O Silêncio dos Inocentes» ter regressado às salas]
- (528) Para além de Frederica Piedade, **o ténis português** poderá ver surgir outros campeões antes do virar do século. (PM-CT)
- (529) A seguir ao banco de Jardim Gonçalves, o título mais líquido da sessão foi **a Inparsa**, que viu mudar de mãos mais de 776 títulos, seguida da EDP, com cerca de 666 mil acções. (PM-CT)
- (530) **A nossa Península**, pela sua configuração geográfica, desde sempre viu a sua população acantonar-se na periferia. (PAR) [Desde sempre aconteceu que a população da nossa Península, pela sua configuração geográfica, se acantonou na periferia]
- (531) a. **O séc. IV** viu a difusão de religiões universais e o desenvolvimento de ortodoxias no seio de cada uma delas. (PAR)
 b. No séc. IV ocorreu a difusão de religiões universais e o desenvolvimento de ortodoxias no seio de cada uma delas.

No caso de (531) o traço "afectação" desapareceu por completo, já que nem sequer é possível reconstituir a noção de um período cronológico particularmente afectado pelo evento nele situado.

As ocorrências com sujeito não humano, acima exemplificadas, podem ser descritas como diáteses de uma construção sem *ver*, tomando como predicado nuclear o verbo que se combina com *ver* (cf. *infra* (532b) - (540b)).⁴¹⁶

Os situativos locativos ou temporais, ou um modificador de N no SN sujeito ou no SN CD, ou ainda o CI da frase correspondente sem *ver* ganham um protagonismo, que de outra forma não teriam, pelo facto de serem colocados em posição de tópico na frase com *ver*:

a) Tempo ou Lugar em função de sujeito – o estado de coisas referido na construção sem *ver* decorre num determinado local/tempo que aparece como entidade com diferentes graus de afectação, incluindo o grau zero, relacionada com um conjunto de circunstâncias não controladas.

O local ou o segmento de tempo que se encontram na posição de sujeito podem ter na origem complementos verbais – em Busse & Vilela (1986: 37-38) "actante locativo" ou "actante situativo" (temporal ou local), dependendo do verbo regente – ou "suplementos temporais/espaciais",⁴¹⁷ na terminologia de Heringer & Lima (1987: 81).

Nalguns casos, a colocação do lugar em tópico serve a contrastação entre eventos que decorreram distintamente no lugar-tópico, quando comparado com outro(s):

- (532) a. A medida preconizada prende-se com o objectivo de se criarem mais empregos e visa, sobretudo **os países da Comunidade Europeia** que, entre 1972 e 1992, viram aumentar o número de postos de trabalho em cinco por cento, **contra** uma taxa de 37 por cento nos Estados Unidos, Canadá e Japão. (PM-CT)
- b. ... o número de postos de trabalho aumentou em 5%, **nos países da CE**, contra uma taxa de 37% nos EU, Canadá e Japão.

⁴¹⁶ Para uma descrição destas diáteses aplicada a outras línguas românicas e associada à ideia de passivização, cf. Figge (1995).

⁴¹⁷ O termo "Supplement", designação concorrente de "freie Angabe", encontra-se também em Heringer (1988).

- (533) **Alguns, como a Bélgica**, que optaram inicialmente pelo consentimento expresso, viram reduzir drasticamente o número de transplantes e acabaram por mudar para o consentimento presumido. (PM-CT)
- (534) a. Caso se concretizem todos os planos previstos no estudo urbanístico aprovado em Julho, **Coimbra** verá surgir naquele espaço um novo edifício da estação, a poente da linha, com maior capacidade e dotada de uma área de recepção e de estacionamento. (PM-CT)
 b. ... surgirá **em Coimbra**, naquele espaço um novo edifício...
- (535) a. Só no próximo domingo é que **os 80 quilómetros de via férrea entre Pampilhosa e Mangualde** verão, pela primeira vez, passar comboios eléctricos. (PAR)
 b. Só no próximo domingo, os comboios eléctricos vão passar, pela primeira vez, **nos 80 quilómetros de via férrea entre Pampilhosa e Mangualde**. (PM-CT)
- (536) a. **O início do século IX a. C.** veria o aparecimento de dois fenómenos paralelos na Etrúria. Em primeiro lugar, verificar-se-ia um súbito abandonar de um grande número de castros, povoados (...). (PAR)⁴¹⁸
 b. Dois fenómenos paralelos apareceriam na Etrúria, **no início do século IX a. C.**

No discurso histórico há tipicamente na base destas ocorrências um mecanismo de topicalização em que o assunto de que se fala é retomado sucessivas vezes no texto como um período temporal referido no contexto de uma ordem cronológica.

b) Modificador do N núcleo do SN Sujeito ou do SN CD da frase correspondente sem ver **em função de sujeito** da construção com ver:

⁴¹⁸ Bat-Zev Shyldkrot (1987: 237-238) assinala bem que os predicados do tipo *aparecer*, *decorrer*, etc., que se constroem com dois complementos situativos (um local e outro temporal), estando um deles obrigatoriamente realizado, são aqueles que permitem a deslocação de um destes complementos para a posição de sujeito de *voir*. Segundo a autora, se apenas um estiver realizado, a transposição torna-se inviável, pois deixa vazia uma posição argumental obrigatoriamente preenchida, junto do verbo que se combina com *voir*, como mostram os seus exemplos: 27a) ? Marseille verra la fameuse réunion ministérielle se tennir e 29a) Marseille verra la fameuse réunion ministérielle se tennir l'année prochaine (Bat-Zev Shyldkrot 1987: 237, sublinhado da minha responsabilidade).

- (537) a. **O Banif**, pelo contrário, viu a cotação em bolsa cair mais de dois por cento. Mudaram de mãos mais de 200 mil acções do banco. (PAR)
b. A cotação em bolsa **do Banif**, pelo contrário, caiu mais de dois por cento.
- (538) a. **O Pentium II a 400 MHz**, lançado em Abril último, viu o seu preço reduzido em 12 por cento (de 824 dólares para 722 dólares em quantidades superiores a mil unidades) e o modelo de 350 MHz baixou de 621 para 519 dólares (16 por cento). (PM-CT)
b. Alguém reduziu em 12 por cento o preço **do Pentium II a 400 MHz**, lançado em Abril último.

O destaque dado a determinada instituição bancária/marca, em contraponto com outras, não seria o mesmo se estas se mantivessem como modificadores de *cotação em bolsa* ou *preço*, por exemplo.

No exemplo seguinte, a frase com *ver* coloca em evidência os locais⁴¹⁹ a que diz respeito o processo descrito, destacando-os entre outros que *também* passaram pelo mesmo processo. A colocação dos locais em tópico reforça, ainda, a sua qualidade de afectados por algo que não controlam, mas que tem para eles consequências, o que não pode ser traduzido pela frase correspondente sem *ver*, (539b), em que o tópico é o agente e os locais afectados se encontram diluídos na complexidade do CD:

- (539) a. **Portimão, Redondo, Arraiolos e Vinhais** também viram os seus planos directores municipais ratificados esta semana pelas Resoluções 53 a 56/95 do Conselho de Ministros. (PM-CT)
b. As Resoluções 53 a 56/95 do Conselho de Ministros também ratificaram os PDMs **de Portimão, Redondo, Arraiolos e Vinhais**.

A passiva com *ser* também não confere destaque aos locais que, nesta construção, se mantêm como modificadores do SN sujeito.

- c. Os PDMs **de Portimão, Redondo, Arraiolos e Vinhais** também foram ratificados esta semana pelas Resoluções 53 a 56/95 do Conselho de Ministros.

⁴¹⁹ Não se trata de um caso como os de a), pois os locais em causa não são lugares de um acontecer (complementos ou suplementos verbais), mas modificadores do N no CD na frase sem *ver*.

b) **CI** da frase correspondente sem *ver* **em função de sujeito** da construção com *ver*:

(540) a. Da «luta pela sobrevivência» dos diversos operadores de televisão não estão excluídos «**os dois canais públicos** que vêm assegurada a cobertura do pagamento de um 'serviço público de televisão' que, para ser franco, não se nota muito no cotejo da sua orientação programática e informativa». (PM-CT)

b. Alguém assegura **a dois canais públicos** a cobertura do pagamento de um 'serviço público de televisão'...

Bat-Zev Shyldkrot (1981, 1984 e 1987) considera que existe um emprego de *voir* como auxiliar cuja função é permitir a colocação em posição de sujeito de (parte de) um constituinte frásico (no caso do português, como vimos, o modificador de N num SN sujeito ou CD, o CI ou uma expressão temporal/locativa). Independentemente da discussão sobre o carácter auxiliar de *voir/ver* neste tipo de construções, são relevantes e esclarecedoras as afirmações da autora acerca do resultado obtido com a deslocação, que a seu *ver* não se resumem a um destaque que seria possível através de simples deslocação ou extracção. Vejamos as suas afirmações a propósito dos situativos temporais e locativos, na gramática tradicional francesa complementos circunstanciais (CC) de tempo e de lugar:

Il s'agit donc dans ce cas non seulement de «faire ressortir» le CC, ce qui est possible par le simple déplacement ou par l'extraction, mais d'en faire le sujet de la phrase. En d'autres termes, **en faisant coïncider SN₀ et un certain thème, on arrive à centrer l'attention des locuteurs ou des auditeurs**. Il semble que l'effet obtenu par le déplacement de ce constituant réponde à un désir déterminé de l'écrivain d'obtenir un certain effet, donnant à ce complément une importance particulière. (Bat-Zev Shyldkrot 1987: 231, negrito da minha responsabilidade)

4.2.3 A gramaticalização de *ver*

Ver evidencia em vários aspectos do seu comportamento sinais de um processo de gramaticalização, que nalguns casos está já consumada e que noutros constitui um processo em curso.⁴²⁰

4.2.3.1 *Ver* com sujeito não humano

A presente secção visa dar conta de um percurso de gramaticalização que tem como ponto de partida o significado de *ver*, enquanto verbo lexical pleno de percepção visual (ver_1 – "source meaning"), e como ponto de chegada *ver* usado em enunciados que descrevem um acontecer (ver_{16} – "target meaning"). Este processo assenta na progressiva dessemantização ("semantic bleaching") de ver_1 , observável sincronicamente em diversos contextos de ocorrência de *ver*.⁴²¹

Ver_1 , pressupõe, como ficou descrito na cena, um participante humano experienciador visual (A) e um objecto de percepção (B), em presença do qual A se encontra e que tem as características necessárias para poder ser percebido através da vista. Ficou claro também que A é capaz de processar a informação visual, de acordo com os seus conhecimentos, embora não tenha controlo sobre os estímulos que chegam à sua retina, mas apenas sobre a direcção do olhar; sublinhou-se, ainda, que a percepção visual de B envolve frequentemente uma dada descrição e/ou avaliação do objecto em causa por parte de A:

(541) Confirmaram sempre ter visto agressões violentas, praticadas sobre negros, e às vezes mesmo em frente aos seus olhos. (PAR)

⁴²⁰ Alguns exemplos, nesta secção, são retomados de capítulos/secções anteriores; no entanto, por uma questão de clareza, dar-se-á continuidade à sequência numérica de exemplos seguida desde o início deste trabalho. Dispensar-me-ei, todavia, para não sobrecarregar o texto, de indicar sistematicamente a sua numeração anterior.

⁴²¹ Heine (2002: 83-84) refere a possibilidade de se estudar um processo de gramaticalização não apenas como algo pertencente ao passado histórico de uma língua em que os resultados do processo estão já convencionalizados, mas a partir da variação linguística sincrónica, onde se conservam, em casos de gramaticalização recentes, as várias fases de um processo que leva de A a B. A e B são definidos como "source meaning" (significado de partida) e "target meaning" (significado de chegada); usando as palavras do autor, o primeiro é o significado "original" anterior ao início do processo de gramaticalização e o segundo o novo significado gramatical associado à mesma forma. Neste percurso o autor identifica quatro fases, uma inicial (I – "source meaning") e uma final (IV – convencionalização do "target meaning"), sendo as duas fases intermédias (II – "bridging context" e III – "switch context") aquelas em que o contexto favorece a transição entre I e IV (cf. Heine 2002: 84-85).

(542) Aproximei-me e vi que o grupo se deslocava, parando junto de outro leito. (PM-CT)

Mesmo quando o sujeito é indeterminado, a descrição de B é possível mediante a presença de A perante B, podendo B receber o maior destaque:

(543) Viu-se adolescentes algemados, viu-se mulheres empurradas para celas porque única e simplesmente se encontravam na rua – com uma moto sem licença ou num carro a namorar. (Ext 69218 (clt, 93a))

(544) Juntou-se um amontoado de pessoas e viu-se um polícia a deitar no chão o guarda-redes suplente do Madureira. (Ext 188338 (des, 97a))

O experienciador humano de ver pode também apresentar-se como experienciador psicológico – sede de uma mudança de estado psicológico causada por aquilo que vê, como no seguinte enunciado, em que o sujeito de ver, na subordinada temporal, é co-referente do sujeito da frase principal com predicado psicológico *ficar apavorado*:

(545) **Ficava apavorado** quando, no metro, via as pessoas a tocar guitarra e a pedir esmola. (PM-CT)

Podemos, portanto, dizer que o experienciador é alguém que não só está em presença do objecto, como é potencialmente afectado pela própria experiência perceptiva visual e/ou visual e psicológica, porque recebe informação através do que vê e, nessa medida, aquilo que vê pode desencadear alterações do seu estado psicológico.

Há, no entanto, contextos em que o papel do experienciador visual é claramente secundarizado em relação ao seu papel de portador epistémico e às características do próprio objecto como portador de uma propriedade ou qualidade, ou como membro de uma classe:

(546) Eu vejo as pessoas tão entusiasmadas, tão motivadas, tão seguras desta coisa óbvia que parece ser a adesão ao euro, que não quero ser desmancha-prazeres. (PAR)

(547) O João vê no Zé um pai.

O traço "experiência visual" só muito remotamente é reconhecível em casos como estes. Pode dizer-se que na base das considerações tecidas por A, portador epistémico, está ainda a percepção visual – *peessoas/o Zé*, mas é a opinião de A sobre B que é destacada.

O sujeito de *ver*, na qualidade de testemunha e portador epistémico/ajuizador, mantém ainda, frequentemente, a característica de afectação associada a uma experiência psicológica, mas, apesar disso, só dificilmente se pode falar de B como um estado de coisas visualmente perceptível no exemplo seguinte:

(548) **É penoso** *ver bons jornalistas transformados como que em membros de uma seita, fechada sobre si mesma, sempre em defesa do chefe.* (PM-CT)

Se no exemplo (546) tínhamos *peessoas entusiasmadas* e podíamos admitir que A (experienciador visual) via não só as *peessoas*, mas também as manifestações visíveis desse entusiasmo, neste exemplo temos apenas um estado de coisas de que A é contemporâneo/que A reconhece e apresenta como facto – *bons jornalistas [estão] transformados como que em membros de uma seita, fechada sobre si mesma, sempre em defesa do chefe*.

A apresenta-se aqui, fundamentalmente, como experienciador cognitivo (portador epistémico), aquele que, pela sua capacidade intelectual, reconhece e caracteriza um dado estado de coisas, embora essa caracterização decorra de algo que A presenciou. B perdeu também as características de típico objecto de percepção visual.

Se se pode ainda falar da presença de A perante B como marca de *ver*, V lexical pleno, estamos certamente a falar da presença de um objecto de conhecimento na mente de um portador epistémico; já se perdeu, portanto, também a noção de objecto concreto fisicamente presente. Mantém-se ainda a ausência de controlo de A sobre B, nomeadamente no que toca às características de B como estado de coisas reconhecido, senão repare-se no carácter resultativo da predicação associada a *jornalistas – transformados...* descreve *bons jornalistas*⁴²² como indivíduos num estado resultante de um evento, do qual A não participa.

⁴²² Esta descrição é conseguida através do uso de um PP resultativo que permite ainda referência ao evento que lhe deu origem (alguém/circunstância ≠ A transformou *bons jornalistas* em...).

O sujeito de *ver* pode mesmo manter apenas a condição de afectado, presente em vários contextos de *ver* com sujeito portador de estado psicológico, servindo *ver* apenas de suporte à expressão do estado de A, resultante do impacto de B, um estado de coisas abstracto não perceptível visualmente e do qual A não participa:

(549) **Víamos com profundo cepticismo** [**estávamos profundamente cépticos em relação a**] este mundo de pessoas sempre em guerra, de sistemas teológicos em conflito e de calamidades inexplicáveis. (PAR)

Como já se disse, aquando da descrição deste tipo de usos de *ver*, o verbo comporta-se, nestas sequências, como verbo-suporte, estando a predicação centrada no N que a ele se liga através da preposição *com* e cujo referente é um sentimento, uma emoção ou um estado mental. A caracterização de *ver* como verbo-suporte é corroborada pela possibilidade de paráfrase com *Vcop*, *estar* no caso de (549). Mantém-se ainda como condição para a afectação a presença de B perante A, mesmo que essa presença se resuma a um estado de consciência.

É a mesma noção de afectação que se mantém nos contextos de *ver* com sujeito experienciador psicológico de um estado de coisas que não controla, mas em que está envolvido e com consequências quase sempre prejudiciais para si, e em relação ao qual a percepção visual é irrelevante:

(550) Mas viu, pela segunda vez, magistrados judiciais da primeira e da segunda instância aplicarem-lhe a mais pesada das medidas de coacção. (PM-CT) <– Magistrados judiciais aplicaram **a A** a mais pesada das medidas de coacção.

(551) Os acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça que apreciaram os recursos de ambos foram proferidos em 1 de Março de 1990: José viu os 17 anos de prisão confirmados pelos juízes conselheiros Mendes Pinto, Vasco Tinoco e Lopes de Melo e Manuel viu-se condenado a 13 anos de prisão pelos juízes conselheiros Ferreira Dias, Manso Preto e Maia Gonçalves. (Ext 1238279 (soc, 93a))

(552) Em 1994, este escritor viu-se obrigado a deixar o seu país, em virtude da [sic] sua segurança ter-se tornado demasiado precária. (Ext 164789 (clt, 98a))

(553) A equipa britânica viu-**se**, ontem, no centro das atenções, por causa dos rumores que correm acerca da mudança de motores. (Ext 44385 (des, 92a))

A está perante um estado de coisas que lhe diz respeito, sobre o qual não exerce qualquer controlo e que o afecta, sendo esta afectação mais evidente nos contextos de ocorrência com pronome reflexo co-referente do sujeito de *ver* e sujeito de uma frase reduzida que expressa, sob forma condensada, um processo com causador ou agente distinto de A (cf. (551') e (552')) ou um estado transitório (cf. (553')), em que A é a entidade afectada – CD no evento condensado na frase reduzida (cf. a reconstituição desse evento em (551''), (552'') e (553'')):

(551') ... Manuel **foi condenado** a 13 anos de prisão **pelos juizes conselheiros Ferreira Dias, Manso Preto e Maia Gonçalves**.

(551'') ...**Os juizes conselheiros** Ferreira Dias, Manso Preto e Maia Gonçalves condenaram **Manuel** a 13 anos de prisão.

(552') Em 1994, este escritor **foi obrigado** a deixar o seu país, **em virtude de a sua segurança se ter tornado demasiado precária**.

(552'') **A precariedade da sua segurança** obrigou **este escritor** a deixar o seu país em 1994.

(553') A equipa britânica **esteve**, ontem, **no centro das atenções, por causa dos rumores que correm acerca da mudança de motores**.

(553'') **Os rumores que correm acerca da mudança de motores** colocaram, ontem, **a equipa britânica** no centro das atenções.

Os sujeitos de (550), (551), (552) e (553) mantêm do papel de experienciador a condição de presença perante o objecto, ainda que esta se reduza a uma simples menção, como em (550), e, para além disso, também exibem a afectação própria de quem "está numa situação ou sofre um evento de carácter psíquico do qual não é causador", retomando a definição de experienciador em Peres (1984: 118).

Labelle (2003: 1), Defrancq & Willems (2000: 12-13) e Heine & Kuteva (2002: 270), referem-se a ocorrências de *se voir* + VInf ou *se voir* + PP (em tudo semelhantes às que acabo de analisar) como exemplos de gramaticalização. Cito apenas Heine & Kuteva:

Il s'est vu frappé par trois voyous

'He has been beaten by three street hoodlums'.

Peyraube observes that similar examples can be found in other languages (e.g., Spanish and Italian). More research on this pathway is required, which appears to be an instance of a more general process whereby constructions involving certain process verbs are grammaticalized to passive constructions; see EAT, FALL and GET.

"Afecção de A", "presença de B perante A" e "ausência de controlo de A sobre B", são ainda os traços mantidos em contextos marcados pela ocorrência de um "lugar", com características reconduzíveis às de um colectivo humano experienciador (Hungria → o povo húngaro, *infra*), na posição correspondente à do experienciador humano de *ver*₁, ou seja, desempenhando a função sintáctica de sujeitos de *ver*:

(554) Vencida pela segunda vez, tal como a Alemanha, **a Hungria** vê ser-lhe retirada uma parte do seu território (...). (PM-CT)

Em suma, os contextos exemplificados em (550), (551), (552), (553) e (554) caracterizam-se pela ausência de possibilidade de interpretação de B como objecto de percepção visual e pelo destaque conferido a um acontecer (processo ou mudança de estado com estado transitório resultativo) que envolve e afecta A.

A separação do "target meaning" *ver* 'acontecer' em relação a *ver*, V perceptivo pleno, por sucessivo "bleaching" pressupõe a existência de contextos intermédios, designados de "bridging contexts",⁴²³ contextos de usos de *ver* em que não é clara, mas

⁴²³ Este conceito, retirado por Heine (2002) de Evans & Wilkins (1998: 5), retoma alguns conceitos da pragmática tal como os conhecemos a partir dos escritos griceanos e de outros seus continuadores. O conceito é, segundo o autor, próximo do de "critical context" em Diewald (1999), publicado como Diewald (2002) – Diewald (1999) é o texto que deu origem à versão publicada Diewald (2002) e encontra-se na mesma colectânea que Heine (2002). Particularmente importante é a descrição, feita pelo autor, das propriedades dos "bridging contexts":

- a. They trigger an inferential mechanism to the effect that, rather than the source meaning, there is another meaning, the target meaning, that offers a more plausible interpretation of the utterance concerned.
- b. While the target meaning is the one most likely to be inferred, it is still cancelable (see Grice 1967), that is, an interpretation in terms of the source meaning cannot be ruled out.
- c. A given linguistic form may be associated with a number of different bridging contexts.
- d. Bridging contexts may, but need not, give rise to conventional grammatical meanings. (Heine 2002: 84-85)

é possível, a interpretação do sujeito como experienciador visual, perante o qual B está presente, e em que o acontecer que se admite ser experienciado visualmente por A tem maior relevo, sendo difícil avaliar em que medida se pode falar de afectação:

(555) Há muito frequentador do local (os pais possuem uma residência em... Boliquireme), Oliveira Martins tem visto os Tomates [a Praia d'] a transformarem-se na moda do Verão algarvio. (PM-CT)

Neste exemplo verifica-se que em "foreground" está B (tópico da informação), um evento à volta de A, que se encontra em "background", quase na condição de pretexto para a expressão de um acontecimento do qual ele é vagamente o experienciador.

(556) Portugal – que esteve representado por cerca de 40 atletas – viu batidos vários recordes na natação. (PM-CT)

Em (556), os portugueses (representados metonimicamente por Portugal) enquanto experienciadores da obtenção de recordes na natação não são entidades afectadas nem têm grande importância, porque a informação relevante é o acontecimento: *na natação foram batidos vários recordes/Portugal bateu vários recordes na natação*.

Nos exemplos seguintes, o preenchimento da posição de sujeito sintáctico por expressões locativas ou temporais não equiparáveis já a colectivos humanos está associada à perda do traço "afectação". Pode dizer-se que se mantém a noção de presença de A e B ou, por outras palavras, da existência de um estado de coisas que engloba A e B e a ideia de ausência de controlo, o que decorre naturalmente de os sujeitos serem não humanos:

(557) «**Portugal** que, até aos anos 70, apenas havia sido um país de emigrantes, viu-
se subitamente transformado num país atractivo para movimentos migratórios de várias proveniências por razões decorrentes, entre outras, da sua adesão à Comunidade Económica Europeia», acentua o texto. (Ext 24178 (soc, 93a))

(558) Também na **África do Sul** já se está à espera do maior concerto de sempre, num **país que** em 1990 viu decretado o fim do boicote cultural, durante anos movido internacionalmente contra o regime do apartheid. (Ext 654631 (soc, 93b))

(559) «**1991** viu o resto do mundo tornar-se mais seguro para os americanos, ao mesmo tempo que a Nação se tornava menos segura para os seus próprios cidadãos», declarou o presidente da Comissão Judiciária do Senado, (...).
(Ext 388441 (soc, 92a))

(560) E **1990** viu arder um outro espaço, a actual Sala das Novas Tendências Cénicas, da Comuna, que então albergava o Bando. (Ext 788179 (nd, 96b))

Nestes contextos, *ver* serve, como se referiu na descrição semântica, para destacar o local e/ou o tempo de um acontecer como marcado por esse acontecer e este é o único vestígio do "source meaning" que permanece no "target meaning", senão comparem-se os significados de *viu/verá* e *ficou/ficará marcado* nas frases (561a) e (561b), (562a) e (562b):

(561) a. O ano de 1994 **viu** aparecer e desaparecer, sem qualquer explicação, óptimas séries de ficção. (Ext 1297200 (nd, 94b))

b. O ano de 1994 **ficou marcado** pelo aparecimento e desaparecimento, sem qualquer explicação, de óptimas séries de ficção.⁴²⁴

(562) a. O ano de 1999 **verá**, se Deus quiser, a proclamação de um Estado palestino. (Ext 208088 (pol, 98a))

b. O ano de 1999 **ficará marcado**, se Deus quiser, pela proclamação de um Estado palestino.

Com o alargamento do preenchimento da posição de sujeito a não humanos (lugares ou pontos no eixo temporal) incapazes de experienciar, consoma-se a separação do "target meaning" em relação a *ver*₁.⁴²⁵ Este é, nos termos de Heine (2002: 85), um "switch context":

⁴²⁴ Cf. o uso de *ficou marcado* num contexto paralelo: O ano de 1993 ficou marcado por uma reorganização orgânica dentro da instituição. (Ext 25961 (nd, 94a))

⁴²⁵ Um dos exemplos de Heine (2002) para ilustrar a importância do contexto no surgimento de novos significados gramaticais é precisamente o da possibilidade de abertura dos papéis de agente, experienciador e beneficiário a participantes não humanos: "Typically, they stand for human participants. But once they are placed in switch contexts, where an interpretation in terms of a human participant is ruled out, this may trigger a new grammatical meaning, while the old meaning is suppressed or eliminated in that context." (Heine 2002: 87)

Switch contexts relate to what Diewald (1999)⁴²⁶ calls isolating contexts, where the target meaning “is isolated as a separate meaning from the older more lexical meaning.” They have the following properties:

- a. They are incompatible, or in conflict, with some salient property of the source meaning.
- b. Hence, an interpretation in terms of the source meaning is ruled out.
- c. The target meaning now provides the only possible interpretation.
- d. Unlike conventional meanings, meanings appearing in switch contexts have to be supported by a specific context (or cluster of contexts).

Concluindo, o facto de *ver* evidenciar, em diversos contextos, marcas de um processo de gramaticalização deve-se às razões aduzidas em Bat-Zeev Shyldkrot (1984) para explicar a auxiliarização de *voir*: o elevado número de usos do verbo aos quais estão associados diferentes sentidos permite-lhe adquirir um sentido de tal forma geral e tornar-se abstracto a ponto de perder "qualquer significado", podendo desempenhar o papel de verbo auxiliar:

La possibilité de remplir ce rôle est due, sans doute, au fait qu'il possède un grand nombre d'emplois avec des sens distincts, ce qui lui permet d'acquérir un sens si général qu'il en devient abstrait au point de perdre toute signification. (Bat-Zeev Shyldkrot 1984: 212)

Note-se, todavia, que o esvaziamento semântico total a que a autora se refere nunca é completo, o que se deve sublinhar é que o verbo, ao perder muitas das características de *V* lexical pleno, preserva apenas significado genérico, o que lhe confere uma apreciável plasticidade no uso.

4.2.3.2 *Ver* como conjunção causal

A forma de particípio passado *visto* passou a ser usada como conjunção causal em enunciados em que serve para exprimir causalidade – em construções participiais do tipo *visto isso/visto* + frase infinitiva flexionada, ou na sua forma de conector *visto que*, introduzindo frases subordinadas causais:⁴²⁷

⁴²⁶ Recorde-se que Diewald (1999) é o texto que deu origem à versão publicada Diewald (2002).

⁴²⁷ Sobre *visto isso* e *visto que*, cf. o que se diz em Mateus et al. (2003: 714-715). A colocação preferencial da frase introduzida por *visto que* antes da frase principal, atribuída em Mateus et al. (2003) ao facto de *visto que* ser um conector que pelo seu significado está preferencialmente associado à expressão de informação conhecida, não é significativa nos exemplos do corpus.

- (563) O comentário referido sobre a questão da roda refere-se ao facto de ser de esperar que a roda maior se movesse com maior velocidade do que a mais pequena, visto terem a mesma velocidade angular (dão uma volta no mesmo tempo) (...).(PM-CT)
- (564) Visto que o pulsar era demasiado pequeno para a sua imagem ser medida desde a Terra, mesmo pelos telescópios mais potentes, a ideia consistia em captar «imagens» do gás para, a partir daí, extrair a «imagem» do pulsar. (PM-CT)
- (565) O sinistro não causou vítimas, mas os moradores chegaram a temer que as chamas alastrassem a todo o quarteirão visto que, segundo afirmaram, os bombeiros demoraram mais de 20 minutos a chegar ao local. (PM-CT)
- (566) Alguns juristas dão como certa a absolvição dos réus, visto que o Ministério Público está com dificuldades para conseguir provar que a tripulação sabia da existência da cocaína. (PM-CT)
- (567) Segundo informações recolhidas pelo Público, é possível que o piso esteja reposto já hoje, visto que a empreitada iria avançar durante a última noite e madrugada. (PM-CT)

A utilização de *visto que*, *visto* + FInfflex e *visto isso* é facilmente explicável a partir do uso de *ver* como verbo epistémico, do domínio do saber e da crença. Como tivemos ocasião de observar, um dos sentidos de *ver*, é exactamente o da aquisição de conhecimento por inferência ('ficar a saber') a partir da evidência disponível para o experienciador, que se torna portador epistémico, podendo não haver qualquer informação quanto à fonte desse saber (casos em que *ver* significa 'aperceber-se'/'compreender'). Assim, *visto que*, *visto* + FInf e *visto isso* introduzem proposições consideradas verdadeiras pelo falante,⁴²⁸ cuja função é reforçar (apontando a causa conhecida ou a explicação) a verdade do estado de coisas descrito na frase principal.

⁴²⁸ *Visto isso* não introduz a proposição considerada verdadeira, mas retoma-a de forma anafórica, permitindo igualmente reforçar o conteúdo asserido como decorrente de um saber/crença do falante, eventualmente partilhado por outrem.

4.2.3.3 Ver como marcador lexical de evidencialidade?

Não dispondo o português de marcadores de evidencialidade já gramaticalizados, com o estatuto de afixos/clíticos, há itens lexicais que, à semelhança do que acontece noutras línguas, se comportam como marcadores de evidencialidade ("evidentials").⁴²⁹ Entre esses itens encontra-se certamente o verbo *ver* como "marcador de evidencialidade" inferencial, tal como é entendida em De Haan (2001_b) e De Haan (2005):

Typical direct evidential categories are *visual* and *auditory* evidence, stating that the speaker has respectively seen and heard the action. Indirect evidentials can be ***inferentials, which mean that the speaker has inferred the action from available evidence***, and *quotatives* (also referred to in the literature as reportative or hearsay evidentiality), which states that the speaker knows about the event from being told by another person. (De Haan 2005: 1-2, negrito da minha responsabilidade)⁴³⁰

Ver, à semelhança do que acontece com *see* e *hear*,⁴³¹ tem um uso evidencial, quando utilizado na 1ª pessoa do singular em estruturas de tipo bioracional como *vejo QueF* – em certo tipo de enunciados como os exemplos (230) e (231), já comentados na cena de *ver* e aqui repetidos como (568) e (569):

(568) *Vejo que compraste sapatos novos*

(569) *Vejo que estás ferido.*

A proposição complemento de *ver* (QueF) remete para um estado de coisas que o falante não presenciou (o momento em que o seu ouvinte ficou ferido ou comprou

⁴²⁹ De Haan (2001_b: 3 da versão em linha) distingue entre "grammaticalized evidentials" e "other morphemes with an evidential meaning but which are not grammaticalized", por exemplo os advérbios *evidently* e *seemingly*, bem como os verbos de percepção *see* e *hear* para os quais o autor recusa o estatuto de "grammaticalized evidentials" (cf. p. 46, nota 2 do mesmo artigo).

⁴³⁰ Reporto-me aqui e em citações subsequentes às páginas da versão disponível em linha.

⁴³¹ "In English as well as other Germanic languages, complements of perception verbs such as *see* and *hear* show evidential interpretations: 4a. *I see that John is sick*. 4.b *I hear that John was fired from his job*. (...) The complement of *see* and *hear* in these cases does not mean that the action was witnessed directly, but rather that the action described was deduced (...) or reported to the speaker (...). In other words, *see* and *hear* act as indirect evidentials, not as direct evidentials." (De Haan 2001_a: 205-206)

sapatos novos, respectivamente), mas que infere a partir de evidência directa – vestígios visuais directamente perceptíveis pelo falante e, eventualmente, ainda outro tipo de evidência directa (auditiva).

Como De Haan (2001_a: 206) assinala, não se trata de marcadores de evidencialidade gramaticalizados, visto que a sua ocorrência enquanto evidenciais se encontra restrita à 1ª pessoa do singular ou, raramente, à 2ª pessoa, não sendo possível na 3ª pessoa; para além disso, segundo o mesmo autor, os evidenciais gramaticalizados não ocorrem em estruturas de tipo bioracional, como acontece com os usos evidenciais dos verbos perceptivos *see* e *hear*.

Uma das marcas destes usos evidenciais encontra-se descrita em Anderson (1986) e reside no facto de o centro da predicação não ser o verbo perceptivo, mas a proposição que lhe está associada:

Evidentials are not themselves the main predication of the clause, but are rather a specification added to a factual claim ABOUT SOMETHING ELSE. (Anderson 1986: 274)

Ora as ocorrências de *ver* + *QueF* que dei como exemplo de usos evidenciais têm esta característica – distinguem-se de usos de *ver* como verbo perceptivo, identificada a proposição *QueF* como predicação principal, com recurso ao acento frásico dominante, como propõe Anderson (1986).

Os usos de *ver* que podem ser considerados evidenciais são casos de evidencialidade de tipo inferencial que apresentam um hibridismo típico dos inferenciais gramaticalizados, se tomarmos em conta as considerações de De Haan sobre este tipo de marcadores de evidencialidade:

Although **the inferential** is usually grouped with the quotative to form the category of indirect evidentiality (...), it **is in fact a hybrid direct/indirect evidential category**, because the speaker is aware of the evidence for the action. (...) **the speaker has personally witnessed the evidence**. (De Haan 2005: 16, negrito da minha responsabilidade)

No seu texto sobre a origem dos marcadores (gramaticalizados) de evidencialidade visual, De Haan reflecte sobre a possível gramaticalização de *see* e, com base em dois

exemplos, 45a) *We saw him leave* e 45b) *We saw that he left*, conclui que "the evidential distinction is not encoded in the verb itself, but in the choice of complement clause." (De Haan 2003: 22)⁴³²

O autor defende, portanto, que não é o verbo perceptivo que se torna marcador de evidencialidade visual, mas sim a construção na sua totalidade:

- | | | |
|------|----------------------------|-------------------|
| (46) | a. SUBJ see [V-inf... | direct evidence |
| (46) | b. SUBJ see [that V-fin... | indirect evidence |

Only in specific constructions can the verb see be said to encode a direct/indirect distinction.

(De Haan 2003: 23)

É um pouco forçada esta ideia de gramaticalização da construção *ver* + FInf e *ver* + QueF, pelo menos para o caso português; há exemplos de usos de *ver* seguido de completiva finita que não são usos evidenciais indirectos: (570) *Aproximei-me e vi que o grupo se deslocava, parando junto de outro leito.* (PM-CT) e (571) *Hoje, quando passeio em Berlim, vejo que o muro não está lá, mas sinto que ele ainda existe.* (Ext 374618 (clt, 95a)) são exemplos de *ver* como verbo de percepção visual mas não são usos evidenciais de *ver* – *o grupo deslocava-se, parando junto de outro leito* e *o muro não está lá* são estados de coisas percebidos pelo falante e *vi/vejo* não sinalizam que este tem evidência para corroborar uma afirmação acerca de algo que não presenciou, como é característico dos marcadores de evidencialidade indirecta e dos usos evidenciais de *ver* ilustrados em (568) e (569).

Quanto ao exemplo *We saw him leave* que leva o autor a considerar que a construção *see* + FInf gramaticaliza evidência visual directa, também vimos exemplos de *ver* + FInf que não são casos de evidencialidade directa e nem mesmo de percepção visual directa em enunciados do tipo (572) *O governo viu o descontentamento popular atingir níveis nunca antes registados.*

Concordo, no entanto, com o autor quando este defende que não há grande razão para que verbos perceptivos se tornem marcadores gramaticais de evidencialidade visual:

⁴³² Reporto-me aqui, e em citações subsequentes, às páginas da versão disponível em linha.

There is no reason for a perception verb to change into a visual evidential because there is no semantic motivation to do so. Both mean essentially the same thing: the action was perceived visually.

There is no extra information conveyed in having the perception verb act as an independent or as a suffix/clitic. (De Haan 2003: 26, negrito da minha responsabilidade)

Existem, pois, usos de *ver* (evidencial) inferencial, que eventualmente poderão evoluir no sentido de autonomização de *ver* como marcador de evidencialidade inferencial, mas não parece legítimo falar da gramaticalização de *ver* como evidencial directo em estruturas com complemento infinitivo por oposição a um *ver* evidencial indirecto em estruturas de *ver* seguido de completiva finita.

4.3 OLHAR

4.3.1 A olha para B – A Cena de olhar

Olhar e ver cobrem duas áreas semânticas contíguas, uma vez que, tomando conjuntamente os dois verbos na mesma frase, é possível descrever a acção de um A, indivíduo tipicamente humano, que movimenta os olhos (órgãos de percepção sobre os quais tem controlo), os dirige para um ponto ou sucessão de pontos e se apercebe visualmente do(s) objecto(s) que se encontra(m) nesse(s) ponto(s):

(573) O João **olhou** para a rua e **viu** um carro dos bombeiros.

Da acção complexa de A, a parte respeitante ao movimento controlado e direccionado dos olhos é expressa pelo verbo *olhar* e a percepção visual do objecto situado no ponto de chegada do olhar é dada por *ver*, sendo que a acção ‘olhar para B’ está, na maior parte dos casos, relacionada com ‘ver B’, a menos que se explicita o contrário:

(574) A irmã de Cecília **OLHAVA**, **mas sem ver**. (FF: 440_a)

(575) O João bem **olhava** para o fim da rua, **mas não via** nada. Da Maria nem sinal.

Os usos do tipo (574) e (575) são usos marcados em relação à interpretação de ‘olhar para B’ como relacionado com ‘ver B’. De *olhou para a rua*, em (573), infere-se que o João viu a rua e/ou algo presente nela, ainda que *olhar* designe apenas um gesto ou movimento de A e não a percepção ou afectação de um objecto, aspecto que é reservado ao uso de *ver*. *Olhar* é uma acção neutra do ponto de vista do sucesso perceptivo, isto é, quem dirige os olhos numa dada direcção pode ou não perceber visualmente algo que se encontre nesse lugar – um objecto de percepção.

De acordo com a terminologia proposta em 3.1.2.2, *olhar* comporta-se como *verbo de acção perceptiva* e *ver* como *verbo de experiência perceptiva*, podendo a experiência perceptiva considerar-se contígua a uma acção perceptiva, ainda que nem todos os casos de experiência perceptiva estejam, como no seguinte exemplo, explicitamente relacionados com uma acção perceptiva traduzida por *olhar*:

(576) Significa que **olham** para trás e **estão a ver** a nossa aproximação. (Ext 8828 (des, 97b))

Os olhos, enquanto órgãos perceptivos controlados por A e susceptíveis de serem movidos dentro dos limites impostos pela fisiologia humana são também concebidos como os instrumentos de ver e, portanto, instrumentos de percepção visual, sendo *olhar* a acção de dirigir os instrumentos de percepção visual para um objecto, com a finalidade de o ver. No entanto, nos casos de *olhar* em que o movimento direccionado dos olhos não tem um término expresso, não está implícito que o sujeito de *olhar* veja B, ao contrário do que se observa quando o movimento da vista tem um término:

(577) O João **olhou** pelo buraco da fechadura, **mas não viu** nada.

(578) O João **olhou** pelo buraco da fechadura **e viu** a luz acesa.

(579) Do alto da serra o João **olhou** para norte **e viu** nuvens espessas.

(580) Do alto da serra o João **olhou** para norte **e não viu** sinais de chuva.

(581) ? O João **olhou** para a Maria **e não a** viu.

O verbo *olhar* é normalmente acompanhado, nas frases em que surge, por expressões que nomeiam:

– o objecto ou uma área visados pelo olhar (**objecto-término** e **área-término**)

(582) O João olhou para o livro/para a Maria

(583) O João olhou para a rua/para o céu/para o mar;

– a **direcção** tomada pelo olhar, que tem como ponto de referência A ou o local onde A se encontra

(584) O João olhou para norte/para trás/para a frente/para cima/para a direita/em volta/em redor...;

– um **ponto do trajecto** ou **secção do trajecto** entendido como o segmento espacial que vai dos olhos até ao objecto ou área-término

(585) O João olhou através da/pela janela

(586) O João olhou pelo buraco da fechadura.

Por vezes, é nomeado o **ponto de partida**, embora não isoladamente; este co-ocorre com o objecto/área-término ou com a direcção:

(587) O João olhou da janela para o mar/para o carro.

(588) Do cimo do monte o João olhou para norte/sul/este/oeste.

A expressão do ponto do trajecto também não ocorre, normalmente, isolada

(589) O João olhou para a rua pela frincha da porta.

O objecto do olhar de A pode, também, ser um estado de coisas [\pm dinâmico] – o objecto e o seu contexto ou uma acção (cf. (590) e (591)) – ou um indivíduo num estado de coisas (cf. (592))⁴³³ encarados como término do trajecto percorrido com a vista:

(590) O João olhou para o carro estacionado à porta da loja e viu o condutor muito atarefado.

(591) O João olhou para o que o condutor estava a fazer e não disse nada.

(592) O João olhou para uma menina que tentava entrar na loja sem conseguir empurrar a porta e ofereceu-se para a ajudar.

A possibilidade de descrever de modos diferentes o mesmo ponto terminal do movimento do olhar é notória em exemplos como o seguinte:

(593) Couto dos Santos esboçava um sorriso, enquanto os deputados se levantavam para olhar para cima, para as galerias, onde os polícias já empurravam os estudantes para os corredores. (Ext 31697 (pol, 92a))

⁴³³ A informação relevante do ponto de vista da inserção do objecto num estado de coisas é dada numa relativa de enquadramento perceptivo. Sobre este conceito, cf. em 3, secção 3.2.1.1.2, a discussão sobre este tipo de relativas e na descrição semântica de *ver* (*ver*₁) a apreciação da proposta de Brito (1995).

A reformulação de (593) permite incluir no término do movimento descrito por **olhar** um indivíduo num estado de coisas ou a avaliação de um estado de coisas por parte de A:

(594) (...), enquanto os deputados se levantavam para olhar (...) para os polícias que já empurravam os estudantes para os corredores.

(595) Alguns deputados olharam para aquela confusão/injustiça e decidiram abandonar a Assembleia.

A pode escolher entre dirigir ou evitar dirigir os olhos⁴³⁴ numa dada direcção, o que revela o carácter deliberado e consciente da acção de olhar:

(596) Nessas épocas ainda se dançavam obras-primas do jazz, como se vê nos bailes dos filmes antigos, em que os pares paravam e **ficavam [a] olhar para a orquestra**, rendidos à beleza e qualidade do som. (Ext 40417 (clt, 96a))

(597) Pôs o que tinha no carrinho em cima do tapete rolante, olhando **o menos possível para a menina da caixa.** (Ext 5337 (soc, 95a))

(598) Mas eu **nunca** olho para o público. (Ext 2279 (clt, 93a))

A acção de olhar apresenta-se geralmente como decorrente de uma finalidade, o que pode ser atestado pela presença de suplementos finais:

(599) É possível **olhar para trás dos objectos para ver o que lá está**, olhar para o chão e para o tecto. (Ext 101318 (nd, 92a))

(600) Ainda teve tempo para fazer a sua graça preferida (...): **olhar para trás**, por cima do ombro, **para ver quem vem lá** (...). (Ext 141735 (des, 95b))

⁴³⁴ No corpus encontram-se, aliás, as expressões voltar o olhar e desviar o olhar: Quando tornou a **voltar o olhar** para as águas já não viu nada. (Ext 19799 (soc, 93a)); E o relato da cena de quando ele conseguiu convencer Henry Kissinger a ajoelhar-se e a rezar com ele tem uma tal intensidade dramática que dá vontade de **desviar o olhar.** (Ext 2770 (des, 91a))

(601) Não podendo recorrer ao nosso gesto simples de **olhar para o pulso para ver as horas**, os nossos antepassados (...). (Ext 388393 (nd, 94a))

(602) Em geral, começa por **olhar para o automóvel para verificar se o vidro da frente está no lugar**, pois, com todas as rachas que já tem, é quase um milagre. (Ext 562107 (nd, 98a))

O movimento dos olhos pode ser suscitado por características do objecto para onde ele se dirige, podendo estas ser visual ou auditivamente perceptíveis (cf. (603), (604) e (605)). Nos exemplos a seguir, destaca-se um motivo ou causa na base dos quais se interpreta *olhar* como uma acção:

(603) E «**como usava uns fatos de banho mais atrevidos, para a época**, não havia quem não olhasse para ela.» (Ext 15407 (soc, 94b))

(604) O **exterior é invulgar** e põe toda a gente nas estações a olhar para o comboio. (Ext 19900 (soc, 93b))

(605) Lançou-se de imediato à água, na tentativa de os salvar, mas **os gritos dos dois miúdos** fizeram-na olhar para trás. (Ext 19799 (soc, 93a))

(606) Clancy, que falava aos jornalistas no regresso de uma visita de uma semana a Timor-Leste (...), disse ter encontrado «um território ocupado», que descreveu como «um lugar onde as pessoas estão sempre a olhar para trás com medo». (Ext 29305 (pol, 96b))

(607) Ele poderá ser contemplado pelos leitores que, **por obrigação ou devoção**, se levantem quando ainda de noite e se disponham a olhar, às seis horas da manhã, na direcção em que daí a pouco nascerá o Sol. (Ext 18509 (clt-soc, 93a))

O objecto para o qual são dirigidos os olhos pode suscitar em A percepção visual mais ou menos selectiva, uma actividade intelectual interpretativa ou avaliativa, a aquisição ou confirmação de um saber, uma emoção ou, ainda, a necessidade de agir ou dizer:

- (608) As pessoas **olham e vêem** apenas aquilo que querem. (Ext 44806 (nd, 92a))
- (609) (...) Madeleine Stowe **olha** para a floresta e entrevê, num relance, um lobo. (Ext 12561 (clt, 92b))
- (610) Abrir os olhos e **olhar** basta para **perceber e rejubilar** com a grandeza do local. (Ext 21335 (des, 95b))
- (611) Apesar da hora tardia (...), para onde quer que olhássemos, comprovávamos a reputação de Buenos Aires: a cidade com as mulheres mais bonitas do mundo. (Ext 10364 (soc, 94b))
- (612) Tínhamos nadado cerca de 25 ou 30 metros, quando eu **olhei** para trás e notei que a âncora do barco se tinha movido. (Ext 2753 (des, 95a))
- (613) Na chegada dos voos internacionais, a maioria dos passageiros olhava atónita para aquele pouco usual movimento de pessoas e alguns **procuravam timidamente saber o que se estava a passar**. (Ext 23476 (des, 93a))

Importante é, ainda, salientar que a acção de olhar não implica necessariamente atenção por parte de A, como sugerem os exemplos seguintes, que revelam o contraste entre *sem olhar com atenção* e *olhar com atenção*:

- (614) Clinton e Ieltsin passaram dois dias a ser recebidos em cerimónias, a dar passeios de barco, a visitar o Museu de Antropologia, **sem olhar com atenção** para nenhum dos totens aí expostos. (Ext 9446 (pol, 93a))
- (615) Se tiver olhado **com atenção**, terá visto um letreiro estratégico pintado numa parede visível pelos paroquianos. (Ext 167130 (nd, 96b))

O confronto de (614) e (615) permite inferir que *olhar com atenção* implica ver, ao passo que essa implicação não existe quando se olha sem atenção.

Resumindo, *olhar* descreve o gesto pelo qual A, tipicamente humano, movimenta os seus olhos para B, gesto que tem como eventual resultado ver B.

4.3.2 Descrição Semântica de olhar

olhar₁ (dirigir a vista numa dada direcção) – [A **olha (para)** B] = [A **dirige a vista para/na direcção (de)** B]

A, ser animado,⁴³⁵ move voluntariamente a vista⁴³⁶ numa dada direcção sem que nessa acção esteja implicado necessariamente o objectivo de perceber através da vista, podendo, no entanto, contextualmente, explicitar-se a finalidade do movimento executado com os olhos, sendo este sempre expresso através de um ou mais complementos direccionais. O movimento executado pode ser descrito como em direcção a um objecto ou área-término (*para/na direcção de...*), podendo sinalizar-se, concomitantemente, um ponto ou secção do trajecto que vai da vista até B (*por/atrás de...*) ou, ainda, o ponto de partida (*de*);⁴³⁷ a direcção tomada pelo olhar pode também ser expressa sem a menção de um objecto ou área-término (*para cima/para baixo/para norte/para a direita/para a esquerda/em redor/em volta/em frente*, etc.). É obrigatória a ocorrência de, pelo menos, um complemento direccional, podendo co-ocorrer vários tipos de complemento direccional – o de origem, o de destino/direcção e o de trajecto⁴³⁸ (cf. a cena de *olhar*).

1. [A olha para B]

B realiza-se através de SP direccional que introduz:

- um SN que tem como núcleo um N com ou sem extensões
- um pronome anafórico de SN;

⁴³⁵ A acção descrita por *olhar₁* é tipicamente humana, mas pode admitir-se o preenchimento de A com ser animado não humano.

⁴³⁶ Recorde-se que a visão é, de entre as cinco modalidades perceptivas, aquela em que é possível direccionar os receptores dos estímulos como em nenhuma outra modalidade.

⁴³⁷ Os casos de *olhar* em que se indica o ponto de partida do olhar de A são sempre casos em que o próprio sujeito da percepção é localizado por inferência como encontrando-se nesse ponto de partida, senão veja-se a classificação do segmento "from here", no exemplo transcrito: "From here [Location_of_perceiver] guests can LOOK out [Direction] over Lake Como [Direction]."

(<http://www.icsi.berkeley.edu/~framenet/data/html/anno/anno1302.html>).

⁴³⁸ Tomo Engel (²1991: 196) como referência para a classificação de subtipos de complemento direccional; segundo o autor, a definição semântica de complemento direccional parte do princípio de que este nomeia a direcção ("Richtung"), o destino ("Ziel") ou a origem ("Ausgangspunkt") de um processo e, ocasionalmente, também o trajecto ("passierter Raum").

- um N seguido de relativa de enquadramento perceptivo (FRelPerc);
- uma frase relativa semilivre com *o que* (FRel *o que*);
- um advérbio.

O movimento da vista pode ser dado como:

a) em direcção a um objecto/área-término simples,⁴³⁹ sendo possível a menção de um **ponto/secção do trajecto** ou do **ponto de partida**:

(616) O Presidente olhou para o sindicalista e disse (...). (Ext 11430 (pol, 96a))

(617) Ele olhou para mim com um sorriso enorme. (Ext 21198 (nd, 94a))

(618) O polícia, já sem a companhia da moça e olhando desesperadamente para a motorizada, que algum malandro poderia pegar, lá se foi deixando levar pela conversa. (Ext 1662 (nd, 95b))

(619) (...) o debate nem morno chegou a ser, com toda a gente a olhar para o relógio (...). (Ext 21827 (soc, 94a))

(620) Desta forma, quando, por exemplo, Paula Moura Pinheiro quer fixar B.B. olha na direcção desse monitor. (Ext 13507 (clt, 96a))

(621) Antes de começar o espectáculo olhámos pelo pano de boca para a sala. (Ext 8921 (clt, 95b))

(622) É fascinante olhar do meio do terraço da Torre de Belém, pela guarita da direita, para a cúpula do altar dos Jerónimos.

Pode mesmo, em certos casos, dispensar-se a menção do término e manter-se a referência ao movimento direccionado da vista, como tendo um ponto de partida e/ou percorrendo um trajecto:

⁴³⁹ A designação "simples" opõe-se à designação "objecto" ou "área-término complexo/a" em **c)** e **d)**.

(623) Olhando do meio do terraço da Torre de Belém, pela guarita da direita, era até há bem pouco tempo visível a cúpula do altar dos Jerónimos. (Ext 27761 (nd, 92a))

(624) (...) o boquiaberto director regional de «marketing» de uma empresa [da lista da revista] «Fortune 500» olha pela janela do autocarro de excursão em que segue, sem compreender (...). (Ext 21731 (eco, 92a))

(625) Giovanni, olhando através da janela que dá sobre o que resta do jardim, diz-nos: «Ali podia-se fazer uma esplanada (...). (Ext 19011 (clt, 92a))

(626) Olhou através dos telescópios, conversou com as crianças e assistiu à construção de um telescópio de papel. (Ext 22642 (clt, 98b))

b) orientado para uma direcção definida a partir da localização de A

(627) (...) é-lhe permitido saltar, correr, rastejar, olhar para cima e para baixo, balouçar-se, baixar-se, lançar granadas agachado e de pé. (Ext 24855 (clt-soc, 95b))

(628) Por exemplo, olhando primeiramente para sul (ou para norte) e rodando depois, lentamente, a cabeça na direcção de oeste, será fácil detectar a luz zodiacal, (...). (Ext 8144 (clt, 98a))

(629) Olha para o ar como se não houvesse viva alma por perto. (Ext 10984 (nd, 92b): a))

(630) Assaltado pelos jornalistas, de algum modo confundido pelos holofotes das televisões que invadiram de sopetão o «foyer» do Teatro Rivoli, Cadillac olhou em volta, e com uma tranquilidade desconcertante ripostou (...). (Ext 6705 (pol, 98b))

(631) Sérgio, 45 anos, ou olha para o chão ou olha em frente. (Ext 230081 (soc, 95a))

(632) Chegado ao local, acompanhado de um amigo português, olhou desalentado em redor, (...). (Ext 20766 (soc, 92a))

c) dirigido para um objecto-término/uma área-término complexo/a (N + extensões)

A complexidade do objecto-término/da área-término encontra expressão nas extensões do N no complemento direccional cujo carácter predicativo pode ser explicitado em proposições, veiculando um estado de coisas (cf. (633b) e (634b)):

(633) a. Mas o que eu contemplei no Minho, bem a norte, e na Fóia, bem a sul, é capaz de ser tão belo como olhar para a baía de Lagos pejada de barcos de pesca ao candeio, com as luzes da cidade ao fundo. (Ext 13139 (nd, 93b))

b. A baía de Lagos está pejada de barcos de pesca ao candeio e tem as luzes da cidade ao fundo.

(634) a. Voltou, falou com Manuel Rocha e ficou a ver passar navios, ou melhor, ficou a olhar para os colegas todos atarefados, enquanto a ela ninguém deu qualquer trabalho. (Ext 4777 (pol, 94b))

b. Os colegas estavam todos atarefados.

d) orientado para um objecto-término complexo = um indivíduo num estado de coisas⁴⁴⁰

(FRelPerc/Relativa com o que/Relativa com ou sem antecedente expresso)

(635) Delmiro olha para um idoso que cuida das couves junto a um espantalho. (Ext 18474 (pol, 98b))

(636) Imagina que estás a cantar uma coisa incrível e olhas para um Manuel à tua frente que se está a assoar... (Ext 2279 (clt, 93a))

(637) O pior era quando os miúdos começavam a crescer e a olhar, gulosos, para o que os amigos comiam. (Ext 518298 (soc, 97a))

(638) Wim Wenders é tímido, tão tímido, que quando dá entrevistas não olha para quem lhe faz as perguntas: vai olhando para tudo o que se passa à sua volta. (Ext 770126 (nd, 94a))

⁴⁴⁰ Recorde-se o que foi dito em 4.2.2 (ver₁) sobre indivíduo num estado de coisas e relativas de enquadramento perceptivo, semilivres e sem antecedente expresso).

O objecto concreto perceptível para onde A dirige o olhar pode ser, também, objecto observado/analísado durante algum tempo, constituindo, consequentemente, objecto de conhecimento para A, que acrescenta à sua condição de agente controlador da direcção do olhar a de portador epistémico, como nos seguintes exemplos:

(639) «Chegou a altura de olhar para estes acordos **com cuidado, para saber** até que ponto a independência dos estados bálticos pode ter alterado o seu significado», considerou. (Ext 38854 (pol, 91b))

O saber adquirido por A pela observação de B é expresso, por vezes, em frase distinta daquela onde *olhar* ocorre, podendo esta conter um verbo epistémico:

(640) Olhando para o esquema de túnel proposto pelo engº Borges de Almeida, **conclui-se** que a sua amarração norte é idêntica à do chamado corredor central, ou seja, (...). (Ext 9007 (soc, 92a))

(641) Mas quando se olha para o programa, e apesar da diversidade, **é forçoso notar** que os espectáculos musicais e de dança predominam sobre as outras actividades. (Ext 14371 (clt, 95b))

(642) O agente testou-me, olhando às escondidas para o passaporte: eu era de facto eu, e assim parecia ser ao olhar o BI. Mas eu não era aquele que deveria ser ao olhar o passaporte. (Ext 43585 (soc, 94b))

2. [A **olha** B]

Uma realização alternativa de B como SN que tem como núcleo Ns contáveis ou Ns massivos é ilustrada nos exemplos abaixo; a estrutura [A **olha** B] é uma variante de [A **olha para** B].

Há, nestes casos, um aspecto de maior atenção dedicada ao objecto ou maior fixação do mesmo, a par da manutenção do movimento direccionado do olhar como pressuposto, mas não necessariamente expresso. Observam-se, por isso mesmo, ocorrências em que ainda se mantém, em fundo ("background"), a referência ao

trajecto ou ao ponto de partida do olhar e B, término do movimento e objecto de percepção, aparece destacado (em "foreground"):

(643) (...) eu, de gatas, aproximava-me da porta a chorar, olhando pelas frinchas a eira cheia de sol: – Ó mãe, mãe! (Ext 23894 (clt, 92a))

(644) (...) é ainda de não perder a oportunidade de olhar estes dois astros por um telescópio (...). (Ext 18509 (clt-soc, 93a))

(645) E, mesmo que olhemos o céu a partir de um local com intensa poluição luminosa, será fácil identificar a Ursa Maior (...). (Ext 21919 (clt-soc, 95a))

A par destes, há outros casos em que é demovida a centralidade da direcção imprimida ao olhar em A olha para B, sendo destacado o término do movimento como objecto onde o olhar permanece durante algum tempo, ponto terminal de um trajecto determinado e que constitui objecto concreto perceptível através da vista. A ausência da preposição direccional destaca o objecto-término como objecto de percepção (cf. (646) e (647)):

(646) O ministro olhou Carvalho com cara de poucos amigos. (Ext 23244 (des, 92b))

(647) O ministro olhou para Carvalho com cara de poucos amigos.

(648) João Tavares, de 80 anos, passou-a sentado na escadaria da sua casa, a olhar o clarão. (Ext 6666 (soc, 98b))

(649) Ninguém pregou olho, ora vai ora vem, a saírem de casa e a procurarem os lugares mais altos para controlar a proximidade das chamas e a olhar as nuvens avermelhadas. (Ext 6666 (soc, 98b))

(650) Antes, a Baixa, no Natal, parecia uma procissão: as pessoas apinhavam-se para olhar as montras, calcorreando as ruas. (Ext 2302 (soc, 96b))

(651) "Não quero aqui ninguém!", gritou olhando de longe a equipa do Público que ali parara para fotografar o local (...). (Ext 10544 (soc, 93a))

(652) Olhar o seu currículo é percorrer caminhos que, na Europa, soam ainda a clandestinidade e esoterismo. (Ext 18543 (pol, 94b))

(653) Seguidamente, outras zonas do país vão poder olhar o fabuloso património sacro, avaliado em mais de um milhão de contos. (Ext 7978 (soc, 98b))

(654) Trabalha de dia e de noite, e, quando já não pode vencer o cansaço, encosta-se a um canto, com o seu cobertor e a sua almofada, e adormece a olhar a «grande obra»: a área de passeio, a área de piqueniques, o museu. (Ext 12241 (pol, 93a))

Um caso particular de olhar₁, restrito a contextos em que B é obrigatoriamente humano, é o uso pronominal recíproco **A e B olham-se** (<- A olha B e B olha A):

(655) Há um breve silêncio em que os dois homens se olham, olhos nos olhos, como num desafio. (Ext 10483 (soc, 96a))

(656) E, não fora a profunda irritação que o polícia e Eusébio destilam quando se olham, a despedida dos dois seria quase comovente (...). (Ext 45412 (soc, 92a))

olhar₂ (atentar em) – [A olha (para) B] = [A atenta em B]
--

A, humano, portador epistémico, dirige a sua atenção para B, objecto de conhecimento, que transporta para o campo dos seus interesses. B não é perceptível através da vista, mas objecto para o qual A dirige a atenção, à semelhança do que já acontecia em algumas realizações de olhar₁.

Olhar₂ é uma extensão metonímica de olhar₁ que decorre do facto de se retomar aqui apenas o aspecto da ocupação com o objecto, negligenciando-se o aspecto da percepção visual; a ocupação com o objecto já existia em olhar₁, ainda que momentaneamente.

O exame intelectual de B pode suscitar em A um novo conhecimento, a formação de uma opinião/convicção, uma emoção ou ainda a necessidade de actuar em conformidade com o que observa. B é um objecto abstracto – um tempo passado ou futuro, uma entidade geopolítica, um movimento social, uma realidade da economia, um produto artístico, etc.

B realiza-se como SP direccional seguido de SN (= N sem extensões ou N com extensões) ou ainda de FRel *o que e*, podendo, excepcionalmente, ocorrer também sob a forma de SN.

(657) (...) cá tende-se a pensar que o que é estrangeiro é que é bom e nunca nos lembramos de olhar para o que os portugueses fazem. (Ext 23353 (clt, 95a))

(658) O deputado e líder da Distrital «laranja» (...) aconselha aquele autarca (...) a olhar para o seu concelho, em vez de se entreter com brincadeiras. (Ext 3901 (soc, 96b))

(659) Quando olhamos para a nossa Europa, **parece** que o país se tolhe de cepticismo sobre si mesmo e de angústia quanto ao futuro. (Ext 4166 (opi, 97b))

(660) Mas quando se olha para 1996, **sabe-se** que a grande corrida presidencial vai travar-se dentro dos republicanos. (Ext 5922 (clt, 95a))

(661) Se Israel **encontrou**, ao olhar para o passado, **razões** para sentir apreensão (...), a história recente não lhe suscita reservas. (Ext 14486 (pol, 93b))

(662) (...) não se deixe, no entanto, de olhar para a filmografia de Spielberg, **descobrimo** a variedade abrangente que o leva a diversificar registos (...). (Ext 5209 (clt, 93b))

(663) Olhando agora um pouco para alguns universos percorridos por essa angústia, **pode dizer-se** que um deles tem a ver com a banalidade dos gestos quotidianos que se repetem (...). (Ext 1515 (clt, 93a))

- (664) **É confrangedor** olharmos hoje em dia para os meios de comunicação social e **verificarmos** o caos financeiro em que se encontra atolada aquela casa de tão nobres tradições. (Ext 366 (opi, 97a))
- (665) Aqui as pessoas olham para o futuro e **assustam-se**. (Ext 4804 (clt, 94a))
- (666) (...) ainda precisamos de ter a necessária informação para nos sentarmos juntos e olhar para o investimento e **tentar fazer ajustamentos**. (Ext 2832 (eco, 95b))
- (667) Antes optou pelo salutar «atrevimento» de olhar a tradição, deixando-se «embalar» nos amplos espaços abertos aos novos sons que configuram os avanços do jazz contemporâneo. (Ext 25471 (clt, 91b))
- (668) Olho esta nova geração, em breve na linha da frente, herdeira certa dos nossos actos e, sobretudo, das nossas omissões. (Ext 25505 (pol, 93a))

O objecto da atenção de A pode ser realizado através de um complemento direccional com preenchimento idêntico a casos de olhar₁, desde que seja contextualmente vedada a sua interpretação como ‘perceptível através da vista’:

- (669) As pessoas sem dimensão tanto podem ser os autarcas que se opõem a ligar o metro ao Aeroporto de Sá Carneiro – uma reivindicação da AIP –, como os que «olham só para as suas ruas...» (Ext 7763 (soc, 96a))
- (670) Penso que é altura de olharem em volta, de se deixarem de comparar connosco, pois cada um tem o seu papel e acção bem definidos. (Ext 5953 (opi, 98b))
- (671) Hoje, olhando para trás, se Leonardo olha para a infância sem se questionar, («as minhas recordações são de uma grande harmonia...»). (Ext 7328 (nd, 91a))
- (672) Devemos olhar para a frente e aperfeiçoar mais e mais as nossas relações. (Ext 4687 (pol, 94a))

Olhar para trás e olhar para a frente são metáforas para passado e futuro que já encontramos em *olhar para o passado* e *olhar para o futuro*, respectivamente.

olhar₃ (ter uma atitude x em relação a) – [A **olha** (para) B C] = [A **tem uma atitude x em relação a B**]

Olhar₃ resulta de um reforço da componente avaliativa já presente na cena de olhar. Olhar₃ liga um sujeito A a um objecto B considerado por A e é acompanhado por um complemento modal que representa a avaliação que o falante faz de como A considera B. O falante qualifica o modo como A considera B por meio de expressões como *com* + SN, *como se* + F, *sem se* + F, *de forma/maneira/modo* + Adj, *de frente*, *de fora*,⁴⁴¹ etc. Tais expressões são anaforizáveis por *assim* e interrogáveis por *como?*/*de que modo?*/*de que maneira?*, mas não predicam o complemento directo de olhar, ao contrário do que acontece em olhar₄. Em geral, o conjunto de A *olha* (para) B + complemento modal (C) é parafraseável por A *tem uma atitude x em relação a B*:

- (673) a. Nesses tempos até olhávamos *com alguma sobranceria para as populações*, eu ainda não me tinha apercebido de que os negros talvez não fossem afinal uns selvagens, tinham era uma cultura diferente... (Ext 415 (pol, 94a))
b. Nesses tempos até tínhamos uma atitude de alguma sobranceria em relação às populações

Olhar₃ distingue-se, também, de olhar₅ por não ser a expressão de um estado psicológico resultativo e por, conseqüentemente, não admitir paráfrase com Vcop + Adj "psicológico":

- (674) a. Já Nixon, cujo mandato foi marcado pela paranóia, olhava *com desconfiança os três cães que tinha em casa*. (Ext 2429 (soc, 97b))
b. ?Nixon estava *desconfiado* dos três cães que tinha em casa.

Olhar apresenta-se, aqui, como destinado à expressão do juízo do falante sobre a expressão A *olha* (para) B, sendo B uma entidade ou um estado de coisas, nunca encarados como objectos perceptíveis pela vista, mesmo quando concretos:

⁴⁴¹ No caso de *de frente* e *de fora* não se trata de verdadeiros locativos, mas de usos metafóricos dos locativos, pelos quais se exprime o tipo de atitude de A relativamente a B. Veja-se, por exemplo, o contraste entre o uso de *de fora* em (683) com o uso da mesma expressão em: (...) «quando se olha para a camada de ozono, **de fora**, de uma nave espacial, parece um halo azul pálido,...). (Ext 116868 (ct, 94a))

- (675) Claro que os EUA olham para nós com a altivez do gigante perante aqueles anõezinhos simpáticos, mas que pouco costumam contar nas histórias. (Ext 12035 (pol, 94b))
- (676) Charles tornara-se num autêntico herói e a televisão era, nos anos 50, um meio incontestado de poder, olhado com muita seriedade. (Ext 23276 (clt, 96b))
- (677) A defesa dos valores musicais portugueses (...), a gradual decadência das ideologias e a emergência de um mercado olhado com desdém, tudo isso conduziu o compositor a um longo «exílio» nos Açores. (Ext 9353 (soc, 98b))
- (678) Anfield olha com toda a reserva homens que envergam a sua camisola mas não a sentem (...). (Ext 28691 (des, 93a))
- (679) Hoje, olhando para trás, se Leonardo olha para a infância sem se questionar, («as minhas recordações são de uma grande harmonia... » (Ext 7328 (nd, 91a))⁴⁴²
- (680) R. – Eu nunca olhei para Borges como se ele fosse cego nem velho. (Ext 9776 (clt, 91b))
- (681) É preciso olhar para esta ausência de forma desdramatizada. (Ext 17492 (pol, 91b))
- (682) Os proprietários perceberam que não eram nenhuns deuses e os trabalhadores começaram a olhar de frente para os patrões. (Ext 97787 (eco, 95b))
- (683) B.B. – A questão é que passamos a vida inteira a olhar de fora para a janela do êxito. (Ext 15017 (clt, 94b))
- (684) Lobo Antunes (...) lembrou que a legislação em vigor tem dez anos e data de uma fase em que se «estava a civilizar» o regime democrático, pelo que hoje é «necessário olhar de outro modo para a questão». (Ext 30757 (pol, 92a))

Olhar₃ admite a passiva de ser:

- (685) Sou olhado com preconceito. (Ext 71465 (clt, 94a))

⁴⁴² Retomo o exemplo (671), aqui repetido como (679), para salientar a forma do suplemento que modifica a segunda ocorrência de *olhar* nesta frase; a primeira ocorrência de *olhar* é o uso metafórico de *olhar para trás*, já tratado em *olhar*₂.

olhar₄ (considerar) – [A **olha** (para) B **como** C] = [A **considera** B **como** C]

A, indivíduo/grupo, pertencente à classe dos seres humanos com capacidade de ajuizar interpreta conscientemente B como membro de uma classe ou como sendo de um tipo determinado ou ainda como portador de uma qualidade/propriedade – C. A predica C de B.

B designa uma entidade (humana ou não humana) ou um estado de coisas com a função sintáctica de complemento directo/complemento direccional e C desempenha a função de complemento predicativo, introduzido por *como*, realizado normalmente por N, SN ou Adj, permitindo interrogação com *como* – **Como olha A (para) B?/A olha para B como quê?**⁴⁴³ A relação de predicação entre B e C pode ser explicitada por paráfrase com Vcop (cf. (687)):

(686) Quer dizer, existe uma propensão crescente para os cidadãos olharem os políticos como uma classe pouco digna, corrupta. (Ext 36015 (soc, 94b))

(687) Os cidadãos olham os políticos do seguinte modo: eles **são uma classe pouco digna, corrupta**.

Há nos casos de olhar₄ uma proposição sobre o objecto-término, a opinião de A acerca de B e não apenas uma impressão vaga, que pode ser meramente emocional, como em olhar₃.

a) A olha (para) B [concreto] como C

(688) «As pessoas têm cada vez maior tendência a olharem os juízes como os não corruptos, como alguém em quem se pode confiar», explicitou João Nabais (...). (Ext 36015 (soc, 94b))

(689) Olhados como tropas de ocupação, estes militares levaram mesmo à criação de movimentos armados de defesa (...). (Ext 6013 (pol, 93b))

⁴⁴³ A interrogação *Como olha A para B?* é ambígua entre este sentido e o anterior, permitindo as respostas *A olha para B com...* (olhar₃) ou *A olha para B como C* (olhar₄). A alternativa *A olha para B como quê?* é mais marcada do que a interrogação anterior, mas menos ambígua, não obtendo, no entanto, aceitabilidade absoluta com predicativos de carácter adjectival.

- (690) Isto porque o Chefe do Governo (...) preferiu continuar a olhar os automobilistas como seita de instintos alcapónicos, do que tratá-los como sujeitos de direitos e deveres. (Ext 8350 (nd, 98a))
- (691) «Nunca olhámos para ele como um génio, ele era o John», diz Mary L. Alexander, mais conhecida como «Cousin Mary» (...). (Ext 15108 (clt, 95b))
- (692) Olhar para as árvores como uma estrutura mecânica, com arquitectura própria que evolui ao longo dos séculos, é o desafio lançado no arboreto que está a crescer junto ao recinto da Expo. (Ext 1133 (soc, 98a))
- (693) «Não devem olhar para nós como tal, mas como complementares e clientes», sublinhou o mesmo dirigente, apesar de admitir que em alguns casos, a Telecel poderá substituir os CTT e os TLP na rede. (Ext 1306 (eco, 91b))
- (694) Creio que sou um bom profissional, ponho todo o empenho nos treinos, mas ele não olha para mim como opção. (Ext 2507 (des, 95b))
- (695) É mais interessante se se olhar para «o filme mais caro da história do cinema» como um exemplo irrisório de série B. (Ext 10866 (clt, 95b))
- (696) (...), Richard Combs propõe mesmo que se olhe para Welles como alguém que «vestiu a capa de charlatão para neutralizar as acusações de que era de facto um charlatão, alguém que não conseguiu corresponder ao truque inicial chamado 'Citizen Kane'». (Ext 21063 (clt, 94b))

b) A olha (para) B [abstracto] como C

- (697) Um liberal conservador olha a sociedade como um grande mercado em que os homens se afrontam. (Ext 3246 (clt, 95b))
- (698) Porque tanto a Rússia como a China necessitam demasiado do Ocidente (inclua-se aqui o Japão) para se unirem numa aliança que este pudesse olhar como adversária. (Ext 1785 (pol, 96a))
- (699) As pessoas olham para todos estes partidos políticos como irrelevantes». (Ext 5371 (pol, 95a))

- (700) «Esta tendência de olhar para as instituições escolares apenas como viveiro de campeões é, infelizmente, algo de comum na opinião pública». (Ext 12756 (soc, 97b))
- (701) Insurgiu-se ainda contra a tendência que há para olhar para as declarações em defesa do Norte como uma espécie de separatismo, quando no se trata de uma questão de interesse nacional. (Ext 18035 (eco, 93a))
- (702) Perfilham a lógica do Governo: olhando para o ensino básico como um todo, devidamente articulado, não faz sentido excluir da sua esfera de acção o 3º ciclo. (Ext 16074 (nd, 96b))

Olhar₄ admite a passiva de ser:

- (703) O investimento público deixou de ser olhado como um leproso e foi considerado um estímulo essencial para superar a recessão. (Ext 14704 (pol, 96b))
- (704) (...) a oposição conservadora no Parlamento russo é olhada como «mais amigável» em relação aos sérvios. (Ext 2731 (pol, 93a))
- (705) (...) «White Badge» conta com detalhe «as atrocidades cometidas pelas tropas Daihan – nome vietnamita para os sul-coreanos – que eram olhadas pelos aliados americanos e inimigos vietnamitas como brutais». (Ext 28267 (clt, 92b))

<p>olhar₅ (encarar) – [A olha (para) B com C] = [A encara B com C]</p>
--

A, ser humano intelectual, é portador de um estado psicológico, devido ao impacto negativo ou positivo do estado de coisas B. A não exerce qualquer controlo sobre B, podendo equiparar-se o significado das sequências *olhar com C* ao significado de *estar + Adj "psicológico"* – possível paráfrase de *olhar* dada entre parêntesis rectos no corpo dos exemplos:

- (706) Os restantes vizinhos balcânicos **têm olhado com preocupação** [**têm estado preocupados com**] um eventual desmembramento da Jugoslávia, temendo o desencadeamento de conflitos étnicos e territoriais em cadeia. (Ext 819365 (nd, 91b))

Olhar comporta-se, nestas sequências, como verbo-suporte, estando a predicação centrada no N que a ele se liga através da preposição *com* e cujo referente é um sentimento, uma emoção ou um estado mental.

B é tipicamente o causador⁴⁴⁴ do estado em que A se encontra, enquanto psicologicamente afectado, como se observa em (707b), onde se reconstitui o causador, na função de sujeito de um verbo psicológico com experienciador na posição de CD:⁴⁴⁵

- (707) a. (...) Kenny Harrison, lesionado desde há mês e meio, também **olha com preocupação** para [**está preocupado** com] os «trials». (Ext 376269 (des, 92a))
b. Os "trials" **preocupam** Kenny Harrison.

Por vezes, é possível a reformulação com *causar* + N psicológico:

- (708) a. (...) muitos daqueles que participaram activamente no movimento autonómico em 1976 **olham com apreensão** [**estão apreensivos** em relação a] o actual incremento da dívida. (Ext 811126 (pol, 93b))
b. O actual incremento da dívida **causa-lhes apreensão**.

Olhar₅ apresenta-se como sentido derivado de olhar₄, em que *olhar*, destituído de valor semântico rico, não tem qualquer carácter de verbo perceptivo, nem mesmo de verbo judicativo/de opinião: o sujeito de olhar₅ 'está perante' um estado de coisas, numa atitude passiva de sujeito de afectação emocional que mantém apenas a condição de "ser intelectual". O facto de *olhar* ser suporte de uma predicação centrada no N psicológico evidencia a tendência para a gramaticalização ligada a certos sentidos de *olhar*, já observada também para casos paralelos de *ver* (ver₁₃) e aponta para a conseqüente lexicalização da combinatória "V + *com* N psicológico".

⁴⁴⁴ Sobre a distinção entre causador e agente, segundo Peres (1984: 87), cf. nota 398, secção 4.2.2.

⁴⁴⁵ Cf. a já referida dissertação de Mendes (2001) sobre as particularidades sintáctico-semânticas dos predicados psicológicos.

olhar₆ (ter em consideração; ter em conta) – [A **olha a** B] = [A **tem em consideração** B].

A, humano, portador epistémico e agente, actua tendo B em consideração, isto é, considera B como um factor que tem de/pode ser tomado em conta na resolução de um problema ou cálculo, ou na obtenção de uma finalidade.

Olhar₆ explica-se por analogia com um dos aspectos de olhar₁, tendo em consideração que a cena de olhar prevê a possibilidade de A dirigir a vista numa dada direcção, onde se encontra um potencial objecto de percepção, mas poder também deliberadamente evitar olhar em determinada direcção/para determinado objecto.

A maior parte das ocorrências de olhar₅ têm sentido negativo, isto é, são casos em que A não toma B em consideração, à semelhança do que acontece, por vezes, com o sujeito de olhar₁. Há, portanto, um aspecto da cena de olhar que é destacado no processo de analogia que dá origem a olhar₆. Também em relação a olhar₂ há bastante proximidade, mas o envolvimento de A é maior, pois em A *olha a* B está presente a ideia de que B é um factor cuja ocorrência ou efeito A tem de ponderar, ou relativamente ao qual tem de ter cuidado. Este traço semântico não se encontra em olhar₂ e, por isso, é necessário distinguir entre olhar₆ e olhar₂.

B é um objecto presente na consciência de A, mas que A opta ou não por ignorar, consoante o problema a resolver ou a finalidade a atingir.

B realiza-se através de complemento preposicional introduzido por *a*.

(709) Relativamente ao realojamento de famílias ciganas, afirma que a autarquia «não olha a etnias, cor ou credo». (Ext 31054 (soc, 97a))

(710) Favorecendo os seus apoiantes (...), o Governo não olha a meios para conseguir apoios, distribuir favores, estruturar uma economia ao jeito dos seus aliados, uma sociedade obediente e um poder reforçado. (Ext 37692 (nd, 91b))

(711) Em copos, sendo portanto muito mais necessário olhar à andadura que à quantidade, fizeram-se as ligações convencidos [sic], enquanto se discutia não só a corrida, mas as coisas da Festa ou no seu geral. (Ext 40878 (soc, 95a))

(712) De um lado, o «humanitarismo das classes populares, pretendendo ajudar quem aparecesse, sem olhar à cor política», embora sejam de admitir «factos menos dignificantes, como denúncias e cumplicidade em perseguições»; do outro, (...). (Ext 43274 (soc, 95a))

(713) A acusação do MP conterà mesmo expressões, alegadamente proferidas pelos autores do crime, que levarão a supor que eles estavam determinados em levar o plano por diante sem olhar às consequências. (Ext 40135 (soc, 97b))

Este sentido de *olhar* dá origem também a empregos metafóricos como o seguinte, em que ao sujeito não humano é atribuído um comportamento semelhante ao do sujeito humano:

(714) O furacão, nome que se dá nas Caraíbas aos ciclones tropicais, não olhou a despesas: levantou casas, partiu janelas, arrancou árvores e danificou habitações de muitos milhões de dólares (...). (Ext 5617 (soc, 92b))

olhar₇ (cuidar de; ocupar-se de) – [A olha por B] = [A cuida/ocupa-se de B]

No cerne deste sentido está A humano que cuida de B humano, dirigindo para ele a sua atenção e desenvolvendo as acções necessárias à manutenção do seu bem-estar. B é objecto do cuidado de A.

Olhar₇ resulta da relação metonímica estabelecida entre a cena de *cuidar* e ‘olhar’ enquanto "Teilhandlung" da acção ‘cuidar’. Cuidar de alguém ou de algo implica dedicar atenção à entidade que é alvo do cuidado, fazer o que é necessário em ordem à manutenção do seu bem-estar ou da sua normalidade e também, numa grande parte dos casos, olhar para esse alvo. O facto de ‘cuidar’ implicar ‘olhar’ para o alvo do cuidado, no sentido de aferir possíveis alterações da sua condição habitual e definir

iniciativas a tomar em consonância com o que se observou, permite que olhar metonimicamente possa referir o todo da acção ‘cuidar’, da qual é apenas uma parte.

O objecto do cuidado é alargado, por metonímia, a casos de não humanos e em vez do objecto humano – olhar por uma pessoa – passamos a ter o nome do bem-estar – olhar pela saúde de uma pessoa – ou o nome de animais/objectos à guarda de um humano – olhar pelos livros/olhar pelos coelhos, ou, ainda, a finalidade da acção de cuidar – olhar pela qualidade da água ou pelo futuro do clube.

B realiza-se como SN introduzido por *por*, que desempenha a função de complemento preposicional que tem como núcleo um N concreto ou abstracto (= N sem extensões ou N com extensões).

À atenção e ao olhar dirigidos para B, já presentes em olhar₁, juntam-se a vigilância e as acções próprias do sujeito de cuidar.

(715) O acompanhamento de idosos e doentes tem, também, uma forte componente feminina: nove por cento das mulheres que trabalham pelo menos 30 horas semanais dedica parte do seu tempo livre a olhar por eles, contra apenas cinco por cento de homens. (Ext 1143772 (soc, 97a))

(716) A bibliotecária Bozana Benic, em vez de presenciar a destruição de algo de que há muito tempo cuidava, obteve autorização para levar os livros restantes para uma loja abandonada de artigos fotográficos em Dobrinja – onde vivia e podia olhar por eles. (Ext 81064 (pol, 93a))

(717) Tome-se o caso do Aquaparque (...): uns apenas licenciaram a construção ou o projecto, outros autorizaram o parque mas não são responsáveis pelo funcionamento, outros olham pela qualidade da água, outros só **velaram**⁴⁴⁶ pelo enquadramento paisagístico, etc. etc. (Ext 14567 (nd, 93b))

⁴⁴⁶ *Velar por* é um quase-sinónimo de olhar₇, como se vê neste exemplo, onde os dois verbos são usados em alternativa para expressar a ideia do cuidado.

No exemplo seguinte, temos um uso atípico de *olhar por*, no contexto futebolístico, que deixa transparecer uma certa ironia do autor do texto:

(718) Paulinho Santos tinha Figo por sua conta, Juskowiak «era» de Fernando Couto e Rui Jorge olhava por Capucho. (Ext 38255 (des, 94a))

O facto de *olhar* ter adquirido o significado ‘cuidar’ permite a ocorrência de objectos abstractos como objectos de *olhar* que são também típicos objectos de *cuidar*:

(719) No entanto, a minha tarefa enquanto presidente do United é olhar pelo seu futuro, é pensar na Liga dos Campeões e na venda dos jogos à televisão por cabo. (Ext 43523 (des, 96b))

olhar₈ (reparar; notar) – *olhe(m)/olha queF*

Este sentido de *olhar* constitui uma extensão de *olhar₂* onde B é já um objecto de atenção, mas restringe-se a contextos de uso de *olhar* em frases imperativas⁴⁴⁷ seguidas de completiva de *que* – *olhar* é utilizado com o sentido de ‘notar’, como uma chamada de atenção a A para um estado de coisas B, não perceptível pela vista, que deve, do ponto de vista do falante, merecer a sua atenção.

B realiza-se através de completiva de *que*.

(720) Olhe que ele até fez um esquema de jogo, com as posições dos jogadores e as tácticas... (Ext 3360 (soc, 95b))

⁴⁴⁷ Ocorrem na forma canónica de 2ª pessoa do singular do modo Imperativo (*olha*) e nas formas supletivas do Imperativo – 3ªs pessoas do singular e do plural do Presente do Conjuntivo (*olhe* e *olhem*), sendo raras as ocorrências da forma canónica de 2ª pessoa do plural (*olhai*), que se encontram apenas em citações de textos mais antigos ou em fórmulas do discurso religioso: (...) *quando o grande tenor se abalançou a «Olhai, senhores, esta Lisboa de outras eras...» foi o delírio.* (Ext 305589 (clt, 98b)); *Olhai, não vos turbeis; porque importa que estas coisas aconteçam.* (Ext 459988 (nd, 95a)).

De notar que o uso de *olhar* no Imperativo não se restringe, obviamente, às ocorrências de *olhar₈*.

(721) E olhe que não sou homem para andar por aí a atirar foguetes para o ar, conclui. (Ext 14781 (soc, 98b))

Por vezes, B apresenta-se como um estado de coisas que diz respeito a A, devendo este tomá-lo em atenção, sob pena de, ignorando-o, poder vir a sofrer eventuais consequências. Nos exemplos seguintes parece haver um aviso e não um simples convocar da atenção de A para B:

(722) – Eu gosto de animais e os meus irmãos, de volta de mim, Olha que tens de ir à consulta do Bombarda, Fernando. (Ext 21530 (nd, 94b))

(723) Criticava este a falta de apoio crónico do Governo à conservação do património quando Soares o chamou à atenção: «ó senhor marechal, olhe que está aqui a comunicação social». (Ext 6754 (pol, 94a))

(724) Olha que estão todos a preparar-se para atacar. (Ext 31172 (pol, 96b))

(725) Olhem que ele marca um golo de cabeça! (Ext 165438 (soc, 93b))

O uso de *olhar* (imperativo) seguido de QueF com o sentido de ‘notar’ resulta, possivelmente, de contextos de *olhar*₁ em que as formas imperativas eram seguidas de uma frase de tipo causal que explicitava o motivo pelo qual o falante tinha pronunciado a injunção *olha/olhe/olhem*. Por exemplo:

(726) Olha (para o ferro) que queimas a roupa se o ferro estiver muito quente!

A frase causal de *que* tinha, assim, um valor metaproposicional: não apresentava a causa ou o motivo do estado de coisas referido na proposição anterior, mas sim a causa ou o motivo pelo qual o falante tinha enunciado *Olha/Olhe...*, isto é, a frase causal apresentava a razão do acto linguístico praticado através da enunciação de *Olha/Olhe...* Este é um uso "subjectivo" da frase causal: ele encontra-se no grau mais alto do processo de "subjectivização" referido por Traugott (1989) e Traugott & König (1991). É neste grau de subjectivização, bem como na redução de *olhar* às formas do Imperativo, que se revela que este sentido de *olhar* é o resultado de um

processo de gramaticalização (que eventualmente poderá ainda continuar). Outra marca de gramaticalização é a passagem de *que* causal a *que* completivo: enquanto a conjunção causal sinaliza a ideia de causa ou motivo (como em (726)) a conjunção completiva apresenta-se, em relação à primeira, como produto de "semantic bleaching" (dessemantização) que serve apenas para ligar a forma *Olha/Olhe...* ao seu complemento (como em (720) - (725)).

Este sentido de *olhar* implica uma redução apreciável das formas verbais possíveis, no que respeita às categorias tempo, modo e pessoa verbal e constitui um passo no sentido da passagem de *olhar* a partícula discursiva.⁴⁴⁸

olhar, (estar situado na direcção de; estar voltado para⁴⁴⁹) – [A **olha para/sobre** B] = [A **está situado na direcção de/está voltado para** B]

Um lugar ocupa uma posição tal em relação a outro lugar ou objecto imóvel, de modo que do lugar₁ seria possível a um A dirigir o olhar para o lugar₂.

(727) Uma janela que OLHA para o mar. (FF: 440_a; itálico e versaletes no original)

(728) A igreja da Penha olha sobre o bairro. (HOUAISS: 2667)

(729) Tem a ermida, encostado à parede que olha para o nascente, um banco de pedra, seu ornamento único. (MOR: VII, 459_a; itálico no original)

Trata-se de uma acepção de *olhar* explicada tradicionalmente como decorrente de analogia entre 'alguém dirigir o olhar para' e 'algo estar voltado para'. A analogia é estabelecida entre a casa (com janelas e portas voltadas para algum sítio) e o corpo humano, incluindo os órgãos da visão (olhos), cuja posição/orientação em relação ao objecto para onde se dirige o olhar é fixa; fala-se de uma antropomorfização da casa, janelas, etc., que permitiria explicar este sentido metafórico do verbo – a direcção dos olhos é a direcção para qual a pessoa está voltada e com a casa aconteceria algo de semelhante.

⁴⁴⁸ Sobre o uso de *olhar* como partícula discursiva, cf. *infra* 4.3.3.

⁴⁴⁹ Cf. Harm (2000: 153).

Harm (2000: 152-154), a propósito de *sehen*, contraria esta explicação por verificar que há exemplos no seu *corpus* em que o lugar₁ *Berg Pisga* ou *Obstgarten* (monte Pisga/pomar), de onde é possível avistar o lugar₂, não se pode comparar aos olhos humanos, o que também se verifica no seguinte exemplo de Moraes:

(730) ... vertente que *olha* ao nascer-do-sol. (MOR: VII, 459_a; *italico no original*)

O autor defende que se trata de um sentido do verbo que decorre do facto de se tornar central, neste caso, um aspecto de toda a percepção visual: a posição do sujeito da percepção (A) em relação ao objecto percebido (B) é determinante para a possibilidade de dirigir o olhar para o objecto e para o possível sucesso da percepção. Assim, um agente situado numa determinada *vertente* (da serra) poderia dirigir o olhar para o *nascer-do-sol*, isto é, para *nascente*, de onde se conclui que a *vertente* de que se fala é caracterizada como 'com vista para' e, conseqüentemente, como voltada para o *nascer-do-sol/nascente*; a *vertente* ocupa, portanto, a mesma posição que um sujeito humano ocuparia (nessa serra) se quisesse olhar para *nascente*, sendo *nascer-do-sol/nascente* localizado relativamente a *vertente* como direcção/lugar para onde se poderia dirigir o olhar.

O que acontece, segundo Harm (2000), é que o pressuposto (estar posicionado em direcção a B), pela centralidade que assume, permite o funcionamento do verbo como definidor da posição de uma entidade em relação a outra, em função do que se considera que seria a direcção do olhar de um agente com uma posição tal que lhe permitisse olhar para determinado lugar/objecto imóvel.

O efeito de localização parece resultar de um processo metonímico em que se toma, no presente caso, o lugar₁ (a partir do qual um potencial sujeito da percepção poderia mover os seus olhos em direcção a lugar₂) pelo agente, como se pode observar nas seguintes reformulações de dois dos exemplos acima:

(727') Da janela [lugar₁] olha-se para o mar [lugar₂].

(728') Da igreja da Penha [lugar₁] olha-se sobre o bairro [lugar₂].

A metonímia decorre, portanto, da extracção de um dos aspectos da cena de olhar, o facto de haver um sujeito A que imprime à vista uma determinada direcção, sendo o lugar de onde parte o olhar também, por inferência, o lugar onde A se encontra.

4.3.3 Nota sobre o uso de *olhar* como *partícula discursiva*

Um número apreciável de ocorrências de *olhar* é o de casos em que *olhar* serve para chamar a atenção para um conteúdo proposicional expresso numa frase não relacionada sintacticamente com aquela em que *olhar* ocorre – *olha/olhe(m)/olha (lá) + Frase*. *Olhar* funciona aqui como "partícula discursiva",⁴⁵⁰ usado apenas nas formas de Imperativo;⁴⁵¹ pode ocorrer em início de enunciado ou parenteticamente, em ambos os casos sinalizado por pausa(s), eventualmente acompanhado de outras partículas discursivas, por exemplo *lá* (destituído da função de advérbio), *pois*, *faz favor* e *pá*.

A possibilidade de ocorrência parentética e a co-ocorrência com outra partícula discursiva são fortes indicadores de que se trata de um caso de gramaticalização em curso. Não pode ainda falar-se de uma interjeição com origem no lexema *olhar*, dada a variação na categoria pessoa, mas a restrição a três formas únicas é já um passo nesse sentido.

Diewald (2006) distingue entre partículas discursivas (DPs), partículas modais (MPs) e conjunções, apoiando-se num conjunto de critérios funcionais e morfossintácticos (formais e estruturais), sendo os primeiros considerados relativamente constantes entre línguas e os segundos específicos de cada língua particular. Assim, apoio-me na distinção funcional entre partícula discursiva e partícula modal e procurarei ilustrar com exemplos o funcionamento de *olhar* como partícula discursiva:

DPs relate items of discourse to other items of discourse, i.e. they operate as indexical elements in those domains that are fundamental for spoken dialogic communication. This includes the

⁴⁵⁰ Diewald (2006: 8) prefere a designação "partícula discursiva" à de "marcador discursivo" por se tratar prototipicamente de elementos sem flexão, monossilábicos, com estatuto segmental e passíveis de serem isolados, ao contrário dos clíticos e morfemas flexivos.

Retomo de Bußmann (2002: 173) as afirmações acerca do que é consensualmente aceite sobre as funções de um marcador discursivo ("Diskursmarker"): "Sie stellen Bezüge zwischen dem vorangegangenen Diskurs und der Äußerung, in der sie auftreten, und liefern dem Adressaten Hinweise für deren Interpretation, z. B. zeigen sie den Beginn einer neuen Diskurseinheit an (...) oder sie schaffen Übergänge zwischen zwei Einheiten (...)."

⁴⁵¹ Sobre o elenco de formas de Imperativo em que *olhar* ocorre, cf. nota 447.

organization of the turn-taking system, the thematic structure, speech management, etc. From this, it follows that the term ‘discourse particle’ is construed here in its broad sense, which **encompasses response signals, segmentation signals, interjections, hesitation markers, etc.** (...)

DPs have no referential content in the strict sense, i.e. they do not denote anything that is part of the proposition, the ‘spoken of’. The entities they denote are features of the discourse and the communicative situation (...).

Similar to DPs, MPs are indexical devices of spoken discourse. MPs differ from DPs in that they apply to propositions and speech-act alternatives, which is to say that they have propositional or speech-act scope, while **DPs have scope over non-propositional discourse elements of various sizes.**

The function an MP fulfils is indexical insofar as it points backwards from the linguistic unit in which the MP appears and relates the utterance to a proposition or speech-act alternative which the speaker regards as relevant and given. In referring ‘back’ to something that is treated as communicatively given, albeit unexpressed, the MP marks the utterance which contains it as non-initial (...). (Diewald 2006: 6-8,⁴⁵² **negrito da minha responsabilidade**)

Olhar ocorre como partícula discursiva numa das seguintes situações:

a) como marcador de tomada de vez no início de um enunciado, chamando a atenção para o segmento discursivo seguinte,⁴⁵³ cuja intenção pode ser variada, por exemplo dar uma ordem/conselho, exprimir uma opinião ou fazer uma pergunta/um comentário:

(731) Olha, não dances com aquela ali. (Ext 17940 (pol, 97a))

(732) Olhe lá, há gente que vive pior cá fora do que lá dentro! (Ext 92715 (pol, 94a))

(733) Olhe lá, não quer colaborar no corpo do jornal? (Ext 31468 (pol, 95a))

⁴⁵² Na citação reporto-me às páginas do documento disponível em linha.

⁴⁵³ Waltereit & Detges (no prelo) referem-se ao uso de *look* e *listen*, enquanto marcadores discursivos, como elementos que convocam a atenção para o segmento discursivo seguinte. Os usos de *look* e *listen* como marcadores discursivos distinguem-se, de acordo com os autores, dos usos das mesmas formas fónicas como imperativos livres, que se limitam a convocar a atenção do ouvinte para estímulos linguísticos ou extralinguísticos pertinentes, isto é, perceptíveis pela audição ou pela visão.

- (734) x: enfim, con(...), Consigo, consigo... Entender-me com eles [os estrangeiros], vinho branco ou tinto, se é em francês é vin rouge, vin blanc, assim sucessivamente; espanhóis, também falo espanhol,
 A: ah, sim ?
 X: espanhol, eu inda percebo mais os espanhóis.
 A: **olhe** e eles gostam da comida portuguesa, em geral?
 X: gostam, (...) (CRPC – subcorpus oral espontâneo, entrevista 0041)⁴⁵⁴
- (735) A: durante quatro anos, porque gostava imenso de me dedicar à música e especialmente a piano. Mas depois, descobri ao fim de quatro anos que, gostava imenso, mas que não seria uma boa executante, nem nada portanto desisti de, de executar. E claro, como era uma apaixonada da música, continuo a gostar de música. Mas não sou limitada à música clássica,
 A: pois
 X: quer dizer, na outra música chamada ligeira há imensa coisa que eu gosto, também.
 A: **olhe** e... Por acaso isso é muito giro. Eu, uma das minhas vocações falhadas era ter sido músico. Eu não era de piano - eu não gosto muito de piano, mas eu gostava... (CRPC – subcorpus oral espontâneo, entrevista 0710)
- (736) X: não tenho nada a ver com empregos porque eu detesto pessoas, pá, que andem à procura de empregos e que não se movam para procurar emprego, quer dizer, nunca vi ninguém, quer dizer é a primeira pessoa que vai a casa, tocarem à campainha ao patrão: «**olhe faz favor**, queria um em[prego], desejava um emprego», só se tiver com a corda na garganta e não tiver mais ninguém, não sei que empregos eles andam a, a, há tempos o (...), A... Já a semana passada já lá tiveram por causa dum curso de vendedores de inquéritos e não sei quê e eu disse: «**olha pá**, não é para vos estar a desiludir mas essa coisa de vendedores e de inquéritos dura um mês, vocês ganham seis contos num mês,
 A: claro.
 X: dá-vos para umas despesas, pá, mas depois acaba e vocês ficam a ver navios. (CRPC – subcorpus oral espontâneo, entrevista 0377)

⁴⁵⁴ Para obter mais abonações do uso de *olhar* como partícula discursiva, recorri ao subcorpus oral do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, disponível em http://www.clul.ul.pt/sectores/corpus_oral_pf_publicado.zip. A transcrição original das entrevistas encontra-se em versaletes que foram por mim convertidos em minúsculas por uma questão de economia de espaço; assinala a negro as formas verbais em análise.

b) na sequência de uma pergunta ou de outro acto directivo:

- (737) A: ah, há seis aninhos! E que tal se dá com a condução?
X: **olhe**, dou-me bastante bem. Nunca bati, já me bateram duas vezes, mas,
B: (...)
X: mas nada de grande, nada de grave.
A: não? Ainda bem.
X: não. Podia ter sido, mas não (...)
A: como é que foi? Conte lá como é que foram essas, esses choques.
X: **olhe**, uma vez ia... Devagarinho, ali... Perto dum cruzamento, (...)
(CRPC – subcorpus oral espontâneo, entrevista 0109)

- (738) A: então diga-me lá o que é a sua vida aqui.
X: a minha vida, **olhe**, é pôr-me a pé de manhã e despejar o bacio. É o primeiro serviço que faço. E depois faço a cama, não é?, Sim, limpo o pó e venho para baixo, faço, faço o comer às, às galinhas, pintos, coelhos, tiro água, acendo o lume, vou à padaria, venho, faço o comer, cozem-se batatas... (CRPC – subcorpus oral espontâneo, entrevista 0075)

c) como pausa, inicial ou parentética, permitindo ao falante ganhar tempo para organizar o discurso seguinte:

- (739) X: pois, minha senhora, vinha capitães, vinha tudo aflito.
B: (...)
A: e o que é que fazem nessas alturas (...)?
X: oh! Minha senhora, **olhe**...! Cada qual com as suas mágoas! Não é? Uns pediam a deus outros pediam à nossa senhora... Não é... Os capitães também aflitos, lembravam-se muito das famílias assim como nós também, era a mesma coisa. (CRPC – subcorpus oral espontâneo, entrevista 0149)
- (740) A: e castigá-los e isso assim? Que género de castigos é...
X: castigos... **Olhe**, ainda sexta-feira castiguei uma.(...) Agarrei nela pu-la lá fora: «agora está aí muito quietinha e quando... Daqui a bocadinho eu venho cá ver e se não estiver aqui tem um castigo maior.» E ela então lá ficou muito quietinha, depois a seguir ouviram uma história e teve calmíssima, nem... Nem sequer... (CRPC – subcorpus oral espontâneo, entrevista 0485)

d) como sinal da retoma do discurso após uma pausa de hesitação:

(741) X: e ao depois com a operação, depois fechou, ao depois arrebentou, não é, eu comecei a, comecei a andar e quando comecei a andar arrebentou outra vez e isto já fez... **Olhe** fez vinte e cinco, vinte e cinco meses no dia quinze de março. (CRPC – subcorpus oral espontâneo, entrevista 0913)

e) como elemento inicial ou parentético, sinalizando que se segue exemplificação, concretização, explicação ou especificação:

(742) X: (...) agora, digo-lhe uma coisa, inda não há muito tempo, pouco, **olhe** quando eu saí daqui, estive a falar até com um, com dois sujeitos que são lá em cima sargentos no exército e foram precisamente da minha opinião: nós, se não fosse a emigração aqui, nós não, comíamos uns aos outros. (CRPC – subcorpus oral espontâneo, entrevista 0135)

(743) X: se pudesse, eu talvez preferisse só advogar, mas ficava com muita pena de perder o contacto com a gente nova,
A: quer dizer, portanto não é assim (...)
X: que é uma coisa que por vezes consola extraordinariamente.
B: é!
X: **olhe**, especialmente nas aulas à noite, (...) (CRPC – subcorpus oral espontâneo, entrevista 0232)

f) como remate, após um segmento discursivo relativamente longo, exprimindo a atitude do falante face ao discurso antecedente, por exemplo incerteza, ou ainda introduzindo um resumo/conclusão:

(744) X: pois é, é verdade e, e o carapau e está, tá muito fraco aqui em sesimbra, muito fraco, muito fraquíssimo até, não sei.
A: em sesimbra e em todo o lado...
X: (...) Em todo o lado, há, há fracasso de peixe, não sei os motivos, uns diz que é disto, outros diz que é dos arrastões, outros diz que é das algas, enfim, **olhe** cá estamos, cá estamos à espera que isto melhore (CRPC – subcorpus oral espontâneo, entrevista 0764)

O uso de formas de Imperativo como marcadores discursivos encontra-se descrito, por exemplo, em Waltereit (2002), sobre o italiano *guarda*, e em Auer & Günthner

(2005: 346-347) sobre vários casos de verbos *sentiendi*, *dicendi* e de movimento, ainda que no caso do alemão se trate parcialmente de fenómenos dialectais.⁴⁵⁵

Auer & Günthner (2005: 346) falam de recategorização das formas de Imperativo que passam a desempenhar várias funções discursivas, chegando nalguns casos a constituir interjeições. A identificação dos usos de imperativos recategorizados como partículas discursivas em relação aos usos imperativos dos verbos plenos correspondentes é feita com base na noção de "semantische Ausbleichung" (dessemantização/"semantic bleaching").

Essa dessemantização é também observável nos casos de *olhar* acima exemplificados quando contrastados com os seguintes imperativos plenos:

(745) Olhe aqui à volta, neste restaurante, é tudo garimpeiros. (Ext 197503 (nd, 91b))

(746) Olhe para este Algarve, quem o viu e quem o vê. (Ext 20484 (pol, 92b))

(747) Olhem para os camarotes, olhem para o congresso, este é o estado do partido. (Ext 123302 (nd, 96b))

Nos usos imperativos de *olhar* como verbo pleno há um B para o qual são convocados pelo falante o olhar e/ou a atenção de A, ao passo que nos usos como partícula discursiva, mesmo naqueles onde se pode detectar uma chamada de atenção, esta não tem como alvo um B relacionado sintacticamente com A, isto é, *olhar* chama a atenção para um segmento discursivo em relação ao qual é exterior, segmento esse que funciona autonomamente, independentemente da sua presença. Nos usos com imperativos plenos temos B, objecto de percepção e/ou de conhecimento, na mesma proposição em que A e *olhar* se encontram e, nos exemplos com imperativos recategorizados como partículas discursivas, a proposição é independente de *olhar*. No entanto, o aspecto deíctico do uso do Imperativo mantém-se, de algum modo, no potencial catafórico da partícula discursiva, na sua função de anunciadora de um segmento discursivo subsequente.⁴⁵⁶

⁴⁵⁵ As formas verbais mencionadas pelos autores são: *schau!*, *hör!*, *sag mal!*, *horch mal!*, *komm!*, *geh!*, *sag bloß!* e *na hör mal!*

⁴⁵⁶ Cf. Waltereit (2002: 1008, nota 7).

O caminho de "olhar imperativo" até "olhar partícula discursiva", parece muito claro quando revemos os exemplos (745) - (747) e verificamos que é uma constante a existência de proposições independentes daquela em que *olhar* ocorre como verbo pleno, mas que surgem em enunciados subsequentes. É fácil nestes contextos entender a secundarização do movimento direccionado dos olhos e/ou da atenção, acompanhada da não menção do objecto-término ou da direcção, de tal modo que desse movimento direccionado resta apenas um movimento para o enunciado seguinte, como se vê nas reformulações que proponho para os exemplos de *olhar* imperativo pleno, utilizado agora como partícula discursiva:

(745') Olhe, neste restaurante, é tudo garimpeiros.

(746') Este Algarve, olhe, quem o viu e quem o vê.

(747') Olhem, este é o estado do partido.

Waltereit (2002) fornece bons argumentos para a explicação do surgimento de *guarda* (imperativo) como partícula discursiva a partir de *guarda* em contextos nos quais a forma imperativa é usada para interromper o discurso do ouvinte com o propósito de chamar a atenção para uma realidade visualmente perceptível, no momento do discurso, mas fugidia, isto é, que só pode ser observada durante escasso tempo; esta fugacidade do objecto justifica a urgência do falante e a interrupção do discurso do ouvinte com uma espécie de "motivo de força maior". Esta prática generaliza-se, depois, a contextos de uso extraordinário da mesma forma, onde não existe qualquer entidade ou estado de coisas visualmente perceptível, para o qual o falante queira chamar a atenção, mas em que este tem algo a dizer cuja importância crê suficientemente grande para legitimar uma interrupção. Os contextos de uso "abusivo" da forma imperativa são, na opinião do autor, aqueles que suscitam a reanálise de *guarda* como partícula discursiva, isto é, *guarda* (imperativo) usado "abusivamente" com a implicatura conversacional 'tenho algo importante a dizer' está na origem de *guarda* (partícula discursiva), que apresenta um significado decorrente de convencionalização da implicatura conversacional do uso Imperativo:

The semantic change that led from the imperative to the DM [discourse marker] is the result of joint work of speakers and addressees: speakers employ the imperative "illegitimately" in

situations where they claim to have something very important to say (without, however, having an object to have the others look at). They do so because the imperative 'look!' lends itself to the solution of a frequently occurring problem in communication, namely floor-seeking. (Waltereit 2002: 999)

Ao todo, Waltereit distingue oito contextos e diversas funções⁴⁵⁷ de *guarda*, não sem mencionar o facto de haver divergências entre línguas, no que concerne ao número e tipo de funções das partículas discursivas, ainda que semanticamente próximas como fr. *regarde* e esp. *mira*, por exemplo.

As diferentes funções de *guarda* como partícula discursiva são explicadas por Waltereit (2002: 1000 -1002) como convencionalização das implicaturas conversacionais decorrentes do uso do Imperativo, embora o autor admita que ainda não está em condições de traçar com rigor o percurso evolutivo de um tipo de função discursiva para outro:

(...) it is most plausible to assume that the turn-initial *guarda* at unsmooth speaker change is the first DM function to have emerged from the imperative, because this function is the direct result of a reanalysis of the floor-seeking overuse of the imperative. (...) At this early stage, it is, however, unlikely to already have the full functional spectrum that it has today. (...) The more recent DM functions are the respective results of further semantic changes of the DM, it currently not being possible to establish a chronological order of appearance of these further functions. (Waltereit 2002: 1002)

Uma última questão suscitada pelo uso de *olhar* como partícula discursiva reside na possibilidade de o classificar ou não como um caso de gramaticalização, como se torna explícito em Waltereit (2002) e Auer & Günthner (2005: 348 e ss.), que têm posições distintas nesta matéria: o primeiro recusa o rótulo de gramaticalização, com base numa concepção tradicional de gramática e numa aplicação estrita dos critérios de Lehmann para a definição de gramaticalização, e os segundos propõem uma

⁴⁵⁷ Cf. Waltereit (2002: 990-993): 1) "turn-initial DM after transition-relevance place", obrigando à mudança de tópico ou introduzindo um subtópico; 2) "turn-final"; 3) "turn-initial at non-transition-relevance place", interrompendo para chamar a atenção para o discurso do próprio; 4) "turn-medial, topic shift"; 5) "phatic marker" – interação demonstrativa de surpresa, como eco em relação à intervenção do falante anterior; 6) "introducing quotes"; 7) "quotations", exprimindo um ponto de vista distinto com provável mudança de tópico; 8) "hesitation phenomenon" – "turn medially".

solução de consenso entre Lehmann e Traugott, que assenta numa redefinição do conceito de gramática e de gramaticalização. Auer & Günthner (2005) incluem sob a designação "gramaticalização" não só o surgimento de novos afixos flexivos e de formação de palavras, mas genericamente o surgimento de formas linguísticas suficientemente esvaziadas, do ponto de vista semântico, e, por isso, abertas a uma aplicação em múltiplos contextos com significado apenas localmente definível. A gramaticalização para Auer & Günthner (2005) é, em última análise, um caminho percorrido por formas linguísticas no sentido de maior abstracção e indexicalidade e, apenas nalguns casos, no sentido da constituição de paradigmas de formas presas e da obrigatoriedade. Assim, o surgimento de nova morfologia constitui um subtipo de gramaticalização, em que o percurso das unidades de forma/sentido é unidireccional, e o surgimento de marcadores discursivos, por exemplo, é outro tipo de gramaticalização não marcado pela unidireccionalidade, obrigatoriedade e formação de paradigmas. O denominador comum aos dois subtipos é o aumento do grau de abstracção por via do esvaziamento semântico e a consequente indexicalidade das formas linguísticas em causa:

Der Grad an Grammatizität einer Konstruktion ist von der semantischen „Leere“ der verwendeten Zeichen bestimmt, die Bedingung für deren kontextuelle „Offenheit“ ist. Hieraus ergibt sich eine wichtige Gemeinsamkeit zwischen Diskursmarkern und Morphosyntax im traditionellen Sinn: Sowohl morphosyntaktische Zeichen als auch Diskursmarker haben – im Extremfall – keine denotative (nicht-indexikalische) Semantik; sie hatten nie eine, oder sie haben sie im Prozess ihrer Entstehung verloren (etwa bei periphrastischen Tempusformen). Ihre Genese ist also durch semantische Entleerung, zunehmende Abstraktheit und zunehmende Indexikalität gekennzeichnet. (Auer & Günthner 2005: 357)

4.4 SEHEN

4.4.1 A sieht B – A Cena de sehen

A cena de *sehen* pressupõe a existência de um **A** (o falante em (748)), sujeito da percepção, indivíduo pertencente à classe dos seres animados, habitualmente humano, dotado da possibilidade de, em condições normais, perceber através do sentido da vista e de um **B**, o objecto da percepção visual.

(748) Ich sah eine Frau.

A é um experienciador, entendido como sede da experiência perceptiva que se traduz na formação de imagens a que **A** tem acesso na sua consciência e que são tomadas como uma representação do real. *Sehen* pressupõe o contacto visual de **A** com **B**, situado no seu campo de visão e a uma certa distância, de modo a que a imagem não seja desfocada. A distância limite a que **B** se pode encontrar em relação a **A** é definida pela possibilidade de este, imprimindo ao seu olhar uma determinada direcção, obter uma imagem de **B**, o que acrescenta à sua condição de experienciador também a de controlador da direcção dos olhos enquanto órgãos de percepção:⁴⁵⁸

(749) Ich ging ans Fenster und **sah** auf die Straße. Ich sah eine Frau.

B define-se como objecto de percepção visual por parte de **A** e constitui-se como objecto a partir de um estímulo visual recebido por **A**.⁴⁵⁹ **A** tem controlo sobre os olhos, uma vez que pode dirigi-los numa determinada direcção para procurar ver, mas também pode bloquear a informação visual, afastando-se de **B**, fechando os olhos ou desviando-os de **B**, o que faz com que **B** fique fora do seu campo de visão

(750) Plötzlich hat das Telefon geklingelt und ich machte das Fenster zu. Die Frau auf der Straße sah ich **nicht mehr**.

⁴⁵⁸ Ao contrário do que acontece no português com *ver*, o movimento da vista até B pode ser expresso também por *sehen* seguido de complemento direccional (*sehen*₂), que equivale ao português *olhar*₁, como se conclui da comparação dos usos de *olhar*₁ com os usos de *sehen*₂.

⁴⁵⁹ Sobre a recepção de estímulos e a construção de imagens através da *inteligência visual*, cf. nota 331 (secção 4.2.1) e a bibliografia aí referida.

O controlo de **A** é exercido não sobre **B**, mas sobre a direcção do olhar. A frase (751) implica que **A** olhou intencionalmente numa dada direcção, mas não implica, contudo, o sucesso perceptivo:

(751) Ich habe versucht ihr Gesicht zu sehen.

A procura consciente de **B** pode ser bem sucedida ou não, como se mostra nos exemplos seguintes:

(752) Ich habe **versucht** ihr Gesicht **zu sehen**, aber ich habe es **nicht geschafft**.

(753) Ich habe **versucht** ihr Gesicht **zu sehen** und ich habe es **geschafft**.

Quando se diz **A sieht B**, a expressão **B** nomeia o objecto de percepção visual. A nomeação pode, no entanto, assumir várias formas:

– **B** é uma expressão categorizadora, por exemplo,

(754) Maria sah eine Frau.

(755) Maria sah eine Polizistin.

(756) Maria sah etwas.

Ao dizer **A sieht B**, o falante nomeia o objecto da percepção como pertencendo a uma categoria que pode ser muito geral (*etwas*), de um nível básico (*eine Frau*) ou de um nível mais específico (*eine Polizistin*);

– **B** é uma expressão identificadora; as expressões identificadoras podem ser simultaneamente categorizadoras, ou então puramente identificadoras. Estão no primeiro caso as expressões singulares definidas como em

(757) Maria sah die Skeleton-Weltmeisterin 2005.

(758) Maria sah die Frau, die gerade auf dem Boden lag.

Incluem-se no segundo caso os nomes próprios ("designadores rígidos" sem conteúdo descritivo):

(759) Maria sah Angela Merkel.

Visto que "**B** sehen" envolve quase sempre uma categorização do objecto da percepção, podemos dizer que **B** designa um objecto "sob uma dada descrição", usado o termo "descrição" em sentido lato. Só nos casos em que **B** é uma expressão puramente identificadora é que não podemos falar nem em categorização nem em descrição, mas simplesmente em nomeação. Apesar disso, o nome próprio está sempre associado a descrições (*Angela Merkel ist Bundeskanzlerin*).

Assim sendo, pode dizer-se que em **A** sieht **B**, **B** designa o objecto da percepção sob uma dada descrição e é, portanto, lícito, perguntar quem subscreve a descrição, isto é, quem é o autor da descrição. Quando se diz **A** sieht **B**, a descrição **B** pode ser da autoria do falante ou da autoria de **A**; no caso normal, trata-se da autoria de **A** partilhada pelo falante, mas em casos não prototípicos pode haver divergência quanto à descrição, como veremos em (767) - (769).

Como **B** designa um objecto sob uma dada descrição, ocupemo-nos agora da questão dos tipos de objectos associados a diferentes descrições.⁴⁶⁰ Assim, podemos ter um objecto simples,⁴⁶¹ como em (748), mas também:

(760) Ich sah eine Schauspielerin.

A expressão "eine Schauspielerin" remete para um objecto categorizado mediante características perceptíveis através da vista (roupa, adereços, etc.) e também tendo em conta o conhecimento de **A** sobre o mundo, sendo este objecto de *sehen* mais complexo do que *eine Frau*.

(761) Ich sah die Schwester von Mathias.

⁴⁶⁰ Cf. nota 332 (secção 4.2.1).

⁴⁶¹ Cf. na nota 333 (secção 4.2.1) o que se disse sobre o entendimento de *objecto simples* (acessível ao conhecimento e à compreensão) e a noção de *objecto estruturalmente complexo*.

Neste exemplo, **B** é reconhecido por **A** como "die Schwester von Mathias" e esse reconhecimento assenta numa categorização do que **A** vê,⁴⁶² como em (760), mas esta não se opera, tomando, exclusivamente, como base os sinais exteriores perceptíveis. **A** ver **B** como "die Schwester von Mathias" depende, sobretudo, do conhecimento de que **A** dispõe sobre o mundo (família e graus de parentesco) e sobre Mathias e os membros da sua família. **B** é dado como um objecto que reflecte o conhecimento que está à disposição de **A**.

(762) Ich sah das unerträglichste Mitglied der Theaterleitung.

O objecto de *sehen* em (762) é objecto dado como "Mitglied der Theaterleitung", mas é também avaliado por **A** como "das unerträglichste". **A** exprime a sua opinião em relação ao objecto identificado: "das unerträglichste Mitglied der Theaterleitung". **B** é, pois, um objecto categorizado, identificado e avaliado por **A**.

Nos exemplos (763), (763), (764), (765) e (766), o objecto simples ("eine Frau") é agora apresentado como fazendo parte de um estado de coisas:

(763) Ich sah eine Frau, wie sie aus dem Theater kam.

(764) Ich sah eine Frau aus dem Theater kommen.

(765) Ich sah, wie eine Frau aus dem Theater kam.

(766) Ich sah, dass eine Frau aus dem Theater kam.

Em (763) temos uma estrutura em que o objecto e o estado de coisas em que se insere são co-percepcionados por **A**, sendo *wie sie aus dem Theater kam* a informação relevante do ponto de vista da inserção do objecto (*eine Frau*) nesse estado de coisas, isto é, estamos perante uma construção de enquadramento perceptivo ("Wahrnehmungsrahmen-wie-Konstruktion"), semelhante à relativa de enquadramento

⁴⁶² A percepção visual de um indivíduo do sexo feminino é pressuposta, mas **B** não é assim descrito.

perceptivo que encontramos no português.⁴⁶³ Em (764), (765) e (766) o objecto de percepção é um estado de coisas, caracterizado como [+ dinâmico], um evento⁴⁶⁴ do qual participa *eine Frau*, sendo o estado de coisas referido apresentado como um acontecimento na sua globalidade (cf. (764) e (766)) ou como estando em curso (cf. (765)), distinções estas que se reflectem na própria sintaxe.⁴⁶⁵ Em (763) e (764) é *eine Frau* que está em relevo ("foreground") e o estado de coisas fica em fundo ("background"). Em (765) e (766) o que se realça na descrição do objecto de *sehen* é o estado de coisas.

B, enquanto objecto categorizado e/ou avaliado, faz sobressair o estatuto de **A** como portador epistémico, isto é, as instâncias de *sehen* exemplificadas em (748) e (760) - (766) são casos em que **A** categoriza **B** de acordo com o conhecimento que detém: em (748) e (760), inserindo o objecto, mediante sinais visualmente perceptíveis, numa categoria ("Frau"/"Schauspielerin"); em (761) categorizando-o fundamentalmente na base dos seus conhecimentos, com a informação visual relegada para segundo plano; em (762) categorizando e emitindo uma opinião e, por último, em (763) - (766), destacando a inserção de um indivíduo num estado de coisas determinado; neste caso, indivíduo e estado de coisas constituem, ainda que diferenciadamente, o objecto da percepção. O estatuto de **A** como portador epistémico manifesta-se ainda na escolha da forma como o estado de coisas é descrito (\pm dinâmico, em curso e \pm factual).

O objecto de *sehen* apresenta-se, portanto, como extremamente variado e complexo, dependendo dos conhecimentos de **A** e das categorizações que **A** faz a partir do que

⁴⁶³ Cf. em 3, secção 3.2.1.1.2, a discussão sobre este tipo de construções, a propósito da "Wahrnehmungsrahmen-wie-Konstruktion" e da sua equivalente em francês, comparadas em Schepping (1982) e, na mesma secção, a resenha de Kleiber (1988), da minha autoria. Cf. também, para o português, Brito (1995) e a descrição semântica de *ver* (*ver*₁), onde se faz referência a Brito (1995) e às questões suscitadas por este estudo.

⁴⁶⁴ Cf., na nota 336 (secção 4.2.1), as observações sobre o uso de *evento/estado* aplicados a estados de coisas e sobre a proposta alternativa de Peres (1984: 86).

⁴⁶⁵ A utilização de infinitivas do tipo *AcI* (764) contrasta com o uso da "Verlaufs-wie-Konstruktion" (765), que tem comportamento distinto do ponto de vista aspectual (sobre os vários tipos de complementação frásica com *sehen*, cf. a descrição semântica de *sehen* (4.4.2) e, no Capítulo 3, a secção 3.2.1.1.2, dedicada à discussão de Schepping (1982). A completiva de *dass* (766) marca a factividade do evento percebido, podendo negar-se o verbo perceptivo que ocorre na frase principal, mantendo-se a pressuposição factiva expressa na frase encaixada (*Ich habe nicht gesehen, dass eine Frau aus dem Theater kam*), não sendo possível obter o mesmo resultado com a negação do verbo perceptivo em (764) e (765).

percepção, sendo legítimo afirmar que os objectos de *sehen* se encontram, por vezes, numa relação de geração de tipo simples⁴⁶⁶ – *eine Frau sehen* pode implicar, num determinado contexto, *eine Schauspielerin sehen/die Schwester von Mathias sehen/ou ainda das unerträglichste Mitglied der Theaterleitung sehen*, etc. Tal não significa que haja um objecto mais básico a partir do qual são derivados outros, mas que o mesmo objecto pode ser dado sob várias descrições.⁴⁶⁷ Normalmente, assume-se que há coincidência na descrição do objecto por parte do sujeito do enunciado e do falante, sendo marcados textualmente os casos em que esta coincidência não se verifica:

(767) Er sah eine Fliege in der Suppe. [descrição indexável ao falante que pode ser subscrita pelo sujeito do enunciado]

(768) Das Kind sah den Verbrecher, aber es meinte das wäre ein Nachbar. [descrição indexável ao falante que o sujeito do enunciado não subscrive]

(769) Peter "sah" eine Hexe im Wohnzimmer. [descrição indexável ao sujeito do enunciado não subscrita pelo falante, que também não subscrive a classificação do estado de coisas em (769) como *sehen*]

A não é apenas a sede da experiência perceptiva visual e quem pode controlar a direcção do olhar, mas é também um portador epistémico, isto é, aquele que reconhece a presença de **B**, categoriza e/ou emite opiniões ou passa a ter conhecimento de algo que não sabia antes.

B, enquanto objecto de conhecimento, é um objecto afectado, na medida em que a sua existência é mediada pela apropriação de **A**. **B**, objecto de conhecimento, é um verdadeiro objecto, porque a sua natureza é modificada por **A**, ou seja, o que ficamos a saber sobre **B** é-nos dado a saber e é construído por **A**, independentemente da sua real natureza.

⁴⁶⁶ Cf. nota 339 (secção 4.2.1) sobre a noção de *geração simples* em Goldman (1970: 26-27).

⁴⁶⁷ Cf. nota 340 (secção 4.2.1) sobre a possibilidade de o objecto de percepção ser apresentado sob várias descrições.

A (portador epistémico) tem, em relação à informação coligida através da visão, a atitude de quem crê que aquilo que viu é real. **A**, pelo facto de ter visto, julga saber:

- a) que existe uma mulher
- b) que é actriz
- c) que essa mulher é a irmã do Mathias
- d) que essa mulher é membro da direcção do teatro
- e) que ela é o mais insuportável dos seus membros
- f) que essa mulher saía do teatro.

O saber de **A** acerca de **B** surge, no nosso contexto cultural, como efeito da própria experiência perceptiva, que constitui a primeira de várias etapas que podem levar ao conhecimento – recolher dados através da visão ('ver') > aperceber-se mentalmente de algo, incluindo a elaboração mental sobre os conteúdos da percepção visual e saberes de que já se dispunha ('analisar' e/ou 'avaliar' o que se viu, 'inferir' algo a partir do que se viu, 'compreender' aquilo que se viu) > armazenar na memória o produto da elaboração mental sobre conteúdos diversos, de modo a que este esteja disponível (seja sob a forma de opinião acerca do que se viu, seja como crença no que se viu ou, ainda, como saber decorrente da informação visual processada, que pode ser comunicado a outrem):

(770) Sicherlich wird er den Poststempel >Düsseldorf< sehen, daraus **erkennen**, daß Peter wohl mit Schang Verbindung aufgenommen hat, (...).; (DWDS)

(771) Der Laokoon, den »habe ich gehabt«, u. den habe ich nun **gesehen** u. **weiß**, daß der rechte Arm falsch ergänzt ist. (DWDS)

Num enquadramento sociocultural que atribui grande importância e objectividade aos dados fornecidos pela visão, 'ver' e 'saber' são experiências contíguas para os indivíduos que o integram, como mostra a expressão *Das habe ich doch mit meinen eigenen Augen gesehen*, com a qual se invoca o facto de se ter visto algo com os próprios olhos como condição necessária e suficiente para aduzir que se sabe algo. 'Ver' implica

geralmente ‘saber’ ou pelo menos ‘acreditar que se sabe’,⁴⁶⁸ a menos que haja razões para cancelar essa implicação,⁴⁶⁹ por exemplo se surgirem novos dados (evidência de carácter distinto) que levem **A** a questionar a sua percepção de **B** e o que julga saber acerca de **B**.

Resumindo, a interpretação por defeito da sequência **A sieht B** decorre da noção de que **A** imprimiu à vista uma determinada direcção com o propósito de ver **B**⁴⁷⁰ e de que esse propósito foi conseguido, como em (748); *sehen* é interpretado como pressupondo olhar para algum objecto – *sehen* + complemento direccional (por exemplo *durch das Fenster auf die Panzer, auf die Brücke*) – e como ‘conseguir ver’ esse objecto e/ou o seu contexto – *das brennende, stumme Spandau*:

(772) D. **sieht** durch das Fenster auf die Panzer, auf die Brücke, sieht das brennende, stumme Spandau, sagt: (...). (DWDS)

A e **B** são entidades contíguas, embora não necessariamente de uma forma absoluta, isto é, *sehen* serve para descrever situações em que **A** vê, por exemplo, ao longe, pelo buraco da fechadura, ao microscópio, através de uma câmara oculta ou do telescópio, no nevoeiro, etc.

Quando se diz **A sieht/sah B**, diz-se que **B** dispõe, através da percepção visual e dos seus conhecimentos, de elementos que lhe permitem descrever **B** de uma das formas possíveis, por exemplo classificando-o como homem ou mulher (cf. (748)), do ponto de vista da sua actividade profissional, das suas relações de parentesco ou do seu envolvimento num estado de coisas visualmente perceptível (cf. (760), (761), (763), (764), (765) e (766)), ou ainda lhe permitem emitir juízos ou opiniões sobre **B** (cf. (762)). *Sehen* não é nunca dissociável de um certo tipo de conhecimento, mesmo quando se trata de um objecto simples como em (748).

⁴⁶⁸ ‘Ver’/‘Sehen’ surge frequentemente como o elemento decisivo para se poder ‘acreditar’/‘glauben’ em algo, como pressupõe o falante no exemplo *Unter der Vorgabe, daß das Sichtbare auch das Wahre sei, wird das Publikum glauben müssen, was man es sehen läßt*. (DWDS)

⁴⁶⁹ Cf., na nota 345 (secção 4.2.1), a reflexão acerca do que popularmente significa ver **B**, aplicável também a **B** *sehen*, e sobre a importância das chamadas "folk theories" ou "ICMs" ("idealized cognitive models"), entendidas como modelos populares de interpretação da realidade, para o entendimento do significado, exemplificados em Lakoff (1987: 71-74) e Sweetser (1987), ambos a propósito da palavra *lie* (mentira).

⁴⁷⁰ Prova de que a interpretação por defeito é esta, são os casos em que contextualmente é necessário sinalizar o cancelamento desta "implicatura conversacional generalizada": *Zufällig habe ich ihn gesehen, wie er die Tafel Schokolade stahl*.

O que **A** vê pode apresentar-se, ainda, como o suporte necessário para sustentar a verdade de uma proposição (P):

(773) Ich sah, dass die Frau schwer verletzt war

– sah sugere que o falante teve, nalgum momento anterior ao da enunciação, indícios para poder afirmar que P, podendo tratar-se de indícios de carácter visual ou de outro tipo, por exemplo a dificuldade em falar ao telefone com a central do 112, os gritos de um condutor encarcerado se o carro estiver muito danificado ou inacessível, etc.

No entanto, o falante pode tornar explícita a fonte que o levou a concluir que P, de tal modo que o ouvinte interpreta P como uma inferência forte na base de indícios/vestígios que foram visualmente perceptíveis para **A**:

(774) Ich sah **am blutenden Gesicht**, dass sie schwer verletzt war.

– o falante afirma que P, apoiando a sua afirmação com a explicitação do indício que o levou a concluir que P.

(775) Ich sah **an ihrem Gesicht**, dass ich sie gestört hatte.

– sah introduz uma conclusão, mas não sugere que há evidência para essa conclusão, porque ela já está expressa no próprio enunciado *am blutenden Gesicht/an ihrem Gesicht*, ao contrário do que acontece em (773). Nestes dois casos, o sujeito avalia a evidência disponível como permitindo-lhe concluir que P.

Ao invés, quando *sehen* é usado no presente do indicativo e na 1ª pessoa do singular, como em (776) e (777), sendo a predicação central o conteúdo da completiva (*du bist schwer verletzt* e *du hast dir neue Schuhe gekauft*, respectivamente),

(776) Ich sehe, dass du schwer verletzt bist

(777) Ich sehe, dass du dir neue Schuhe gekauft hast

sehe sinaliza que o falante tem evidência visual directa – sapatos brilhantes/sangue, escoriações, etc. – para afirmar que P, mas esta evidência não está expressa no enunciado, como em (774) e (775), sendo sugerida por *ich sehe*. No caso de (777), o falante dispõe também de evidência indirecta que lhe advém do conhecimento que tem sobre o ouvinte – sabe que não é provável que alguém lhe tenha dado os sapatos ou que ele os tenha roubado, o que lhe permite inferir que os comprou.

Podemos, portanto, falar de um uso evidencial⁴⁷¹ de *sehen* em (776) e (777) e de um uso epistémico em (773), (774) e (775). Aliás, *sehen* não pode, em (776) e (777), ser parafraseado por ‘*wissen*’/‘*zu wissen bekommen*’⁴⁷² que é uma paráfrase possível de (773), (774) e (775).

Os usos evidenciais e epistémicos de *sehen*⁴⁷³ não devem, no entanto, ser considerados como parte da cena de *sehen*, mas antes naturais extensões do seu uso básico.

B pode, ainda, suscitar uma resposta avaliativa e emocional por parte de **A**

(778) Ich sah das Unglück vor meinem Fenster und **ging von zu Hause weg**.

B pode ser informação já conhecida, que **A** facilmente reconhece, por exemplo (779) *Am Abend habe ich nichts gesehen, das ich nicht aus Science-Fiction-Filmen schon kenne* (DWDS), mas pode ser também informação nova (780) *So etwas habe ich **noch nie** gesehen!* (DWDS), de tal maneira nova que o enunciado traduz não só a incapacidade de **A** integrar **B** no conhecimento de que já dispõe, mas a própria resposta emocional a essa incapacidade.

A considera que aquilo que vê é verdadeiro por defeito,⁴⁷⁴ como se pode constatar pela expressão *mit eigenen Augen sehen* com a qual se destaca a importância da evidência recolhida directamente pela visão,⁴⁷⁵ chegando **A** mesmo a questionar uma informação factual em face daquilo que vê, o que não exclui a possibilidade de vir a

⁴⁷¹ Cf. nota 347 (secção 4.2.1) sobre uso evidencial e marcadores gramaticalizados de evidencialidade, segundo de Haan (2005).

⁴⁷² É possível substituir *sehen* por *wissen*, mas não mantendo o sentido original de afirmação decorrente de evidência visual.

⁴⁷³ Cf., a propósito da distinção entre uso evidencial e uso epistémico, a nota 348 (secção 4.2.1) e a bibliografia aí referida.

⁴⁷⁴ Cf. o que foi dito na nota 349 (secção 4.2.1) sobre esta convicção e a sua fundamentação/refutação em neurociência.

⁴⁷⁵ A ideia de que afirmar que se viu algo dispensa **A** de fornecer provas sobre o conhecimento desse algo está patente em enunciados como o seguinte, onde o falante contrasta *gesehen* e *erfahren*, separando claramente os objectos de conhecimento e sublinhando com *gesehen* que a pessoa em questão **teve directa informação sobre** e não **foi informada por outrem**: *Schreib auf, was du heute **gesehen** hast, schreib auf, was du **erfahren** hast, schreib alles auf.* (DWDS)

rever ou alterar a sua convicção, mediante novos dados ou quando confrontado com opinião distinta de outrem:⁴⁷⁶

(781) Und als der Tiger endlich tot dalag, sah man, daß es ein Wolf war, ein aus Polen zugewanderter Wolf. (DWDS)

(782) Und wenn du den ersten Schreck überwunden hast und hinschaust, dann siehst du, dass das die Zunge ist. (DWDS)

No entanto, a convicção generalizada de **A** é a de que aquilo que vê é fiável, de tal maneira que *sehen* surge frequentemente associado a actividades que podem ser consideradas como exercícios de vigilância, pesquisa ou observação, de carácter especializado ou não, eventualmente realizadas através de meios técnicos que permitem ver à distância ou em pormenor:

(783) Natürlich kann dieser jederzeit **auf dem Bildschirm** sehen, wo seine Pappenheimer unterwegs sind. (DWDS)

(784) Lisa sah **durch ihr Fernglas**, wie er vom Rücksitz umständlich einen Blumenstrauß griff. (DWDS)

Em síntese, *sehen* implica a recepção de estímulos que podem produzir uma alteração dos estados de consciência do experienciador, efeito da informação adquirida (evidência) e da sua fidedignidade "por defeito", mas é também uma experiência que depende, em última análise, de um movimento do sujeito (experienciador, agente e portador epistémico) ou do seu olhar em direcção ao objecto, mesmo quando este já está no seu campo de visão (*müheles (...) betrachten konnte*):

(785) Sie saßen hinter Ina und Warszawski, weshalb ich sie **müheles**, ohne mich auffällig drehen und verrenken zu müssen, **betrachten konnte**. Irgendwann beugte sich Eve vor, und so erschien ihr Profil neben dem von Ina, ich verglich die Nasen, die Lippen, ich sah den düsteren, verspannten Schimmer um Inas Augen, ich sah Eves helle Stirn, **ich ging mit meinen Pupillen hin und her wie bei einem Tennisspiel, (...).** (DWDS)

⁴⁷⁶ Cf. na nota 351 (secção 4.2.1) a reflexão sobre o carácter eminentemente contextual da visão e as suas implicações para a construção diversificada de imagens.

4.4.2 Descrição Semântica de *sehen*

sehen₁ (visuell wahrnehmen) – [A **sieht** B] = [A **nimmt** B **visuell wahr**]

Indivíduo pertencente à classe dos seres animados, apercebe-se, através do sentido da vista, de B, que preenche os requisitos para poder ser percebido através da visão (cf. a cena de *sehen*).

B pode realizar-se através de:

- um SN que tem como núcleo um N com ou sem extensões – complementos e modificadores (cf. Mateus *et al.* ⁵2003: 365) – eventualmente acompanhado de determinante e/ou quantificador (SN = N sem extensões/SN = N + extensões);
- uma frase relativa livre;
- um N seguido de construção de enquadramento perceptivo ("Wahrnehmungsrahmen -wie-Konstruktion"⁴⁷⁷);
- uma frase subordinada com *wie* ("Verlaufs-wie-Satz"⁴⁷⁸);
- uma frase infinitiva Acl (FInf);
- uma frase completiva introduzida por *dass* ("dass-Satz").

Quando B é realizado como SN cujo núcleo é um N ou um N com extensão, este pertence a uma das seguintes categorias lexicais, sendo restrito ao conjunto dos Ns que nomeiam entidades ou estados de coisas percebíveis através da vista: Ns animados humanos ou não humanos, Ns não animados, Ns comuns ou próprios, Ns contáveis e Ns não contáveis (também ditos massivos).

Assim, podemos observar constituições diversas do SN complemento acusativo de *sehen*, às quais estão associados diversos tipos de objecto de percepção:⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ Esta designação é adoptada de Schepping (1982: 100).

⁴⁷⁸ Cf. nota anterior.

1. Um núcleo nominal sem extensões que pode ser preenchido por Ns de natureza lexical distinta, desde que designem apenas entidades ou estados de coisas visualmente percepcionáveis:

(786) Sobald ich den Bahnhof verließ sah ich ein Auto/einen Journalisten/Wasser/Peter/die Donau/einen Überfall.

Os Ns sem extensões podem servir para nomear uma entidade simples ou estados de coisas,⁴⁸⁰ como por exemplo *Überfall* – "jemanden/etwas überfallen".

2. Um núcleo nominal com extensões de natureza restritiva e/ou apositiva:

(787) a. Kurz nachdem ich den Bahnhof verließ, sah ich ein grünes Auto
b. (...) ein zu vermietendes Auto
c. (...) das Auto auf dem Bahnhofsparkplatz
d. (...) einen Journalisten des DSF
e. (...) stinkendes Wasser
f. (...) Peter, der Deutschlands Sieg gegen Portugal feierte
g. (...) die Donau mit den vielen Schiffen im Hafen von Regensburg
h. (...) einen Überfall auf die Volksbank.⁴⁸¹

Os complementos e modificadores de N que aumentam a extensão do núcleo nominal, dentro de um certo limite, têm, no entanto, potencialidades diversas:

– restringindo o conceito de base, referir o objecto de *sehen*, como portador de determinadas características (ein grünes Auto, stinkendes Wasser, ein zu vermietendes Auto, einen Journalisten des DSF);

⁴⁷⁹ Sobre os tipos semânticos de objecto de percepção que ocorrem com *sehen*, cf. abaixo exemplos (791) e seguintes.

⁴⁸⁰ Cf. a nota 354, em 4.2.1, sobre constituintes não frásicos considerados como expressão de estados de coisas, dos quais o N *Überfall* também é exemplo

⁴⁸¹ Não se considera a ocorrência de *sehen* com Particípio Presente, atendendo à observação de Zifonun et al. (1997) sobre a possibilidade de construções paralelas à Infinitiva AcI com Particípio Passado (Partizip II) ou Presente (Partizip I): "Bei den Wahrnehmungsverben (vor allem *sehen*) ist heute nur Partizip II möglich, jedoch nicht sehr gebräuchlich." (Zifonun et al. 1997: 1418) No entanto, Engel (²1991: 493) prevê e exemplifica a hipótese de ocorrência de *sehen* + Partizip I (*Sie sah ihn Nüsse knackend im Zimmer*, *Sie sah das Kind auf dem Stühlchen sitzend*).

– tornar mais complexo o objecto de *sehen*, contribuindo para a transmissão de um conteúdo comparável a uma proposição que, em seguida, se reconstitui:

(788) Peter feierte Deutschlands Sieg gegen Portugal.

(789) Auf der Donau im Hafen von Regensburg waren viele Schiffe.

(790) Jemand überfällt die Volksbank-Filiale.

Quanto ao objecto de percepção, o participante **B**, este pode ser:

a) objecto simples (N sem extensões):

(791) Da fährt einer durchs Land so dahin; nicht mal das: Er läßt sich in Bussen an Ländern vorbeifahren, sieht durch die Fensterchen Telegraphen, Menschen, Motels, Schnee in Cheyenne, Kakteen danach in Mexiko; (...). (DWDS)

Este objecto de *sehen* admite a passiva com *werden*:

(792) Martin tauchte zuerst in La Rochelle auf, Lothar wurde in Paris gesehen, wenig später in Karlsruhe und Stuttgart. (DWDS)

b) objecto restrito (N + extensão):

(793) (...) er blickte auf, sah eine schöne flackernde Neonschrift, (...). (DWDS)

As extensões à esquerda de N têm comportamento atributivo como em (793), mas podem também comportar-se como predicativos, à direita de N, como *auf der Kommode*, *vertieft in ihren Brief* ou *vor Bergen von Papieren*.

(794) Horwitz hörte hinter sich einen entsetzten Katzenschrei und sah den zerbrochenen Rahmen auf der Kommode. (DWDS)

(795) Als er in das Zimmer trat, sah er Marie vertieft in ihren Brief.⁴⁸² (DWDS)

⁴⁸² Engel (²1991) regista algumas restrições aos verbos que podem ocorrer com *sehen*, sob a forma de Participio Passado: "Sehen kann das Partizip II passivfähiger Verben oder beliebiger Verben mit *sein*-Perfekt regieren, sofern diese Verben visuell wahrnehmbares Geschehen bezeichnen. Die Subjektsgröße des partizipförmigen Verbs erscheint (...) als akkusativische Phrase im Obersatz (bei passivfähigen Verben ist dabei vom Passivsubjekt auszugehen):

Er sah das Mädchen vom Regen durchnäßt.

Ich sah alle Blumen verwelkt." (²Engel, 1991: 493)

(796) Lisa sah durch die Gardinen die Männer vor Bergen von Papieren, sie rauchten Westzigaretten. (DWDS)

O carácter predicativo das extensões de N em (795) revela uma proposição incipiente, explicitável através de um Vcop (*Marie war in ihren Brief vertieft*), o que aponta para a possibilidade de *sehen* ser acompanhado de um objecto que é um indivíduo (N), ao qual está associado um estado de coisas expresso por uma proposição (frase que se segue a N), como em c).

c) objecto = um indivíduo num estado de coisas (justaposição)

(SN = N [\pm aimado] não genérico + relativa ou construção de enquadramento perceptivo – "Wahrnehmungsrahmen-wie-Konstruktion"⁴⁸³)

(797) Doch dann sah sie den Vater, der hinter der knieenden Mutter stand und ihr zuzwinkerte. (DWDS)

(798) Peter sah Marie, wie sie ein Buch kaufte. (SCHEPPING 1982: 105)

(799) Ich sah den Mann, wie er über die Mauer kletterte. (SCHEPPING 1982: 105)

(800) Sie sah ihn, umgeben von seinen zehn Sekundanten, wie er gerade die letzte Partie gegen Kasparow analysierte. (DWDS)

d) objecto = um indivíduo num estado de coisas (integração)

Este objecto de *sehen* distingue-se do tipo anterior (indivíduo com estado de coisas justaposto) pelo facto de ser impossível dissociar o indivíduo, ainda reconhecível como participante de um estado de coisas, desse mesmo estado de coisas, como se mostra nas duas construções abaixo.

⁴⁸³ Sobre a especificidade sintáctica e semântica desta construção com *sehen*, cf. o que ficou dito no capítulo 3, secção 3.2.1.1.2 e ainda o que se disse sobre as relativas de enquadramento perceptivo com *ver* (*ver*₁).

1. Construção **AcI** (Accusativus cum Infinitivo)⁴⁸⁴

(801) Zwar öffnen sich vielerorts Spalten, und man kann hinüberlugen in den nächsten Raum oder sieht durch die Decke das Tageslicht hereinsickern. (DWDS)

Como se verifica abaixo, o acusativo que ocorre na construção AcI, exemplificada em (801) e (802a), tem comportamento distinto de outros acusativos em "Infinitivsätze" com *zu* que são completivas verbais. Perante a negação frásica, as infinitivas com *zu* admitem o isolamento do acusativo em relação à frase infinitiva (802c), o que não se verifica para o acusativo na construção AcI (802b) (cf. Zifonun et al. 1997: 1422 e ss.). Por essa razão e pelo facto de a construção AcI anaforizar apenas como um todo, incluindo o "Zentralakkusativ",⁴⁸⁵ deve ser excluída a existência de dois objectos semânticos de *sehen* nesta construção, a que corresponderiam dois lugares sintácticos valenciais (um ocupado pelo acusativo e outro pela frase infinitiva).

(802) a. Tage, in denen er die Passagiere des gesunkenen Floßes, einen nach dem anderen, ertrinken sah. (DWDS)
b. Er sah nicht die Passagiere des gesunkenen Floßes einen nach dem anderen ertrinken. *→ Er sah die Passagiere des gesunkenen Floßes nicht.
c. Er beauftragte Hans nicht, die Treppe zu putzen. → Er beauftragte Hans nicht. (Zifonun et al. 1997: 1423)

Quanto às restrições lexicais sobre os verbos que podem ocorrer na infinitiva, ao contrário do que leva a crer a afirmação de Engel (²1991: 493), estes não se reduzem ao grupo dos designam "(mit den Augen) wahrnehmbares Geschehen", se se entender "Geschehen" como uma situação dinâmica, excluindo estados transitórios, como fazem crer os exemplos do autor transcritos em nota *supra*. A distinção entre predicados de indivíduo ("individual level predicates"), que designam propriedades permanentes de um indivíduo, e predicados de fase ("stage level predicates"), que designam eventos e estados transitórios, já referida a propósito de *ver*, permite incluir no

⁴⁸⁴ Na gramática de Mateus et al. (⁵2003) as designações propostas são, como já vimos "Infinitivo com Sujeito Acusativo" ou "ECM - Marcação de Caso Excepcional". Engel (²1991: 493) refere a existência de uma restrição lexical sobre os verbos que podem ocorrer na infinitiva e o facto de o sujeito da infinitiva ter forma acusativa: "(...) von *sehen* können alle Verben abhängen, die ein visuell (mit den Augen) wahrnehmbares Geschehen bezeichnen. (...) Die Subjektsgröße des infinitivischen Verbs erscheint (...) als akkusativische Phrase im Obersatz:

Ich sah ihn den Ast absägen (Ich sah (etwas) + Er sägte den Ast ab)
Ich sah den Ast herabfallen (Ich sah (etwas) + Der Ast fiel herab)."

⁴⁸⁵ A designação é de Zifonun et al. (1997: 1411).

grupo dos verbos que co-ocorrem com *sehen*, sob a forma de infinitivo ou outras formas não finitas, os predicados de fase; excluídos ficam apenas os predicados de indivíduo:

(803) Luise sah den Schüler schlafen. (Bußmann 2002: 647)

(804) *Luise sah den Schüler Otto heißen. (Bußmann 2002: 647)

A afirmação de Engel (²1991: 493) acerca das restrições lexicais que impendem sobre as formas verbais não finitas que co-ocorrem com *sehen* devia, portanto, ser alterada para verbos que designam "(mit den Augen) Wahrnehmbares".

2. Relativa livre⁴⁸⁶

No caso das relativas livres (805a), (806a) e (807), a omissão do antecedente atesta a forma como indivíduo e estado de coisas se encontram integrados, ainda que o antecedente possa reconstituir-se em casos como (805b) e (806b).

⁴⁸⁶ Uso a designação "relativa livre", pois é a mais próxima do alemão "Freier Relativsatz", embora a designação "relativa sem antecedente expresso" me pareça mais conforme ao facto de ser possível reconstituir o antecedente. Para uma discussão detalhada do funcionamento das "w-Sätze" enquanto relativas livres que ocorrem como complementos verbais ("Objektsätze"/"Ergänzungssätze"), cf., por exemplo, Pittner (1990 e 1995), e sobre a delimitação em relação a "w-Sätze" interrogativas indirectas, cf. Eisenberg (1999: 312 e ss.). Transcrevo apenas duas afirmações de Fuß (2006: 6), que me parecem elucidativas para sublinhar que se trata de objectos de *sehen*, numa das suas formas sintácticas possíveis, e que estes objectos não têm o mesmo estatuto daqueles que são expressos sob a forma de antecedente + relativa (indivíduos com estado de coisas justaposto): "Freie Relativsätze sind **keine Attributsätze**, sondern selbst Satzglieder (...). Freie Relativsätze müssen im Gegensatz zu anderen Komplementsätzen nicht vom Verb selegiert werden, sondern **können ein nominales Komplement in allen Kontexten ersetzen**." Engel (²1991: 248) discorda da designação "Relativsatz" para este tipo de frases, pelo facto de não terem antecedente expresso e serem sempre restritivas, sendo as relativas canónicas subclassificadas em restritivas e não-restritivas; não obstante, o autor reconhece que elas são assim designadas na maioria das gramáticas alemãs. Engel classifica-as de "indefinite Nebensätze" e distingue-as das "Ausbausätze" (objectos de interrogação ou incerteza): "im Gegensatz zu diesen Ausbausätzen sind sie weder Gegenstand einer Frage (wie in Ich möchte wissen, wo sie wohnt.) noch einer Unsicherheit (wie in Mir ist unbekannt, wo sie wohnt.). Vielmehr wird **durch das w-Element (...)** eine konkrete aber nicht näher benannte, daher "indefinite" Komponente des Sachverhalts bezeichnet (Wo sie wohnt, bin ich auch schon gewesen.), (...)." (Engel ²1991: 248, negrito da minha responsabilidade) A distinção entre "w-Sätze" que são relativas livres e "w-Sätze" que são interrogativas indirectas, nos contextos em que a "w-Satz" é complemento verbal, é apresentada em Eisenberg (1999: 310 e ss.) como condicionada pela possibilidade de complementação exclusivamente nominal característica de certos predicados, por exemplo *bezahlen*, por oposição a outros que admitem complementação nominal ou sob forma frásica, como *vergessen*; com predicados do primeiro tipo a "w-Satz" só pode ser interpretada como relativa livre, como em *Monika bezahlt, was Manfred ausgesucht hat* e com predicados do segundo tipo, como em *Monika vergisst, was Manfred ausgesucht hat*, admitem-se duas leituras da "w-Satz" no contexto "Manfred hat einen Mantel ausgesucht": 1) *Monika vergißt ihn* e 2) *sie weiß nicht mehr, was er ausgesucht hat* (cf. Eisenberg 1999: 314-315). Eisenberg afirma que, quando as "w-Sätze" preenchem uma posição argumental, é legítima a sua interpretação como relativas, desde que se cumpram alguns requisitos estruturais: a) possibilidade de reconstituição do antecedente, b) possibilidade de ocorrência em "Mittelfeld" (campo médio da frase alemã), vedada às interrogativas indirectas e c) possibilidade de "Ausklammerung" (extraposição) (cf. Eisenberg 1999: 316). Na gramática de Zifonun et al. (1997: 2264 e ss.), os dois tipos de "w-Sätze" são apresentados e caracterizados sob as designações "gegenstandsfundierte w-Sätze" e "propositionsfundierte w-Sätze", embora os autores recusem a atribuição de duas funções semânticas distintas a um constituinte frásico com a mesma estrutura.

(805) a. Der Löffel hält, die Gabel wickelt. Italienerprobe, und wer ist das heute nicht, haben aber im Land der Pasta selbst gesehen, wie man's richtig macht (...). (DWDS)

b. ...die Art und Weise, wie man's richtig macht.

(806) a. Fritz sieht, was Klaus getan hat. (Schepping 1982: 129)

b. ...das, was Klaus getan hat.

(807) Auf den ersten Blick sah sie was los war. (DWDS)

e) objecto = um estado de coisas (Nedc/"Verlaufs-wie-Satz" = estado de coisas dinâmico/"dass-Satz" = um estado de coisas ± dinâmico pressuposto como facto):

1. Nedc

(808) Von der Besatzung hat niemand den Unfall gesehen, weil Meier sich allein an Bord befunden hat. (DWDS)

(809) a. Keiner hatte seine Ankunft gehört oder gesehen. (DWDS)

b. Keiner hatte gehört oder gesehen, wie er ankam.

Alguns dos Nedc são parafraseáveis por Verlaufs-wie-Sätze (cf.

(809b)) como as que se apresentam abaixo.

2. "Verlaufs-wie-Satz"⁴⁸⁷

(810) Lisa wachte in ihrem Adoniszimmerchen auf, sah durch das offene Fenster, wie die Dämmerung den Himmel violett färbte. (DWDS)

⁴⁸⁷ Cf. Schepping (1982) sobre a distinção entre "Verlaufs-wie-Sätze" e "Infinitivkonstruktionen", enquanto estruturas de complementação: "Infinitivkonstruktionen im Deutschen unterscheiden sich von Verlaufs-wie-Satzkonstruktionen dadurch, daß erstere einen Sachverhalt bezeichnen, der als **Ereignis** betrachtet wird, letztere einen Sachverhalt, der **in seinem Verlauf** betrachtet wird. Mit einem Verlaufs-wie-Satz bei sehen wird also auf einen Sachverhalt referiert, den ein Experiment als im Verlauf begriffen interpretiert hat." (Schepping 1982: 101, negrito da minha responsabilidade) Segundo Schepping (1982: 100), as "Verlaufs-wie-Sätze" e as infinitivas que complementam sehen, quando este significa 'perceber através da vista', ocorrem obrigatoriamente no mesmo tempo verbal que a frase matriz e não contêm verbos modais, nem os verbos *sein*, *haben* e *bleiben*. Pelo contrário, as "wie-Sätze" com verbo modal não são interpretáveis como "Verlaufs-wie-Sätze": *Ich sehe, wie Franz arbeiten muß* admite, segundo a autora, as leituras 'in welchem Maße'/'auf Welche Art und Weise' (cf. Schepping 1982: 100).

(811) Ich sah durch ein Fenster, wie der Polizist mit einer Schere in der Hand hinter Freddy herlief, um den Schreibtisch herum. (DWDS)

(812) Vom siebenten Stock aus sah Lisa, wie ihr Onkel noch einmal um sein Auto lief und prüfte, ob alle Türen verschlossen waren, dann nach oben winkte, sich den großen schwarzen Koffer griff und zur Haustür ging. (DWDS)

3. Construção **completiva introduzida por dass com V no Indicativo**⁴⁸⁸

(813) K. wollte sich setzen, aber nun sah er, daß im ganzen Zimmer keine Sitzgelegenheit war, außer dem Sessel beim Fenster. (DWDS)

(814) Er sah durch die offene Tür, daß sie den Hörer nur kurz an ihr Ohr hielt und wieder auflegte. (DWDS)

(815) Nach Abgabe des Schusses erhob ich mich aus der Deckung und sah durch das geöffnete Seitenfenster unseres Kfz, daß der flüchtende Täter hinter einer Hausecke verschwand. (DWDS)

Este último exemplo, quando contrastado com uma formulação alternativa do complemento acusativo como "Verlaufs-wie-Satz" (...sah durch das geöffnete Seitenfenster unseres Kfz, wie der flüchtende Täter hinter einer Hausecke verschwand) ou como "Infinitivkonstruktion" (... sah durch das geöffnete Seitenfenster unseres Kfz den flüchtenden Täter hinter einer Hausecke verschwinden), mostra que, quando o complemento tem a forma de "dass-Satz" a percepção de B tem um carácter menos imediato.⁴⁸⁹ Na frase com "Verlaufs-wie-Satz", o experienciador presencia a cena da fuga em curso e na frase com infinitiva AcI assiste a um acontecimento. Por seu lado, a completiva com "dass" pode

⁴⁸⁸ Observar-se-á em *sehen*₉ e ₁₆ que há outros contextos de uso de *sehen* com "dass-Satz" a demonstrar a pertinência das afirmações de Willems e Defrancq (2000: 11) sobre os sentidos de *voir* com completiva de *que*. Cf. na nota 366, secção 4.2.2, o resumo das opiniões dos autores acerca das interpretações de *voir* nesta construção, aplicáveis também a *ver* e *sehen*.

⁴⁸⁹ Sobre esta questão, cf. Willems (1983_b): "La construction complétive semble impliquer un éloignement par rapport à l'activité perçue, éloignement exclu dans le cas d'un emploi infinitif ou relatif. (...) Dans l'opposition entre emploi infinitif ou relatif et emploi complétif, le critère pertinent, plus que l'opposition entre perception physique et perception cognitive, semble être celui de la distance relative entre le Vpv et l'object perçu: alors que l'emploi infinitif ou relatif implique un lien étroit entre les deux actions (lien spatial, temporel, etc.), ce lien est peu étroit dans le cas d'un emploi complétif." (Willems 1983_b: 155)

ser dita por alguém que viu apenas parte da cena da fuga, mas que toma como factual a fuga do criminoso. No caso de Infinitiva AcI, destaca-se *den flüchtenden Täter* em relação ao estado de coisas em que este se integra, ficando o estado de coisas em fundo, enquanto nas frases com *dass* e *wie* sobressai o estado de coisas, sendo que a "*dass*-Satz" exprime uma pressuposição factiva,⁴⁹⁰ marcando a independência do estado de coisas percebido em relação ao acto perceptivo,⁴⁹¹ patente na possibilidade de negação do verbo de percepção, sem alteração da pressuposição.

Schepping (1982: 86-87) distingue usos de *sehen* com completiva *dass* (*Ich habe gesehen, daß sie die Dokumente mitgenommen haben*), que referem "visuell-kognitive Sachverhalte", de outros usos com complemento frásico (*Jetzt sehe ich, wo die Schwierigkeiten liegen*), que se referem ao resultado de um processo meramente cognitivo. Esta distinção parece, no entanto, demasiado simplificadora. Se atentarmos nas frases (813) - (815), não pode dizer-se que estejamos perante casos de dedução a partir de uma percepção visual (processo visual-cognitivo), em que *sehen* seria parafraseável por *deduzieren/erschließen*, mas sim perante a observação de algo que é visualmente perceptível ("visuell wahrnehmbar"), sublinhada pela existência de SPs direccionais que expressam um ponto do trajecto da vista até ao objecto (*durch die offene Tür, durch das geöffnete Seitenfenster*). Alguns casos de *sehen* ('erfahren'/'wissen') que apresento em *sehen_o*, pelo contrário, são deduções operadas a partir de indícios visuais directamente percebidos. A autora fala sempre de "deduzierte Erkenntnis", quer nos casos em que é possível a interpretação 'constatar visualmente', quer nos casos de 'deduzir a partir do que se vê', a propósito do exemplo (177), aqui repetido como (816) *Ich sehe, dass die Borussen gegen die Eintrachter spielen*. (Schepping 1982: 120).⁴⁹² A existência de usos em que a interpretação entre observar um facto (constatação visual) e deduzir um facto a partir de indícios visualmente perceptíveis (dedução) é ambígua, não

⁴⁹⁰ Cf. Levinson (1983: 179 e ss.).

⁴⁹¹ As restrições de simultaneidade temporal na frase com *sehen* e na completiva e à ocorrência de determinados verbos nas completivas do tipo "Verlaufs-wie-Satz" e "Infinitivkonstruktion" não se verificam no caso de complementação de *sehen* com "*dass*-Satz".

⁴⁹² Schepping admite dois contextos de enunciação possíveis (alguém assiste ao jogo ou alguém vê na programação televisiva o anúncio do jogo), mas refere-se ao uso da completiva em ambos como dedução: "In den beiden aufgezeigten Äußerungskontexten wird mit dem *daß*-Satz auf eine aus einer Wahrnehmung deduzierte Erkenntnis referiert: das, was ich sehe, erkenne, betrachte und behaupte ich als Tatsache, bzw., das, was ich aus dem Gesehenen erschlossen habe, erkenne, betrachte und behaupte ich als Tatsache." (Schepping 1982: 120)

deve impedir-nos de separar as ocorrências de *sehen* com "dass-Satz" que são inequívocas como exemplos de dois sentidos distintos de *sehen* ('visuell wahrnehmen', como em (813) - (815), e '(aus dem Gesehenen) erschließen', como em *sehen*₉).

f) objecto = estado de coisas avaliado moral, esteticamente, etc. (N com ou sem extensão)

Em relação a outros objectos de *sehen* que também contêm uma avaliação, como nos seguintes casos

(817) So vergnügt sehe ich ihn zum ersten Mal. (WDG – DWDS)

(818) Wir haben sie selten so fröhlich, so guter Laune gesehen. (DUDEN)

(819) Das schien mir zu viel. Aber ich fand es auch unpassend, mir von einem Straßenmusiker das Restgeld herausgeben zu lassen, ich hatte so etwas jedenfalls noch nie gesehen. (DWDS)

os objectos de *sehen* que abaixo se apresentam têm a particularidade de serem muito mais abstractos, porque o SN complemento, em virtude da denotação do N, designa cumulativamente o objecto de percepção e a sua avaliação.

(820) Als ich dieses Grauen sah, nach der Explosion, ging ich in mein Haus, schloss mich ein und hatte über Jahre das Gefühl, nicht mehr zu dieser Stadt zu gehören. (DWDS)

(821) Du siehst die Schönheit dieser Natur und fühlst ihre Gewalt. (DWDS)

(822) Der Bauer, der es entdeckt hatte, war von dem grausigen Fund so verwirrt, daß er sich fast selbst in Verdacht brachte, indem er dem Polizeilieutenant mit zitternder Stimme meldete, er habe so etwas Schönes noch nie gesehen - wo er doch eigentlich hatte sagen wollen, er habe so etwas Entsetzliches noch nie gesehen. (DWDS)

A observação da complementação de *sehen* revela a complexidade e diversidade que pode revestir B (o objecto da percepção) e o próprio acto de perceber através da vista. Os exemplos agrupados nas alíneas de a) a f) atestam isso mesmo, pondo em evidência a natureza distinta dos objectos de *sehen*, tal como estão descritos na cena prototípica. Nos exemplos em **a)** sobressai o objecto de *sehen* como entidade concreta simples; em **b)** aparece já a possibilidade de este ser mais restrito pelos complementos/modificadores de N; **c)** revela o objecto de *sehen* como mais complexo – um indivíduo e um estado de coisas justaposto, expresso pelas frases que seguem N; **d)** mostra já um objecto perfeitamente integrado num estado de coisas; **e)** destaca da cena a possibilidade de B ser um estado de coisas, do qual participam vários elementos, apresentado como acontecimento, processo em curso no momento da percepção, estado transitório ou, ainda, como acção, podendo estes ser dados como factos, como em **e) 3.** Em **f)** o estado de coisas é já objecto de avaliação por parte do sujeito da percepção, como mostra o tipo de Ns que ocorrem como complemento de *sehen*, Ns esses que nomeiam e avaliam simultaneamente o objecto de percepção. Nos casos de **e) 3.** e **f)** faz-se sobressair a vertente epistémica da cena de *sehen*, quer na apresentação de um estado de coisas como facto, como em **e) 3.**, quer na formulação de um juízo de valor de A em relação ao estado de coisas observado, como em **f).**

Observar-se-ão, seguidamente, ocorrências de *sehen*₁ respeitantes a aspectos particulares da cena de *sehen* que ultrapassam a questão da complementação, bem como alguns usos metafóricos que podem ser explicados a partir de *sehen*₁ e ainda a possibilidade de interpretação modal de alguns casos de *sehen*₁.

A percepção de B pode ser mais ou menos fácil, consoante a luz, a distância a que se encontra de A, a existência de nevoeiro ou de poeira, o ângulo de visão de A, etc., podendo este explicitar as causas da dificuldade ou impossibilidade de ver B:

(823) Aber wenn es regnet und man **vor Nebel** die Berge nicht sieht ... (DWDS)

(824) Dann sah sie **vor lauter Staubwolken** nichts mehr. (DWDS)

(825) Ich sah das **nur noch aus den Augwinkeln**, denn die Polizisten bugsierten mich (...) zum Streifenwagen. (DWDS)

O experienciador (A) pode não estar expresso, ocupando, nesse caso, B (objecto da percepção) a posição de sujeito sintáctico, como se pode observar em (826):

(826) Die Berge waren **kaum, nur verschwommen** zu sehen. (DUDEN)

B pode ser visto de longe ou de perto, desde que a distância permita a A a sua detecção, o que acentua um aspecto da cena prototípica de *sehen*, nomeadamente o facto de A e B se encontrarem próximos, mas não em termos absolutos, podendo A alcançar B com o olhar, a partir de e/ou até uma certa distância:

(827) (...) die schönste der Haremsdamen habe ihn **von ferne** gesehen und wünsche ihn kennen zu lernen. (DWDS)

(828) Wer ihn lange nicht mehr **von nahem** gesehen hat, mußte tief ergriffen und bewegt sein (...). (DWDS)

(829) **Von weitem** sieht man die Dächer eines Landguts. (DWDS)

(830) **Schon von weitem** sahen sie, wie sich auf dem Moosweg schwankend die zwei Schwestern vorwärtsschoben. (DWDS)

"Von weitem/ferne sehen" (ver de longe) pode ser usado metaforicamente para referir a distância de A em relação a determinada realidade:

(831) Heute muss Schnur **von ferne** sehen, wie Helmut Kohl, einst sein großes Vorbild, nun in der Öffentlichkeit "ohne Gnade" demontiert wird. (DWDS)

(832) Schwimmen, Laufen, Radfahren und schwere Sachen werfen, über die Hürde in die Pfütze springen - das sind die Mühen der armen Leute, die für Geld und Prestige einfach alles tun, und der Nationen, die Toshibas und die S-Klasse nur ganz **von weitem** sehen. (DWDS)

Esta metáfora pode explicar-se a partir de uma cena que prevê a capacidade de focagem de imagens a partir de e até um certo limite e que pressupõe que,

ultrapassado esse limite, a focagem do objecto é impossível, sendo negado o acesso ao mesmo através da percepção visual. A metáfora selecciona, portanto, da cena de *sehen*, o aspecto da distância em relação ao objecto, na sua articulação com a impossibilidade de o sujeito da percepção ficar na posse de uma imagem nítida, transpondo-a para o domínio genérico da distanciação em relação a determinado estado de coisas.

As ocorrências em que o complemento acusativo não aparece explícito, são casos de *sehen*₁ usado intransitivamente com advérbios ou locuções adverbiais destacados nos exemplos abaixo, em que se reforça, por um lado, a ideia de que "sehen" é uma faculdade ("Fähigkeit") ou possibilidade ("Möglichkeit") e, por outro lado, de que esta pode estar condicionada, por razões físicas ou pelo contexto, ou mesmo ausente, em caso de cegueira, e eventualmente vir a ser recuperada, após intervenção cirúrgica.⁴⁹³

(833) Sie sieht so **schlecht**, daß sie ohne Brille fast hilflos ist. (LGDaF)

(834) Damit zog sie Marianne am Arme fort, obgleich diese fand, daß es **schwer** sei zu sehen, da in den Zimmern fast völlige Dunkelheit herrschte (...). (DWDS)

(835) Sie sieht **nur noch auf/mit einem Auge**. (DUDEN)

Concordo com a argumentação de Schepping (1982:133-138) acerca da diversidade de possibilidades de leitura de enunciados em que *sehen* aparece acompanhado de advérbios como *gut*, *schlecht*, etc., que permitem uma leitura modal ("Fähigkeit" ou "Möglichkeit"), mesmo quando *können* não co-ocorre com *sehen*. De acordo com a autora, o exemplo (836) permite diversas paráfrases (cf. (837) - (844)):

(836) Peter sieht gut.⁴⁹⁴

⁴⁹³ Vejam-se os seguintes exemplos:

Der Regen war so heftig, daß er **kaum einen Meter weit** sehen konnte. (DWDS)

Denn der Blinde kann **nicht mehr** sehen. (DWDS)

Nach der Operation kann er **wieder** sehen. (LGDaF)

⁴⁹⁴ Os exemplos (836) - (844) são de Schepping (1982: 134-137).

(837) Peter sieht im Moment das, was er sieht, gut.

[A = experienciador e B = objecto de percepção não especificado num estado de coisas do tipo *gut sehen*].

(838) Peter kann gut sehen = Peter besitzt die Fähigkeit, gut zu sehen.

[A = indivíduo com papel não especificado num estado de coisas do tipo *können (gut sehen)*]

(839) Peter hat jetzt die Möglichkeit, etwas gut zu sehen.

[A = experienciador e B = objecto de percepção não especificado num estado de coisas do tipo *können (gut sehen)*]

(840) Peter verfügt über eine gut ausgeprägte Fähigkeit, was das Sehen betrifft.

[A = indivíduo com papel não especificado num estado de coisas do tipo *gut können (sehen)*]

(841) Peter hat jetzt eine gute Möglichkeit, etwas zu sehen.

[A = experienciador e B = objecto de percepção não especificado num estado de coisas do tipo *gut können (sehen)*]

Aceito também que a possibilidade de leitura modal está presente, quer em casos de uso intransitivo, quer de uso transitivo com ou sem sujeito indeterminado *man* (cf. (842)); neste sentido, as frases (843) e (844) podem ser interpretadas como quase-sinónimas:

(842) Wenn man in Konstanz über die Rheinbrücke fährt, sieht man den Bodensee.

(843) Peter sieht die Jolle ganz deutlich.

(844) Peter kann die Jolle ganz deutlich sehen.

Não existe, portanto, na óptica de Schepping (1982), uma dependência da leitura modal em relação ao contexto de uso intransitivo de verbos como *sehen* e *voir*, verificando-se o mesmo fenómeno com outro tipo de verbos:⁴⁹⁵

Es ist keine für die Verben *sehen* und *voir* typische Eigenschaft, daß sie in Sätzen auftreten können, die keine explizite Modalisierung enthalten und dennoch als modalisierte Lexeme interpretiert werden. (...) Nicht nur die Kombination von Verben mit Adverbien wie *gut*, *schlecht* etc. scheinen häufig Indikatoren für eine nicht explizierte Modalität zu sein, sondern auch der unpersönliche Ausdruck *man*, *on* (...). (Schepping 1982: 137)

O uso intransitivo de *sehen* com advérbios ou locuções adverbiais encontra-se também aplicado metaforicamente em contextos em que o falante avalia a capacidade analítica de alguém acerca de algo que não é visualmente perceptível, a justeza dos juízos efectuados acerca de outrem, etc.; assim, diz-se do sujeito da percepção que ele "vê só de um olho", quando se quer referir que a sua atitude é parcial em relação a determinado estado de coisas, ou que os "míopes" (os que não têm uma visão alargada das questões) "vêm muito bem ao perto", isto é, que são muito exigentes na análise de questões de pormenor, ou ainda que há indivíduos que têm uma visão mais aguda, mais rigorosa das coisas, com maior alcance e que, portanto, entendem as coisas de modo diverso daqueles a quem não se reconhecem esses atributos e, ainda, que a posição que A ocupa influencia a sua perspectiva:

(845) (...) es entsteht wieder der Eindruck, der dem Ansehen der Justiz in diesem Jahrhundert schon sehr geschadet hat: daß sie **nur auf dem linken Auge scharf** sieht und **auf dem rechten blind** ist. (DWDS)

(846) Kurzsichtige sehen **scharf**, wenn sie nahe am Detail sind. (DWDS)

(847) Man erkennt freilich auch, wo Schmitt **schärfer** sah als Jünger, wo er, der Verführbare, sich gegen Ideenmoden als resistenter erwiesen hat. (DWDS)

⁴⁹⁵ Por exemplo em *Hans singt ausgezeichnet* ou *Äpfel bekommt man auf dem Markt*. (Schepping 1982: 137)

(848) »Vielleicht wollen die Kurzsichtigen gar nicht **weit** sehen«, sagte ich,
»und sind mit der Nähe zufrieden«. (DWDS)

(849) Hinter dieser Politik steht die Überzeugung, daß die Amerikaner die Führung verdient haben, weil sie, in den Worten ihrer Außenministerin Madeleine Albright, "höher stehen und **weiter** sehen" als andere. (DWDS)

sehen₂ (blicken) – [A **sieht auf/nach/in/zu** B] = [A **blickt auf/nach/in/zu** B]

A, ser animado,⁴⁹⁶ move voluntariamente os olhos numa dada direcção, sem que nessa acção esteja implicado necessariamente o objectivo de perceber através da vista,⁴⁹⁷ podendo, no entanto, contextualmente, explicitar-se a finalidade do movimento executado com os olhos, sendo este sempre expresso através de um ou mais complementos direccionais. O movimento executado pode ser descrito como em direcção a um objecto ou área-término (*auf/nach/zu/in ...*), podendo sinalizar-se, concomitantemente, um ponto ou secção do trajecto que vai da vista até B (*durch/über...*) ou, ainda, o ponto de partida (*von ... aus/aus...*),⁴⁹⁸ a direcção tomada pelo olhar pode também ser expressa sem a menção de um objecto ou área-término (*nach oben/nach unten/nach Norden/nach rechts/nach links/um.../herum/geradeaus/nach vorne*, etc.). É obrigatória a ocorrência de, pelo menos, um complemento direccional, podendo co-ocorrer vários tipos de complemento direccional – o de origem, o de destino/direcção e o de trajecto.⁴⁹⁹

⁴⁹⁶ A acção descrita por *sehen₂* é tipicamente humana, mas pode admitir-se o preenchimento de A com ser animado não humano: *Forqus (1954) beobachtete Ratten (...)* (**die Tiere sahen durch ein Fenster auf Blöcke, Laufgänge etc.**) (...). (DWDS)

⁴⁹⁷ Na frase que em seguida transcrevo, tematiza-se uma reacção normal de criança intimidada, que, perante a situação em que se encontra, desvia consciente e propositadamente o olhar de algo que a incomoda: *Murakami ist wie erschrocken über so viele Sätze auf einmal und sieht schnell wieder auf den Boden.* (DWDS)

⁴⁹⁸ Como já foi dito sobre *sehen* em que se indica o ponto de partida do olhar de A, são sempre casos em que o próprio sujeito da percepção é localizado por inferência como encontrando-se nesse ponto de partida; cf. na nota 437, secção 4.3.2, a referência à classificação do ponto de partida como "Location_of_perceiver" no "FrameNetProject".

⁴⁹⁹ Recordem-se os já referidos (nota 438, secção 4.3.2) subtipos de complemento direccional em Engel (²1991: 196).

B realiza-se através de SP direccional que introduz:

- um SN que tem como núcleo um N com modificadores – eventualmente acompanhado de determinante e/ou quantificador (SN = N sem extensões/SN = N + extensões);
- um pronome anfórico de SN;
- um advérbio.

O movimento da vista pode ser dado como:

a) em direcção a um objecto/área-término, sendo possível a menção do **ponto de partida** ou de um **ponto/secção do trajecto**:

(850) Ich ging um die hüfthohe Bahre herum, sah auf den Nacken, länger in das Gesicht zu blicken, schaffte ich jetzt nicht mehr. (DWDS)

(851) (...), dann sah ich zu André, und er sah zu mir, und wir grinnten uns an, weil wir wußten, daß wir dasselbe über Czybulla dachten, (...). (DWDS)

(852) Er sah auf die Uhr, ehe er weitersprach. (DWDS)

(853) Der Korporal sah nach seiner Uhr und schrieb dann etwas auf einen Rapportzettel. (DWDS)

(854) Durch die geöffnete Tür sah ich in das Zimmer des Mannes. (DWDS)

(855) Er sah durch das Fenster auf die Straße. (DWDS)

(856) Wenn sie heute von der neuen Küche aus in den Garten sieht, von dort, wo auch im alten Haus die Küche war, läuft da auf dem Rasen Nena (...). (DWDS)

(857) Das kam, weil ich zum Himmel sah und einen Lichtpunkt beobachtete, der ganz langsam mitten durch die Sterne flog. (DWDS)

No exemplo que transcrevo em seguida, co-ocorrem a menção de uma direcção sem término e uma direcção com área-término, servindo a segunda para precisar o conteúdo vago da primeira:

(858) Sie sehen nach oben in den schwarzen Himmel, suchen ihn ab nach Sternen, finden sie nicht (...). (DWDS)

Pode mesmo, em certos casos, dispensar-se a menção do término e manter-se a referência ao movimento direccionado da vista, como tendo um ponto de partida e/ou percorrendo um trajecto:

(859) Und es ist so wunderbar, die erste Nacht an einem neuen Ort zu schlafen, am ersten Morgen aus dem Fenster zu sehen, und alles ist neu. (DWDS)

(860) Ich sah durch den Sucher und bemühte mich, die Leichen in eine gute Komposition zu bringen. (DWDS)

(861) Ich sah durch ein Loch in der Mauer. (DWDS)

(862) Kapitänleutnant Georgi sah durch das Periskop. (DWDS)

(863) Er sah durch eine Ritze in der Bretterwand. (DWDS)

(864) Carlos sieht durch den Spalt der Gardine über die Dächer der Stadt: Er schaut auf die Skelette der Kräne und die Schornsteine der Schiffe, die auf dem Tejo liegen. (DWDS)

b) dirigido para um objecto-término atributivo

O objecto de *sehen* apresenta-se como o término e a sua caracterização, expressa sob a forma de um atributo resultativo substantivado, que nomeia e caracteriza, simultaneamente, o objecto-término.

(865) a. Man ist von sich selbst tief bewegt und sieht berührt auf die Befreite.

b. ...auf die befreite Frau [= Frau, die befreit ist]

c. ...auf die Frau, die befreit wurde.

O atributo em "befreite Frau" é reconduzível a uma predicação sobre o mesmo objecto ("Frau, die befreit ist/wurde"); nessa predicação o estado de coisas "befreit werden" afecta o objecto "Frau", sendo relevante para a sua caracterização o estado daí resultante ("befreit sein"). É o participio resultativo⁵⁰⁰ "befreit", usado como adjectivo em contexto atributivo ("die befreite Frau"), que permite, na ausência do N, nomear e caracterizar o objecto de *sehen*, aglutinando o participante ("Frau") e o resultado ("befreit") de um estado de coisas relativo a esse participante.

c) orientado para um objecto-término num estado de coisas (justaposição)

(866) Lisa sah durch das Fernglas in ein Büro, wo Ernst Meerbusch eine Frau auf dem Schreibtisch vögelte. (DWDS)

(867) Ich sah auf Maria, die gerade weinte.

(868) Ich sah auf einen Lichtpunkt, der ganz langsam mitten durch die Sterne flog.

d) direccionado para um objecto-término avaliado

(869) Stand trostlos am Küchenfenster und sah durch die Scheibe auf die **trostlose** Neubaulandschaft draußen - grau in grau, seit dem frühen Morgen regnete es eigensinnig. (DWDS)

e) orientado para uma direcção definida a partir da localização de A

(870) Er sah nach unten. (DWDS)

(871) "Ja", sagte ich und sah nach vorn. (DWDS)

(872) Er fuhr mit uns zur Seepromenade, sah nach links, sah nach rechts - kein Polizist, rein in die Garage. (DWDS)

(873) Der Beobachter steht mit dem Rücken zur Flugrichtung und sieht nach hinten; der Pilot überblickt den vorderen Luftraum. (DWDS)

⁵⁰⁰ Sobre a noção de PP resultativo, cf. Haspelmath (1994) e o que ficou dito na nota 412, secção 4.2.2.

(874) (...) während Warstein noch dastand und nach Norden sah, wurde ihm dies zum ersten Mal wirklich bewußt. (DWDS)

(875) Hätte sich Brustberg umgeschaut, er hätte auf dem Gesicht des Händlers ein hilfloses Lächeln erblickt. Aber Brustberg mußte geradeaus sehen. (DWDS)

(876) Vierjährige fragen ja alles mögliche. Droost sah entnervt um sich. In der Klasse ging wieder das typische Gemurmel los. (DWDS)

Nach vorne sehen pode ser usado, em casos como o seguinte, como metáfora para a necessidade de fazer do futuro o centro da atenção:

(877) Der Bundeskanzler erwiderte, daß heute noch der Blick zuviel in die Vergangenheit gerichtet werde. Jetzt müßte es grundsätzlich darum gehen, nach vorne zu sehen. (DWDS)

Em *sehen*₂ destaca-se um dos aspectos da cena de *sehen*, isto é, torna-se central o facto de A se encontrar a determinada distância de B e controlar a direcção do olhar, podendo evidenciar-se partes distintas da trajectória do mesmo, como nos exemplos *supra*. A centralidade do movimento do olhar e da atenção⁵⁰¹ é acompanhada pela secundarização do objecto da percepção (B), que nunca aparece expresso como efectivamente percebido, muito embora o co-texto e/ou o contexto possam ser esclarecedores acerca da existência de percepção visual, que, no entanto, não se encontra referida através de *sehen*:⁵⁰²

(878) Und es ist so wunderbar, die erste Nacht an einem neuen Ort zu schlafen, am ersten Morgen aus dem Fenster zu sehen, **und alles ist neu**. (DWDS)

⁵⁰¹ Não há dúvida de que o movimento do olhar é acompanhado também de um direccionar da atenção, como se torna particularmente claro em exemplos como o seguinte: *Nur beim Aufmarsch zur Linie können sie als Hilfsmittel für die Ausrichtung dienen, beim unmittelbaren Anmarsch kann von einem Ausrichten nach der Fahne nicht mehr wohl die Rede sein, **die ganze Aufmerksamkeit ist notwendig nach vorn gerichtet**; in dem gefährlichen Handgemenge aber sieht der Soldat **ausschließlich auf den Feind** und **wirft höchstens einen Blick rechts und links** auf seine Nebenmänner, daß er sie nicht verliere.* (DWDS)

⁵⁰² Ao contrário do que acontece em casos de *sehen*₁, em que paralelamente à indicação do trajecto percorrido pelo olhar se identifica B como resultado do acto perceptivo, como informação visual processada: *Lisa wachte in ihrem Adoniszimmerchen auf, sah **durch das offene Fenster**, wie die Dämmerung den Himmel violett färbte.* (DWDS)

(879) Ich sah durch die Tür, **alles sah aus wie sonst**, und ich hörte die Uhr ticken. (DWDS)

Com *sehen*₂ refere-se apenas o movimento do olhar e da atenção, mas se não reconstituirmos o "script" da acção, inferindo que A viu algo que não se especifica, seremos incapazes de interpretar como coerente a sequência textual em (880) e (881):

(880) Am Morgen stand Großvater auf, setzte sich auf den Stuhl, sah durch das Fenster auf die Straße, **sagte: Jetzt ist alles gut, ich warte nur noch auf Mutter**. (DWDS)

(881) Arthur, der »Arme«, sah durch den Türspalt, **sagte: Ihr wart vier Minuten zu lang**. (DWDS)

Nos dois últimos exemplos, infere-se que é o que A vê, quando olha através da janela/pela frincha da porta, que o leva a dizer *Jetzt ist alles gut, ich warte nur noch auf Mutter* ou *Ihr wart vier Minuten zu lang*.

sehen₃ (sich ansehen; Zuschauer sein von) – [A **sieht** B] = [A **sieht sich** B an/A **ist Zuschauer von** B]

B é um espectáculo – designado pelo seu nome (nome de um filme, de uma peça, etc.) ou por uma expressão nominal (*einen Film/ein Theaterstück*) –, um meio de transmissão de um espectáculo (por exemplo *Fernsehsender*) ou uma actividade considerada como espectáculo (*die Verwandlung von Wasser in Feuer*).⁵⁰³ A dirige para ele a sua atenção, durante um determinado espaço de tempo, em princípio o tempo que dura B.⁵⁰⁴ A, humano, espectador e potencial fruitor de B, aplica deliberadamente a B o sentido da vista, com a intenção de entretenimento.

⁵⁰³ Existe, no entanto, a possibilidade de B ser um humano encarado como aquele cujo desempenho é objecto de apreciação: *Aber ich habe ihn niemals in einer Rolle gesehen, die diese beiden Eigenschaften gleichermaßen betont hat, Ich habe in der letzten Zeit niemanden im Kino gesehen, auf den die Rolle passen würde*. (DWDS)

⁵⁰⁴ O tempo dedicado por A a B é muitas vezes coincidente com o tempo que B dura. No entanto, salvaguarda-se a hipótese de A deixar de dar atenção a B, antes do seu término, por exemplo quando B não corresponde às expectativas de A (A abandonar uma sala de cinema por considerar um filme de má qualidade, deixando este de desempenhar a sua função de entretenimento e objecto de fruição).

B tem realização como N simples ou com extensão e ainda N deverbais. Os Ns que realizam B podem ser Ns comuns (*Theaterstück*, *Film*, etc.) ou próprios ("*Rambo II*"), Ns contáveis (*einen wunderbaren Film*) ou Ns usados como massivos (*sehr viel Theater*, *einen Ausschnitt des Interviews*).

(882) Wenn man Filme aus Amerika sieht, wirkt es, als ob dort alle weiß und europäischstämmig sind, aber wenn man auf die Straße schaut, sieht man etwas ganz anderes. (DWDS)

(883) Das Team von Stefan Raab sah diese Gerichtssendung - ständig auf der Suche nach Skurrilitäten und Trash im Fernsehen, die Raab bei der ProSieben-Sendung TV Total präsentiert. (DWDS)

(884) DDR-Generalsekretär Ulbricht hätte ebenfalls seinen Bürgern verboten, westliche Fernsehsender zu sehen. (DWDS)

(885) Der Kommentator hat nämlich nicht nur die Ausschnitte gesehen, sondern das Transskript des Interviews gelesen, (...). (ZEIT-DWDS)

(886) Es ist ein alchemistisches Spektakel, das wir sehen, die Verwandlung von Wasser in Feuer. (ZEIT-DWDS)

(887) "Oh Boy", letzte Nacht habe er Rambo II gesehen, verkündete ein begeisterter Ronald Reagan kurz nach Beendigung der Geiselnahme von Beirut im Juni 1985." (ZEIT-DWDS)

São usos de *sehen* incluíveis em *sehen*₃, embora menos centrais do que os acima ilustrados, os casos em que uma pessoa vê uma cidade/um monumento/um museu/uma exposição... ou o desempenho de uma figura do espectáculo (actor, músico, cantor, futebolista, etc.). A mantém-se, nestes contextos, espectador e fruidor potencial e B objecto experienciado, mas também fruído:

(888) Die Route, die wir auf unserer Tour gefahren sind, hat An in die Landkarte eingezeichnet. Obwohl die Dschunke große Strecken zurückgelegt hat, haben wir nur einen winzigen Teil von Halong gesehen. (ZEIT-DWDS)

(889) Wenn Sie in Nürnberg sind, müssen Sie unbedingt die Burg sehen. (LGDaF)

(890) Rolf hat schon fast die ganze Welt gesehen. (LGDaF)

(891) Das heißt, wir haben uns zwar an Bildern und anderen Kunstwerken gefreut (oder uns über sie geärgert), haben Ausstellungen gesehen, sind über Kunstmessen geschlendert. (DWDS)

(892) Ich habe damals die große Schau im Guggenheim-Museum gesehen, und das kam mir wie die depressivste Ausstellung aller Zeiten vor. (ZEIT-DWDS)

(893) Er hatte sich in Belmondo in Außer Atem verwandelt, den er vor einem Monat in Haifa, in der Cinemathek, mit Judith gesehen hatte (...). (DWDS)

Um evento afim do espectáculo é a cerimónia ou o acto oficial, no exemplo abaixo, que tem em comum com os anteriores o facto de o objecto de percepção ter sido preparado com a finalidade de ser visto, de ter impacto social e ocupar um espaço de tempo determinado. O facto de a cerimónia ou o acto oficial não serem considerados como potenciais objectos de fruição e entretenimento explica a menor proximidade destes em relação aos usos centrais de *sehen*₃:

(894) (...) ein ähnlicher Schauer durchlief ihn auch, wenn er eine Hitler-Rede sah oder auf dem Flohmarkt einen Stand mit Militaria entdeckte. (DWDS)

*Sehen*₃ decorre de um acréscimo de traços em relação a *sehen*₁, nomeadamente a atenção deliberadamente dedicada ao objecto da percepção, durante um espaço de tempo determinado, pelo facto de este ser potencialmente destinado ao entretenimento e à fruição e, ainda, por se encontrar disponível para ser visto. Isto é, o objecto de *sehen*₃ é frequentemente um objecto exposto por iniciativa de alguém ou cujo carácter público, como nos casos de locais de interesse turístico ou de cerimónias oficiais, é sublinhado pela informação sobre ele disponível/publicidade, levando os potenciais espectadores a dedicarem-lhe atenção.

sehen₄ (in den Sinn kommen) – [A **sieht** B (als C)] = [B **kommt** A **in den Sinn**]

B é um objecto virtual, cuja presença na mente pode ser classificada como recordação, imaginação, hipótese, previsão ou visão às quais estão associadas imagens e conteúdos mentais. B pode ser uma entidade simples ou um estado de coisas.

sehen_{4a} (sich erinnern) – A evoca a imagem de um objecto B anteriormente percebido. A recordação (B) sujeita A a uma certa disciplina, é um objecto mentalmente controlado por A, de modo a que corresponda o mais fielmente possível ao passado.

Os enunciados em que *sehen* tem o significado 'sich erinnern' caracterizam-se pela presença dos advérbios de tempo *noch*, *wieder* ou da locução adverbial *immer noch* e/ou do SP *vor sich*,...

B é um objecto simples ou restrito ou, ainda, um estado de coisas e realiza-se sintacticamente como SN (= N sem extensões/N + extensões) ou "Verlaufs-wie-Satz":

(895) Ich sehe noch vor mir, wie die Brandbomben, die sogenannten Christbäume, herunterkamen. (DWDS)

(896) Er sieht immer noch die Sitzreihen vor sich und erinnert sich an die Angst davor, gefragt zu werden. (DWDS)

(897) Er sah das Zimmer wieder vor sich mit den roten Plüschsofas, den Rokokostühlchen und der Batterie geleerter Flaschen auf dem Tisch (...). (DWDS)

sehen_{4b} (sich einbilden) – A forma uma imagem de B que tem liberdade para imaginar, não estando sujeito à disciplina que caracteriza a recordação em **sehen_{4a}**. B é um estado de coisas projectado ou indesejado para o futuro, ao qual podem estar associadas imagens.

Os advérbios de tempo *schon* e *bereits* marcam os enunciados em que *sehen* tem o significado 'sich einbilden'.

B é uma entidade num estado de coisas e realiza-se através de infinitiva Acl.

(898) Da sah ich sie schon halbverfault in irgendeinem Keller liegen, und tatsächlich kam sie mit einer schlimmen Fußinfektion zurück. (DWDS)

(899) Keevy sieht sich bereits tagelang auf diesem eintönigen Asphaltstreifen fahren und braucht - schon jetzt - Abwechslung. (DWDS)

B pode ser seguido de C, um predicativo introduzido por *als* que enquadra, em hipótese, B numa categoria ou no conjunto dos portadores de uma qualidade – [A sieht B als C]:

(900) "Er sieht sich schon als Führer des Hofstaats", spöttelt Arzischewskij. (DWDS)

sehen_{4c} (sich vorstellen können) – A coloca mentalmente uma hipótese B. B é uma ideia formada na mente de A, uma entidade abstracta ou um estado de coisas sobre cuja eventualidade A se pronuncia.⁵⁰⁵

B é realizado por SN (N + extensões) ou "dass-Satz" com verbo no Conjuntivo ou no Indicativo:⁵⁰⁶

(901) Ich sehe nicht die Gefahr, daß wir zu einer Partei der Yuppies werden. (DWDS)

(902) Sein Zehn-Punkte-Plan sei bereits von der Entwicklung überholt worden.
Er sehe - jetzt - keine Möglichkeit mehr für eine Vertragsgemeinschaft und für konföderative Strukturen. (DWDS)

(903) Und bei den Schwierigkeiten, die seine Partei hat - und die er in seiner Partei hat -, sehe ich nicht, daß die auflösbar ist. (DWDS)

⁵⁰⁵ Como diz Sabban (1994: 239) a propósito das modalidades de *ver* (esp.) e *voir* (fr.) como 'sich etwas vorstellen' (recordação, sonho, imaginação), trata-se, neste caso, de "eine weniger bildhafte oder (...) eine rein gedankliche Form der Vorstellung".

⁵⁰⁶ Sobre o emprego de *sehen* com completiva no conjuntivo, veja-se o que dizem Willems & Defrancq (2000: 11) sobre a estrutura congénere com *voir* (cf. citação na nota 379, secção 4.2.2).

(904) Ich sehe nicht, daß in den alten Bundesländern ein Trend in Richtung auf zwölf Schuljahre - aus pädagogischen und bildungspolitischen Motiven - überhaupt denkbar wäre. (DWDS)

sehen_{4d} (voraussehen; voraussagen) – Na mente de A surgem estados de coisas como tendo ocorrido, a partir dos quais A infere outros estados de coisas, também mentais, que A pensa virem a tornar-se reais num tempo futuro. É verosímil a hipótese de ligação de **sehen**_{4d} às outras acepções imagéticas de **sehen**₄, considerando o que sabemos sobre a maneira como efectuamos previsões, por vezes ligadas a imagens (resultantes de algo percebido através da vista) sobre as quais realizamos operações mentais como as de antevisão ou previsão.

(905) MP Modrow wiederholte, daß er in jedem Fall für die SED keine großen Chancen sehe; die SED befinde sich in einer solchen » Zerfaserung «, daß dort nicht mehr viel vor sich gehe. (DWDS)

(906) (...) wenn Gorbatschow Vertrauen habe, daß wir kein Fait Accompli schaffen wollen, sehe er, der Bundeskanzler, eine Chance für ein Arrangement. Voraussetzung sei, daß sich die innenpolitische Lage in der Sowjetunion beruhige. (DWDS)

(907) Die Situation sei zweifellos prekär, aber er sehe auch die Möglichkeit, daß sie sich stabilisieren könne. Genaue Vorhersagen ließen sich aber keinesfalls machen. (DWDS)

A expressão "(es) (schon) kommen sehen", seguida de complemento acusativo posposto, realizado sob forma frásica, caracteriza também os enunciados que podem ser classificados como previsões:

(908) "Ich sehe es schon kommen", notierte der Knabe in fast weiser Voraussicht vor mehr als vierzig Jahren in sein Arbeitsheft, "wie allmählich die ganze Natur verschwindet." (DWDS)

(909) Ich sehe schon kommen, daß ihr bei diesem Geschäft viel Geld verliert. (LGDaF)

(910) Es ist übrigens auffällig, daß Fuchs schon vor der Verabschiedung des Stasi-Unterlagen-Gesetzes gesagt hat: Ich sehe es schon kommen, es wird eine Behörde geben mit langen Gängen, mit viel Bürokratie. (DWDS)

sehen_{4e} (die Vision von... haben) – B apresenta-se a A humano como objecto percebido através da vista, como em *sehen*₁, tornando-se claro apenas pelo contexto frásico que B não é um objecto de percepção (que se apresenta aos olhos de A como objecto de percepção visual), mas um objecto do domínio virtual, uma visão. B é concebido por A como uma realidade presente.

Quando *sehen* significa ‘die Vision von ...haben’, os enunciados caracterizam-se pela presença de léxico específico muito marcado que não deixa dúvidas quanto à interpretação de *sehen* em contexto, como nas frases abaixo: *träumte, Fantasie* e *Himmeln und Höllen*.

B é uma entidade simples ou um estado de coisas com as realizações sintácticas de *sehen*₁.

(911) Ich **träumte** von meiner Mutter, ich sah sie am Fensterplatz des Berliner Zimmers, sah sie fast blind auf dem Sopha [sic], fragte sie, wieweit sie mich erkenne. (DWDS)

(912) Rosen jedenfalls überfluten fast den Film (...), verschwenderisch geht Lesters **Fantasie** mit ihnen um: Er sieht Angela, nackt auf Rosenblüten gebettet oder darin badend (...). (DWDS)

(913) (...) **Himmeln und Höllen**. "Und ich sah Feuerräder", erzählt (...). (DWDS)

As cinco subacepções de **sehen**₄ têm em comum o facto de B ser um objecto virtual mentalmente manipulado. De A em 4_b, 4_c, 4_d e 4_e pode dizer-se que é um visionário e, no caso de (913) em 4_e que é um vidente, mas o mesmo não pode dizer-se para 4_a, em que A é aquele que recorda, isto é, que é sujeito à disciplina das imagens armazenadas que lhe vêm à mente. Do objecto B recordado, em 4_a, pode ainda afirmar-se que é mais concreto do que os objectos imaginados, concebidos, previstos ou que são visões.

À cena de *sehen* vêm juntar-se traços característicos da cena de *in den Sinn kommen* que implica a manipulação mental de imagens, eventualmente armazenadas na memória ou criadas pela mente, que, ao contrário do que acontece em *sehen* prototípico, não são imagens resultantes do processamento de um estímulo externo, fisicamente presente, mas de um objecto virtual, interno ao sujeito da percepção, cuja presença é desencadeada internamente por mecanismos cognitivos como a memória visual ou afectiva e a capacidade de elaborar mentalmente hipóteses, a partir do conhecimento de que se dispõe.

sehen₅ (treffen) – [A sieht B] = [A trifft B]

A e B, ambos pertencentes à classe dos seres humanos, encontram-se.⁵⁰⁷ Quer o encontro seja casual quer não, ambos desempenham o papel de agente, experienciador e objecto de percepção, porque ambos vêm e são vistos, cumprimentam-se, conversam um com o outro, etc. Trata-se, no fundo, de um caso de interacção, em que ‘ver’ (*sehen*) é apenas uma parte da acção. Encontrar(-se com) alguém significa relacionar-se com ele.

⁵⁰⁷ Sobre a pertinência da não distinção entre uma paráfrase ‘treffen’ (encontrar) e uma paráfrase ‘besuchen’ (visitar), cf. Harm (2000: 147). De entre os motivos apontados pelo autor, salientam-se o carácter durativo de *besuchen* não compatível com *sehen₅* (*Ich besuche ihn für drei Wochen /vs/ *Ich habe ihn drei Wochen lang gesehen = ‘ich habe drei Wochen als Besuch bei ihm geweiht’*) e a agentividade de algumas ocorrências do verbo, ligada ao uso do mesmo no modo Imperativo ou à co-ocorrência com verbo modal *sollen* ou *wollen*, por exemplo, sendo apenas estas ocorrências parafraseáveis com *aufsuchen* ou *besuchen*. O autor escolhe, por isso, ‘jdn. treffen’ para descrever o significado de *sehen*, quer nos contextos em que significa ‘encontrar casualmente’, quer naqueles em que o encontro é intencional, podendo o significado ser descrito como ‘visitar’. A agentividade associada pelo autor às ocorrências de *sehen* com o significado de ‘visitar’ está presente também noutros contextos em que o verbo significa genericamente ‘encontrar(-se com) alguém’, visto que ela decorre do facto de a acção descrita pelo verbo ser complexa e caracterizável como interacção em que nenhum dos intervenientes se limita a ser visto, mas em que desempenha outro tipo de funções das quais é agente. Aliás, sem essa componente, não haveria a possibilidade de falar de encontro entre dois indivíduos, mesmo tratando-se de um encontro casual. O encontro poderá ser casual, como quando se encontra alguém sem querer na rua, ou previamente apazado. Quando B se encontra em situação de reclusão, num estabelecimento hospitalar ou prisional, por exemplo, este encontro configura uma visita em que A toma a iniciativa de se deslocar para que o encontro seja possível. Em qualquer dos casos, A *sieht* B refere sempre uma situação de compresença e de interacção de A e B, salvaguardados os contextos excepcionais em que B se encontra impedido de interagir com A, que são devidamente assinalados: *Ich habe ihn gesehen, aber er hat nicht sprechen können*. No entanto, os exemplos com construção recíproca não podem ser lidos como exemplos de ‘visitar’: *Maria sah Peter im Krankenhaus.* (= ‘besuchte’/‘traf’) /vs/ *Maria und Peter sahen sich im Krankenhaus.* (= ‘trafen sich’ /* ‘besuchten sich’).

B realiza-se como N próprio/comum, pronome pessoal (forma de acusativo) ou pronome reflexo.

(914) Schwab ging jahrelang bei vollen Bezügen in Frankfurt spazieren und dachte vielleicht schon daran, dass man sich immer zweimal sieht im Leben. (DWDS)

(915) Da wurde nebenbei für verfolgte Künstler gesammelt, in die Posaune eines Glatzköpfigen tropfte das Wasser, und alte Freunde fielen sich in die Arme, schön, dass wir uns ausgerechnet heute hier sehen! (DWDS)

(916) Um Hans-Dieter zu sehen, war ich von Altenburg bis nach Hildburghausen fast einen Tag lang unterwegs. (DWDS)

É impossível a passiva com manutenção do sentido ‘encontrar(-se)’.

Este sentido de *sehen*, que permite referir a interacção social (cf. Harm 2000: 146-148), decorre da relação metonímica entre a presença visual de alguém perante alguém e o conjunto mais alargado de práticas de relação social que fazem parte de (*sich*) *treffen*. "Treffen", enquanto cena, é um acto que envolve normalmente:

- a) A e B vêem-se (*sehen sich*);
- b) A e B conheciam-se previamente;
- c) A e B interagem verbalmente/comunicam, etc.

Quando se usa *sehen* neste sentido, o que se faz é proceder metonimicamente, tomando o traço a) – ‘(*sich*) *sehen*’ – pelo todo ‘(*sich*) *treffen*’. Por isso, *sehen* permite transmitir a ideia de ‘encontrar(-se) (com) alguém’, embora traços centrais do conceito ‘(*sich*) *treffen*’, por exemplo falar com a(s) pessoa(s), estejam ausentes da cena de *sehen*. Esta sofre um acréscimo de traços, por via da sobreposição com a cena de *treffen*, deixando de designar apenas uma das componentes da acção ("Teilhandlung") – ‘ver alguém’ – para passar a designar a interacção social ‘(*sich*) *treffen*’ (‘encontrar(-se)'), que constitui, ela própria, uma acção complexa de que ‘*sehen*’ é apenas uma parte.⁵⁰⁸

⁵⁰⁸ Para uma definição dos conceitos de "Teilhandlung" e "Begleithandlung", cf. a citação de Harm (2000: 64-65) na nota 385, secção 4.2.2.

A autonomia deste sentido em relação a *sehen*₁ pode testar-se através da aceitabilidade da seguinte frase:

(917) Er hat einen blinden Freund, zu dem er den Kontakt verloren hat. Ich glaube, sie sehen sich seit Jahren nicht mehr.

Havendo um dos participantes que não vê, a única leitura possível de *sehen* é a de 'treffen'.

sehen ₆ (untersuchen; überprüfen; durchsehen) – [A sieht B] = [A untersucht/überprüft B; A sieht B durch]
--

A observa cuidadosamente B, uma entidade ou estado de coisas concretos. A é um agente que concentra deliberadamente em B a vista, a atenção e as suas capacidades intelectivas, para verificar o estado de B.

B realiza-se através de SN que tem como núcleo um N com ou sem extensões.

(918) Anders bei Neubauten in aktiven Bergbauregionen: Da will der Bergbau jeden Bauantrag sehen und besteht notfalls auf Sicherungsmaßnahmen, (...). (DWDS)

(919) Grenzkontrolle, eine Stunde Wartezeit, Männer in Uniform wollen die Pässe sehen. (DWDS)

(920) Und eine Ärztin der Médecins sans frontières wollte meinen Presseausweis sehen, während sie vergeblich das Blut zu stillen versuchte, (...). (DWDS)

(921) Wenn der Bundeskanzler feststelle, die französische Presse sei ungerecht, so wisse er, daß auch die deutsche Presse ungerecht sei. Er habe den Canard⁵⁰⁹ nicht gesehen. Wenn er ihn gelesen hätte, wäre er am Anfang zwar etwas verwirrt gewesen, dann hätte er aber gedacht, dies sei nicht ernst zu nehmen. (DWDS)

⁵⁰⁹ Trata-se do semanário francês *Le Canard enchaîné*, como se vê pela referência, na frase anterior, a "die französische Presse".

(922) Häufig hat der Arzt bereits alle diagnostischen Daten, wenn er erstmals den Patienten sieht. (DWDS)

(923) Die Tests und Hausaufgaben habe ich schon gesehen.

Sehen é parafraseável, em (923), por (Tests und Hausaufgaben) korrigieren, sendo corrigir uma consequência da leitura atenta e da detecção de eventuais falhas, mas não é forçoso que a acção Tests usw. sehen inclua sempre a acção de os corrigir, embora seja frequente que assim aconteça. Por isso, a expressão Prüfungen, Tests, Hausaufgaben usw. sehen é frequentemente associada à ideia de ‘correção’, já que korrigieren, na terminologia de Harm (2000), é uma "Begleithandlung" de sehen em Prüfungen, Tests, Hausaufgaben usw. sehen. Sehen no sentido de ‘corrigir’ é um uso derivado de sehen com o sentido de ‘überprüfen’/‘durchsehen’ que parece ganhar autonomia em contextos muito específicos.

Possível a passiva com werden:

(924) Die Pässe sind von Männern in Uniform gesehen worden.

A sehen₁ juntam-se, para além da concentração deliberada da atenção no objecto, comum a outros casos de sehen, o carácter pormenorizado da observação e, nalguns casos, a competência específica do sujeito e/ou a autoridade, que lhe é publicamente reconhecida, para efectuar essa mesma tarefa, bem como a eventualidade de A recorrer a mecanismos complementares da observação visual, como nos casos em que sehen refere o exame médico.

sehen ₇ (suchen) – [A sieht nach B] = [A sucht B].
--

A efectua as diligências necessárias para encontrar um B com características bem definidas e que, na maioria dos casos, é seu conhecido.

B, o objecto de procura, é realizado sintacticamente por complemento preposicional introduzido por nach seguido de N restrito à classe das entidades passíveis de serem procuradas.

- (925) Der Staub legte sich, ich rappelte mich auf und sah nach Mac. (DWDS)
- (926) Alle acht Tage will ich in Paris nach Post sehen - nach Nachrichten aus der Sowjetunion vor allem. (DWDS)
- (927) Wir tranken jede Menge Bier und vertrieben uns die Zeit mit Kartenspielen. Als Schweigert nach seiner Freundin sehen wollte, blieb er wie versteinert vor dem Abteil stehen. Er mußte mit ansehen, was Priem mit seiner Freundin trieb. (DWDS)
- (928) Jeder muß damit rechnen, daß ein Kind zu Katastrophenfällen in der Nähe rennt. Deshalb müssen Eltern und Erzieher sofort nach den Kindern sehen, wenn sie merken, daß Sirenen heulen und in der Nähe irgendein Unglück passiert sein kann. (DWDS)

A acção complexa 'suchen' traduz-se na realização de acções parciais que podem incluir a selecção de um objecto entre outros, envolvendo o sentido da vista. Pode dizer-se, então, que da cena de *sehen* se destaca a aquisição de informação através da visão e que se juntam à cena os traços prototípicos de *suchen*, nomeadamente a ideia de que o objecto de *suchen* tem de ser identificado entre vários. *Sehen* pode, assim, descrever situações em que 'sehen' integra um conjunto de procedimentos ("Teilhandlungen"), da iniciativa de A, realizados em ordem à detecção de B.

sehen ₈ (herausfinden) – [A sieht B] = [A findet B heraus]
--

A, agente e portador epistémico, faz um esforço consciente/toma uma iniciativa em ordem ao conhecimento de B.

A investiga um determinado estado de coisas, com o intuito de adquirir conhecimento que lhe permita clarificar dúvidas prévias ao momento da percepção. Após o processo de investigação, A fica a saber algo que não sabia antes ("w-Satz") ou verifica a (não)validade de uma hipótese anteriormente colocada ("ob-Satz"). A acção de 'herausfinden' dá lugar a uma operação cognitiva de apreciação da informação

recolhida, que permitirá a A chegar a uma conclusão sobre B. A controla o processo de recolha de informação/conhecimento. A consecução do objectivo (chegar a uma conclusão sobre B) depende da capacidade de A se ocupar física e mentalmente de B, aferindo o valor positivo ou negativo da proposição introduzida por *ob* ou respondendo à questão colocada na interrogativa indirecta.

B é realizado através de completiva finita introduzida por *ob* ("ob-Satz") ou interrogativa indirecta ("w-Satz"):

1. *sehen* + "ob-Satz"

(929) Ich wollte sehen, ob ich damit wie Buddy aussah. (DWDS)

(930) Ich stellte es neben das Bett und machte in der Nacht mehrmals das Licht an, um zu sehen, ob es noch da war. (DWDS)

(931) Um zu sehen, ob Nadia noch atmete, legten wir ihr einen Taschenspiegel vor Mund und Nase. (DWDS)

2. *sehen* + "w-Satz"

(932) Ich bin ihm nach einer Weile nachgegangen, um zu sehen, was er macht, und sehe ihn im vorderen Zimmer mit dem Papier rumprimeln; es sieht so aus, als habe er ein wenig geweint. (DWDS)

(933) Durch Regen und Wind hörte die Frau plötzlich ein Klopfen an der Fensterscheibe und tastete sich durch das dunkle Zimmer, um zu sehen, wer da sei. (DWDS)

(934) [Ich will] mal sehen, was sich tun lässt. (DUDEN)

Nas ocorrências de *sehen* com verbo modal *müssen/sollen* o verbo adquire valor deôntico:

(935) Sie soll [selbst] sehen, wie sie das Problem löst. (DUDEN)

(936) Lassen wir die Erwachsenen mal beiseite; die müssen selber sehen, wie sie mit dem forever young-Dekret zurechtkommen. (DWDS)

(937) Als im September der Krieg ausbrach und die Russen nach Westen vordrangen, wurden alle aus dem Arbeitsdienst entlassen und mußten sehen, wie sie sich nach Hause durchschlugen. (DWDS)

(938) Jede der sieben Maculan-Firmen in den neuen Bundesländern, die zusammen fast doppelt so viele Mitarbeiter beschäftigen wie das Stammhaus in Österreich, muß jetzt sehen, wie sie klarkommt. (DWDS)

À cena de *sehen* juntam-se traços característicos da cena de *herausfinden*, que implica genericamente a recolha de dados e a sua apreciação com o objectivo de clarificar dúvidas ou testar hipóteses, podendo os dados ser obtidos através da visão e/ou por meios distintos. A relação metonímica entre 'herausfinden' e 'sehen' ("Teilhandlung" que faz parte do complexo de acção 'herausfinden') permite que *sehen* sirva para nomear um conjunto de acções, a que chamamos *herausfinden*. Reforça-se, assim, um aspecto da cena de *sehen*: a possibilidade de aquisição de conhecimento por meio da actividade perceptiva, que é um dos aspectos de *herausfinden*; no entanto, o sujeito de *herausfinden* é um agente, como o sujeito de *sehen*₇, ao contrário do sujeito de *sehen*₁ e de *sehen*₉.

sehen₉ (erfahren; wissen; zu wissen bekommen) – [A **sieht** B] = [A **erfährt/weiß** B
A **bekommt** B zu wissen]

A, portador epistémico, descobre B/"bekommt B zu wissen", sem que para isso tenha de tomar qualquer iniciativa, embora se encontre envolvido na aquisição de saber como parte interessada. B é uma descoberta epistémica casual ou uma dedução a partir de indícios que A não procurou.

B, objecto de conhecimento, é um conteúdo mental construído através do processamento de dados da visão ou de outras fontes de informação de que A dispõe. B é o resultado de um processo de inferência e não um conhecimento dependente da iniciativa de A como em *sehen*₈; distingue-se também de *sehen*_{16a} em que B é um estado de coisas reconhecido mediante as suas características, dado à partida como objecto passível de tomada de consciência que não envolve percepção visual.

B é realizado como "w-Satz" ou completiva finita introduzida por *ob* ("ob-Satz") ou, ainda, como "dass-Satz":

- (939) Seht her, ich habe gelogen, das war dumm von mir, aber ich gebe es zu, damit ihr seht, wie ehrlich ich bin. (DWDS)
- (940) Wenn man sieht, wie Minister von heute auf morgen in ein anderes, vollkommen fremdes Ressort wechseln, kommt man unwillkürlich zu dem Schluß, daß ein Minister der einzige hochbezahlte Posten ist, den Ungelernte ausüben können. (DWDS)
- (941) Seine Patriarchalakten 12 sind voll von kanonistischen Verlautbarungen löblichen Reformeifers, aber in der Tat beugte er sich in der Verfallszeit der letzten Makedonier auf dem Kaiserthron jeder offenen Verletzung des Kirchenrechts, ohne - soweit sich sehen läßt - zu protestieren. (DWDS)

A presença de SP introduzido por *aus* ou *an* (+ N que remete para um indício, uma fonte de informação escrita, etc.) ou de um SN que refere um indício sinalizam, nalguns casos, a base informativa sobre a qual se processa a inferência, da qual decorre, para A, B (cf. abaixo a negrito):

- (942) Sie sehen **an seinem Rock**, daß er nicht zu den Ihrigen gehört und entfernen sich. (DWDS)
- (943) **Aus Ihren Zwischenrufen und Ihrem Gelächter** sehe ich, daß wir erst recht im Recht sind, wenn wir Sie um eine Sonderregelung bitten, weil Sie uns kein Verständnis entgegenbringen wollen (Widerspruchzuruf links: Wir trinken auch Bier!). (DWDS)
- (944) Man sieht schon **aus den Titeln**, daß es dem philosophus teutonicus auch wieder um die Geheimnisse der Welt geht, wie Paracelsus, von dem er auch beeinflußt ist. (DWDS)
- (945) Häufig sah man **Leichenteile aus den Hügeln herausragen, auch war vielfach die leichte Schneedecke aufgekratzt**, und man sah, daß hier der Schakal, der Wolf und der wilde Hund ihre Arbeit verrichtet hatten. (DWDS)

Os exemplos seguintes mostram como se transita facilmente do domínio da inferência com base em indícios visualmente perceptíveis para uma conclusão que tem em conta os dados de que A dispõe, podendo estes considerar-se evidência (visual ou não visual) aduzida para corroborar a legitimidade de uma proposição (aquilo que A ficou a saber):

(946) Man sieht **an seiner Anstrengung**, daß er etwas empfindet, was er nicht zeigen will, und meistens blitzen die Emotionen trotz aller Beherrschung aus den Augen- und Mundwinkeln hervor. (DWDS)

(947) Man sieht **an diesem Fall** schließlich, in wessen Hände die Gesellschaft gerät, wenn man der Strategie der Verlagerung politischer Entscheidung aus den demokratisch legitimierten Verfassungsorganen in technokratische, autonome Expertengremien bedenkenlos folgt. (DWDS)

(948) Sie sehen ja **an der 16-jährigen Tatenlosigkeit unserer Vorgänger in dieser Sache**, die nicht einmal unter dem Druck der finanziellen Knappheit standen, dass diese alten Rechts-links-Schemata nichts mehr taugen. (DWDS)

As ocorrências no futuro (*werden sehen*) e a combinatória *mal sehen* relegam a conclusão sobre B para um momento posterior ao da enunciação:

(949) Ich werde sehen, wie ich mich fühle und ob ich hier bleiben will. (DWDS)

(950) Dann werden wir sehen, ob sich die Erfahrungen von kalifornischen Schulen auf Deutschland übertragen lassen. (DWDS)

(951) Mal sehen, wie das Wetter morgen ist. (DUDEN)

Sehen₉, ao contrário de sehen₈ ('herausfinden'), apresenta a aquisição de conhecimento como eventual e não intencionada por A, sendo, nessa medida, mais próximo de sehen₁, em que A experienciador pode ver o que quer e o que não quer, desde que tenha os olhos abertos.

É possível chamar *sehen* a *erfahren/wissen*, porque *erfahren/wissen* constituem, frequentemente, o final de um processo que começou com *sehen*. Trata-se, portanto, de mais um sentido de *sehen* que surge por metonímia.

sehen₁₀ (sich kümmern um; sich einer Sache oder Person annehmen) – [A **sieht nach/auf** B] = [A **kümmert sich um** B]

A, humano, agente, dirige a sua atenção para B e desenvolve as acções necessárias para assegurar a condição normal de B ou, noutros contextos, o bem-estar de B. B é objecto do cuidado de A.

B realiza-se como SN introduzido por *nach/auf*,⁵¹⁰ que desempenha a função sintáctica de complemento preposicional e que tem como núcleo um N concreto com ou sem extensões ou forma pronominal anafórica.

Sehen₁₀ resulta da relação metonímica estabelecida entre a cena de *sich kümmern um* e 'irgendwohin sehen' enquanto "Teilhandlung" da acção 'sich kümmern um' ('cuidar'). Cuidar de alguém ou de algo implica dedicar atenção à entidade que é alvo do cuidado, fazer o que é necessário em ordem à manutenção da sua normalidade ou do seu bem-estar e também, numa grande parte dos casos, olhar para esse alvo. O facto de 'sich kümmern um' implicar dirigir a vista para o alvo do cuidado, no sentido de aferir possíveis alterações da sua condição habitual e definir inicitivas a tomar em consonância com o que se observou, permite que (*irgendwohin*) *sehen* possa, metonimicamente, referir o todo da acção 'sich kümmern um', da qual é apenas uma parte.

À atenção e ao olhar dirigidos para B, já presentes em *sehen*₂, juntam-se a vigilância e as acções próprias do sujeito de *sich kümmern um*.⁵¹¹

(952) Mahnke rennt immer wieder vom Herd ins Wohnzimmer, um nach dem weinenden Thilo zu sehen. (DWDS)

(953) Ihr Hausarzt, der regelmäßig nach ihr sah, deutete diese Äußerungen als Leiden. (DWDS)

⁵¹⁰ O Duden assinala esta possibilidade como pertencente a um registo rural ("landschaftlich"): *Bitte sich auf das Kind*. (Duden). O WDW, no entanto, não o considera como tal.

⁵¹¹ Das quatro preposições direccionais que introduzem o objecto/área-término de *sehen*₂ (*auf*, *nach*, *in* e *zu*) mantêm-se nesta acepção duas, *auf* e *nach*.

(954) Jeden Tag sehe ich nach meinen Radieschen. (DWDS)

(955) Dann sah sie nach den Hühnchen in der Pfanne, nach den aufgetauten Schwertfischsteaks, nach Reis, Kartoffeln und dem Gemüse. (DWDS)

Da cena prototípica de *sehen* acentua-se o aspecto da orientação do olhar como direccionamento da atenção para um objecto concreto. O direccionamento da atenção para o objecto tem expressão sintáctica no complemento preposicional de *sehen*₁₀, à semelhança do que acontece com o complemento direccional de *sehen*₂ ('blicken').

sehen₁₁ (achten auf; seine Aufmerksamkeit richten auf; zielen auf; im Auge haben)
– [A **sieht (auf/nach) B**] = [A **achtet auf/richtet seine Aufmerksamkeit auf/zielt auf B/A hat B im Auge**]

A é convidado a dirigir a sua atenção para B⁵¹² ou o falante afirma sobre A que este concentra a sua atenção quase exclusivamente em B.

Enquanto na acepção anterior (*sehen*₁₀) o objecto está fisicamente perante A, neste sentido de *sehen*, o objecto é um estado de coisas ou um conteúdo de consciência, ao qual deliberadamente se dá atenção.⁵¹³

1. [A *sieht auf/nach B*]

a) A mantém expectativas em relação a B:

(956) Deshalb sieht Warschau mit großer Nervosität auf die Eröffnung der EU-Agrarverhandlungen im Juni. (DWDS)

(957) Alles sah auf den kommenden Präsidenten. (DUDEN)

⁵¹² Recorde-se a referência a Monachini *et al.* (1994: 45), na nota 390 (secção 4.2.2), sobre sentidos dos verbos perceptivos em formas do Imperativo, usadas com o sentido de 'confrontar', 'tomar em consideração', 'examinar'.

⁵¹³ Mesmo quando o preenchimento de B remete para algo de concreto (*Präsident, Bukarest* ou *Geld*), B é sempre encarado de um ponto de vista abstracto, seja porque a sua existência é projectada e não real, seja porque, como no caso de *Bukarest*, aquilo a que se dá atenção não é à cidade em si, mas à informação relevante que se possa retirar sobre a evolução da Hungria, eventualmente dando atenção ao comportamento dos órgãos políticos que têm sede em Bucareste, ou ainda, como com *Geld*, porque o que se enfatiza não é o dinheiro propriamente dito, mas a atitude de alguém perante este, tal como o falante a avalia.

b) A tem em atenção B:

(958) Voller Sorge sieht man im Verteidigungsministerium auf das Beispiel der U. S. Army, die seit der Abschaffung der Wehrpflicht in den Vereinigten Staaten zum Auffangbecken für Unterschichtangehörige mit minimaler Schulbildung geworden ist. (DWDS)

(959) Honecker habe weder die Entwicklung in Ungarn noch in Polen noch in der Sowjetunion wahrgenommen, sondern nur nach Bukarest gesehen. (DWDS)

(960) (...) aber die herrschenden Klassen sind korrupt, sie beugen das Recht und sehen nur auf ihren Vorteil (...). (DWDS)

c) B é um objectivo a atingir ou algo a evitar, segundo a avaliação de A ou de outrem:

(961) Johann Friedrich Gleditsch unterschied 1712 den wenig wählerischen Vieldrucker (...) und den bedächtigen Verleger (...), der auf gute (d. h. für ihn selbst gute) Preise sieht (...). (DWDS)

(962) Statt in Rußland auf Ordnung zu sehen, sollte man sie erst bei uns machen! (DWDS)

(963) Hätten die nur auf das Geld gesehen, dann hätte es diese Verlage gar nicht gegeben.⁵¹⁴ (DWDS)

(964) Wir wissen nicht, wann es genügend Leute geben wird, die nicht aufs Geld zu sehen brauchen. (DWDS)

2. [A sieht B]

B pode ser referido como objecto de um movimento consciente da atenção, através de complemento preposicional introduzido por *auf/nach*, mas pode também ser expresso de forma mais estática, pela variante sintáctica com complemento acusativo, como nos exemplos seguintes:

⁵¹⁴ A concentração exclusiva da atenção de A na obtenção de proventos económicos pode ser veiculada através de uma estrutura onde *auf* não está presente, mas *nur* acentua o carácter de exclusividade do centro da atenção: *Ihr seht ja nur das Geld!* Qualquer das expressões, "aufs Geld sehen" ou "nur das Geld sehen", servem para referir a avareza que caracteriza o comportamento de A.

(965) "Ein Ausnahmefall" (siehe Seite 130). (DWDS)

(966) Sie ist insofern exaktes Spiegelbild unserer heutigen sozialen Situation, einer zunehmend brutal mobbenden, kalten Ellbogen-Gesellschaft, die neben Shareholder-Value vornehmlich das je eigene Image, das Standing, die Vorteile sieht und sucht.⁵¹⁵ (DWDS)

Sehen₁₁ tem em comum com sehen₆, sehen₇, sehen₈, sehen₉ e sehen₁₀ a atenção dedicada ao objecto de percepção, neste caso convocada ou constatada pelo falante.

sehen₁₂ (dafür sorgen, dass...; sich kümmern um) – [A **sieht, dass** B] = [A **sorgt dafür, dass** B/A **kümmert sich um** B]

A atenção dirigida para um objectivo, já presente noutras acepções de *sehen*, e a acção concreta (a necessidade de fazer), muitas vezes suscitada pelo estado de coisas com que A se confronta, já observada na cena de *sehen*, conjugam-se em ordem à consecução de um objectivo que depende em larga medida da acção realizada por A. Os enunciados em que *sehen* apresenta este sentido remetem para actos de ordem, conselho ou expressões de obrigação moral, veiculados através de frases imperativas ou com verbo modal *müssen/sollen* (no Presente ou no "Konjunktiv II").

B realiza-se como "dass-Satz".

A, agente, ocupa-se de, ou age, no sentido de que o estado de coisas nomeado na frase introduzida por *dass* venha a verificar-se; a "dass-Satz" nomeia a finalidade da ocupação de A:

(967) Sieh, dass du bald fertig wirst. (DUDEN)

(968) "Ein böser Schritt, den wir da tun müssen", erklärt der kulturpolitische Sprecher der Fraktion, CDU-Ratsherr Hans-Peter Kreuzberg, und bittet um Verständnis: "Wir müssen jetzt sehen, daß der Haushalt konsolidiert wird." (DWDS)

⁵¹⁵ O facto de não estar expressa a preposição *auf* (como marca sintáctica da direcção para onde se move a atenção de A) pode dever-se à coordenação de *sehen* e *suchen*, neste exemplo particular. Os exemplos sem *auf* têm normalmente *nur*, como em "nur das Geld sehen".

(969) An Ihrer Stelle würde ich sehen, dass ich so schnell wie möglich außer Landes komme. (DWDS)

Sehen₁₂ constitui um sentido derivado de sehen₁₀ ('sich kümmern um'), uma vez que, em sehen₁₀, a preocupação com alguém ou alguma coisa pressupõe agir em favor de alguém/algo, isto é, esse agir tem um dado objectivo. Em sehen₁₂ não é a pessoa/coisa que está em evidência como objecto de sehen, mas sim o objectivo que se persegue, senão atente-se nos exemplos (953) e (967) de sehen₁₀ e sehen₁₂, respectivamente, aqui repetidos como (970) e (971):

(970) Ihr Hausarzt, der regelmäßig nach ihr sah, deutete diese Äußerungen als Leiden. (DWDS)

(971) Sieh, dass du bald fertig wirst. (DUDEEN)

A proximidade entre sehen₁₂ e sehen₁₀ também se pode ser comprovada pelo facto de ambos admitirem semiparáfrases com sorgen:

(972) Der Hausarzt sah nach ihr → Der Hausarzt sorgte für sie.

(973) Sieh, dass du bald fertig bist → Sorg dafür, dass du bald fertig bist.

Os sentidos de sehen 'überprüfen', 'suchen', 'herausfinden', 'wissen', 'die Aufmerksamkeit richten auf', 'sich kümmern um' e 'dafür sorgen, dass' têm em comum a atenção dedicada ao objecto, que começa por ser um objecto fisicamente perceptível em sehen₆, sehen₇ e sehen₁₀ e que deixa de o ser em sehen₈, sehen₉, sehen₁₁ e sehen₁₂, tornando-se mais abstracto. Paralelamente, a própria natureza do objecto sofre alteração: de objecto examinado, procurado ou cuidado e que, portanto, está presente, passa a objecto que é dado como descoberta epistémica intencionada, decorrente da actividade psíquica e/ou visual (em sehen₈), descoberta epistémica não intencionada (em sehen₉), objecto de expectativa ou centro da atenção de A (em sehen₁₁) ou objectivo a atingir (em sehen₁₂).

sehen₁₃ (betrachten; einschätzen; beurteilen) – [A **sieht** B C] = [A **betrachtet/ beurteilt** B C / A **schätzt** B C **ein**]

A, humano, portador epistémico, considera B (abstracto) e o falante avalia o modo como A considera B. *Sehen* liga um sujeito A a um objecto B considerado por A e é acompanhado por um complemento modal (*richtig, falsch,...*) que representa a avaliação que o falante faz de como A considera B.

O complemento modal, anaforizável por *so* é interrogável por *wie?/auf welche Weise?*, mas não predica o complemento acusativo de *sehen*.⁵¹⁶

(974) Das sehen Sie falsch, erwidert der Kanzler. (DWDS)

(975) Was zur Folge hat, daß die Steinbruchbesitzer ihre Meldepflicht nicht mehr ganz so *eng* sehen. (DWDS)

(976) Doch man darf das nicht nur *negativ* sehen und sagen, es wird schwieriger. (DWDS)

(977) Steht auf dem Kopf und sieht die Welt mit *anderen Augen*. (DWDS)

(978) Sich selbst kann er aber *auf diese Weise* nicht sehen, weil er - also sein Charakter und seine Natur - ja die Voraussetzungen dafür darstellt, *wie* er sieht. (DWDS)

(979) Sie lernt, die Welt aus seiner *Perspektive* zu sehen. (DWDS)

(980) Wir sehen den Nationalsozialismus nicht mehr aus der Sicht des unmittelbar Beteiligten, sondern aus der Distanz des Geschichtsbetrachters. (DWDS)

(981) Man muss das so sehen, als ob man auf dem Land lebt und zu jemand anderem aufs Land fährt. (DWDS)

⁵¹⁶ Sobre a distinção entre "Adverbialbestimmung", como as que vemos nos exemplos a seguir, "Objektsprädikativ" (como C em *sehen*₁₂) e ainda "prädikatives Attribut", cf. Helbig & Buscha (¹³1991: 556).

(982) Man sieht die Welt so, wie die Bildkommunikation es einem suggeriert – wenn auch nicht so dramatisch, nicht so kontrastscharf, nicht so lupenrein, nicht so farbig und vor allem: nicht so ausgesucht. (DWDS)

(983) Zwar erwecken die Gründer mit ihrem Projekt überall viel Wohlwollen, "sie haben aber, wenn ich das richtig sehe, keine einzige Mark", sagt Peter Graf Kielmansegg. (DWDS)

O conteúdo do complemento modal é, por vezes, explicitado através de frase, como nos exemplos a seguir:

(984) Jaime sieht das nüchtern: "Die Schwarzen wurden jahrhundertlang fern von der reich gedeckten Tafel abgespeist." (DWDS)

(985) Sein Campuskollege Karlheinz Küting sieht das ähnlich: "Jetzt muss über die Reform des deutschen Prüferwesens diskutiert werden." (DWDS)

(986) Ich habe das aus der bäuerlichen Perspektive gesehen: Ich habe hier meinen Acker bestellt, da hau ich doch nicht ab und lasse alles verrotten. (DWDS)

O uso avaliativo de *sehen* pode ainda ser expresso através de segmentos frásicos com características sintáticas e semântico-pragmáticas distintas das observadas nos exemplos anteriores. Trata-se de segmentos frásicos que não se encontram ao nível dos termos frásicos, não dependem do predicado nem o modificam, resistindo à interrogação com *wie*, à anaforização com *so* e à negação, podendo ser classificados como advérbios de frase. Estes segmentos parentéticos constituídos por adjetivo e participio passado (neste caso do verbo *sehen*) têm, segundo Helbig & Buscha (1991: 669), um comportamento semelhante ao das "Modalwörter", que do ponto de vista semântico-pragmático podem classificar-se como operadores que traduzem o posicionamento subjectivo do falante em relação ao conteúdo asserido, funcionando, portanto, como comentários do falante em relação ao conteúdo da

frase em que estão encaixados.⁵¹⁷ Trata-se de construções participiais ("Partizipialkonstruktionen") condicionais observáveis em verbos *dicendi* e "Verben des Betrachtens und geistigen Sehens" (cf. Helbig & Buscha ¹³1991: 668), em que o sujeito eliminado corresponde a *man* indefinido na frase subordinada correspondente; estes segmentos expressam as condições em que A tem/pode ter uma determinada opinião sobre B, não sendo esta expressa através de *sehen*, mas da frase principal, na qual estas sequências com *sehen* se encontram inseridas:

- (987) Auch wenn der Dax immer noch deutlich von seinem Rekordstand im vergangenen Sommer entfernt ist, so hat ein langfristig orientierter Anleger, der vor zwei, drei Jahren in hiesige Standardwerte investiert hat, **historisch gesehen** [wenn man es historisch sieht/wenn es historisch gesehen wird] weit überdurchschnittliche Gewinne gemacht. (DWDS)
- (988) **So gesehen** [wenn man es so sieht/wenn es so gesehen wird] kommt der Ruf nach Normalität zu früh - ebenso das Lob, die Demokratie habe sich durch die Aufklärung des Skandals bewährt. (DWDS)
- (989) Vielleicht ist **objektiv gesehen** [wenn man es objektiv sieht/wenn es objektiv gesehen wird] seine Leistung gar nicht besser, aber die Nachfrage erlaubt es ihm, zehnmal so hohe Honorare zu verlangen wie der Arzt am Kreiskrankenhaus Starnberg, der die gleiche Arbeit verrichtet. (DWDS)

⁵¹⁷ Para uma caracterização detalhada das "Modalwörter", cf. Helbig & Buscha (¹³1991: 500-512). Dela destaco a contrastação entre "modale Adverbien" (termos frásicos com a função de complemento/suplemento modal) e "Modalwörter", pela sua pertinência para a distinção entre as expressões modais que ocorrem no conjunto de exemplos anteriormente apresentados, nesta acepção de *sehen*, e as que iremos observar nos exemplos (987) - (994): "Die **Modalwörter** bezeichnen nicht das objektive Merkmal des Geschehens (wie die Adverbien), sondern **drücken die subjektiv-modale Einschätzung des Geschehens durch den Sprechenden aus. Nicht die Art und Weise des Geschehens wird von ihnen wiedergegeben**, sondern die Einstellung (Stellungnahme) des Sprechers zum Geschehen. (...) Die Adverbien sind Kondensate von Prädikaten (also auf der gleichen propositionalen Ebene anzusiedeln wie der objektive Aussageinhalt) und stellen folglich (latente) Prädikate über Prädikate dar. Die Modalwörter dagegen sind keine Prädikate, sondern Operatoren, sind *Einstellungsoperatoren*, die Sprechereinstellungen ausdrücken und die Propositionen in bewertete Äußerungen überführen (sie sind also nicht Teile der propositionalen Bedeutung und dürfen folglich auch nicht auf der gleichen semantischen Ebene interpretiert werden wie die bewerteten Propositionen selbst) (...)." (Helbig & Buscha ¹³1991: 503-504, negrito da minha responsabilidade) Engel (²1991) distingue também entre "Modalpartikeln" e "modifikative Adverbien": "Modalpartikeln tragen im allgemeinen nicht - wie etwa die modifikativen Adverbien - zu einer Sachverhaltsbeschreibung bei, indem sie diesen Sachverhalt näher bestimmen; die meisten von ihnen sagen vielmehr etwas aus über die Einstellung des Sprechers zum Sachverhalt, geben somit eine Bewertung des Sachverhalts." (Engel ²1991: 762)

- (990) **Im Ganzen gesehen** [wenn man es im Ganzen sieht/wenn es im Ganzen gesehen wird] geht Euroland also in das neue Jahrtausend mit einer Idealkombination aus geringer Inflation, kräftigem Wachstum, sinkender Arbeitslosigkeit und einem gesunden Leistungsbilanzüberschuss. (DWDS)
- (991) Eine weiterreichende Zustimmung zur Kernenergie lässt sich allerdings nur erreichen, wenn es nachvollziehbaren Fortschritt in der Entsorgungsfrage gibt - auch wenn dies, **von einem rein technischen Standpunkt aus gesehen** [wenn man es von einem rein technischen Standpunkt aus sieht/wenn es von einem rein technischen Standpunkt aus gesehen wird], kein dringliches Problem ist. (DWDS)

O modo como A considera B pode alterar-se com os factores tempo, lugar, etc. (pode ser perspectivado no tempo, no espaço...), como parece demonstrar o comentário parentético da autoria do falante:

- (992) Es ist mir egal, dass er - **von heute aus gesehen** [wenn ich es von heute aus sehe] - damals gelogen hat. (DWDS)
- (993) Diese präsentiert sich weltoffen, jedoch, **von Paris aus gesehen** [wenn man es von Paris aus sieht], ohne historisierenden Anspruch, auch ohne die ewige Wiederkehr des Gleichen, landauf, landab. (DWDS)
- (994) Der Weg dahin, also zu Tynst (1965), Mozart (1977) und Marbot (1981) dauert lange und ist, **von diesen Hauptwerken aus gesehen** [wenn man ihn von diesen Hauptwerken aus sieht], ein windungsreicher Umweg. (DWDS)

A expressão fixa *Oder wie seh ich das?* (Duden)/*Oder wie siehst du das?* serve para o próprio se questionar a si e/ou ao seu ouvinte sobre a adequação da avaliação feita.

Este sentido de *sehen* está relacionado com *sehen*₆, uma vez que *sehen*₆ e *sehen*₁₃ representam duas fases sucessivas do mesmo processo – primeiro ‘observa-se’/‘examina-se’ (‘überprüft/untersucht man’) algo e depois adopta-se um ponto de vista/formula-se um juízo (‘betrachtet man’/‘beurteilt man’/‘schätzt man ein’)

sobre esse algo – isto é, a formulação de um juízo sobre um objecto pode ser vista como consequência lógica da acção ‘überprüfen’/‘untersuchen’.⁵¹⁸ O objecto concreto da atenção de A em *sehen*₆ (*Pässe, Bauantrag, Patient, Tests und Hausaufgaben*, etc.) continua a receber a atenção de A em *sehen*₁₃, mas é agora um estado de coisas/entidade de índole abstracta (*Welt, es/das, Nationalsozialismus*, etc.). A, que era alguém com capacidade para observar/examinar, é, em *sehen*₁₃, qualquer humano dotado da capacidade de avaliar o que observa. A noção de objecto de percepção como objecto avaliado vem, aliás, já da própria cena de *sehen* e mantém-se, quer em *sehen*₆ quer em *sehen*₁₃. O tempo dedicado à observação não é tão relevante aqui como em *sehen*₆; *ein Problem richtig oder falsch sehen* ou *die Welt mit anderen Augen sehen* não têm a exigência de duração das acções ‘überprüfen’/‘untersuchen’.

*Sehen*₁₃ é um sentido dedicado à expressão do juízo do falante sobre a expressão "A sieht B". Na acepção seguinte, *sehen*₁₄, encontra-se a expressão de uma opinião de A acerca de B, formulada através de um predicativo do complemento acusativo.

*Sehen*₁₃ não é parafraseável por ‘halten für’ (cf. (995b), ao contrário do que acontece em *sehen*₁₄ (cf. (996b), mas é parafraseável por ‘betrachten’ (cf. (995c):

(995) a. Das *sehen* Sie falsch, erwidert der Kanzler. (DWDS)

b. *Sie **halten** das **für** falsch...

c. Sie **betrachten** das falsch...

d. Es ist falsch, **wie** Sie das **sehen**,...⁵¹⁹

(996) a. Er sieht die Außenpolitik als prioritär.

b. Er **hält** die Außenpolitik **für** prioritär.

c. Er **betrachtet** die Außenpolitik **als** prioritär.

d. *Es ist prioritär, **wie** er die Außenpolitik **sieht**.

⁵¹⁸ É possível pensar que uma terceira fase do processo que começa com ‘überprüfen’/‘untersuchen’ e continua com ‘betrachten’/‘einschätzen’ é a fase de ‘korrigieren’ em usos como *Tests/Hausaufgaben sehen*, etc. Isto é, da observação do objecto concreto percorrido atentamente com o olhar decorre a sua interpretação e possível correcção, que, como sinalizei em *sehen*₆, é um uso a ganhar autonomia, embora em contextos específicos.

⁵¹⁹ Helbig & Buscha (¹³1991: 501-502) propõem a possibilidade de distinção entre "modale Adverbien" e "Modalwörter" através de paráfrases distintas; os termos frásicos com função de complemento/suplemento modal, englobados na designação "Adverbialbestimmung" e realizados como "modale Adverbien", podem ser extraídos com *Vcop sein* e seguidos de "wie-Satz" na qual figura o conteúdo proposicional. Aplica-se aqui esta proposta de paráfrase, para distinguir estes termos frásicos dos predicativos do complemento acusativo que figuram em *sehen*₁₄.

O estatuto de C, na frase, e a relação entre C e o complemento acusativo é distinta em $sehen_{13}$ e $sehen_{14}$, como se verifica no confronto de (995a-d) com (986a-d). Apenas em $sehen_{13}$ C se comporta como complemento modal e só em $sehen_{14}$ se verifica a possibilidade de paráfrase com *halten für* e a presença de um predicativo do complemento acusativo.

A relação entre $sehen_{13}$ e $sehen_{14}$ voltará ainda a ser alvo de reflexão após a descrição de $sehen_{14}$.

$sehen_{14}$ (*halten für; betrachten*) – [A **sieht** B *als/wie* C; A **sieht in** B C; A **sieht** B C]

A, indivíduo/grupo, pertencente à classe dos seres humanos com capacidade de ajuizar ("Erkenntnisträger") interpreta conscientemente B (humano ou estado de coisas – "Eingeordnetes") como membro de uma classe ou como sendo de um tipo determinado ou ainda como portador de uma qualidade/propriedade – C ("Einordnendes").⁵²⁰ A predica C de B.

1. [A **sieht** B *als /wie* C]

B designa uma entidade (humana ou não humana) ou um estado de coisas com a função sintáctica de complemento acusativo e C desempenha a função de

⁵²⁰ As designações alemãs dos papéis semânticos atribuíveis aos argumentos de *sehen*, neste sentido, são as utilizadas em Helbig & Buscha (¹³1991: 636) na descrição do modelo frásico de *halten für*, exemplificado com "Der Diplomat hielt den Botschafter für einen klugen Politiker" – "Erkenntnisträger (Träger einer Erkenntnisbeziehung)", (*idem, ibidem*: 561), "Eingeordnetes (eingeordnetes Glied einer Einordnungsbeziehung)", (*idem, ibidem*: 635) e "Einordnendes (einordnendes Glied einer Einordnungsbeziehung)", (*idem, ibidem*: 635). Alguns autores, por exemplo Engel & Schumacher (²1978) e Engel (²1991), distinguem de entre os termos frásicos com a função de predicativo do sujeito ou do complemento directo aqueles que têm núcleo nominal ("Einordnungsergänzung"/"Nominalergänzung") dos que têm núcleo adjectival ("Artergänzung"/"Adjektivergänzung"), embora não seja possível distingui-los por anaforização. Efectivamente, não há razões de índole semântica para os diferenciar, a não ser o facto de um subsumir e o outro qualificar "grandezas distintas": "(...) beide **klassifizieren** das Subjekt oder die Akkusativergänzung, sei es durch Einordnung in eine Obermenge, sei es durch Zuordnung eines Merkmals. Eine begriffliche Unterscheidung der beiden Ergänzungen erscheint dennoch praktisch, weil sie durch verschiedene Wörter (Nomen bzw. Adjektiv) konstituiert werden und dementsprechend eine andere Größe entweder subsumieren oder qualifizieren." (Engel ²1991: 197) Engel & Schumacher (²1978: 76), por sua vez, referem o facto de, na prática, nomeadamente nos casos em que o predicativo é expresso por "generalisierende Nebensätze" introduzidas por *wie* ou *als*, apenas se poder decidir se se trata de "Einordnungsergänzung" ou de "Artergänzung" tendo por base a distinção entre "Subsumption" e "Qualifikation", ou seja, entre "Einordnung" e "Zuordnung".

complemento predicativo, realizado como SN introduzido por *als/wie*, permitindo interrogação com *wie* – **Wie sieht A B?** – **A sieht B als/wie C.**

(997) Wim Wenders sieht sich noch immer als Vertreter der freien Kinematografie, im Gegensatz zur korsettierten Hollywood-Industrie. (DWDS)

(998) Die einen sehen das als Vorteil und die anderen nicht. (DWDS)

(999) Der "Wohltäter der Menschheit", wie er in der DDR genannt wurde und wie Jenaer ihn bis vor kurzem sahen, war offenbar ein Überzeugungstäter. (DWDS)

2. [A sieht in B C]

B é uma entidade ou um estado de coisas encarados como sede de uma classe, propriedade ou tipo – sede de aplicação da predicação C – e é realizado sintacticamente como SP introduzido por *in*, eventualmente sob forma frásica.

C realiza-se como SN acusativo cujo núcleo é um N [\pm anim], [\pm concr], com ou sem modificador:

Com B realizado como preposicional, C não é introduzido por preposição, permitindo interrogação com *was* – **Was sieht A in B?** – **A sieht in B C.** O complemento acusativo (C) mantém, no entanto, o valor semântico de predicativo da entidade *in B*:⁵²¹

(1000) Aber die russische Führung sieht schon im amerikanischen Streben nach einer Miniabwehr den Wunsch nach einer umfassenden strategischen Raketen-abwehr – auch wenn diese technisch völlig illusionär ist. (DWDS)

(1001) Klaus Goldtaler (Name geändert) aus Hamburg sieht für seine Zukunft einen großen Vorteil darin, daß Ditec über die Microsoft-Vorgaben hinausgeht.⁵²² (DWDS)

(1002) Die Produzenten sehen den großen Vorteil der deutschen Stromversorgung im Verbundsystem. (DWDS)

⁵²¹ Cf., a propósito desta questão, as formulações *Maria sieht Werner wie einen Vater* /vs/ *Maria sieht in Werner einen Vater*.

⁵²² O Complemento preposicional, quando expresso sob forma frásica, tem na frase matriz o respectivo correlato ("Korrelat") obrigatório (*darin*).

Nos casos em que a avaliação (C) de A acerca de B não é asserida, mas interrogada ou indefinida, a paráfrase adequada não é *halten für*, mas sim *halten von*, *denken über* ou mesmo *interpretieren*, sendo a interrogativa do tipo *wie sieht A B ?* substituível por *was hält A von B? wie interpretiert/betrachtet A B?*:⁵²³

(1003) Wie hat die Ära Kohl ihr Leben beeinflußt, wie sehen sie ihre Zukunft? (DWDS)

(1004) Der Bundeskanzler fragte den Generalsekretär, wie er die Nationalitätenfrage sehe. [... , was er von der Nationalitätenfrage halte.] (DWDS)

(1005) Wie er Gorbatschow einschätze und wie er seine Lage sehe, sei die Frage nicht einfach für ihn. [... und wie er seine Lage betrachte, ...] (DWDS)

(1006) Sicher, einst saß der kluge Kopf unbewegt vor einer Bücherwand und erläuterte, wie er die Welt sah. [... ,wie er die Welt interpretierte.] (DWDS)

3. [A sieht B C]

C não introduzido⁵²⁴ realiza-se como Adj ou como PP/SP usados como predicativos do complemento acusativo, permitindo, como em 1., a interrogação com *wie* – **Wie sieht A B?**

A sieht B C é semanticamente muito próximo de *A sieht B als/wie C*, com predicativo do complemento acusativo não introduzido; no entanto, não é possível usar as duas estruturas indistintamente com todas as classes de predicativos; só as formas com comportamento adjectival podem ocorrer não introduzidas.⁵²⁵

⁵²³ Cf. a citação do extracto relevante para esta distinção, da entrada de *halten* no Duden (sublinhado da minha responsabilidade): **16. a)** *der Meinung, Auffassung sein, dass sich jmd. in bestimmter Weise verhält, etw. in einer bestimmten Weise beschaffen ist; jmdn., etw. als jmdn., etw. betrachten, auffassen: jmdn. für ehrlich, aufrecht, gerissen, falsch h.; er wurde für tot gehalten; du hältst dich wohl für besonders klug?; etw. für gesichert, wahrscheinlich h.; ich halte das nicht für gut, halte es für das Beste, wenn er jetzt geht; sie hat es nicht für möglich gehalten; ich habe dich immer für meinen Freund gehalten; er hält sich für etwas Besonderes; ich hielt sie für ihre Zwillingsschwester; b)* *über jmdn., etw. in bestimmter Weise denken, ein bestimmtes Urteil haben: von jmdm. nicht viel h. (eine geringe Meinung von ihm haben, ihn nicht besonders schätzen); von einer Sache viel, eine ganze Menge, wenig, nichts h.; was hältst du davon? (wie denkst du darüber?).*

⁵²⁴ "Das Objektprädikativ kommt nur bei einer beschränkten Zahl von Verben vor (*nennen, finden, halten für, bezeichnen als* u.a.). Das Vorkommen von *als* und *für* ist nur eine morphologische Besonderheit, die keinen Einfluß auf Syntax und Semantik hat." (Helbig & Buscha ¹³1991: 543)

⁵²⁵ Os SP predicativos (como "in Gefahr" e "im Vorteil") são, por vezes, equivalentes a Participios Passados adjectivais ("in Gefahr" = "gefährdet") ou a outros sintagmas com valor adjectival, como por exemplo "im Vorteil" = "in einer günstigeren Lage".

- (1007) Die Welt druckte eine Serie über gefährdete Existenzen, und die Frankfurter Allgemeine sah durch das Gesetz allein in der Computerbranche mehrere tausend Arbeitsplätze gefährdet. [...Allein in der Computerbranche hielt die Frankfurter Allgemeine mehrere tausend Arbeitsplätze für gefährdet durch das Gesetz] (DWDS)
- (1008) Sie sehen durch den Freihandel den Umweltschutz und die soziale Gerechtigkeit in Gefahr. (DWDS)
- (1009) Nach dieser Prämisse sieht er die Europäer durchaus im Vorteil, denn sie müssen ihr politisches, soziales und ökonomisches System nur reformieren. (DWDS)
- (1010) Er bittet MP Modrow, ihn jederzeit anzurufen, falls die Umstände dies erforderten. Er sehe die Lage sehr kritisch. Gorbatschow habe ihm gestern eine kurze Botschaft auch in diesem Sinne geschickt. (DWDS)
- (1011) Er, der nun alles verloren sieht, auch seinen ursprünglich arglosen Gehorsam gegenüber dem deutschen Staat, - er und die beiden Frauen gehen gemeinsam in den Tod. (DWDS)

Quando A e B são co-referentes, as ocorrências de *sehen* apresentam-se como auto-avaliações do estado em que A se encontra; o estado que A predica de si próprio encontra-se realizado como frase reduzida de Vcop + predicativo:

- (1012) a. Doch weder das Umweltbundesamt (UBA) noch das Darmstädter Öko-Institut sehen sich imstande, das Knowaste-Verfahren aus deutscher Sicht zu beurteilen. (DWDS)
- b. Das Umweltbundesamt (UBA) und das Darmstädter Öko-Institut sehen sich so: Sie **sind** nicht imstande, das Knowaste-Verfahren aus deutscher Sicht zu beurteilen.
- (1013) a. Wir sahen uns außerstande, die ständig höhergeschraubten Forderungen der Wohnungsgesellschaft, die uns aus dem Haus haben wollte, zu erfüllen. (DWDS)
- b. Wir sahen uns so: wir **waren** außerstande, die ständig höhergeschraubten Forderungen der Wohnungsgesellschaft, die uns aus dem Haus haben wollte, zu erfüllen.

Nos exemplos seguintes, a expressão parentética "(so) wie A B sieht" contém a marca de predicativo (so) wie, relacionável com as sequências destacadas a negro:

(1014) Doch das ist ein anderes Kapitel, jetzt geht es um **den CDU-Skandal**, wie ich es sehe, um **die Hysterie**, wie er es sieht. (DWDS)

(1015) So wie ich es sehe, **müssen wir froh sein, wenn das Kultusministerium für dich keine Note 8 einführt**. (DWDS)

(1016) Ich kann dich verstehen, aber trotzdem - so, wie ich die Sache sehe, **hast du dir selbst den Rest gegeben**. (DWDS)

Sehen₁₄ resulta de uma selecção de traços da cena de *sehen*, já presente em *sehen*₁₃, nomeadamente o facto de o objecto prototípico de *sehen* poder ser avaliado por parte do experienciador, prevendo-se, inclusivamente, a possibilidade de divergência interpretativa entre experienciadores. Neste sentido, *sehen*₁₄ é interpretável como extensão de *sehen*₁₃, isto é, como especificação da avaliação presente em *sehen*₁₃, conseguida através do predicativo C – o juízo de A (portador epistémico) acerca de B (portador de propriedade/qualidade, membro de uma classe). 'Halten für' poderia ser a terceira fase de um processo que começa com 'überprüfen'/'untersuchen' (perceptivo), passa por 'beurteilen'/'einschätzen' (visual-cognitivo) e termina na formulação de uma opinião acerca do objecto – *Der Mechaniker sah [überprüfte] das Auto. Er sah [beurteilte] die Schäden sorgfältig. Die Reparatur sah [hielt] er als [für] Unsinn/unmöglich*.

Sehen₁₄, como *sehen*₁₃, comporta-se como verbo judicativo, mas no caso de *sehen*₁₄ a opinião, expressa sob a forma de complemento predicativo, é sobre B. No entanto, em *sehen*₁₃, o que está em causa não é a consideração tecida sobre o objecto propriamente dito, mas a expressão da perspectiva adoptada perante o objecto, na óptica do falante, formulada através de complemento modal/sequência parentética equiparada a partícula modal.

sehen ₁₅ (entgegensehen) – [A sieht B mit C] = [A sieht B mit C entgegen]

A, ser humano intelectual, é portador de um estado psicológico, devido ao impacto psicológico (negativo ou positivo) do estado de coisas B. A não exerce qualquer

controlo sobre B, podendo equiparar-se o significado das sequências mit C *sehen* ao significado de *sein* + Adj/PP/Prep + N "psicológico" (+ *erfüllt*) – possíveis paráfrases de *sehen* dadas entre parêntesis rectos no corpo dos exemplos.

(1017) Auch private Sicherheitskreise sehen das Desinteresse der Bundesregierung mit wachsender Besorgnis. [**sind** um das Desinteresse der Bundesregierung **besorgt/von Sorge erfüllt...**] (DWDS)

Sehen comporta-se, nestas sequências, como verbo-suporte, estando a predicação centrada no N que a ele se liga através da preposição *mit* e cujo referente é um sentimento, uma emoção ou um estado mental.⁵²⁶

B é tipicamente o causador⁵²⁷ do estado em que A se encontra, enquanto psicologicamente afectado, como se pode verificar em (1017'), onde se reconstitui o causador, na função de sujeito de um verbo psicológico com experienciador na posição de complemento acusativo:

(1017') Das Desinteresse der Bundesregierung **besorgt** auch private Sicherheitskreise.

B realiza-se como SN ou "dass-Satz".

A reformulação com predicado verbal psicológico é dada em (1018b) - (1021b):

(1018) a. Viele unserer Mitbürger **sehen mit Sorge** [**sind in Sorge/besorgt** um] einen Konflikt zwischen dem ökonomischen Ziel des Wachstums einerseits und dem Bedürfnis nach Erhaltung einer gesunden Umwelt und nach einer sparsamen Verwendung der Rohstoffreserven andererseits. (DWDS)

b. Ein Konflikt zwischen (...) einerseits und dem Bedürfnis nach (...) andererseits **besorgt** viele unserer Mitbürger.

(1019) a. Wir **sähen** jedoch **mit Betroffenheit** [**wären** davon **betroffen**], daß das Vertrauen in letzter Zeit offenbar geringer geworden sei. (DWDS)

b. Daß..., **hätte** uns **betroffen**.

⁵²⁶ *Staunen, Kummer, Sorge, Besorgnis, Freude, Schrecken, Betroffenheit* e *Empörung* são alguns dos Ns encontrados no corpus em expressões deste tipo.

⁵²⁷ Tenha-se em mente a distinção, já referida, entre causador e agente, segundo Peres (1984: 87).

(1020) a. Dann aber **sehen** sie **mit Schrecken** [**waren** sie davor **erschrocken**], daß die Intelligentesten die Unterklasse verließen und in die Ränge der Elite aufstiegen. (DWDS)

b. Daß..., **hat** sie **erschrocken**.

(1021) a. Daher **sehe** ich **mit Befriedigung** [**bin** ich damit **zufrieden**], daß die Kirche in Afrika getreu ihrer Berufung - auf der Seite der Unterdrückten und der Ausgegrenzten sowie jener steht, deren Stimmen nicht zu vernehmen sind. (DWDS)

b. Daß ..., **befriedigt** mich.

Sehen₁₅ apresenta-se como sentido derivado de sehen₁₄, em que *sehen*, destituído de valor semântico rico, não tem qualquer carácter de verbo perceptivo, nem mesmo de verbo judicativo/de opinião, ou seja, o sujeito deste *sehen* 'está perante' um estado de coisas, numa atitude passiva de sujeito de afectação emocional que mantém apenas a condição de "ser intelectual". O facto de *sehen* estar aqui como verbo-suporte de uma predicação centrada no N psicológico que a ele se liga evidencia a tendência para a gramaticalização ligada a certos sentidos de *sehen*.

sehen₁₆ (sich bewusst werden; erkennen; verstehen) – [A **sieht** B] = [A **wird sich** B **bewusst**]

Por meio de operações cognitivas, A humano (portador epistémico) torna-se consciente de um estado de coisas B (objecto de conhecimento), não perceptível através de nenhuma das cinco modalidades perceptivas.⁵²⁸

B apresenta-se como aquisição epistémica resultante de compreensão ou do reconhecimento de determinadas características do objecto.

⁵²⁸ Esta definição toma como referência Harm (2000: 143): "Unabhängig davon, ob man im Einzelfall 'erkennen' oder 'verstehen' ansetzt, kann die Zielbedeutung angegeben werden mit 'Klarheit über einen Sachverhalt gewinnen' oder expliziter 'sich über kognitive Operationen eines nicht sinnlich wahrnehmbaren Sachverhalts bewußt werden'. Das Bewußtwerden über kognitive Operationen eröffnet zugleich den umfassendsten und objektivsten Zugang zu einem Sachverhalt, der dem menschlichen Erkenntnissubjekt möglich ist."

Nalguns casos, a paráfrase mais adequada é *verstehen*, noutras *erkennen*, tendo em conta as diferenças que podem existir no processo pelo qual A se torna consciente de B (*sich B bewusst wird*). Há casos em que qualquer uma das paráfrases parece adequada, isto é, em que se verifica uma certa ambiguidade entre as leituras ‘*verstehen*’ e ‘*erkennen*’:

- (1022) a. Er schüttelte den Kopf und versuchte, den Hohn aus seinem Lächeln zu verbannen, als er **sah** [**sich dessen bewusst wurde**], wie sehr er sie damit verletzte. (DWDS)
b. ..., als er **erkannte**, wie sehr er sie damit verletzte.
c. ..., als er **verstand**, wie sehr er sie damit verletzte.

A pode tornar-se consciente do estado de coisas B através do reconhecimento das suas características (‘*sehen*’ = ‘*erkennen*’) ou integrando harmoniosamente B como objecto percebido no conjunto dos seus conhecimentos (‘*sehen*’ = ‘*verstehen*’).

Face à dupla manifestação do processo de tomada de consciência, optei por não considerar dois significados inteiramente distintos, mas duas leituras englobadas no mesmo *sehen*. Em *sehen*_{16a} encontraremos os enunciados que admitem paráfrase com *erkennen*, em *sehen*_{16b} apenas os que aceitam a paráfrase *verstehen*, embora saibamos que há casos ambíguos como (1022a)

sehen_{16a} (*erkennen*) – [A **sieht** B] = [A **erkennt** B]

B, objecto de conhecimento, é um estado de coisas abstracto, cuja existência é dada como adquirida/asserida, e que é de algum modo independente da própria percepção. Cabe a A, portador epistémico, distinguir os seus traços característicos.

B realiza-se como SN (= N abstracto com ou sem extensões) ou "dass-Satz":

- (1023) Zwar wünscht er sich nichts sehnlicher als eine kleine Apartmentwohnung im Stadtzentrum, doch er sieht auch die Vorteile seiner Situation: "Hier draußen ist die Luft frischer, und wir besitzen einen kleinen Gemüsegarten." (DWDS)

(1024) Das Positive auf beiden Seiten zu sehen und fortzuentwickeln und so unser demokratisches System zu festigen: Das ist auch jetzt noch mein Traum. (DWDS)

(1025) Jetzt reibt sich das Land die Augen und sieht durch die Worte Schröders Bewegung, wo sonst Stillstand war. (DWDS)

(1026) Der kritische Punkt jetzt sei, daß er, der Bundeskanzler, erreichen müsse, daß die Menschen in der DDR bleiben. Dieses Problem sehe man leider außerhalb Deutschlands nicht. Wir würden nicht durchhalten, wenn zu viele aus der DDR davonliefen. (DWDS)

(1027) Wir sehen nicht, daß die Resolutionen der Vereinten Nationen durch die irakischen Aktionen in Frage gestellt worden sind. (DWDS)

sehen_{16b} (verstehen) – [A **sieht** B] = [A **versteht** B]

A portador epistémico alcança B com a inteligência. A realiza um raciocínio que lhe permite integrar harmoniosamente B nos seus conteúdos de consciência, não apenas como um objecto apercebido, mas como objecto percebido.

B realiza-se como SN (= N abstracto com ou sem extensões), "dass-Satz", "w-Satz" ou frase completiva finita não introduzida ("uneingeleiteter Nebensatz" em Helbig & Buscha¹³ 1991: 644):

(1028) Er erwähnte dabei öffentliche Äußerungen von Bundesminister Schäuble und des Bundeskanzlers über eine weitgehende Amnestie. Er sehe, daß die Bundesregierung hier beruhigend wirken wolle. Eine solche Amnestie werde jedoch das Problem nicht lösen (...). (DWDS)

(1029) "Geld vom Staat ist nur umständlich zu bekommen", sagt Cheryl Sesnon, "und Spenden von Unternehmen haben den Vorteil, daß unsere Obdachlosen sehen: Die Wirtschaft ist daran interessiert, daß sie trainiert werden". (DWDS)

(1030) Sie sehen also bereits, weshalb der Mensch, wenn möglich, den Partner für's Leben gefunden haben sollte. Wer will schon ein zweites Mal durch diesen organisatorischen Nahkampf gehen? (DWDS)

(1031) Ich sehe schon, so ist das nicht zu machen. (DUDEEN)

(1032) Siehst du [wohl]/(ugs.:) siehste. (DUDEEN)

Este sentido de *sehen*, que coloca o verbo no campo da cognição, surge, segundo Harm (2000: 144), por analogia entre a visão e a cognição, baseada na fiabilidade da evidência directa⁵²⁹ recolhida através da visão, por esta ser considerada mais objectiva do que a que se pode obter através de outras fontes. Este facto facilita a conceptualização do conhecimento como visão:

Das Sehvermögen liefert die meisten und die verlässlichsten Informationen über die Wirklichkeit; als Vergleichsgrundlage für intellektuelle Prozesse wie 'erkennen' und 'verstehen', die den objektivsten Zugang zur Welt eröffnen, ist die 'objektivste' Sinnesmodalität Sehen deshalb besser geeignet als die anderen Modalitäten. (Harm 2000: 144)

Harm (2000: 144) apresenta este sentido como manifestação da "Mind-as-Body-Metaphor" de Sweetser (1990), atribuindo à conceptualização da cognição como visão carácter universal, o que, como já tive oportunidade de mencionar, é questionável a partir do estudo de Evans & Wilkins (1998), que apresentei no capítulo 3, secção 3.2.3.2.

A cena prototípica de *sehen*, aliás, constitui ela própria um bom ponto de partida para esta analogia, já que as instâncias de *sehen* físico referem, frequentemente, o que o experienciador julga/crê saber através da percepção e também evidenciam o estatuto do experienciador como portador epistémico, capaz de reconhecer, categorizar ou

⁵²⁹ Harm (2000: 143-144) questiona, a meu ver bem, que a base da analogia entre visão e cognição seja a tarefa de selecção e focalização subjacente à percepção visual. Segundo o autor, do ponto de vista do senso comum, não há essa consciência da selecção de estímulos na visão, sendo esta habitualmente entendida como experiência passiva e não como actividade, o que deixa de fora a possibilidade de termos uma escolha/selecção (agentiva) na base da analogia.

avaliar. Portanto, 'erkennen' e 'verstehen' estão associados, desde logo, à cena de *sehen*, uma vez que nenhum acto de *sehen* físico é indissociável do conhecimento possuído pelo experienciador, acrescido do conhecimento potencialmente adquirido por via do processamento da informação visual.

sehen₁₇ – [A sieht B C]

Sehen₁₇ distingue-se de sehen₁, de sehen₁₄ e de sehen₁₆ pelo facto de B não ser um mero objecto de percepção visual/intelectual ou objecto avaliado, mas antes um objecto com o qual A se confronta. Sehen₁₇ apresenta como características específicas A estar envolvido no objecto e a ausência da necessidade de presença física desse objecto perante A.

A, humano portador de uma vivência que o próprio não controla, é contemporâneo de um estado de coisas no qual se encontra envolvido e que pode revestir vários aspectos, sendo mais ou menos positivo, e ainda real ou hipotético, presente, passado ou futuro.

A é uma entidade afectada por um estado de coisas com consequências para si e, nesta medida, é ainda um experienciador, no sentido de Peres (1984: 118).⁵³⁰

O estado de coisas em que está envolvido é, frequentemente, malefactivo para A, existindo sempre um agente responsável ou uma causa sugerida para esse estado de coisas, ainda que estes nem sempre sejam reconstituíveis/expressos.

O estado de coisas é descrito por frase participial reduzida que veicula um estado resultante de um acontecimento (cf. (1033b)). Na frase reduzida encontram-se B, o complemento acusativo de *sehen*, e C, um predicativo do complemento acusativo:⁵³¹

⁵³⁰ São experienciadores os sujeitos de experiências sensoriais (como sehen₁), mas também de experiências psíquicas como *befürchten*, etc., não causadores das situações em que se encontram ou dos eventos psíquicos que sofrem.

⁵³¹ "Prädikatives Attribut" na definição de Helbig & Buscha (¹³1991: 554-557).

1. [A **sieht** B C] – A sieht B + PP

(1033) a. Auch Wilhelm Heile sah seine Hoffnungen enttäuscht; nach 1933 siedelte er, um Repressalien der Gestapo zu entgehen, von Berlin in die Niederlausitz über, wo er ein Gut bewirtschaftete. (DWDS)

b. Seine Hoffnungen wurden enttäuscht.

(1034) Die in Frankfurt verbliebenen Abgeordneten sehen ihre Entscheidungsfreiheit gefährdet. (DWDS)

(1035) Die SPD sah ihre Erwartungen nicht erfüllt, da das Wahlziel, stärkste Partei zu werden, nicht erreicht wurde. (DWDS)

Na maioria dos casos de *sehen*₁₇, no entanto, B realiza-se como *sich*, co-referente de A:

2. [A **sieht** B C] – A sieht sich + PP

(1036) Bereits 1959 hatten sich die Jobvermittler des Arbeitsamtes Stuttgart wegen der geringen Nachfrage genötigt gesehen, *per* Inserat in der » Stuttgarter Presse « für ihre Dienstleistungen zu werben (...). (DWDS)

(1037) Nur flüchtig nämlich waren die Beziehungen, welche zwischen meinem Vater und der Firma Cercllet als solcher aus seinem Eintritt als Commis hervorgingen, da schon kurze Zeit nach diesem Eintritt mein Großvater sich *veranlaßt* sah sein Geschäft in Petersburg aufzulösen und ein neues in Hamburg zu beginnen. (DWDS)

Quando reformulada, na activa, a frase participial, é identificável na posição de sujeito o causador do estado de coisas malefactive para A, embora este, muitas vezes, já se encontre expresse ou sugerido na frase com *sehen*:

(1038) a. Nach Verlauf von zwei Jahren **reichte die Rente nicht einmal mehr aus**, das Feuerholz zu bezahlen. Madame sah sich *gezwungen*, ihr Haus zu verkaufen, zu lächerlich geringem Preis, denn es gab plötzlich außer ihr Tausende von anderen Leuten, die ihr Haus ebenfalls verkaufen mußten. (DWDS)

b. Der Geldmangel **zwang** Madame, ihr Haus zu verkaufen....

Ao comparar os casos de *sehen*_{17.1 e 2}, acima apresentados, com casos de *sehen*_{14.3}, onde B também é seguido de um predicativo C, verifica-se que as ocorrências de *sehen*₁₇ têm um carácter apassivante,⁵³² que lhes advém do facto de *sehen* co-correr com Particípio Passado e, em grande parte dos casos, com *sich*; mesmo nos exemplos em que não há pronome reflexo, mantém-se o sentido passivo, decorrente da referência a A no complemento acusativo (cf. em (1040) o possessivo *seine*). Senão vejamos os exemplos (1007), (1033) e (1038), que abaixo repetimos como (1039), (1040) e (1041), e as paráfrases agora propostas:

(1039) Die Welt druckte eine Serie über gefährdete Existenzen, und die Frankfurter Allgemeine sah durch das Gesetz allein in der Computerbranche mehrere tausend Arbeitsplätze gefährdet. (DWDS)

(1039') ...die Frankfurter Allgemeine **betrachtete** mehrere tausend Arbeitsplätze als durch das Gesetz **gefährdet**.

(1040) Auch Wilhelm Heile sah seine Hoffnungen enttäuscht; nach 1933 siedelte er, um Repressalien der Gestapo zu entgehen, von Berlin in die Niederlausitz über, wo er ein Gut bewirtschaftete. (DWDS)

(1040') Wilhelm Heile sah, dass seine Hoffnungen **enttäuscht wurden**.

(1041) Nach Verlauf von zwei Jahren reichte die Rente nicht einmal mehr aus, das Feuerholz zu bezahlen. Madame sah sich gezwungen, ihr Haus zu verkaufen, (...). (DWDS)

(1041') Madame **wurde gezwungen**, ihr Haus zu verkaufen...

A encontra-se, em *sehen*₁₇, como "presenciador" passivo de um estado de coisas e *sehen* já não tem a dimensão judicativa forte de *sehen*_{14.3}, patente em), parafraseável por *betrachten als*. Os dois exemplos de *sehen*₁₇, pelo contrário, não admitem essa mesma paráfrase, o que revela que A não tem aqui o estatuto de ajuizador.

⁵³² Sobre a possibilidade de auxiliarização de *voir* em construções com *se voir* + VInf e *se voir* + PP e sobre a interpretação destas como passivas alternativas à passiva de *être* (variação estilística e/ou distribuição complementar), cf. os artigos de Bat-Zeev Shyldkrot (1981, 1984 e 1987) e, pontualmente, Labelle (1995) e (2003).

A estrutura *sich + PP + sehen* parece ser preferida a *PP + werden* quando o estado de coisas encaixado não tem agente humano (cf. acima (1038b)), como acontece com grande número de ocorrências de *sich gezwungen sehen* sem agente, mas com causador expresso ou reconstituível.

A formulação com *sich sehen*, quando comparada com a passiva de *werden* ("Vorgangspassiv"), coloca em relevo a afectação do experienciador atribuída a uma causa/agente externos, mesmo quando estes não se encontram expressos, enquanto a passiva de *werden* evidencia o processo, independentemente dos efeitos que este tem no participante a que se refere o complemento acusativo na frase activa, ainda que se mantenha nos dois casos a ausência de controlo do sujeito de *PP + werden* ou *sich + PP + sehen* sobre o estado de coisas que o afecta.

(1042) 566 Passagiere hielten sich nicht an das Rauchverbot, 389 hatten die Folgen ihres Alkoholkonsums nicht mehr im Griff, 261 tobten sich verbal aus, und 36 sahen sich veranlasst, zu prügeln oder zu treten. (DWDS)

(1043) Die Februar-Revolution in Paris wurde deshalb blutig niedergeschlagen, weil diese Bourgeoisie sich bedroht sah durch die bislang machtlose Unterschicht; so ersetzte sie Liberté, Egalité, Fraternité durch Infanterie, Kavallerie, Artillerie. (DWDS)

(1044) Der Bundestag hatte den Kindergartenanspruch 1992 zusammen mit dem geänderten Abtreibungsgesetz beschlossen, damit keine Frau sich zum Abbruch gedrängt sehe durch die Angst, Kind und Beruf nicht verbinden zu können. (DWDS)
[...damit die Angst, Kind und Beruf nicht verbinden zu können, keine Frau zum Abbruch drängt]

(1045) Es gehören gute Nerven dazu, acht Jahre lang die Halbherzigkeit öffentlich vorgetragene Mitgeföhls zu ertragen, nichtssagende Händedrücke mit Politikern auszutauschen und sich im übrigen allein gelassen zu sehen durch die Regierungen des Westens, die keine anderen Werte mehr anzuerkennen scheinen als den wirtschaftlichen Erfolg. (DWDS)

(1046) Wenn Regierungen und Parlamente sich also *gezwungen* sehen, heute auf die Bedürfnisse und Präferenzen der internationalen Finanzmärkte stärker Rücksicht zu nehmen, dann ist das auch auf die Fehler der Vergangenheit zurückzuführen. (DWDS)

(1047) Die Mandäer sahen sich einem starken Assimilationsdruck ausgesetzt, der in vielen Fällen zur Islamisierung führte. (DWDS)

(1048) Wer Atomkraftwerke abschaffen will, sieht sich folglich mit der Frage konfrontiert: Wie erzeugen wir dann auf andere Weise Strom? (DWDS)

Zifonun et al. (1997: 1418) referem-se a um exemplo de *sehen* + *sich* + PP como "passivische Konstruktion" – *Er sah sich umstellt von Feinden* – e sublinham o paralelismo deste caso com algumas ocorrências de *lassen* e casos raros de *hören* em construções ACI com uma estrutura argumental própria da passiva:

Bei *hören* (selten), vor allem aber bei *lassen* kann die IK [Infinitivkonstruktion] in einer passivähnlichen Struktur auftreten. Denotat des Zentralakkusativs ist nicht der Handlungs- oder Zustandsträger (AG/EXP), sondern derjenige, demgegenüber die vom Infinitiv bezeichnete Handlung vollzogen wird (OBJ/ZIEL). AG erscheint als *von/durch*-Phrase. Es liegt somit die Argumentstruktur der Passivkonverse vor, verbmorphologisch ist keine Passiv-Diathese realisiert, sondern der einfache, nicht periphrastische Infinitiv (Infinitiv Aktiv). (Zifonun et al. 1997: 1415, sublinhados meus)

Este uso de *sehen*, nas suas várias realizações sintáticas, apresenta-se como derivado de *sehen*₁, por um processo de dessemantização ("semantic bleaching"). Começa este processo pela perda da componente visual associada à percepção no papel do experienciador de *sehen*₁, afectado por um estímulo visual, mantendo-se o sujeito de *sehen*₁₇ como sede de uma experiência que nada tem a ver com percepção visual. Também se perdeu a dimensão judicativa/avaliativa do sujeito de *sehen*₁, que ainda encontramos no caso de *sehen*₁₄. O experienciador é claramente secundarizado em relação ao estado de coisas que experiencia e o elemento mais relevante passa a ser um estado de coisas do ponto de vista das consequências que tem para o sujeito, que mantém do papel de experienciador a condição de psicologicamente afectado, estando cada vez mais em relevo aquilo que produz essa afectação.

O uso de *sehen* em perífrases com os verbos volitivos *wollen* e *mögen*, nos exemplos seguintes, apresenta o objecto como vivência eventual (in)desejada.

O verbo que com *sehen* constitui perífrase acentua a ideia de que os potenciais experienciadores se concebem a si próprios ou são vistos por outrem como indivíduos que (não) querem ser contemporâneos de um determinado estado de coisas, num momento distinto do momento da enunciação, e que não exercem controlo sobre o (in)cumprimento dessa vontade/opção, etc., à semelhança do que acontece com o sujeito de *sehen*₁₇ nos casos anteriormente apreciados. Também aqui encontramos um potencial presenciador passivo de um estado de coisas:

(1049) Wir haben hier ein schönes Beispiel internationaler Solidarität vor uns, das man gern auch an anderen Spannungsherden, die große Sorge bereiten, angewandt **sehen möchte**. (DWDS) [...man möchte gern, dass das auch an anderen Spannungsherden angewandt wird]

(1050) Bei der Zwischenwahl werden die Amerikaner - von denen die meisten den Fall so schnell wie möglich beendet **sehen möchten** - gezwungen sein, ihrer politischen Pflicht ins Auge zu sehen und eine politische Entscheidung zu treffen, die nur ihnen obliegt. (DWDS) [...die meisten möchten, dass der Fall so schnell wie möglich beendet ist/wird]

(1051) (...) große Übereinstimmung habe es in der Sicherheitspolitik gegeben, bei der Paris ausdrücklich beide Elemente des NATO-Doppelbeschlusses unterstütze, aber seine eigenen Waffensysteme nicht in die Verhandlungen über Rüstungsbegrenzungen einbezogen **sehen möchte**. (DWDS) [...Paris möchte nicht, dass seine eigenen Waffensysteme in die Verhandlungen über Rüstungsbegrenzungen einbezogen werden]

Tal como acontece com *ver* no mesmo tipo de construção com verbos volitivos, a utilização de *sehen* serve, como propõe Bat-Zeev Shyldkrot (1984) para *voir*, para evitar dificuldades estilísticas ou restrições gramaticais relacionadas com a inserção frásica de conteúdos encaixados. Nos casos francês e português, recorde-se, um dos principais motivos é a repetição de *que* (completivo e relativo). No alemão, a utilização de *sehen*

parece servir o propósito de evitar a introdução de uma "dass-Satz", por exemplo no interior de uma relativa. Senão vejamos a reformulação (1052b) com "dass-Satz" em vez de *wollen* + PP + *sehen*:

- (1052) a. Im Westen muß man akzeptieren, daß wir gewisse Grundeinstellungen miteingebracht haben, die wir respektiert **sehen wollen** - zum Beispiel den differenzierten Umgang mit SED-Genossen. (DWDs) [...wir wollen, dass sie respektiert werden]
- b. Im Westen muss man akzeptieren, daß wir gewisse Grundeinstellungen miteingebracht haben, von denen wir wollen, dass sie respektiert werden - zum Beispiel den differenzierten Umgang mit SED-Genossen.

A alternativa ao uso de *sehen* ou à sucessão de relativa e "dass-Satz" seria a extracção do conteúdo da relativa e da participial, constituindo uma frase independente, ligada à primeira por *und*:

- c. Im Westen muss man akzeptieren, daß wir gewisse Grundeinstellungen miteingebracht haben, zum Beispiel den differenzierten Umgang mit SED-Genossen, und wir wollen, dass sie respektiert werden.

Em causa está o uso de uma estratégia que evita o encaixe de uma "dass-Satz" no interior de uma relativa, ela própria de carácter eminentemente parentético. O recurso a *sehen* permite a inserção de conteúdo encaixado numa relativa, mantendo a simplicidade estrutural.

O uso de *sehen* como estratégia de subordinação implícita revela um outro aspecto da gramaticalização deste item lexical.

sehen₁₈ – [A sieht B]
--

O sujeito de *sehen₁₇* – caracterizado pela passividade que lhe advém do facto de não controlar o estado de coisas que o afecta, sendo este da responsabilidade de um agente ou causador externo – é alargado a entidades não humanas – o sujeito de *sehen₁₈* indica um local ou um fragmento temporal.

As condições que favorecem a ocorrência de sujeitos não humanos, incapazes de experienciar, estão já presentes em *sehen*₁₇ – a inexistência de qualquer vestígio de percepção visual e o grande protagonismo do estado de coisas que se liga a *sehen*, muitas vezes constituindo um predicado complexo.⁵³³ A característica de ausência de controlo sobre B, já existente nas frases com experienciador humano de *sehen*₁₇ e o protagonismo de B, enquanto acontecimento, bem como a crescente ausência de afectação, que caracterizam *sehen*₁₈, revelam um processo de gramaticalização em curso.

Prosegue, assim, a dessemantização em relação a *sehen*₁ de que já se falou em *sehen*₁₇. *Sehen*₁₈ representa o passo seguinte desse "semantic bleaching" – o experienciador humano deixa de estar presente e no seu lugar temos um tempo ou um lugar relacionados com um acontecer que o(s) envolve e que apenas nalguns casos o(s) afecta. O último passo desta progressiva perda de conteúdo semântico de *sehen* é, portanto, a ausência de sujeito humano experienciador e, em última instância, a ausência de afectação.

(1053) Über fünf Millionen polnische Staatsbürger haben ihr Leben verloren. Der Rest lebt in einer Armut wie sie Europa seit Jahrhunderten nicht gesehen hat. (DWDS)
[wie sie **in Europa** seit Jahrhunderten nicht vorgekommen ist/wie es sie nicht gegeben hat]

(1054) Die Versammlung, die sich bis gegen Mitternacht hinzog, gestaltete sich zu einer der stürmischsten Zusammenkünfte von Funktionären, die Berlin in den letzten Jahren gesehen hat. (DWDS)
[...,die in den Letzten Jahren **in Berlin** geschahen/stattfanden]

(1055) **Das fünfzehnte Jahrhundert** sieht neue Bewegungen der Zünfte gegen die Ratsobrigkeiten, besonders im Gebiet der Hanse,(...). (DWDS)

(1056) **Der erste Tag des neuen Jahrhunderts** sieht unsere Armee, d.h. unser Volk in Waffen, um seine Feldzeichen geschaart, vor dem Herrn der Heerfchaaren knien, und wahrlich, wenn irgendwer besonderen Grund hat, sich heute vor Gott zu beugen, so ist es unser Heer. (DWDS)

⁵³³ Nestes predicados, como *sah sich gezwungen*, *sah sich genötigt*, etc., o centro da predicação está no verbo da frase reduzida e não em *sehen*; como já vimos, ali se condensa o evento que produz a afectação de A.

(1057) Die reine Papierwährung schien damit das endgültige Geldsystem zu werden. Indessen 1489 ist das letzte Jahr, aus welchem die Annalistik das Papiergeld erwähnt, und das **16. Jahrhundert** sah Versuche forcierter Kupferprägung, die indessen gleichfalls mißlingen. (DWDS)

(1058) Kein Mißerfolg, kein Verrat, kein Rückschlag mehr, so Bitterstes auch noch eintreffen mag, kann die größte Entscheidung, die ein Jahrhundert gesehen hat, wieder ungeschehen machen. (DWDS)
[..., die in einem Jahrhundert getroffen wurde]

O estado de coisas referido nas alternativas de formulação sem *sehen* decorre num determinado local/tempo que aparece como entidade com diferentes graus de afectação, incluindo o grau zero, relacionada com um conjunto de circunstâncias não controladas.

O local ou o segmento de tempo que se encontram na posição de sujeito podem ter na origem complementos verbais – "Situativergänzungen"/"Situativkomplemente" temporais ou locativos, dependendo do verbo regente (Götze & Hess-Lüttich 2002: 75 e Zifonun et. al. 1997: 1101-1102) – ou suplementos – "Temporalsupplemente"/ "Lokalsupplemente", na terminologia de Heringer (1988: 164).

No corpus encontramos exemplos, em tudo semelhantes aos anteriores, mas em que ainda se mantém um sujeito humano, que, no entanto, quase não tem características de experienciador, desde logo porque A e B não são compresentes, em sentido estrito; apenas se pode falar de compresença de A e B em termos de A ter consciência de B por meio da investigação histórica que realizou. O que está em relevo é o acontecimento referido no complemento acusativo de *sehen* e o segmento temporal colocado em tópico, como acontece frequentemente no discurso histórico:

(1059) Aber **noch in der ersten Hälfte des 17. Jahrhunderts** sehen wir ansässige Buchhändler den, von ihnen selbst ausgeübten, Reisehandel auf das lebhafteste pflegen (...). (DWDS)

(1060) **Im letzten Jahrzehnt des 16. Jahrhunderts** sehen wir den Baum der Leipziger Büchermesse Früchte ansetzen, die sich nur als Ergebnis kräftig fortschreitenden Wachstums bilden konnten. (DWDS)

A partir de (1060) é fácil conceber a construção com sujeito não humano, tal como a encontramos nos exemplos de *sehen*₁₈:

(1060') **Das letzte Jahrzehnt** des 16. Jahrhunderts sieht/sah den Baum der Leipziger Büchermesse Früchte ansetzen, die sich nur als Ergebnis kräftig fortschreitenden Wachstums bilden konnten.

Parece natural que a forma "wir" de (1060) tenha caído, por se encontrar em posição átona e em "Mittelfeld", e que o suplemento temporal tenha sido reanalisado como sujeito de *sehen*, tendo em conta que entre o segmento temporal e o acontecimento colocado em "foreground" existe uma relação de compresença temporal, aquela que tipicamente liga o experienciador A de *sehen* ao objecto de percepção B. É, portanto, essa relação que se mantém nas ocorrências de *sehen*₁₈.

As frases (1059) e (1060) estão próximas da noção de "bridging-context" (cf. Heine 2002: 84) para um uso de *sehen* com sujeito não humano, em que *sehen* se refere a um acontecimento e a um lugar e/ou tempo relacionados entre si por compresença.

sehen₁₉ (eine Lage in Richtung auf ... haben⁵³⁴) – [A **sieht auf/nach/in/zu** B] = [A **hat eine Lage in Richtung auf** B]

Um lugar ocupa uma posição tal em relação a outro lugar ou objecto imóvel, de modo que do lugar₁ seria possível a um A dirigir o olhar para o lugar₂. Pela observação dos seguintes exemplos, comprova-se que estamos perante um uso pouco frequente e arcaizante de *sehen*:

(1061) **Die Fenster** sehen auf den Garten/nach dem Garten, zur Straße. (DUDEN)

(1062) **Das Zimmer** sieht nach dem Garten. (WDW)

(1063) **Das Haus** sieht auf die See. (WDW)

(1064) komm [...] wieder an das **fenster**, das auf die palmen sieht.

(LESSING apud HARM 2000: 151)

(1065) **Zimmer**, die in den Hof sahen. (GOETHE apud HARM 2000: 151)

⁵³⁴ Cf. Harm (2000: 153).

Trata-se de uma acepção de *sehen* explicada tradicionalmente como decorrente de analogia entre ‘alguém dirigir o olhar para’ e ‘algo estar voltado para’. A analogia é estabelecida entre a casa (com janelas e portas voltadas para algum sítio) e o corpo humano, incluindo os órgãos da visão (olhos), cuja posição/orientação em relação ao objecto para onde se dirige o olhar é fixa; fala-se de uma antropomorfização da casa, janelas, etc., que permitiria explicar este sentido metafórico do verbo – a direcção dos olhos é a direcção para qual a pessoa está voltada e com a casa aconteceria algo de semelhante.

Harm (2000: 152-154) contraria esta explicação por verificar que há ocorrências de *sehen* no seu corpus em que o lugar₁, por exemplo *Berg*, de onde é possível avistar o lugar₂, não se pode comparar aos olhos humanos, por exemplo:

(1066) Zu dem hohen **berge Pisga**, der gegen die wüsten sihet. (LUTHER-BIBEL apud HARM 2000: 151)

O autor defende que se trata de um sentido do verbo que decorre do facto de se tornar central, neste caso, um aspecto de toda a percepção visual: a posição do sujeito da percepção (A) em relação ao objecto percebido (B) é determinante para a possibilidade de dirigir o olhar para o objecto e para o possível sucesso da percepção. Assim, um agente situado no *Monte Pisga* poderia dirigir o olhar para *die wüsten*, de onde se conclui que *Pisga* é caracterizado como ‘com vista para’ e, conseqüentemente, como voltado para *die wüsten*; *Pisga* ocupa, portanto, a mesma posição/tem a mesma orientação que um sujeito no seu cume ocuparia/teria se quisesse olhar para *die wüsten*, sendo *die wüsten* também localizado relativamente a *Pisga* como lugar para onde se poderia dirigir o olhar.

O que acontece, segundo o autor, é que o pressuposto (estar posicionado em direcção a B), pela centralidade que assume, permite o funcionamento do verbo como definidor da posição de uma entidade em relação a outra, em função do que se considera que seria a direcção do olhar de um agente com uma posição tal, que lhe permitisse olhar para determinado lugar/objecto imóvel.

O efeito de localização parece resultar de um processo metonímico em que se toma, no presente caso, o lugar₁ (a partir do qual um potencial sujeito da percepção poderia

mover os seus olhos em direcção a lugar₂) pelo agente, como se pode observar nas seguintes reformulações de dois dos exemplos acima:

(1061') Von den Fenstern [lugar₁] sieht man [agente] auf den Garten/nach dem Garten/zur Straße [lugar₂].

(1065') Von den Zimmern [lugar₁] sah man [agente] in den Hof [lugar₂].⁵³⁵

A metonímia decorre, portanto, da extracção de um dos aspectos da cena de *sehen*, o facto de haver um sujeito A que dirige o seu olhar numa determinada direcção, sendo o lugar de onde parte o olhar também, por inferência, o lugar onde A se encontra.

⁵³⁵ No *corpus* não encontrei exemplos da construção em que o lugar₁ ocupa a posição de sujeito, mas podem ver-se dois exemplos claros desta ideia de localização relativa de duas entidades em função da posição ocupada pelo agente que dirige o olhar: *Wenn man aus dem Fenster des Wohnzimmers sah, fiel der Blick auf die Mauern alter römischer Palazzi und einen kleinen Markt direkt vor dem Haus.* (DWDS) *Vom Fenster des Zimmers 833 sieht man auf eine zweite Ruine, etwas oberhalb des Doms auf dem alten Schloßberg.* (DWDS)

5. Os Sentidos de *sehen*, *ver* e *olhar* em Contraste

Depois de ter descrito exaustivamente a pluralidade de sentidos dos três verbos, ocupar-me-ei, agora, da respectiva contrastação. Tomarei como ponto de partida os sentidos descritos de *sehen*, de modo a aferir as correspondências e divergências entre os sentidos de *sehen* e de *ver* e *olhar*.

A escolha de *sehen* como ponto de partida para a contrastação prende-se com o facto de este verbo ocupar na língua alemã, do ponto de vista da diversidade de acepções em que pode ser usado, uma área semântica que, no português, é coberta, em proporções distintas, pelos verbos *ver* e *olhar*, considerados nas variantes polissémicas descritas no capítulo anterior.

Não existirá a preocupação de mostrar todas as correspondências em termos da diversidade de distribuições sintácticas possíveis para cada acepção, uma vez que estas já foram descritas e exemplificadas e que o presente trabalho se ocupa, sobretudo, das questões da pluralidade de sentidos. Além disso, também não será adoptada uma perspectiva tradutológica, que pressuporia o uso de um *corpus* de tradução, condição que não se aplica ao *corpus* utilizado. Trata-se apenas de contrastar os vários sentidos dos verbos em estudo, escolhendo alguns exemplos para ilustrar e justificar a aproximação feita entre variantes polissémicas dos três verbos, já amplamente tratados. Dentro dos limites do *corpus* evitar-se-á, sempre que possível, a repetição de exemplos já utilizados.

***sehen*₁ / *ver*₁**

*Sehen*₁ e *ver*₁, o sentido básico de *sehen* e *ver* como verbos de experiência perceptiva, têm um participante A, experienciador, e um participante B, objecto de percepção visual sob uma dada descrição (indexável ao sujeito do enunciado e/ou ao falante).⁵³⁶ A e B encontram-se numa relação de compresença no tempo e no espaço.

⁵³⁶ Sobre a possibilidade de divergência entre a descrição do objecto pelo sujeito do enunciado e pelo falante, cf. as cenas de *ver* e *sehen*, onde se tratou essa questão.

(1067) Warszawski machte also langsam die Küchentür auf, und dann sah er seinen Vater, im Bademantel, die grauen Haare leicht zerwühlt und nach vorn gestrichen wie bei einem alten römischen Senator, er sah seine Mutter, in einem gestreiften Männerpyjama, und dann sah er einen Unbekannten, dessen dünne, nach links abgebogene Nase ihm als erstes auffiel. (DWDS)

(1068) Quando os abre, vê Oskar, pálido, de casaco todo rasgado e estaca na mão. (PM - CT)

(1069) (...) und so sah Frenkel, so sah die ganze tolle Bande, wie der ungeduldige SS-Mann vor ihren Augen den Auschwitz-Boxer Jacques Misrachi niederschoß, sie sahen, wie dieser kleine dünne Mann umfiel und von seinem großen Proviantst sack begraben wurde. (DWDS)

(1070) Já uma vez ou outra aqui vi a Polícia Marítima a mandar sair gente dos barcos, (...). (Ext 102082 (soc, 92a))

Ambas as línguas evidenciam um uso de $sehen_1$ e ver_1 com omissão do objecto de percepção. Estas ocorrências permitem leitura modal, mas, como ficou dito na descrição semântica de *sehen*, essa não é a única leitura e a possibilidade de leitura modal não se encontra restrita a contextos de uso intransitivo de *sehen* e *ver*.

(1071) Sie sieht nur noch auf/mit einem Auge. (DUDEN)

(1072) Depois disso, deixou de ver de um dos olhos, e de poder usar o braço direito. (Ext 168383 (nd, 91b))

sehen₂ / olhar₁

Sehen₂ e olhar₁ são verbos de acção perceptiva com um A, agente, que dirige a vista na direcção de B, objecto ou área-término do movimento deliberado dos olhos. A acção é neutra do ponto de vista do sucesso perceptivo, isto é, pode ou não ter como resultado ver ($sehen_1/ver_1$) algo. Sehen₂ e olhar₁ descrevem apenas o movimento executado com a vista:

(1073) (...), dann sah ich zu André, und er sah zu mir, (...). (DWDS)

(1074) Ao longo da estrada, as pessoas olhavam o fogo, olhavam umas para as outras, algumas sentadas à porta das casas, depois de molhadas as paredes, as entradas, a rua. (Ext 363747 (soc, 95b))

(1075) Er sah in die Klasse und erwartete, daß sich die Leute melden, aber es regte sich keiner. Er sah noch mal kurz ins Klassenbuch. (DWDS)

(1076) O professor de Literatura Portuguesa, (...), olhava pensativamente para a turma e dizia: (...). (Ext 945416 (clt, 93a))

(1077) Mir fiel auch wieder meine Straßenbahn ein, und ich sah auf die Uhr. (DWDS)

(1078) Já tinha olhado dezenas de vezes para o relógio quando um médico me mandou segui-lo. (Ext 100463 (nd, 97a))

Do trajecto entre A e B pode ser dada apenas uma secção/um ponto, não havendo, nestes casos, qualquer possibilidade de afirmar o sucesso da percepção visual:

(1079) »Chinin«, sagte der junge Assistenzarzt und sah durch das Fenster der Baracke. (DWDS)

(1080) Dionísio olhou pela janela lateral do cockpit. (Ext 65939 (soc, 93b))

sehen₃ / ver₂

Sehen₃ e ver₂ usam-se em situações nas quais B é um espectáculo ou algo equiparável a um espectáculo, podendo ser fruído. A, agente e experienciador, dedica tempo e atenção a B, porque B é potencialmente interessante:

(1081) Jung sei sie und schön, schrieb sie, die gerade vierzig war, dem Schauspieler. Daß sie jeden Film von ihm sehe und daß sie sich nach ihm sehne. (DWDS)

(1082) Se na RTP2, o dito canal das minorias, é preciso ser insone para ver bons filmes, na RTP1 o programa Grande Entrevista veio, segundo a ATV, revelar que ainda há quem tenha rasgos de génio na Cinco de Outubro. (PM - CT)

(1083) Sie haben die Markuskirche in Venedig gesehen und Notre-Dame in Paris - (...). (DWDS)

(1084) Tudo para arranjar dinheiro para irem a Verona ver a terra de Romeu e Julieta. (PM-CT)

(1085) Das heißt, wir haben uns zwar an Bildern und anderen Kunstwerken gefreut (oder uns über sie geärgert), haben Ausstellungen gesehen, sind über Kunstmessen geschlendert. (DWDS)

(1086) O leiloeiro começava por referir os quatro dias de exposição, nos quais os interessados puderam ver os objectos e as pinturas, da noite. (PM-CT)

sehen₄ / ver₃

Sehen₄ e ver₃ são usados para referir a manipulação de imagens mentais. O objecto de *sehen* e *ver* apresenta-se, nestes casos, como objecto virtual ocorrendo mentalmente a A. Trata-se de uma imagem mental recordada (sehen_{4a}/ver_{3a}), de um produto da imaginação (sehen_{4b}/ver_{3b}) ou ainda de uma previsão (sehen_{4d}/ver_{4d}) ou visão (sehen_{4e}/ver_{3e}); nalguns casos, sehen₄ e ver₃ referem a capacidade de A colocar mentalmente uma hipótese (sehen_{4c}/ver_{3c}).

sehen_{4a} / ver_{3a}

(1087) Und da sah ich uns dann: Ina und mich, vor einem halben Jahr, im Sommer, nach Cannes, in meinem Badezimmer, barfuß auf den weißen Kacheln, sie nackt, ich in einer Pyjamahose. (DWDS)

(1088) Mesmo longe de casa ainda via o pai na cadeira de baloiço. (HOUAISS: 3683₂)

sehen_{4b} / ver_{3b}

(1089) Keevy sieht sich bereits tagelang auf diesem eintönigen Asphaltstreifen fahren und braucht - schon jetzt - Abwechslung. (DWDS)

(1090) Roussel, que já se via administrador do império Onassis, teve porém a grande surpresa de ver aparecer um segundo testamento de Cristina. (PM-CT)

sehen_{4c} / ver_{3c}

(1091) Beabsichtigt sei, diesen Kredit in jährlichen Tranchen zur Verfügung zu stellen. Er sehe deshalb keine Möglichkeit, diesen Kredit in der Gesamthöhe sofort anzubieten. (DWDS)

(1092) Embora reconhecendo que os programas demoraram três anos a ser elaborados (...), Maria Arminda Bragança, não vê outra solução que não seja «o retorno ao ponto zero do processo» mesmo que isso se revele uma solução «complicada». (PM-CT)

sehen_{4d} / ver_{3d}

(1093) In dem Staatsvertrag mit der DDR habe man ausdrücklich einen Vertrauensschutz für die RGW-Länder gewährt. Er sehe Schwierigkeiten, aber auch große Chancen für beide Seiten. (DWDS)

(1094) Levando em conta o isolamento internacional do Iraque, qual a posição do regime e quais são as hipóteses de sobrevivência que vê para ele ? (Ext 97394 (pol, 91b))

sehen_{4e} / ver_{3e}

(1095) (...) Himmeln und Höllen. "Und ich sah Feuerräder", erzählt (...). (DWDS)

(1096) «Assisti ao Senhor dos Passos a andar numa nuvem, vi anjinhas no Céu e vi a queda de flores muito brilhantes que chegavam aos ombros das pessoas e depois desapareciam, sem nunca chegarem ao chão» (...). (PM-CT)

sehen₅ / ver₄

A e B são humanos interagentes, em situação de compresença, numa relação de encontro ou de visita. Como *sehen/ver*, em sentido básico, é uma parte da interacção que se desenvolve entre A e B, *sehen₅* e *ver₄* designam, por metonímia, o encontro de A com B ou a visita de A a B.

(1097) Warszawski und Ina sahen sich täglich, und schon bald zog er aus den Gästeräumen des Literaturhauses in ihre Wohnung in der Arcisstraße. (DWDS)

(1098) Ainda nos vimos algumas vezes. Telefonei-lhe mas acabámos por perder o contacto. (PAR)

(1099) Der SS-Mann, der sich vor ihm aufbaute, starrte irritiert auf die militärische Auszeichnung, konnte sie nicht in Einklang bringen mit dem Wunsch, den Hugo Fuchs äußerte: Er wollte seinen Vater sehen, einen Juden, der deportiert worden war, während er selbst als junger Soldat in Hitlers Armee gekämpft hatte. (DWDS)

(1100) O Pedro Melo tinha levado o meu pai, a Emília e as crianças para me verem. Mal nos tínhamos abraçado... a vigilância foi-nos avisar: estão a vir camiões com tropas da UDT! Mande-i a todos dispersar. (PAR)

sehen₆ / ver₅

A atenção e o cuidado que A põe na observação deliberada de um objecto ou estado de coisas e o uso de capacidades intelectivas com vista a verificar o estado de B caracterizam *sehen₆* e *ver₅*:

(1101) Grenzkontrolle, eine Stunde Wartezeit, Männer in Uniform wollen die Pässe sehen. (DWDS)

(1102) As várias equipas espalhadas pelos museus do país fazem as fichas das peças (...) que enviam para Lisboa, onde uma comissão coordenadora do catálogo (...) vê, corrige e compila as fichas. (Ext 1143483 (clt, 93a))

sehen₇ / ver₆

O uso de *sehen₇* e *ver_{6a}* é possível em contextos em que o objecto B é procurado. A possibilidade de utilizar *sehen* e *ver* com o sentido ‘procurar’ prende-se com o facto de o sentido da vista estar, frequentemente, implicado na acção de procurar, por exemplo quando esta envolve a selecção de um objecto entre vários; trata-se de metonimicamente referir o todo da acção ‘procurar’ através da designação de uma das suas partes – *sehen/ver*.

Por vezes, A procura um objecto B com características bem definidas, podendo mesmo apresentar-se como conhecido de A, como no caso de *sehen₇/ver_{6a}*:

(1103) Alle acht Tage will ich in Paris nach Post sehen - nach Nachrichten aus der Sowjetunion vor allem. (DWDS)

(1104) Quero ver se dou um pulo à Serra, se vou ver da neve. Sexta era um bom dia. (http://www.olhares.com/olhares_lisboa_longe_perto/foto1057151.html)

(1105) Wir tranken jede Menge Bier und vertrieben uns die Zeit mit Kartenspielen. Als Schweigert nach seiner Freundin sehen wollte, blieb er wie versteinert vor dem Abteil stehen. Er mußte mit ansehen, was Priem mit seiner Freundin trieb. (DWDS)

(1106) Um obrigado pelos vossos post's [sic] e a ver se vou ver do tal MP3 no Google... (<http://www.techzonept.com/showthread.php?t=88267&highlight=mp3%2B6600>)

Noutros casos, como em *ver_{6b}*, A procura um objecto que corresponda a um modelo que tem em mente e que se adeque a um destinatário C, pressupondo-se que A terá de seleccionar um entre vários objectos possíveis. Nestes casos não há equivalência entre *sehen₇* e *ver_{6b}*.

(1107) Ficou de ver uma arma para os filhos. (HOUAISS: 3683a)

sehen₈ / ver₇

A busca deliberada de conhecimento, designada por *herausfinden/indagar*, pode ser expressa por *sehen₈* e *ver₇*, como nos exemplos abaixo. A é um agente e portador epistémico que se esforça por conhecer B ou toma uma iniciativa em ordem ao conhecimento de B. É o participante A quem controla a aquisição de conhecimento, dependente, em grande parte, de A se ocupar física e mentalmente de B. Muitas vezes, a acção 'indagar'/'herausfinden' tem uma componente 'ver'/'sehen' e, por isso, é fácil perceber que nas duas línguas se verifique a existência de um sentido de *sehen/ver* como busca epistémica.

(1108) Durch Regen und Wind hörte die Frau plötzlich ein Klopfen an der Fensterscheibe und tastete sich durch das dunkle Zimmer, um zu sehen, wer da sei. (DWDS)

(1109) Não abria a porta, ia à varanda ver quem era e depois dizia sempre que não era ninguém», relata a mãe. (Ext 54974 (soc, 97a))

(1110) Er wolle ihn [Jim Baker] nicht nur anhören, sondern auch sehen, was er tun könne. (DWDS)

(1111) Gomes disse não ter conhecimento de nada, prometendo ver o que se pode fazer. (PAR)

sehen₉ / ver₈

Sehen₉ e ver₈ apresentam-se como expressão de descoberta epistémica casual, não intencionada, por parte de um portador epistémico. O sujeito A passa a conhecer B, frequentemente pelo contacto com fontes de informação ou indícios, através de um processo de inferência.

(1112) Man sieht schon aus den Titeln, daß es dem philosophus teutonicus auch wieder um die Geheimnisse der Welt geht, wie Paracelsus, von dem er auch beeinflußt ist. (DWDS)

(1113) Agora, ao ler a crónica por ele assinada no Público de 9/7/92 e as suas curiosas afirmações quanto ao PPM, vejo que, para além das qualidades acima referidas, o dr. Jerónimo Pimentel é também um homem muito distraído. (Ext 339743 (pol, 92b))

sehen₁₀ / olhar₇

‘Cuidar’ é um dos sentidos assumidos por *sehen* e *olhar*. Sehen₁₀ e olhar₇ têm como características a existência de um A, agente humano que cuida de B, tipicamente também um humano, cujo bem-estar é assegurado por A; o objecto do cuidado pode ser, metonimicamente, alargado a objectos ou animais à guarda de A e, no caso

português, à finalidade da acção de cuidar. O facto de esta acção incluir frequentemente olhar para o alvo dos cuidados permite que *sehen*₁₀ e *olhar*₇ sirvam para nomear a acção ‘cuidar’ como um todo.

(1114) Mutter, sagte Marie, ich möchte nur nach dir sehen in deiner Einsamkeit und dir erzählen, daß alles gut geht, Frieder hat fein gespielt. (DWDS)

(1115) Sinto que tenho centenas de pessoas numa praia a tomar banho, que tenho de olhar por elas e que a qualquer momento tenho que intervir.
(Ext 1157262 (nd, 98b))

(1116) Eines Abends rief mich spät eine verwitwete Bäuerin an und bat mich, nach ihren Schweinen zu sehen. (DWDS)

(1117) Ela conta que, quando saiu do convento sabia, "... montar uma capoeira, olhar por galinhas e coelhos, (...), e muitas outras coisas..." (Ext 876419 (clt, 95b))

Apesar da proximidade entre *sehen*₁₀ e *olhar*₇, *sehen nach* com o sentido de ‘sich kümmern um’ (‘cuidar’) não admite, tanto quanto consegui apurar, objectos mais abstractos como os que observamos nalguns casos do português – *olhar pela saúde de alguém*, *pela qualidade da água* ou *pelo futuro/pela vida*:

(1118) Acho importante olhar por mim e pela minha vida. (Ext 273122 (clt, 95a))

*Sehen*₁₀, com o sentido ‘sich kümmern um’, tem um objecto concreto restrito a pessoas, animais ou coisas, como nos exemplos acima.

***sehen*₁₁ / *ver*₉ / *olhar*₂ / *olhar*₆**

Sehen, *ver* e *olhar* têm um conjunto de usos referentes à atenção que A dedica a B; estes assumem várias facetas, consoante a atenção é convocada ou constatada pelo falante e, ainda, de acordo com os possíveis motivos da atenção conferida/a conferir a B:

– o falante constata que A concentra a sua atenção exclusiva/primordialmente em B (***sehen*₁₁ / *ver*₉**)

(1119) Sie ist insofern exaktes Spiegelbild unserer heutigen sozialen Situation, einer zunehmend brutal mobbenden, kalten Ellbogen-Gesellschaft, die neben Shareholder-Value vornehmlich das je eigene Image, das Standing, die Vorteile sieht und sucht. (DWDS)

(1120) R. – Os bispos fizeram a opção pelo «patri-poche», como chamamos em crioulo à burguesia egoísta e ditatorial que só vê os seus interesses. (Ext 346970 (pol, 94b))

– B é informação relevante para A na óptica do falante (**sehen₁₁/ver₉**)

(1121) (...) Hauptangriffsrichtung der (kommunistischen) Vietminh-Herbstoffensive, siehe dazu im Text Detailbeschreibung: 3760 C Hauptangriffs- und Rückzugsrichtung der französisch-vietnamesischen Entlastungsoperation (...). (DWDS)

(1122) Mas se quer números, veja as «abomináveis percentagens» da sondagem sobre racismo publicada quarta-feira passada neste mesmo jornal. (PM-CT)

– A mantém expectativas em relação a B e por isso lhe dá atenção (**sehen₁₁/olhar₂**)

(1123) Deshalb sieht Warschau mit großer Nervosität auf die Eröffnung der EU-Agrarverhandlungen im Juni. (DWDS)

(1124) A Tunísia olha com expectativa para a presidência portuguesa acreditando que o «sucesso europeu» do nosso país não o fará esquecer a sua particular sensibilidade para os problemas da emigração. (Ext 871003 (pol, 92a))

Este exemplo, que dá conta da concentração da atenção em B, por causa das expectativas mantidas por A (em relação a B), tem também como possibilidade de expressão no português uma fraseologia: *estar de olhos postos em*.

– A tem em atenção B (**sehen₁₁/olhar₂/olhar₆**)

(1125) Voller Sorge sieht man im Verteidigungsministerium auf das Beispiel der U. S. Army, (...). (DWDS)

(1126) A esse respeito, Francois Mitterrand e Edith Cresson deviam olhar para a experiência dos trabalhistas britânicos. (Ext 316710 (nd, 91a))

(1127) (...), aber die herrschenden Klassen sind korrupt, sie beugen das Recht und sehen nur auf ihren Vorteil, (...). (DWDS)

(1128) Da reunião, promovida pela CCP, saiu também a «ameaça» de os comerciantes votarem nas próximas eleições olhando «aos seus interesses» económicos, mais do que «às suas cores partidárias». (Ext 817521 (eco, 95a))

– B é um factor a ter em conta na resolução de um cálculo ou problema (**sehen₁₁/olhar₆**)

(1129) Du mußt auf die Folgen einer solchen Entscheidung sehen, Werner! (SCHEMANN: 887b)

(1130) A acusação do MP conterà mesmo expressões, alegadamente proferidas pelos autores do crime, que levarão a supor que eles estavam determinados em levar o plano por diante sem olhar às consequências. (Ext 40135 (soc, 97b))

– B é um objectivo a atingir/algo a evitar na óptica do falante (**sehen₁₁/olhar₂**)

(1131) Johann Friedrich Gleditsch unterschied 1712 den wenig wählerischen Vieldrucker, (...), und den bedächtigen Verleger, (...), der auf gute (d. h. für ihn selbst gute) Preise sieht, (...). (DWDS)

(1132) Não se devia olhar tanto para o cifrão.⁵³⁷ (Ext 620672 (nd, 91a))

Quando B é um alvo, não do olhar, mas da atenção, é maior a proximidade de **sehen₁₁** com **olhar₂**, preservando-se a ideia de movimento da atenção em direcção ao objecto, mas quando B é algo que deve ser tomado em conta ou tido em consideração, nomeadamente no contexto de um cálculo ou na resolução de um problema, **sehen₁₁** é mais próximo de **olhar₆**. Os usos de **sehen₁₁** que são equivalentes aos de **ver₉**, por outro lado, mencionam apenas o objecto da atenção de A, sem referir um movimento consciente da atenção em relação a um alvo; têm, portanto, um carácter menos dinâmico, quando confrontados com os usos de **sehen₁₁** próximos de **olhar₂** e **olhar₆**.

⁵³⁷ Interpretei **olhar para o cifrão** como 'ter o lucro por objectivo'.

sehen₁₂ / ver₁₀

Sehen₁₂ e ver₁₀ são utilizados para referir situações em que A é o protagonista de uma ocupação/actividade realizada em ordem à consecução de um objectivo ou finalidade. A finalidade ou objectivo de A são apresentados como dependentes de um agir de A.

(1133) An Ihrer Stelle würde ich sehen, dass ich so schnell wie möglich außer Landes komme. (DWDS)

(1134) Os canadianos fazem falta de onde vieram; a ONU está a ver se consegue substituí-los por um batalhão que reflecta a tripartição da Bósnia-Herzegovina, ortodoxos, muçulmanos e católicos, que seriam ucranianos, egípcios e franceses. (Ext 475812 (pol, 92b))

O agir envolvido no cuidado de alguém/algo, como em sehen₁₀ ('sich kümmern um'), ou a actividade de busca epistémica, presente em ver₇ ('indagar'), estão na origem de sehen₁₂ e ver₁₀. O cuidado e a indagação pressupõem, muitas vezes, um agir finalisticamente orientado que é a componente central de sehen₁₂ e ver₁₀, derivados de sehen₁₀ e ver₇, respectivamente.

sehen₁₃ / ver₁₁ / olhar₃

Os verbos em epígrafe ligam um sujeito A a um objecto B observado/considerado por A e são acompanhados por um complemento modal (richtig, falsch, bem, mal...) que representa a avaliação que o falante faz de como A considera B:

(1135) Ich dachte, sie hat uns geholfen, weil sie helfen wollte. –"Lisa, das siehst du falsch. (...)." (DWDS)

(1136) O árbitro teve um erro ridículo ao assinalar uma grande penalidade em que viu mal [a jogada]. (Ext 1506827 (des, 98a))

(1137) Claro que os EUA olham para nós com a altivez do gigante perante aqueles anõezinhos simpáticos, mas que pouco costumam contar nas histórias. (Ext 12035 (pol, 94b))

- (1138) Daß Herr Uchmann, offenbar ein im militärischen Denken geschulter Mann, nicht alles richtig gesehen hatte, sollte sich allerdings bald herausstellen. (DWDS)
- (1139) Por isso, viu *bem* quando pediu a Figo que se adiantasse sempre que a bola estava no lado irlandês. (Ext 849627 (des, 95a))
- (1140) Depois de o Presidente português se ter desdobrado em declarações, (...) sublinhando que Portugal não está a olhar para Moçambique com uma atitude passadista e paternalista, Chissano aproveitou o banquete (...) para tirar as dúvidas a quem as tivesse ainda. (Ext 3589 (pol, 97a))
- (1141) Sven Jacobsen, der im siebten Semester Wirtschaftsinformatik studiert, sieht es aus Studentensicht. (DWDS)
- (1142) Murteira Nabo tem assegurado que qualquer actuação da PT será vista sob a óptica dos investidores. (PAR)
- (1143) Mas a mudança de mentalidade face à guerra permitiu, por outro lado, se não reabilitar, olhar de forma mais aberta e condescendente para aqueles que colaboraram de uma forma ou de outra com os nazis. (Ext 303909 (pol, 93a))

Por vezes, estes sentidos (sehen₁₃, ver₁₁ e olhar₃) apresentam-se em construções parentéticas como as seguintes:⁵³⁸

- (1144) **Insgesamt** gesehen, läßt sich auf dieser Basis ein konstruktiver Dialog mit der Sowjetunion führen. (DWDS)
- (1145) Vista **como um todo**, a civilização na Arábia Meridional teve como base dois progressos. (PAR)
- (1146) Olhada **deste ponto de vista**, a crise russa não chegaria para lançar o pânico nos mercados financeiros internacionais. (Ext 25017 (nd, 98b))

⁵³⁸ Para uma descrição circunstanciada do uso de *sehen/ver* em frases participiais reduzidas de tipo condicional, vejam-se, nas respectivas descrições semânticas, sehen₁₄ e ver₁₂.

sehen₁₄ / ver₁₂ / olhar₄

Sehen₁₄, ver₁₂ e olhar₄ são usados como verbos judicativos. O juízo de A sobre B assume a forma de um predicativo (C) ou de uma expressão com valor semântico de predicativo, mas com a função sintáctica de complemento acusativo (cf. (1150) e (1151));⁵³⁹ o predicativo ou a expressão com esse valor semântico inclui B no conjunto dos elementos pertencentes a uma categoria e/ou dos portadores de uma qualidade:

(1147) Die sowjetische Führung sehe den Aufbau der deutschen Einheit als positiven und gesetzmäßigen Prozeß. (DWDS)

(1148) Bush é visto quase como um Deus, a quem é preciso fazer sacrifícios, mas que no fim saberá recompensar os «bons». (PM-CT)

(1149) As pessoas olham para todos estes partidos políticos como irrelevantes. (Ext 5371 (pol, 95a))

(1150) Präsident Bush erklärt, auf den ersten Blick sehe er ein Problem darin, daß man damit den Warschauer Pakt zementiere. (DWDS)

(1151) O Dalai Lama, líder político e espiritual do Tibete, recebeu o prémio Nóbel da Paz em 1989, provocando fortes protestos de Pequim, que viu nisso «uma provocação e uma ingerência» nos seus assuntos internos. (Ext 383272 (pol, 95a))

(1152) Dort warten allerdings politische Probleme: Viele Mazedonier sehen durch die Flüchtlingsströme das ethnische Gleichgewicht im Land gefährdet. (DWDS)

(1153) Os bombeiros viram a situação muito perigosa e tiveram de recuar.

Este uso judicativo dos verbos em análise está próximo do emprego avaliativo encontrado em sehen₁₃, ver₁₁ e olhar₃. No entanto, neste caso, o juízo é de A e o objecto do juízo é B. No caso anterior (sehen₁₃, ver₁₁ e olhar₃), o juízo é do falante e tem por objecto a expressão A vê B/A olha (para) B/A sieht B.

⁵³⁹ Vejam-se, nas descrições semânticas de sehen₁₄ e ver₁₂, as secções respeitantes à construção [A sieht in B C] e [A vê em B C], respectivamente.

sehen₁₅ / ver₁₃ / olhar₅

Sehen₁₅, ver₁₃ e olhar₅ apresentam-se com mit/com + N "psicológico" (mit Sorge, com preocupação...). A expressão mit/com + N "psicológico" exprime o estado de A como resultado do impacto de B. A apresenta-se, assim, como portador de um estado psicológico sem controlo sobre B. As sequências sehen/ver/olhar + mit/com + N "psicológico" são, geralmente, parafraseáveis por Vcop + Adj/PP "psicológico" ("x vê/olha com preocupação" = "x está preocupado com"/"x sieht mit Sorge" = "x ist besorgt" ou por "Funktionsverbgefüge" – in Sorge sein um/sich in Sorge befinden)

(1154) Viele unserer Mitbürger **sehen mit Sorge** einem Konflikt zwischen dem ökonomischen Ziel des Wachstums einerseits und dem Bedürfnis nach Erhaltung einer gesunden Umwelt und nach einer sparsamen Verwendung der Rohstoffreserven andererseits. (DWDS)

(1155) Marcelo Rebelo de Sousa **vê "com muita preocupação"** a vontade do Governo em acabar com os recibos verdes, uma medida, disse, própria de "um aprendiz de feiticeiro". (PAR)

(1156) Desprovidos do seu candidato favorito, os políticos alemães **olham com preocupação** a escolha do novo Presidente na França, o seu principal aliado. (Ext 363078 (pol, 95a))

A sequência mit/com + N não deve ser interpretada como complemento modal semelhante ao de sehen₁₃/ver₁₁/olhar₃, mas sim como verdadeiro núcleo da predicação. O N ("psicológico") veicula uma afectação psicológica que pode ser explicitada por reformulação com predicado verbal psicológico; veja-se, por exemplo, a relação entre (1154) acima e (1154'):

(1154') Ein Konflikt zwischen dem ökonomischen Ziel des Wachstums einerseits und (...) andererseits **besorgt** viele unserer Mitbürger.

Em sehen₁₅, ver₁₃ e olhar₅ exprime-se a ressonância interna que um estado de coisas não controlado tem em A e não está em causa a questão da perspectiva ou do modo de ver.

sehen₁₆ / ver₁₄

Sehen₁₆ e ver₁₄ exprimem a aquisição de conhecimento por parte de um A, ou seja, A é portador epistémico e B um conteúdo cognitivo. Estes verbos significam ora *erkennen/aperceber-se*, nas variantes sehen_{16a} e ver_{14a}, ora *verstehen/compreender*, nas variantes sehen_{16b} e ver_{14b}.

sehen_{16a} / ver_{14a}

(1157) Er sehe die schwierige Lage Präsident Gorbatschows, er sehe, daß auch Litauen nicht so flexibel handele, wie es sein sollte, (...). (DWDS)

(1158) Eu que vivi um pouco experiências de estado Novo e do único partido, a Acção [Nacional] Popular, agora vejo que estamos de novo a repetir as mesmas coisas, embora noutro canto do mundo: Intel [a polícia política indonésia], Orde Baru [a Nova Ordem, de Suharto] e Golkar. (Ext 1288767 (nd, 94a))

sehen_{16b} / ver_{14b}

(1159) Sie sehen nicht oder wollen nicht sehen, daß sich die am kommunikativen Geschehen interessierte Gesellschaft bedauerlicher-, aber durchaus verständlicherweise den Ergebnissen der Meinungs- und Marktforschung zugewandt hat. (DWDS)

(1160) Não se vê por que é que, por exemplo, as escolas ou estradas construídas pelas futuras regiões haverão de ser globalmente mais caras do que sendo feitas pela administração central. (Ext 1223506 (opi, 98a))

No português, o sentido de *ver* como *compreender* é especialmente evidente, na perífrase com *estar*, como no seguinte exemplo:

(1161) «**Estás a ver** porque é que eu preciso de ficar na horizontal antes do espectáculo?» (Ext 1557299 (nd, 94b))

sehen₁₇ / ver₁₅

Sehen₁₇ e ver₁₅ são usados em frases de carácter apassivante, em que o sujeito A se apresenta como experienciador passivo de um estado de coisas que o afecta e sobre o qual não tem qualquer controlo, tal como o sujeito de uma frase passiva. O estado de coisas que afecta A tem sempre um causador ou agente, reconstituível mesmo quando não expresso. B pode ser realizado como SN pleno ou *sich/-se* e apresenta-se acompanhado de predicativo C.

(1162) Die in Frankfurt verbliebenen Abgeordneten sehen ihre Entscheidungsfreiheit gefährdet. (DWDS)

(1163) Zu Hause sehe er [Gorbatschow] sich dem Vorwurf ausgesetzt, er verspiele die sowjetische Position in der Weltpolitik. (DWDS)

(1164) José viu os 17 anos de prisão confirmados pelos juízes conselheiros Mendes Pinto, Vasco Tinoco e Lopes de Melo e Manuel viu-se condenado a 13 anos de prisão pelos juízes conselheiros Ferreira Dias, Manso Preto e Maia Gonçalves. (Ext 1238279 (soc, 93a))

(1165) Während sich die Verlage mit den Buchgemeinschaften zu arrangieren verstanden, sah sich das Sortiment⁵⁴⁰ von ihnen existentiell gefährdet. (DWDS)

(1166) (...) casais jovens que, devido à degradação dos prédios, se viram obrigados a morar fora da freguesia. (PM-CT)

sehen₁₈ / ver₁₆

A correspondência entre *sehen₁₈* e *ver₁₆* é apenas parcial e pode verificar-se nos enunciados que relatam um acontecer e que apresentam uma expressão locativa ou temporal como sujeito de *sehen* e *ver*. Apenas nalguns casos o acontecimento relatado afecta A e os verbos em questão apresentam-se semanticamente esvaziados do aspecto de verbos perceptivos, epistémicos ou judicativos (tal como os encontramos noutras variantes polissémicas). Tal esvaziamento resulta de um processo de gramaticalização

⁵⁴⁰ *Sortiment* significa 'comércio livreiro a retalho' e está metonimicamente tomado como os *retalhistas*, daí poder ser considerado experienciador.

que tem como catalisador o preenchimento não humano do sujeito, como se disse na secção relativa à gramaticalização de *ver* – os locais ou segmentos temporais que se encontram como sujeitos de *sehen*₁₈ e *ver*₁₆ recebem especial ênfase, por se encontrarem nessa função, destaque que lhes seria negado numa formulação alternativa sem *sehen/ver*, como em (1167') e (1168'):

(1167) Die Versammlung, die sich bis gegen Mitternacht hinzog, gestaltete sich zu einer der stürmischsten Zusammenkünfte von Funktionären, die Berlin in den letzten Jahren gesehen hat. (DWDS)

(1167') ..., die in den Letzten Jahren **in Berlin** geschahen/stattfanden.

(1168) Paralelamente ao monoteísmo dos judeus e ao dualismo ético do Zoroastrismo, **a Ásia ocidental** viu o desenvolvimento de uma nova forma de religiosidade, (...) (PAR)

(1168') ... desenvolveu-se, **na Ásia ocidental**, uma nova forma de religiosidade.

(1169) **Das 20. Jahrhundert** sieht den Aufstieg und den Fall der Säkularreligionen. (DWDS – ZEIT)

(1170) **O ano de 1994** viu aparecer e desaparecer, sem qualquer explicação, óptimas séries de ficção. (Ext 1297200 (nd, 94b))

O tipo de sujeitos não humanos admitidos em português, em casos de *ver*₁₆, é mais variado do que no alemão, como se vê nos exemplos abaixo que não têm equivalentes com *sehen*:

(1171) Durante uma semana **a jovem democracia são-tomense** – (...) – viu a sua continuidade ameaçada. (PAR)

(1172) Com o gás natural à espreita, **a indústria** verá a competitividade afectada. (PAR)

(1173) **O Crédito Predial Português** viu os seus lucros crescerem 30 por cento no período em análise, situando-se nos 1, 8 milhões de contos antes de impostos. (PAR)

No caso alemão, é o verbo *erleben* que permite usos com sujeito não humano semelhantes aos observados acima e na descrição semântica de *ver*, usos esses onde se relata um acontecer que, nalguns casos, afecta A:

(1174) **Der öffentliche Dienst** erlebte Rekordinvestitionen, 2,5 Millionen neue Jobs wurden geschaffen, die Arbeitslosigkeit sank von zwei auf 1,7 Millionen. (<http://www.zeit.de/2007/19/Brown>)

(1175) **Die deutsche Industrie** erlebt einen erstaunlichen Exportboom. (DWDS)

(1176) Unter der Führung des Perikles (443-429) erlebt **Athen** seine Blütezeit. (DWDS)

(1177) **Die politischen und ökonomischen Formen dieser Kultur, Kapitalismus und Sozialismus, Demokratie, Technokratie und Bürokratie** erlebten nun erst ihre größte bisherige Entfaltung. (DWDS)

(1178) ... zu einer Zeit, in der **die kapitalistischen und revisionistischen Länder** eine Zunahme der Steuern, Preise und der Arbeitslosigkeit erlebten (...). (DWDS)

(1179) Wieder eine andere Aufklärungsstrategie verfolgte **das Buch Ein offenes Wort, das** ebenfalls 1957 erschien und mehrere Auflagen erlebte. (DWDS)

(1180) Nur Moritz Tassow wurde aufgeführt. (...), **das Stück** wurde im Berliner Ensemble nie aufgeführt und erlebte erst 1972 in Leipzig seine Premiere. (DWDS)

A divergência entre *sehen*₁₈ e *ver*₁₆ tem paralelo noutro par de línguas, como se vê nos exemplos que retomo com a numeração de Figge (1995: 95), onde se refere a impossibilidade de traduzir *voir* por *sehen* na frase (29); o equivalente alemão de *voir* seria *erleben* em (31):

(29) [...] Mexico, Le Caire [...] ont vu au contraire la fécondité des nouveaux habitants baisser de façon spectaculaire. (Figge 1995: 95)

(31) Mexiko und Kairo haben erlebt, wie die Fruchtbarkeit ihrer neuen Bewohner dramatisch zurückging. (Figge 1995: 95)

O mesmo autor prossegue a sua reflexão sobre diáteses,⁵⁴¹ na sequência dos dois exemplos anteriores, com a seguinte afirmação acerca da especificidade lexical das diáteses que não seguem um modelo "standard" de alternância:

Wie bereits oben gesagt, sind Diathesen, die keine Standard-Diathesen sind, **stark verbspezifisch**. Sie weisen auch nicht selten Besonderheiten des Aspekts oder der Aktionsart auf. Daher sind sie nicht nur ein Gegenstand der Grammatik, sondern auch ein solcher des Lexikons, nach meiner Auffassung sogar vorwiegend des Lexikons. (Figge 1995: 95-96, negrito da minha responsabilidade)

Esta especificidade lexical poderá explicar melhor o facto de não haver uma correspondência absoluta entre *sehen*₁₈ e *ver*₁₆, enquanto usos de *sehen* e *ver* com sujeito não humano que evidenciam um processo de gramaticalização em curso, mais abrangente no caso de *ver* do que no caso de *sehen*.

sehen₁₉ / **olhar**₉

Por último, menciono ainda a proximidade de usos de *sehen* e *olhar*, não muito frequentes. Trata-se, também, de casos em que um não humano (lugar₁) substitui metonimicamente um agente humano que, estando no lugar₁, poderia dali dirigir a vista para o lugar₂. Da relação entre dois lugares assim estabelecida resulta a definição da localização do lugar₁ como 'em direcção a', 'estando voltado para' o lugar₂.

(1181) **Die Fenster** sehen auf den Garten/nach dem Garten, zur Straße. (DUDEN)

(1182) **A janela do seu quarto** olhava (para) o jardim. (HOUAISS: 2667)

(1183) **Cidade** que OLHA ao oriente. (FF: 440₂)

ø / **olhar**₈

Em *olhar*₈, com uso restrito às formas imperativas, seguidas de completiva de *que*, o falante convoca a atenção do ouvinte para um estado de coisas B, que deve merecer atenção de A:

(1184) Olha que o 'dossier' está bastante completo, até falei com os banheiros e as empregadas dos balneários. (Ext 31172 (pol, 96b))

(1185) Eu disse várias vezes ao ministro: Olhe que Medicina não é Saúde. (Ext 69713 (soc, 92b))

⁵⁴¹ As frases (29) e (31) surgem num artigo sobre diátese e valência, sendo a frase (29) encarada como alternativa à formulação "activa" com *baisser*, na qual a expressão locativa não tem a função de sujeito sintáctico, como no exemplo (30) de Figge (1995: 95): (30) *À Mexico, au Caire, au contraire, la fécondité des nouveaux habitants a baissé de façon spectaculaire*.

Este uso não encontra correspondente alemão com *sehen*.

No contraste estabelecido entre os vários sentidos de *sehen*, *ver* e *olhar* foi possível constatar a grande proximidade semântica existente no uso dos três verbos, ainda que do ponto de vista sintático se comportem de acordo com a especificidade das duas línguas. Os casos de correspondência parcial ou de ausência de equivalência são em número diminuto e restringem-se a

- *sehen*₇/*ver*₆, em que os casos de *ver*_{6b} não encontram paralelo em *sehen*₇;
- *sehen*₁₈/*ver*₁₆, em que *sehen*₁₈ evidencia menor diversidade de entidades não humanas no preenchimento da posição de sujeito sintático;
- *olhar*₈ sem correspondência nos usos descritos de *sehen*.

Apresentam-se, agora, em tabela-resumo os sentidos contrastados:

<i>sehen</i> ₁	<i>ver</i> ₁
<i>sehen</i> ₂	<i>olhar</i> ₁
<i>sehen</i> ₃	<i>ver</i> ₂
<i>sehen</i> ₄ (a, b, c, d e e)	<i>ver</i> ₃ (a, b, c, d, e e)
<i>sehen</i> ₅	<i>ver</i> ₄
<i>sehen</i> ₆	<i>ver</i> ₅
<i>sehen</i> ₇	<i>ver</i> ₆ (a.)
<i>sehen</i> ₈	<i>ver</i> ₇
<i>sehen</i> ₉	<i>ver</i> ₈
<i>sehen</i> ₁₀	<i>olhar</i> ₇
<i>sehen</i> ₁₁	<i>ver</i> ₉ / <i>olhar</i> ₂ / <i>olhar</i> ₆
<i>sehen</i> ₁₂	<i>ver</i> ₁₀
<i>sehen</i> ₁₃	<i>ver</i> ₁₁ / <i>olhar</i> ₃
<i>sehen</i> ₁₄	<i>ver</i> ₁₂ / <i>olhar</i> ₄
<i>sehen</i> ₁₅	<i>ver</i> ₁₃ / <i>olhar</i> ₅
<i>sehen</i> ₁₆ (a. e b.)	<i>ver</i> ₁₄ (a. e b.)
<i>sehen</i> ₁₇	<i>ver</i> ₁₅
<i>sehen</i> ₁₈	<i>ver</i> ₁₆
<i>sehen</i> ₁₉	<i>olhar</i> ₉
∅	<i>olhar</i> ₈

6. Conclusões e Perspectivas de Investigação Futura

Propuz-me, no início deste trabalho, descrever e explicar a pluralidade de sentidos de *ver*, *olhar* e *sehen*, e ainda proceder à sua contrastação. Para atingir estes objectivos, comecei por apresentar os fundamentos da concepção de significado que preside à descrição semântica que me propus fazer e os instrumentos de explicação das extensões semânticas que com ela se articulam, não esquecendo a discussão de vários contributos teóricos para o tratamento dos itens lexicais com pluralidade de sentidos. Partindo de uma concepção de significado como convenção ancorada nas práticas coordenadas dos falantes de uma comunidade e na necessidade de recurso a mecanismos que ultrapassam a própria convenção, salientei a importância dos conceitos de protótipo, cena e parencas-de-família para a representação do significado e identifiquei os princípios que podem estar na base das extensões do significado de uma palavra, princípios cuja análise permite a explicação dessas extensões – o protótipo, a cena, a metáfora e a metonímia.

A observação de um *corpus* extenso de ocorrências dos verbos nas duas línguas permitiu apurar e descrever 19 sentidos de *sehen*, 16 sentidos de *ver* e 9 sentidos de *olhar*. Nalguns casos foi, ainda, possível identificar subsentidos, que apesar de poderem formar paráfrases próprias, não apresentavam suficiente autonomia, já que partilhavam um núcleo semântico comum. Nestes casos, para além das paráfrases que exemplificam os subsentidos, é fornecida uma paráfrase englobante, que exemplifica o sentido geral (vejam-se *ver*_{3, 3a, 3b, 3c, 3d, e 3e} e *sehen*_{4, 4a, 4b, 4c, 4d, e 4e}).

O critério da paráfrase em conjugação com outros, como a tradução e a observação das construções sintácticas, foi muito útil para a delimitação das variantes polissémicas, não obstante as dificuldades levantadas por qualquer conjunto de critérios, como se viu na secção respeitante aos meios para aferição de polissemia (cf. 2.3).

A descrição da cena, que inicia a secção respeitante a cada verbo, revelou-se da maior importância e utilidade para a explicação das extensões polissémicas. Uma grande parte dessas extensões foram apresentadas como "foregrounding" ou "backgrounding" de elementos já presentes nas cenas, ou, ainda, como acréscimo, intensificação ou demção de

traços/propriedades nelas evidenciados. O conceito de cena foi importante até mesmo nos casos em que os sentidos de *ver*, *olhar* e *sehen* não têm origem nestes verbos: tal deve-se ao facto de a explicação para pelo menos alguns destes sentidos se dever procurar nas cenas de outros verbos (que são suas paráfrases parciais). Recorde-se, por exemplo, o sentido de *ver* e *sehen* como ‘encontrar’/‘treffen’, em que o verbo perceptivo passa a designar a interacção entre humanos e em que se verifica que a extensão foi possível, pelo facto de a percepção através da vista ser parte da cena do verbo *encontrar*/treffen. O mesmo é válido para os casos de *sehen* e *ver* como ‘indagar’, em que os verbos se referem a uma busca epistémica deliberada, para os usos de *sehen* e *ver* como ‘examinar’/‘corrigir’, ou para os usos de *sehen* e *olhar* como ‘cuidar’, etc. Também nestes casos se verifica que a extensão semântica se deve ao facto de a percepção através da vista estar presente nas cenas dos verbos *indagar*/*herausfinden*, *examinar*/*untersuchen*, *corrigir*/*korrigieren* e *cuidar*/*sich kümmern*, respectivamente.

Os casos de extensão acima referidos evidenciam a presença de um princípio poderoso na geração de novos sentidos destes itens lexicais, bem como na sua explicação. Trata-se do princípio da metonímia, presente quer nos casos de "foregrounding"/"backgrounding" a partir das cenas de *sehen*, *ver* e *olhar*, quer nas extensões a partir de outras cenas, onde o elemento ‘percepção visual’ é parte de um todo complexo.

Nalguns casos foi possível registar a constituição de pequenas cadeias polissémicas direccionadas, a partir de um sentido ele próprio já derivado da cena, como a cadeia que se estabelece entre os sentidos ‘*untersuchen*’ > ‘*einschätzen*’ > ‘*halten für*’, de *sehen* e ‘*examinar*’ > ‘*avaliar*’ > ‘*considerar*’, de *ver*.

Para além disso, foi surpreendente verificar a tendência para a gramaticalização em certos usos dos verbos tratados, o que só foi possível graças à utilização de um corpus. A ocorrência de combinatórias como a de *sehen*/*ver*/*olhar* com *mit*/*com* e *Ns* que traduzem um estado psicológico resultativo (*sehen*₁₅, *ver*₁₃ e *olhar*₅), a construção apassivante (*sehen*₁₇ e *ver*₁₅) ou os casos de *sehen* e *ver* com sujeito não humano, servindo à expressão de um acontecer (*sehen*₁₈ e *ver*₁₆), facilmente passariam despercebidos num corpus de dimensões reduzidas ou se se tivessem usado apenas exemplos dos dicionários, como em Soares (1993) sobre *ver* e *olhar*. O estudo aprofundado do percurso de gramaticalização de *sehen*, *ver* e *olhar*, bem como a sistematização dos usos destes verbos como partículas discursivas, constituem áreas a aprofundar em trabalhos futuros.

Tendo em conta o acima exposto, pude confirmar a ideia, já expressa na secção dedicada à representação e descrição da pluralidade de sentidos, de que a polissemia e a sua representação/explicação não pode reduzir-se apenas ao modelo de parencas-de-família enquanto encadeamento de sentidos da mesma palavra, como pretendem vários autores, de que Violi (2001) é um exemplo.

Prossigui o trabalho com o contraste entre sentidos de *sehen*, *ver* e *olhar*, tomando *sehen* como ponto de partida, e estabeleci as correspondências entre sentidos, assinalando também os casos de equivalência imperfeita ou de ausência de correspondência. Foi este o momento do trabalho em que, de uma forma sistemática, se tornou visível a proximidade entre os itens lexicais estudados e em que também se pôde confirmar a intuição inicial sobre a forma como *ver* e *olhar* preenchem um espaço semântico que é ocupado na língua alemã predominantemente por *sehen*,⁵⁴² embora o façam em proporções distintas – há um maior número de sentidos de *sehen* que têm como equivalentes sentidos de *ver* e o número de sentidos de *sehen* que tem apenas correspondência em *olhar* é bastante menor.

A observação da relação entre *sehen*, *ver* e *olhar* leva-me a questionar a universalidade da tradicional distinção entre verbos de experiência perceptiva e verbos de acção perceptiva, que tem sido o alicerce da investigação sobre verbos perceptivos; no caso da percepção visual, uma tradição de investigação fundada nos contrastes entre *ver/olhar*, *voir/regarder*, *see/look*, *vedere/guardare*, etc. Independentemente da validade dessa dicotomia para muitas línguas, não é possível desprezar o facto de *sehen* abranger os dois domínios (acção e experiência perceptiva), o que aliás não é estranho, tendo em conta que a experiência da percepção visual está frequentemente associada a um direccionamento dos olhos para um potencial objecto de percepção. *Sehen* mostra como é possível a co-existência de acção perceptiva e experiência perceptiva no mesmo verbo nuclear. Não é forçoso, portanto, que haja itens lexicais nucleares diferentes associados a esta distinção. O caso alemão demonstra que os dois aspectos da percepção podem ser veiculados pelo mesmo item em distribuições sintácticas distintas (vejam-se *sehen*₁ e *sehen*₂); a língua alemã dispõe também de recursos lexicais para exprimir acção perceptiva que, no entanto, não se apresentam como verbos nucleares comparáveis a *olhar*, *look*, etc. Recordem-se, a propósito, as palavras de Schepping (1982: 164):

⁵⁴² Recorde-se o que ficou dito em 3.1.2.2 sobre as limitações, de carácter ditópico e diastrático, à possibilidade de *blicken*, *gucken* e *schauen*, enquanto verbos de acção perceptiva, poderem constituir o contraponto de *sehen*, como *olhar* em relação a *ver*.

Im Englischen und Französischen wird im Lexikon zwischen einer visuellen Wahrnehmung und einer visuellen Handlung unterschieden. Im Deutschen wird diese Unterscheidung zum Teil im lexikalischen Bereich, zum Teil auf grammatischer Ebene getroffen (...).

O capítulo contrastivo permite também identificar os domínios de sentido cobertos por *sehen*, *ver* e *olhar* e respectivas extensões:

- a percepção visual propriamente dita que pode incluir:
 - a. direccionar os receptores dos estímulos;
 - b. aperceber-se de um objecto no seu contexto;
 - c. dar atenção a um objecto de carácter público, normalmente com intuito de fruição;
 - d. percorrer atentamente com a vista um objecto para avaliar a sua condição

- a acção humana com três subdomínios:
 - a. interacção entre indivíduos no contexto de práticas sociais;
 - b. acção orientada para uma finalidade que pode ser a busca de um objecto, a procura de conhecimento ou a consecução de um objectivo;
 - c. acção benéfica para outrem ou para o próprio, eventualmente suscitada por circunstâncias adversas;

- o domínio epistémico com quatro subáreas:
 - a. emissão de juízos, eventualmente de carácter avaliativo;
 - b. busca epistémica deliberada;
 - c. descoberta epistémica não intencionada, apoiada, por exemplo, na inferência a partir de indícios;
 - d. percepção intelectual como reconhecimento mental de características do objecto ou como compreensão (controlo cognitivo) do mesmo;

- o domínio psicológico do impacto de um estado de coisas sobre um humano com dois subdomínios
 - a. afectação de um experienciador, não mencionado no estado de coisas causador da afectação – estado psicológico resultativo;
 - b. afectação de um experienciador, mencionado no estado de coisas causador da afectação;

- a área genérica do acontecer temporal e/ou localmente situado.

Partindo da delimitação de sentidos efectuada em 4.2.2, 4.3.2 e 4.4.2, bem como da aproximação entre os mesmos no capítulo 5, que permitiu a estruturação do significado de *sehen*, *ver* e *olhar* em domínios e subdomínios semânticos, parece-me importante sublinhar o contributo de um trabalho desta natureza, quer para a lexicografia monolíngue, quer para a lexicografia bilingue. A distinção reflectida entre sentidos e a sua ordenação em núcleos e eventuais subdivisões facilita a tarefa do lexicógrafo e tornaria mais eficaz a consulta de dicionários por aprendentes de língua não materna e tradutores, uma vez que nos dicionários monolíngues encontramos uma grande proliferação de sentidos, que seguem sobretudo o critério da existência de sinónimos, mas que ignoram outros critérios e distorcem as distâncias semânticas relativas entre sentidos; por outro lado, enriquecer-se-ia a lexicografia bilingue que, no par de línguas em apreço, se manifesta claramente insuficiente nas alternativas fornecidas para a tradução de *sehen*, *ver* e *olhar*. O confronto dos sentidos de *ver*, *olhar* e *sehen* identificados neste trabalho com o tratamento lexicográfico de que já foram alvo em dicionários de referência seria uma sequência lógica do presente estudo, que reservo para concretização futura; bem assim o estudo das variantes polissémicas dos três verbos relacionadas com questões de aspecto lexical.

Como referi acima, há ainda algum trabalho a fazer no que respeita a *sehen*, *ver* e *olhar*, nomeadamente a análise detalhada dos processos de gramaticalização em curso nos três casos, que apenas foi objecto de análise, a título exemplificativo, no caso de *ver*. Um confronto dos percursos de gramaticalização seria útil para aferir até que ponto se trata de percursos paralelos, também neste domínio. Fica reservada para um posterior trabalho a comparação e sistematização dos usos de *ver*, *olhar* e *sehen* como partículas discursivas, um exemplo de como a polissemia abundante de algumas unidades lexicais ultrapassa as fronteiras da classe de palavras, constituindo-se como "heterossemia", como refere Waltereit a propósito da articulação e distinção entre os usos do *it. guarda* como imperativo pleno e como partícula discursiva:

Heterosemy means that a certain linguistic form has two different but related meanings; at the same time, the two uses can also be distinguished on purely syntactic grounds. Of course, a DM [discourse marker] occurs in other syntactic distributions than a verb form. (Waltereit 2002: 994)

Um outro caminho de investigação será também o estudo dos verbos derivados e compostos de *sehen*, *ver* e *olhar*, bem como dos restantes verbos do campo da visão, que

se afigura interessante à luz das afirmações de Viberg sobre o verbo sueco *slå* ('bater'/'atingir'), como caso paradigmático da relação entre verbo nuclear polissêmico e outros verbos situados no mesmo campo:⁵⁴³

The meanings of the non-nuclear verbs in general represent an elaboration or specialization of *slå*, and in this way the nuclear verb forms the basis also for the differentiation between the rest of the verbs belonging to the field. The types of extensions that appear in the meaning patterns of non-nuclear members of the field tend to represent a subset of the possibilities of *slå*. (Viberg 1999: 126)

Nesta medida, afigura-se-me importante estudar o comportamento semântico dos verbos derivados e compostos a partir de *ver*, *olhar* e *sehen*, no sentido de compreender como se processou a progressão da pluralidade de sentidos dos verbos nucleares nos que se formaram a partir deles, que interações se geraram entre os constituintes dos respectivos derivados e compostos, nomeadamente entre prefixos e bases, e as consequências dessa interação para o significado dos itens complexos resultantes. Parece-me aliciante apurar em que medida a derivação e a composição constituíram mecanismos de desambiguação no uso de verbos tão polissêmicos como *sehen*, *ver* e *olhar* e, para além disso, que soluções oferecem as duas línguas para veicular a diversidade de sentidos observada nos três verbos nucleares, visto que o número elevado de derivados de *sehen* na língua alemã não tem contraponto no mesmo tipo de estratégia em português, o que faz crer que os dois sistemas terão resolvido de modos não coincidentes a questão da diversidade de sentidos no campo da visão.

⁵⁴³ O autor considera, a propósito do conjunto de verbos de contacto físico em sueco que analisa detalhadamente em Viberg (1999), que a compreensão da semântica do verbo nuclear permite diferenciar os restantes verbos que se encontram no mesmo campo e encarar as suas extensões semânticas como subconjuntos das possibilidades já evidenciadas no verbo nuclear.

Corpora

CRPC – subcorpus oral espontâneo. Online: <http://www.clul.ul.pt/>

DWDS = DWDS-Kerncorpus. Online: <http://www.dwds-corpus.de/>

(Ext...) = CETEMPúblico anotado (versão 1.7). Online:
<http://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>

PAR = Le-parole – concordâncias disponibilizadas pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (cf. Bacelar do Nascimento et al. (1997) sobre as características do corpus)

PM-CT = CETEMPúblicoPRMI. Online: <http://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>

Bibliografia

1. Dicionários da Língua Portuguesa e da Língua Alemã

AURÉLIO: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda

²1986 Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

DUDEN

2001 Deutsches Universalwörterbuch, 4. Aufl., Version 3.0 (CD-Rom), Mannheim: Dudenverlag.

HOUAISS, Antônio et al.

2002 Dicionário Houaiss da língua portuguesa, versão portuguesa, Lisboa: Círculo de Leitores.

MOR: SILVA, António de Moraes

¹⁰1949-59 Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Lisboa: Editorial Confluência.

LGDaF: GÖTZ, D., HAENSCH, G. & WELLMANN, H. (Hg.)

1993 Langenscheidts Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache, Berlin: Langenscheidt.

WDW: WAHRIG-BURFEIND, Renate (Hg.)

1994 Wahrig deutsches Wörterbuch, Gütersloh: Bertelsmann Lexikon Verlag.

2. Dicionários de Verbos, Dicionários de Linguística e Dicionários de Expressões Fixas

BUSSE, Winfried (coord.)

1994 *Dicionário Sintático de Verbos Portugueses*, Coimbra: Livraria Almedina.

BUßMANN, Hadumod (Hg.)

³2002 *Lexikon der Sprachwissenschaft*, Stuttgart: Kröner.

ENGEL, Ulrich & SCHUMACHER, Helmut et al.

²1978 *Kleines Valenzlexikon deutscher Verben*, Tübingen: TBL Verlag Gunter Narr.

FF: FERNANDES, Francisco

³⁵1987 *Dicionário de Verbos e Regimes*, Rio de Janeiro: Globo.

HELBIG, Gerhard & SCHENKEL, Wolfgang

⁸1991 *Wörterbuch zur Valenz und Distribution deutscher Verben*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

SCHEMANN, Hans

2002 *Idiomatik Deutsch-Portugiesisch*, Stuttgart: Klett Verlag (PONS).

SCHUMACHER, Helmut (Hg.)

1986 *Verben in Feldern. Valenzwörterbuch zur Syntax und Semantik deutscher Verben*, Berlin/New York: Walter de Gruyter.

3. Gramáticas da Língua Portuguesa e da Língua Alemã

BUSSE, Winfried & VILELA, Mário

1986 *Gramática de Valências. Apresentação e Esboço de Aplicação à Língua Portuguesa*, Coimbra: Livraria Almedina.

CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley

1984 *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: João Sá da Costa.

EISENBERG, Peter

1999 *Grundriß der deutschen Grammatik*, Bd. 2, Stuttgart/Weimar: Verlag J. B. Metzler.

ENGEL, Ulrich

²1991 *Deutsche Grammatik*, Heidelberg: Julius Groos Verlag.

GÖTTZE, Lutz & HESS-LÜTTICH, Ernest W. B.

2002 *Wahrig 4. Grammatik der deutschen Sprache*, Gütersloh/München: Bertelsmann Lexikon Institut/Wissen Media Verlag.

HELBIG, Gerhard & BUSCHA, Joachim

¹³1991 *Deutsche Grammatik. Ein Handbuch für den Ausländerunterricht*, Leipzig/Berlin/München: Verlag Enzyklopädie/Langenscheidt.

HERINGER, Hans Jürgen

1988 *Lesen, lehren, lernen: Eine rezeptive Grammatik des Deutschen*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

HERINGER, Hans Jürgen & LIMA, José Pinto de

1987 *Palavra Puxa Palavra. Comunicação e Gramática Dependencial*, Lisboa: ICALP.

MATEUS, Maria Helena Mira et al.

²1989 *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.

⁵2003 *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.

ZIFONUN, Gisela et al.

1997 *Grammatik der deutschen Sprache*, Berlin/New York: Walter de Gruyter.

4. Bibliografia linguística

ABRAHAM, Werner

1998 "Farbsehen und Farbhören in der Literatur", in: ABRAHAM, W., *Linguistik der uneigentlichen Rede. Linguistische Analysen an den Rändern der Sprache*, Tübingen: Stauffenburg Verlag, 271-307.

ALMEIDA, Maria Clotilde

1998 "A semântica de prever à luz da perspectiva cognitiva", in: MOTA, M^a Antónia & MARQUILHAS, Rita (orgs.), *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: APL, 29-43.

2001 "Body-based space conceptualisations in German", in: SILVA (org.), 305-323.

ALMEIDA, Raul Fernando Ribeiro

1986 *Verbos de Percepção Visual. Contributo para a sua Análise Sintáctica e Semântica*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALSTON, William P.

1964 *Philosophy of Language*, Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, Inc.

ALLWOOD, Jens & GÄRDENFORS, Peter (eds.)

1999 *Cognitive Semantics. Meaning and Cognition*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (= Pragmatics and Beyond – New Series, 55).

ANDERSON, Lloyd B.

- 1986 "Evidentials, Paths of Change and Mental Maps: Typologically Regular Asymmetries", in: CHAFE, Wallace & NICHOLS, Johanna (eds.), *Evidentiality: The Linguistic Coding of Epistemology*, Norwood, N. J.: Ablex Publishing Corporation.

ASKEDAL, John Ole

- 2005 "Grammatikalisierung und Persistenz im deutschen "Rezipienten-Passiv" mit bekommen/kriegen/erhalten", in: LEUSCHNER, MORTELMANS & De GROODT (Hg.), 211-228.

ATHANASIADOU, Angeliki et al. (eds.)

- 2006 *Subjectification. Various Paths to Subjectivity*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter (= *Cognitive Linguistics Research*, 31).

ATHAYDE, Maria Francisca M. Queiroz-Pinto de

- 2000 *A Estrutura Semântica das Construções com Verbo-suporte Preposicionadas do Português e do Alemão*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- 2001 *Construções com verbo-suporte (Funktionsverbgefüge) do Português e do Alemão*, Cadernos do CIEG nº 1, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, Coimbra: MinervaCoimbra.
- 2005 *Nomes Predicativos em Português e em Alemão. Os Nomes Predicativos em Construções com Verbo-Suporte Preposicionadas do Português e do Alemão*, Cadernos do CIEG nº 15, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, Coimbra: MinervaCoimbra.

AUER, Peter & GÜNTNER, Susanne

- 2005 "Die Entstehung von Diskursmarkern im Deutschen", in: LEUSCHNER, MORTELMANS & De GROODT (Hg.), 335-362.

BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda et al.

- 1997 "Le-parole – do corpus à modelização da informação lexical num sistema-multifunção", *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, vol.II, Lisboa: APL, 115-134.

BARCELONA, Antonio (ed.)

- 2000 *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

BARTSCH, Renate

- 1984 "The Structure of Word Meanings: Polysemy, Metaphor, and Metonymy", in: LANDMAN, F. & VELTMAN, F. (eds.), *Varieties of formal semantics. Proceedings of the fourth Amsterdam Colloquium, September 1982*, Dordrecht: Foris Publications (= Groningen-Amsterdam Studies in Semantics – GRASS), 25-54.

BAT-ZEEV SHYLDKROT, Hava

- 1981 "À propos de la forme passive «se voir + Vinf», *Folia linguistica* XV: 3-4, 387-407.
- 1984 "La concurrence entre la proposition conjonctive et voir + la proposition infinitive", *The French Review* LVIII: 2, 202-214.
- 1987 "Les compléments de temps et de lieu sont-ils toujours des compléments circonstanciels?", *Folia linguistica* XXI: 2-4, 229-247.
- 1989 "Les verbes de perception: étude sémantique", in: KREMER, Dieter (ed.), *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, vol. IV, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 282-294.
- 2005 "Comment définir la périphrase «se laisser + infinitif»?", in: BAT-ZEEV SHYLDKROT & Le QUERLER (dir.), 245-257.

BAT-ZEEV SHYLDKROT, Hava & Le QUERLER, Nicole (dir.)

- 2005 *Les Périphrases Verbales*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

BEHRENS, Leila

- 2002 "Structuring of word meaning II: Aspects of polysemy", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 319-337.

BERLIN, Brent & KAY, Paul

- 1969 *Basic Color Terms*, Berkeley: University of California Press.

BIERWISCH, Manfred

- 1983 "Semantische und konzeptuelle Repräsentation lexikalischer Einheiten", in: RUZICKA, Rudolf & MOTSCH, Wolfgang (Hg.), *Untersuchungen zur Semantik*, Berlin: Akademie-Verlag (= *Studia Grammatica* XXII), 61-99.

- BISANG, Walter et al. (eds.)
- 2004 *What makes Grammaticalization? A Look from its Fringes and its Components*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter (= Trends in Linguistics – Studies and Monographs, 158).
- BLACK, Max
- 1979 "More about Metaphor", in: ORTONY (ed.), 19-45.
- BLANK, Andreas
- 1999 "Polysemy in the Lexikon", in: ECKARDT, Regine & HEUSINGER, Klaus von (eds.), *Meaning Change – Meaning Variation, Workshop held at Konstanz, Feb. 1999*, vol. I, Arbeitspapier Nr. 106, Konstanz: Fachbereich Sprachwissenschaft der Universität Konstanz, 11-29.
- 2003 "Polysemy in the lexicon and in discourse", in: NERLICH et. al. (eds.), 267-293.
- BRITO, Ana Maria Barros de
- 1991 *A Sintaxe das Orações Relativas em Português. Estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*, Lisboa: INIC.
- 1995 "Sobre Algumas Construções Pseudorelativas em Português", *Revista da Faculdade de Letras do Porto: Série Línguas e Literaturas XII*, 25-54.
- BUSCH, Hans-Jörg
- 1993 "Sichtung linguistischer Modelle für die semantische Beschreibung von Verben. Das Modell einer modularintegrativen-Verbbeschreibung von Gerd Wotjak", in: LUTZEIER (Hg.), 137-148.
- CACCIARI, C. & LEVORATO, M. C.
- 1991 "Per una semantica "ingenua" dei verbi di percezione", *Versus: Quaderni di Studi Semiotici* 59/60, 121-139.
- CADIOT, Pierre
- 1976 "Relatives et infinitives «déictiques» en français", *DRLAV* 13, 1-64.
- CAMPO, José Luís de Azevedo do
- 2000 *Grundlexik der Wahrnehmungen und der Emotionen: Portugiesisch-Deutsch*, Rostock: Universität Rostock, Institut für Romanistik (= Lehr- und Arbeitshefte zur Lusitanistik/Hispanistik der Universität Rostock).
- 2000 *Einführung in die kognitive Linguistik für Lusitanisten und Hispanisten*, Rostock: Universität Rostock, Institut für Romanistik (= Lehr- und Arbeitshefte zur Lusitanistik/Hispanistik der Universität Rostock).

- CASTELEIRO, João Malaca
 1981 *Sintaxe Transformacional do Adjectivo: regência das construções completivas*, Lisboa: INIC.
- CHAFE, Wallace & NICHOLS, Johanna (eds.)
 1986 *Evidentiality: The Linguistic Coding of Epistemology*, Norwood, N.J.: Ablex Publishing Corporation.
- CLARK, Herbert H.
 1996 *Using Language*, Cambridge: Cambridge University Press.
- CLASSEN, Constance
 1993 *Worlds of sense: exploring the senses in history and across cultures*, London: Routledge.
- CLAUSNER, Timothy & CROFT, William
 1999 "Domains and image schemas", *Cognitive Linguistics* 10: 1, 1-31.
- COLEMAN, Linda & KAY, Paul
 1981 "Prototype semantics: the English word lie", *Language* 57: 1, 26-44.
- COSERIU, Eugenio
 1952 "Sistema, Norma e Fala", in: *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral: cinco estudos*, tradução de Agostinho Dias Carneiro, Rio de Janeiro: Presença e São Paulo: Ed. da Universidade de S. Paulo, 1979.
 1975 "Vers une typologie des champs lexicaux", *Cahiers de Lexicologie* XXVII: 2, 30-51.
 1979 "Bedeutung und Bezeichnung bei Aristoteles", *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 32: 4, 432-437.
- COWIE, H. P.
 1982 "Polysemy and the structure of lexical fields", *Nottingham Linguistic Circular* XI: 2, 51-65.
- CROFT, William
 1990 *Typology and Universals*, Cambridge: Cambridge University Press.
 1991 *Syntactic Categories and Grammatical Relations*, Chicago: The University of Chicago Press.
 1993_a "The role of domains in the interpretation of metaphors and metonymies", *Cognitive Linguistics* 4: 4, 335-370.
 1993_b "Case marking and the semantics of mental verbs", in: PUSTEJOVSKY, James (ed.) (1993), *Semantics and the Lexicon*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers (= *Studies in Linguistics and Philosophy*, 49), 55-72.

- 1998 "Linguistic evidence and mental representations", *Cognitive Linguistics* 9: 2, 151-173.
- 2000 *Explaining Language Change. An evolutionary approach*, London: Longman (= Longman Linguistics Library).
- CRUSE, David Alan
- 1986 *Lexical Semantics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- 1995 "Polysemy and related phenomena from a cognitive linguistic viewpoint", in: SAINT-DIZIER, P. & VIEGAS, E. (eds.), *Computational Lexical Semantics*, Cambridge: Cambridge University Press (=Cambridge Textbooks in Linguistics), 33-49.
- 1996 "La signification des noms propres de pays en anglais", in: RÉMI-GIRAUD, S. & RÉTAT, P. (eds.), *Les noms de la nation*, Lyon: PUL, 93-102.
- 2000 *Meaning in Language. An Introduction to Semantics and Pragmatics*, Oxford: Oxford University Press (= Oxford Textbooks in Linguistics).
- 2002 "Dimensions of meaning II: Descriptive meaning, in: CRUSE et. al. (Hg./eds.), 350-355.
- CRUSE, David Alan et al. (Hg./eds.)
- 2002 *Lexikologie/Lexicology. Ein internationales Handbuch zur Natur und Struktur von Wörtern und Wortschätzen/An international handbook on the nature and structure of words and vocabularies*, Berlin/New York: Walter de Gruyter (= Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft, Bd. 21.1).
- CUYCKENS, Hubert & ZAWADA, Britta (eds.)
- 2001 *Polysemy in Cognitive Linguistics. Selected Papers from the 5th International Cognitive Linguistics Conference, Amsterdam, 1997*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- CUYCKENS, Hubert & ZAWADA, Britta
- 2001 "Introduction", in: CUYCKENS & ZAWADA (eds.), ix-xxvii.
- CUYCKENS, Hubert & SANDRA, Dominiek (eds.)
- 2003 *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*, Berlin: Mouton de Gruyter.
- DAMÁSIO, António
- ¹³1995 *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Mem Martins: Publicações Europa-América.
- ⁶2000 *O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

DEANE, Paul D.

1988 "Polysemy and cognition", *Lingua* 75, 325-361.

DEFRANCQ, Bart

1996 "On the form of French, English and Dutch object complements", *Quarterly Newsletter of the Contrastive Grammar Research Group of the University of Gent* 5, 1-7. Online: <http://bank.rug.ac.be/contragram/newslet5.html> [acesso em 19/8/05].

De HAAN, Ferdinand

2001_a "The relation between modality and evidentiality", in: MÜLLER, Reimar & REIS, Marga (Hg.) (2001), *Modalität und Modalverben im Deutschen*, Hamburg: Helmut Buske Verlag (= *Linguistische Berichte Sonderheft* 9), 201-216. Online: <http://www.u.arizona.edu/~fdehaan/papers/> [data do ficheiro pdf: 20/2/03; data de acesso: 23/8/05].

2001_b "The place of inference within the evidential system", *International Journal of American Linguistics* 67, 193-219. Online: <http://www.u.arizona.edu/~fdehaan/papers/> [data do ficheiro pdf: 20/2/03; data de acesso: 23/8/05].

[2003] "Visual evidentiality and its origins" [referido na página web do autor como em revisão para publicação na revista *Diachronica*]. Online: <http://www.u.arizona.edu/~fdehaan/papers/> [data do ficheiro pdf: 24/2/03; data de acesso: 23/8/05].

2005 "Encoding speaker perspective: evidentials", in: FRAZYNGIER, Zygmunt, HODGES, Adam & ROOD, David (eds.), *Linguistic Diversity and Language Theories*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (= *Studies in Language Companion Series*, 72), 379-397. Online: <http://www.u.arizona.edu/~fdehaan/papers/> [data do ficheiro pdf: 1/10/03; data de acesso: 23/8/05].

DIETRICH, Wolf

1997 "Polysemie als 'volle Wortbedeutung' – gegen die 'Mehrwertigkeit der Zeichen'", in: HOINKES & DIETRICH (Hg.), 227-236.

DIEWALD, Gabriele

2002 "A model for relevant types of contexts in grammaticalization", in: WISCHER, Ilse & DIEWALD, Gabriele (eds.), *New Reflections on Grammaticalization*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 103-120.

- 2006 "Discourse particles and modal particles as grammatical elements", in: FISCHER, Kerstin (ed.), *Approaches to Discourse Particles*, Oxford: Elsevier, 403-426. Online: <http://people.bu.edu/bfraser/> [sob o título Theoretical Papers – Pragmatically Oriented encontra-se o "link" para "download" do ficheiro Dieward - DP & MP as Gr. El.doc; data do ficheiro word: 13/05/05; data de acesso: 27/12/06].
- DIK, S. C. & HENGEVELD, K.
- 1991 "The hierarchical structure of the clause and the typology of perception verb complements", *Linguistics* 29: 2, 231-259.
- Di MEOLA, Claudio
- 1994 «Kommen» und «gehen». Eine kognitiv-linguistische Untersuchung der Polysemie deiktischer Bewegungsverben, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (= Linguistische Arbeiten, 325).
- DIRVEN, René
- 1985 "Metaphor as a basic means for extending the lexicon", in: PAPROTTÉ & DIRVEN (eds.), 85-119.
- 2002 "Structuring of word meaning II: Figurative use of language", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 337-342.
- DÖRSCHNER, Norbert
- 1996 *Lexikalische Strukturen. Wortfeldkonzeption und Theorie der Prototypen im Vergleich*, Münster: Nodus Publikationen.
- DUCHÁČEK, Otto
- 1962 "L'homonymie et la polysémie", *Vox Romanica* 21, 49-56.
- DUNBAR, George
- 2001 "Towards a cognitive analysis of polysemy, ambiguity and vagueness", *Cognitive Linguistics* 12: 1, 1-14.
- DUPUY-ENGELHARDT, Hiltraud
- 2002 "Lexikalische Dekomposition I: Strukturalistische Ansätze", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 245-256.
- ECKARDT, Regine et al. (eds.)
- 2003 *Words in Time. Diachronic Semantics from Different Points of View*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter (= Trends in Linguistics – Studies and Monographs, 143)

- EMSEL, Martina
 1993 "Funktionale Aspekte und verbale Wortfeldstrukturen", in: LUTZEIER (Hg.), 65-74.
- ENGBERG-PEDERSEN, Elisabeth
 1995 "The concept of domain in the cognitive theory of metaphor", *Nordic Journal of Linguistics* 18, 111-119.
- ENGELBERG, Stefan
 2000 *Verben, Ereignisse und das Lexikon*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (= Linguistische Arbeiten, 414). [Dissertação apresentada à Universidade de Wuppertal em 1998]
- EVANS, Nicholas D. & WILKINS, David
 1998 *The knowing ear: an australian test of universal claims about the semantic structure of sensory verbs and their extension into the domain of cognition*, Arbeitspapier Nr. 32 (Neue Folge), Köln: Institut für Sprachwissenschaft der Universität zu Köln.
 2000 "In the mind's ear: the semantic extensions of perception verbs in australian languages", *Language* 76: 3, 546-592.
- FABRICIUS-HANSEN, Cathrine
 1991 "Verbalsemantik/Verbal Semantics", in: STECHOV, Arnim von & WUNDERLICH, Dieter (Hg.), *Semantik: ein internationales Handbuch der zeitgenössischen Forschung/Semantics. An International Handbook of Contemporary Research*, Berlin/New York: Walter de Gruyter (= Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft, Bd. 6), 692-709.
- FAUCONNIER, Giles & TURNER, Mark
 1998 "Principles of Conceptual Integration", in: KOENIG (ed.), 269-283.
- FAULER, Alexandra et al. (org.)
 2001 *Workshop on Verbs, Arguments, and Polysemy (Abstracts) – Universität Konstanz*, July 23-25, 2001. Online: <http://ling.uni-konstanz.de/pages/conferences/polysemy/index.html>.
- FELSER, Claudia
 1998 "Perception and control: a minimalist analysis of English direct perception complements", *Journal of Linguistics* 34, 351-385.
- FIGGE, Udo L.
 1995 "Valenzen und Diathesen", in: SCHMITT, Christian & SCHWEICKARD, Wolfgang (Hg.): *Die romanischen Sprachen im Vergleich. Akten der gleichnamigen Sektion des Potsdamer Romanistentages (27. - 30.9.1993)*, Bonn: Romanistischer Verlag, 86-110.

- FILIPEC, J.
- 1971 "Zur Polysemie und lexikalisch-semantischen Sprachkonfrontation", *Travaux de Linguistique de Prague* 4, 217-228.
- FILLMORE, Charles J.
- 1968 "The case for case", in: BACH, Emmon & HARMS, Robert T. (eds.), *Universals in Linguistic Theory*, London: Holt-Rinehart-Winston, 1-88.
- 1975 "An alternative to checklist theories of meaning", in: COGEN, C. / THOMPSON, H. / THURGOOD, G. & WHISTLER, K. (eds.), *Proceedings of The First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 123-131.
- 1977 "The case for case reopened", in: COLE, P. & SADOCK, J. (eds.), *Syntax and Semantics 8: Grammatical Relations*, New York: Academic Press, 59-82.
- 1982 "Frame Semantics", in: The Linguistic Society of Korea (ed.), *Linguistics in the Morning Calm: Selected Papers from SICOL – 1981*, Seoul: Hanshin Publishing Company, 111-137.
- 1985 "Frames and the Semantics of Understanding", *Quaderni di Semantica* VI: 2, 222-254.
- 2001 "Why FrameNet has made me a splitter" (Abstract), in: FAULER et al. (org.), 6-7.
- FILLMORE, Charles J. & ATKINS, Beryl T.
- 1992 "Toward a Frame-Based Lexicon: The Semantics of RISK and its Neighbors", in: LEHRER & KITTAY (eds.), 75-102.
- FODOR, Jerry A. & LEPORE, Ernie
- 1998 "The emptiness of the lexicon: reflections on James Pustejovsky's *The Generative Lexicon*", *Linguistic Inquiry* 29: 2, 269-288.
- FRAAS, Claudia
- 1997 "Bedeutungsvarianz und Gebrauchswandel in Diskurstexten. Ein Beitrag zur Fundierung von Begriffsgeschichte", in: POHL (ed.), 163-180.
- FRANCKEL, Jean-Jacques
- 1989 *Etude de quelques marqueurs aspectuels du français*, Genève: Librairie Droz, 407-422.
- FRANCKEL, Jean-Jacques & LEBAUD, Daniel
- 1990 *Les figures du sujet. A propos des verbes de perception, sentiment, connaissance*, Paris: Ophrys, 11-84.

FRAWLEY, William

- 2002 "Fundamental Issues in Lexical Semantics", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 228-236.

FREI, Henri

- 1961 "Désaccords", *Cahiers Ferdinand de Saussure* 18, 35-51.

FUß, Eric

- 2007 "Komplexe Sätze: Teil 1", PS Deskriptive Syntax des Deutschen WS 2006/2007. Online: [http://web.uni-frankfurt.de/fb10/fuß/Downloads\(Lehre\)](http://web.uni-frankfurt.de/fb10/fuß/Downloads(Lehre)).

GAETA, Livio

- 2005 "Hilfsverben und Grammatikalisierung. Die fatale Attraktion von *geben*", in: LEUSCHNER, MORTELMANS & De GROODT (Hg.), 193-209.

GANSEL, Christina

- 1997 "Prozeduren der Bedeutungskonstituierung – Verbale Metaphern und kognitive Modelle", in: POHL (Hg.), 195-209.

GECKELER, Horst

- 1993 "Strukturelle Wortfeldforschung heute", in: LUTZEIER (Hg.), 11-21.

GEERAERTS, Dirk

- 1985 "Polysemization and Humboldt's principle", *Cahiers de l'Institut de Linguistique de Louvain* 11: 3-4, 29-50.
- 1989 "Prospects and Problems of Prototype Theory", *Linguistics* 27: 4, 587-612.
- 1993_a "Vagueness's puzzles, polysemy's vagaries", *Cognitive Linguistics* 4: 3, 223-272.
- 1993_b "Cognitive semantics and the history of philosophical epistemology", in: GEIGER & RUDZKA-OSTYN (eds.), 53-79.
- 1995 "Representational formats in cognitive semantics", *Folia Linguistica* XXIX: 1-2, 21-42.
- 1997 *Diachronic Prototype Semantics. A Contribution to Historical Lexicology*, Oxford: Clarendon Press.
- 2002 "Conceptual Approaches III: Prototype Theory", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 284-291.

GEERAERTS, Dirk & GRONDELAERS, Stefan

- 2002 "Structuring of word meaning I: An overview", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 304-318.

- GEERAERTS, Dirk, GRONDELAERS, Stefan & BAKEMA, Peter
 1994 *The Structure of Lexical Variation. Meaning, Naming and Context*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter (= Cognitive Linguistics Research, 5).
- GEIGER, Richard A. & RUDZKA-OSTYN, Brygida (eds.)
 1993 *Conceptualizations and Mental Processing in Language*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter (= Cognitive Linguistics Research, 3).
- GIBBS, Raymond W. & STEEN, Gerard J. (eds.)
 1999 *Metaphor in Cognitive Linguistics. Selected Papers from the 5th International Cognitive Linguistics Conference, Amsterdam, July 1997*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (= Current Issues in Linguistic Theory, 175).
- GISBORNE, Nicholas
 2004 "Structured Polysemy: the case of SEE". Online: <http://www.englant.ed.ac.uk/people/see.pdf>/[data do ficheiro pdf: 1/10/04; data de acesso 19/8/05; rascunho de um "paper" disponível para "download"].
- GISBORNE, Nicholas & HOLMES, Jasper
 2007 "A history of English evidential verbs of appearance", *English Language and Linguistics* 11: 1, 1-29.
- GLONING, Thomas
 1996 *Bedeutung, Gebrauch und sprachliche Handlung. Ansätze und Probleme einer handlungstheoretischen Semantik aus linguistischer Sicht*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- GODDARD, Cliff & WIERZBICKA, Anna
 2002 "Lexical Decomposition II: Conceptual Axiology", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 256-268.
- GOLDMAN, Alvin
 1970 *A Theory of Human Action*, Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.
- GOODWIN, Charles & GOODWIN, Marjorie Harness
 1998 "Seeing as a situated activity: formulating planes", in: ENGESTRÖM & MIDDLETON (eds.), *Cognition and Communication at Work*, Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge University Press.

- GREWENDROF, Günther, HAMM, Fritz & STERNEFELD, Wolfgang
 1990 Sprachliches Wissen. Eine Einführung in moderne Theorien der grammatischen Beschreibung, Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- GRICE, H. Paul
 1975 "Logic and Conversation", in: COLE, P. & MORGAN, J. L. (eds.) (1975), *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*, New York/San Francisco/London: Academic Press, 41-58.
- GRUBER, Jeffrey S.
 1967 "Look and See", *Language* 43: 4, 937-947.
 1985 "Lexical, conceptual and encyclopedic meaning", *Quaderni di Semantica* VI: 2, 254-267.
- GÜNTHNER, Susanne
 2003 "Lexical-grammatical variation and development: The use of conjunctions as discourse markers in everyday spoken German", in: ECKARDT et. al. (eds.), 375-403.
- HAAS, William
 s.d._a "Word-fields and the meanings of words" [não publicado].
 Online: <http://lings.ln.man.ac.uk/more/Haas/Haas-c~1.htm>.
 s.d._b "Metaphors" [não publicado]. Online: <http://lings.ln.man.ac.uk/more/Haas/Haas-c~1.htm>.
- HABEL, Christopher
 1985 "Das Lexikon in der Forschung der künstlichen Intelligenz", in: SCHWARZE, Christoph & WUNDERLICH, Dieter (Hg.), *Handbuch der Lexikologie*, Königstein/Ts.: Athenäum, 441-474.
- HAMPE, Beate (ed.) & GRADY, Joseph E. (coop.)
 2005 *From Perception to Meaning. Image Schemas in Cognitive Linguistics*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter (= *Cognitive Linguistics Research*, 29).
- HARM, Volker
 2000 *Regularitäten des semantischen Wandels bei Wahrnehmungsverben des Deutschen*, Stuttgart: Franz Steiner Verlag (= *Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik: Beihefte*, H. 110). [Dissertação apresentada à Universidade de Marburg em 1999]

- HARRAS, Gisela
- 1996 "Sprechen, reden, sagen – Polysemie und Synonymie", in: HARRAS, Gisela & BIERWISCH, Manfred (Hg.), *Wenn die Semantik arbeitet*. Klaus Baumgärtner zum 65. Geburtstag, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 191-216.
- HARRAS, Gisela & GRABOWSKY, Joachim
- 2000 "Zur Polysemie lokaler Präpositionen: die Fragwürdigkeit von kategorialen Akzeptanzurteilen als Grundlage für bedeutungsbeschreibende Prototypenstrukturen", in: MANGASSER-WAHL (Hg.), 73-91.
- HASER, Verena
- 2005 *Metaphor, Metonymy, and Experientialist Philosophy. Challenging Cognitive Semantics*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter (= *Topics in English Linguistics*, 49).
- HASPELMATH, Martin
- 1990 "The Grammaticalization of Passive Morphology", *Studies in Language* 14: 1, 25-72.
- 1994 "Passive Participles across Languages", in: FOX, Barbara & HOPPER, Paul J. (eds.), *Voice: Form and Function*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (= *Typological Studies in Language*, 27), 151-177.
- HAUENHERM, Eckhard
- 1998 "Sprachsystem und Sprachgebrauch in der kontrastiven lexikalischen Semantik", in: WEIGAND (ed.), 139-162.
- HEGER, Klaus
- 1963 "Homographie, Homonymie und Polysemie", *Zeitschrift für Romanische Philologie* 79: 5/6, 471-491.
- 1969 "La sémantique et la dichotomie de langue et parole. Nouvelles contributions a la discussion sur les bases théoriques de la sémasiologie et de l'onomasiologie", *Tralili* VII: 1, 47-111.
- HEINE, Bernd
- 2002 "On the role of context in grammaticalization", in: WISCHER, Ilse & DIEWALD, Gabriele (eds.), *New Reflections on Grammaticalization*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 83-101.
- HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friederike
- 1991 *Grammaticalization: a conceptual framework*, Chicago: University of Chicago Press.
- HEINE, Bernd & KUTEVA, Tania
- 2002 *World Lexicon of Grammaticalization*, Cambridge: Cambridge University Press.

- HERMANNNS, Fritz
- 2002 "Dimensionen der Bedeutung I: Ein Überblick", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 345-350.
- 2002 " Dimensionen der Bedeutung III: Aspekte der Emotion", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 356-362.
- HOFFMAN, Donald D.
- 1998 *Visual intelligence: how we create what we see*, New York/London: Norton.
- HOINKES, Ulrich & DIETRICH, Wolf (Hg.)
- 1997 *Kaleidoskop der Lexikalischen Semantik*, Tübingen: Gunter Narr Verlag (= Tübinger Beiträge zur Linguistik, 428).
- HOLMÉR, Gustaf
- 1970 "Voir «Percevoir par l'ouïe»", *Studia Neophilologica* XLII, 90-104.
- HUNDSNURSCHER, Franz
- 1976 "Die Perzeptionsverben des Deutschen", in: Forster, Leonard & Roloff, Hans-Gert (Hg.), *Akten des V. internationalen Germanisten-Kongresses Cambridge 1975*, Bern: Lang, Heft 2, 66-73.
- IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide
- 1999 *Polysemy and Metaphor in Perception Verbs: A Cross-Linguistic Study*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Edimburgo.
- IBRAHIM, Amr Helmy
- 2005 "Le paradigme des supports de point de vue en français et en arabe", in: BAT-ZEEV SHYLDKROT & Le QUERLER (dir.), 185-205.
- ITKONEN, Esa & HAUKIOJA, Jussi
- 1997 "A rehabilitation of analogy in syntax (and elsewhere)", in: KERTÉSZ (ed.) (1997), 131-177.
- JOHNSON, Christopher
- 1999 "Metaphor vs. conflation in the acquisition of polysemy: The case of see", in: HIRAGA, Masako K., SINHA, Chris & WILCOX, Sherman (eds.), *Cultural, Psychological and Typological Issues in Cognitive Linguistics. Selected Papers of the bi-annual ICLA Meeting at Albuquerque, July 1995*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (= *Current Issues in Linguistic Theory*, 152), 155-169.
- JOHNSON, Mark
- 1987 *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason*, Chicago/London: The University of Chicago Press.
- JOHNSON-LAIRD, P. N.
- 1983 *Mental Models. Towards a Cognitive Science of Language, Inference, and Consciousness*, Cambridge: Cambridge University Press.

- KELLER, Rudi
 1995 *Zeichentheorie: zu einer Theorie semiotischen Wissens*, Tübingen/Basel: Francke (= UTB für Wissenschaft: Uni-Taschenbücher, 1849).
- KERTÉSZ, András
 1997 "The reflexivity of cognitive science and the philosophy of linguistics", in: KERTÉSZ (ed.) (1997), 197-232.
- KERTÉSZ, András (ed.)
 1995 *Sprache als Kognition – Sprache als Interaktion. Studien zum Grammatik-Pragmatik-Verhältnis*, Frankfurt am Main: Peter Lang.
 1997 *Metalinguistik im Wandel. Die ›kognitive Wende‹ in Wissenschaftstheorie und Linguistik*, Frankfurt am Main: Peter Lang.
- KILGARRIFF, Adam
 1992 *Polysemy*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Sussex – School of cognitive and computing sciences.
 2003 "I don't believe in word senses", in: NERLICH et. al. (eds.), 361-391.
- KIRSNER, R. & THOMPSON, S.
 1976 "The role of pragmatic inference in semantics: a study of sensory verb complements in English", *Glossa* 10: 2, 200-240.
- KITTAY, Eva Feder & LEHRER, Adrienne
 1981 "Semantic fields and the structure of metaphor", *Studies in Language* 5, 31-63.
- KLEIBER, Georges
 1987 *Relatives restrictives et relatives appositives: une opposition «introuvable?»*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
 1988 "Sur les relatives du type *je le vois qui arrive*", *Travaux de Linguistique de Gand* 17, 89-115.
 1997 "Cognition, Sémantique et Facettes: Une «Histoire» de Livres et de Romans", in: KLEIBER & RIEGEL (eds.), 219-231.
 1999 *Problèmes de Sémantique: la Polysémie en Questions*, Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion.
- KLEIBER, Georges & RIEGEL, Martin (eds.)
 1997 *Les Formes du Sens. Études de linguistique française, médiévale et générale offertes à Robert Martin à l'occasion de ses 60 ans*, Louvain-la-Neuve: Duculot.
- KOENIG, Jean-Pierre (ed.)
 1998 *Discourse and Cognition. Bridging the Gap*, Stanford, California: CLSI Publications.
- KOENIG, Jean-Pierre & BENNDORF, Beate
 1998 "Meaning and Context: German *aber* and *sondern*", in: KOENIG (ed.), 365-386.

KOMLÓSI, László

- 1997 "On the status of cognitive linguistics within the realm of cognitive science", in: KERTÉSZ (ed.) (1997), 31-53.

KONERDING, Klaus-Peter

- 1993 "Wortfeld und das Problem einer sprachwissenschaftlichen Fundierung der Frametheorie", in: LUTZEIER (Hg.), 163-173.

KÖRNER, Karl-Hermann

- 1984 "Infinito Flexionado e Classificação das Línguas", in: CARVALHO, J. G. H. de & SCHMIDT-RADEFELDT, J.(eds.) (1984), *Estudos de Língua Portuguesa*, Coimbra: Coimbra Editora.

KORTMANN, Bernd

- 1999 *Studium Kompakt Anglistik • Amerikanistik: Linguistik: Essentials*, Berlin: Cornelsen.

LABELLE, Marie

- 1995 "Remarques sur les verbes de perception et la sous-catégorisation", in: LABELLE, J. (ed.) (1995): *Colloque lexique grammairre comparée*, Montréal, UQAM. [publicado também em 1996 na revista *Recherches Linguistiques de Vincennes* 25: 83-106]. Online: <http://www.er.uqam.ca/nobel/r32764/ftp/Percepti.pdf> [data do ficheiro pdf 12/2/04].

no prelo "The French non canonical passive in *se faire*". in: HARAGUCHI, Shosuke, PALEK, Bohumil & FUJIMURA, Osamu (eds.), *Proceedings of Linguistics and Phonetics 2002*. Tokyo: Charles University Press and Meikai University. Online: <http://www.er.uqam.ca/nobel/r32764/lingpub.html> [data do ficheiro pdf: 28/1/04; data de acesso: 20/7/06].

- 2003 "Passive-like constructions in French", Abstract de uma comunicação apresentada ao 13th Colloquium on Generative Grammar. Online: http://www.uclm.es/congresos/cgg/abstracts/abstract_labelle.pdf [data do ficheiro pdf: 11/3/03; data de acesso: 20/7/06].

LAGUNILLA, Marina Fernández

- 2006 "Relaciones entre el léxico y la sintaxis: a proposito de *ver*", in: De MIGUEL, Elena, PALACIOS, Azucena & SERRADILLA, Ana (eds.), *Estructuras Léxicas y Estructura del Léxico*, Frankfurt am Main: Peter Lang, 347-367.

LAKOFF, George

1982 "Categories: An Essay in Cognitive Linguistics", in: The Linguistic Society of Korea (ed.), *Linguistics in the Morning Calm: Selected Papers from SICOL – 1981*, Seoul: Hanshin Publishing Company, 139-193.

1987 *Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*, Chicago/London: The University of Chicago Press.

LAKOFF, George & JONHSON, Mark

1980 *Metaphors we live by*, Chicago/London: The University of Chicago Press.

LAKOFF, George & TURNER, Mark

1989 *More than Cool Reason: a Field Guide to Poetic Metaphor*, Chicago/London: The University of Chicago Press.

LANGACKER, Ronald W.

1987 *Foundations of Cognitive Grammar, Vol. I, Theoretical Prerequisites*, Stanford, California: Stanford University Press.

1990 *Concept, Image, and Symbol. The Cognitive Basis of Grammar*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

1991 *Foundations of Cognitive Grammar, Vol. II, Descriptive Application*, Stanford, California: Stanford University Press.

1998 "On Subjectification and Grammaticalization", in: Koenig (ed.), 71-89.

LANGE, Klaus-Peter

2002 "Die Behandlung der Wortbedeutung in der Geschichte der Sprachwissenschaft", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 237-244.

LEHRER, Adrienne

1978 "Structures of the lexicon and transfer of meaning", *Lingua* 45, 95-123.

1990 "Polysemy, conventionality and the structure of the lexicon", *Cognitive Linguistics* 1: 2, 207-246.

LEHRER, Adrienne & KITTAY, Eva Feder (eds.)

1992 *Frames, Fields and Contrasts. New Essays in Semantic and Lexical Organization*, Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Le QUERLER, Nicole

2005 "Les périphrases verbales d'immixtion: schéma actanciel, complémentation et organisation thématique", in: BAT-ZEEV SHYLDKROT & Le QUERLER (dir.), 229-243.

- LERAT, Pierre
- 1983 *Sémantique descriptive*, Paris: Hachette.
- 1997 "La notion de connaissance est-elle un concept opérationnel en linguistique", in: KLEIBER & RIEGEL (eds.), 241-248.
- LEUSCHNER, Torsten, MORTELMANS, Tanja & De GROODT, Sarah (Hg.)
- 2005 *Grammatikalisierung im Deutschen*, Berlin: Walter de Gruyter.
- LEVIN, Beth
- 1993 *English verb classes and alternations. A preliminary investigation*, Chicago: The University of Chicago Press.
- LEVINSON, Stephen C.
- 1983 *Pragmatics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- 1995 "Three levels of meaning", in: PALMER, F. R. (ed.), *Grammar and Meaning: essays in honour of Sir John Lyons*, Cambridge: Cambridge University Press, 90-115.
- 2000 *Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature*, Cambridge, Ma: The MIT Press.
- LEWIS, David
- 1969 *Convention*, Harvard: Harvard University Press. [reeditado em 2002, Oxford: Blackwell].
- LIMA, José Pinto de
- 1982 "Uma Linguística Pragmática ou uma Pragmática em Linguística?", in: LIMA, José Pinto de (org.), *Linguagem e Acção. Da Filosofia Analítica à Linguística Pragmática*, Lisboa: Apáginastantas, 9-40.
- 1989 «Significado Avaliativo»: Para uma Clarificação à Luz de uma Semântica Prática, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- 1996 "Einige Überlegungen zur Idee von Sprache als ungesteuertes System", *Runa* 26, 803-808.
- 1997 "Explorando o conceito de paradigma (protótipo) em Semântica Lexical: relato e comentário de uma experiência", in: LÜDTKE, H. & SCHMIDT-RADEFELT, J. (eds.), *Linguística contrastiva. Deutsch versus Portugiesisch – Spanisch – Französisch*, Tübingen: Gunter Narr Verlag, 249-268.
- 1999_a "Uma Nova Abordagem dos Protótipos: a Perspectiva Pragmática", *Revista Portuguesa de Humanidades* III, 51-61.

- 1999_b "Neither by metaphor nor really by metonymy: The Shortcomings of these concepts as explanatory of Language Change Processes", in: VILELA, Mário & SILVA, Fátima (orgs.), *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva* (Porto, 29/30-5-98), Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 207-221.
- 2000 "Der Bedeutungswandel von wissenschaftlichdefinierbaren Wörtern und Putnams Auffassung von Bedeutung", in: ECKARDT, Regine & HEUSINGER, Klaus von (eds.), *Meaning Change – Meaning Variation, Workshop held at Konstanz, Feb. 1999*, vol. I, Arbeitspapier Nr. 106, Konstanz: Fachbereich Sprachwissenschaft der Universität Konstanz, 135-147.
- 2001 "Sobre a génese e a evolução do futuro com ir em português", in: SILVA (org.), 119-145.
- 2004 "On evidential verbs in German and Portuguese: The grammaticalization of *scheinen* and *parecer*", in: BRACIC, Stojan, CUDEN, Darko, PODGORSEK, Sasa & POGACNIK, Vladimir (Hg./Eds.), *Linguistische Studien im Europäischen Jahr der Sprachen/Linguistic Studies in the European Year of Languages. Akten des 36. Linguistischen Kolloquiums in Ljubljana 2001/Proceedings of the 36th Linguistic Colloquium, Ljubljana 2001*, Frankfurt am Main: Peter Lang, 415-424.
- 2007 *O Essencial sobre Pragmática*, Lisboa: Editorial Caminho.
- LÖBNER, Sebastian
2002 *Understanding Semantics*, London: Arnold.
- LOPES, Ana Cristina Macário
s.d. "De facto". Online: http://www.uc.pt/celga/membros/docs/Ana_Cristina/De_facto.pdf.
- LOPES, Ana Cristina Macário & RIO-TORTO, Graça
2007 *O Essencial sobre Semântica*, Lisboa: Editorial Caminho.
- LUTZEIER, Peter Rolf (Hg.)
1993 *Studien zur Wortfeldtheorie/Studies in lexical field theory*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (= *Linguistische Arbeiten*, 288).
- LUTZEIER, Peter Rolf
1993 "Wortfeldtheorie. Eine Einleitung zu ihrer Behandlung im Sammelband", in: LUTZEIER (Hg.), 1-10.
- LYONS, John
1977 *Semantics*, 2 vols., Cambridge: Cambridge University Press.

MANGASSER-WAHL, Martina

- 2000 "Roschs Prototypentheorie – eine Entwicklung in drei Phasen", in: MANGASSER-WAHL (Hg.), 15-31.

MANGASSER-WAHL, Martina (Hg.)

- 2000 *Prototypentheorie in der Linguistik. Anwendungsbeispiele – Methodenreflexion – Perspektiven*, Tübingen: Stauffenburg Verlag.

MARRAFA, Palmira Carvalheira

- 1985 *A Construção Transitiva-Predicativa em Português*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARTIN, Robert

- 1972 "Esquisse d'une analyse formelle de la polysémie", *Travaux de linguistique et de littérature* X: 1, 125-136.
- 1979 "La polysémie verbale. Esquisse d'une typologie formelle", *Travaux de linguistique et de littérature*, XVII: 1, 251-261.
- 1983 *Pour une logique du sens*, Paris: PUF.

MARTIN, Willy

- 2001 "A Frame-Based Approach to Polysemy", in: CUYCKENS & ZAWADA (eds.), 57-81.

MENDES, Amália

- 2001 *Propriedades Sintáticas e Semânticas de Predicados Verbais com Pluralidade de Sentidos: o caso dos verbos psicológicos*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MILLER, George Armitage & JOHNSON-LAIRD, Pihilip

- 1976 *Language and Perception*, Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.

MILLER, Philip & LOWREY, Brian

- 2003 "La complémentation des verbes de perception en anglais et en français", in: MILLER, Philip & ZRIBI-HERTZ, Anne (eds.), *Essais sur la grammaire comparée du français et de l'anglais*, Paris: Presses Universitaires de Vincennes. Online: <http://stl.recherche.univ-lille3.fr/sitespersonnels/miller/Miller-Lowrey2003.pdf>.

MONACHINI, M. et al.

- 1994 *Linguistic Analysis of Italian Perception and Speech Act Verbs (Draft Version)*, Pisa: Istituto di Linguistica Computazionale. Online: <http://dienst.isti.cnr.it/Dienst/UI/2.0/Describe/ercim.cnr.ilc/1994-TR-001?tiposearch=cnr&langver=it> [data de acesso 22/2/05].

MÖNNICH, Uwe

- 1999 "Spachtypologische Überlegungen zu Perzeptionskonstruktionen", Seminar für Sprachwissenschaft, Tübingen. Online: <http://tcl.sfs.uni-tuebingen.de/~tcl/sprachtypologie/bielefeld99.pdf>

MÜLLER, Robert

- 1993 "Wortfeldtheorie und kognitive Psychologie", in: LUTZEIER (Hg.), 215-228.

MURPHY, Gregory L.

- 2002 "Conceptual Approaches I: An Overview", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 269-277.

NERLICH, Brigitte et al. (eds.)

- 2003 *Polysemy. Flexible Patterns of Meaning in Mind and Language*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

NOËL, Dirk

- 1996 "English *as*, French *comme* and Dutch *als* introducing object complements: contrasting grammatical traditions, *Quarterly Newsletter of the Contrastive Grammar Research Group of the University of Gent* 5, 7-11. Online: <http://bank.rug.ac.be/contragram/newslet5.html> [data de acesso 19/8/05].

NUNBERG, Geoffrey D.

- 1979 "The non-uniqueness of semantic solutions: polysemy", *Linguistics and Philosophy* 3: 2, 143-184.
1995 "Transfers of meaning", *Journal of Semantics* 12: 2, 109-132.

NUYTS, Jan & PEDERSON, Eric (eds.)

- 1997 *Language and Conceptualization*, Cambridge: Cambridge University Press.

OGUY, Alexander

- 1998 "Probleme der experimentellen Erforschung der Wortbedeutung. Überblick über Polysemieuntersuchungen," *Sprachwissenschaft* 23 (1998/1), 113-140.
1999 "Approximativ-quantitative Charakteristika der Polysemie," *Sprachwissenschaft* 24 (1999/1), 75-103.

- OLIVEIRA, Maria Elisa de Macedo
- 1981 "Les structures de complétives du portugais", *Linguisticae Investigationes* V: 1, 91-136.
- ORTONY, Andrew (ed.)
- ²1993 *Metaphor and Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.
- PALMER, Frank Robert
- ²1987 *The English Verb*, London: Longman.
- ²2001 *Mood and Modality*, Cambridge: Cambridge University Press
- PAPROTTÉ, Wolf & DIRVEN, René (eds.)
- 1985 *The Ubiquity of Metaphor. Metaphor in Language and Thought*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (= *Current Issues in Linguistic Theory*, 29).
- PEIL, Dietmar
- 1993 "Zum Problem des Bildbegriffs", in: LUTZEIER (Hg.), 185-202.
- PERES, João Andrade
- 1984 *Elementos para uma Gramática Nova*, Coimbra: Livraria Almedina.
- PICOCHÉ, Jaqueline
- 1984 "L'utilisation des notions de signifié de puissance et de subduction en lexicologie", *Cahiers de Lexicologie* XLIV: 1, 41-49.
- 1986 *Structures Sémantiques du Lexique Français*, Paris: Fernand Nathan.
- PIOTROWSKI, David
- 1997 "La relation métaphorique: du logique au topologique", in: KLEIBER & RIEGEL (eds.), 321-330.
- PITTNER, Karin
- 1990 "Freie Relativsätze und die Kasushierarchie", in: FELDBUSCH, Elisabeth, POGARELL, Reiner & WEIß, Cornelia (Hg.), *Neue Fragen der Linguistik. Akten des 25. Linguistischen Kolloquiums, Paderborn 1990*, Bd. 1, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (= *Linguistische Arbeiten*, 270), 341-347.
- 1995 "Regeln für die Bildung von freien Relativsätzen. Eine Antwort an Oddleif Leirbukt", *Deutsch als Fremdsprache* 32: 4, 195-200.
- POHL, Inge (Hg.)
- 1997 *Methodologische Aspekte der Semantikforschung. Beiträge der Konferenz »Methodologische Aspekte der Semantikforschung« an der Universität Koblenz-Landau / Abteilung Landau 1996*, Frankfurt am Main: Peter Lang.

PUSTEJOVSKY, James

- 1995 *The Generative Lexicon*, Cambridge, MA: The MIT Press.
- 1998 "Generativity and explanation in semantics: a reply to Fodor and Lepore", *Linguistic Inquiry* 29: 2, 289-311.

RAPOSO, Eduardo B. Paiva

- 1981 *A construção «União de Orações» na Gramática do Português*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- 1987 "Case Theory and Infl-to-Comp: The Inflected Infinitive in European Portuguese", *Linguistic Inquiry* 18: 1, 85-110.
- 1989 "Prepositional Infinitival Constructions in European Portuguese", in: JAEGGLI, O. & SAFIR, K. J. (eds.), *The Null Subject Parameter*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- 1992 *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*, Lisboa: Caminho.

ROBERING, Klaus

- 1985 *Die deutschen Verben des Sehens. Eine semantische Analyse*, Göppingen: Kümmerle (= Göppinger Arbeiten zur Germanistik, 433).

ROCHETTE, Anne & RODRIGUES, Patricia de Araujo

- 2004 "Modes of judgement and the concrete and imaginative readings of perception verbs", in: JUNKER, Marie-Odile, MCGINNIS, Martha & ROBERGE, Yves (dir.), *Actes du Congrès annuel de l'Association canadienne de linguistique (ACL) 2004*. Online: <http://www.carleton.ca/~mojunker/ACL-CLA/pdf/Rochete-Rodrigues-CLA-2004.pdf> [data do ficheiro pdf: 17/1/05].

ROCSH, Eleanor. H.

- 1973 "On the internal structure of perceptual and semantic categories", in: MOORE, Timothy (ed.), *Cognitive Development and the Acquisition of Language*, New York/London: Academic Press, 111-144.
- 1978 "Principles of categorization", in: ROSCH, Eleanor & LLOYD, Barbara B. (eds.), *Cognition and categorization*, Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 27-48.
- 1983 "Prototype Classification and Logical Classification: The two Systems", in: SCHOLNICK, E. (ed.), *New Trends in Cognitive Representation: Challenges to Piaget's Theory*, Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 73-86.

- ROGERS, Andy
- 1971 "Three kinds of physical perception verbs", *Papers from the 7th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, 206-223.
- 1972 "Another look at flip perception verbs", *Papers from the 8th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, 303-316.
- ROSS, J. F.
- 1981 *Portraying Analogy*, Cambridge: Cambridge University Press.
- RUHL, Charles
- 1989 *On Monosemy: A Study in Linguistic Semantics*, Albany: State University of New York Press.
- RUZICKA, Rudolf & MOTSCH, Wolfgang (Hg.)
- 1983 *Untersuchungen zur Semantik*, Berlin: Akademie-Verlag (= *Studia Grammatica*, XXII).
- SABBAN, Annette
- 1994 "Polysemie und kognitive Semantik – am Beispiel französischer und spanischer Verben der Wahrnehmung", *Zeitschrift für französische Sprache und Literatur* 104, 227-251.
- SANDRA, Dominiek
- 1998 "What linguists can and can't tell you about the human mind: A reply to Croft", *Cognitive Linguistics* 9: 4, 361-378.
- SANTOS, Diana
- 1998 "Perception verbs in English and Portuguese", in: JOHANSSON, Stig & OKSEFJELL, Signe (eds.), *Corpora and Crosslinguistic Research: Theory, Method, and Case Studies*, Amsterdam: Rodopi, 319-342.
- SCHEPPING, Marie-Teres
- 1982 *Kontrastive semantische Analyse von Verben des Visuellen im Französischen und Deutschen*, Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- 1985 "Das Lexikon im Sprachvergleich", in: SCHWARZE, Christoph & WUNDERLICH, Dieter (Hg.), *Handbuch der Lexikologie*, Königstein/Ts., Athenäum, 184-195.
- SCHIPPAN, Thea
- 1992 *Lexikologie der deutschen Gegenwartssprache*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- SCHMID, Hans-Jörg
- 2000 "Methodik der Prototypentheorie", in: MANGASSER-WAHL (Hg.), 33-53.
- 2002 "Konzeptuelle Ansätze IV: Die Stereotypensemantik", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 291-296.

SCHMITT, Christian

- 1998 "Sprachvergleich als Textvergleich," in: WEIGAND (ed.), 67-94.

SCHWARZ, Monika

- 1992 Einführung in die kognitive Linguistik, Tübingen: Francke Verlag (= Uni-Taschenbücher, 1636).
- 1997_a "Kognitive Linguistik? Eine Straße in den Geist!", in: KERTÉSZ (ed.) (1997), 19-29.
- 1997_b "Zur Relevanz externer Daten für die linguistische Semantik. Fallbeispiele aus dem Wort-, Satz- und Textsemantik," in: POHL (Hg.), 141-146.
- 2002 "Konzeptuelle Ansätze II: Einebenen-Ansatz vs. Mehrebenen-Ansatz", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 277-284.

SCHWARZE, Christoph

- 1974 "Les constructions du type *je le vois qui arrive*", in: ROHRER, C. & RUWET, N. (eds.), *Actes du colloque franco-allemand*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 18-30.

SHIBATANI, Masayoshi & THOMPSON, Sandra (eds.)

- 1999 *Grammatical Constructions. Their Form and Meaning*, Oxford: Oxford University Press.

SILVA, Augusto Soares da

- 1992 "Sobre a Unidade da Palavra Polissémica", *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: APL, 477-487.
- 1995_a "Fundamentos Teóricos e Contributos Pedagógicos da Gramática Cognitiva", *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. III, Lisboa: APL, 401-412.
- 1995_b "Sobre a Estrutura da Variação Lexical. Elementos de Lexicologia Cognitiva", *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. III, Lisboa: APL, 413-423.
- 1996 "A Mudança Semântica como Reorganização de Protótipos: o verbo deixar", *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I, Lisboa: APL, 317-327.
- 1997_a "A Linguística Cognitiva. Uma Breve Introdução a um Novo Paradigma em Linguística", *Revista Portuguesa de Humanidades* I, 59-101.

- 1997_b "Esquemas imagéticos e coerência do complexo polissêmico: exemplo do verbo deixar", *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, vol.II, Lisboa: APL, 281-293.
- 1999 *A Semântica de DEIXAR. Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia. [Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa em 1997]
- 2001 "O que é que a Polissemia nos Mostra acerca do Significado e da Cognição", in: SILVA (org.), 147-171.
- 2006 *O Mundo dos Sentidos em Português. Polissemia, Semântica e Cognição*, Coimbra: Livraria Almedina.
- SILVA, Augusto Soares da (org.)
- 2001 *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: APL e UCP – Faculdade de Filosofia de Braga.
- SJÖSTRÖM, Sören
- 1999 "From Vision to Cognition. A study of metaphor and polysemy in Swedish", in: ALLWOOD & GÄRDENFORS (eds.), 67-86.
- SOARES, Rute I. F.
- 1993 *Polissemia em Verbos de Percepção Visual: «Ver» e «Olhar»*, Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- 2003 "Protótipos na mente ou protótipos na prática linguística? Razões para uma opção teórico-metodológica", in: DELILLE, Karl Heinz & ATHAYDE, Maria Francisca (coord.), *Estudos de Linguística Contrastiva e Interdisciplinar (Alemão-Português). Cadernos do CIEG, n° 10*, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, Coimbra: MinervaCoimbra, 47-60.
- SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre
- 1986 *Relevance: communication and cognition*, Oxford: Basil Blackwell.
- STEPHANOWITSCH, A. & GRIES, Stefan Th. (eds.)
- 2006 *Corpus-Based Approaches to Metaphor and Metonymy*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter (= Trends in Linguistics – Studies and Monographs, 171).
- SUCHAROWSKI, Wolfgang
- 1996 *Sprache und Kognition. Neuere Perspektiven in der Sprachwissenschaft*, Opladen: Westdeutscher Verlag.

- 1997 "Phänomene des Körperbezugs bei der Konzeptualisierung von Bedeutungen: Körperbewußtsein und Wortbedeutung – ein Beispiel," in: POHL (Hg.), 223-238.

SWEETSER, Eve

- 1987 "The definition of lie: An examination of the folk models underlying a semantic prototype", in: HOLLAND, D. & QUINN, Naomi (eds.), *Cultural Models in Language and Thought*, Cambridge: Cambridge University Press, 43-66.
- 1990 "Semantic structure and semantic change: English perception-verbs in an Indo-European context", in: SWEETSER, Eve (1990), *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*, Cambridge: Cambridge University Press, 23-48.

TALMY, Leonard

- 1985 "Lexicalization patterns: semantic structure in lexical forms", in: SHOPEN, Timothy (ed.), *Language Typology and Syntactic Description*, vol. 3, *Grammatical Categories and the Lexicon*, Cambridge: Cambridge University Press, 57-149.
- 1991 "Path to realization: A typology of event conflation", *Proceedings of the Seventh Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, Berkeley: Berkeley Linguistic Society, 480-519.
- 1999 "The Windowing of Attention in Language", in: SHIBATANI, Masayoshi & THOMPSON, Sandra (eds.), *Grammatical Constructions. Their Form and Meaning*, Oxford: Oxford University Press, 235-287.

TAYLOR, John R.

- ²1995 *Linguistic Categorization. Prototypes in linguistic theory*, Oxford: Clarendon Press.
- 2002 "Conceptual approaches V: Concepts and domains", in: CRUSE et al. (Hg./eds.), 296-303.

TRAUGOTT, Elisabeth Closs

- 1989 "On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change", *Language* 65, 31-55.

TRAUGOTT, Elisabeth Closs & KÖNIG, Ekkehard

- 1991 "The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited", in: TRAUGOTT, Elisabeth C. & HEINE, Bernd (eds.), *Approaches to Grammaticalization*, vol.1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 189-218.

- TRAUGOTT, Elisabeth Closs & DASHER, Richard
 2001 *Regularity in Semantic Change*, Cambridge: Cambridge University Press.
- TRUJILLO, Ramón
 1997 "La variación semántica del léxico", in: HOINKES & DIETRICH (Hg.), 249-258.
- TSOHATZIDIS, Savas, L. (ed.)
 1990 *Meanings and Prototypes. Studies in Linguistic Categorization*, London/New York: Routledge.
- TUGGY, David
 1993 "Ambiguity, polysemy, and vagueness", *Cognitive Linguistics* 4: 3, 273-290.
 1999 "Linguistic evidence for polysemy in the mind: a response to William Croft and Dominieck Sandra", *Cognitive Linguistics* 10: 4, 343-368.
- ULLMANN, Stephen
⁵1987 *Semântica: uma Introdução à Ciência do Significado*, tradução de J. A. Osório Mateus, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- USONIENE, Aurelia
 1999 "Perception Verbs revisited", *Working Papers (Department of Linguistics, Lund University)* 47, 211-225. Online: <http://www.ling.lu.se/disseminations/wp.html?vol=47>.
 2001 "On direct/indirect perception with verbs of seeing and seeming in English and Lithuanian", *Working Papers (Department of Linguistics, Lund University)* 48, 163-182. Online: <http://www.ling.lu.se/disseminations/wp.html?vol=48>.
- UNGERER, Friedrich & SCHMID, Hans-Jörg
 1996 *An introduction to cognitive linguistics*, London: Longman.
- VERMEIRE, Vincent
 1985 *Contribution à l'étude de la polysémie: Les verbes de perception visuelle et auditive en français et en neerlandais*, Tese de Licenciatura em Filologia Românica, Faculteit der Letteren en Wijsbegeerte, Rijksuniversiteit Gent.
- VIBERG, Åke
 1983 "The verbs of Perception: a Typological Study", *Linguistics* 21: 1, 123-162. [também publicado como Viberg; Å. (1984), "The verbs of Perception: a Typological Study", in: BUTTERWORTH, Brian, COMRIE, B. & DAHL, Ö. (eds.), *Explanations for Language Universals*, Berlin:Walter de Gruyter, 123-162]

- 1993 "Crosslinguistic perspectives on lexical organization and lexical progression", in: HYLSTENSTAM, K. & VIBERG, Å. (eds.), *Progression and Regression in Language*, Cambridge: Cambridge University Press, 340-385.
- 1999 "Polysemy and Differentiation in the Lexicon: Verbs of Physical Contact in Swedish", in: ALLWOOD & GÄRDENFORS (eds.), 87-129.
- 2001 "Verbs of Perception", in: HASPELMATH, Martin et al. (Hg.), *Sprachtypologie und sprachliche Universalien/Language Typology and Language Universals*, Berlin/New York: Walter de Gruyter (= Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft, Bd. 20: 2), 1294-1309.

VILELA, Mário

- 1979 *Estruturas Léxicas do Português*, Coimbra: Livraria Almedina.
- 1994 "Contributo para a Análise das construções Acl em ptg.-al. com VERBOS DE PERCEPÇÃO FÍSICA (ver – ouvir – sentir: sehen – hören – fühlen)", in: VILELA, Mário, *Tradução e Análise Contrastiva: Teoria e Aplicação*, Lisboa: Caminho, 87-122.
- 1995 "A "cena" da "acção linguística" e a sua perspectivização por dizer e falar", in: VILELA, Mário, *Léxico e Gramática. Ensino da Língua Portuguesa: Léxico, Dicionário, Gramática*, Coimbra: Livraria Almedina, 129-164.

VIOLI, Patrizia

- 2001 *Meaning and Experience*, Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press. [traduzido por Jeremy Carden do original italiano Violi, P. (1997), *Significato ed Esperienza*, Milano: Bompiani]

VLIEGEN, Maurice

- 1988 *Verben der auditiven Wahrnehmung im Deutschen: eine semantisch-syntaktische Analyse*, Tübingen: Gunter Narr Verlag (= Studien zur deutschen Grammatik, 35). [Dissertação apresentada à Universidade Católica de Nimwegen em 1986]

WALTEREIT, Richard

- 2002 "Imperatives, interruption in conversation, and the rise of discourse markers: a study of italian *guarda*", *Linguistics* 40: 5, 987-1010.

WALTEREIT, Richard & DETGES, Ulrich

- (no prelo)"Different functions, different histories: Modal particles and discourse particles from a diachronic point of view", *Catalan Journal of Linguistics*, 6.

WEIGAND, Edda (ed.)

1998 *Contrastive lexical semantics*, Amsterdam: Benjamins.

WEIGAND, Edda

1998 "Contrastive lexical semantics," in: WEIGAND (ed.), 25-44.

WESTHEIDE, Henning

1998 "Equivalence in contrastive semantics. The effect of cultural differences," in: WEIGAND (ed.), 119-137.

WETZEL, Thomas

2003 "States of Affairs", in: ZALTA, Edward N. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2003 Edition). Online: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2003/entries/states-of-affairs/>.

WIERZBICKA, Anna

1996 *Semantics. Primes and universals*, Oxford: Oxford University Press.

WILKINS, David

1996 "Natural Tendencies of Semantic Change and the Search for Cognates, in DURIE, Mark & ROSS, Malcom (eds.), *The Comparative Method reviewed. Regularity and irregularity in language change*, NY/Oxford: Oxford University Press, 264-304.

WILLEMS, Dominique

1978 "A la recherche d'une grammaire des cas. Ses rapports avec la syntaxe et le lexique", Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (= Studies in language companion series (SLCS) 1), 243-260.

1979 "Syntaxe morphosyntaxe et sémantique. Les verbes dérivés", *Cahiers de Lexicologie* XXXV, 2, 3-25.

1980 "Syntaxe et sémantique. Quelques réflexions sur la polysémie verbale", *Linguistics in Belgium* 5, 214-225.

1981 *Syntaxe lexique et sémantique des constructions verbales*, Gent: Faculteit van de Letteren en Wijsbegeerte.

1983_a "Syntax and Semantics: on the search of Constants in Verbal Polysemy", *Proceedings of the XIIIth International Congress of Linguists*, August 29-September 4, 1982, Tokyo.

- 1983_b "‘Regarde voir’ – Les verbes de perception visuelle et la complémentation verbale", *Romanica Gandensia* XX, 147-158.
- 1984 "L’impact de l’ordre des mots sur la prédication. La relation sujet-prédicat", *Langages* 60: 1, 89-99.
- 1984-85 "Sur la structure sémantique du lexique verbal: bilan et perspectives", *Linguistica Antverpiensia*, XVIII-XIX, 163-182.
- 1985 "La problématique des données et la place de l’exception en syntaxe contemporaine", *Langue Française* 66, 86-98.
- 1992 "A la recherche d’une structure perdue. Pour une hiérarchie sémantique des propriétés syntaxiques.", *I.T.L. – Review of Applied Linguistics* 97-98, 243-257.
- 1998 "Données et théorie en linguistique: réflexions sur une relation tumultueuse et changeante", in: BILGER, M., VAN DEN EYNDE, K. & GADET, F. (eds.), *Analyse linguistique et approches de l’oral. Recueil d’études offert en hommage à Claire Blanche-Benveniste*, Leuven/Paris: Peeters, 79-87.
- 2000 "Objet d’étude, théories et données, sur la place des corpus dans la recherche linguistique contemporaine", in: BILGER, M. (ed.), *Corpus. Méthodologie et applications linguistiques*, Paris: Honoré Champion Éditeur/Les Presses Universitaires de Perpignan, 149-155.
- WILLEMS, Dominique & DEFRANCQ, Bart
- 2000 "L’attribut de l’objet et les verbes de perception", *Langue Française* 127, 6-20.
- WILLEMS, Dominique et. al. (eds.)
- 2004 *Contrastive Analysis in Language. Identifying linguistic units of comparison*, Basingstoke/New York: Palgrave Macmillan.
- WILSS, Wolfram
- 2000 "»sehen« in der deutschen Gegenwartssprache. Syntaktische, semantische und pragmatische Aspekte", *Muttersprache* 1/2000, 25-36.
- WITTGENSTEIN, Ludwig
- 1971/1953 *Philosophische Untersuchungen*, Hg. von G. E. M. ANSCOMBE, G. H. VON WRIGHT und R. REES, Frankfurt am Main: Suhrkamp (= Suhrkamp Taschenbücher, 14).
- 1969 *Philosophische Grammatik*, Hg. von R. REES, in: *Schriften* 4, Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- ²1982 *Das blaue Buch*, Hg. von R. REES, G. E. M. ANSCOMBE und G. H. VON WRIGHT, in: *Schriften* 5, Frankfurt am Main: Suhrkamp.

WOTJAK, Gerd

- 1993 "Semantische Makrostrukturbeschreibung (lexikalisch-semantische Felder) und (enzyklopädische) Wissensrepräsentationen", in: LUTZEIER (Hg.), 121-136.

WOTJAK, Gerd (Hg.)

- 1997 Studien zum romanisch-deutschen und innerromanischen Sprachvergleich: Akten der III. Internationalen Arbeitstagung zum romanisch-deutschen Sprachvergleich (Leipzig, 9.10.- 11.10. 1995), Frankfurt am Main: Peter Lang.